



PATRIMÔNIO, RESISTÊNCIA E DIREITOS

HISTÓRIAS ENTRE
TRAJETÓRIAS E
PERSPECTIVAS
EM REDE

ANTONIO GILBERTO
RAMOS NOGUEIRA
(ORGANIZADOR)

MILFONTES

Patrimônio
Resistência
e Direitos



Copyright © 2022, Antonio Gilberto Ramos Nogueira (org.).

Copyright © 2022, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 1 e 2, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Compra direta e fale conosco: <https://espacomilfontes.com>

comercial@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.^ª. Dr.^ª. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (FDV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmara Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.^ª. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.^ª. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.^ª. Dr.^ª. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.^ª. Dr.^ª. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.^ª. Dr.^ª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.^ª. Dr.^ª. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (FDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.^ª. Dr.^ª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.^ª. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.^ª. Dr.^ª. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.^ª. Dr.^ª. Zaira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.^ª. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.^ª. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del Pais Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Miti-diero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.^ª. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Britto Pereira (UDE) • Prof.^ª. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Antonio Gilberto Ramos Nogueira
(Organizador)

Patrimônio, Resistência e Direitos

Histórias entre trajetórias e perspectivas em rede



Editora Milfontes
Vitória, 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

Rayza Guedes Fontes

Capa

Imagem da capa:

Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento e Lucas Bispo Fiorezzi

Impressão e Acabamento

Maxi Gráfica e Editora

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Patrimônio, resistência e direitos : histórias entre trajetórias e perspectivas em rede / organização Antonio Gilberto Ramos Nogueira. -- Vitória, ES : Editora Milfontes, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5389-044-2

1. História social - Brasil 2. Patrimônio histórico 3. Memória 4. Patrimônio cultural - Brasil - História 5. Patrimônio histórico - Brasil 6. Política cultural 7. Políticas públicas - Brasil I. Nogueira, Antonio Gilberto Ramos.

22-130379

CDD-363.6909

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio histórico e cultural : Memória e preservação : História 363.6909

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Sumário

Histórias e combates pelo patrimônio em tempos de (re) existência9

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Parte I

Patrimônio e Política, trajetórias do campo e (re)construções

Entre resistências: dilemas e desafios para a democratização das práticas patrimoniais no Brasil contemporâneo 27

Paulo César Garcez Marins

Construção democrática dos sistemas setoriais de cultura: o campo do patrimônio e os desafios da participação 43

Lia Calabre

O patrimônio cultural e a construção de identidades nacionais, regionais e étnicas: contribuições a partir de pesquisas acadêmicas..... 57

Alessander Kerber & Cintia Regia Rodrigues

Patrimônio e relações internacionais: entre a musealização e a mundialização do uso de bens culturais. Em pauta o tráfico ilícito de bens culturais..... 79

Rodrigo Christofoletti

Patrimônio imaterial: engarrafando nuvens? 103

Carlos Sandroni

A “batida” e os sentidos atribuídos às festas do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins 117

Zélia Lopes da Silva

Carnavais não-patrimonializados: ambiguidades e (im)possibilidades dos processos de registro patrimonial 147

Danilo Alves Bezerra

Parte II

(Re)leituras do Patrimônio entre a Historiografia, a Educação e o Ensino de História

Histórias em rede: (im)pertinências do campo do patrimônio cultural 177

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural 213

Janice Gonçalves

O (re) fazer-se historiadora do/no patrimônio contemporâneo: ensaios sobre meus ofícios junto ao Iphan-PI. 241

Cícera Patrícia Alcântara Bezerra

Escrever o patrimônio na educação 261

Carmem Zeli de Vargas Gil

Os usos do patrimônio cultural no ensino de História: a sala de aula e os lugares não formais de aprendizagem 275

Almir Félix Batista de Oliveira

“Combates pela História Ensinada”: o arquivo escolar como patrimônio documental, fonte e objeto para a aprendizagem histórica 293

Ana Carla Sabino Fernandes

Patrimônio, ensino e direito à memória: diálogo entre práticas 307

Andréa Lemos & Gabriel Da Silva Vidal Cid

Para que serve a educação patrimonial? Ou sobre a apropriação das políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil 325

Isabel Cristina Martins Guillen

Parte III

Patrimônio e Museus, perspectivas do campo e outras (re)definições

Restituição e reparação: refletindo sobre patrimônios em diáspora..... 345

Márcia Chuva

Quando patrimônio é caso de polícia: perseguições, aceitações e reconhecimentos na trajetória do patrimônio cultural brasileiro..... 365

Claudia Feierabend Baeta Leal, George Patrick Bessoni e Silva & Yussef Daibert S. de Campos

Patrimônio difícil: um conceito incompleto? 385

Cristina Meneguello

Das fichas de leitura de Paulo Freire às referências culturais: valores e critérios de patrimonialização por uma justiça epistêmica..... 395

Carolina Ruoso

História, Museus e Museologia: reflexões de um encontro de saberes..... 411

Leticia Julião & Zita Possamai

Museologia Social e inventários participativos: contranarrativas e participação social nos processos de patrimonialização 437

João Paulo Vieira Neto

Museu Kanindé: narrativas da memória e consciência étnica 463

Suzenilson da Silva Santos (Suzenilson Kanindé)

Sobre as autoras e os autores..... 479

Histórias e combates pelo patrimônio em tempos de (re)existência

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

A história deste livro carrega as marcas dos combates pelo patrimônio em tempos de (re)existência. Em larga medida o livro sinaliza um (re)posicionar fundamentado de historiadoras e historiadores que, de diferentes lugares institucionais e representatividade regionais aceitaram o convite para pensar o lugar da história e o papel social da historiografia em contextos distintos de embates políticos e sociais atravessados pelas (im)pertinências do campo do patrimônio cultural na contemporaneidade.

Inscrita na retomada das reflexões sobre a profissão de historiador(a), os artigos da coletânea mobilizaram para o debate as múltiplas camadas de sentidos que revestem o patrimônio frente às novas formas de resistências e urgências de uma epistemologia para tempos de golpes, ataques ao patrimônio e desmonte da democracia. Entre posicionamentos públicos e gestos de resistência o livro coloca-se em perspectiva com os movimentos *Historiadores pela democracia*¹, *Professores contra o escola sem partido*² e o *Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro*³.

1 Historiadores pela democracia. Disponível em <https://www.facebook.com/groups/279791989029774/> Acesso em 05 de setembro de 2022.

2 Professores contra a escola sem partido. Disponível em <https://professorescontraoescolasepartido.wordpress.com/> Acesso em 05 de setembro de 2022.

3 Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Brasileiro. Disponível em <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/forum/>. Acesso em 5 de setembro de 2022.

Já há algum tempo, patrimônio e memória têm ocupado os embates políticos e sociais da arena pública, bem como os diferentes espaços disciplinares, constituindo-se em questões próprias e pulsantes do tempo presente. Se é inegável que o patrimônio tem sido cada vez mais contestado, acionado, disputado, reivindicado... usado; também, na história recente do país, inúmeros são os sintomas de quanto o patrimônio tem sido atacado, incendiado, vendido, dilapidado, destruído... negado. Tratam-se de indícios incontornáveis de que a arena do patrimônio se tornou o espaço privilegiado de atuação de diferentes sujeitos, grupos e instituições na luta por direitos, respeito à diversidade e resistência.

É então ancorado no presente e pelo presente que diferentes usos públicos do passado e suas representações têm desestabilizado os consensos que forjaram uma concepção consagrada de patrimônio marcada pela dimensão da colonialidade. Postulados por uma história disciplinar semeada na tradição eurocêntrica no século XIX, tais consensos incidiram sobre o fazer patrimônio como recurso material e simbólico a instituir a política estatal de imaginação da nação. Até meados do século XX o conceito de patrimônio cultural como herança conduziu a cruzada identitária na construção de uma história única fundada no passado nacional.

Na especificidade do contexto brasileiro, sobretudo a partir dos anos de 1980, é nítida a contestação desse consenso patrimonial. As demandas por narrativas identitárias pluralizadas passaram a gestar um novo entendimento do patrimônio que aberto a novos afetos, novas significações e novas experimentações, instauraram outros significados capazes de fazer emergir as memórias e referências culturais subalternizadas. Foi em meio ao processo de redemocratização que o direito à memória como elemento da cidadania, reconhecido na Constituição de 1988, trouxe o debate do patrimônio como direito. Um marco importante para compreender o deslocamento da atribuição de valor cultural do Estado para a sociedade, fato que incidiu

largamente na concepção processual de patrimônio, forjada no campo de disputas, contestações e dissensos.

Na contemporaneidade, a dimensão social inscrita no patrimônio vem ganhando expressão como um novo paradigma a pautar a ressemantização do conceito e a reconfiguração do campo, no que se prima pelas noções de memória, identidade e participação, possibilitando a criação e reconhecimento de diversas modalidades de patrimonialização para além dos bens e dos clássicos instrumentos legais do tombamento e do registro.

Agenciada pela noção ampliada do termo, a participação de variados atores sociais em processos de patrimonialização – nos quais figuram diferentes atribuições de valores a bens, lugares e práticas culturais – tem se constituído em ações instrumentalizadas por distintas formas de resistência, luta por direitos e afirmação identitária, frequentemente à revelia dos interesses do Estado ou dos poderes estabelecidos vinculados à mídia, à indústria e ao mercado imobiliário, para citar alguns.

As reivindicações que envolvem os atos de lembrar e esquecer mobilizam cada vez mais uma “demanda social da história”, protagonizada por atores sociais marginalizados/silenciados/invisibilizados pelos discursos hegemônicos. Apostar nessa abordagem, renovada pela chave decolonial, significa adentrar nos debates sobre mudanças de paradigmas e conceitos, que apresentam novas exigências às tarefas teóricas e metodológicas da pesquisadora e do pesquisador do patrimônio cultural, ao empreender “o passado enquanto um problema a ser resolvido”.

O livro *Patrimônio, resistência e direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede* é um dos produtos do *III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural*⁴. O evento foi realizado

4 Consultar: Caderno de Resumos <https://drive.google.com/file/d/1ZfRzGLp9YHome4dtc-pSSqMDbZIWuhl1/view>. Acesso em 5 de setembro de 2022; Anais: <https://drive.google.com/file/d/112YnDm4cGgWC9qaPrY-SHPNhhqTqDsGS/view>. Acesso em 5 de setembro de 2022; Ciclo de lives “Patrimônios em rede: direitos e resistência”: Consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=FopnZF6WmYA>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

entre os dias 4 e 8 de outubro de 2021, pela gestão “Patrimônios em rede” (2019-2021), sob a coordenação de Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC), Aterlane Martins (IFCE), Carolina Ruoso (UFMG) e Patrícia Alcântara (Iphan-PI), do Grupo de Trabalho (GT) História e Patrimônio Cultural, da Associação Nacional de História (Anpuh), em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq). No seminário, um conjunto expressivo de renomados especialistas (agora autoras e autores do livro), foram desafiados a pontuar o debate sobre o tema geral “Patrimônio, resistência e direitos”, através de participações diversas como conferências, mesas redondas e simpósios temáticos (STs). A todas e todos deixo aqui meu agradecimento.

Os artigos da coletânea foram reunidos em três blocos de abordagens inter-relacionadas: *I – Patrimônio e política, trajetórias do campo e (re)construções*, reunindo sete artigos, *II – (Re)leituras do patrimônio entre a historiografia, a educação e o ensino de história*, com oito artigos e *III – Patrimônio e museus, perspectivas do campo e outras (re)definições*, com sete artigos. Percorrendo os três blocos a relação história e patrimônio cultural situa-se como eixo estruturante das problemáticas que atravessam a gestão do patrimônio, a prática historiográfica, o ensino de história e o novo lugar dos museus.

Os textos pontuam as trajetórias de constituição do campo do patrimônio com abordagens distintas e concepções que refletem as questões contemporâneas da área de pesquisa e atuação das historiadoras e historiadores. Tais perspectivas representam igualmente lugares privilegiados de intercessão entre as demandas sociais e disciplinares que instigam a falar sobre os variados temas pautados na história do patrimônio quanto em relação aos distintos saberes que atravessam a própria história: de como tem sido vivenciada, escrita e ensinada essa história do patrimônio.

I – Patrimônio e política, trajetórias do campo e (re)construções

Pensar com a resistência enquanto se vivencia esse processo é o desafio proposto por Paulo César Garcez Marins em seu artigo “Entre resistências: Dilemas e desafios para a democratização das práticas patrimoniais no Brasil contemporâneo”. No itinerário traçado, desde os anos de 1980 as práticas de resistências de negros, indígenas, imigrantes, operários, mulheres e trabalhadores urbanos estiveram entrelaçadas em sua dimensão política, social, historiográfica e patrimonial. Mas, se na encruzilhada do projeto destruidor em que vive o patrimônio e a democracia no Brasil de hoje, resistir é preciso: “refletir sobre as resistências que afetam e constroem o campo patrimonial implica também em resistir à sedução de fazer-se a apologia das conquistas obtidas”. Em sua advertência o historiador leva em conta que, sendo as resistências multiformes, tanto estão na ordem daquelas que nos libertam do passado e trazem rupturas, quanto representam a conquista de permanências, de reação às transformações. Ao tomar as resistências em suas dimensões plurais, o Cais do Valongo, a cidade de Paraty e o caso do monumento de Borba Gato são escrutinados com vistas a problematizar determinadas resistências herdadas nos processos de identificação patrimonial e construção de narrativas do patrimônio, mesmo quando nos desafiamos construir narrativas pluralizadas e “práticas memoriais mais democráticas”.

Em tempos de ataques e destruição da cultura, o artigo “Construção democrática dos sistemas setoriais de cultura: o campo do patrimônio e os desafios da participação”, de Lia Calabre, é um convite para refletirmos sobre o lugar do patrimônio no campo das políticas culturais no Brasil do século XXI, inscrito na lógica democrática e participativa. Ao colocar em perspectiva histórica o debate sobre os direitos culturais, o artigo foca na constituição do Sistema Nacional do Patrimônio como elemento estruturante da efetiva participação social na gestão pública da cultura. Em decorrência da visão sistêmica

proposta, sobressai a defesa de um protagonismo coletivo nas decisões e responsabilidades entre os vários níveis de governo e sociedade como forma de garantir o pluralismo e a diversidade cultural e a aumentar a capacidade de resistência frente aos desmontes promovidos pelo governo federal.

Em “O patrimônio cultural e a construção de identidades nacionais, regionais e étnicas: contribuições a partir de pesquisas acadêmica”, Cintia Regina Rodrigues e Alessander Kerber, examinam as relações entre patrimônio e identidades, mapeadas a partir dos trabalhos apresentados nos STs, coordenados por ambos, nas três edições do Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural do GT da Anpuh. Considerando o recurso identitário que o patrimônio carrega em seu processo de constituição, o texto procura problematizar os diferentes usos do patrimônio na construção das identidades de caráter nacional, regional e étnico. Em perspectiva com a historicidade dos conceitos operados, sobretudo em relação às identidades étnicas e regionais, os trabalhos em análise versam sobre as relações de poder que envolvem a complexidade das dinâmicas identitárias, os processos de patrimonialização e as políticas culturais.

Rodrigo Christofoletti, em seu “Patrimônio e relações internacionais: entre a musealização e a mundialização do uso de bens culturais: em pauta o tráfico ilícito de bens culturais”, traça um importante panorama da emergência dos estudos implicados nessas relações propostas. As temáticas que perfazem as intersecções entre patrimônio, relações internacionais e o *soft power*, ao mesmo tempo em que sinalizam para os novos lugares e sentidos do patrimônio na agenda da governança global, são sintomas de demandas contestatórias ao legado eurocêntrico que têm conduzido as políticas de preservação mundial frente a pluralização das narrativas sobre o patrimônio e suas diversas musealizações. Numa abordagem que discute o tráfico ilícito de obras de arte e de bens culturais em perspectiva histórica e propositiva, se debruça sobre a complexa discussão que envolve a devolução e ou repatriação das obras e/ou bens culturais, bem

como aponta sugestões para a preservação do espólio de bens culturais e o combate eficaz ao seu tráfico ilícito.

No artigo “Patrimônio imaterial: engarrafando nuvem?” Carlos Sandroni faz uma leitura, desesencializada, dos efeitos negativos e positivos da institucionalização do patrimônio imaterial no Brasil, sem desconsiderar a literatura de pendor crítico que aponta para os perigos de se colocar numa “nuvem de redoma” as práticas que se pretende salvaguardar. Dada a experiência de pesquisador e vivência com os sujeitos portadores desse patrimônio, o autor se posiciona com um olhar de um “crente patrimonial” para lançar sua visão positivada dos processos de patrimonialização do *Samba de roda do recôncavo*, do *Jongo do sudeste* e das *Matrizes do forró do nordeste*.

Zélia Lopes da Silva em “A ‘batida’ e os sentidos atribuídos às festas do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins” instiga-nos a problematizar o perfil das festas registradas no livro das celebrações do Iphan (2004-2019). Entre a tradição do auto religioso e a espetacularização midiática das festividades, as narrativas sobre o complexo universo das “brincadeiras do boi” são discutidas como expressões da cultura e religiosidade popular católica atravessadas por aspectos da crença de matriz africana e tradições culturais indígenas, consideradas elementos de afirmação da identidade cabocla. Pontuadas em uma narrativa própria do *Dossiê Final* de registro da festa do Boi-Bumbá e seus outros documentos congêneres, o artigo expõe uma vasta produção teórica e historiográfica sobre os sentidos das festas, intercalada com os estudos sobre as diferentes modalidades do boi, sem deixar de contemplar os percursos do processo de patrimonialização até chegar em seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial.

Em “Carnavais não-patrimonializados: ambiguidades e (im)possibilidades dos processos de registro patrimonial” Danilo Alvez Bezerra se propõe a traçar um quadro panorâmico das questões que repertoriam os debates das festas como patrimônio. À luz dos trabalhos discutidos no âmbito do ST sob

sua coordenação e Zélia Lopes, o artigo expõe as ambiguidades e limites dos processos de patrimonialização das festas profanas e sagradas inscritas pelo Iphan no Livro de Registro das Celebrações e Livro de Registro das Formas de Expressão. Dada a ausência do carnaval no registro das celebrações, o recorte sobre os “carnavais não-patrimonializados” constitui o ponto de inflexão para examinar as complexidades e singularidades que envolvem as demandas e sentidos de patrimônio mobilizados por escolas de samba, blocos de carnaval (Maragogipe, Rio e São Paulo) e a constituição da memória do carnaval nesses contextos.

II- (Re)leituras do patrimônio entre a historiografia, a educação e o ensino de história

O artigo “Histórias em rede: (im)pertinências do campo do patrimônio cultural”, de minha autoria, é o resultado de um esforço coletivo de reflexão em mapear as questões contemporâneas do campo do patrimônio cultural a partir de minha trajetória acadêmica e coordenação do GT História e Patrimônio Cultural da Anpuh-Brasil (2017-2019; 2019-2021). Parto da formulação de uma série de problemáticas que nos possibilitam pensar como a cultura histórica, em seu sentido atualizado pelas formas diversas de popularização do passado, coloca a urgência de (re)configurar as bases epistemológicas da historiografia e do campo do patrimônio cultural. Em seguida, proponho debater a memória disciplinar do GT com foco nas singularidades da gestão “Patrimônios em rede”, tratando com especificidade da entrada das *lives* na oficina da história. Em um exercício de uso livre da prosopografia procurei inventariar alguns traços de intersecção entre as regularidades e singularidades das trajetórias analisadas que, em conjunto, configuram as (im)pertinências entre a história e o campo do patrimônio cultural em um dado contexto histórico. Daí, ensaio uma proposição da categoria de análise ao final para pensar tal questão.

Ao abordar algumas linhas de força que configuram a história da historiografia do patrimônio cultural no Brasil, o artigo de Janice Gonçalves “Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural” nos instiga a examinar os percursos históricos do campo do patrimônio cultural em diálogo com as discussões realizadas no âmbito do ST homônimo sob sua coordenação. A partir de algumas obras referenciais, o artigo problematiza a escrita de uma narrativa oficial da história do patrimônio cultural desde o Iphan que, reproduzida à porfia, incidiu no apagamento de outras experiências preservacionistas no Brasil, bem como àquelas de seus países de fronteira. Em contraponto a essa escrita autocentrada, uma vasta e renovada produção acadêmica, gerada pelos programas de pós-graduação, sobretudo a partir dos anos 2000, é apresentada como possibilidade de repensar outras histórias e narrativas em perspectiva com as problemáticas de uma nova memória disciplinar da história do patrimônio cultural.

Patrícia Alcântara em “O (re)fazer-se historiadora do/no patrimônio contemporâneo: ensaios sobre meus ofícios junto ao Iphan-PI”, se interroga sobre os desafios do(a) profissional de história no campo do patrimônio. Em considerando o debate sobre a regulamentação da profissão historiador(a), sua autorreflexão provoca-nos a refletir sobre o cotidiano de conflitos, tensões e posicionamentos do ofício entre a atuação técnica e a escrita da história. O foco da análise está nos imbricamentos teóricos e metodológicos da operação historiográfica que constituem a prática preservacionista. Claras estão as mediações entre a história da política pública de patrimônio e a renovação da historiografia na perspectiva da abordagem decolonial. Nesse cotidiano revelado, o “(re)fazer historiadora” se ancora em demandas sociais e disciplinares a exigir um constante se posicionar e reposicionar que é político “diante da(s) realidade(s) histórica(s) pretéritas (bem como periféricas), mas também é uma tomada de posição em relação ao presente, ao futuro, ao devir”.

Inspirado no conceito de “escrevivência” da escritora Conceição Evaristo, o artigo “Escrever o patrimônio na educação”, de Carmem Gil, incita-nos a pensar sobre as histórias e memórias das pessoas comuns e suas relações com o patrimônio, pois “abordar o patrimônio na educação implica reconhecer a pluralidade sociocultural que positiva as etnias de ancestralidades não europeias e suas memórias”. Tal abordagem exige uma postura pedagógica que coloca em perspectiva a necessidade de decolonizar os currículos, pois é preciso tirar da invisibilidade os consensos construídos sobre o patrimônio para fazer emergir a memória dos grupos subalternizados. Para pensar o ensino de história a partir do patrimônio debatendo memórias e promovendo uma educação nas relações étnico-raciais, o artigo traz a experiência de estágio a docência, no pátio do Museu Caldas Junior em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, como estudo de caso.

Almir Félix Batista de Oliveira em “Os usos do Patrimônio Cultural no Ensino de História: a sala de aula e os lugares não formais de aprendizagem”, título do ST sob sua coordenação, percorre o quadro atual de usos e apropriações do patrimônio como objeto de estudo no ensino de história em diferentes níveis institucionais e espaços de formação. Na primeira parte, discorre sobre as boas práticas que positivam o uso do patrimônio nas relações do ensino-aprendizagem a partir de quatro questões que devem fundamentar o plano de aula. Na segunda parte, problematiza os trabalhos apresentados em seu ST, classificados em abordagens conceituais de patrimônio amplas e democráticas que partam da história local e valorize o protagonismo dos alunos. Destacam-se os trabalhos do ProffHistória que utilizam do patrimônio como problematizador dos conteúdos abordados, bem como mediadores da história ensinada. Por fim, elencam-se os trabalhos que tratam das “questões de gênero e a transgressão das relações de poder e da possibilidade de preservação e do uso do patrimônio ambiental”.

O artigo “‘Combates pela História Ensinada’: o arquivo escolar como patrimônio documental, fonte e objeto para a

aprendizagem histórica” de Ana Carla Sabino Fernandes, é uma inspiração e uma provocação para pensarmos sobre os caminhos pedagógicos da história ensinada. Toma como reflexão a proposta de promoção de aulas oficinas e o uso de fontes históricas, realizada no Seminário “Combates pela história ensinada”, evidenciando a necessidade de problematizar os diferentes usos e a natureza diversa dos documentos (digitais, nato digitais e físicos). Numa abordagem propositiva e usando exemplos da configuração dos chamados patrimônio documentais como recursos metodológicos potentes para um ensino significativo de história, defende a formação de arquivos escolares em correspondência com o arquivo do estudante de História na escola.

O artigo “Patrimônio, ensino e direito à memória: diálogo entre práticas”, de Andrea Lemos e Gabriel da Silva Vidal Cid, é fruto das reflexões apresentadas no ST de mesmo título, coordenado por ambos, em diálogo com as discussões que pontuam suas trajetórias acadêmicas. Tais reflexões buscam compreender “as lutas sociais que envolvem processos de preservação, integrando a temática do patrimônio aos processos educacionais dirigidos ao ensino de História, que tenham como o eixo de abordagem curricular os movimentos sociais no Brasil”. Ao tempo que problematizam as políticas de memória em perspectiva com os processos de patrimonialização, tensionados por grupos subalternizados, o artigo lança um olhar crítico ao lugar do patrimônio nos currículos do ensino fundamental. Na ideia de uma “politicidade da educação” como expressão dos currículos, defendem a centralidade política do patrimônio nos processos formativos da educação básica.

Isabel Guillen, em seu “Para que serve a educação patrimonial? Ou sobre a apropriação das políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil”, traz como problema historiográfico a configuração da educação patrimonial como campo de estudos e ação que nos possibilita pensar seu alcance na apropriação das políticas públicas de patrimônio cultural. Tal proposição é fruto da experiência acumulada pela docência e pesquisas desenvolvidas

na realização de inventários participativos, no âmbito de sua coordenação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) de História da UFPE. Foi em meio ao patrimônio insurgente protagonizado pelo movimento *Ocupe Estelita* que os projetos do Pibid foram desenvolvidos nos bairros do Recife e Pina. Ali, as problemáticas formuladas nos convidam a tensionar a naturalização dos processos de patrimonialização e o papel da educação patrimonial, pois “o importante é evidenciar quando a categoria patrimônio é acionada para apaziguar conflitos, ou quando é apropriada para contestar práticas e reafirmar direitos à cidade e à memória coletiva”.

III – Patrimônio e Museus, perspectivas do campo e outras (re)definições

Centrado na abordagem sobre decolonialidade e reparação histórica, o artigo “Restituição e reparação: refletindo sobre patrimônios em diáspora”, de Márcia Chuva, põe-nos a pensar de forma instigante sobre as relações entre o campo das políticas públicas de patrimônio e a restituição de bens culturais. Trabalhando com a categoria de patrimônios em diáspora, as ambiguidades e contradições dos casos examinados nos possibilitam acessar o debate sobre a restituição, tendo em conta os usos políticos e sociais que constituem os diversos processos de patrimonialização, lidos na chave da reparação. Em um contexto de demandas por construção de narrativas contra-coloniais, protagonizadas por grupos subalternos silenciados, tal perspectiva se inscreve na arena do patrimônio como direito mediada pelo novo lugar dos museus como espaços de resistência e agente de reparação.

O artigo “Quando patrimônio é caso de polícia: perseguições, aceitações e reconhecimentos na trajetória do patrimônio cultural brasileiro”, de Claudia Baeta Leal, George Patrick Bessoni e Silva e Yussef Campos, evoca suas experiências de profissionais (ligados a gestão) e pesquisadores para pensar os desafios postos ao “patrimônio como política pública, com limites e possibilidades

de ressonância e representatividade”. À luz do entrecruzamento e impactos entre história social, antropologia e entrada de novos sujeitos de atribuição de valor (detentores) a bens e manifestações culturais, a história da historiografia do patrimônio cultural é problematizada a partir dos casos do *Museu de Magia Negra: acervo* (1938), *Ofício dos Mestres de Capoeira e Roda de Capoeira* (2008) e *Maracatu Nação* (2014). De perseguidos a reconhecidos como patrimônio cultural, tais exemplos são lidos na chave das lutas políticas protagonizadas por diversos grupos sociais em contraponto a uma suposta essencialização da ideia de patrimônio como reparação. Contribuem para um exercício necessário para uma nova escrita do patrimônio cultural e construção de novas políticas, novas teorias, novas epistemologias.

Cristina Meneguello em “Patrimônio difícil – um conceito incompleto?” se debruça sobre a desafiadora tarefa de sistematizar os deslocamentos semânticos do conceito de patrimônio difícil. Filha de passados insepultos e lugares que remetem à dor e sofrimento a terminologia de patrimônio difícil tem sido mobilizada para se referir às rupturas e incômodos da memória. Em sintonia com os estudos do passado na dimensão decolonial, as demandas por outros patrimônios (e seus diversos usos) os inscrevem no âmbito das políticas de memória e leis memoriais. Se a definição de patrimônio pressupõe consensos provisórios, patrimônios difíceis são polissêmicos e multivocais, daí às acepções de passados problemáticos e traumáticos, estenderem-se aos patrimônios sombrios, patrimônios vergonhosos, patrimônios indesejáveis, patrimônios dissonantes, enfim patrimônios em disputa. No Brasil, os debates apresentados no ST coordenado por Meneguello e Daniela Pistorello, remetem aos espaços e passados ligados às memórias da escravidão, genocídio indígena, ditadura militar, manicômios, prisões, etc.

Carolina Ruoso, em seu ensaio “Das fichas de leitura de Paulo Freire às referências culturais: valores e critérios de patrimonialização por uma justiça epistêmica”, nos convida a refletir, a partir de sua experiência de pesquisadora e docente,

sobre as potencialidades dos usos das fichas de leituras de Paulo Freire como dispositivo de metodologias participativas de patrimonialização. O uso de palavras, imagens e objetos geradores, referências culturais de uma dada comunidade de valores, constituem o repertório de vocabulários que nomeiam os valores e critérios de patrimonialização contra-hegemônicos. Seguindo tal perspectiva, a autora provoca-nos a “construir uma abordagem em defesa da justiça epistêmica como prática nas negociações e códigos que norteiam as ações dos membros cooperadores nos mundos das artes, dos museus e do patrimônio cultural”.

O artigo “História, Museus e Museologia: reflexões de um encontro de saberes”, de Letícia Julião e Zita Possamai, busca interpellar os cruzamentos disciplinares da interseção em foco, tendo como base as reflexões e debates advindos de trabalhos apresentados em quatro Simpósios Nacional de História. Do breve balanço apresentado, duas perspectivas evidenciadas são analisadas: a história e a historicidade dos museus e as relações entre conhecimento histórico e narrativa museológica. Perfazem este percurso, as problematizações da operação historiográfica sobre os museus e nos museus, considerados espaços privilegiados de reflexões dos usos e apropriações sobre o passado no presente; a linguagem museal, problematizada a partir da noção de representação na historiografia, analisada como gesto potente “em conferir grande alcance social às narrativas da história”; dado o caráter documental de materialidade e visualidade que mediam as exposições são interpostos os desafios para pensar o lugar da história nos museus e os museus de história.

Em “Museologia Social e inventários participativos: contranarrativas e participação social nos processos de patrimonialização”, João Paulo Vieira Neto examina os usos sociais dos inventários participativos como importantes instrumentos mobilizados por distintas comunidades, grupos étnicos e movimentos sociais em contextos do universo da memória e da museologia social em seus processos de patrimonialização. Ao apresentar um breve panorama das experiências de inventariação

participativa mapeadas no âmbito do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC) considera o princípio participativo “uma ferramenta estratégica capaz de provocar rupturas decoloniais na perspectiva hierárquica do patrimônio”.

No artigo “Museu Kanindé: narrativas da memória e consciência étnica”, Suzenilson Kanindé expõe o desejo de problematizar a configuração de uma museologia nativa, desenvolvida pelo cacique Sotero, criador do primeiro museu indígena do Ceará e o segundo do Brasil. Constituída por um sistema próprio de saberes, a museologia indígena por meio dos objetos e da oralidade é vista como um potente dispositivo mnemônico que reatualiza a ancestralidade dos kanindés e conecta seu patrimônio a diferentes formas de resistência e lutas cotidianas. Ao apresentar a singularidade do museu dos kanindés o artigo contribui para pensá-lo como importante espaço de luta pela demarcação de seu território e de reivindicação de uma educação diferenciada, de valorização dos processos tradicionais de transmissão de conhecimento, afirmação étnica e construção de autorrepresentação e contra narrativas constitutivas de processos de autonomia.

Percorrido o itinerário de combates, espero que este livro sobre todas essas histórias que atravessam o patrimônio cultural entre suas trajetórias e perspectivas ofereça uma boa leitura aos interessados no tema. Creio tratar-se de obra que em seu contexto turbulento de fazer indica tanto a pluralidade dos temas dessas histórias quanto do direito que temos para repensar as bases que constituíram várias das próprias formas de narrá-las. Assim, faz olharmos para questões que talvez constituam traços fundamentais de uma herança disciplinar, interdisciplinar e indisciplinar do ofício da história em suas lidas patrimoniais. Evidentemente, os caminhos de (re)existência são vários. A busca por novas éticas de vivência, escrita e ensino parece ser uma das mais constantes.

Fortaleza, 07 de setembro de 2022.

Parte I

Patrimônio e Política,
trajetórias do campo e
(re)construções

Entre resistências: dilemas e desafios para a democratização das práticas patrimoniais no Brasil contemporâneo

Paulo César Garcez Marins

As práticas de resistência têm fascinado gerações de historiadores desde a segunda metade do século XX, algo que ganhou impulso no Brasil especialmente na década de 1980. Foi nesse período que uma renovada historiografia relativa à escravidão, à vida dos imigrantes nas fazendas, dos operários e de trabalhadores urbanos e às mulheres fortaleceu perspectivas interpretativas que frisavam as práticas de negociação, de estratégias de sobrevivência, de politização da vida cotidiana¹.

Tais visadas, que procuravam ressaltar múltiplas formas de resistência social, foram alimentadas por duas décadas de estratégias de combates à ditadura iniciada em 1964, que oprimiu

1 Sem pretensão de ser minimamente exaustivo, pode-se apontar como marcos dessa produção os livros de: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ALVIM, Zuleika M. F.. *Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984; RAGO, Margareth L. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

duramente as universidades e circuitos intelectuais, o que acabou por fortalecê-las como espaço de reflexão crítica e de contraste político ao regime. Essa renovação historiográfica manteve sinergia também com o ambiente de redemocratização em curso desde as eleições de 1982, que ganharam força com a campanha das Diretas Já entre 1983 e 1984, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 e a promulgação da Constituição de 1988. As práticas de resistência no passado e naquele presente entrelaçavam-se no pensamento daqueles que procuravam manter as bases de uma vida mais democrática e inclusiva, o que certamente colaborou também para os alargamentos conceituais relativos às políticas de preservação do patrimônio cultural. A década de 80 foi um período de reconstrução, em que as resistências materializavam possibilidades, tanto nas miradas para o passado, quanto no que se queria projetar para as décadas futuras.

Quarenta anos depois, encontramos-nos numa encruzilhada semelhante. As formas de resistência ganham novos sentidos e novas urgências, para que se preservem as conquistas políticas que cimentaram a construção de uma sociedade que se redesenhou, inclusive simbolicamente. Estamos em um tempo em que as resistências têm sido o mote da ação de diversos segmentos e movimentos sociais nos últimos anos, visto que se acentuaram e se explicitaram embates e assimetrias que organizam e hierarquizam a sociedade brasileira há décadas, quando não há séculos. São combates por conquistas econômicas que diminuiram os contrastes sociais; pelas conquistas políticas, que asseguraram um dos mais longevos períodos democráticos do país; pelas conquistas em prol de um equilíbrio entre gêneros, etnias e diferenças regionais. Fomos surpreendidos pela necessidade de resistir em prol da vida humana diante de um quadro pandêmico, em prol da natureza cada vez mais devastada, em prol de populações economicamente frágeis, em prol de instituições, em prol, o que é de todo surpreendente, do regime democrático.

A aurora da década de 2020 caracterizou-se também por ser um tempo de resistir por princípios constitucionais relativos

à salvaguarda do patrimônio cultural, em sua acepção ampla definida pelo artigo 216 da Constituição de 1988, que frisa sermos legatários dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Tal legado foi sendo construído, não sem percalços, por meio da ampliação progressiva do conceito de patrimônio cultural e, por consequência, das práticas de valorização e salvaguarda, governamentais e não governamentais, que se acentuaram a partir da década de 1980.²

Se tomarmos os tombamentos federais como índice das transformações axiológicas esboçadas nessa década, é possível perceber que se iniciou um processo de revisão, e de resistência, a décadas de exclusão das memórias geradas pelos critérios de valor do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desde a década de 1930, como frisou Maria Cecília Londres Fonseca.³ No âmbito das revisões étnico-raciais, foi o momento em que se preservaram o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, o terreiro da Casa Branca do Engenho Velho (1986), tombamento pioneiro dos terreiros afro-brasileiros, bem como o patrimônio gerado pela imigração, em Antônio Prado (1990) e no Casarão do Chá (em 1985 e 1986). Foi também quando se começou a tombar com maior frequência edifícios marcados pelo Ecletismo, detestado por Lucio Costa, seja nos palacetes de Belém em Nazaré e na Avenida Malcher, em 1985; ou do hotel Copacabana Palace, em 1986, ao mesmo tempo em que se perdia em São Paulo, em dois fins de semana, a memória das elites e dos construtores ligados à imigração por meio da derrubada em massa de palacetes da Avenida Paulista. Ao rol dessas ações pioneiras, se somou a preservação das memórias do povo de das culturas ditas populares, como no tombamento do presépio mecânico do Pipiripau (1984), dos ex-votos do Santuário de Congonhas (1981) e do conjunto do “sacro monte” de Monte Santo, na Bahia (em 1983).

2 Cf. CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 35, p. 79-103, 2017.

3 Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1997.

Foi por ação de resistência de lideranças comunitárias, de servidores públicos, de conselheiros, de políticos, de intelectuais, de religiosos, de artistas, de artesãos, de estudantes que se pode acumular “vitórias” patrimoniais desde a década de 1980. A partir de então, outros esforços foram realizados no sentido de expandir o raio de conhecimento e reconhecimento de expressões dos grupos formadores. Os terreiros, por exemplo, passaram a ser inventariados em vários estados do país, na sequência de uma experiência paradigmática na Bahia.⁴ Deve-se também mencionar a proteção de bens identificados por meio de inventários participativos voltados ao conhecimento do patrimônio gerado por grupos ligados à imigração.⁵ No âmbito dos bens imateriais, destaca-se o reconhecimento oficial, em um país que se imagina recorrentemente monófono, da riqueza de suas centenas de línguas, alvo do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, instituído em 2010,⁶ que mapeia aquelas de origem indígena, afro-brasileira, de crioulas, de sinais, além das oriundas da imigração. Também se disseminaram as práticas de salvaguarda do patrimônio arqueológico, uma imensa conquista dos últimos 30 anos, que colaborou mesmo para a profissionalização dos arqueólogos.

E ainda aquela que é percebida como a vitória mais cintilante, na qual depositaram-se muitas expectativas de expiação de nossas “culpas” patrimoniais, o registro e salvaguarda do patrimônio imaterial. Somam-se até 2021, 49 bens registrados durante os cerca de 20 anos passados desde o primeiro reconhecimento, do ofício das paneleiras de Goiabeiras em 2002. Tal quantidade, é forçoso reconhecer, é de pouca monta. Os procedimentos legais de registro foram, no entanto, capazes de inverter, ao menos nominalmente, a responsabilidade de ação de salvaguarda, deslocada da vontade

4 Cf. SANT'ANNA, Marcia. O projeto MAMNBA: contexto político institucional, desdobramentos conceituais e técnicos. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, 1-17, 2020.

5 Cf. NASCIMENTO, Flavia Brito do; SCIFONI, Simone. Preservación del patrimonio cultural y participación social: las experiencias en Iguape y Registro (San Pablo, Brasil). *Revista America Patrimonio*, Santiago, n. 7, p. 127-137, 2015.

6 MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Gragoatá*, v. 17, n. 32, 2012.

altiva e onipotente do servidor público e do conselheiro, para o cidadão comum, o detentor, que, segundo a Resolução 001, de 03 de agosto de 2006, deve necessariamente manifestar interesse ou anuir a instauração do processo de registro. Tal mudança de polo é efetivamente uma conquista, possível diante da retração do Estado e de seus aparelhos governamentais diante da vontade de quem, afinal, é responsável e viabilizador da preservação patrimonial.

Já no âmbito da gestão, tivemos que esperar pela década de 2000, para que projetos de intervenção urbanística e de restauração em áreas tombadas focassem interesses mais extensivos, mais radicados em demandas locais, e menos na panaceia turística, que longe de se eliminar todos os males, os agravou em diversas situações, instituídas e estimuladas a partir da espetacularização do Pelourinho iniciada em 1992. Ainda está por ser escrita, aliás, uma aprofundada abordagem dos impactos sociais e individuais gerados por esse projeto de “revitalização” que saia das escalas amplas e das descrições gerais, quantitativas, e que chegue a uma memória social das expulsões.

Esse padrão expulsivo estabelecido em Salvador só foi contrastado, e numa escala ainda modesta, a partir da sétima etapa de intervenção em seu centro histórico e, em âmbito nacional, na segunda fase do Programa Monumenta.⁷ Tais reversões só aconteceram mediante, sabemos, o uso de muitas formas de resistências, nas ruas, nas urnas, nas mesas de planejamento e de projeto.

Chegou-se à década de 2020 com ganhos significativos de toda ordem na esfera patrimonial, seja pela ampliação dos sujeitos que têm seus testemunhos preservados e dignificados pelo Estado, sujeitos que, aliás, passaram a integrar metodologias participativas em que sua presença chega a ser *sine qua non* por determinação normativa; seja pelas redes patrimoniais que se ampliaram, com a presença de inúmeros comitês nacionais de organizações internacionais.

7 Cf. REBOUÇAS, Thais de Miranda. *Costurando escalas: 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012; BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan, 2010.

O próprio Grupo de Trabalho (GT) História e Patrimônio Cultural da Anpuh, criado em 2011, é evidência da aproximação cada vez maior dos historiadores com um campo que lhe é completamente afim, mas no qual se fizeram pouco presentes em relação a outros segmentos da atividade institucional ou historiográfica. Campo tradicionalmente dominado por arquitetos, a esfera patrimonial cumpriu por décadas o célebre interdito – e vaticínio – de Lúcio Costa, que os considerava derivativos, presos à “curiosidade de ofício que os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição”. Os historiadores eram, segundo ele, substituíveis por “estudantes universitários em período de férias e intelectuais de diversas categorias, necessitados de amparo”.⁸ Não por acaso, foram durante décadas bem vindos para questões de datas, de cronologias, de nomes em registros de cartórios. Foi certamente mais uma forma de resistência aquela que inseriu as questões das temporalidades, da historicidade, dos debates em torno da memória e das identidades plurais no campo patrimonial.

Foram e são vitórias baseadas em resistências capilarizadas na sociedade, em diversos naipes de agentes, que ainda estão por construir ações de preservação constitucionalmente abrangentes. Ainda estamos, sabemos, muito longe de nos colocarmos as dúvidas de Régis Debray quanto ao “abuso monumental”, a “banalização do patrimônio” ou da “inflação patrimonial” apontada, não sem preconceitos, por Françoise Choay e por Nathalie Heinich.⁹

Mas refletir sobre as resistências que afetam e constroem o campo patrimonial implica também em resistir à sedução de fazer-se a apologia das conquistas obtidas, algo quase irresistível diante de um quadro contemporâneo largamente desanimador, em que instituições como as universidades, órgãos de fomento à pesquisa,

8 PESSOA, José (org.). *Lucio Costa: Documentos de trabalho* Rio de Janeiro: IPHAN, 1999, p. 87.

9 Cf. CHOAY, Françoise. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992; HEINICH, Nathalie. *La fabrique du patrimoine: "de la cathédrale à la petite cuillère"*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 2009.

programas de incentivo à cultura e ao patrimônio e os próprios órgãos patrimoniais são fragilizados, mediante o corte sucessivo de verbas, de quadros de pessoal, de competências e atribuições. A apologia das vitórias, e de um dos sentidos da resistência, acalenta nossas intenções e ansiedades de agir, de transformar e de vencer os obstáculos aos quais se habituou a resistir.

Cabe, assim, tomar as resistências em suas dimensões plurais. Não se faz aqui referência apenas ao que nos satisfaz, as formas de resistência que transformaram e dilataram os sentidos do patrimônio, aquelas que nos seduz a lembrança e com as quais nos identificamos facilmente. Cumpre aqui lembrar que as resistências são multiformes e, no âmbito patrimonial, são tão constitutivas de nossos perfis de ações de conquistas de transformação, quanto aquilo que poderíamos nomear perigosamente de conquistas das permanências, de reação às transformações.

Já me detive em textos anteriores sobre como as práticas patrimoniais federais no Brasil são movidas para a transformação apesar de revezes diversos, tais como a dificuldade de investir financeiramente e funcionalmente em projetos de inventário e salvaguarda do patrimônio imaterial em escala compatível com aquela despendida ao patrimônio material; a dificuldade de registrar numa escala que consiga equilibrar a gigantesca distância, resultado de décadas de precedência, do patrimônio material; a dificuldade de combater uma geografia da nação, e por consequência patrimonial, que associa os negros ao Nordeste, os indígenas ao Centro-Oeste e ao Norte a imigração ao Sul, sendo onipresente apenas as heranças portuguesas. Apontei também a dificuldade de ampliar as práticas participativas de nomeação e de decisão de salvaguarda, que ainda se restringem apenas ao registro patrimônio imaterial.¹⁰

10 Cf. MARINS, P. C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Historicos*, v. 29, p. 9-28, 2016; MARINS, P. C. G.; SCHPUN, M. R. Au-delà des tropiques et des consensus: acteurs, pratiques et enjeux dans l'histoire des parcs et jardins au Brésil. *Brésil(S) - Sciences Humaines et Sociales*, p. 1-5, 2017.

Acima de tudo, como historiador, noto a imensa resistência que se tem em ultrapassar o cânone modernista – tão fusionista e racista quanto o freyriano – de compreensão da sociedade brasileira como uma, mestiça na carne e no passado, mas europeia na herança e no futuro.

A aproximação das comemorações do centenário da Semana de 22 inundou o país de celebrações à antropofagia, às figurações exotizantes de negros e índios, de uma evocação e apelo ao nacional que sequer faziam parte das expectativas da semana, como Aracy Amaral já frisou há décadas.¹¹ O moderno, o modernismo e os modernistas são celebrados por suas rupturas e até mesmo pela aceitação da mestiçagem, mas jamais são sinalizados nos discursos oficiais e celebrativos como instauradores de uma sutil hierarquia de três raças, no qual todos herdaram como primazia e destino a herança eurocêntrica.

E não era apenas nos círculos modernistas que as identidades, e os devires, não europeus eram desprezados ou subsumidos. Nas décadas de 1910 a 1950, celebrar motivos marajoaras, até mesmo na fonte central do pavilhão brasileiro da Exposição Colonial do Mundo Português de 1940,¹² não implicava em lutar pela sobrevivência das populações indígenas contemporâneas ou de suas culturas. Tratava-se sobretudo de uma evocação arqueológica, de algo morto, que podia ser retomado apenas como repertório decorativo. O Museu Paulista durante a gestão Taunay (1917-1945) expunha ou encomendava pinturas representando indígenas e negros submissos aos portugueses e paulistas no passado, que eram extintos simbolicamente naquele tempo pretérito, pois jamais integravam as narrativas relativas aos séculos XIX ou XX.

11 Cf. AMARAL, Aracy A. *Artes plásticas na Semana de 22: subsídios para uma história da renovação das artes no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970, Coleção Debates, vol. 27.

12 LEHMKUHL, Luciene. Art déco e marajoara: brasilidade em disputa, In: *Anais do 27º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas*, 2018, São Paulo. *Anais do 27º Encontro da Anpap*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, 2018, p.1388-1401.

A resistência em reconhecer a sociedade brasileira como múltipla, longe das perigosamente “sedutoras” hierarquias identitárias estabelecidas na primeira metade do século XX, atravessou a segunda metade desse século e, de formas, diversas, ainda habita e resiste em nossos processos de identificação patrimonial e nas narrativas que o patrimônio ainda desenha para o país. O “mapa do Brasil passado”, identificado por Silvana Rubino,¹³ ainda persiste, apesar das vitórias patrimoniais já apontadas.

Tomarei aqui dois exemplos para refletirmos como tais heranças resistem em nossas práticas – e em nós – mesmo quando nos colocamos a desafiar as narrativas excludentes que herdamos. Em primeiro lugar, e dentro de meu foco habitual às práticas federais de preservação, tomo o caso da nomeação de Paraty como patrimônio mundial, em 2019. Apesar do dossiê proposto pelo governo brasileiro enfatizar as heranças caiçaras e a presença quilombola no termo da cidade, indicadores da multiplicidade étnica e da plasticidade política das diversas formas de resistência dessas populações ao longo dos séculos, há uma renitente prática de compreender Paraty como o “porto do ouro”, o que a priva de sua relação direta com o tráfico de escravos para o café, razão principal da riqueza que ergueu a maior parte de sua paisagem arquitetônica tombada. Diz a descrição síntese do bem pela Unesco:

no fim do século XVII, Paraty era o ponto final do Caminho do Ouro, ao longo do qual o ouro era levado para a Europa. Seu porto servia igualmente de porto de entrada de ferramentas e de escravos africanos, enviados para trabalhar nas minas. Um sistema defensivo foi construído para proteger a riqueza do porto e da cidade. O centro histórico de Paraty conservou seu traçado do século XVIII e uma grande parte de sua arquitetura colonial datando do século XVIII e do começo do século XIX.¹⁴

O mito do porto do ouro se sobrepõe a quaisquer outras presenças na leitura do passado material de seu núcleo histórico,

13 Cf. RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, p. 97-105, 1996.

14 <https://whc.unesco.org/fr/list/1308/>. Tradução do autor.

apesar das sucessivas interdições do uso do “caminho velho” a partir de 1710 terem praticamente excluído a vila de seu vínculo com as Minas. A herança colonial é enfatizada, o que não resiste sequer ao exame material das edificações da cidade. A matriz de Nossa Senhora dos Remédios é um edifício neoclássico, inaugurado, como lembra o dossiê, em 1873 e o mesmo se dá em relação à arquitetura civil, em grande parte erguida no século XIX, apesar dos costumeiros traços setecentistas que se alongaram no Brasil durante o oitocentos.¹⁵

Também os engenhos e engenhocas de sua área rural, voltados à cachaça e não ao açúcar e, portanto, à moeda do tráfico nos portos africanos datam do século XIX. Assim, relacionam-se ao tráfico de escravos para o café, que subiam para o Vale do Paraíba, e não à expedição de pães de açúcar para os cais de Lisboa.

Mas estamos preparados para afirmar Paraty também como herança e documento do tráfico de escravos da era do café? Já apontei anteriormente o quanto as heranças portuguesas são absolutamente preponderantes na lista de bens brasileiros do Patrimônio Mundial, mas é inegável frisar que, além de reforçar esse cânone, a maneira como Paraty é tomada atualiza uma narrativa neutralizadora da escravidão que tanto combatemos neste país desde a década de 1960 e especialmente a partir da década de 1980.

Ainda no âmbito das nomeações da Unesco, volto-me à eleição do Cais do Valongo, como patrimônio mundial, em 2017. Questiono-me se a eleição do local do desembarque de populações escravizadas, antes de outros bens que testemunhavam a resistência escrava e já eram tombados federalmente, como a Serra da Barriga, que abriga os restos arqueológicos do Quilombo dos Palmares, não é uma forma de reiteração da memória da submissão. A ilha de Gorée no Senegal em 1978 e o campo de concentração de Auschwitz-Birkenau em 1979 foram eleitos por testemunharem memórias que consideramos traumáticas, a que se

15 PARATY. *Culture and Biodiversity (dossie)*, p. 111. Brasília: Ministry of Culture; Ministry of Environment, 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/list/1308/>.

soma, por exemplo, o Genbaku Dome, tornado memorial da paz de Hiroshima e nominado em 1996. Não há, portanto, obste para se preservar locais ligados diretamente ao tráfico transatlântico.

É inescapável lembrar, todavia, que o Cais do Valongo foi priorizado, na própria área portuária carioca, em relação a locais de resistência social e cultural de populações afro-brasileiras como a Pedra do Sal, ou mesmo a mais que evidente favela do Morro da Providência, criada e expandida durante as reformas urbanas da gestão presidencial de Rodrigues Alves. Fora ela erguida no lugar que foi também denominado Morro da Favela pelas tropas que haviam retornado da dizimação do Arraial de Canudos e que ali identificaram plantas com favas que lembravam aquela, a favela, existente nos arredores de Canudos.¹⁶ O Morro da Providência, ou da Favela, enlaça assim experiências centrais das populações pobres e também negras tanto do sertão baiano quanto na capital federal. Seu nome é um dos vocábulos brasileiros de maior alcance mundial, por designar universalmente, e sem tradução frequente, as moradias populares dos morros cariocas e, por extensão, de grande parte do país.

A homenagem ao passado afro-brasileiro passou, assim, prioritariamente pelo local do tráfico e não pelo das estratégias urbanas de resistência, dos esforços para permanecer no centro da cidade que deveria ser europeizado, de erguer habitações com os despojos da cidade que era demolida. A recusa à pura expulsão para os subúrbios cariocas, em que não havia construção de moradias subsidiadas ou ofertadas pelo Estado, em que o transporte até os locais de trabalho era longo e oneroso e em que as casas erguidas nos loteamentos eram quase sempre impossíveis de adquirir, fez das favelas do centro do Rio, e também da zona Sul, da região tijuicana e da zona suburbana, um local exemplar de resistência social, espacial, urbana e também cultural. Nada disso, entretanto, sensibilizou as autoridades, ou mesmo os

16 Cf. WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In.: SEVECENKI, Nicolau (org.); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 49-130.

movimentos sociais, a priorizar a candidatura do pioneiro Morro da Favela em relação ao caos da escravidão. Resiste-se, paradoxalmente, à resistência.

Deixo os questionamentos em torno das práticas nominativas federais e de seus desdobramentos para entrar no cipoal de sentimentos em torno dos monumentos escultóricos que homenageiam personagens hoje considerados questionáveis ou condenáveis por diversos segmentos da população brasileira. Por integrar o corpo de docentes curadores do Museu Paulista, a instituição que gerou a convenção iconográfica dos bandeirantes a que me dedico a estudar, fui muito chamado para discutir possibilidades de lidar com tais documentos de nosso passado, tendo em vista que esses artefatos celebrativos ainda mantêm sua força discursiva em nossas praças, ruas, museus, livros didáticos, postais, sites e celulares.

Duas soluções para a presença desses monumentos se destacaram nesses debates e também na imprensa e nas redes que pude seguir. A primeira delas preconiza a retirada e a eliminação dos mesmos, vertente que se emblematizou no incêndio do Monumento à Borba Gato, esculpido por Júlio Guerra e situado no bairro de Santo Amaro, ocorrido em 24 de julho de 2021. Outra, advoga a retirada e colocação dos monumentos escultóricos em museus, considerados por muitos como espaços capazes de neutralizar o seu caráter celebrativo dos mesmos e extinguir os efeitos de sua dimensão racista, eurocêntrica, hierarquizadora e excludente.

Para estes novos “vazios” urbanos, surgem soluções diversas como a colocação de novos monumentos, para outros figuras emblemáticas a nos guiar, aos heróis que hoje se podem considerar pertinentes ou generalizáveis, como, no passado, se julgou ser, por exemplo, a figura do bandeirante. Não me escapa, contudo, o caráter conservador – e de resistência certamente – às problematizações da cultura material e das intenções memoriais que devem recair sobre qualquer homenagem.

Na intenção de rever práticas memoriais, é inescapável perceber que segmentos dos chamados “setores progressistas” optam pela eleição de novos heróis e por novos processos de simplificação e personificação que atualizam práticas culturais, simbólicas e políticas da Europa oitocentista que absorvemos ao longo do século XX e que teimamos em não abandonar. Pergunto-me quando afinal dispensaremos a prática, que herdamos do século 19, de homenagear heróis .

Indago-me também quando afinal dispensaremos a imaginação fusionista herdada dos modernistas e disseminada no segundo quartel do século XX, e que nos re-hierarquiza e nos cala diante dos dramas do nosso passado, silêncio – e resistência à transformação – que deita suas consequências em nosso presente.

Estamos, portanto, entre resistências – aquelas que são mais facilmente afeiçoáveis e que nos libertam do passado – e aquelas que nos atraem para o pretérito, que continuam sendo desafios para que continuemos nossa tarefa de construir práticas memoriais mais democráticas.

Referências

ALVIM, Zuleika M. F.. *Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AMARAL, Aracy A. *Artes plásticas na Semana de 22: subsídios para uma história da renovação das artes no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970, Coleção Debates, vol. 27.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHOAY, Françoise. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 35, p. 79-103, 2017.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1997.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HEINICH, Nathalie. *La fabrique du patrimoine: “de la cathédrale à la petite cuillère”*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l’Homme, 2009.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEHMKUHL, Luciene. Art déco e marajoara: brasilidade em disputa, In: Anais do 27º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2018, São Paulo. *Anais do 27º Encontro da Anpap*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, 2018, p.1388-1401.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARINS, P. C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Historicos*, v. 29, p. 9-28, 2016.

MARINS, P. C. G.; SCHPUN, M. R. Au-delà des tropiques et des consensus: acteurs, pratiques et enjeux dans l’histoire des parcs et jardins au Brésil. *Brésil(S) - Sciences Humaines et Sociales*, p. 1-5, 2017.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Gragoatá*, v, 17, n. 32, 2012.

NASCIMENTO, Flavia Brito do; SCIFONI, Simone. Preservación del patrimonio cultural y participación social: las experiencias en Iguape y Registro (San Pablo, Brasil). *Revista America Patrimonio*, Santiago, n. 7, p. 127-137, 2015.

PARATY. *Culture and Biodiversity (dossie)*. Brasília: Ministry of Culture; Ministry of Environment, 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/list/1308/>.

PESSOA, José (org.). *Lucio Costa: Documentos de trabalho* Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

RAGO, Margareth L. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

REBOUÇAS, Thais de Miranda. *Costurando escalas: 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, p. 97-105, 1996.

SANT'ANNA, Marcia. O projeto MAMNBA: contexto político institucional, desdobramentos conceituais e técnicos. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, 1-17, 2020.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In.: SEVECENKI, Nicolau (org.); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 49-130.

Construção democrática dos sistemas setoriais de cultura: o campo do patrimônio e os desafios da participação

Lia Calabre

Quando tratamos das delimitações históricas das políticas culturais no Brasil, há uma certa unanimidade em torno da demarcação da década de 1930 como aquela na qual se reconhece o início do que poderíamos chamar de políticas públicas de cultura. Entre as ações e políticas estruturantes, no campo da cultura deste período, temos as relativas ao patrimônio, que podem ser consideradas como as que, historicamente, possuem maior efetividade e duração. Nos anos 1930, foram implementadas diversas iniciativas por parte do governo federal, visando à construção de um arcabouço institucional mais estruturante. Entre essas, podemos destacar a criação dos Institutos Nacionais do Livro, de Teatro ou de Cinema Educativo. Todos foram organismos que apresentaram em suas legislações elementos que poderiam contribuir com a criação de sistemas setoriais, tais como o de bibliotecas, discutidos e/ou construídos ao longo do século XX - em meio a vários avanços e retrocessos - e estruturados, mais efetivamente, no século XXI.

É na busca de refletir sobre o processo de construção dos sistemas setoriais de cultura no Brasil, do século XXI, dentro de uma lógica democrática e participativa, que o presente artigo abordará o tema do patrimônio. O tema será trabalhado como integrante do campo das políticas culturais, vivenciando um processo de construção de gestão da cultura com base em

ações mais sistêmicas. A área de patrimônio por sua própria estruturação e especificidades, tem sido estudada, e muitas vezes gerida, como uma esfera autônoma, independente do restante das políticas públicas de cultura. Isso provoca reflexos, inclusive, na área dos estudos sobre patrimônio, que somente no século XXI começa a ser considerado como integrante do campo das políticas de cultura como um todo. Ainda que outros órgãos da estrutura federal sejam tão ou mais longevos que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como é o caso da Fundação Biblioteca Nacional -, o órgão (e a área) foi sendo estruturado como uma unidade isolada e autônoma, com presença nacional, e com autonomia técnica. Parte dessa lógica se explica pelas especificidades das funções atribuídas ao órgão, assim como a busca por parte dos servidores de uma proteção legal para as ações desenvolvidas e decisões tomadas, dentro da lógica do conhecimento técnico, visando a se proteger das intempéries políticas que costumam acompanhar as trocas de governo. Mesmo com as várias estratégias de proteção, o Iphan vivenciou, nesses um pouco mais de 80 anos de existência, vários momentos de crise institucional.

A relação mais efetiva da área do patrimônio com a do conjunto das políticas culturais, no Brasil, começa a ficar melhor desenhada a partir dos debates, estruturação e promulgação da Constituição de 1988. Podemos, sem dúvida, argumentar que é exatamente com o novo texto constitucional, tanto sob sua inspiração, quanto sob suas determinações, que passamos assistir a esforços mais efetivos para a estruturação mesmo do campo das políticas culturais, tendo a área do patrimônio como de uma de suas setoriais.

Nesses tempos atuais de ataques intensos ao campo da cultura, assim como ao da educação; de tentativas incessantes de desmonte de instituições, projetos e políticas - por mais longevas que essas últimas sejam; torna-se muito mais importante colocar em discussão a urgência da construção de um sistema nacional de patrimônio cultural, no qual os três níveis de governo estejam

envolvidos, como já prevê o texto constitucional em vigor. A experiência histórica tem nos fornecido amostras da importância do fortalecimento, nos territórios, da apropriação social do patrimônio, assim como, do papel essencial cumprido pelas comunidades locais nos processos de tombamento e salvaguarda dos patrimônios culturais. O compartilhamento tanto de decisões, quanto de responsabilidades entre os diversos níveis de governo e a sociedade, contribui para uma maior democratização sobre os processos de patrimonialização e, por conseguinte, tende a aumentar a capacidade de resistência aos desmontes promovidos, por exemplo, por governos de vieses autoritários e neoliberais.

Questões preliminares

Segundo o Antônio Arantes, a expressão patrimônio cultural designa:

o conjunto de bens tangíveis e intangíveis que participam da construção do pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social no âmbito dos processos de formação e transformação das nações contemporâneas.¹

Porém, o processo de atribuição da categoria patrimônio às práticas das comunidades, os elementos que a representam, às construções que contam as suas histórias são, ainda segundo Arantes, “instituídos por um complexo processo de atribuição de valor [...], que é feita em nome do interesse público”, com fundamento no conhecimento acadêmico e obedecendo a preceitos jurídicos e administrativos específicos.² Tais bens não correspondem, necessariamente, aos costumes, práticas ou hábitos das comunidades locais, as decisões estão lastreadas pelo saber técnico e pela normatização jurídica.

1 ARANTES, Antônio A. Patrimônio Cultural. In.: LIMA. Antônio Carlos de Souza (coord.). *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Blumenau: Laced/ Nova Letra, 2012, p. 110.

2 *Ibidem*, p. 111.

Revisitando a história da construção, da estruturação e do fortalecimento da área de preservação do patrimônio do governo federal, vemos que ela não foge às tristes tradições que, segundo Albino Rubim, acompanharam a elaboração e implementação de políticas culturais no Brasil do século XX. Segundo o autor:

a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.³

Algumas das ações e das construções de instituições mais estruturantes nesse campo ocorreram nos momentos de exceção democrática, mais especificamente durante o Estado Novo (1937-1945) e da ditadura civil-militar (1964-1985). Esse é o caso da área do patrimônio cultural, com a criação do SPHAN em 1937, transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1970. Datam ainda da década de 1970, o lançamento do Programa Cidades Históricas (PCH) e a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (PRÓ-MEMÓRIA)

A outra triste tradição apontada por Rubim é a da descontinuidade. Ainda que, na área de patrimônio, o Iphan tenha sido mantido em sua íntegra, em alguns momentos de sua história, o órgão sofreu com a escassez de recursos, o esvaziamento do quadro técnico funcional, além das constantes tentativas de diminuição do poder de fiscalização (com a de emissão de multas e de embargos de obras) e da retirada da função de licenciamento do mesmo. Na década de 1970, por exemplo, o Programa Cidade Históricas (PCH), foi elaborado na área do Ministério Planejamento como uma ação quase emergencial dadas as precárias condições orçamentárias e técnicas que o Iphan vivenciava, assim como pelo péssimo estado de preservação que se encontravam os sítios históricos tombados.

3 RUBIM, Antônio Albino C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In.: RUBIM, Antônio Albino C; BARBALHO, Alexandre. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007, p. 11.

Tratando ainda do período da ditadura civil-militar, em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura, dividido em: Câmara de Artes, Câmara de Letras, Câmara de Ciências Humanas, Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Comissão de Legislação e Normas. Compunham a câmara de patrimônio Rodrigo Mello Franco de Andrade (que a presidia), Afonso Arinos de Mello Franco, Augusto Meyer, Hélio Vianna, Dom Marcos Barbosa e Pedro Calmon. A Câmara era secretariada por Amália Lucy Geisel. Muitas das ações de apoio financeiro para a área patrimonial, em especial no período de 1967 a 1974, foram analisadas e aprovadas no âmbito do Conselho Federal de Cultura (CFC), atuando como um órgão paralelo ao Iphan.

Entre os projetos estruturantes, elaborados pelo CFC para a área da cultura, estava o da criação de sistemas setoriais envolvendo os diversos níveis de governo, sob a coordenação de um órgão central do governo federal. Haveria assim, segundo os estudos apresentados, um sistema nacional de bibliotecas, um sistema nacional de arquivos, um sistema nacional de museus e um também de patrimônio (entre outros). O projeto foi algumas vezes discutido e levado para o ministro da Educação e Cultura, mas a área não possuía dentro do MEC robustez, estrutura de pessoal suficiente para a implementação de um projeto de tamanha envergadura. Em sua tese, Tatyana de Amaral Maia utiliza a alcunha “Cardeais da Cultura Nacional”, ao se referir aos Conselheiros do CFC no período de 1967-1975.⁴ Certamente, a visão de cultura com a qual operavam os membros do CFC era a das artes e das obras canônicas, limitada pelo campo conservador e erudito. Porém, é interessante notar que o campo das linguagens artísticas compunha duas das quatro câmaras (a de letras e a de artes), também estavam dentro da abrangência do campo da cultura as ciências humanas, além, é óbvio, do tradicional campo do patrimônio. Isso significa dizer que, mesmo abordando o campo da cultura por um viés muito conservador e elitista, os membros

4 Cf. MAIA, Tatyana de Amaral. *Os Cardeais da Cultura Nacional*. O Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural/ Iluminuras, 2012.

do CFC operavam com um conceito um pouco mais ampliado de cultura, não restrito ao campo das linguagens artísticas, mais baseado na problemática da formação das identidades nacionais, uma temática cara aos governos autoritários.

Também data da década de 1970 uma série de ações, realizadas pela Unesco, na direção da preservação do patrimônio cultural (inclusive o natural e o arqueológico), incluindo as primeiras discussões sobre a salvaguarda do patrimônio imaterial. Todo esse movimento é acompanhado de um esforço maior da Organização visando a realização da 1ª Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT), que teve lugar em 1982, no México. Toda essa conjuntura internacional tem reflexos nas ações, programas e políticas implementadas pelo governo brasileiro, em termos gerais de políticas culturais, assim como no campo específico do patrimônio. A elaboração de uma Política Nacional de Cultura (PNC), a criação de novos órgãos – como a Fundação Nacional de Arte (Funarte) e a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), são frutos dessa conjuntura que conduz a uma série de avanços setoriais, mas que ainda mantém suas origens em processos de decisão autoritários, sem a participação social, sem consulta aos que seriam atingidos ou estariam envolvidos com as mesmas.

Na década de 1990, no Brasil especialmente, é marcada por um processo de tentativa de redução dos quadros e funções do Estado – tempos de neoliberalismo. No campo da cultura é o momento de prevalência, quase que absoluta, dos modelos das leis de incentivo que passam para o mercado o poder de decisão sobre os investimentos no campo, inclusive na área do patrimônio. Deve-se ressaltar, que os projetos de restauração de bens tombados costumam ter custos muito elevados e, que a grande maioria, nesse período, foi realizado através das leis de incentivo à cultura. Foi seguindo um processo de descontinuidade de políticas e ações, de desinvestimento público direto, acompanhado por um projeto neoliberal de retirada do estado do campo de decisão na área cultural, que o país chegou aos anos 2000 e ao governo do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nomeia para o posto de ministro da Cultura o cantor e compositor Gilberto Gil.

Anos 2000: a construção de políticas, democráticas, participativas e estruturantes.

É exatamente a partir desse começo de século, em especial nessa primeira década dos anos 2000, que diversas transformações ocorrem no campo da gestão pública da cultura brasileira no nível federal, dentre elas a inserção efetiva e crescente da participação social no processo de construção de políticas públicas. O novo governo empreendeu, logo de início, esforços na direção da construção de políticas de cultura, em bases democráticas, que não estiveram presentes na agenda dos governos anteriores. Políticas essas que vão buscar a transformação de algumas práticas de poder secularmente enraizadas na cultura política brasileira, em especial de exclusão sistemática de parte significativa dos atores sociais das arenas de discussão e de decisão de políticas públicas.

O país passou a experimentar um movimento de incorporação mais efetiva da noção e da normatização do direito à cultura pela gestão pública, foi um processo de aprendizagem do direito a ter direitos. São criadas ferramentas, tais como, o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, dentro dos mecanismos constitucionais, que buscam fornecer instrumentos para garantir a efetividade dos direitos. Um dos desafios desse desenho de políticas é o de elaborar linhas gerais de ação do governo federal, de maneira a fortalecer a articulação com estados e, mais especificamente, com os municípios, onde, de fato, as dinâmicas culturais ocorrem e necessitam ser fortalecidas.

Há uma grande complexidade na relação estabelecida entre as medidas de abrangência nacional e as práticas, as dinâmicas e as autonomias locais (ou territoriais). Como trabalhar realidades desiguais, garantindo um nível mais igualitário de acesso às políticas públicas? Vou recorrer aqui às reflexões de Boaventura de Souza Santos sobre direitos universais e cultura, que nos ajudam

a realçar o grau de complexidade da problemática aqui tratada. Entre as questões levantadas pelo sociólogo temos a do alerta para o fato de que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.⁵

As políticas de cultura têm como desafio manter o equilíbrio entre as garantias que devem ser providas a atores múltiplos, sob pena de promover novas assimetrias. Nesse sentido a participação social também deve ser buscada entre esses múltiplos atores. Esse é um dos elementos chave para a obtenção de algum grau de equilíbrio e de eficácia das políticas de maior abrangência social. Victor Vich nos alerta para o fato de que devemos “entender políticas culturais como dispositivos para ativar novos processos sociais e não só como instâncias encarregadas da pura produção ou organização de eventos”.⁶ Ainda segundo o autor, não devemos entender a área da cultura nem como algo harmônico, nem como algo consensual, ela é um campo de disputas atravessado pelas várias tensões sociais.⁷

Nesse contexto complexo, temos os esforços para a construção do Sistema Nacional de Cultura, com o objetivo de criar um arcabouço institucional mínimo que colabore para a estruturação e consolidação de políticas culturais democráticas, corroborando para a formação de uma sociedade mais justa, menos desigual, que respeite as diversidades. Podemos pensar tal processo dentro da lógica do ativamento de novos dispositivos sociais como proposto por Vich. A ideia do sistema - seguindo o desenho de outros sistemas setoriais já existentes - é a de fornecer uma maior institucionalidade para a área, com a exigência da criação de um órgão gestor de cultura, por exemplo, e, ao mesmo tempo, buscar facilitar o diálogo e a execução de ações compartilhadas entre os diferentes níveis de governo, especialmente através de repasses de

5 SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Rev Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 30, 1997.

6 VICH, Victor. *Desculturalizar la cultura: La gestión cultural como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2014, p. 16.

7 *Ibidem*, p. 35.

recursos entre fundos de cultura. Há, ainda, o estímulo efetivo para a adoção de uma prática de gestão pública mais democrática e participativa - na medida em que estabelece a realização de conferências e a criação de um conselho de política cultural paritário e deliberativo - em cada nível específico de governo-, como elementos fundamentais para a participação no Sistema. No desdobramento e funcionamento mais efetivo do SNC estão pensados os Sistemas Setoriais de Cultura.

Entre os esforços prioritários do SNC, estão os de conseguir ampliar o grau de institucionalidade das políticas culturais no conjunto dos níveis de governo - em alguns casos inserir, efetivamente, a cultura na pauta das políticas públicas locais quando ela está completamente ausente. Esse é um processo de longa duração, principalmente levando em consideração os diferentes estágios em que se encontram as relações entre os poderes públicos e o campo da cultura no conjunto do país, com seus mais de cinco mil municípios, muitas especificidades locais e uma enorme diversidade cultural. Entretanto, desejamos também extrapolar a discussão do SNC e colocar a possibilidade de a gestão cultural ser pensada em uma lógica sistêmica ainda mais ampla, como uma dinâmica necessária para a estruturação mínima de políticas públicas, tanto entre níveis de governo, como internamente a cada instância governamental.

A gestão da cultura mantém, obrigatoriamente, relações de trocas constantes com outras áreas. Na construção de políticas de cultura e de gestão cultural mais sistêmica, uma das primeiras condições é a da garantia de reconhecimento sobre a importância da cultura para o desenvolvimento local - municipal ou territorial. Tal reconhecimento, em princípio, deve ocorrer em termos sociais, mas devendo chegar, inclusive, ao campo econômico dependendo das especificidades locais. No caso da área do patrimônio tal compreensão é ainda mais necessária. Incide sobre ela um conjunto de pressões tais como a do mercado imobiliário, da exploração ambiental indiscriminada (que ameaça os sítios arqueológicos ou os patrimônios naturais, por exemplo), a grilagem e especulação

sobre os territórios de comunidades tradicionais ou, ainda, as visões sobre a modernidade e o atraso que costumam ser ativadas pelos que ameaçam os bens patrimoniais.

O direito à cultura é um direito fundamental, não há dúvida! Está garantido na Constituição. A complexidade maior está em incorporar, dentro da lógica da gestão, o conceito de cultura ampliado, não restrito, reduzido, por exemplo, às linguagens artísticas, ou pior: somente a uma parte delas. A cultura a que o princípio constitucional se refere, deve ser pensada de maneira ampla, com toda a complexidade que tal visão possa acarretar, e tendo claro que a responsabilidade pela efetividade de tal direito extrapola os limites de ação de ministérios ou secretarias de cultura. A valorização e o reconhecimento dessa cultura no seu sentido mais amplo, favorece uma atuação pública que vise ao aumento da qualidade de vida da população, articulando a política municipal de cultura – como lócus menor dessa estrutura de estado –, com o conjunto das políticas públicas locais, tais como as regulamentações sobre o uso do solo, por exemplo.

Uma visão mais sistêmica das políticas tende a propiciar um desenho de gestão que garanta o reconhecimento do pluralismo e da diversidade cultural locais, que extrapole as ações das secretarias de cultura. A participação da sociedade no processo de formulação, do acompanhamento e implementação das políticas, em geral, pode permitir a ampliação da base social de sustentação social. Esse diálogo é indispensável, tendo em vista o forte caráter transversal da área da cultura.

Possibilidades e desafios na construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

Os anos 2000 impuseram algumas mudanças à estrutura do Iphan. A primeira a destacar é a da construção efetiva da área responsável pela salvaguarda do patrimônio imaterial, trabalho iniciado no ano 2000, a partir da promulgação do decreto ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A metodologia

desenvolvida para o registro e salvaguarda do patrimônio imaterial prevê, ao longo de todo o processo, a participação da sociedade, dos atores sociais envolvidos com o bem a ser patrimoniado. Tais atores são detentores dos saberes patrimoniais dos quais, preferencialmente, deve surgir a demanda de patrimonialização. O processo então seguirá os trâmites burocráticos, porém, nas diversas etapas do inventário temos a participação e/ou a escuta dos atores sociais envolvidos.

Uma segunda importante mudança ocorrida dentro do Iphan foi a criação, inicialmente, de um departamento específico para tratar das questões dos museus: o Departamento de Museus (Demu). Em 2009, foi criado Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), um órgão autônomo, com regramento próprio, desvinculado da área do Patrimônio Cultural e que absorveu o pessoal do Demu – além de abrir novas vagas para a formação dos quadros técnicos necessários. A criação do Ibram permitiu a incorporação de uma série de novas tipologias de espaços museais, abrindo o diálogo com diferentes atores sociais. Na estrutura do órgão, já está previsto um sistema brasileiro de museus, um cadastro nacional de museus e um sistema de informações e indicadores que permita uma maior capacidade de gestão da área mesmo com a constante escassez de recursos. Os trabalhos do setor já geraram vários estudos sobre os mais diferentes aspectos da área. Foi também estruturada uma Política Nacional de Museus, lançada em 2003, à qual foram acrescentadas políticas sub setoriais, como, por exemplo, a da área de educação museal.

Ao longo dos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, a área de patrimônio iniciou processos de estudos, inclusive a partir da contratação de consultorias, para a estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. A área do patrimônio apresenta inúmeras dificuldades e um alto grau de complexidade, em qualquer exercício que se faça, na direção da construção de um sistema que envolva os três níveis de governo. Os órgãos estaduais responsáveis pela área de patrimônio foram sendo constituídos, estruturados e

reestruturados ao longo do século passado. Muitos deles tinham a legislação e os regramentos do Iphan como parâmetros, outros foram desenvolvendo metodologias e práticas de ação mais focadas nas realidades locais, ou mais suscetíveis às pressões dos *lobbies* do território.

A título de exemplificação das particularidades regionais, podemos citar um dos Institutos estaduais que tem seu trabalho muito bem reconhecido, nacional e internacionalmente, que é o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, o IEPHA/MG, criado em 1971. O estado de Minas Gerais, concentra um número significativo de cidades históricas e detém um alto percentual de bens tombados nacionalmente, isso sem falarmos na riqueza e diversidade do patrimônio imaterial. Ao longo desses 50 anos de existência o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) desenvolveu trabalhos nas diversas áreas técnicas (cursos, formações, oficinas), inventariou parte significativa do patrimônio existente, criou estratégias de financiamento de maneira a incentivar os municípios a assumirem parte da responsabilidade com o patrimônio local (com o programa do ICMS Cultural), criou ações para envolver as comunidades locais, entre outras inúmeras outras ações.

Na ausência, por exemplo, de um sistema nacional de informação patrimonial, o instituto mineiro, desenvolveu ainda metodologias e sistemas próprios de registro e difusão de informação. Ao olharmos para as superintendências estaduais do próprio Iphan, podemos verificar formas particulares de trabalhar e de disponibilizar (ou não) os registros dos bens tombados. Enfim, olhando somente para o campo da produção e da disseminação de informação, podemos vislumbrar muito trabalho a ser realizado para que se atinja a meta de criação de uma base de dados nacional alimentada por informações dos três níveis de governo. As dificuldades impostas não devem servir de desculpa para a não realização da tarefa, que se mostra cada vez mais urgente e necessária para a proteção do conjunto do patrimônio cultural do país, mas não se pode desconsiderar a

dimensão do desafio para que se possa buscar um planejamento mais factível para sua realização.

A discussão sobre a importância da estruturação dos sistemas setoriais de cultura foi se tornando mais intensa à medida em que o próprio SNC foi sendo estruturado. Com a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Cultura, em 2012, era chegado o momento de investir nos desdobramentos do mesmo. Naquele momento, Jurema Machado assumiu a presidência do Iphan, com a incumbência de modernizar a área e de promover o estreitamento das relações entre os campos - do patrimônio e das políticas culturais. Com uma larga trajetória e experiência profissionais tanto no campo do patrimônio (havia presidido o IEPHA-MG) como no campo mais ampliado das políticas culturais (foi a representante da área cultural da Unesco-Brasil), havia aceitado o desafio. No início de 2015 com a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, e o retorno do Ministro Juca Ferreira ao então Ministério da Cultura, a retomada do projeto de construção de um sistema de patrimônio foi colocada como um dos desafios prioritários.⁸

Segundo Jurema Machado, em uma entrevista à revista PH do Instituto Andaluz de Patrimônio Cultural, o principal desafio que estava posto para aquela nova gestão era, exatamente, a de institucionalizar a gestão do patrimônio em cooperação com os três níveis de governo, assim como, com a participação da sociedade civil.⁹ Ela chamava a atenção para a complexidade da ação, para os possíveis conflitos que poderiam vir a ocorrer, especialmente em relação às legislações urbanas locais e outros interesses e práticas locais.

Um sistema nacional de patrimônio certamente deve ser composto por uma série de divisões por áreas. Há um primeiro nível de divisão que poderia estar baseado nas tipologias de patrimônio:

8 Jurema Machado se manteve na presidência do Iphan até 2016, ano do impeachment da presidenta Dilma e do início do desmonte das estruturas do Ministério da Cultura, com uma tentativa inicial de extinção do Ministério da Cultura (Minc), fato que somente ocorreu no governo seguinte.

9 MACHADO, Jurema. ENTREVISTA. *Revista PH - Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 87, p. 237, 2015.

material, imaterial, arqueológico, natural, etc. Para cada um desses níveis novas divisões específicas deveriam surgir, tais como o das formações técnicas, das indexações, das legislações para os diversos níveis. Enfim, há um vasto trabalho de sistematização dos saberes técnicos e das práticas de patrimonialização correntes a ser realizado.

Agora um outro grande e inovador desafio que estava (e está) posto é o da criação de mecanismos que permitam uma participação social mais efetiva nas ações de tombamento e salvaguarda das variadas tipologias de patrimônio. O desafio é complexo e urgente. As constantes crises, ataques e desmontes que a área das políticas culturais e do patrimônio vieram enfrentando com a chegada ao poder do presidente Bolsonaro, comprovam a urgência das tarefas de ampliação do diálogo e da interação entre os inúmeros órgãos de patrimônio dos diversos níveis de governo entre si e com a sociedade em geral. Os tempos são de desmonte, de desrespeito às regras e aos acordos. Mas são também de denúncia, de luta e de resistência, visando à construção de um futuro mais democrático e respeitoso com o valoroso conjunto do patrimônio do país.

Referências

ARANTES, Antônio A. Patrimônio Cultural. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza (coord.). *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Blumenau: Laced/ Nova Letra, 2012.

MACHADO, Jurema. ENTREVISTA. *Revista PH - Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 87, 2015.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os Cardeais da Cultura Nacional*. O Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975). São Paulo: Itáu Cultural/ Iluminuras, 2012.

RUBIM, Antônio Albino C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio Albino C; BARBALHO, Alexandre. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Rev Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 30, 1997.

VICH, Victor. *Desculturalizar la cultura: La gestión cultural como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2014.

O patrimônio cultural e a construção de identidades nacionais, regionais e étnicas: contribuições a partir de pesquisas acadêmicas

Alessander Kerber

Cintia Regia Rodrigues

Introdução

Um dos principais motivos que explicam o investimento e as disputas em relação ao patrimônio cultural é o fato de que ele é uma forma de representar as identidades dos grupos sociais. Ao selecionar patrimônios para representar as identidades, estabelecem-se relações de poder dentro do grupo representado e na relação com outros grupos sociais, valoriza-se determinados sujeitos em detrimento de outros, estabelecem-se expectativas em relação ao grupo, hierarquias, exclusões, enfim, relações de poder. No presente capítulo, vamos abordar essas relações entre identidades e patrimônio. Mais especificamente, os conceitos de identidade nacional, regional e étnica, as relações e diferenças entre esses três “tipos” de identidades e exemplificá-las através da seleção de algumas das pesquisas apresentadas nos três simpósios temáticos sobre Patrimônio, Culturas e Identidades que organizamos nos anos de 2016, 2018 e 2021, respectivamente dos I, II e III Seminário Nacional do GT História e Patrimônio cultural da Anpuh e foram publicadas nos Anais de cada edição do evento, e constam nas páginas dos três seminários nacionais. Dentre as pesquisas apresentadas ao longo desses três simpósios temáticos,

selecionamos algumas que mais estabelecem relação com as discussões propostas no presente capítulo, ao passo que nos debruçamos especificamente em três trabalhos apresentados, que se articulam aos debates das identidades regionais e as identidades étnicas. Quanto aos títulos dos três eventos que ocorreram: I Seminário Nacional história e patrimônio: desafios e perspectivas, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na cidade de Porto Alegre (RS), II Seminário Nacional história e patrimônio cultural: patrimônio, democracia e políticas públicas, realizado na Unirio, no Rio de Janeiro/RJ, e o III Seminário Nacional – patrimônio, resistências e direitos – história e patrimônio cultural, realizado no formato online, pela UFC/CE, no Ceará. Já os três simpósios temáticos organizados, foram respectivamente intitulados: Patrimônio, culturas e identidades, Patrimônio, democracia e políticas públicas e Patrimônio, culturas, identidades e relações de poder.

O antropólogo Llorenç Prats afirma que o caráter simbólico do patrimônio e sua capacidade de representar uma identidade explica os interesses e a mobilização de recursos para sua preservação e exposição.¹ Há muito não se compreende mais identidade como alguma “essência” dos grupos sociais. Assim, “perda de identidade” é uma expressão enganadora e bem diferente de “crise de identidade” de que fala Erikson, ou da perda de condições de construir a identidade. As identidades são construídas no presente, nas necessidades presentes, ainda que busquem suas representações no passado. Elas são construções sociais em constante disputa, pois a forma de representá-las estabelece relações de poder dentro dos grupos representados e nas relações com outros grupos sociais. A escolha de determinados patrimônios para representar os grupos sociais, bem como a escolha da forma como esses patrimônios serão preservados e apresentados à sociedade, estabelece a valorização determinados sujeitos em detrimento de outros dentro desses grupos, estabelece expectativas em relação ao grupo, hierarquias, inclui e exclui sujeitos no grupo, enfim, estabelece relações de

1 PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004, p. 15-22.

poder. No presente artigo, vamos abordar essas relações entre identidades e patrimônio. Mais especificamente, vamos abordar o conceito de identidade, focalizando três “tipos” delas: a nacional, a regional e a étnica, utilizando, para tanto, algumas das pesquisas apresentadas nos três simpósios temáticos sobre Patrimônio, Culturas e Identidades que organizamos nos anos de 2016, 2018 e 2021 no Seminário Nacional História e Patrimônio da Anpuh. A seguir desenvolvemos reflexões acerca da construção do termo identidade e do debate que a cerca articulando-a ao patrimônio.

Identidade

O conceito de identidade, assim como outros a ele ligados, como o de representação e memória, deixaram desde a primeira metade do século XX de serem utilizados apenas por ciências que tratavam de patologias individuais, como a psiquiatria, a neurologia, a psicologia e a psicanálise, para serem utilizados também por ciências que tratam de coletividades, de grupos sociais. No começo do século XX, em Durkheim e Mauss já criticavam a análise das representações exclusivamente pelo viés psicológico. Eles entendiam que as representações mentais são construídas socialmente e não apenas em nível individual e neurológico, ou seja, a sociologia (como outras áreas de conhecimento sobre as sociedades, como a história) poderia oferecer importantes contribuições para explicá-las.²

Apesar de não existirem elos como neurônios conectando indivíduos para o compartilhamento de representações mentais, há vários meios socialmente constituídos que podem fazer com que os grupos de sujeitos se representem de forma semelhante. Esses meios são capazes de fazer com que esses sujeitos compartilhem as mesmas representações acerca de suas identidades e seu passado. Os patrimônios culturais estão, especialmente nas sociedades contemporâneas, entre os principais meios utilizados para esse fim.

² DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. *Journal Sociologique*, p. 395-461, 1969.

Um dos trabalhos clássicos a influenciar o debate sobre memória, patrimônio e identidade na área de história e em outras ciências humanas foi o de Maurice Halbwachs, publicado após seu falecimento na metade do século XX. Halbwachs partiu de discussões propostas por Durkheim e Mauss acerca das representações mentais para definir o conceito de memória coletiva. Conforme o autor, os indivíduos participam de dois tipos de memória: a individual, quando querem se diferenciar do seu grupo (ou seja, quando querem construir suas identidades individuais em relação ao seu grupo); e a coletiva, capazes de se comportar simplesmente como membro do grupo contribuindo para manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo.³

Fenômeno similar ocorre em relação às identidades. São formas de representar o “eu” ou o “nós”. O psicólogo social Erik Erikson baseou-se em Freud, para quem “a ideia de identidade tem a ver tanto com os temas individuais de sua biografia, quanto com os dramas sociais da história do grupo e da cultura de que é parte”.⁴ Ele retoma Freud para lembrar o lugar central da vida afetiva e da sexualidade na construção da identidade. Assim,

entre psicólogos sociais e antropólogos, na questão da identidade o que interessa mais é a tessitura das inúmeras formas de relações entre pessoas – tipos sociais de pessoas; entre grupos dentro de uma sociedade (operários e patrões, protestantes e católicos, negros e brancos).⁵

Conforme Hartog, desde o final dos anos 1970 emerge o interesse pela memória (também entre os historiadores).⁶ Com a noção de memória coletiva de Halbwachs, os historiadores detinham essa porta para tratar da memória. Para Pierre Nora, o presente tinha se tornado a categoria da nossa compreensão

3 HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Ed. Albin Michel, 1950, p. 71.

4 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 40.

5 *Ibidem*, p. 38.

6 Cf. HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

de nós mesmos. Ao historiador compete explicar o presente ao presente. “As palavras [conceitos] do presente”: memória, comemoração, patrimônio e identidade (noções para tempos de incerteza).⁷

Desde os anos 1990, com o que Hartog define como crise do regime de historicidade moderno e transição para um regime de historicidade baseado no presente, há uma aceleração da definição de patrimônios. A “patrimonialização galopante dos anos 90” seria um recurso utilizado para tempos de crise das certezas. Torna-se uma maneira de se situar e de se encontrar (construir identidade) além de se proteger do futuro (preservar o futuro). “o patrimônio hoje se encontra preso entre a história e a memória. Ele pertence a uma e a outra, participa do regime de uma e de outra”.

Diante desse contexto, Pollak, ao estabelecer relações entre memória e identidade, aponta para há uma relação estreita entre a memória com o sentimento de identidade, sendo a primeira como projeção ou identificação com determinado passado. Tanto memória quanto identidade são fenômenos construídos a partir de mecanismos conscientes e inconscientes em referência aos outros, em referência a critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade que se faz por meio da negociação direta com os outros.

Ao mesmo tempo, Candau aponta para essas relações, considerando a memória como fonte primordial para o que chamamos de identidade.⁸ No quadro das estratégias identitárias, os indivíduos ou grupos operam escolhas sempre no interior de um repertório flexível e aberto. A memória é a identidade em ação, mas ela pode também ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade. Para o autor, a memória precede a construção da identidade, sendo um dos elementos essenciais da sua busca. Entretanto, se a memória vem antes, a demanda identitária pode vir a reativá-la.

7 HARTOG, François. *Crer em história...* Op. cit., p. 9-117; 175-231.

8 Cf. CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

Ao analisar a construção de identidades, Chartier aponta para as perspectivas que a história cultural trouxe a esta questão, diferenciadas de duas visões existentes anteriormente: uma que as via como resultado de imposições de representações e resistências contra estas, outra que as via como exibição de uma unidade construída a partir de um grupo. O autor afirma que

trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um 'ser-percebido' constitutivo de sua identidade.⁹

A construção das identidades e suas representações tornou-se nas últimas décadas um dos principais na área de história e de outras ciências humanas, especialmente em pesquisas acerca dos patrimônios culturais. Assim também a Psicologia Social tem ressaltado nos fenômenos de representações sociais o papel determinante da “ancoragem”, mecanismo que permite a incorporação do novo por enraizá-lo em alguma representação já conhecida.¹⁰ Destarte, até o desconhecido é imaginado a partir do conhecido. As identidades nacionais, como foram construídas recentemente, recorreram a identidades conhecidas anteriormente, como a étnica e a regional. A seguirmos tratamos de apresentar e analisar os “conceitos” de identidade nacional, identidades étnicas e regionais.

Identidade Nacional

Os sujeitos participam, em geral, de várias identidades. Do mesmo modo, os patrimônios podem ser mobilizados na construção de vários tipos de identidades. Em nossos simpósios

9 CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 73.

10 Cf. JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

temáticos, buscamos analisar esses usos dos patrimônios para construção de identidades principalmente de caráter nacional, regional e étnico, observando que os mesmos patrimônios podem em um momento serem usados como representação de um desses “tipos” de identidades e, em outro momento, de outro, dependendo das relações e interesses que se estabelecem em cada momento. Afinal, os indivíduos são filhos do seu tempo, do seu contexto histórico.

O surgimento do imaginário que constitui a nação está associado a uma questão política: a formação dos Estados Nacionais Modernos. Contudo, a nação não é construída apenas a partir da propaganda e dos elementos coercitivos estatais. Existe um processo de negociação em que vários agentes influenciam num jogo de poder que define as representações desta identidade nacional. Dessa maneira, é interessante fazer um histórico da forma como foi inicialmente abordado este tema, relacionando-o com a forma atual.

Gellner explica que desde o século XIX existiam dois candidatos especialmente promissores para explicar a criação das identidades nacionais: a vontade e a cultura. O autor refere-se ao clássico debate entre os teóricos alemães e os franceses. A corrente alemã, elementos da cultura como língua, folclore e religião determinariam se um sujeito faz parte de uma nação ou de outra.¹¹ Para os franceses, em especial Ernst Renan, o pertencimento a uma nação ocorre por vontade de pertencer a um rico legado cultural, não sendo determinado por esses elementos da cultura.

Numa perspectiva atual, a vontade e o consentimento são, sem dúvida, fundamentais para a construção da identidade nacional. Contudo, a vontade sempre coincide com o medo, a coerção, o constrangimento. Por outro lado, a “vontade” também se aplica a outros grupos não nacionais (clubes, conspirações, bandos, partidos). A cultura, por outro lado, não necessariamente se converte em divisões nacionais. O que explicaria, então, o

11 GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*: trajectos. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 85.

nacionalismo? Para Gellner seria a articulação entre cultura, vontade e organização política/intelectual.¹²

É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. [...] É possível revificar línguas mortas, inventar tradições, restaurar antigas essências bastante fictícias. No entanto, este aspecto, culturalmente criativo, imaginativo, positivamente inventivo, do ardor nacionalista não deveria permitir que ninguém concluísse erradamente que o nacionalismo é uma invenção ideológica, contingente e artificial, que não teria acontecido se aqueles pensadores intrometidos e agitados, sem mais nada que fazer, não o tivessem concebido e fatidicamente injectado no sangue de comunidades de qualquer modo politicamente viáveis.¹³

Anderson definiu nação como uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.

Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão [...] é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se as outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. [...] É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente instituído. [...] é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só se matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas.¹⁴

Foi no decorrer do século XIX que um modelo sobre como devem ser identidades nacionais foi forjado. Segundo Thiesse, no século XIX se constituiu a “*check-list*” das identidades nacionais,

12 GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo...* Op. cit., p. 88.

13 *Ibidem*, p. 89.

14 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 32-34.

um código de símbolos internacionais que define o que todas as nações devem ter: uma história estabelecendo a continuidade da nação; uma série de heróis modelos dos valores nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares memoráveis e uma paisagem típica; uma mentalidade particular; identificações pitorescas – costumes, especialidades culinárias ou animal emblemático.¹⁵ Estes símbolos não são apenas uma superficial lista de adornos, mas são essenciais para a auto-representação das pessoas que se identificam com a nação.

Nesse processo de “escolha” das representações das identidades nacionais, houve uma relação com identidades existentes anteriormente:

a lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas gradualmente, nas sociedades ocidentais à cultura nacional.¹⁶

Segundo Hall, há cinco elementos principais das estratégias discursivas das histórias nacionais¹⁷:

1. Há a narrativa da nação, tal como é contada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular, que fornece uma série de imagens, panoramas, cenários, eventos, símbolos e rituais nacionais, que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos, e os desastres que dão sentido à nação;
2. Ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. A identidade nacional é representada como primordial;
3. Invenção das tradições. Tradição inventada significa um conjunto de práticas, de natureza ritual ou

15 THIESSE, A. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, v. 15, p. 8-9, 2001.

16 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 49.

17 *Ibidem*, p. 52-56.

simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado. Por exemplo, nada parece ser mais antigo e vinculado ao passado imemorial do que a pompa que rodeia a monarquia britânica e suas manifestações cerimoniais públicas. No entanto, na sua forma moderna, ela é produto do final do século XIX;

4. Mito fundacional: uma estória que localiza a origem da nação, do povo, do seu caráter nacional, num passado distante;
5. A identidade nacional é também, frequentemente, representada pela ideia de povo (ou *folk*) puro, original.

Conforme o mesmo autor, nessa construção há o conflito entre unidade X diversidade,¹⁸ pois:

1. a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta;
2. As nações são sempre compostas por diferentes classes sociais, etnias, gêneros;
3. As nações ocidentais modernas foram, também, dentro de impérios, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas colonizadas.

Detienne demonstra a especificidade do uso do termo nação no XIX (e de sua construção e difusão) em comparação com outros termos: gente, raça, nativo, autóctone, indígena.¹⁹ Em concorrência com gente e raça, o conceito de nação designa um conjunto de seres humanos caracterizado por uma comunidade de origem, de língua e de cultura. Em 1668, La Fontaine falou da nação das doninhas (raça animal):

18 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade...* Op. cit., p. 60-62.

19 Cf. DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

a nação não pode ser confundida com aquilo que o Estado pretende ser. Ela implica, com efeito, uma espécie de espontaneidade, essencial para a força de um Povo, com seus sentimentos e suas paixões [...] Uma configuração complexa de representações, de imagens e ideias, eis o que poderia ser aquilo que os acadêmicos evocados chamam de ‘mistério da identidade nacional’.²⁰

É especialmente essa característica das identidades nacionais de serem “imaginadas como soberanas” que as distingue de outras identidades, como as regionais e étnicas.

Identidades étnicas

Etnia se refere a grupos com origem, cultura e identidade em comum. No século XIX, o termo foi muito relacionado e até confundido com “raça”. Os determinismos raciais do XIX estabeleciam diretas relações de consequência entre “raça” e cultura. Desde o início do século XX, esses determinismos raciais foram considerados ultrapassados. Apesar de superadas essas visões deterministas raciais, o imaginário acerca das identidades étnicas busca, em geral, relações com questões como descendência, ancestralidade e parentesco na sua construção. As identidades nacionais, na composição dos seus “*check-lists*” se apropriaram dessa característica das identidades étnicas, buscando representar uma ancestralidade em comum.

Diferentemente de uma posição mais antiga, que acreditava que as etnias se definiam através do isolamento geográfico, nesta pesquisa, entendemos as identidades étnicas como uma construção constante que se relaciona com as necessidades contemporâneas de cada grupo diante do contexto vivenciado, e não como algo dado naturalmente, adotando, desta forma, a ideia de Barth, onde:

as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança [...]; as diferenças

20 FONTAINE, Jean de La. *Fábulas Escolhidas Postas em Versos*. Paris: [s.n.], 1668, p.11-13.

culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos.²¹

Segundo Barth, é na alteridade, que os grupos percebem os outros grupos étnicos, conforme o autor “possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciada de outras categorias do mesmo tipo”.²² O conceito de grupo étnico é dinâmico e marcado pelas relações sociais.

Assim sendo, o contato entre grupos étnicos imprime dinamicidade às interações sociais, nas quais podem ocorrer ressignificações de ambas. Essas podem se reelaborar a partir dos contatos estabelecidos, possibilitando imprimir novos significados aos processos culturais. Barth considera o conceito relacional de etnicidade, de modo que a etnia não é um atributo imutável de um indivíduo a um grupo. Nesse sentido, os sujeitos portam múltiplas identidades, que são negociadas de acordo com o contexto vivenciado.

No que se refere aos trabalhos apresentados nos três simpósios organizados,²³ temos doze pesquisas que se relacionam de forma direta a construção das identidades étnicas, são as apresentadas no simpósio temático de 2016, seguem os títulos: *Patrimônio cultural e imigrantes haitianos em Joinville*, *Chácara das Rosas: Legado cultural e Etnodesenvolvimento: Representações e Pedagogias culturais do Patrimônio Cultural Urbano de Canoas/RS: O caso da Villa Mimosa*, *A imigração Musealizada: O caso do Museu Histórico da Varpa Janis Erdbergs*, e *Cultura versus Natureza: A tragédia da cidade de Mariana à luz de categorias como espaço, memória e identidade*. Já as pesquisas trazidas para o simpósio temático de 2018, são

21 BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In.: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (org.). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: EdUnesp, 1998, p. 188.

22 *Ibidem*, p. 190.

23 As referências completas dos artigos aqui listados se encontram disponíveis ao término do texto. Optou-se por essa forma no intuito de não comprometer tanto a leitura quanto a estética do livro aqui proposto, haja vista a significativa quantidade de informações a serem listadas. (*Nota de edição*).

intituladas: *Identidade e cidadania no ofício e modos de saber-fazer das artes de pesca no litoral do Piauí*, “*Na rua a festa não tem dono*”: *A festa de Santa Bárbara e a uma discussão patrimonial*, *O som como “patrimônio”: museus sonoros e a experiência da discoteca pública do Distrito Federal nos anos 1940*, *Acervos, história e memórias renegadas: Museu do Samba frente aos desafios contemporâneos*, *Identidade negra e patrimônio cultural: discursos e práticas culturais no Terreiro de São Jorge Filho da Goméia*, *Construções de identidade nos processos de registro de tradições do Congado em esfera federal e municipal*.

Desse conjunto de trabalhos, destacamos a investigação, *Construções de identidade nos processos de registro de tradições do Congado em esfera federal e municipal*, para refletirmos sobre a relação de identidades étnicas com outras identidades. A pesquisa aborda a problemática da identidade cultural na esfera dos processos de patrimonialização das tradições do Congado. O Congado possui tradições de matriz africana, segundo o autor, e “é definido como a totalidade dos ritos de eleição, coroação e cortejo de reis negros. Em outros casos, é associado a apenas um dos grupos que compõem esses ritos, as chamadas guardas de Congo”.²⁴ Nesse sentido, é patrimônio relacionado à construção de identidade étnica.

No trabalho foi abordado um contexto histórico da prática do Congado no Brasil, destacando desde os primeiros registros sobre a prática da tradição no país, no século XX, com os viajantes europeus, e ainda discorre que a partir de meados do século XX, na grande Belo Horizonte, tornou-se usual o uso do termo para se tratar dos festejos de devoção negra. Ressalta as diferentes interpretações dadas ao festejo e reforça a complexidade e a diversidade de interpretações que são elaboradas em diferentes contextos do país. O que demonstra claramente que ocorreram e ocorrem reinterpretações dessas tradições culturais e religiosas, e processos de negociação com outros grupos, através das interações sociais estabelecidas. As

24 BOEING, Rafael. Construções de identidade nos processos de registro de tradições do Congado em esfera federal e municipal. In.: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais... Op. cit.*, p. 539.

próprias políticas de patrimonialização podem ser entendidas como consequências desses agenciamentos.

Ao mesmo tempo se estabelece a reafirmação de tradições com novos significados, visibilizando as tradições do Congado e também dos grupos que as praticam. Da mesma forma se percebe a relação com a construção de identidades regionais e suas relações com a elaboração da identidade nacional.

Ainda é pertinente destacar que o Congado legitima a construção de identidades étnicas afro-brasileiras, ao mesmo tempo visibiliza um processo de lutas identitárias regionais, visto que os rituais dos Congados vêm sendo reconhecidos em Minas Gerais, em municípios e regiões, e com perspectivas de serem patrimonializados, conforme a pesquisa apresentada em 2018. Reafirmando identidades, que são culturalmente distintas e singulares e que coexistem com outras culturas, e com as próprias políticas culturais. Além disso, novos processos de memórias são produzidos acerca das práticas e das tradições do Congado, elaborando memórias coletivas dos grupos em torno de heranças de ancestralidades que são reelaboradas constantemente.

Identidades regionais

Apesar de as identidades étnicas também poderem estabelecer delimitação de um espaço geográfico, essa não é uma característica tão fundamental como é para identidades nacionais e regionais. Nação e região sempre têm essa delimitação geográfica e tensionam-se entre si. Como afirma Bourdieu:

a confusão dos debates em torno da noção de região e, mais geralmente, de “etnia” ou de “etnicidade” (eufemismos eruditos para substituir a noção de “raça”, contudo, sempre presente na prática) resulta, em parte, de que a preocupação de submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas ou estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo cotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência, faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais; e, ainda, que as representações

práticas mais expostas à crítica científica (por exemplo, os discursos dos militantes regionalistas sobre a unidade da língua occitânica) podem *contribuir para produzir* aquilo por elas descrito ou designado, quer dizer, a *realidade objetiva* à qual a crítica objectivista as refere para fazer aparecer as ilusões e as incoerências delas.

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios “objectivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objectos de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.²⁵

Como menciona o próprio Bourdieu, no contexto atual, ninguém poderia sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reunirá.

A região está ligada, diretamente, a um aspecto político, pois:

a fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito.²⁶

E, desta forma:

o regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas como

25 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 12.

26 *Ibidem*, p. 115.

simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objectivas ou intencionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo.²⁷

Comparativamente em relação a nação e etnia, talvez a definição de região ou identidade regional seja a menos possível de definir. O termo região pode ser usado para se referir a um espaço geográfico muito extenso que abarca muitas nações (região platina, por exemplo), pode ser usado para distinguir espaços geográficos dentro de um estado nacional (regiões do Brasil, por exemplo) e, ainda, pode ser utilizado como sinônimo de localidade ou micro-região (Vale do Sino, por exemplo). De qualquer forma, ao se falar em identidade regional está se pressupondo a existência de elementos culturais que unam, tal qual na imaginação acerca de qualquer identidade, as populações ligadas a esse espaço geográfico. Frequentemente, as identidades regionais constroem suas “*check-lists*” utilizando os mesmos tipos de símbolos das identidades nacionais. Isso ocorre mais frequentemente quando há movimentos regionais independentistas, mas não são sua exclusividade. Identidades regionais podem produzir os mesmos grupos de símbolos das *check-list* proposta por Thiesse para tratar das identidades nacionais.

No que se refere aos trabalhos apresentados nos três simpósios organizados, temos nove pesquisas que se relacionam de forma direta a construção das identidades regionais, são as apresentadas no I simpósio temático, acontecido em 2016, seguem os títulos: *A coluna Prestes e seu lugar na memória e no patrimônio da região das Missões do Rio Grande do Sul, Museu das Ilhas, Porto Alegre, RS; O Processo de constituição de um Museu comunitário a partir da ação acadêmica do curso de museologia/UFRGS, As missões jesuítico-guaranis: o patrimônio histórico-cultural e a integração regional (1979-*

27 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...* Op. cit., p. 124.

1987), *Cultura Versus natureza: a tragédia da cidade de Mariana à luz de categorias como espaço, memória e identidade, Patrimônio cultural e resistência: a conservação física e simbólica das sociedades agrárias no Contestado, O ponto de memória missioneira de São Miguel das Missões: um locus de construção e confluência de identidades*. Do II simpósio realizado em 2018, destacamos os seguintes trabalhos: *Identidade e cidadania no ofício e modos de saber-fazer das artes de pesca no litoral do Piauí, Turismo e ferrovia em Minas Gerais: patrimônio cultural entre o local e o global*. Já do III Simpósio temático, realizado em 2021, citamos: *Significados e silenciamentos nos processos estaduais de patrimonialização da cachaça*.

O caso do patrimônio das missões jesuíticas foi abordado em duas pesquisas apresentadas no I Simpósio, de 2016: “*O ponto de memória missioneira de São Miguel das Missões: um locus de construção e confluência de identidades*” e “*As missões jesuítico-guaranis: o patrimônio Histórico-cultural e a integração regional (1979-1987)*”. Os casos foram escolhidos para analisar em função de demonstrarem que o caso das missões jesuíticas é emblemático nessa relação entre identidades nacionais e várias delimitações de identidades regionais. Ambas as pesquisas abordam os usos desse patrimônio para a construção de identidades. No primeiro trabalho foi analisado “*Ponto de Memória Missioneira em São Miguel das Missões*” enquanto espaço museológico. No referido local articulou-se a construção de uma identidade missioneira que focalizou os 7 povos das Missões no Rio Grande do Sul, estabelecendo-se uma certa versão sobre uma identidade regional. Foi organizado e procurado na comunidade objetos que referendassem uma história da região e de seus habitantes para compor a Exposição da Cultura Missioneira. Alguns desses bens foram utilizados ao mesmo tempo para construção²⁸ de uma versão acerca de uma identidade regional e de identidade étnica, visto que desse acervo fazem parte ainda bens oriundos de diversas culturas que transitaram e/ou

28 Ressaltamos, para evitar confusões que, sendo, dinâmicas, as identidades estão em constante construção/reconstrução. Obviamente que essas identidades étnicas já estavam construídas de determinada forma anteriormente, mas essas “ativações patrimoniais”, conforme nos lembra Prats, fazem parte desse processo constante de construção de versões sobre as identidades.

transitam pela região e que se vincularam à cultura material dos Mbyá-Guarani e de grupos de africanos escravizados.²⁹

No trabalho “*As missões jesuítico-guaranis: o patrimônio histórico-cultural e a integração regional (1979-1987)*” são analisados usos desse patrimônio para construção de identidade regional sul-rio-grandense, nacional brasileira e como símbolo da integração entre Brasil, Argentina e Paraguai. As 30 reduções jesuíticas foram estabelecidas no território em que posteriormente estabeleceram-se três estados nacionais (Brasil, Argentina e Paraguai).³⁰

O patrimônio missioneiro foi utilizado para a construção dessas identidades nacionais, para a construção de identidades regionais na Argentina (na província de Misiones) e no Brasil (no Rio Grande do Sul) e ainda como símbolo da integração cultural, especialmente a partir da formação do Mercosul, entre essas três identidades nacionais, demonstrando como os mesmos bens podem ser ressignificados para construção de diferentes tipos de identidades.

Considerações finais

Os casos abordados em nosso simpósio temático tratam principalmente de identidades nacionais, regionais e étnicas. Mas os patrimônios são mobilizados para a construção de inúmeras outras identidades, como as de classe, de gênero, religiosas, etc. O patrimônio cultural é um dos principais meios através dos quais as memórias e identidades dos grupos sociais são representadas. A escolha dessas representações e seus usos implicam em atribuição de significados aos grupos sociais, implicam em expectativas em relação a eles, em hierarquizações, em inclusões, exclusões e em relações de poder.

29 Cf. GONDIM, Vânia Lima, MEIRELLES, Mauro. O ponto de memória missioneira de São Miguel das Missões: um locus de construção e confluência de identidades. In.: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2017. p. 159-171.*

30 Cf. LOYOLA, Érico Teixeira de. *As missões jesuítico-guaranis: o patrimônio histórico-cultural e a integração regional (1979-1987)*. In: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos... Op. cit.*

Sendo que as identidades nacionais, regionais e étnicas, bem como os vários outros tipos de identidades, estão constantemente em construção/reconstrução, a análise dos processos de patrimonialização e das várias formas de ativações patrimoniais no ajudam a compreender as relações de poder existentes entre os grupos sociais envolvidos, bem como refletir sobre práticas mais justas e democráticas para atuação em relação aos patrimônios.

Referências

AGUIAR, Mariana de Araujo. Identidade negra e patrimônio cultural: discursos e práticas culturais no Terreiro de São Jorge Filho da Goméia. *In.*: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História do Centro de Ciências Humanas - CCH, 2018, p.494-504.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In.*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (org.). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: EdUnesp, 1998.

BOEING, Rafael. Construções de identidade nos processos de registro de tradições do Congado em esfera federal e municipal. *In.*: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História do Centro de Ciências Humanas - CCH, 2018, p. 537-550.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa, BOTELHO, Carla Fraga, Eloise Silveira. Turismo e ferrovia em Minas Gerais: patrimônio cultural entre o local e o global. *In.*: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História do Centro de Ciências Humanas - CCH, 2018. p.586-597.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DALLAZEN, Ana Maria, FONTANARI, Lilian Santos da Silva. Museu das Ilhas, Porto Alegre, RS: O Processo de constituição de um Museu comunitário a partir da ação acadêmica do curso de museologia/UFRGS. In.: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação*, 2017. P. 48- 59.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. *Journal Sociologique*, p. 395-461, 1969.

FONTAINE, Jean de La. *Fábulas Escolhidas Postas em Versos*. Paris: [s.n.], 1668.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GONDIM, Vânia Lima, MEIRELLES, Mauro. O ponto de memória missioneira de São Miguel das Missões: um locus de construção e confluência de identidades. In.: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação*, 2017. p. 159-171.

GUIMARÃES, Sávio Guimarães, ALMEIDA, Rachel de Castro. PEREIRA, Patrícia. Cultura Versus natureza: a tragédia da cidade de Mariana à luz de categorias como espaço, memória e identidade. In: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação*, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Ed. Albin Michel, 1950

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JURASKI, Vanderlei Cristiano. Patrimônio cultural e resistência: a conservação física e simbólica das sociedades agrárias no Contestado. In.:

Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2017. p. 142-158.*

LOYOLA, Érico Teixeira de. As missões jesuítico-guaranis: o patrimônio histórico-cultural e a integração regional (1979-1987). In.: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2017. p. 73- 86.*

MARTINS, Márcia Elizabeth; ZUBARAN, Maria Angélica. Chácara das Rosas: Legado cultural e Etnodesenvolvimento: Representações e Pedagogias culturais do Patrimônio Cultural Urbano de Canoas/RS: O caso da Villa Mimosa. In.: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2017. p. 96-115.*

MENDEL, Debora Simões de Souza. “Na rua a festa não tem dono”: A festa de Santa Bárbara uma discussão patrimonial. In: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais. [recurso eletrônico]: Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História do Centro de Ciências Humanas - CCH, 2018.*

OLIVEIRA, Denise da Silva de. O som como “patrimônio”: museus sonoros e a experiência da discoteca pública do Distrito Federal nos anos 1940. In: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História do Centro de Ciências Humanas - CCH, 2018. p.121-134.*

PAIVA, Odair da Cruz. A imigração Musealizada: O caso do Museu Histórico da Varpa Janis Erdbergs. In: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2017. p. 96-115.*

PINHEIRO, Áurea da Paz; MORAES; Francisco dos Santos; NASCIMENTO, Helder José Souza do. Identidade e cidadania no ofício e modos de saber-fazer das artes de pesca no litoral do Piauí. In.: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História do Centro de Ciências Humanas - CCH, 2018.*

PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

SANTOS, Desirree dos Reis; ALVES, Vanessa. Acervos, história e memórias renegadas: Museu do Samba frente aos desafios contemporâneos. In.: II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, 01 a 05 de outubro de 2018, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de História do Centro de Ciências Humanas - CCH, 2018.

SOARES, Eduardo Philippi, SOUZA, Sirlei de. Patrimônio cultural e imigrantes haitianos em Joinville. In.: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação*, 2017, p. 60-72.

THIESSE, A. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, v. 15, 2001.

VITOR, Amilcar Guidolim. A coluna Prestes e seu lugar na memória e no patrimônio da região das Missões do Rio Grande do Sul. In.: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, Porto Alegre. *Anais dos simpósios temáticos: GT Nacional História e Patrimônio Cultural ANPUH Brasil e Curso de Museologia da UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação*, 2017. p. 30-47.

Patrimônio e relações internacionais: entre a musealização e a mundialização do uso de bens culturais. Em pauta o tráfico ilícito de bens culturais

Rodrigo Christofoletti

Seis bilhões de dólares. É esse o prejuízo que o tráfico de bens culturais causa aos cofres do mundo, anualmente.. Não se trata apenas de um potencial rombo financeiro, mas, sobretudo, de uma mancha difícil de ser apagada na história recente desse planeta mundializado. Os bilhões se refazem, mas os espólios são como bússolas quebradas, potencializam uma perda inestimável, e para bússolas perdidas qualquer direção é válida...

(Rodrigo Christofoletti, 2021)

Nos últimos anos a mundialização nos modos de preservação dos bens culturais, bem como da chamada “diplomacia pelo patrimônio” tem crescido consideravelmente. As aproximações entre preservação, diplomacia e patrimônio ramificaram-se em temas que romperam os limites impostos pela mera conservação do patrimônio vinculado ao conceito de pedra e cal e passaram a abordar temáticas mais abrangentes como a onda de destruição de patrimônios patrocinada por grupos étnicos radicais ao redor do mundo; a presença, cada vez mais incisiva, de pesquisas relacionadas aos chamados patrimônios imateriais; assim como a intensificação dos estudos comparativos entre estados parte da Unesco; os critérios de seleção, recepção, adesão e salvaguarda de políticas

internacionais em patrimônios e museus, estudos/pesquisa em patrimônios considerados “estrangeiros”; os trazidos por levas de imigração e, sobretudo, o tráfico ilícito de bens culturais (tópico que será aprofundado neste texto) potencializando, assim, a correlação entre a musealização e a mundialização dos patrimônios no mundo contemporâneo.

A pluralização das narrativas sobre o patrimônio e suas diversas musealizações, que funcionam como embaixadores das novas demandas mundiais tem criado expressões cada vez mais contestadoras sobre o legado eurocêntrico na condução das políticas consideradas homogeneizadoras da preservação dos patrimônios mundiais. Na África, América Latina, Ásia e Oriente Médio, críticas à hegemonia dessas políticas deram origem às ações de preservação emancipadoras, com a presença cada vez maior de temas que abordam suas culturas. Para compreender a interface que aproxima os patrimônios culturais, suas musealizações e as relações internacionais, a expressão “poder brando”, de autoria de Joseph Nye Jr.,¹ nos ajuda a perscrutar caminhos ainda pouco trilhados. Diante desta abordagem, este texto visa apresentar um panorama do que existe de mais atual sobre a temática da mundialização do uso de bens culturais (musealizados ou não), com foco especial para o tráfico ilícito de bens culturais. Um outro ponto a ser abordado são as questões recentes no âmbito do patrimônio, atentando para as suas possíveis relações com as questões internacionais e o chamado soft power.

Genericamente, os temas que compõem o arcabouço mais contemporâneo trabalhado na intersecção entre relações internacionais e patrimônio cultural/museal tem se pluralizado. Organismos internacionais passaram a enxergar o patrimônio de forma mais ampla, tomando-os como parte dos discursos e agendas que compõem a governança global contemporânea. Os patrimônios culturais com capacidade de serem musealizados são um dos elementos cativos dessa nova agenda internacional, e uma

1 Cf. NYE JR., J. S. *Bound to lead: the changing nature of American power*. New York: Basic Books, 1990.

observação atenta ao novo mapa geopolítico mundial, e mesmo à cartografia dos patrimônios considerados mundiais pela Unesco, ajuda a consolidar essa percepção, o que não impede uma leitura crítica de tal cartografia. Diante dessas premissas, os objetivos específicos deste texto são:

1. Sensibilizar experiências sobre as políticas de preservação e de usufruto consciente e sustentável dos patrimônios culturais e seus usos musealizáveis;
2. Potencializar repertório pouco conhecido dos profissionais do patrimônio e de museus;
3. Discutir sobre o estado da arte dos temas mais contemporâneos sobre musealização/patrimonialização dos bens culturais em relações internacionais, tendo como ponta de lança a discussão sobre o estado da arte do tráfico ilícito de bens culturais no mundo contemporâneo.

Para delimitarmos com maior precisão o objeto proposto neste texto, outros questionamentos se somam: o que é o *soft power* para além da musealização? Como se dão exemplos de *soft power* na preservação do patrimônio cultural? A diplomacia cultural e a mundialização no uso de bens culturais podem servir de mote para a preservação? E, por outro lado, quais os mecanismos que podem ajudar na frenagem dos radicalismos e na destruição de patrimônios musealizados e de seu tráfico ilícito? Questões dessa natureza ajudam a mapear uma parte considerável dos pontos fragilizados da preservação.

Diante desse cenário, discussões que objetivem alargar as abordagens sobre esta temática ajudarão a encurtar as fronteiras existentes entre as relações internacionais e bens culturais. As aproximações entre preservação, diplomacia e patrimônio ramificaram-se em temas que romperam os limites impostos pela mera conservação do patrimônio vinculado ao conceito de pedra e cal e passaram a abordar temáticas mais abrangentes, como a repatriação de obras de arte e bens culturais; a onda de destruição

de patrimônios patrocinada por grupos étnicos radicais ao redor do mundo; a presença, cada vez mais incisiva, de pesquisas relacionadas aos chamados patrimônios imateriais; assim como a intensificação dos estudos comparativos entre estados parte da Unesco; os critérios de seleção, recepção, adesão e salvaguarda de políticas internacionais em patrimônios e museus, estudos/pesquisa em patrimônios considerados “estrangeiros”; os trazidos por levas de imigração; potencializando, assim, a correlação entre o local e o global. Por outro lado, a pluralização das narrativas do patrimônio e suas diversas musealizações, que funcionam como embaixadores das novas demandas mundiais tem criado expressões cada vez mais contestadoras sobre o legado eurocêntrico na condução das políticas consideradas homogeneizadoras da preservação dos patrimônios mundiais.

Na África, América Latina, Ásia e Oriente Médio, críticas à hegemonia dessas políticas deram origem a ações de preservação emancipadoras, com a presença cada vez maior de temas que abordem suas culturas. Para compreender a interface que aproxima os patrimônios culturais, suas musealizações e as relações internacionais a expressão “poder brando”, de autoria de Joseph Nye Jr., nos ajuda a perscrutar caminhos ainda pouco trilhados.² O poder brando é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez da coerção. Na política internacional, o poder é considerado um meio e um fim pelo qual se desenvolve uma relação de dominação de uma parte sobre a outra, o que garante a uma das partes o poder de determinar o comportamento dos demais, na busca de seus interesses. Essa definição serve de *leitmotiv* para compreender o papel da preservação do patrimônio cultural nas relações internacionais. Diante dessa abordagem, a organização deste texto respeita a dinâmica do minicurso apresentado em 25 de junho de 2019, no Museu de Minas e Metal da Gerdaui, em Belo Horizonte, MG e que apresentou um panorama do que existe de mais atual sobre a temática da mundialização do uso de bens

2 NYE JR., J. S. *Bound to lead...* *Op. cit.*

culturais (musealizados ou não) e abordou questões recentes no âmbito do patrimônio, atentando para suas possíveis relações com as questões internacionais e o chamado *soft power*.

Embora o patrimônio jamais tenha sido tão discutido, o campo das relações internacionais ainda se vê distante das preocupações com essa temática. Do mesmo modo, a despeito de percebermos a ampliação das discussões sobre o patrimônio cultural em diversas áreas, a ponto de alguns analistas sugerirem que vivemos em uma “inflação de patrimônios”, em alguns espaços acadêmicos, como o das relações internacionais, esse discurso de alargamento das políticas de preservação, da mundialização à musealização dos bens culturais, matéria-prima da chamada *heritage diplomacy* (diplomacia pelo patrimônio) e da gestão da manutenção e utilização dos bens culturais como *soft power* permanece pouco enraizado, o que reflete na sensível desproporcionalidade entre os estudos do chamado *hard power*, em detrimento de temas cujo viés é de “poder brando”.

No fim do século XX, temas clássicos oriundos da predominância da corrente realista – como as discussões sobre polaridade do sistema internacional, equilíbrio de poder, segurança, entre outros – cederam espaço a novas linhagens teóricas, que multiplicaram suas produções intelectuais sobre os chamados novos temas das Relações Internacionais. A ampliação do espectro de abrangência de temas correlatos ao universo cultural, sobretudo dos patrimônios culturais, ramificou o abarcamento de temas que romperam os limites impostos pela mera conservação do patrimônio como espólio familiar, passando a abordar temáticas mais abrangentes, como o debate em torno do tráfico e repatriação de obras de arte e bens culturais; a nefasta onda de destruição de patrimônios patrocinada por grupos étnicos e religiosos radicais ao redor do mundo; a dimensão cada vez mais protagonista da imaterialidade no universo dos bens culturais; a utilização desse cabedal por parte dos Estados Nacionais; a presença de outros atores na produção, manutenção e gestão dos patrimônios, dentre os quais se destacam cidades, instituições públicas e privadas, ONGs dentre

outras; assim como a intensificação dos estudos comparativos entre Estados Parte da Unesco e os critérios utilizados para a seleção, recepção, adesão e salvaguarda das políticas internacionais em patrimônios e bens culturais: abordagens estas, fruto do diálogo recente entre as Relações Internacionais.

No âmbito multilateral, esforços de institucionalização de novos princípios e práticas nas relações internacionais relacionados a essas questões têm sido feitos em maior escala desde o fim da década de 1990 e início do século XXI, emanadas, sobretudo, da Unesco. Alguns documentos balizaram tal esforço de institucionalização, tais como as resoluções que adotaram a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (2001), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Aprendemos ao longo dos séculos que a circulação de ideias no espaço da cultura tem poder de influenciar o processo decisório do agente.³ Joseph S. Nye Jr. alerta para a diferença entre produtos culturais e o poder de atração em si.⁴ Os produtos culturais são recursos que podem, ou não, se converter em *soft power*. Tudo depende do contexto e, para transformar produtos culturais – sejam eles populares ou sofisticados – em poder de atração, é necessário que esses produtos culturais traduzam valores universais, ou sejam amplamente compartilhados pela comunidade internacional.⁵ Um exemplo da transformação de produtos culturais em *soft power* é a importância da influência da cultura e da preservação dos patrimônios mundiais. Essa percepção motivou a organização deste artigo, trabalho que pendulou entre a constatação da pouca visibilidade desse tema nas discussões internacionalistas acadêmicas e a necessidade do alargamento do espectro da temática: trata-se

3 MARTINS, E. C. *Relações internacionais. Cultura e poder*. Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p. 34.

4 NYE JR., J. S. *Bound to lead... Op. cit.*

5 GALDIOLI, A. da S. *A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política da boa vizinhança*. 2008. 147 f. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais). UNESP, UNICAMP, PUC-SP, São Paulo, 2008., p. 23.

de um recorte que espera dilatar os conhecimentos sobre a política de preservação internacional dos diversos atores multilaterais envolvidos no universo dos bens culturais como agentes de *soft power*, tendo o Brasil como ponto de partida.

Um tópico a se destacar: o tráfico ilícito de bens culturais como efeito colateral da mundialização dos patrimônios

Primeiramente, um fato: o patrimônio cultural vem sendo dilapidado por um sistema de tráfico multimilionário e documentos de organismos internacionais estimam que o tráfico de arte e patrimônios se situe no topo da lista dos maiores tráficos do mundo, estando atrás apenas do contrabando de drogas, armas e seres humanos.⁶ Em segundo lugar, a qualificação desse fato. Abrangendo numerosas atividades, que vão da exportação de bens culturais pelos seus legítimos proprietários, sem a necessária autorização, até o comércio especializado de objetos furtados, passando pela apropriação e comercialização de obras de arte desconhecidas pelas autoridades, essa modalidade tem causado preocupação aos Estados, tanto os espoliados como os destinatários, pois ambos são afetados diretamente pelo furto e pelo tráfico ilícito do patrimônio cultural.

Embora o tráfico de bens culturais tenha ganhado espaço nos textos acadêmicos, ao lado de outras modalidades de tráfico, não há exata definição jurídica dos atos que esse termo penaliza. A definição ampla de tráfico pode ser considerada como qualquer movimento, transporte, importação, exportação, manutenção ou comércio de bens culturais realizados sob violação das regras que regem a posse ou circulação desses bens ou do seu estatuto. Mas, afinal, no que consiste o tráfico ilícito de bens culturais? Trata-se do fluxo, comercialização e utilização, de forma ilícita, de bens com dimensão cultural, de diferentes naturezas: objetos de arte e

⁶ UNESCO. *The fight against the illicit trafficking of cultural objects: the 1970 convention: past and future*. Paris: UNESCO, 15 and 16 March 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001916/191606E.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

artefatos paleo-arqueológicos, objetos de arte e de culto religioso, documentos oriundos de arquivos oficiais, antiguidades em geral, manuscritos e obras bibliográficas raras, material fonográfico, etnológico, ou seja, uma vastidão de possibilidades e símbolos.

A engrenagem sistêmica e muito bem articulada, que caracteriza o esquema do tráfico de bens culturais, abrange desde o roubo de museus, monumentos, sítios religiosos, arqueo/paleontológicos e outros espaços privados e públicos de preservação; escavações ilícitas (incluindo as subaquáticas); subtração de artefatos e obras de arte durante conflitos armados e ocupações militares; exportação e importação ilícitas de artefatos; transferência ilegal de propriedade de bens culturais diversos; produção, intercâmbio e utilização de documentação falsificada; até o próprio tráfico de bens culturais autênticos ou falsificados. Todo esse rol de ações vem sendo combatido nas últimas décadas, fator que ajuda a alargar a visibilidade dos bens culturais em perigo ao redor do planeta.

O combate aos atentados contra riquezas arqueológicas, históricas e artísticas exige cooperação internacional, quer na prevenção das infrações, quer para assegurar a restituição dos bens subtraídos. Este trabalho objetiva abordar essa modalidade de tráfico ilícito, sugerindo que a rota internacional de tráfico de obras de arte tem em nosso país um dos pontos de capilaridade menos estudados. A compreensão dessa missiva ajuda a perceber como o tráfico ilícito de bens culturais e obras de arte se constitui hoje como o terceiro mais importante em volume financeiro no mundo, movimentando mais de 6 bilhões de dólares na última década, de acordo com o FBI, a Interpol e a Unesco. Nesse sentido, a política de repatriação dos bens traficados se coloca como um desafio aos Estados contemporâneos, fator pelo qual se torna relevante o estudo dessa temática.⁷

7 Este texto dialoga com outra reflexão produzida por mim, presente no texto: O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica que foi publicado em: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (org). *Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: Leopoldianum, 2017. Dialoga também com reportagens jornalísticas compiladas ao longo da última década em blogs, sites, jornais de grande circulação e o que existe de mais contemporâneo na literatura

Em âmbito mundial, tem-se procurado encontrar procedimentos comuns no combate ao tráfico de obras de arte e bens culturais. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco, de 1970, já propunha a elaboração e aplicação de políticas e estratégias de preservação e valorização do patrimônio cultural e combate ao tráfico ilícito de bens e serviços culturais. Subscrita por mais de 80 países, a declaração não tem sido cumprida por alguns dos países tidos como mercados-alvo de obras de arte ilicitamente traficadas. Também no quadro das Nações Unidas foi assinada a Convenção do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit, International Institute for the Unification of Private Law), em 1995, que cuida da recuperação de obras culturais furtadas. O combate ao tráfico está a cargo, para além da Interpol e da Unesco, da World Customs Organization (WCO), do International Council of Museums (Icom) e do Federal Bureau of Investigation (FBI).

A Convenção de 1970, elaborada pela Unesco, enumera medidas voltadas a proibir a importação, exportação e a transferência ilícita de bens culturais. A finalidade da aludida convenção, portanto, consiste em proteger o patrimônio cultural mundial, por meio de regras que deverão ser implantadas pelos 89 países que firmaram o tratado. Dentre as principais medidas

e historiografia sobre a temática. Cf: ASKERUD P.; CLÉMENT, E. *La prevención del tráfico ilícito de bienes culturales. Um manual de la UNESCO para la implementación de la Convención de 1970*. Paris: UNESCO, 1999; FELICIANO, Hector. *The Lost Museum: The Nazi Conspiracy To Steal The World's Greatest Works Of Art*. [s. l.]: Basic Books/ Reprint Edition 1997; FRAMMOLINO Ralph. *Chasing Aphrodite: The Hunt for Looted Antiquities at the World's Richest Museum* Hardcover. [s. l.]: Mariner Books, 2011; HORTA, M. de L. *Illicit trafficking of cultural goods: Brazil's situation*. In.: *Illicit traffic of cultural property in latin america*. Paris: Icom, 1996; JOHNSTON, P. F. *Treasure salvage, archeological ethics and maritime museums*. *The International Journal of Nautical Archeology*, 1993; LA FOLLETTE, L. (Ed.). *Negotiating culture: heritage, ownership, and intellectual property*. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, 2013; MERRYMAN, John Henry (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; MILES, Margaret M. *Art as Plunder: The Ancient Origins of Debate about Cultural Property*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; NICHOLAS, L. H. *Europa saqueada: O destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; TODESCHINI, Cecilia. *The Medici Conspiracy: The Illicit Journey of Looted Antiquities-From Italy's Tomb Raiders to the World's Greatest Museums*. [s. l.]: Paperback. 2007; WAXMAN, Sharon. *Saque*. El arte de robar arte. Madrid: Turner, 2011.

sugeridas pela Convenção da Unesco, destacam-se: a criação de uma legislação nacional apropriada para combater o tráfico ilícito; o estabelecimento e implantação de um sistema de inventário nacional, com a finalidade de listar todas as obras culturais; a exigibilidade de um certificado de exportação, que deverá acompanhar qualquer espécie de bem cultural eventualmente exportado; a criação de um código de ética para colecionadores e comerciantes de obras de arte; a implantação de programas educativos para propiciar o respeito ao patrimônio cultural e regras para assegurar a qualquer interessado a possibilidade de denunciar o desaparecimento de bens culturais.

Frise-se que a Convenção da Unesco também possui como requisito a imposição de penas e sanções adequadas, de forma a coibir a prática do tráfico ilícito de bens culturais. Portanto, o combate ao tráfico ilícito do patrimônio cultural é caracterizado por natureza jurídica mista, regulado simultaneamente pelo Direito Administrativo, pelo Direito Processual Penal e pelo Direito Penal. Recomenda-se, em relação a esse tópico, consultar as leis enumeradas a seguir: Decreto-Lei nº 25/37 (organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional); Lei nº 3.924/61 (dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos); Lei nº 4.845/65 (proíbe a saída para o exterior de obras de arte produzidas no país até o fim do período monárquico); Lei nº 5.471/68 (dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros); Decreto-Lei nº 72.312/73 (sobrevinda da Convenção da Unesco em 1970) e a Portaria 262/Iphan.

Na realidade, é difícil precisar a profundidade da depredação dessa modalidade de tráfico. Uma das razões que tornam difícil quantificar os ilícitos é que o valor dos bens culturais não é o mesmo no país de origem do que no país de destino. Por outro lado, parte dos roubos não é denunciada, uma vez que as compras foram feitas sem declarações fiscais. Também é impossível quantificar os prejuízos causados pelos objetos subtraídos em escavações arqueológicas clandestinas. De acordo com a Interpol, os países mais afetados pelos furtos são: Alemanha, França, Itália,

Inglaterra e Rússia. Interessante inversão, se pensarmos que foram essas mesmas nações que ao longo dos últimos três séculos se tornaram as maiores responsáveis pela apropriação indébita de bens culturais e obras de arte ao redor do mundo. Vide seus museus. Estima-se que particulares são alvo do maior número de roubos, seguidos pelos museus, sítios arqueológicos e lugares de culto. Fontes oficiais afirmam que quadros, esculturas, estátuas e objetos religiosos estão entre os artefatos mais traficados.

Ponta de lança: o Brasil na rota do tráfico ilícito de bens culturais

A partir de 2006, o Brasil passou a figurar na lista dos dez países que apresentam os maiores roubos de obras culturais no mundo. Portanto, nesses 13 anos o país entrou no rol dos países de ponta do tráfico ilícito de bens culturais. O Banco de Dados dos Bens Culturais Procurados criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, listou em 1997 aproximadamente 1.032 objetos de arte roubados no Brasil. Em 2019 contabilizou cerca de 1700. No Brasil, os crimes mais recentes e marcantes que envolveram o patrimônio artístico e cultural foram perpetrados no Estado do Rio de Janeiro, nos acervos do Palácio do Itamaraty, da Biblioteca Nacional e do Museu da Chácara do Céu, ocorridos respectivamente em julho de 2003, julho de 2005 e em 24 de fevereiro de 2006 e que permanece como sendo um dos dez casos insolúveis do rol do FBI.

Ações inovadoras foram realizadas pelo Iphan, representadas pela criação de um cadastro de bens culturais desaparecidos, permitindo a qualquer interessado acessá-lo para consultas. O cadastro possibilita ainda denunciar criminosos ou prestar informações sobre peças desaparecidas e eventualmente encontradas, por meio da Internet.

O instrumento internacional mais relevante sobre o tema é a “Convenção da Unesco sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência

de Propriedade Ilícitas de Bens Culturais”, datado de 14 de novembro de 1970, devendo-se mencionar também a “Convenção da UNIDROIT sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados”, de 24 de junho de 1995. No caso do patrimônio bibliográfico, áreas de confluência tem ajudado a mapear de maneira mais consistente a rota e o modus operandi com que os traficantes de obras raras atuam no Brasil, sobretudo nas subcategorias: experiências de roubo de livros raros e Coleções Especiais (mapas, manuscritos, periódicos, iconografias, acervos musicais) e casos de mutilações de livros raros e Coleções Especiais.

Em 2017, na lista de obras desaparecidas, das quais se destacavam as obras literárias, estavam pelo menos 934 peças tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na maior parte exemplares de arte sacra furtados de igrejas, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Reforçar as ações do governo brasileiro no sentido de combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o comércio ilegal de obras de arte e antiguidades, bem como desincentivar a utilização desses bens para dissimular ou esconder a origem ilícita de determinados ativos financeiros tem sido uma tônica patrocinada pelo consórcio de órgãos de ação brasileiras Iphan/Coaf/Ministério das relações Exteriores/Ministério da Fazenda, dentre outros em virtude da dificuldade de mensuração do seu valor econômico.

O Iphan atua na prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo como instituição reguladora e fiscalizadora de maneira acessória, pois define os sinais de alerta, aplica sanções em caso de omissão e fiscaliza a realização do cadastro por parte dos comerciantes e leiloeiros do setor. Porém, isso não faz do Iphan o órgão regulador de todo o mercado de arte. O Instituto tampouco se manifesta quanto ao valor econômico dos bens em comércio - o que é função do mercado - nem investiga atividades consideradas suspeitas, sendo essa uma responsabilidade dos órgãos e entidades de persecução penal.

Uma das grandes conquistas recentes foi a normatização dos comerciantes de obras de arte e patrimônios. De acordo com a norma, os comerciantes e leiloeiros de obras de arte e antiguidades, além de se inscreverem no Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades (CNART), do Iphan, devem estabelecer métodos de controle interno voltados à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Também estão obrigados a manter registro próprio com os dados das operações em valores superiores a R\$10 mil e dos respectivos clientes envolvidos. A norma determina, além disso, que comuniquem ao Coaf, por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), as operações feitas em dinheiro vivo (em espécie) acima de R\$10 mil, bem como as operações que sejam por eles consideradas suspeitas. Uma novidade trazida pela portaria é a necessidade de declaração anual de não-ocorrência ao Iphan, obrigatória para todos os negociantes que não declararem nenhuma ocorrência ao Coaf durante o ano. Outro projeto fundamental é o *Diálogos sobre tráfico ilícito de bens culturais: interoperabilidade de sistemas*, que visa dar maior interação e conexão entre os diversos bancos de dados existentes no país e no exterior. A quantidade de objetos antigos que podem alimentar o comércio lícito é limitada e sua quantidade diminui a cada dia. Logo, para abastecer a crescente demanda, cada vez mais são utilizados meios ilícitos de aquisição, já que não há como aumentar, do dia para a noite, o número de objetos autênticos em circulação no mercado.

Apenas a título de exemplo, outra modalidade que tem sofrido substancialmente os danos do tráfico é o espólio arqueopaleontológico brasileiro. O Patrimônio paleontológico da Chapada do Araripe, localizado em uma área de aproximadamente 10 mil km², que compreende os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí e tem um dos acervos paleontológicos mais importantes do planeta tem se destacado no rol dos exemplos mais relevantes. É de conhecimento geral que, há anos, uma rede internacional de contrabando vem prejudicando a exploração científica deste acervo por parte das instituições brasileiras. Fósseis de peixes

milenaes são vendidos no mercado negro até por quinze centavos cada. Quadrilhas recrutam pessoas simples da região, conhecidas como “peixeiros”, para retirar os fósseis, que serão vendidos para atravessadores por quantias de cinco a 10 reais. Segundo informações da Polícia Federal, o tráfico internacional de fósseis da Chapada do Araripe faz com que o Brasil perca, por ano, cerca de R \$7.000.000,00. Fósseis que saem da região do Cariri por cerca de R \$10,00 chegam a ser vendidos no exterior por US \$1.000,00, conforme o tamanho. Estima-se que apenas 40% dos fósseis descobertos na Chapada do Araripe ainda permaneçam no Brasil. A Sociedade Brasileira de Paleontologia calcula que há mais de 70 mil fósseis da Chapada do Araripe em coleções estrangeiras, e apenas 3 mil em coleções brasileiras.

No Brasil ainda não foi criada uma legislação específica para o tratamento do tráfico ilegal de bens culturais e obras de arte, então o país ainda usa a base da convenção de 1970 da Unesco.⁸ Cabe registrar que a Polícia Federal brasileira iniciou em 2008 um programa de treinamento e capacitação específicos para policiais, com o intuito de conseguir identificar obras de arte e bens culturais em perigo. A falta de especialização da polícia para os casos de tráfico de obras de arte e bens culturais torna o país uma porta de entrada ainda mais fácil para esses delitos. O tráfico de obras de arte e peças históricas, bem como de arte sacra, coloca em constante perigo o patrimônio cultural de nosso país. São muitas peças do patrimônio cultural brasileiro perdidas anualmente devido a roubos, furtos e tráfico ilícito. Por esse motivo, desde 1997, em conjunto com a Polícia Federal, a

8 Para aprofundamento na temática, consultar legislações congêneres de salvaguarda: Constituição Federal (1988); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961, monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei nº 4845, de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico; Acordo bilateral com a Bolívia, de 26 de julho de 1999, sobre a recuperação econômica dos bens culturais roubados, ilegalmente importados ou exportados; Convenção da Unesco (1970): meios de proibir e impedir a importação ilegal e transferência de propriedade de bens culturais, ratificada em 16 de fevereiro de 1973, eficaz sobre 16/05/1973; International Institute for the Unification of Private Law (UNIDROIT), 1995, sobre os objetos culturais roubados ou ilicitamente exportados.

Interpol e o Conselho Internacional de Museus, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolveu uma campanha denominada “Luta Contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais”, cujo objetivo é devolver aos lugares de origem as obras de arte furtadas ou desviadas ilegalmente.

Estimulados pela cobiça dos receptadores e pela falta de segurança dos acervos de algumas instituições e coleções particulares, os ladrões que atuam no Brasil roubam de tudo: estátuas, quadros, santos, livros, documentos, moedas, fotografias, mapas, peças arqueológicas, fósseis e qualquer outro tipo de objeto considerado valioso para colecionadores. O cadastro do Iphan, responsável legal pela preservação de bens tombados pelo governo federal, registra mais de mil peças roubadas em todo o país.

Há um esquema utilizado pelos especialistas em roubo de obras de arte: uma vez feito o roubo, as peças são distribuídas a antiquários desonestos que agem como receptadores. No seleto círculo comercial desses objetos, os “coleccionadores” são avisados assim que as novas peças chegam ao mercado. O próximo passo é vendê-las para coleções particulares. A partir daí, a localização da obra torna-se praticamente impossível, pois quem compra, em geral, sabe que está levando uma peça roubada e faz, de tudo para ocultar a posse do objeto. As peças sacras roubadas são revendidas principalmente no mercado interno. Já as cerâmicas indígenas são muito procuradas no exterior. Até mesmo urnas arqueológicas amazônicas estão na lista vermelha do Conselho Internacional de Museus (Icom, International Council of Museums) e são consideradas bens sob risco de roubo. Quadros de renomados artistas brasileiros, como Cândido Portinari e Di Cavalcanti, são particularmente cobiçados e têm sido roubados em ações que a polícia sabe serem de encomenda.

A despeito dos esforços despendidos pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan para instrumentalizar as diversas instituições envolvidas na recuperação de obras de arte, bens culturais, objetos históricos e de arte sacra roubados, a extensa lista do Iphan comprova que uma parcela significativa do

patrimônio histórico e cultural brasileiro se encontra desaparecida. Acrescente-se ainda que, nos últimos anos, o tráfico ilícito de obras de arte e bens culturais tem sido mais intenso e, mesmo quando os objetos roubados são recuperados, as investigações são encerradas com a prisão dos executores dos roubos, sem chegar aos receptadores, antiquários, museus, colecionadores e às galerias, os verdadeiros responsáveis pelos crimes.

A partir de 2006, o Brasil começa a ocupar lugar de destaque na lista dos dez países com o maior volume de roubo de obras culturais do mundo depois da ação perpetrada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, nos acervos do Palácio do Itamaraty, da Biblioteca Nacional e do Museu Chácara do Céu, no Rio de Janeiro. Esses crimes evidenciaram furtos de vários objetos e obras de arte, incluindo quadros de Claude Monet, Pablo Picasso, Henri Matisse e Salvador Dalí. Desde então, o Brasil vem sofrendo vários saques, como os ocorridos no MASP e na Biblioteca Mário de Andrade, de onde foram levados um quadro de Cândido Portinari e de Pablo Picasso, bem como um conjunto de mapas antigos e outras peças de valor histórico.

Tudo isso sem contar o espólio barroco traficado das antigas igrejas coloniais brasileiras, que desde o princípio do século XX vem sendo sistematicamente espoliado de nosso território e vendido no mercado negro, que gera bilhões de dólares em lucro ilegal. O Banco de Dados de Bens Culturais Procurados, criado pelo Iphan, listou aproximadamente 1.032 objetos de arte roubados no Brasil apenas em 1997, sem considerar nessa estatística os bens que não foram inventariados e tombados pelo Poder Público. Duas décadas e meia depois, em 2022, o número chega a pouco mais de 77 mil objetos desaparecidos.⁹

Quanto aos outros países, entre 2000 e 2015, apenas na Itália foram registrados 453 mil roubos de obras de arte, e na Inglaterra as perdas culturais representam prejuízo no valor aproximado de 600 a 750 milhões de libras por ano. Após a

9 Disponível em: <http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao/encontros-e-eventos/cursos/curso-patrimonio-cultural/bens_culturais_procurados.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

entrada do Brasil nessa lista de países em evidência, e tais furtos e saques serem noticiados internacionalmente, o tráfico de obras de arte e patrimônios ganhou evidência no país. No entanto, dez anos após o roubo do Museu Chácara do Céu, o maior roubo de obras de arte da história brasileira, as obras não foram identificadas nem encontradas, e o país permanece na lista do FBI e da Interpol como o país onde ocorreu um dos mais importantes roubos de obras de arte do século XXI.¹⁰

Fato curioso e assustador é que, em 2015, o Brasil só ficou atrás dos Estados Unidos, França e Iraque no ranking mundial de roubo de bens culturais. No entanto, a parceria entre o Iphan e a Polícia Federal/Interpol já dura 10 anos e rende frutos. Em fevereiro de 2016, por exemplo, o Iphan auxiliou na identificação de 40 livros, alguns com mais de cem anos, e 49 gravuras apreendidas na Argentina, que retornaram ao acervo da biblioteca do Museu Nacional. A lei que regulamenta o Iphan (Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937) estabelece que o proprietário de peça tombada que não comunicar ao instituto furto, roubo ou extravio, no prazo de cinco dias, está sujeito a multa de dez vezes o valor do objeto. Os atentados contra os bens tombados são julgados como crimes contra o patrimônio nacional. Segundo o Código Penal, quem destruir um bem artístico, histórico ou arqueológico está sujeito a multa e pode ser preso por um período de seis meses a três anos. Desde a década de 1980, o instituto desenvolve o programa Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), que já identificou tecnicamente cerca de 90 mil objetos de acervos de monumentos tombados. A maior parte desses bens é de arte sacra, e estima-se que haja mais 400 mil peças a serem inventariadas.

O jornalista português Carlos Reis, em reportagem de 2006, já discutia o potencial estrago que os saques e furtos causam aos países envolvidos. Em matéria intitulada: *Tráfico de arte: os salteadores do patrimônio mundial*, Reis afirma que a espoliação e o tráfico ilícito de obras de arte causam prejuízos irreparáveis ao

10 COSTA, T. P.; ROCHA, J. S. da. A incidência da receptação e do tráfico ilícito de obras de arte no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito*, v. 4, n. 4, p. 264, 2007.

patrimônio cultural dos países. De acordo com seus apontamentos, a União Europeia reconhece que

o tráfico ilícito de bens culturais atingiu uma dimensão tal que o patrimônio cultural é alvo permanente de danos significativos e, frequentemente, irreparáveis, havendo o perigo de a situação se agravar dada a insuficiência de catálogos de bens culturais das instituições públicas e privadas.¹¹

Mas qual caminho a jurisprudência sobre o tráfico deve seguir quando se conhece a origem da obra traficada ou em poder de museus que praticamente institucionalizaram sua posse? O que fazer, além da identificação, repreensão pública e encaminhamento das obras e bens interceptados e/ou em posse? A resposta é complexa, mas passa necessariamente pela séria discussão sobre a devolução e ou repatriação das obras e/ou bens culturais. Esse tema ainda é bastante conflituoso, mas buscaremos a seguir argumentar sobre por que a devolução se mostra como uma forma aceitável de reparação aos danos históricos e culturais perpetrados nos últimos séculos aos países que viram sua herança material ornamentar museus, galerias e salas de colecionadores particulares do mundo todo.

Lista para um futuro sem roubo ou arroubos de uma lista sem futuro?

Diante das informações arregimentadas neste texto e os possíveis impactos diretos para a manutenção da cultura material e identidade da cultura nacional, sugere-se algumas medidas para que no futuro os danos causados pelas engrenagens do tráfico ilícito de bens culturais possam ser minimizados. Embora não tenha sido tarefa deste texto cobrir o tema em toda sua amplitude, buscou-se situar o assunto em uma perspectiva histórica, de modo a ilustrar os fundamentos do que se conhece, atualmente, sobre o tráfico ilícito de bens culturais e obras de arte, bem como das, cada

11 REIS, C. Tráfico de arte. Os saltadores do patrimônio mundial. *Além-mar visão missionária*, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFykpFyFkwBtboCoq>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

vez mais, noticiadas devoluções ou repatriações de obras e bens praticadas pelos países de tutela aos países de origem. Podemos afirmar que o Brasil dispõe de densa tradição sobre o assunto, acentuada nas últimas décadas pelo ingresso do país no nada seleto grupo de Estados que encabeçam a lista dos mais vulneráveis ao tráfico de bens culturais. Uma legislação mais efetiva e novos mecanismos interinstitucionais são caminhos possíveis para que o Brasil possa solucionar com maior rapidez o caos de ilícitos que se multiplica a cada ano. Objetivando colaborar com a discussão elenca-se abaixo uma série de sugestões que, ao nosso ver, poderá auxiliar na condução mais eficaz da preservação do espólio cultural brasileiro, bem como na coibição dos desdobramentos do tráfico ilícito de bens culturais no país.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à necessidade de divulgação cada vez mais abrangente do atual inventário nacional, que embora ainda não concluído, contabiliza atualmente 90.000 pelas em 7 estados. A maior divulgação desse instrumento pode auxiliar nas políticas públicas de prevenção e coação frente ao tráfico. Para além da divulgação e sistemática alimentação desse inventário, outras ações que ajudariam no propósito descrito acima, poderiam ser apontadas:

1. A necessidade de um mapeamento profundo e circunstanciado da falta de segurança das instituições culturais e religiosas no país, com monitoramento 24h;
2. A criação de um catálogo único com descrição e fotos dos bens móveis que seja mais acessível;
3. O incentivo ao tombamento dos acervos dos museus;
4. A criação de um Conselho Nacional, estabelecido por meio de decreto presidencial e encabeçado pelo Ministério da Justiça, onde participariam dessa entidade os atores governamentais envolvidos, assim como representantes da iniciativa privada e do terceiro setor;
5. A criação de uma “lista vermelha” brasileira – um catálogo gerenciado pelo Conselho Internacional de

Museus (Icom), que identificaria os bens culturais em perigo e em áreas vulneráveis, a fim de prevenir a venda e a exportação ilícitas. Por incrível que possa parecer, o país ainda não dispõe deste instrumento.

6. A implementação de uma política nacional, clara e articulada sobre o tráfico ilícito de bens culturais. Embora a Unesco tenha, desde 1970, uma convenção sobre o tema, que o Brasil assinou em 1973, não houve grandes ações para combater o problema, segundo representantes do organismo internacional.
7. O reforço dos comitês, nacional, do Mercosul e Unasul sobre a temática;
8. A implantação e sistematização daquilo que os especialistas sobre o tráfico ilícito de bens culturais denominam de reforço dos “cinco Cs” – Comunicação; Conhecimento (troca de conhecimento sobre o que é e realização de uma res lista brasileira); Capacitação (da alfândega ao colecionador, do museu ao colecionista); Confiança nos órgão e no sistema;
9. O aprofundamento da “interoperabilidade de sistemas” – fundamental no combate ao tráfico, acompanhado do intercâmbio de experiências bem-sucedidas na área da tecnologia da informação voltadas à prevenção e o combate ao tráfico ilícito de bens culturais;
10. A detenção das escavações ilegais;
11. A formação de especialistas sobre o tráfico em países que se encontram em conflito;
12. Multiplicar exposições com obras roubadas para mostrá-las por todo o mundo, o que ajudaria a torná-las “invendáveis”;
13. Elaborar uma “lista negra de ‘paraísos da ocultação” de patrimônio;

14. E como sugeriu Jean-Luc Martinez, ex diretor do Museu do Louvre, a criação de “Museus Refúgio”, que protejam bens de países em guerra a pedido de um Estado soberano e de “museu de obras expropriadas”, enquanto as obras de arte não podem voltar a seus países, agiria como meio de preservação desse espólio hoje quase perdido.¹²

Todas essas ações ajudariam a inibir o contrabando do patrimônio, sua venda ilegal e a apropriação indébita ao redor do mundo. Mas, a melhor maneira de coibir o tráfico e proteger o patrimônio cultural ainda é fazer o mais difícil, contudo ao mesmo tempo o mais simples: evitar que pessoas comprem e vendam material ilícito. Embora tal premissa possa parecer utópica, está no cerne fundamental do mecanismo que rege a engrenagem do tráfico. Do mapeamento à descrição, da recuperação à repatriação, cada peça desse quebra-cabeça necessita ser iluminada, sob a pena de continuarmos a não responder às questões elencadas ao longo deste texto. Entre a mundialização e a musealização dos bens culturais uma ponte precisa ser edificada. As bússolas quebradas, as listas para um futuro sem roubo e os arroubos de listas sem futuro se encontram numa encruzilhada onde os atores da preservação deverão decidir que caminho seguir. Nossas discussões são fundamentais, mas inócuas se não compreendermos com quem estamos dialogando, e nesse caso, nenhum mapa levará a lugar algum. Nem o prejuízo de bilhões de dólares anuais, nem as manchas do fim de nossos espólios cessarão sem um esforço planetário. Se o absentismo e a apatia vencerem, o patrimônio cultural padecerá de forma irrefreável.

A preservação do patrimônio tem esse compromisso: ser bússola persistente atuando nos efeitos colaterais da mundialização.

¹² Por mais clichê que possa parecer, o mesmo diretor que sugeria ações de combate ao tráfico foi recentemente acusado de participar de esquemas de favorecimento e corrupção no cargo. Martinez, que dirigiu o Louvre de 2013 a 2021, foi acusado de fechar os olhos para os falsos certificados de origem das peças, uma fraude que pode implicar outros especialistas em arte. Para mais detalhes ver: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/05/26/jean-luc-martinez-ex-diretor-do-louvre-e-acusado-em-caso-de-trafico-de-arte.ghml>

Referências

ASKERUD P.; CLÉMENT, E. *La prevención del tráfico ilícito de bienes culturales. Um manual de la UNESCO para la implementación de la Convención de 1970*. Paris: UNESCO, 1999.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (org). *Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: Leopoldianum, 2017.

COSTA, T. P.; ROCHA, J. S. da. A incidência da recepção e do tráfico ilícito de obras de arte no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito*, v. 4, n. 4, p. 264, 2007.

FELICIANO, Hector. *The Lost Museum: The Nazi Conspiracy To Steal The World's Greatest Works Of Art*. [s. l.]: Basic Books/ Reprint Edition 1997.

FRAMMOLINO Ralph. *Chasing Aphrodite: The Hunt for Looted Antiquities at the World's Richest Museum Hardcover*. [s. l.]: Mariner Books, 2011.

GALDIOLI, A. da S. *A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política da boa vizinhança*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa San Thiago Dantas, UNESP, UNICAMP, PUC-SP, São Paulo, 2008

HORTA, M. de L. Illicit trafficking of cultural goods: Brazil's situation. *In.: Illicit traffic of cultural property in latin america*. Paris: Icom, 1996.

JOHNSTON, P. F. Treasure salvage, archeological ethics and maritime museums. *The International Journal of Nautical Archeology*, 1993.

LA FOLLETTE, L. (Ed.). *Negotiating culture: heritage, ownership, and intellectual property*. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, 2013.

MERRYMAN, John Henry (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MILES, Margaret M. *Art as Plunder: The Ancient Origins of Debate about Cultural Property*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

NICHOLAS, L. H. *Europa saqueada: O destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NYE JR., J. S. *Bound to lead: the changing nature of American power*. New York: Basic Books, 1990.

REIS, C. Tráfico de arte. Os salteadores do patrimônio mundial. *Além-mar visão missionária*, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFykpFyFkwBtboCoq>>.

Acesso em: 10 abr. 2015.

TODESCHINI, Cecilia. *The Medici Conspiracy: The Illicit Journey of Looted Antiquities-From Italy's Tomb Raiders to the World's Greatest Museums*. [s. l.]: Paperback. 2007.

UNESCO. *The fight against the illicit trafficking of cultural objects: the 1970 convention: past and future*. Paris: UNESCO, 15 and 16 March 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0019/001916/191606E.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

WAXMAN, Sharon. *Saque*. El arte de robar arte. Madrid: Turner, 2011.

Patrimônio imaterial: engarrafando nuvens?

Carlos Sandroni

Perspectivas sobre o patrimônio imaterial

Em 2011, contribuí com artigo para uma coletânea de ensaios sobre as novas políticas públicas do patrimônio imaterial publicada na França.¹ A capa desta publicação mostra uma imagem de céu azul com nuvens brancas, mas uma das nuvens está coberta por uma redoma de vidro.

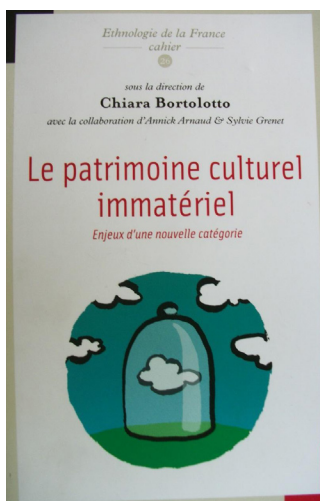


Imagem 1: BORTOLOTTTO, Chiara (org.), *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2011

1 SANDRONI, Carlos, L'ethnomusicologue en médiateur du processus patrimonial: le cas de la samba de roda. In.: BORTOLOTTTO, Chiara (org.), *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2011, p.233-252.

A escolha da imagem da capa sugere abordagem crítica do tema. Nuvens estão sempre se movendo e mudando de forma. A mudança é intrínseca a elas; fechar nuvens em redomas - se isso fosse possível - impediria que seguissem seu curso, e dissiparia suas formas cambiantes. Do mesmo modo, o patrimônio imaterial está em permanente transformação; seu reconhecimento e proteção oficial poderiam redundar em tentativas de confiná-lo.

A imagem sintetiza a visão segundo a qual ações de poderes públicos sobre formas expressivas populares, mesmo quando bem intencionadas, induzem a algum tipo de “cristalização” ou “congelamento” (metáforas recorrentes nos debates sobre o tema). A situação e estado momentâneos do item visado podem ser confundidos com sua verdade permanente, e assim “defendidos” de novas mudanças. Tal “defesa” ignora que a “verdade” da cultura popular estaria justamente, como no caso das nuvens, em sua constante transformação. (Note-se que essa visão do assunto é anterior à criação do termo “patrimônio imaterial”; ela diz respeito, de maneira mais ampla, às relações entre estado e culturas populares.)

Em plano mais argumentativo, Lisa Gilman se refere nos seguintes termos ao reconhecimento patrimonial, pela Unesco, do ritual de dança e cura “Vimbuza”, do Malawi (país do sudeste da África): “As medidas de salvaguarda propostas parecem-se mais com a construção de um muro de contenção em torno do ritual”.² A imagem do “muro de contenção”, como se percebe, é similar à da “redoma”.

Valdimar Hafstein vai mais longe, e compara ironicamente o patrimônio imaterial – na sigla em inglês, “ICH” (*Intangible Cultural Heritage*, “Patrimônio Cultural Imaterial”) – a uma doença: “Learning to live with ICH: diagnosis and treatment” [“Aprendendo a viver com PCI: diagnóstico e tratamento”], é o nome de seu artigo incluído na mesma coletânea.³

2 “The proposed measures for safeguarding the tradition seem rather to place a containment wall around it”. Cf. GILMAN, Lisa. Démoniac or cultural treasure? *In.*: FOSTER, Michael Dylan; Lisa Gilman (org.), *UNESCO on the Ground: Local Perspectives on Intangible Cultural Heritage*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2015, p.165.

3 HAFSTEIN, Valdimar. Learning to live with ICH: diagnosis and treatment.” *In.*:

Minha intenção no que se segue não é refutar críticas a políticas patrimoniais, quando cuidadosamente construídas com base em estudos de caso (como as de Gilman e Hafstein); mas sugerir a possibilidade de experiências positivas neste campo. Por “experiências positivas” entendo casos em que tais políticas tiveram efeitos não só na continuidade das práticas em questão, mas também na escuta de reivindicações e melhoria de condições de vida de seus praticantes (na maioria das vezes, pertencentes a populações socialmente desfavorecidas). Muitos destes casos estão ligados a mobilizações populares em torno de demandas patrimoniais, tornando imagens como “redoma” e “muro de contenção” pouco aproveitáveis.

Nessa linha de pensamento, é útil mencionar o artigo de Christopher Brumann, “*Heritage agnosticism: a third path for the study of cultural heritage*”,⁴ com o qual tenho pontos de contato. Ali o autor afirma que uma parte dos estudos sobre patrimônio cultural é feita por pesquisadores que se pode chamar de *heritage believers*, ou “fiéis patrimoniais” (no sentido religioso, usado com alguma ironia); e outra parte é feita por pesquisadores que são *heritage atheists*, ou “ateus patrimoniais”. Os primeiros seriam pessoas comprometidas com a “causa” do patrimônio cultural; seriam não menos militantes do patrimônio que pesquisadores do tema. Os segundos, ao contrário, carregariam desconfianças profundas em relação a processos patrimoniais. Nas palavras de Brumann, seriam pesquisadores para quem a tarefa principal é “tirar a máscara da face do patrimônio, para expô-la como realmente é: sempre mais feia do que se tenta apresentá-la”.⁵ Para esses críticos (tal como os descreve por Brumann – mas reconheço Gilman, Hafstein e muitos outros na descrição), a patrimonialização congela artificialmente a mudança cultural, suprimindo criatividade e inovação (de novo, a

FOSTER, Michael Dylan; Lisa Gilman (org.), *UNESCO on the Ground: Local Perspectives on Intangible Cultural Heritage*, Bloomington. Indiana: Indiana University Press, 2015, p.143-160.

4 BRUMANN, Christoph. Heritage agnosticism: a third path for the study of cultural heritage. *Social Anthropology*, v. 22, n. 2, p. 173-188, 2014.

5 “to tear the mask off the face of heritage, and see it for what it really is - which, invariably, is something uglier than it is made out to be”. *Ibidem*, p. 174.

“nuvem na redoma”); e esvazia de conteúdo substantivo as práticas que se pretende salvaguardar, deixando apenas a fachada, como às vezes acontece com casas tombadas.

Minhas leituras e experiências no campo do patrimônio cultural me levam a concordar com a visão de Brumann sobre diferentes perspectivas encontradas entre pesquisadores. Não faltam exemplos brasileiros. Livros marcantes de nossa bibliografia, como *O patrimônio em processo*⁶ e *A retórica da perda*⁷, podem ser vistos como ilustrações, respectivamente, de “crença” e “ateísmo” patrimonial (mesmo estando longe, é claro, do componente caricatural que Brumann, para fins de argumentação, empresta aos termos).

Depois de criticar as duas alternativas apresentadas, Brumann sugere no mesmo artigo a adoção de uma terceira possibilidade, que chama de “agnosticismo patrimonial”. Segundo esta visão, a questão dos possíveis efeitos positivos ou negativos de processos patrimoniais deve ser respondida (se puder sê-lo) com base em pesquisas empíricas, não em pressupostos. (É claro que pesquisas empíricas não nos dirão o que é boa ou má patrimonialização; mas podem orientar nossos julgamentos a partir dos critérios de valor adotados.)

Em um de meus artigos sobre a patrimonialização do samba de roda,⁸ propus uma dicotomia similar à de Brumann: tratei ali de uma visão sobre patrimônio cultural a que se atribui “ingenuidade” (como na “crença patrimonial”), e de outra visão a que se atribui “sagacidade” (como no “ateísmo patrimonial”). Mas em vez de propor, como ele, a adoção de uma terceira alternativa, sugeri que a tarefa das pesquisas seria “preencher as lacunas” entre as duas perspectivas – que chamei, em francês, de *trop naïve* e

6 FONSECA, Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

7 Cf. GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996.

8 SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estudos avançados*, v. 24, n. 69, p. 373-388, 2010.

trop critique.⁹ Assim me exprimi por não querer abrir mão nem da “ingenuidade” (que pode ter mais em comum com seu falso cognato em inglês, *ingenuity*, do que geralmente se admite), nem da “sagacidade” e da crítica; ao mesmo tempo em que percebia o grande espaço disponível entre elas para pesquisas detalhadas sobre casos específicos. (De fato, meu uso do quantificador francês *trop* – “demasiado” – sugere ver os termos como extremos de um contínuo, não como opostos em uma dicotomia.)

No que se refere à ingenuidade, não tenho como escapar: minha trajetória entre 2004 e 2021 demonstra que sou um “crente patrimonial”, quer eu goste disso ou não. Coordenei a realização do dossiê de patrimonialização do samba de roda baiano para o Iphan (aprovado em 2004), e depois para a Unesco (aprovado em 2005); voltei a coordenar um dossiê desse tipo, o do forró, entre 2019 e 2021 (aprovado pelo Iphan em 2021). Entre 2005 e 2019 participei, em diferentes papéis, das equipes de pesquisa para a patrimonialização em âmbito nacional do frevo (2007), do samba carioca (2007), do cavalo-marinho (2014), do reisado e do coco (os dois últimos ainda estão em análise pelo Iphan no momento em que escrevo). Participei desses diversos processos de patrimonialização não só devido às remunerações que certamente recebi para tal, mas também, é claro, por *acreditar* que eles poderiam redundar em algo de “bom” para a vida cultural do país e para os músicos, dançarinos, públicos e outras pessoas diretamente envolvidas com essas manifestações culturais.

Também tenho a pretensão de ter guardado, além da crença, algo da sagacidade autoatribuída de “ateus patrimoniais” (e de outros acadêmicos como eu). Escrevi diversos artigos e comunicações em congressos sobre as patrimonializações do samba de roda e do forró. Neles, fui o mais crítico que consegui em relação aos processos de que participei. Em qualquer atividade, pode-se adotar perspectivas diferentes de acordo com a função exercida; mas diferentemente do que propõe Brumann, creio que as diferentes perspectivas podem ter, neste caso, pontos de contato. Minha “crença patrimonial”, de

9 SANDRONI, Carlos. Samba de roda... *Op. cit.*, p. 386.

fato, *inclui* o potencial crítico da própria atividade em torno do tema, e inclui também, com destaque, a atribuição de sagacidade aos próprios atores patrimoniais (músicos, dançarinos, brincantes e apreciadores). A “crença patrimonial” assim redefinida é incompatível com a metáfora da “redoma de vidro”; ela sugere a possibilidade de atividades patrimoniais que destroem redomas, ao invés de promovê-las. No que se segue, tentarei ilustrar essa possibilidade através de casos específicos de patrimonialização: os do jongo do Sudeste, do samba de roda baiano e das matrizes do forró no nordeste.

Jongo e samba de roda têm inúmeras similaridades: ambos foram criados em contextos de exploração econômica do tipo *plantation* (no caso do jongo, o café no Vale do Paraíba, entre São Paulo e o Rio de Janeiro; no caso do samba de roda, a cana de açúcar no Recôncavo baiano). Os dois estão historicamente ligados ao deslocamento forçado de africanos, em condições de escravidão. Compartilham de traços musicais e coreográficos, como canto responsorial e dança individual ou em dupla no meio de uma roda de participantes. Já o forró é um tipo de música e dança associado à região nordeste do país, com raízes no final do século XIX, mas firmemente estabelecido apenas na segunda metade do século XX. Liga-se não apenas às festas populares (com destaque para as dos santos católicos do mês de junho), mas também à mediação tecnológica (fonográfica e industrial), pois muitos de seus principais intérpretes e compositores foram músicos profissionais com inúmeros discos gravados e grande inserção na mídia.

Os processos pelos quais estas três formas de música e dança se tornaram reconhecidas como patrimônios culturais foram muito diferentes, mas sempre envolveram a mobilização e o protagonismo dos principais interessados.

Jongo do Sudeste

A mobilização político-cultural dos jongueiros começou cerca de quatro anos antes da promulgação do decreto-lei sobre a

proteção do patrimônio imaterial no Brasil. Uma pequena cidade no oeste do Estado do Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua, foi o local do primeiro “Encontro de Jongueiros”, em 1996. O encontro foi repetido nos anos seguintes, e neles havia, é claro, música e dança do jongo; mas havia também reuniões, debates e atividades de organização de jongueiros. Estas atividades levaram o grupo inicial a encontrar jongueiros de outras cidades do estado, e dos estados vizinhos, e a lutar junto com eles para valorizar o jongo na sociedade, para melhorar as condições de vida de jongueiros e suas famílias, e para combater o racismo que atingia e atinge o jongo e seus praticantes. Como disse um dos principais impulsionadores dos primeiros encontros de jongueiros, o professor Hélio Machado de Castro, “se tantos outros grupos e classes se reuniam para discutir suas questões, os jongueiros também poderiam se encontrar para debater e analisar seus problemas”.¹⁰

O número de envolvidos cresceu rapidamente, e novas comunidades jongueiras aderiram ao grupo inicial do Oeste fluminense. Em 1999 o Encontro de Jongueiros se realizou, pela primeira vez, na capital do Estado. Em agosto do ano 2000, o decreto-lei federal sobre o patrimônio imaterial foi promulgado, e no ano seguinte os jongueiros começaram a elaborar um dossiê de candidatura ao reconhecimento patrimonial nos termos da nova legislação. Grupos de outros estados da região sudeste aderiram (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo) e o dossiê proposto passou a abranger o “Jongo do Sudeste”. Em 2005 o jongo foi oficialmente reconhecido pelo Iphan como parte do patrimônio imaterial brasileiro. Em 2007, uma nova estrutura de suporte à mobilização dos jongueiros foi criada, com apoio de professores da UFF: o “Pontão do Jongo”. Vejamos o que era isso.

Uma das mais marcantes iniciativas da gestão de Gilberto Gil como ministro da Cultura (2003-2010) foi a criação do Programa Cultura Viva. Esse programa permitiu a implementação, em todo o país, dos “Pontos de Cultura”, conjunto de ações de

¹⁰ MONTEIRO, Elaine; MARTHA ABREU. Patrimônio imaterial e afirmação negra: a política dos encontros para uma educação antirracista. *Cadernos NAUI*, vol.9, n.17, p. 69, 2020.

apoio a diversas iniciativas artísticas e culturais, cuja base eram, necessariamente, atividades locais já previamente organizadas. Em outras palavras, a designação “Ponto de Cultura” só podia ser atribuída, com o respectivo apoio financeiro e logístico, a alguma iniciativa popular local relacionada à cultura, que já funcionasse satisfatoriamente antes da atribuição. O apoio financeiro e material não implicava em qualquer interferência do Ministério em relação ao conteúdo das atividades realizadas. Os Pontos de Cultura foram uma ilustração do que Gil chamou, em seu discurso de posse como ministro, de “*do-in* antropológico” (em referência à massagem japonesa que estimula pontos do corpo previamente reconhecidos como vitais).

Com a expansão do programa, surgiu a proposta de reunir Pontos de Cultura em grupos de afinidade temática ou geográfica, na constituição de “Pontões” de Cultura, com orçamentos mais do que proporcionalmente ampliados. Diversos Pontões de Cultura foram assim constituídos, mas o que nos interessa aqui é que houve uma articulação entre o Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan (criado apenas em 2004) e outras instâncias do Ministério, para que Pontos de Cultura relacionados com bens registrados como patrimônio tivessem prioridade na criação de Pontões. O Pontão de Cultura do Jongo, como já foi dito, foi criado em 2007; e nesse mesmo ano, no recôncavo da Bahia, se criava o Pontão de Cultura do samba de roda. Ambos os Pontões tiveram papel de destaque na adoção de medidas efetivas em favor destas manifestações culturais.

Samba de roda baiano

Diferentemente do jongo, o reconhecimento patrimonial do samba de roda não partiu de seus praticantes, mas do próprio Ministério da Cultura. Em junho de 2004, depois de consultas a um grupo de pesquisadores do qual eu fazia parte, o Ministro Gilberto Gil decidiu apresentar o samba de roda do Recôncavo da Bahia como candidato brasileiro à III Proclamação das Obras

Primas do Patrimônio Imaterial da Humanidade, promovida pela Unesco. Esta decisão foi tomada em Brasília, numa sala de reuniões no prédio do antigo Ministério da Cultura, sem afro-brasileiros ou sambistas presentes... com a notória exceção do próprio ministro.

Eis aí o que se pode chamar de uma abordagem “de cima pra baixo”. Mas recordo uma conversa, em Santo Amaro, com a importante sambadora Dona Nicinha, falecida em 2022. Ela me disse: “Por que vocês, pesquisadores, sempre falam que nós do samba estamos ‘embaixo’, enquanto vocês e seus amigos estão ‘em cima’? Acho isso tão chato...” Eu não soube como responder a ela, e confesso que ainda não sei. Mas como argumentei com mais detalhes em outro artigo, seja “embaixo” ou “em cima”, aquilo que começa em um lugar bem pode continuar em outro.

Em todo caso, levando em conta as regras da Unesco e do Iphan para inscrição de candidaturas a reconhecimento patrimonial, seria impossível construir um dossiê competitivo sem algum nível de participação de sambadeiras e sambadores. A literatura de pendor crítico que citei no início mostrou que este “algum nível” pode ser (e tem sido muitas vezes) reduzido a um arremedo de participação. Mas a equipe reunida pelo Iphan para trabalhar na candidatura estava interessada em que, ao contrário, o povo do samba expandisse essa participação ao máximo. Isso aconteceu, e é claro que não foi por causa do “nosso” interesse, e sim por causa do interesse do povo do samba. Tive a honra de coordenar o grupo de pesquisa, e enquanto trabalhávamos, de julho a setembro, para obter o reconhecimento patrimonial do samba a nível nacional, e depois até outubro para enviar um dossiê de candidatura competitivo para a Unesco, a participação de sambadores e sambadeiras só fazia aumentar – e continuou a aumentar depois disso. Em abril de 2005, essa crescente participação levou à criação, com apoio logístico do Iphan, da Associação de Sambadeiras e Sambadores do Estado da Bahia (Asseba).

Em 25 de novembro de 2005 a Unesco incluiu o samba de roda na III Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio

Imaterial da Humanidade. Houve intensas comemorações em Santo Amaro, Cachoeira, e outras cidades do Recôncavo Baiano. Desde então, aquela data foi instituída pela Asseba como “Dia do Samba de Roda”, e tem sido comemorada com sambas animados em diversas cidades do Recôncavo. Quando a Asseba foi fundada, havia quinze grupos de samba de roda nela representados. Dez anos depois, já havia quase cem grupos na associação.

Matrizes do forró

Assim como se pode dizer que a patrimonialização do jongo começou em Santo Antônio de Pádua (RJ), e a do samba de roda, em Brasília, a patrimonialização das “matrizes tradicionais do forró” começou a tomar forma em João Pessoa. Em 2008, um grupo de forrozeiros e apreciadores do gênero criou nesta cidade a Associação Balaio Nordeste, para “trabalhar em prol da preservação e divulgação da cultura nordestina”. O reconhecimento do forró como patrimônio cultural brasileiro tornou-se em pouco tempo (se não desde o início) uma meta prioritária para a obtenção daqueles objetivos.

Em 2011, um grupo de forrozeiros de Recife se reuniu com a representação local do Iphan para debater o assunto. Parte deste grupo já se mobilizava desde 2005 em defesa do forró tradicional, também através de uma organização, a “Sociedade dos Forrozeiros Pé de Serra”.¹¹ No entanto, a mobilização em Pernambuco não visou, num primeiro momento, a patrimonialização. E talvez por que, em 2005, as políticas do patrimônio imaterial não estivessem ainda amplamente difundidas pela sociedade; foi no final daquele ano que o tema passou a despertar interesse da mídia, graças ao reconhecimento do samba de roda pela Unesco¹².

11 LOPES, Ibrantina Guedes de Carvalho. *Sociedade dos Forrozeiros Pé-de-Serra e Ai!:* Entre a memória e a mídia. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

12 Uma pesquisa no Google com as palavras-chave “samba de roda Unesco”, usando como data inicial primeiro de janeiro de 2005, e como data final 31 de dezembro de 2006, rendeu 473 resultados (consultando apenas páginas em português). Antes do reconhecimento internacional do samba de roda no final de 2005, o Brasil havia obtido o mesmo reconhecimento para a arte kusiwa dos Wayãpi de Roraima (no final de 2003).

Também em 2011, foi criada na Paraíba uma nova organização, reunindo a Balaio Nordeste e outros interessados em forró: o Fórum Forró de Raiz, que encaminhou ao Iphan, em junho daquele ano, a solicitação oficial de registro das “matrizes tradicionais do forró”.¹³ O Iphan aceitou a solicitação e abriu um processo para instrução técnica do pedido, pavimentando o caminho para o reconhecimento. A concretização da instrução técnica, porém, dependia de recursos financeiros que o Iphan a princípio não conseguiu obter. É preciso lembrar que a abrangência do forró se estende não só aos nove estados da região nordeste, mas também a cidades do sudeste do país com ampla imigração nordestina, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; esta extensão geográfica tornou a instrução técnica excepcionalmente cara. (A pesquisa sobre o samba de roda havia se limitado à região do recôncavo no estado da Bahia, e a pesquisa do jongo, aos estados do Rio e de São Paulo, com pequenas incursões por Minas Gerais e Espírito Santo).

Ao mesmo tempo que a mobilização dos forrozeiros continuava, com a criação de novos fóruns estaduais “Forró de Raiz” e a realização, em 2015, de um bem-sucedido encontro nacional sobre o tema, as lideranças do movimento passaram a se dirigir também a setores do poder público, além do Iphan, em busca de apoio econômico para a instrução técnica. Assim, grupos de forrozeiros se dirigiram a secretarias de cultura e assembleias legislativas de diferentes estados do nordeste, e em Brasília à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Ministério da Cultura

Pesquisa similar no Google, com as palavras-chave “kusiwa Unesco” e tendo como datas inicial e final 1 de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2004 deu apenas oito resultados. E finalmente, para o caso do frevo, reconhecido pela Unesco no final de 2012, lancei no Google as palavras-chave “frevo Unesco” tendo como datas inicial e final 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 (sempre usando só o português como língua dos resultados). Obtive 1.460 resultados. Este crescimento em cerca de doze anos (de oito para 473, e para 1.460) sugere a expansão do interesse pelo tema na mídia digital e na sociedade.

13 Discuti as razões da passagem de “forró” a “matrizes tradicionais do forró” como tema da patrimonialização em outro lugar. Cf. SANDRONI, Carlos. Matriz com leite? Samba, forró e o desconforto patrimonial na música popular. In.: SANT’ANNA, Márcia; QUEIROZ, Hermano (org.). *Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios*. Vitória: Milfontes, 2021, p.493-532.

(quando este ainda existia, em 2017). Foi graças a essa mobilização intensa que o Iphan acabou por conseguir recursos (da ordem de setecentos mil reais, em valores de 2019) para financiar a pesquisa que deu base à instrução técnica do reconhecimento do forró.

A pesquisa começou em agosto de 2019 e foi bastante prejudicada pela eclosão da pandemia de Covid-19 no país, em março de 2020. Ainda assim, a instrução técnica foi completada no segundo semestre de 2021 e aprovada pelo Conselho Consultivo do Iphan em dezembro do mesmo ano.

Considerações finais

“O homem que engarrafava nuvens” é um filme de 2008, dirigido por Lírio Ferreira. É um documentário sobre a vida do grande compositor cearense Humberto Teixeira, conhecido principalmente pelas canções feitas em parceria com Luiz Gonzaga, como “Baião” (1946), “Respeita Januário” (1950), e principalmente, “Asa branca” (1947). É sabido que Gonzaga e Teixeira se inspiraram, para muitas dessas composições, em repertórios populares de tradição oral, cuja notória tendência à variação e reconfiguração pode bem lembrar o comportamento das nuvens. Dar a esses repertórios cambiantes o caráter “fechado” de canções populares, como fizeram Gonzaga e Teixeira (fixando-lhes melodia e letra, e registrando-os em gravações, partituras e sociedades de direitos autorais), pode ser comparado a um bem-sucedido “engarrafamento de nuvens”.

Mas será mesmo que as “nuvens” da canção popular se deixaram aprisionar em garrafas, ou em redomas? “Asa branca”, “Baião” e tantas outras canções continuaram sendo recriadas, retrabalhadas, reconfiguradas. Elas retornaram por outros caminhos ao cambiante fluxo social da música; assim, entre nuvens e revoadas, de “Asa branca” se chegou ao “Assum preto” (Gonzaga e Teixeira, 1950), à “Volta da asa branca” (Gonzaga e Zé Dantas, 1950), e até ao “Carcará” (João do Vale e José Cândido, 1964) e ao “Assum branco” (José Miguel Wisnik, 2003).

“Patrimônio cultural imaterial” é, como escreveu Richard Kurin, *a technical, somewhat awkward term* (“um termo técnico, um tanto esquisito”).¹⁴ É, além disso, uma expressão abstrata, sujeita a múltiplas interpretações e, se podemos dizer assim, a múltiplas implementações, realizadas em uma variedade de contextos políticos e relações de poder. No entanto, algumas tendências se destacam quando nos reportamos aos principais textos legais sobre o assunto, como a convenção internacional de 2003 e o decreto-lei brasileiro de 2000; e se consultamos também o amplo *corpus* de debates e comentários associados àqueles textos legais (alguns dos quais lhes serviram de base para elaboração, enquanto outros oferecem descrições e análises da sua implementação). Assim, “patrimônio cultural imaterial” diz respeito a pessoas e a processos, muito mais do que a itens estabilizados; estes processos são intrinsecamente políticos, e seu sucesso em relação a metas definidas depende da capacidade de organização e mobilização de pessoas e de recursos. Por isso, um processo de reconhecimento de expressões culturais como patrimônio cultural imaterial pode ser propício à ação organizada de novos atores políticos, geralmente oriundos de setores da população relativamente desfavorecidos em termos de recursos econômicos, educacionais, sanitários e outros. O que absolutamente não implica em supor que estes processos serão *sempre* propícios a tais mobilizações, pois como em todas as áreas da vida social, poderosas forças de confinamento, silenciamento e “redomização” da criatividade e da efervescência social também fazem parte do jogo.

Embora o espaço disponível não torne possível argumentação e apresentação de dados mais detalhados, espero ter trazido elementos em favor da ideia de que, nos casos do jongo, do samba de roda e do forró tradicional, mais de uma redoma foi rompida. A “crença” no valor do patrimônio cultural imaterial, e no valor da mobilização pelo seu reconhecimento, pode ser compatível com a “sagacidade” política e com posições críticas em relação a

14 KURIN, Richard. Safeguarding Intangible Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention: a critical appraisal. *Museum International*, v. 56, n. 1-2, p. 67, 2004.

condições sociais e hierarquias políticas. Pode assim contribuir para nuvens mais livres, e para mais variedade e imaginação em tudo que podemos enxergar nelas.

Referências

BRUMANN, Christoph. Heritage agnosticism: a third path for the study of cultural heritage. *Social Anthropology*, v. 22, n. 2, p. 173-188, 2014

GILMAN, Lisa. Demoniac or cultural treasure? In.: FOSTER, Michael Dylan; Lisa Gilman (org.), *UNESCO on the Ground: Local Perspectives on Intangible Cultural Heritage*, Bloomington. Indiana: Indiana University Press, 2015.

FONSECA, Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996;

HAFSTEIN, Valdimar. Learning to live with ICH: diagnosis and treatment." In.: FOSTER, Michael Dylan; Lisa Gilman (org.), *UNESCO on the Ground: Local Perspectives on Intangible Cultural Heritage*, Bloomington. Indiana: Indiana University Press, 2015, p.143-160.

KURIN, Richard. Safeguarding Intangible Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention: a critical appraisal. *Museum International*, v. 56, n. 1-2, p. 66-77, 2004.

LOPES, Ibrantina Guedes de Carvalho. *Sociedade dos Forrozeiros Pé-de-Serra e Ai!: Entre a memória e a mídia*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

MONTEIRO, Elaine; MARTHA ABREU. Patrimônio imaterial e afirmação negra: a política dos encontros para uma educação antirracista. *Cadernos NAUI*, vol.9, n.17, p. 60-88, 2020.

SANDRONI, Carlos, L'ethnomusicologue en médiateur du processus patrimonial: le cas de la samba de roda. In.: BORTOLOTTTO, Chiara (org.), *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2011.

SANDRONI, Carlos. Matriz com leite? Samba, forró e o desconforto patrimonial na música popular. In.: SANT'ANNA. Márcia; QUEIROZ, Hermano (org.). *Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios*. Vitória: Milfontes, 2021, p.493-532.

SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estudos avançados*, v. 24, n. 69, p. 373-388, 2010.

A “batida” e os sentidos atribuídos às festas do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins

Zélia Lopes da Silva

Introdução

As festas nos dias atuais permitem abordagens diversas considerando as múltiplas significações que podem ostentar, mesmo na conjunção de um mundo globalizado, marcado por transformações tecnológicas velozes que tornam as fronteiras nacionais cada vez mais esgarçadas. Em face a tais transformações, estudar essas manifestações torna-se crucial por seu caráter aglutinador de grupos e pessoas em torno de si. Vale dizer que somente as festas coletivas parecem atender às aspirações de redefinir o curso dos acontecimentos, por sua força agregadora de pessoas, sua capacidade de gestar relações sociais e sociabilidades no âmbito do grupo e de outros participantes, no momento de seu acontecer.

Tendo em vista esse processo, a hipótese que sustenta essas reflexões é que tal fenômeno parece ser o seu antídoto, a considerar os cuidados em torno da preservação daquelas festas (que carregam elementos culturais complexos e diversificados), e se apresentam portadoras de valores vinculados à cultura de cada país, além de serem promotoras de sentidos aos seus participantes.

No Brasil, a percepção desse proceder global parece ter acelerado o reconhecimento e o registro de algumas dessas manifestações festivas que conferem sentido às relações sociais e

são portadoras de traços históricos e memoriais forjadores de sua brasilidade.

No caso, as festas escolhidas foram as integrantes do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, expressões culturais que foram inscritas, no século XXI, no *Livro de Registro das Celebrações* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como patrimônio cultural imaterial nacional. Para sua apreensão foram fundamentais os dossiês e documentos oficiais que fundamentaram a inscrição dos Boi-Bumbá no referido livro, fotos, vídeos, a “*Constituição da República Federativa do Brasil*” e bibliografia especializada, teórica e historiográfica. A opção voltou-se para essas festas que manifestam expressões de religiosidade popular católica, amalgamadas às crenças de matriz africana, dos negros, que coexistem desde tempos remotos, bem como as tradições culturais indígenas que vêm sendo referenciadas como elementos de afirmação da identidade cabocla.

Nesse diapasão, a primeira festa reconhecida pelo Iphan ocorreu em 2004 e a última em 2019. Em que pese a sua variedade, até o momento apenas onze delas integram o *Livro de Registro das Celebrações* do órgão. A abrangência dessas festividades dedicadas ao Boi no território nacional é expressiva, embora apareçam nos dossiês, que encaminham a solicitação de patrimonialização, uma listagem reduzida das unidades federativas nas quais se fazem presentes tais como: Amazonas, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Entretanto, em outros estados brasileiros também existem as festas do Boi, a exemplo do Piauí,¹ Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.²

1 Cf. PEDRAZINI, Viviane. *No “miolo” da festa: um estudo sobre o bumba-meu boi do Piauí*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

2 SANTANA, Jean Fábio. *A festa do Bumba-Meu-Boi no município de Encruzilhada do Sul: um estudo de caso sobre contribuições afrodescendentes nos processos de identidade étnico-racial múltipla na sociedade brasileira*. Dissertação (Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019; A discussão sobre o Boi, no Rio Grande do Sul, ocorre também no âmbito do Projeto de Pesquisa “Folguedos

Antes de prosseguir, convém debater sobre o perfil – aparentemente – coeso da festa. Em termos gerais, as pesquisas de especialistas chamam atenção para sua natureza volátil considerando que elas ora são vistas como mera distração, ora como desvario da vida social, ora como sobrevivência de certos arcaísmos tradicionais. Fora dessas vertentes elas são analisadas como manifestações que acompanham as dinâmicas dos tempos de seu acontecer. Essa oscilação de perfil também se manifesta nas reflexões teóricas, cujo enfoque depende dos objetivos a elas atribuídos, independentemente de serem públicas (cívicas, religiosas, profanas), ou de natureza particular (aniversários, casamentos, batizados, encontros de amigos, encontros de colegas de trabalho, etc.).

Assim, por suas características de rompimento com o cotidiano e suas rotinas hierarquizadas, as festas foram abordadas em diferentes tempos por teóricos de linhagens distintas que perpassam a Antiguidade Clássica grega e chega à contemporaneidade trazendo as reflexões de filósofos daquela temporalidade, de linguistas como Mikhail Bakhtin e sociólogos, a exemplo de Norbert Elias, que discute o “processo civilizador” ocidental no qual as sociabilidades são peças fundamentais para garantir coesão entre os indivíduos. E, Durkheim e seus seguidores utilizam o seu conceito de fato social para entender tais fenômenos.

A matriz clássica sobre a festa arcaica grega é recuperada pelo pesquisador francês George Minois no tópico *o riso da festa: retorno ao caos*, no livro *História do riso e do escárnio*.³ Em sua análise, essas manifestações festivas gregas arcaicas são inseparáveis da mitologia e são ocasiões de riso coletivo organizado; têm sentido religioso e contém sempre “quatro elementos: uma reatualização dos mitos; uma mascarada que dá lugar, sob diversos disfarces, a

e Danças Folclóricas Marginais do e no Rio Grande do Sul”, que integra o Grupo de Pesquisa Observatório de Culturas Populares da Universidade Federal de Pelotas (CNPq). PORTELA, Carolina Martins [et. al.]. *Folguedos marginais do Rio Grande do Sul: Bumba-Meu-Boi. XXV Congresso de Iniciação Científica*. Universidade Federal de Pelotas, 2016, p. 1.

3 Cf. MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

rituais mais ou menos codificados; uma prática de inversão, na qual é necessário brincar de mundo ao contrário, invertendo as hierarquias e as convenções sociais; e uma fase exorbitada, em que o excesso, o transbordamento, a transgressão das normas são a regra, terminando em caçoadas e orgias, presididas por um efêmero soberano que é castigado no fim da festa”.⁴

Esse tipo de festa, na leitura do autor, foi domesticado pelos filósofos gregos seguintes ao período homérico que retiram dela o seu caráter violento ao deslocarem o riso dos deuses aos homens, separando o sagrado do profano. Para tanto, definiram formas de teatralização, já existentes nas dionisíacas, para representar e criticar comportamentos e valores indesejados, notadamente dos políticos, por meio da comédia ou da tragédia, visando estabelecer novas configurações de coesão social.

Trazendo esse debate aos dias atuais, as informações indicam que as festas percorreram um longo caminho de silêncio e desinteresse dos pesquisadores, o que não significa que tais reflexões deixaram de existir considerando que foram investigadas desde o século XIX, sob o paradigma romântico, por folcloristas e etnógrafos. Posteriormente chega à academia com as pesquisas dos antropólogos e sociólogos.

No campo das Ciências Sociais, além de Gilberto Freyre e Roberto da Matta, as pesquisas sobre as festas estão em constantes atualizações, produzindo abordagens diversificadas no campo sociológico atual. Tais abordagens aparecem explicitadas nas fundamentações presentes na vasta bibliografia, nacional e internacional, acionada pelo sociólogo Edson Farias na análise dos dados da ampla pesquisa,⁵ sob sua coordenação, para produzir o dossiê final para ser encaminhado ao Iphan visando à patrimonialização do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins como bem cultural imaterial nacional.

4 MINOIS, George. *História do riso e do escárnio...* Op. cit., p. 30.

5 Cf. FARIAS, Edson et. al. *Dossiê Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins*. [s. l.]: [s. n.], abr. 2018.

Ainda nesse campo das teorizações e interpretações bibliográficas da festa, percebe-se nas reflexões sobre sua natureza, no referido dossiê final, a sua associação à “brincadeira”, perspectiva que carrega atrás de si debate teórico denso, ora defendendo a visão lúdica do ato de brincar associado ao princípio do prazer que seria inerente ao indivíduo, segundo a visão freudiana; ora contestando essa visão ao defender que as “brincadeiras” são forjadas no movimento geracional e, enquanto tal, são aprendidas. Nessa última opção, a passagem de conhecimentos assegura laços afetivos que geram coesão social entre as gerações e demais integrantes que se reúnem em torno de seus ritos, de substrato religioso ou não, atendendo às “pulsões desejanças”, sempre carregadas de afetividades.

No campo historiográfico, no Brasil, as pesquisas são recentes, como assinala Durval Muniz Albuquerque Júnior, no artigo *“Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar”*, publicado em 2011 na revista Patrimônio e Memória, no qual passa em revista as reflexões de autores brasileiros que investigaram o assunto. Recupera as distintas linhagens interpretativas do campo sociológico, da história social da cultura e história cultural do social. Inicia por Gilberto Freyre e Roberto da Matta, que têm visões distintas sobre o fenômeno. Para o primeiro deles, as festas eram elementos de coesão e harmonia social e, para o outro, uma oportunidade de ruptura com o cotidiano e suas rígidas hierarquizações sociais. Essas análises tiveram (e ainda têm) os seus seguidores.

Prosseguindo sua avaliação, Albuquerque Junior revisita a produção historiográfica brasileira dos anos 1990 (majoritária) e início de 2000 que têm como eixo o conceito de “cultura popular”, suas expressões e apropriações e os problemas teóricos daí decorrentes. Nessa revisão, estabelece as diferenciações das abordagens ao identificar as pesquisas de filiação marxista e suas variantes e, também, fora desse paradigma, as reflexões inseridas no campo da “história cultural do social”, com apoio nas contribuições teóricas de Roger Chartier. O autor posiciona-se sobre o fenômeno ao defender que “seu ser se diz na diferença e

não na identidade”. Nessa acepção as festas não são nem tradição e nem restos do passado, mas construções e invenções práticas e discursivas de cada temporalidade na qual elas se deram.⁶

Em face às questões expostas, essas festas tornadas bens culturais imateriais nacionais (patrimonializadas) inscritas no Livro das Celebrações são herdeiras de quais postulados? Existem pesquisas sobre elas?

Respondendo às questões postuladas, diria que, muito embora sejam de patrimonialização recente, já existem pesquisas sobre algumas dessas festas, a exemplo dos Bois e do Boi-Bumbá. Essas análises trazem as discussões teóricas de seu campo de procedência, tais quais as áreas de Ciências Sociais, História, Geografia, Jornalismo, Artes Cênicas, Educação Física, Letras, entre outras. Por exemplo, as encenações do Boi, ocorridas no Rio Grande do Norte, Piauí, Tocantins, Maranhão, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros, foram pesquisadas em diversas áreas do conhecimento. A festa do Boi no Piauí também foi investigada na tese de doutorado de Viviane Pedrazini, intitulada “No “miolo” da festa: um estudo sobre o bumba-meu-boi do Piauí”.⁷ O Bumba meu boi de São Paulo foi pesquisado por Luciana Coin de Carvalho, sob o título “O Bumba meu boi maranhense em São Paulo: uma experiência estética com crianças e jovens”. O bumba-meu-boi do Maranhão foi investigada na dissertação de mestrado de Ludmila Portela Gondim na área de Teoria Literária (UnB) que discutiu “Representação e imagens de si nas toadas do Bumba-meu-boi”. O foco da pesquisa volta-se para a compreensão dos sentidos das toadas que se constituem “como canções criadas por sujeitos simples, distante da cultura erudita”. No campo da História, Carolina Christiane de Souza Martins em sua dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Federal Fluminense, sob o título “Política e cultura nas histórias do Bumba-meu-boi. São Luís do Maranhão – Século XX”,⁸ discutiu a

6 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória*, v. 7, p. 144, 2011.

7 Cf. PEDRAZINI, Viviane. No “miolo” da festa... *Op. cit.*

8 Cf. MARTINS, Carolina Christiane de Souza. *Política e cultura nas histórias do bumba meu-boi*: São Luís do Maranhão - Século XX. Dissertação (Mestrado em

experiência dos brincantes no interior de um grupo de bumba-meu-boi maranhense: o Boi de Pindaré. Usou a metodologia da história oral para reconstruir” a trajetória dos fundadores desse grupo, homens negros migrantes da região da Baixada Maranhense, que chegaram a São Luís do Maranhão entre as décadas de 1930-1960”. Em sua maioria esses brincantes são estivadores e carregadores do Cais do Porto que nesses dias festivos se transformam em outras personagens para homenagear os santos de suas crenças,⁹ tomando o auto do Boi como referência para essa manifestação de religiosidade que transita entre o sagrado e o profano.

A festa do Boi-Bumbá de Parintins despertou interesse de diversos pesquisadores, a exemplo da antropóloga, Maria Laura V. Castro Cavalcanti que amparada em extensa pesquisa de campo na região refletiu sobre esta festa no artigo *O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa*.¹⁰ A autora esclarece que se trata de abordagem antropológica voltada para uma perspectiva dos estudos dos rituais. No texto defendeu a tese de que as mudanças significativas ocorridas nessa festa, que passou a valorizar as raízes regionais indígenas, transformou o Bumbá em um evento massivo e, em “uma nova manifestação nativista de identidade cabocla”. Além de Cavalcanti, outros pesquisadores têm se interessado pelo assunto. Em 2002, Raimundo Dejard Vieira Filho publicou o artigo *A festa de boi-bumbá em Parintins: tradição e identidade cultural*.¹¹ Na área de Educação Física, Fabrícia Melo das Neves,¹² desenvolveu sua dissertação de Mestrado intitulada “*Aí fizemos um boi*”: um estudo sobre a festa popular no Boi de Garrote em Manaus. A continuidade das pesquisas tem sido recorrente. João Gustavo Martins Melo de Sousa pesquisou essa festa

História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

9 MARTINS, Carolina Christiane de Souza. *Política e cultura nas histórias do bumba meu-boi...* Op. cit., p. 9.

10 Cf. CAVALCANTI, Maria Laura V. Castro. O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VI [Suplemento], ser. 2000.

11 Cf. VIEIRA FILHO, Raimundo Dejard. A festa de boi-bumbá em Parintins: tradição e identidade cultural. *Somanlu*, v. 2, 2002. [Número especial].

12 Cf. NEVES, Fabrícia Melo das. “*Aí fizemos um boi*”: um estudo sobre a festa popular no Boi de Garrote em Manaus [manuscrito]. 2016.

buscando sua intersecção com o carnaval do Rio de Janeiro. O título de seu trabalho “*Que boi-bumbá é esse? Que carnaval é esse? Reflexões transculturais sobre festas alegoricamente entrecruzadas*”.¹³

Assim, a busca dos sentidos que os brincantes atribuem a essas festividades torna-se fundamental para traçar o seu perfil, assunto que será discutido subseqüentemente.

O perfil das festas do Boi-Bumbá que se tornou patrimônio cultural imaterial do país

Os traços gerais dessas festas patrimonializadas traduzem manifestações da religiosidade popular, de matriz católica e, também, do Candomblé, a exemplo do ritual “Bembé do Mercado de Santo Amaro” que teve origem em 1888, em comemoração à libertação dos escravos. Para ter sua inscrição no referido Livro, elas foram avaliadas, segundo protocolos oficiais rigorosos, que deveriam traduzir a memória histórica do país, ter abrangência territorial e vínculos duradouros e longevos a grupos, conforme especifica os princípios constitucionais. A listagem dessas festas, reconhecidas como patrimônio cultural imaterial brasileiro, foram distribuídas por localidades e regiões do país, conforme exposto no quadro 1.

Percebe-se que as regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste têm apenas uma recorrência, enquanto que no Nordeste são cinco e no Norte são três festas patrimonializadas como bens culturais imateriais do país.

Passando à análise das festas integrantes do “Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins” que se tornaram patrimônio cultural imaterial brasileiro é consenso, entre os estudiosos, que elas expressam aspectos da cultura e religiosidade popular católica. Entretanto, admitem que os seus simbolismos culturais carregam as crenças de matriz africana, dos negros, que

13 SOUSA, João Gustavo Martins Melo de. *Que boi-bumbá é esse? Que carnaval é esse? Reflexões transculturais sobre festas alegoricamente entrecruzadas*. *Reh-Revista Educação e Humanidades*, v. II, n. 2, jul./dez., 2021.

coexistem desde tempos remotos, bem como as tradições culturais dos “povos originários” (ou indígenas), consideradas elementos de afirmação da identidade cabocla e do país.

Quadro 1: Festas registradas como patrimônio cultural imaterial brasileiro			
Nome da Celebração	Cidade/Estado	Classificação da festa pelo Iphan	Ano de registro
Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Belém (PA)	Nacional/Patrimônio da Humanidade	5/10/2004
Festa de Sant'Ana de Caicó	Caicó (RN)	Nacional	10/12/2010
Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis	Pirenópolis (GO) Goiás	Nacional	13/05/2010
Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi do Maranhão	Maranhão (MA)	Nacional/Patrimônio da Humanidade	30/11/2011-2019
Festa do Divino Espírito Santo de Paraty	Paraty (RJ)	Nacional	03/04/2013
Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Marajó (PA)	Nacional	27/11/2013
Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Salvador (BA)	Nacional	05/06/2013
Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha	Barbalha (CE)	Nacional	19/09/2015
Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins	Amazonas (AM)	Nacional	13/06/2019
Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis	Florianópolis (SC)	Nacional	20/09/2018
Bembé do Mercado de Santo Amaro	Bahia	Nacional	13/06/2019

Fontes: IPHAN - Livro de Registro das Celebrações; Fototeca Registro de Celebrações. Lista de Registros de 2019. Acesso em: 20 mar. 2020.

O reconhecimento dessas festas ampara-se no Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que define os bens culturais materiais e imateriais do país nos seguintes termos: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em

conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas.¹⁴

Esses bens culturais imateriais têm seus perfis mais detalhados nos documentos do Iphan que seguiram os princípios constitucionais que classificaram os bens culturais em materiais e imateriais. Esse campo dos bens intangíveis foi formalizado pelo decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, mediante a inscrição num dos livros de registro “que terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” *culturais* (Iphan - Fototeca Registro de Celebrações, s/d).

Tal hierarquização nos dias atuais é bastante arguida por especialistas, a exemplo de Simone Toji e Márcia Chuva, entre outros.¹⁵ Embora haja esse questionamento, ainda figura no site da Instituição o seguinte espectro sobre esses artefatos simbólicos, mesmo porque faz parte de normativa constitucional:

no Livro de Registro de Celebrações - criado pelo Iphan - estão registrados os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social. Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras manifestações culturais.¹⁶

14 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil - 1988*. Brasília: Poder Legislativo, 05 out. 1988, p. 141 *et seq.*

15 TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências e alguns dilemas. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 5, 2009; CHUVA, Márcia. Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012.

16 Iphan - Fototeca Registro de Celebrações, s/d

Como pensar essas salvaguardas nesse contexto de profundas transformações vividas pelas sociedades contemporâneas, em que prevalecem rupturas significativas nas relações humanas com o cultivo cada vez mais acentuado do isolamento dos indivíduos, do hedonismo, e da ruptura dos diversos laços comunitários?

Sabe-se que os mecanismos tecnológicos midiáticos ao mesmo tempo que promovem o isolamento e o culto à intimidade, também propiciam participações em eventos coletivos, como os festivais de todo tipo. O mesmo processo passou a acontecer com as festas públicas, de natureza religiosa ou não, assentadas nas tradições. Mesmo incorporando as transformações desse tempo veloz e suas tecnologias midiáticas — CD, DVD, Internet e suas múltiplas ferramentas, etc. —, não perderam os elementos agregadores ao se tornarem eventos midiáticos de massa. Pela sua pujança, essas festas desafiam tais rupturas, muito embora tenham incorporado em seu saber-fazer essas novas tecnologias, voltando-se internamente para a busca de sua essência. Além disso, por garantirem agregação das pessoas podem com isso construir redes de proteção e sociabilidades diversas, unificando os brincantes originários e incorporando novos adeptos, o que tem garantido o reconhecimento desses eventos como patrimônio cultural imaterial do país.

Assim sendo, partindo do perfil das festas brasileiras patrimonializadas classificamos elas em três categorias distintas: festas que expressam a religiosidade popular vinculada ao calendário católico, festa cristã, de “tradição cultural” folclórica, de matrizes africana e indígena e festa no universo do Candomblé. As duas primeiras inscrevem-se na tradição cristã católica, com elementos culturais híbridos, enquanto a última expressa o ritual do Candomblé que festeja a abolição do cativo ocorrida em 1888. Ou seja, o Quadro 1 demonstra que elas são onze ao todo sendo que três delas estão associadas ao calendário religioso cristão do ciclo junino que homenageia Santo Antônio, São João e São Pedro, a exemplo da Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha, Bumba meu-boi e Boi-Bumbá.

Para que essas festas possam ser inscritas no Livro de Registro das Celebrações, o Iphan define o perfil exigido e capaz de conferir identidade aos brincantes, tanto em termos individuais quanto nos grupos:

os bens culturais são caracterizados] [...] pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Os bens culturais imateriais passíveis de registro pelo Iphan são aqueles que detêm continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. As inscrições desses bens nos Livros de Registro atendem ao que determina o Decreto 3.551.¹⁷

Tendo em vista as postulações acima, esses eventos ao serem incluídos como patrimônio imaterial brasileiro vão além de traços da “cultura, memória e identidade” de um grupo e passam a ser algo maior ao delinear os traços de nossa brasilidade. Algumas dessas festividades, como já assinalado anteriormente, têm seu calendário em torno de santos do ciclo junino — Santo Antônio, São João e São Pedro — que em Portugal eram cultuados dentro do calendário de eventos católicos, o que certamente foram trazidas para sua colônia das Américas.

Cumprir os critérios — continuidade histórica, possuir relevância para a memória nacional e fazer parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira — requeridos pelo Iphan para que os bens culturais imateriais sejam passíveis de registro como “bens culturais imateriais do Brasil” não é uma operação simples, como veremos nas páginas ulteriores, ao analisarmos as festas do Boi, descritas minuciosamente em seus Dossiês que embasam tais solicitações de Registro.

17 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins. abr. 2018, p. 5. Apud Iphan

As “brincadeiras” do Boi receberam muitos nomes no país, correspondendo “às variantes regionais existentes”, como evidencia Maria Laura V. Castro Cavalcanti: Boi-Bumbá, no Amazonas e Pará; Bumba-meu-Boi, no Maranhão; Boi-Calemba, no Rio Grande do Norte; Cavalo-Marinho, na Paraíba; Bumba-de-Reis ou Reis-de-Boi, no Espírito Santo; Boi Pintadinho, no Rio de Janeiro; Boi-de-Mamão, em Santa Catarina.¹⁸

Essas informações são reiteradas pelos autores do Dossiê sobre os Boi-Bumbá do estado do Amazonas que corroboram a inserção dos eventos referentes aos bois-bumbá da região “num conjunto do qual fazem parte também outras variantes manifestas no conjunto da sociedade nacional, à maneira do Bumba-meu-Boi, Boi-Calemba, Boi-de-Ita, Boi-de-Mamão, Boi-de-Reis, Boi-na-Vara, Boi-Santo, entre outras”.¹⁹ Outros estados da federação, em menor escala festiva, também brincam o boi, a exemplo do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nesse sentido, os eventos assinalados e suas especificidades, portanto, os tornam portadores de características de nossa brasilidade, como doravante passamos a captura dos seus sentidos.

Entretanto, o registro patrimonial dessas festas pressupõe a ligação a certos grupos que são os suportes de sua materialidade a partir do seu enraizamento na comunidade num tempo longo e não elementos difusos de inserção social. Além disso, essas representações devem contemplar abrangência territorial para garantir o seu reconhecimento e, ao mesmo tempo, ter a potência para plasmar e consolidar a identidade do país. Por agregarem pessoas em torno desses eventos possibilitam a emergência de sociabilidades que forjam identidades no âmbito do grupo originário e, além dele, com as adesões de outros brincantes, que se manifestam nas apropriações de mecanismos diversos para ter acesso aos roteiros atualizados do Boi preferido. Esses patrimônios têm seus perfis mais detalhados nos documentos do Iphan, a

18 CAVALCANTI, Maria Laura V. Castro. O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas... *Op. cit.*, p. 1022.

19 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 8.

exemplo, dos bens culturais imateriais que são caracterizados pelo Órgão, seguindo os princípios constitucionais, a partir de atributos que expressam a potência agregadora de pessoas e grupos para vivenciar experiências festivas singulares, características essas exigidas para inscrição em seus Livros.

Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins

O boi-bumbá do Médio Amazonas e Parintins

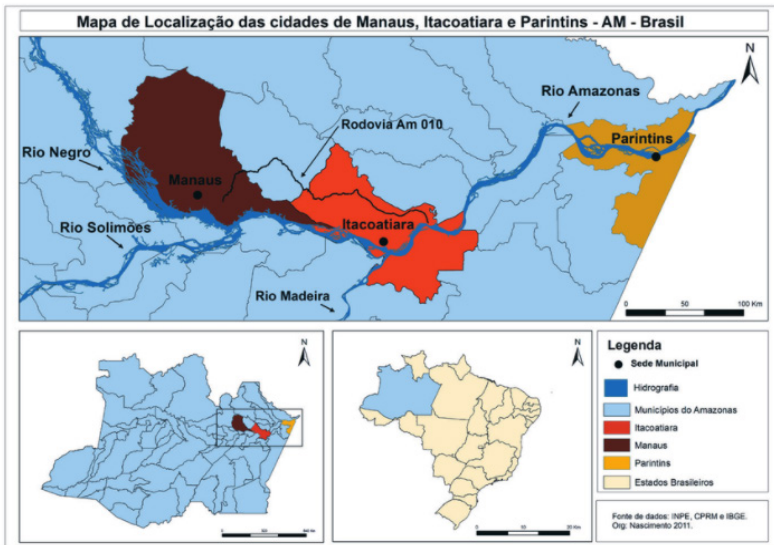
As informações presentes na documentação sobre as festas do Boi-Bumbá do estado do Amazonas indicam que elas ocorrem em diferentes espacialidades. Entretanto, no Médio Amazonas e Parintins (Mapa abaixo) assumem características diferenciadas, e são nessas localidades que tais festividades explodem enquanto fenômenos midiáticos. Afinal, qual é a origem e o perfil dessa festa denominada de Boi-Bumbá?

De acordo com o Dossiê Final,²⁰ coordenado pelo sociólogo

20 A equipe responsável pela produção desse Dossiê Final foi formada pelos profissionais integrantes do CMD - Grupo de Pesquisa “Cultura, Memória e Desenvolvimento”, composta pelo coordenador e seis auxiliares de pesquisa, mais o técnico em fotografia e audiovisual. Edson Farias, coordenador do grupo, é pesquisador do CNPq, com doutorado em Ciências Sociais (Unicamp – 2001). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual da Bahia (UESB) da área de Sociologia. É autor, dentre outros livros, de “*Ócio e Negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil*”. Já Rogério Luiz de Oliveira (Fotografia e Audiovisual) é graduado em Comunicação Social pela UESB (2007). É doutor e mestre em Memória: linguagem e sociedade, também pela UESB; Juliana Veloso Sá (Auxiliar de Pesquisa – dimensão cênica e coreográfica) é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2014), da Universidade de Brasília. Graduada em Licenciatura em Artes Cênicas pela mesma instituição (2009), ela atuou como assistente de pesquisa pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no projeto Acompanhamentos e Análise de Políticas de Cultura (2014-2015); Wilson Rogério Penteadó Júnior (Auxiliar de Pesquisa) é mestre em Antropologia Social pela Unicamp (2004), com a dissertação *Jongueiros do Tamandaré: um estudo antropológico da prática do jongo no Vale do Paraíba Paulista (Guaratinguetá-SP)*; Marcos Henrique da Silva Amaral (Pesquisador colaborador) é doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB); Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB, Saulo Nepomuceno Furtado de Araújo é autor do livro *Entre garotos e suas equipes: consumo tecnocultural e dinamicidade ético-estética na cena black brasiliense*. Matheus da Costa Lavinsky (Pesquisador colaborador) é mestrando em Sociologia pela Universidade de Brasília. Desenvolve pesquisa sobre a produção e o

Edson Farias, duas versões tratam da origem da festa do Boi na região amazônica. Uma delas é apresentada pelo “historiador Mário Ypiranga Monteiro,²¹ na qual o Boi-Bumbá amazônico chega à região diretamente com as missões jesuíticas, em meados do século XVII, com o propósito de catequizar os povos indígenas”.²² A outra atribui ao fluxo migratório do Nordeste para a região. Sobre esses aspectos, os autores do Dossiê dizem que,

seja pela ação missionária direta dos jesuítas na Amazônia seja em razão dos ciclos de migração nordestina, o auto do Boi se fixou como uma prestigiada brincadeira na região. Nessas duas vertentes que informam o folguedo, mantém-se em comum a divinização do ‘boi’, o qual transfigura o credo em torno do Deus único e criador, herdado da matriz religiosa judaico-cristã.²³



Mapa de localização das cidades de Manaus, Itacoatiara e Parintins (AM). Fonte: Acervo Nepecab, 2011.

Imagem 1: Mapa do Médio Amazonas e Parintins (Brasil). Fonte: Google, 7 dez. 2021.

consumo de cerveja no Brasil. É graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Dossiê Final, 2018, p. 14-16). DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 14 et seq.

21 MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Boi-Bumbá: história, análise fundamental e juízo crítico*. Manaus: Edição do autor, 2004, p. 22.

22 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 86.

23 *Ibidem*, p. 90.

Nesses momentos distintos de celebração do boi também os personagens são diferentes. De sua origem, em meados do século XIX festejava-se o Boi de São Marcos.

Na composição da cena dramática do Boi de São Marcos, obediente ao eixo dramático da morte e ressurreição do boi, protagonista da trama, a dinâmica de enunciação de versos entrosava os seguintes personagens: Tio Mateus, a Moura, Pastores e Peões (rapazes empregados da fazenda armados com suchos e forcados), a Bruxa, o Padre e os Esbirros da Inquisição. No desenrolar da história, magoada pelo amor não correspondido, cabia à negra Moura matar o boi, para se vingar do fazendeiro Mateus.²⁴

Entretanto, na análise dos autores do Dossiê, embora eles identifiquem outros personagens, vêm ali uma continuidade das festas do Boi dos séculos anteriores e, também, a importância dos migrantes nordestinos, notadamente do Maranhão, para o fortalecimento dessas encenações desde o final do século XIX e início do XX.

A continuidade observada entre as cerimônias do Boi de São Marcos, mas também naquela relatada pelo médico alemão, e os formatos atuais do folguedo nas regiões do Médio e Baixo Amazonas, deixa entrever a manutenção do núcleo composto pelas figuras do Amo, vaqueiros, rapazes, índios, pajé, padre, doutor, Pai Francisco, Mãe Catirina, Gazumbá, burrinhas, batucada, miolo (tripa ou bucheiro) e o boi. Monteiro reconhece nesses os personagens ‘clássicos’ do Boi-Bumbá amazônico. Moacir Andrade (1985), igualmente, identifica o mesmo núcleo na composição da cena do auto no Estado do Amazonas.²⁵

Essa continuidade do Boi de São Marcos é fortalecida pela presença dos migrantes nordestinos que praticam o auto do Boi, o que corrobora as pesquisas dos autores do Dossiê Final, que atestam que os dois bois mais tradicionais — “Caprichoso” e “Mina de Ouro” —, foram fundados por maranhenses, o primeiro na Praça 14 e o segundo no Boulevard Amazonas.

24 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 87.

25 *Ibidem*, p. 89.

Se na versão original o auto do boi era complexo, na variante contemporânea, o mesmo enredamento se faz presente decorrente da diversidade dos Bois-Bumbá que além de sua extensão pelo estado do Amazonas eles apresentam-se de forma variada em vários lugares, a exemplo do Boi de Terreiro e Boi de Rua que segue (ou não) o auto originário de “morte e ressurreição do Boi”, com a presença dos personagens Pai Francisco (escravo negro) e sua mulher Catirina. O Dossiê Final demarca o núcleo da narrativa que os singulariza,

[O Boi de Terreiro e o Boi de Rua desenvolvem-se] a partir da narrativa mítica que gira em torno da morte e ressurreição de um boi, pertencente a um amo ou dono de uma fazenda, pelas mãos de seu vaqueiro, Pai Francisco, o qual mata o boi para atender o desejo de sua esposa grávida, mãe Catirina de comer a língua do boi.²⁶

Entretanto, essas personagens nem sempre aparecem nas representações do Boi-Bumbá, bem como o ritual de morte e ressurreição do boi, no processo de deslocamento do rural para o urbano que configura a passagem do sagrado para o profano.

Com a transferência, em parte, do teatro popular do Boi-Bumbá para o espaço urbano, metamorfoseado em Boi de Rua, os estágios do ciclo ritual do boi foram recompostos, sem necessariamente terem sido ressignificados. A forma circular da encenação permanece, mas desde já está condicionada pelo trânsito dos brincantes pelos logradouros públicos. Na noite da matança, sem pedir donativos, atrás do Boi, o conjunto expressivo do bumbá percorre as ruas, seguido pela assistência até o curral. Nos limites do curral, dar-se início à matança: fugido, tendo em seu encalço os vaqueiros, o animal é alvo das lanças e, aprisionado, é conduzido ao tronco às bordas da fogueira. Ali é sacrificado pelo seu próprio Amo, quem também ordena a vaqueirada que proceda ao esquartejamento do bicho.

Os pedaços resultantes da divisão são distribuídos entre todos os presentes que, ao receber, levava-os para casa como uma benção a ser transformada num remédio. Deste modo, a samambaia, base do forro do boi, seria tomada como um chá. Por sua vez, algo semelhante ocorre com as talas de palmeiras que amarravam todo artefato de pano, além das varetas e mesmo o tecido. Espera-se curar dores de estômago, hepatites, diarreias, febres e outras doenças. Para além desses efeitos medicinais, as partes consagradas do boi também serviram para desfazer as

26 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 70.

tempestades, para isso basta jogar ao fogo as talas de palmeiras. O fechamento de todo o ciclo, sempre pelo comando poético dos versos puxados pelo Amo, implica na passagem ao profano, devotando-se às gargalhadas, maledicências, licenciosidades.²⁷

Na cidade, essas mudanças ocorrem por sua transmutação em representações do Boi que passam a ocorrer, surgindo as modalidades de Boi de palco/Boi de Arena, cujo formato se expressa nos Grupos Garantido e Caprichoso, de Parintins, que seguem um temário amplo da cultura amazônica. Aqui e acolá, aparece o autor originário, mas nem sempre as personagens, Pai Francisco e Catirina, integram tal peça. Diz o Dossiê que na edição do Festival de Parintins de 2016 “em uma das noites, o Garantido encenou a morte e ressurreição do Boi. Ela ocupou pouco tempo das duas horas e trinta minutos de apresentação. Foi encenada pelos personagens típicos do auto – Mãe Catirina, Pai Francisco, Cazumbá, Amo do Boi, Boi e seu Tripa –, ao som de uma música instrumental, e seguida por uma toada em tom mais dramático”.²⁸ Essa modalidade de “brincadeira” serve de modelo para os brincantes de várias localidades do estado amazônico.

Vindo sob os rastros dos festivais de Bois realizados a partir de 1948, em Manaus, em 1965 surge o Festival Folclórico de Parintins. Com ele, por volta da década de 1980, propagou-se pelas regiões do Médio e Baixo Amazonas uma versão de apresentação surgida em Parintins, nos anos de 1960: a saber, o Boi de Palco, posteriormente redefinido como Boi de Arena com a construção do Bumbódromo, naquela cidade. O Festival se dinamiza pelo duelo simbólico entre a dualidade Vermelho (Garantido) e Azul (Caprichoso), obediente ao regulamento do concurso, tendo por avaliadores um corpo de jurados responsável por pontuar a competência de cada agremiação na execução de cada um dos itens obrigatórios na apresentação. Com este formato o relevo do folguedo se desloca ao ser encerrado numa caixa cênica rodeada por arquibancadas, cadeiras e camarotes onde se abriga a plateia distanciada. Em lugar da ênfase nos três atos dramáticos, pelos quais são encenadas a morte e ressurreição do boi, agora, o eixo dramaturgico diz respeito ao tema-enredo renovado anualmente. Dentro deste, o auto é um componente

27 *Ibidem*, p. 102.

28 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 105.

a mais num encadeamento em que as dimensões coreográficas, rítmico-musicais e plásticas estão condicionadas pelo requisito da produção de imagens audiovisuais com potencial para gerar encantamentos.²⁹



Imagem 2: Boi Garantido, criado 1913. (Boi branco, com o coração de cor vermelha na testa)



Boi Caprichoso na arena do Bumbódromo, em 2016 (Foto: Rogério de Oliveira)

Imagem 3: Boi Caprichoso, fundado em 1913. (Boi preto com estrela de cor azul na testa)

²⁹ *Ibidem*, p. 103.

O Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins

O reconhecimento do Boi-Bumbá do Amazonas e Parintins como “patrimônio cultural imaterial brasileiro” percorreu um longo caminho. A primeira solicitação feita pelo Secretário de Cultura do Amazonas ocorreu em 2002. Na ocasião a solicitação não foi atendida. Dizem os autores do Dossiê Final que dois aspectos complicaram as ações de reconhecimento: a) “embate da construção/delimitação do bem cultural a ser registrado; b) bem como a sua abrangência territorial”.³⁰ Novamente foi apresentado em 2009 outro requerimento ao Iphan para instalação do Processo de Registro. Após Inventários e extensa pesquisa de uma equipe de especialistas da UnB, já mencionada anteriormente, que resultou em denso Dossiê sobre as festas do Boi-Bumbá em diversas localidades do Amazonas, o processo foi concluído em 2019 com o seu reconhecimento como bem cultural imaterial brasileiro.

Essa festa coletiva, segundo o Dossiê Final, passa por diferentes fases para o seu acontecer. Envolve a elaboração das toadas; a confecção dos instrumentos que garantem o ritmo e dão vida à encenação do boi; a feitura da indumentária das personagens do auto do Boi de pano; as alegorias que são confeccionadas pelos brincantes; e os ensaios.

Boi da Região do Médio Amazonas – comunidades rurais

Nas comunidades rurais do Médio Amazonas as festas do Boi são formas de devoção, em formato de brincadeiras, estruturadas pelos participantes e devotos de forma mais simples, não apenas no vestuário, mas também nos instrumentos fabricados pelos próprios mestres (músicos) responsáveis por manter sua organização. Inicialmente os instrumentos de percussão eram a palminha (instrumento de madeira (dois pedaços) que substituíam as mãos) e o gambá (tambor alto e comprido – imagem 4) feito de tronco de madeira e pele de animal.

30 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 12.



Figura 1. Os instrumentos de um conjunto tradicional de Gambá: tambor de gambá, tamborinho (caixa) e o caracaxá (instrumento raspador da família dos reco-recos). Ao lado direito, os mestres de Gambá da comunidade de Santa Maria do Maués-açu.

Imagem 4: Instrumentos de percussão Tambor Gambá, etc.

Essas manifestações da região de Maués são estruturadas pelos mestres, músicos e instrumentistas — Mestre Assis, Mestre Barrô, Mestre Humberto e Mestre Itaracito — que desenvolvem atividades culturais nas comunidades dessa região. Por exemplo, o mestre Assis [Rodrigues Fernandes] carpinteiro e agricultor diz que desde o início da sua participação na brincadeira de Boi, “canalizou o seu conhecimento da fauna local para a confecção de instrumentos percussivos, especialmente o tambor [...] Faz cavaco, tamborim e zabumba”. O Mestre Barrô (Waldo Mafra Carneiro Monteiro), nascido e criado em Maués, é músico, comerciante e mestre da cultura popular. Desenvolve uma espécie de ativismo cultural cujo alvo é a preservação das muitas manifestações artístico-culturais da cidade. Por isso, assume um papel de liderança entre todos os participantes do Cultural Centro de Preservação, Conservação da Cultura-Arte e Ciências (CULTUAM) de Maués.³¹

Mestre Barrô, como é conhecido artisticamente, ante ao que chama de declínio do folguedo, esclareceu os propósitos artísticos e políticos tanto da CULTUAM quanto do Grupo Musical Teimosinho, na ocasião em que descreveu como ocorreu aproximação entre os mestres da cultura popular tradicional, em Maués:

depois, ao longo do nosso trabalho, nós conhecemos outros mestres que desenvolvem esse trabalho de preservação da cultura

³¹ Cf. DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*

no interior, que [é] o *Boi de Terreiro*. Então, nós se juntamos, através do Ponto de Cultura e se fortalecemos. Hoje, nós temos um trabalho desenvolvido em duas comunidades. Em Santa Maria, do Rio Maués-Açu, e a comunidade Nossa Senhora Aparecida do Pedreiro, onde a gente tem o Boi Teimosinho que mantém aquela cultura antiga de fazer o auto do Boi, repartir o Boi. Ao longo desse tempo, a gente vem descobrindo que, aqui, na nossa zona rural, ainda persiste essa brincadeira. Não só o Boi, mas também o gambá, assim também como o cordão de pássaros, como também outros folguedos como X. Maués é culturalmente muito rica, porque aqui se guarda muitas tradições, como o artesanato do guaraná, que não é reconhecido nem pelo município nem pelo Estado, nem pelo governo federal. Pra nós, esse artesanato aqui, na Amazônia, ele tem a mesma importância dos bonecos do Mestre Vitalino.³²

Barrô (Imagem 5 - à direita da foto 1 tocando Gambá) integra o *Grupo Musical do Boi Teimosinho*, junto com os demais mestres citados anteriormente. Também participa de apresentações com outros músicos que chegam à região e, participa de shows divulgando as suas composições, sob o ritmo da batida do tambor de Gambá. Seu intento é produzir um *som e batida*, típicos do Amazonas.

Boi da Região do Médio Amazonas – comunidades rurais

Grupo musical do Boi Teimosinho



M
Fa Mestres Assis Rodrigues, Humberto, Itaracito e Barrô do Grupo musical Boi Teimosinho (Foto Edson Farias)

Apresentação na comunidade do “Boi de Terreiro”



Apresentação do Boi Teimosinho – Foto Edson Farias

Imagem 5: (Foto 1 - esquerda): Da direita para a esquerda – mestre Barrô; Mestre Assis, Mestre Humberto e Mestre Itaracito (Foto 2 - direita): “Boi Teimosinho”- Comunidade “Senhora Nossa Senhora Aparecida do Pedreiro”

32 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 156.

A festa do Bumbá de Parintins também sofreu significativas transformações. Embora seja uma manifestação do início do século XX (1913), na década de 1980 ocorre o processo de sua oficialização que promove muitas mudanças em sua estrutura, passando de boi de rua para boi de arena/ou de palco. Ela passa a ser pensada pelo Departamento de Artes e os Bois Caprichoso e Garantido foram organizados em associações. Outras alterações ocorrem nas toadas, cujos temas incorporam as nações indígenas, a natureza, as lendas e mitos amazônicos em suas exibições, desprendendo-se do auto original baseado na “morte e ressurreição” do Boi. Os personagens antigos — Apresentador, Levantador de toadas, porta-estandarte, Amo do Boi, Sinhazinha da Fazenda, o Tripa, Pajé, Tuxauas, Vaqueiradas — e novos personagens, criados nesse processo de mudanças do Boi-Bumbá — Tribos indígenas, Rainha do Folclore, Cunhã-Porã (moça mais bonita da aldeia) — acompanham a dinâmica temática conjuntural, com ênfase no Pajé que passa a ter funções mais efetivas nesse espetáculo. A música e a batida dos tambores têm papel fundamental em todos os instantes das apresentações. Nesse espetáculo, a tríade Toadas, Marujada de Guerra (músicos e os 400 instrumentistas) do Boi Caprichos e Batucada (músicos e 400 ritmistas e instrumentistas) do Boi Caprichoso são fundamentais para levantar a *Galera*.

Essas mudanças tornam o Boi-Bumbá em grandioso espetáculo midiático, com alcance nacional e internacional, a partir de sua exibição no Festival de Parintins que ocorre no Bumbódromo, nos dias 24 (dia de São João), 25 e 26 de junho de cada ano, com plateia e jurado. Tal evento forja-se em amplo circuito de atividades e agrega pessoas em torno de si, forjando identidades entre os brincantes que se manifestam nas apropriações de mecanismos diversos que envolvem: a participação dos preparativos, a começar pelo acesso às letras/músicas das toadas; o aprendizado da letra dessas toadas; o ensaio das coreografias. O objetivo é garantir a melhor performance da *Galera* nas encenações nos dias dedicados às apresentações dos Bois de sua preferência.

Os relatos dos brincantes e responsáveis pelos bois do Amazonas deixam claro que seus suportes remetem aos ensinamentos provenientes da tradição, transmitidos de pai/mãe para filho. Eles movimentam o complexo saber-fazer que envolve os múltiplos aspectos desses festejos, nas diferentes modalidades de bois, sejam os Boi de Terreiro e Boi de Rua da Região do Médio Amazonas e Boi de Arena/Palco, de Parintins, expresso, nos bois *Garantido*, de cor azul (Boi preto, com o símbolo de uma estrela na testa), e *Caprichoso*, Boi branco, com coração vermelho na testa.

Na análise de Edson Silva de Farias (coordenador dos pesquisadores do Dossiê), por serem tais festas apoiadas no movimento geracional, tanto as festas do médio Amazonas, da região de Maués, quanto as de Parintins que têm ainda um circuito mais alargado decorrente do uso dos meios de comunicação de massa, elas são agregadoras de pessoas e grupos que vão muito além dos envolvidos em sua organização, criando um circuito expressivo que garante a *adesão afetiva* em torno do Boi escolhido.

No caso da festa dos bois de Parintins, esses laços de “adesão afetiva” aos bois *Garantido* (Boi preto, cor azul) e *Caprichoso* (Boi branco, cor vermelha), se faz independentemente dos papéis diferentes desempenhados por seus integrantes na exibição teatralizada, que tem como importante sustentáculo a *Galera* que participa intensamente da exibição dos vários quadros da nomeada “opera do Boi”. A preparação da *Galera* é feita cuidadosamente, com toada específica, ensaiada anteriormente, que mobiliza a sinergia requerida na exibição de cada Boi durante o evento. O sentido dessa apoteose, diz Edson Farias (2018), é expresso na simbiose entre técnica (instrumental e de luzes) e sentimentos:

a potência coletiva catalisada pelo toque das toadas reatualiza o rito de ode à tradição cabocla amazônica, conferindo valor aurático ao Festival. Desse modo, não estamos falando de uma reunião de identidades individualistas como poder-se-ia supor a partir da ideia que o torcedor é mero espectador — como numa ópera —, mas sim de uma lógica da identificação, em que a dimensão das emoções cria uma atração circunstancial, uma

agregação em função de ocorrências e desejos, um presenteísmo em torno da apresentação de cada boi.³³

A estrutura da festa a cada ano fica cada vez mais complexa, com suas toadas e alegorias que trazem temas referentes ao universo sociocultural amazônico, sua flora e às diferentes etnias dos povos originários (indígenas) para os desfiles do Bumbódromo. Mas a festa dos Bumbás de Parintins não acontece somente no Bumbódromo. Além dos currais, locais de ensaio dos Bois, ela toma as ruas, especialmente aquela em frente à Igreja e outra às margens do rio Amazonas. As casas manifestam a filiação dos moradores pela decoração em tons azuis ou vermelhos.³⁴

Anualmente, cada Bumbá escolhe um tema a ser desenvolvido nas três noites de apresentação, sendo que cada uma delas terá um subtema específico. O tema é trabalhado sobre a forma de um roteiro para os espetáculos e orienta todo o processo de criação, desde as toadas, até as coreografias, figurinos, alegorias, etc.

No ano de 2016, o tema do Garantido foi 'Celebração', com o mote de celebrar a diversidade cultural brasileira e a arte e a cultura de Parintins. A primeira noite versou sobre 'Ancestralidade', a segunda, sobre 'Tradição e Fé', e a terceira, sobre 'Folclore Amazônico'. Já o Boi Caprichoso elegeu o tema 'Viva Parintins!', uma homenagem aos parintinenses e sua cultura, seus costumes e tradição. Na primeira noite, exclamou na arena um 'Viva Nosso Folclore!', segunda noite, 'Viva Nossa Floresta!'.³⁵

Essas características identitárias são recorrentes como sinaliza o *Dossiê Final* nessa passagem citada abaixo embora o formato novo do temário não exclua o auto original em suas encenações.

Em termos dramaturgicos, no Bumbá parintinense o auto do Boi se mistura com outras tantas narrativas, em sua maioria, referentes à Amazônia e à natureza – sendo que estes últimos tomam formas variadas a cada ano. A temática indígena é central nas apresentações: é citada nas toadas, que se referem a etnias

33 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 203.

34 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 118.

35 *Ibidem*, p. 104.

específicas e usam termos indígenas; toma a forma de alegorias diversas e aparece nas figuras do Pajé, dos Tuxauas e das tribos [...]. Nesta edição do Festival, em uma das noites, o Garantido encenou a morte e ressurreição do Boi. Ela ocupou pouco tempo das duas horas e trinta minutos de apresentação. Foi encenada pelos personagens típicos do auto – Mãe Catirina, Pai Francisco, Cazumbá, Amo do Boi, Boi e seu Tripa –, ao som de uma música instrumental, e seguida por uma toada em tom mais dramático. Não havia alegorias para essa cena, que se desenrolou numa parte pequena da arena, onde se concentravam esses personagens, em frente à Batucada. No centro da arena, grupos dançavam uma coreografia que se repetia de modo ritmado. Isso apenas para ilustrar o pequeno acento que recebeu o auto na apresentação dos Bumbás de Parintins, na edição de 2016. Completamente distinto da grandiosidade das cenas sobre figuras típicas da Amazônia, suas lendas e rituais indígenas.³⁶

Fica claro, por um lado, que essas representações festivas, para tornarem-se patrimônio cultural imaterial brasileiro, têm como maior desafio demonstrar sua abrangência no território nacional, continuidade histórica, etc., para tal aceitação, o que as festas do Boi, embora apareçam com outros nomes em alguns estados, esbarraram nas exigências dos protocolos oficiais quanto a esse quesito, que tropeçam na falta de pesquisa sobre o assunto.

A apaixonada vivência dos brincantes, por outro lado, certamente foi um forte elemento de construção identitária e de convencimento sobre sua significação para os brasileiros, resultando em seu reconhecimento patrimonial. Esse trecho do Dossiê é elucidativo,

Na rua, um contingente grande de pessoas festeja, dança e bebe ao som de toadas ou outras músicas. Muitas portam as cores azul e vermelho em suas vestes e grande parte, sobretudo, as mulheres, usam adereços com penas (colares, cocares, brincos) nas cores dos Bois, em uma exaltação de elementos indígenas. O forte envolvimento afetivo dos torcedores, manifesto em muitas entrevistas, conversas informais e na persistência para enfrentar filas, chuva e sol e entrar na Galera de cada Boi, dá o tom dessa vivência coletiva. Para muitos, uma 'paixão' que foi transmitida pela família.³⁷

36 DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 105.

37 *Ibidem*, p. 119.

Para os brincantes, aprender as músicas, as coreografias e acertar os figurinos para os dias das exposições oficiais são passos importantes para garantir a melhor performance da Galera nas suas exposições coreográficas, nas danças e músicas de acompanhamento das toadas. Entretanto, essa modalidade não é consensual no mundo artístico. Na defesa das práticas tradicionais do Boi, o poeta Thiago de Mello diz que “a batida amazônica é a batida do boi, o resto é contrafação. A batida do boi com tambor e matracas”.³⁸ O Dossiê analisa “o ponto de vista” do poeta sobre as mudanças ocorridas nessas manifestações como resultante de seu alinhamento à concepção de modernismo cujos traços valorizam a tradição. Ou seja, aos “modelos de mundo” concebidos pelo modernismo brasileiro, nos quais as ideias de “regionalidade” e “nação” constituiriam aspectos centrais. “Nessa década, o folclore estaria encarregado de garantir a singularidade dos ideais de modernidade nacionais além de estabelecer intensos e constitutivos vínculos com o passado”.³⁹

A magia da festa (mesmo sob os holofotes midiáticos) continua agora usando todos os recursos oferecidos pelas novas tecnologias, a exemplo dos jogos de luzes, de vídeos, fitas de DVD de divulgação das propostas de cada ano para que os brincantes de diferentes localidades amazônicas, do país e do exterior, para que tivessem acesso às toadas, coreografias e figurinos de seu Boi preferido. Igualmente, estão presentes a monumentalidade do “cenário do palco”, com suas alegorias gigantes, considerando tratar-se de um evento midiático, com ampla cobertura dos canais de televisão do país, com financiamento das multinacionais como a Coca-Cola, e do setor financeiro — banco Itaú, Santander, etc. Houve, também nesse processo, alteração e ressignificação de seus sentidos, inclusive religiosos, embora a homenagem a São João e a padroeira da cidade continuem de forma expressiva, independentemente da introdução de outros temas das toadas,

38 *Apud* DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins... *Op. cit.*, p. 167.

39 *Ibidem*, p. 167.

dos novos personagens, dos instrumentos de percussão, das danças coreografadas que não faziam parte de suas origens.

Como se vê, as mudanças e incorporação das tecnologias midiáticas alteraram a forma e em certos aspectos os conteúdos dessas festividades dedicadas ao Boi-Bumbá de Parintins, mas os seus idealizadores insistem em trazer elementos da tradição para garantir a sua continuidade, independentemente de sua globalização e de sua transformação em evento turístico massificado.

Considerações finais

Ao concluir essas reflexões, cabe assinalar que as manifestações do Boi-Bumbá, evento de longa duração, têm origem na região no século XVII, consolidam-se no século XIX em plena ordem escravocrata e continuam até os dias atuais. Estrutura-se originalmente como um “auto religioso” que é visto como uma “brincadeira” pelos segmentos de elite, mesmo após a abolição. Independentemente desse perfil, trata-se de uma festa que se estrutura a partir de culturas híbridas — europeia e das subculturas dos grupos envolvidos, os negros e as comunidades indígenas e seus descendentes —, que encenam nas toadas, no batuque/batida de seus diversos instrumentos, no vestuário, as suas crenças (os mitos e o universo mágico-religioso) para pedir proteção para as causas que consideram significativas para suas vidas e para a manutenção de suas identidades. Por serem as festas do Boi-Bumbá referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira, alcançaram no Iphan o estatuto de bens culturais imateriais do país, muito embora não fossem intensas em todas as unidades federativas.

Nos anos 1980, os organizadores do Boi-Bumbá alteraram o seu perfil ao trazerem os povos originários e seus valores⁴⁰ para o

⁴⁰ Em que pese os preconceitos esses povos eram, desde o século XIX, considerados os formadores do país, graças aos literatos românticos como José de Alencar, em cujas obras buscava forjar a Nação brasileira. Esse ideário, já consagrado no imaginário coletivo, aliado a outros elementos, certamente ajudou o reconhecimento do Boi-Bumbá

centro desses festejos na região Norte. Tais mudanças amparadas na tradição, não abdicaram dos avanços tecnológicos dos tempos velozes da pós-modernidade criando outras dimensões para garantir laços de pertença ao ampliar os vínculos afetivos e de sociabilidades entre os participantes (em termos bastante amplos, com alcance planetário) por serem transmitidas pelos circuitos midiáticos no momento de seu acontecer.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória*, v. 7, p. 134-150, 2011.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. Castro. O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VI [Suplemento], p. 1019-1046, set. 2000.
- CHUVA, Márcia. Introdução – História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 11-24, 2012.
- FARIAS, Edson et. al. *Dossiê Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins*. [s. l.]: [s. n.], abr. 2018.
- LABIAK, Diogo. De Parintins para todo mundo ver: a festa do boi-bumbá de Parintins sob a perspectiva globalitária. *Revista Eletrônica Geografar*, v. 1, 2006.
- MARTINS, Carolina Christiane de Souza. *Política e cultura nas histórias do bumba meu-boi: São Luís do Maranhão - Século XX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Boi-Bumbá: história, análise fundamental e juízo crítico*. Manaus: Edição do autor, 2004.
- NEVES, Fabrícia Melo das. “*Aí fizemos um boi*”: um estudo sobre a festa popular no Boi de Garrote em Manaus [manuscrito], 2016.
- PEDRAZINI, Viviane. *No “miolo” da festa: um estudo sobre o bumba-meu boi do Piauí*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PORTELA, Carolina Martins [et. al.]. *Folguedos marginais do Rio Grande do Sul: Bumba-Meu-Boi. XXV Congresso de Iniciação Científica*. Universidade Federal de Pelotas, 2016.

TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências e alguns dilemas. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 5, p. 3-18, 2009.

SANTANA, Jean Fábio. *A festa do Bumba-Meu-Boi no município de Encruzilhada do Sul: um estudo de caso sobre contribuições afrodescendentes nos processos de identidade étnico-racial múltipla na sociedade brasileira*. Dissertação (Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

SILVA, Sílvia Sueli Santos da. *O Boi e a máscara: imaginário, contemporaneidade e espetacularidade nas brincadeiras de Boi de São Caetano de Odivelas – Pará*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SOUSA, João Gustavo Martins Melo de. *Que boi-bumbá é esse? Que carnaval é esse? Reflexões transculturais sobre festas alegoricamente entrecruzadas*. *Reh-Revista Educação e Humanidades*, v. II, n. 2, jul./dez., p. 277-297, 2021.

VIEIRA FILHO, Raimundo Dejard. *A festa de boi-bumbá em Parintins: tradição e identidade cultural*. *Somanlu*, v. 2, 2002. [Número especial].

Fontes

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil - 1988*. Brasília: Poder Legislativo, 05 out. 1988.

DOSSIÊ Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins. abr. 2018.

PANORAMA - Boi-bumbá de Parintins é reconhecido Patrimônio Cultural do Brasil. *YouTube*, 15 mar. 2019. Disponível em: https://youtu.be/gOXcDuM_Sxk (boi bumbá) TV Cultura. Acesso em: 17 set. 2021

Video Youtube/TV A Crítica de 2021

PATRICK Araújo faz grande estreia e comanda Boi Caprichoso. *YouTube*, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0gcg32Yax5g-boi-Caprichoso>. Acesso em: 18 set. 2021.

Video Youtube/TV A Crítica de 2021

LIVE Parintins 2021 - Apresentação Completa do Garantido. *YouTube*, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jg4vYxmSzrY>.

Boi Garantido (Boi branco). Acesso em: 18 set. 2021.

Vídeo playback(3) – Garantido. Acesso em 20 set. 2021.

Carnavais não-patrimonializados: ambiguidades e (im)possibilidades dos processos de registro patrimonial

Danilo Alves Bezerra

Introdução

Esse texto adveio das reflexões que ressoam após encerrados os eventos. No caso, o evento encerrado foi o *III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural - Patrimônio, Resistência e Direitos*, que ocorreu em outubro de 2021, em formato on-line. Na ocasião, coordenamos, a professora Zélia Lopes da Silva e eu, o simpósio temático intitulado *Festas Brasileiras nos séculos XX e XXI*.

O ST tinha por meta reunir pesquisadores e pesquisadoras de História e de diferentes disciplinas da área de Ciências Humanas para discutir os múltiplos sentidos que envolvem as festas brasileiras. E assim o fez. Os trabalhos apresentados se referiam às festas profanas e sagradas, de diversos quadrantes nacionais e que ocupam espaços diferenciados nas discussões acadêmicas e mesmo na mídia. Na ocasião, os festejos se impuseram em formato caleidoscópico: da Festa de Santo Antônio do Barro Vermelho (AL) à Chegança de Arembepe (BA); dos complexos das “festas do boi” (no MA e no AM) aos festejos de Santo Antônio em Barbalha (CE). A Folia de Reis em Olímpia (SP), a Mazurca do Quilombo Sambaquim (PE) e as comemorações do quinto centenário da Reforma Protestante se assomaram às questões atinentes ao patrimônio cultural e (i)material em Goiás; além dos sempre presentes carnavais do

Rio de Janeiro e de São Paulo, lidos a partir de questões que envolviam território, turismo, a regulamentação blocos e a patrimonialização do samba e do próprio carnaval.¹

Na empreitada pela compreensão desses eventos, o papel destas festividades enquanto discurso de demarcação da identidade regional e nacional se colocou. Bem como, a função agregadora e, em algumas ocasiões, de diluição das distinções sociais. Ou seja, dissertamos sobre os modos e as condições em que pessoas de classes variadas se organizam e articulam expressões identitárias múltiplas e sobrepostas. Remarcamos e reatualizamos os pontos consensuais (mas nunca exatamente pacificados) pela produção acadêmica.² Mais que plurais, as festas discutidas envolvem rituais sacros e profanos. Algumas mais contritas, outras mais expansivas, enfeixam tanto um repactuação de grupo, que reitera a ordem vigente; quanto a renovação de uma postura subjetiva individual naquele evento. Trata-se, por vezes, também, de ocasiões de confronto de valores, mesmo que inscritas num tempo curto, se nos fiarmos somente nos dias festivos e não nos preparativos e nas ressonâncias do *après coup* na memória..

Como estávamos situados dentro de um evento que pensava patrimônio cultural, e por considerar que algumas questões foram pouco trabalhadas, e ainda permanecem em aberto, esse texto tem por objeto discutir o lugar das festas nos processos de patrimonialização instituídos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Tendo em vista o quantitativo de celebrações já registradas – e seus volumosos dossiês, que possibilitariam, cada um deles, textos de maior envergadura e fôlego – optamos pelo seguinte encadeamento argumentativo. Num primeiro momento,

1 Os textos integrais podem ser conferidos nos anais do evento. Cf. https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/_files/ugd/fe96b6_ba5a80a3cd5049089ccfa45c5b811f8d.pdf. Acesso em 02 mai. 2022.

2 Cf. CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Carnavais e outras festas*. Campinas: ED. Unicamp, CECULT, 2002. Título já clássico que reflete as possibilidades de análise das festas e seus sentidos. Recentemente, organizamos, Zélia Lopes da Silva e eu, um dossiê sobre o mesmo tema e pode ser conferido em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/issue/view/28>. Acesso em 02 de mai. 2022.

exporemos um levantamento relativo ao Livro de Registro das Celebrações patrimonializadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), atentando para suas características gerais. Coligada à essa primeira lista faremos uma discussão bibliográfica acerca dos processos de patrimonialização de bens culturais imateriais, considerando suas ambiguidades. Em seguida, o Livro de Registro das Formas de Expressão entra em cena pois ali se encontram os carnavais patrimonializados. Assim, o status das festas registradas enquanto signos discursivos da identidade brasileira será discutido em relação àquelas que permanecem de fora dos livros de registros de bens culturais nacionais, notadamente os carnavais do Rio de Janeiro e o de São Paulo, patrimonializados em seus estados.

Certos estamos de que essa é uma investigação inicial. Portanto, não há, por razões práticas, éticas e acadêmicas; a pretensão de uma investidura ampla, total e universal. Esse texto tem mais o estilo de um “abre-alas” modesto e, se tudo “der em festa”, o leitor e a leitora nos deixarão com novos anseios e questões sobre a articulação das festas com o patrimônio.

Festas patrimonializadas pelo Iphan e as ambiguidades do registro de bens culturais imateriais

Seguindo orientação da Unesco, o Iphan instituiu com o decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. A medida criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Na página da instituição, o leitor confere os livros de registros que abarcam os bens culturais imateriais divididos em quatro categorias: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. Somados, esses livros encerram, num processo contínuo e sob reavaliação periódica, o patrimônio cultural nacional imaterial.

Um olhar com lupa permite a montagem de um quadro para os fins anteriormente mencionados. As festas e os elementos festivos se encontram em dois dos quatro livros. Abordaremos aqui o registro das Celebrações, e num segundo momento, as Formas de Expressão:

Quadro 1 – Celebrações registradas pelo Iphan		
Livro de registro das celebrações	Celebração registrada	Ano de registro
	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	2004
	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis	2010
	Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe	2010
	Festa de Sant'ana de Caicó	2010
	Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão	2011
	Festa do Divino Espírito Santo de Paraty	2013
	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	2013
	Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó	2013
	Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha	2015
	Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	2016
	Procissão do Senhor dos Passos de Santa Catarina	2018
	Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins	2018
	Bembé do Mercado	2019
	Banho de São João de Corumbá e Ladário (MS)	2021

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Quadro elaborado pelo autor.

O quadro anota quatorze festividades registradas pelo Iphan. Dessas, dez (10) trazem, em alguma parte do nome, sua vinculação cristã: santo, santa, senhor, senhora, círio, romaria, procissão, Jesus, divino e glorioso. Das outras quatro que não indicam uma vinculação mais objetiva ao universo cristão temos: o Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe, o Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão, o Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins e o Bembé do Mercado.

As “festas do boi” estão inseridas no calendário junino, e, como os nomes já indicam, são complexas. O “boi do Amazonas e do Parintins” remontam às missões jesuíticas do século XVII que se agregaram às tradições indígenas e afro-brasileiras. Já o “boi do Maranhão”, esse também tem lugar no universo católico – São João, São Pedro e São Marçal são homenageados – em sincretismo com componentes da cultura afro-brasileira como o Tambor de Mina e o Terecô, e da presença de “orixás, voduns e encantados que requisitam um boi como obrigação espiritual” (Iphan, online)³. Ambos os bois resultam de uma plêiade de referências multiétnicas e culturais.

O Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe e o Bembé do Mercado de Santo Amaro apontam para outra direção, de fato, em relação à sua raiz étnica, bem evidente no caso da primeira, do povo indígena Enawene Nawe, de língua aruak, que habita uma única remanescente do noroeste do Mato Grosso. O ritual registrado diz sobre as divisões de funções entre homens e mulheres e é relativo ao preparo para a pesca, ocupando sete meses. Enquanto o Bembé do Mercado de Santo Amaro possui “dimensões religiosas, políticas, culturais e sociais” e se realiza no dia 13 de maio, comemorando a Abolição da escravatura,

3 Cf. <http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/80>, sobre o Maranhão; sobre o complexo do Médio Amazonas e Parintins: <http://portal.iph.gov.br/pagina/detalhes/1939/>. Acesso em 02 de maio. 2022. Os pareceres das comissões, os certificados de registro, os dossiês desses e de outros bens registrados podem ser lidos e analisados à exaustão, confirmando, cada um deles, um tema vasto de pesquisa.

Ainda que as condições as quais os negros recém libertos encontravam-se após o processo de abolição fossem marcadas pela exclusão social, econômica, política e cultural, os relatos contam que pescadores e o povo de santo reuniram-se naquele 13 de maio de 1889, sob a liderança de João de Obá, e celebraram a data realizando o Candomblé de rua, o qual durou três dias.⁴

No Bembé, o aspecto religioso jaz em entidades ancestrais como o Padê de Exu, o Orô de Iemanjá e Oxum; e é fundamental apontar que a festividade se desenrola para além do território do terreiro de candomblé, ocupando a rua, o mercado e o mar.

Bem, esse é um quadro geral, certamente muito objetivo e que assinala possibilidades de análises diversas. Notadamente sobre os as demandas e justificativas dos requerentes para os respectivos registros; além do trabalho monumental constante nos dossiês. Entretanto, seria razoável apontar que a tradição católica se impôs fortemente no *lobby* que consolidou uma ampla maioria de festanças notoriamente católicas.

Certamente, as celebrações manifestadamente católicas estão para além de um registro subjetivo único. A produção teórico-histórica que se debruçou em exemplos os mais diversos e distantes da realidade brasileira já advertiu contra uma tomada de postura generalizante e ingênua. Autores como Roger Chartier,⁵ demandam por uma abertura interpretativa, que se distancie de um uso direcionado e unívoco de uma prática cultural e mesmo de uma hierarquização entre práticas. Destarte, as táticas e as práticas cotidianas, que revelam movimentos humanos ricos e imprevistos pela estratégia vigente, apontam para um esmero e zelo que busquem alguma compreensão. Mais do que uma interpretação cristalizadora, precisa e coesa, as práticas culturais cotidianas abarcam indivíduos complexos que ocupam lugares sociais em si diversos.⁶ Uma conta, vejamos, de difícil equação.

4 Cf. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1958> . Acesso em 02 de maio. 2022.

5 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989.

6 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Editora

Meu ponto nessa primeira etapa, como já dito, não seria apontar as diferenças de cada celebração ou mesmo fazer um inventário temático (cristão, laico ou híbrido) certamente impreciso e mesmo desnecessário. Tal fato, contudo, não é um óbice para destacar a forte herança de séculos de colonização que se impõe como identidade coletiva. Identidade essa que se revela nos movimentos sociais pelo registro dessas celebrações, muito provavelmente endossados pelos poderes municipais e episcopais de cada localidade, que abarca municípios e estados. A soma simples revela que a articulação social em torno das celebrações de cunho católico-cristão se sobrepõem aos registros de manifestações de cunho abertamente híbrido – evidenciando uma categoria pouco ou nada precisa, resta óbvio – como a festa do Senhor do Bonfim, os bois do Norte e Nordeste; além do Bembé do mercado e do ritual indígena, esse último de outra raiz étnico religiosa ainda.

Em um país carnavalesco, de norte a sul, é curioso aferir a ausência do carnaval no livro de Celebrações. O que é de certo modo espantoso, pois, como sabemos e veremos, a festa exerce fascínio, dentro e fora do país, além de mobilizar milhões de pessoas foliões. Antes dessa discussão, contudo, articularemos em seguida argumentos sobre os processos de registro, suas ambiguidades e mesmo limites.

O patrimônio tem relação com os costumes e mesmo com as “memórias e sentidos de pertencimento de indivíduos e grupos, [que] evidentemente fortalecem os seus vínculos identitários” na organização de determinada cultura.⁷ A cultura é refeita continuamente de acordo com as necessidades, os anseios, as demandas e os desejos dos grupos que a compõem. O patrimônio (e aqui as referências ao pai e à pátria, enquanto signos hierárquicos são evidentes, no nosso entendimento) é o que uma geração lega ou pretende legar à outra geração. Esse patrimônio até os 1960 era sinônimo de pedra e cal. Monumentos,

Vozes, 1998.

7 PELEGRINI, Sandra C. A. *O que é patrimônio imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 9.

prédios, construções milenares, que datavam obras e períodos da sociedade ocidental, estavam no horizonte preservacionista da Unesco, fundada em 1945.

Posteriormente, patrimônio passa a ser aquele da percepção dos bens culturais como “testemunhos do cotidiano”. Estações de trens e mercados públicos – e até os de natureza intangível: expressões, conhecimentos, práticas e técnicas populares, são incorporados ao que deveria ser preservado para a posteridade. Nas décadas de 1970 e 1980, os quase duzentos países signatários da Unesco pactuaram um outro entendimento no que diz respeito à proteção da “cultura popular e tradicional”, atendendo a uma demanda da Bolívia. Dada a relevância das relações entre “cultura e a identidade dos povos”, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada no México (1982), reconheceu essa relação e propôs um reordenamento da jurisdição internacional.⁸

A Constituição Federal brasileira de 1988 anota essa modificação em seus artigos 215 e 216. No primeiro, garantindo “o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, além do apoio, incentivo e valorização das manifestações culturais; e que o Estado “protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” No artigo seguinte, a CF dispõe:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos.⁹

Como apontamos no início do texto, o decreto de agosto de 2000 dispõe sobre as condições para que esses artigos fossem, enfim, operacionalizados. Para Sandra Pelegrini, por melhores

8 PELEGRINI, Sandra C. A. *O que é patrimônio imaterial...* Op. cit., p. 35-36.

9 Cf. <http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 05 mai. 2022.

que sejam os avanços, o Iphan ainda prescinde de uma política de “conservação clara e [d]o desenvolvimento sustentável” dos bens registrados. Política essa que ainda está engatinhando no século XXI, e que tem sido agregada aos planos diretores das cidades muito recentemente. A política de gestão patrimonial deveria ser planejada a um só tempo como gestão pública que alie conservação do patrimônio, economia e respeito às populações residentes e interessadas na salvaguarda. Cultura, patrimônio, sociedade e economia devem estar interligados nessa gestão multidimensional, “porque restabelece a ideia de que os lugares podem ser interpretados como artefatos histórico-culturais que garantem elos de ligação entre as gerações”.¹⁰

A salvaguarda de bens materiais e imateriais, bem como a reabilitação de áreas diversas tem como benefícios: o crescimento sustentável, a potencialização da identidade coletiva; a otimização dos custos financeiros e dos ambientes a partir do aproveitamento de estruturas já existentes (no caso do patrimônio material); e de medidas para um turismo responsável que evite a massificação do espaço.¹¹

Simone Toji nos lembra que um entendimento mais amplo da noção de patrimônio não data exclusivamente dos debates ocorridos na Unesco, cujo giro de posição se deu, como vimos, a partir dos anos 1970-1980.¹² A elite paulista formulou um anteprojeto de lei, encabeçado por Blaise Cendras e Mário de Andrade, sob encomenda de Gustavo Capanema, que propunha uma concepção de patrimônio integrando lugares, objetos, fazeres e saberes – muito próxima, frisa-se, com o que foi feito a partir do decreto de 2000. Manifestações do erudito e do popular então entendidas como separadas eram tratadas de modo equivalente e como representativas da nacionalidade. É uma abordagem bem democrática, que organiza a arte em categorias bem definidas,

10 PELEGRINI, Sandra C. A. *O que é patrimônio imaterial...* Op. cit., p. 71.

11 *Ibidem*.

12 TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. *Patrimônio e Memória*, v.5, n.2, p.3-18, 2009.

de cunho nacional ou estrangeiro, popular ou erudito. Cujo tombamento deveria representar algo da nacionalidade.

O decreto-lei de 1937 criou o Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional que “instituí[ia] o instrumento do tombamento como meio de reconhecimento de patrimônio”, enfatizando a propriedade de bens patrimoniais móveis e imóveis. A lei aprovada designava a arquitetura como a área do saber capaz de considerar o que se considera patrimônio, e de seu valor excepcional para a memória e a história do Brasil.

Talvez um ponto central na consecução desse processo é que, no caso brasileiro, a discussão sobre patrimônio esteve ligada à ação de intelectuais modernistas cujas pesquisas iam ao encontro das diretrizes estadonovistas, “tais intelectuais (...) estavam preocupados em dar substância a uma imagem e uma memória nacional”, que estavam “concretizadas na eleição de bens arquitetônicos dos períodos colonial e modernista, realizando a ligação fundamental entre o passado e o presente”.¹³

A argumentação de Toji nos lembra do caráter estratégico e pioneiro em relação à política europeia de patrimônio. Os termos “material” e “imaterial” vão se impor no debate décadas depois, e para Toji, essa é uma terminologia que se mostra como “incurada”, principalmente “quando se avalia que os chamados ‘bens culturais de natureza imaterial’ só podem se realizar mediante suportes e agências materiais”. Vamos a um exemplo prático da própria autora: “ao público em geral, não haveria nada mais ‘material’ do que degustar um pedaço de queijo de Minas Gerais ou de apreciar as cores vivas e sonoras de uma roda de samba do Recôncavo Baiano.” Nesse sentido, “material” e “imaterial” “são muito mais um posicionamento de práticas consolidadas por parte dos órgãos de patrimônio, do que categorias coerentes para designar os bens culturais”.¹⁴

13 TOJI, Simone. Patrimônio imaterial... *Op. cit.*, p. 5.

14 *Ibidem*, p. 8-9.

Terminologia, em realidade, que irá expressar as diferentes posturas das ações de patrimonialização. Se o termo “material” irá se reportar à atuação tradicional dos órgãos de patrimônio com relação ao reconhecimento de edificações, monumentos e centros históricos, ligados normalmente aos períodos colonial e modernista, o termo “imaterial” irá se referir, ainda segundo Toji, e indo ao encontro do que dispôs Pelegrini ao reconhecimento oficial de manifestações que sempre estiveram alijadas desse processo, como as ligadas a grupos populares e minorias étnicas.¹⁵

Nesse sentido, e talvez consigamos, enfim, amarrar as pontas soltas, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial se vale do Inventário Nacional de Referências Culturais como um instrumento para a identificação de bens que podem ser registrados. Se a instrução do processo de registro está articulada ao saber formal técnico-acadêmico a demanda - a identificação e pedido - podem advir da própria sociedade, que tem interesse na demanda para registro de um dado bem como patrimônio cultural brasileiro. Ao re-observarmos o quadro 1 fica um pouco mais evidente, em linhas gerais, é sempre bom lembrar, um movimento ético-político bem organizado socialmente que orienta e articula as demandas atuais em torno dos pedidos de registro, reafirmando o peso de uma certa herança católica, pulverizada socialmente, bem como imbricada com outros festejos, sincréticos em si.

Tomemos um exemplo específico para dialogar com as dimensões ambíguas do registro de bens culturais.

Em “*As festas como patrimônio cultural: um caminho para a espetacularização?*” Wanessa Lott faz uma discussão estratégica para nossos objetivos. A autora também parte de prolegômenos bem conhecidos acerca da discussão patrimonial e de sua trajetória no século XX. Lott também coteja autores que analisaram festas dentro do campo da História e da Antropologia – junta que nos será cara, logo menos – e relaciona essa articulação aos processos atuais de tombamento, sobretudo no caso específico da Festa do

15 ELEGRINI, Sandra C. A. *O que é patrimônio imaterial... Op. cit.*

Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, patrimonializada em Minas Gerais.

De origem banto católica, a festa proclama a coroação do reinado negro de Nossa Senhora do Rosário. A bibliografia anota denominações como “reinado”, “congado”, “congada” e “congo”, tendo em vista que “a coroação de reis e rainhas negras era um costume da região do Congo e marcavam a eleição do novo detentor do poder local.” Nesta profusão de nomes, ainda segundo Lott,

a designação de ‘Congada’ também se confunde com os nomes das guardas – ou grupos de dançantes e cantantes – que participam do cortejo real. O Congo, juntamente com o Moçambique, o Catopê, os Caboclinhos (ou Caiapós) e a Marujada (ou Marujos) homenageiam a santa durante o cortejo real. Já o termo Reinado designa-se à conformação mais complexa, abrangendo os mitos fundadores da prática festiva e a convivência cotidiana dos membros.¹⁶

A autora destaca aspectos importantes que dão o tom coletivo, plurigeracional e hierárquico do Reinado; só possível a partir de uma ação comunitária que se inicia no ensinamento dos cânticos e orações, pelos congadeiros, e perpassa a confecção de vestimentas utilizadas no cortejo. Tudo somado,

as representações simbólicas epifanizadas na festa, estabelecem uma atmosfera ritual diferente da vida cotidiana da comunidade, levando os participantes a um momento e/ou uma característica limiar que provoca o fortalecimento do sentimento de grupo.¹⁷

Esses aspectos aqui destacados estão para além de uma curiosidade eletiva, tanto para Lott, quanto para nós. Lott enverada numa interessante e não nova discussão sobre a mercantilização dos bens culturais, amalha medalhões internacionais como Stuart Hall, David Harvey, Guy Débord, Françoise Choay e Roger Callois para pensar o fetiche pelo patrimônio e a espetacularização das festas, como “uma

16 LOTT, Wanessa Pires. As festas como patrimônio cultural: um caminho para a espetacularização? *Patrimônio e Memória*, Assis, v.17, n.2, p.294, 2021.

17 *Ibidem*, p. 295.

mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda”. A monetização dessas festas e das manifestações culturais estão vinculadas à gestão do poder público, nas mãos das “burocracias culturais”, para recuperar uma expressão de Hall.

A festa patrimonializada corre o risco de se transformar em um fetiche, alienando os visitantes, e mesmo parte dos nativos, de uma parte fundamental do seu processo. No caso dos Reinados, “ao deslocar as celebrações para locais não sacralizados e/ou para datas fora do Ciclo do Rosário, o vivido festivo cede lugar para a lógica de mercado”.¹⁸

O ponto que estrutura o trabalho da autora, que envolve pensar os “perigos da patrimonialização”, parte da possível espetacularização que as festas “oficialmente salvaguardadas pelos órgãos preservacionistas estatais” estão sujeitas. Problema de difícil equacionamento. Posto que, se de um lado são práticas culturais que demandam políticas públicas de memória, justamente por comportarem uma parte importante da nossa sociedade, economicamente fragilizada. Por outro lado, tal necessidade não isenta a problematização do registro, pois “pode haver uma exposição do festejo que não é esperado pela comunidade detentora”, que nesse, como em outros exemplos, foi historicamente marginalizada. E que está sujeita a uma “ótica da cooptação do Estado, e, como todo processo relacional, traz questões que devem ser pensadas para além de uma simples diversão festiva”.¹⁹

Nesse primeiro momento recuperamos tanto o movimento nacional representado de registro de Celebrações bem como a jornada do entendimento de patrimônio ao longo do século XX. Dessa forma, os sentidos de patrimônio, no Brasil e no exterior, foram se reorganizando e se alargando, democratizando-se. Certamente, os problemas apresentados na festa mineira serão de outra ordem em outros festejos, o que não inviabiliza, resta

18 LOTT, Wanessa Pires. As festas como patrimônio cultural... *Op. cit.*, p. 298.

19 *Ibidem*, p. 299.

claro, tanto as demandas por outros registros, como também não imuniza de problematizações os registros passados de olho nos registros futuros.

A partir desse ponto discutiremos uma celebração específica e múltipla a um só tempo: o carnaval, que se desdobra em carnavais diversos, a depender da região e dentro mesmo de uma mesma cidade. Há o carnaval do frevo e dos maracatus, como há carnaval dos blocos, dos bailes, das escolas de samba. Dos trios elétricos e das marchinhas.

Partiremos, mais uma vez, dos eventos patrimonializados pelo Iphan justamente para apontar o carnaval que não está presente, refletir sobre essa ausência e, enfim, discutir outras questões referentes à demandas por patrimonialização ou por carnavais/manifestações já registrados.

Carnavais (não)patrimonializados, demandas por registro e seus sentidos

Nas vésperas do carnaval de 2016 a página do Iphan pedia para que o folião preparasse suas fantasias para o carnaval que se aproximava, “caracterizada pela multiplicidade de suas manifestações, a festa é um dos eventos que mobiliza comunidades de Norte a Sul do país.” Inseridas “em meados do século XVII no Brasil, as comemorações agitam desde os centros urbanos às pequenas vilas com diversas expressões culturais.” Assim, e “reconhecendo a importância de bens culturais que exercem forte influência nos desfiles, alegorias, blocos de rua e trios elétricos” o instituto informava que tinha “sob sua salvaguarda o Frevo, Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto, Matrizes do Samba e Samba de Roda do Recôncavo Baiano”.²⁰

À época da notícia de 2016, o Caboclinho ainda não era um bem registrado, só o seria em novembro do mesmo. A expressão “simboliza a memória do encontro cultural e da

20 Cf. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3469/carnaval-brasileiro-e-caracterizado-por-bens-culturais-protetidos-pelo-iphan>. Acesso em 06 de mai. 2022.

resistência, sobretudo das populações indígenas e também dos povos africanos escravizados, que reverberam profundamente na história do Nordeste rural brasileiro.” Também conhecido como caboclo, ela integra a cena pernambucana desde o século XIX. Do mesmo estado o frevo, o maracatu de baque solto e o maracatu nação encerram esse quarteto carnavalesco. O que denota, convenhamos, uma admirável capacidade organizacional da sociedade civil pernambucana na valorização de sua cultura a partir da busca pelos registros, para além, é evidente, da riqueza histórica, simbólica e identitária dessas práticas e melodias que caracterizam um patrimônio nacional.

O carnaval patrimonializado pelo instituto, cabe destacar, não se encontra, curiosamente, no Livro de Registro de Celebrações e sim Livro Registro de Registro de Formas de Expressão. O Iphan lembra que essas são “ações de salvaguarda realizadas pelo Instituto em conjunto com as comunidades tradicionais [que] buscam, principalmente, viabilizar a continuidade de integração de seus povos e a transmissão dos saberes e práticas relacionados aos bens culturais.” Além do registro “fundamentar o reconhecimento, também contribui para que haja uma atuação direta desses atores sociais para a formulação de políticas públicas” (idem). Às formas de expressão carnavalescas registradas se assomam outras, como podemos ver no quadro 2.

Além das celebrações pernambucanas, outras expressões se relacionam ao carnaval num primeiro momento. O samba de roda do Recôncavo Baiano é uma prática festiva sincrética que pode ocupar qualquer data, festiva ou não, entre os baianos. Seu registro impulsionou o Centro Cartola a organizar um dossiê pedindo pelo registro das matrizes fluminenses (Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo).

Quadro 2 – Formas de expressão registradas pelo Iphan²¹

Livro de registro das formas de expressão	Expressão registrada	Ano de registro
	Artes Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi	2002
	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	2004
	Jongo no Sudeste	2005
	Frevo	2007
	Tambor de Crioula do Maranhão	2007
	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	2007
	Roda de Capoeira	2008
	Toque dos Sinos em Minas Gerais	2009
	Rtixòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	2012
	Fandango Caiçara	2012
	Carimbó	2014
	Maracatu nação	2014
	Maracatu de baque solto	2014
	Cavalo-Marinho	2014
	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste	2015
	Caboclinho	2016
Literatura de Cordel	2018	
Marabaixo	2018	

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Quadro elaborado pelo autor

21 Algumas das expressões registradas dizem respeito à cultura festiva de regiões como o litoral paulista e paraense (fandango caipira); no Pará o carimbó se espalha por cerca de quarenta e cinco (45) municípios que cobrem macro-regiões de Belém, Marajó e o nordeste paraense; além do marabaixo, que sincretiza a cultura negra e indígena na temporada entre a Páscoa e o Corpus Christi em diversas localidades. Outras podem ser analisadas pelo leitor interessado.

O assunto pode ser melhor visualizado em trabalho de Fabiana Lopes da Cunha sobre a dificuldade de um mapeamento sobre as origens e diferenças do samba, e questiona mesmo a forma como se deu essa divisão. Tome-se nota também que esse registro se deu em meio à política de revitalização do centro e da zona portuária do Rio de Janeiro, inflacionando os preços de aluguéis e imóveis e afastando moradores antigos. Essa reestruturação, proporcionada para receber as Olimpíadas, estava coligada à criação da Cidade do Samba, construída previamente, e que constava, no projeto de revalorização da região com um Museu a Céu Aberto do Morro da Providência.²² Tais medidas objetivavam valorizar a cultura local, e, incluímos, nacional, na medida que o carnaval carioca é exportado há décadas, como um bem cultural e como identidade nacional. Nesse sentido, urge pensarmos sobre a ausência dessa festa tanto no quadro das celebrações quanto no das formas de expressão.

Do ponto de vista sistêmico, as festas demarcam sempre um ponto de encontro de interesses individuais e coletivos em que é possível perceber os fios do próprio tecido social a partir de modos de fazer próprios e singulares;²³ e envolve lutas de representação entre grupos sociais distintos.²⁴ No caso dos carnavais, para nos atermos à um sentido mais subjetivo e vertical das festas, elas permitem encontros então impossíveis entre práticas culturais que têm no espaço público um território um objeto de disputa, um lugar de vazão dos desejos, que não mais se contém; e do tensionamento dos recalques silenciosos acumulados cotidianamente pelos foliões e foliãs que vivem a praça pública, a rua, como um lugar de júbilo.²⁵

O carnaval teria o potencial de revelar as condições, os quadros gerais e algo do funcionamento da realidade brasileira erigida a partir da díade patriarcal e hierárquica, o que denotaria

22 CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 51-53.

23 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano...* Op. cit.

24 CHARTIER, Roger. *A História Cultural...* Op. cit.

25 Cf. BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UnB, 1993.

os limites do próprio carnaval. Não enquanto um fragmento social que se desnuda, mas sobre sua possibilidade de mudança, tendo em vista sua efemeridade.²⁶

Pari pasu à essa senda aberta pelo viés antropológico, a bibliografia sobre o carnaval comporta ainda leituras diversas. Maria Isaura P. de Queiroz, em leitura já ultrapassada, entendeu a atuação do Estado na festa como gesto cordial, um pai que garante ao filho bem comportado, um presente, um escape durante alguns dias do ano.²⁷ Tal interpretação esquemática enquadrou mesmo a apreensão de outros sentidos que os foliões imprimem nos festejos e foi objeto da crítica especializada em trabalhos diversos sobre o carnaval do Rio de Janeiro e de São Paulo.²⁸ Essas festas bem delimitadas geograficamente foram lidas como norteadoras essenciais para abrir a interpretação, afinar a escuta e assim ouvir o som difuso emitido pelas ruas, avenidas e bailes.

No caso do carnaval do Rio de Janeiro, esse foi, durante todo o século XX, entendido, propalado, publicizado, como parada obrigatória para os foliões e foliãs do Brasil e do exterior, não faltando bons trabalhos sobre o tema.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, além dos trabalhos acima, podemos destacar produções que pensaram o carnaval em sua gênese, a partir da herança greco-romana e medieval que se transmuta, no Brasil, ao longo do período colonial e contemporâneo, assumindo identidade própria e consagrada em cidades como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, tornadas polos turísticos inescapáveis.²⁹

26 Cf. DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

27 Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

28 Para estudos acerca do Rio de Janeiro ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Carnavais e outras festas...* Op. cit.; SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. Já São Paulo ver: SILVA, Zélia Lopes da. *Dimensões da cultura e da sociabilidade: os festejos carnavalescos da cidade de São Paulo (1940-1964)*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015; *Idem*. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Editora Unesp; Londrina: Edel, 2008.

29 Cf. FERREIRA, Felipe. *O livro de outro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro,

Maria C. Pereira da Cunha reiterou ações e processos que tentaram dar cabo em problemas nacionais, como a desigualdade e o racismo, a partir de uma certa “harmonia festiva” e de um “populismo nacionalista”, sempre pronto a arranjos de ocasião.³⁰ Tendo em vista a perenidade e a centralidade dos festejos de Momo, novas chaves e conceitos interpretativos surgiram, como a expressão “cidadania cultural”;³¹ e novos problemas foram observados, como a espetacularização dos desfiles das escolas de samba;³² que se encaminharam e foram encaminhadas, paulatinamente, enquanto um produto para consumo nacional e internacional.³³

Esse voo panorâmico desvela ao menos dois pontos a um só tempo. No primeiro, como o carnaval – principalmente o carioca, pelas razões as mais diversas, – se consolidou como um objeto da academia. A segunda, conectada ao primeiro, revela sua ausência enquanto bem cultural patrimonializado à nível nacional.

Em termos locais, tanto o Rio de Janeiro quanto São Paulo atuaram, mediante as demandas e projetos da sociedade civil, no registro desses festejos ou de partes desse todo, tão complexo quanto inapreensível, que é o carnaval.

A Banda de Ipanema (2004), o Cacique de Ramos (2005), o Cordão da Bola Preta (2007), blocos de longa data e “tradição”; foram registrados à nível municipal, via decreto do prefeito ou projeto de lei, na primeira década do XXI. As Escolas de Samba que desfilam na cidade do Rio de Janeiro (2008), os Grupos de Foliões Denominados “Clóvis” e “Bate-Bolas” e a marchinha de carnaval (2015) fecham a sequência de manifestações/práticas/brincadeiras carnavalescas vivenciadas na ex-capital da república.

Ediouro, 2004.

30 Cf. CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecossistema da Folia...* *Op. cit.*

31 Cf. SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso...* *Op. cit.*

32 Cf. CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

33 Cf. BEZERRA, Danilo Alves Bezerra. *Os carnavais cariocas e sua trajetória de internacionalização (1946-1963)*. Jundiaí: Paco, 2017

A lista de bens imateriais sob a guarda do Instituto Rio Patrimônio é extensa, curiosa e mereceria um olhar analítico sobre a cultura e os hábitos que os cariocas escolheram registrar para a posteridade.³⁴ O quadro revela, portanto, um movimento local de registro dessas práticas que compõem o carnaval carioca, por isso ressoam na comunidade local, o que tem refletido nas últimas décadas em estudos os mais diversos. O que denota um interesse amplo das ruas, da sociedade e da academia nessa festa.

Recentemente, com o autopropalado “renascimento” do carnaval de rua do Rio de Janeiro e de São Paulo, a discussão acerca da tradição ganhou nova direção, novos problemas e contornos. No Rio de Janeiro, a Sebastiana, entidade que reúne diversos blocos e que representa seus interesses frente à Prefeitura e os patrocinadores, iniciou uma discussão sobre o direito ao território do desfile dos blocos.

O problema discutido advém do aumento crescente na última década do número de blocos, oficiais ou clandestinos, que surgiu na cidade. Em 2016 os desfiles dos blocos somaram 585 apresentações durante os dias de festa. Esse número gerou tensões plurais. Um bloco temático “pop” deveria ocupar o espaço então ocupado pela Banda de Ipanema, criada em 1965? Os megablocos, como o de Preta Gil e do Monobloco, que arrastam de quinhentos mil (500 mil) a um milhão (1 milhão) de foliões atrás de um trio elétrico, não descaracterizariam os blocos cariocas? Esses, que são menores, comunitários e que se valem, no máximo, de carro de som para amplificar a banda, muitas vezes formadas por músicos-amigos-amadores. Não ocorreria uma “baianização” dos blocos?

Essas questões e seus termos estão dispostos nas entrevistas realizadas por Marina Frydberg. A pesquisadora conversou com representantes oficiais – além da Sebastiana, a Liga dos Amigos do Zé Pereira – e oficiosos, como a Desliga dos Blocos.³⁵

34 Cf. <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/patrimonio-imaterial>. Acesso em 10 de mai. De 2015.

35 Cf. FRYDBERG, Marina Bay. Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro. *PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, ano 8, n.14, 2017.

A Sebastiana tem sido tomada, inclusive pela imprensa, como interlocutora oficial dos blocos com a prefeitura e que ajudou na instituição, ainda em 2013, de alguns critérios para a definição dos lugares de desfile dos blocos – o primeiro deles era a tradição. Não fica clara qual é a definição de “tradição” utilizada. Se os elementos distintivos giram em torno da soma dos anos, do uso de estandartes, do estilo musical, que dispensa, claro, o uso do trio elétrico – mas não dos carros de som.

Um segundo movimento da Sebastiana merece destaque especial, pela sua significação nesse debate. Rita Fernandes, a presidente da entidade, afirmou que:

Nosso segundo movimento, foi esse de levar a ideia pro IPHAN pelo seguinte: quando começa este momento de comercialização do carnaval e de certa banalização do tema porque o tema está balizado. Nós não estamos gostando disso. Está banalizado na mídia, na própria ação dos blocos. A gente começou a achar que precisávamos fazer um movimento ideológico pra que a gente preservasse o carnaval na sua essência e nas suas características originais. Daí surgiu a ideia do IPHAN. ‘Vamos pedir pra transformar em patrimônio, em patrimônio imaterial do Rio e depois do Brasil’. Como a gente já tava juntando material pra memória, vimos que era o mesmo caminho.³⁶

Para Fernandes o recurso da patrimonialização é entendido como uma garantia de que nada mudará. Ou, pelo menos, que uma memória da tradição dos blocos continuará a ocupar as ruas da cidade. Evidente que ela representa uma entidade com blocos e foliões que pensam o mesmo que ela. O que interessa refletir aqui é que o recurso ao Iphan é manejado como um “movimento ideológico” de preservação de uma essência. Convenhamos que preservar uma essência não é tarefa fácil no nível individual e singular. Quando o jogo se direciona para o campo público a tarefa se torna quase impraticável. Abre desafios e coloca interesses em jogo.

A questão não teve ainda um desfecho. Não encontramos os blocos cariocas patrimonializados à nível nacional. Nem, de modo

³⁶ FRYDBERG, Marina Bay. Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro... *Op. cit.*, p. 169.

amplo, como bem cultural imaterial carioca, com exceção, é claro, das iniciativas individuais arroladas e que antecedem o discurso da representante da Sebastiana.

Para Frydberg, há uma disputa entre grupos/ligas/associações referente à uma

memória sobre o carnaval de rua do Rio de Janeiro para através de ações de patrimonialização, ou seja, de reconhecimento e preservação dessa memória, construir o autêntico carnaval dos blocos de rua do Rio de Janeiro.³⁷

A “preservação da memória” é sempre fruto dos acordos sociais. Que podem ser revistos e atualizados de acordo com os interesses vigentes, como sabemos. Não há garantias de que os blocos tradicionais persistirão ainda que registrados. Não há justamente porque os sentidos impostos aos blocos, como em qualquer outra atividade humana, dizem respeito às escolhas que se dão em meio aos fatos efêmeros e às conjunturas provisórias.

Em Maragogipe (BA) a secretaria de cultura da cidade pediu ao Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), responsável pelo atendimento de demandas estaduais, pelo registro, que se deu em 2009, dos “mascarados”. Os mascarados formavam

pequenos grupos de fantasiados mascarados – usualmente vestidos de branco – que desfilam pelas ruas durante a madrugada de sexta para sábado de carnaval, simulando assombrações e utilizando correntes, velas, tambores e outros apetrechos em suas andanças.³⁸

Os gestores municipais da área cultural se movimentaram para angariar as assinaturas da população a partir de um movimento vertical, da secretaria de cultura para a população. Foram feitas campanhas nas escolas e em apresentações teatrais em 2007 montou-se um convênio entre a prefeitura e o IPAC para

37 FRYDBERG, Marina Bay. Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro... *Op. cit.*, p. 170.

38 CARDOSO, Carlos Henrique; TAVARES, Fátima. Patrimonialização do carnaval em Maragogipe-BA: dinâmicas e ambiguidades da cultura. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 49, p. 118, 2018.

a produção do dossiê e no ano seguinte um carnaval “caprichado” foi pensado para ser registrado pelos técnicos.

Cardoso e Tavares relacionam o declínio do modelo de carnaval ancorado no trio elétrico às medidas empreendidas pelo secretário da cidade que demandou a construção de um coreto em praça pública para centralizar os desfiles dos blocos,

A viabilização desse projeto passou por uma ‘reinvenção’ dos mascarados (e fantasiados em geral), pois o palco-coreto criado era justamente para associar a iniciativa da patrimonialização à uma nova configuração da festa, que implicava o deslocamento dos trios elétricos para um circuito ‘paralelo’, próximo ao palco-coreto, e a elaboração de novas diretrizes para formalizar um reavivamento dos mascarados. De fato, a partir de 2006, segundo interlocutores, houve um aumento significativo do número de mascarados e fantasiados, não apenas concorrendo ao concurso regulamentado, mas também formando ‘grupos de mascarados’ percorrendo as ruas com fantasias sofisticadas.³⁹

Desde então, observou-se o surgimento de eventos fora do período carnavalesco, patrocinados pela gestão municipal e outras entidades não-governamentais. Tais eventos intensificaram a presença dos mascarados em outros contextos. Os mascarados de Maragogipe estiveram presentes em eventos como o desfiles da Portela, em 2011, na Micareta de Feira de Santana, na Lavagem da Escadaria do Senhor do Bonfim, e na Lavagem da Escadaria de Madeleine, em Paris, com apoio da Bahiaturisa, empresa de turismo estatal, que também apoiou desfiles em Lisboa e Madri. Tudo somado, “a participação dos mascarados em eventos para além do carnaval e da cidade tem fortalecido sua simbolização como referência cultural.” Algo como um “cartão de visitas” que será utilizado vezes seguidas em projetos vários, amparados nos fundos de cultura e investimento. Os autores refletem sobre o “surgimento de tradições” que contagiam de transformações uma prática comunitária objetificada como produto a partir de seu registro como bem material. Precaução incentivada pelos autores aos órgãos responsáveis pelo tombamento e registro.⁴⁰

39 CARDOSO, Carlos Henrique; TAVARES, Fátima. Patrimonialização do carnaval em Maragogipe-BA... *Op. cit.*, p. 121.

40 *Ibidem*, p. 118.

Gostaríamos de dar ainda um último exemplo antes das considerações finais. A Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA) de São Paulo propôs que o desfile das escolas de samba fosse analisado e registrado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat Condephaat como um patrimônio imaterial paulista. O Conselho analisou e decidiu que “havia necessidade de elaboração de um plano mais amplo, à altura da importância da manifestação cultural”. E conclui que “a forma mais adequada de preservar e valorizar o carnaval de São Paulo seria ampliar o objeto e registrar, como patrimônio imaterial, as ‘Práticas Carnavalescas do Estado de São Paulo’”. Contrariando os interesses iniciais da Liesa, o Conselho entendeu que os desfiles das escolas de samba “são a finalização de um processo diversificado e de grande riqueza cultural.”

Ainda segundo o parecer, aprovado por unanimidade, “o caminho mais adequado para preservar e valorizar o carnaval realizado no Estado de São Paulo é identificar e preservar as práticas preparatórias dos desfiles”, e que deveria considerar “as atividades das escolas de samba que por algum motivo não chegam a desfilar na avenida, mas que realizam atividades relacionadas ao carnaval ao longo do ano”. O Conselho entendeu que “é nestas práticas e rituais”, e não apenas no desfile televisionado, acrescento eu, “que se encontram os saberes dos bambas – mestres antigos do samba -, sua relação com o samba paulista, seu enraizamento nas comunidades e sua inserção no cotidiano dos bairros onde estão as sedes das escolas de samba.”

O entendimento pelo Condephaat é de que “as escolas de samba são territórios onde se concentram práticas culturais coletivas ligadas ao samba e à produção do Carnaval”. E reitera que as escolas “surgem a partir dos cordões, que se configuraram como as primeiras organizações da prática do samba em formato de procissão”, e que esses são “locais de sociabilidade de camadas mais populares, principalmente negros, que encontraram uma forma legítima de realizar suas práticas”.⁴¹

41 Cf. <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/carnaval-e-reconhecido-como->

Considerações finais

O caso do registro paulista das práticas carnavalescas revela um caminho interessante que escapa ao olhar ligeiro e ao frame televisivo. Essa vereda não é nova e já foi assinalada pelo próprio Iphan no processo de registro dos “complexos do boi”, por exemplo. Nesse registro, que não é o único nem o melhor modelo, o órgão atendeu à uma demanda da sociedade organizada e demarcou, como não poderia deixar de ser, sua complexidade, variedade, longevidade e pluralidade étnico-religiosa. Esse é um aspecto.

O outro, fundamental, é que o fato de uma festa ser patrimonializada não garante, a nosso ver, que ela seja perenizada no tempo futuro. Por mais elaborados que sejam os planos de gestão desses bens para evitar, como espera-se, que desapareçam, eles só fazem sentido para a sociedade que escolhe que eles fazem algum sentido. Requer uma escolha ativa, pactuada e democrática. E tal não está no controle dos órgãos de tombamento; nem dos gestores culturais que “inventam tradições”, como já apontou Eric Hobsbawm e Terence Ranger.⁴²

Um outro ângulo que precisamos cobrir é aquele que tratou de exemplos em que entidades buscaram monopolizar o debate em torno do que seria a tradição e, no limite, determinar territórios como seus ou mesmo elencar os modos apropriados de se brincar nos blocos. Muito embora essa seja uma medida que vá de encontro à objetificação do carnaval de rua, em especial dos blocos, entendemos que a “forma correta” de se brincar o carnaval, especialmente na rua, é aquela que cada sujeito singular escolher. Afinal, essa é uma festa que, desde seus primórdios, autorizava os interditos.

Por fim, evidenciamos no início do texto nossa estranheza relacionada à ausência do carnaval no de registro de Celebrações. De

patrimonio-imaterial-do-estado-de-sao-paulo/. acesso em 01 mai. De 2022.

42 Cf. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

norte a sul do país a festa tem uma capacidade aglutinadora única, movimentando milhões (de reais e de pessoas). Também engendra apelo acadêmico, econômico, turístico e social expressivos. Uma adesão popular que rivaliza com as festas do arco religioso, cristão ou não.

Tentamos investigar as hipóteses para essa lacuna. As pistas amealhadas indicam, num voo panorâmico e sem lupa, para uma herança colonial ativa e conseqüente na conformação de *lobbies* pelos registros de bens imateriais. Não seria exagero afirmar, como mostramos em quadro, que o divino, os santos e as santas são maioria em comparação às celebrações profanas.

No caso do carnaval, existe uma dificuldade que lhe é orgânica. Blocos, escolas de samba, samba, frevo, maracatus, marchinhas apontam para um mapa multicolorido, de difícil apreensão e que comporta grupos também diversos. Confrarias que disputam territórios, mídia, financiamento público, patrocinadores, *likes* etc.

Dito de outro modo, e essa é a nossa hipótese final, nos parece que nas celebrações religiosas os interesses coletivos convergiram para a demarcação de um espaço, simbólico e material, de um legado, em suma, católico.

Por outro lado, o carnaval é rizomático e se expande ao se segmentar. Essa festa produz bifurcações que geram camadas e sons. Esses, ecoam e reverberam por lugares e grupos indeterminados, às vezes coesos, em outras, clandestinos. Talvez por isso essa seja uma festa pouco patrimonializável.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UnB, 1993.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Carnavais e outras festas*. Campinas: ED. Unicamp, CECULT, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecoss da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FERREIRA, Felipe. *O livro de outro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

FRYDBERG, Marina Bay. Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro. *PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, ano 8, n.14, 2017.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

LOTT, Wanessa Pires. As festas como patrimônio cultural: um caminho para a espetacularização? *Patrimônio e Memória*, Assis, v.17, n.2, p.287-304, 2021.

PELEGRINI, Sandra C. A. *O que é patrimônio imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Queiroz. Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SILVA, Zélia Lopes da. *Dimensões da cultura e da sociabilidade: os festejos carnavalescos da cidade de São Paulo (1940-1964)*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Editora Unesp; Londrina: Eduel, 2008.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. *Patrimônio e Memória*, v.5, n.2, p.3-18, 2009.

Parte II

(Re)leituras do
Patrimônio entre a
Historiografia, a Educação
e o Ensino de História

Histórias em rede: (im)pertinências do campo do patrimônio cultural

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Apresentação

Este texto, apresentado no *III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: patrimônio, direito e resistência*, carrega em seu fazer um gesto político e autobiográfico incontornáveis. Ele faz parte de um longo percurso de pesquisas e orientações que venho desenvolvendo como docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH), da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória (Polo UFC) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq). Mas é sobretudo o resultado de um esforço coletivo de reflexão em mapear as questões contemporâneas do campo do patrimônio cultural a partir de minha trajetória na coordenação do Grupo de Trabalho-GT História e Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História (Anpuh-Brasil) nos anos de 2017-2019; 2019-2021, somado aos mais de dez anos à frente dos Simpósios de Patrimônio Cultural, em parceria com a estimada Márcia Chuva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-Unirio), seja no âmbito dos Simpósios Nacionais ou do GT da Anpuh.

A proposta e reflexões do texto tiveram como mote a abertura dos trabalhos do Seminário¹ em sintonia com a mesa-redonda

1 Cf. #IIISNHPC - SOLENIDADE e conferência de abertura. GT História e

*Diálogos Patrimoniais I: Trabalhos contra-coloniais: (re)existindo em museus e patrimônios culturais,*² um diálogo horizontal atravessado pelos mais diversos temas e distintos saberes e estabelecido com o historiador João Paulo Vieira Neto, assessor da Rede Indígena de Memória e Museologia Social (Instituto Cobra Azul), o indígena Suzenilson Kanindé (doutorando em História Social pelo PPGH-UFC), professor da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos e coordenador do Ponto de Cultura & Memória: Museu Canindé e a mestra de coco e maneiro-pau, Maria de Tiê, quilombola e Tesouro Vivo do Ceará.³ Uma distinção e gesto político que sinalizam em termos de problemas historiográficos os combates pelo patrimônio em tempos de (re)existência.

Seguindo esse percurso e lugar de fala, o texto foi organizado em dois eixos de abordagens convergentes. O primeiro, *A história e as reconfigurações do campo no Brasil: olhares para tempos de redes ampliadas*, parte da formulação de uma série de problemáticas que nos possibilitam pensar como a cultura histórica, em seu sentido atualizado pelas formas diversas de popularização do passado, coloca em diálogo outros elementos sinalizadores da relação história e patrimônio cultural. Frente aos novos desafios teóricos e metodológicos marcados pela urgência de (re)configurar as bases epistemológicas da historiografia e do campo do patrimônio cultural, arrisco pontuar como as historiadoras e os historiadores têm sido mobilizadas(os) a (re)pensar sobre as suas novas formas de atuação profissional e inserção social na cena pública. Faço isso por meio também de uma reflexão sobre a própria prática de vivência nessas redes, sobretudo aquelas que atravessam as gestões do GT.

Patrimônio Cultural – Anpuh. *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T784IihEixU>. Acesso em: 04 jun. 2022.

2 Cf. #IISNHPC - Diálogos Patrimoniais I. GT História e Patrimônio Cultural – Anpuh. *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MpufXsVwgQg>. Acesso em: 04 jun. 2022.

3 Maria Josefa da Conceição, conhecida como Maria do Tiê, foi diplomada Tesouro Vivo do Ceará, em 2019, pelo reconhecimento de sua trajetória dedicada aos saberes e fazeres da dança do coco e maneiro pau na Comunidade Quilombola de Souza, na cidade de Porteiras-CE. SECRETARIA de Cultura - SECULT. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2019/02/21/conheca-os-novos-mestres-e-mestras-da-cultura/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

O segundo, *A história e a diversidade de trajetórias: reflexões sobre narrativas de caminhos individuais e coletivos*, se propõe a debater a memória disciplinar do GT com foco nas singularidades da gestão “Patrimônios em rede”. Em particular, trata da entrada das *lives* na oficina da história. Em decorrência do contexto pandêmico que levou ao adiamento do seminário, o *Ciclo de lives Patrimônios em rede: direitos e resistências* procurou responder à emergência da “produção de uma historiografia socialmente distribuída”⁴ a partir do patrimônio como “poderoso dispositivo de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro”.⁵

Dada a potencialidade do gesto biográfico/autobiográfico/autoperformativo presente nas narrativas de nossas(os) convidadas(os), me aventurei a um exercício de uso livre da prosopografia como recurso heurístico e metodológico. Colocadas em comparação, procurei inventariar alguns traços de intersecção entre as regularidades e singularidades das trajetórias analisadas (quatro *lives*) que, em conjunto, configuram as (im)pertinências entre a história e o campo do patrimônio cultural em um dado contexto histórico. Daí, ensaio uma proposição da categoria de análise ao final para pensar tal questão.

A história e as reconfigurações do campo no Brasil: olhares para tempos de redes ampliadas

Em meio à “última catástrofe em data”⁶ – beira do fim do mundo em que todos fomos lançados, contexto pandêmico de temporalidades tóxicas –,⁷ seria o patrimônio o vetor dos trabalhos

4 ARAUJO, Valdeci Lopes. *O Direito à História: O (A) Historiador (a) como Curador (a) de uma experiência histórica socialmente distribuída*. In.: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 206.

5 CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: UNICAMP, 2020, p. 25.

6 Cf. RUOSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

7 Cf. Conferência *Toxic Temporalities in the Global South*, evento realizado entre 21 e 25 de junho de 2021, em parceria com as universidades Universidade de Tübingen (Alemanha), Universidade Federal Fluminense (Brasil), Universidade Nacional Autónoma do México

contra-coloniais a potencializar temporalidades entrelaçadas e vaticinar o fim do regime presentista? Afinal, o patrimônio é em sua enunciação semântica “um recurso para tempos de crise”, conforme o sentido atribuído por François Hartog ao se debruçar sobre o horizonte do novo regime de historicidade que passaria a dominar a sociedade ocidental desde os fins dos anos de 1980.⁸

Frente a um presente de incertezas e instabilidades, assombro e tragédia humanitária e ambiental, mas também de levantes e resistências, o futuro possível estaria sendo forjado a partir do (ou no) “entendimento do passado como domínio público”, representação de um novo marcador temporal? Em que medida as diferentes modalidades dos usos públicos do passado e suas representações, usos comerciais da história e a correspondente onda universal conservadora – traduzida num revisionismo histórico, cada vez mais sinônimo de uma política ideológica negacionista e genocida –, têm impactado o fazer história e o fazer patrimônio cultural? Como a popularização do passado, evidenciada pelo protagonismo de diversos indivíduos, movimentos sociais e coletivos de artistas, tem instado novos desafios e exigências às tarefas teóricas e metodológicas da comunidade historiadora?⁹ O que sinalizam em

(México), Universidade Cheikh Anta Diop, (Senegal), Universidade Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim). Partilhamos do entendimento de que os regimes temporais, em sua multiplicidade de contextos, sobretudo no caso brasileiro e América Latina, têm sido marcados pelos efeitos “destrutivos em vários campos das práticas sociais e culturais na forma de autoritarismos, colonialidade, experiências de violência, racismo e desigualdade, bem como degradação ecológica e outras formas de mal-estar”. Cf. UNIVERSIDADE Federal Fluminense. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=events/evento-com-parceria-da-uff-discute-temporalidades-toxicas-no-sul-global>. Acesso em: 02 jun. 2022.

8 Cf. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

9 Cf. CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadXFaperj, 2012; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Revista Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul-dez, 2014; GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion. Canoas*, n. 18, p. 83-97, 2014; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014; POSSAMAI, Zita Rozane. O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio. *Anos 90*, n. 25, v. 48, p. 23-49, 2018; ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279

termos de problemas historiográficos os combates pelo patrimônio nesses tempos de (re)existências? Num contexto em que a relação da sociedade com o patrimônio e com o passado complexificou-se, como o GT História e Patrimônio Cultural e sua rede ampliada de historiadoras e historiadores têm acolhido essas demandas e participado desse processo?

Tais questões enfeixam a reflexão contemporânea, em propósito, sobre a urgência de pensar o lugar da história e o papel social da historiografia em contextos distintos de embates políticos e sociais nos quais se inscrevem as (im)pertinências do campo do patrimônio cultural. Na medida em que a sociedade mobiliza o passado e significa-o no presente e pelo presente, questionando quais passados? que patrimônio?, a historiografia, como campo disciplinar especializado em tornar o passado objeto de investigação e produção de conhecimento, vai sendo deslocada de seu lugar privilegiado de uma dada modalidade específica de cultura histórica que, na observação de Manoel Salgado Guimarães, “supõe inúmeros outros dispositivos coletivos de produção de sentidos e significados para o passado”.¹⁰

Várias, distintas e complementares são as entradas para pensar as demandas contemporâneas do passado. Em comum, sinalizam tratar o passado como um campo de ação pública e política a exigir um constante (re)posicionar-se fundamentado dos historiadores e das historiadoras. É, pois, nesse contexto, que se inserem os discursos que repertoriam os debates em torno da História Pública e da História do Tempo Presente. Também aqui

- 315, abr./jun. 2018; CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: UNICAMP, 2020; CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte. (org.). *Seminários DEP/FLUP*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020; AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo; *A História (in)Disciplina: teoria, ensino e difuso de conhecimento*. Vitória: Milfontes, 2021; RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (org.). *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021; VIANA JUNIOR, Mário Martins; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Enfrentando a berlinda: usos públicos da História e patrimônio cultural no sertão cearense*. Estudos Ibero-Americanos, n. 2, v. 47, 2021.

10 GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, v. 1, n. 1, p. 32, 1995.

as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, as reformulações dos Projetos Pedagógicos de Cursos-PCCs de História, a regulamentação da(o) profissional historiador(a)¹¹ e a emergência do “giro decolonial”¹² – em suas diferentes chaves de colonialidade de saber, de poder e de ser – têm convergido para a urgência de (re)configurar as bases epistemológicas da historiografia e do campo do patrimônio cultural.

Se uma certa indisciplinarização da história tem sido apontada como “uma dimensão ativa, no sentido de tomar posição e de ser ator nesse processo de profundas transformações da relação entre passado, conhecimento, ensino e sociedade” implicando dessa forma numa “politização do saber”,¹³ tal perspectiva, nos possibilita perceber ressonâncias desse mesmo processo no campo do patrimônio cultural, posto que todo ato de patrimonializar é um gesto de poder e de atribuição de cultura, transpassado pelo tensionamento de saberes a deslocar sentidos e construir narrativas. Em meio a diferentes formas de praticar a patrimonialização, cabe a(o) historiador(a) questionar as invisibilidades que estão nesses processos, pois “indisciplinar é saber viver com os diversos tempos que nos habitam e não tentar (sempre) domesticá-los em nome de uma ordem maior.¹⁴ Talvez aqui seria mais promissor interrogar o quanto a historiografia e o campo do patrimônio representam dimensões justapostas e complementares que se retroalimentam.

O próprio conceito de patrimônio cultural já não mais funciona como um recurso de produção de consenso sobre um passado nacional a conformar a construção da nação. Outras

11 A regulamentação da profissão do historiador e da historiadora no país, marcada por uma longa trajetória de luta pela Anpuh, foi oficializada pela Lei 14.038, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2020.

12 BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

13 AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)Disciplina... Op. cit.*, p. 12.

14 AVILA, Arthur Lima de *O que significa indisciplinar a História?* In.: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo; *A História (in)Disciplina: teoria, ensino e difuso de conhecimento*. Vitória: Milfontes, 2021, p. 36.

escalas e valores, ao mesmo tempo que exibem as fraturas do tempo nacional, rearticulam o sentimento da comunidade imaginada, agora perfilado por outras camadas de sentidos que informam dos usos sociais do patrimônio e instauram outras políticas de imaginação da nação. Seguindo essa linha de raciocínio, a análise de Laurajane Smith é elucidativa:

por um lado, patrimônio diz respeito à promoção, por instituições culturais e elites sancionadas pelo Estado, de uma versão consensual da história, com vistas a regular tensões culturais e sociais no presente. Por outro lado, patrimônio pode ser também um recurso usado para desafiar e redefinir valores e identidades recebidos por uma gama de grupos subalternizados. Patrimônio não diz necessariamente respeito à manutenção de valores e sentidos culturais, e pode igualmente tratar de mudança cultural.¹⁵

Patrimônio e memória inscrevem-se na cena pública como questões próprias da história do tempo presente. Enquanto vetores de um complexo processo de “reificação do passado”, ou se quisermos, da emergência de “novas interpretações do passado” consubstanciadas por disputas de “apagamento” ou “reabertura da história”, funcionam como recurso e dispositivo a entrelaçar em sua dimensão política e social passado, presente e futuro.¹⁶

A emergência dos denominados “novos patrimônios”, de contornos multifacetados e plurais, potencializados pela ideia de que “as culturas de todos os grupos sociais são suscetíveis de passar por patrimônio”,¹⁷ trouxe para o campo “vontades que cada vez mais se expressam fora das tutelas política e administrativa”.¹⁸ Todo esse processo de constituição dos patrimônios emergentes, insurgentes e contra-coloniais conforma os desafios das(os)

15 SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Londres: Routledge, 2006, p. 4. [Tradução minha].

16 Cf. TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Lisboa: UNIPOP, 2012; CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário temático de patrimônio...* Op. cit.

17 GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica...* Op. cit., p. 32.

18 LEBLON, Anaís; ISNART, Cyril; BONDAZ. Além do consenso patrimonial: resistências e usos contestadores do patrimônio. In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; RUOSO, Carolina (org.). *Museus e patrimônios: experiências e devires*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2015, p. 88.

profissionais de história a enfrentar as questões contemporâneas de uma nova história do patrimônio marcada por diferentes valores e significados atribuídos aos processos de patrimonialização pelos distintos grupos envolvidos.

Nesse movimento, se faz necessário perceber como a cultura histórica, em seu sentido atualizado pelas formas diversas de popularização do passado,¹⁹ coloca em diálogo outros elementos para problematizar a relação história e patrimônio cultural (ou ainda a história da historiografia do patrimônio cultural). Na relação dialógica desses dois campos, o que está em jogo são memórias e narrativas reivindicadas por grupos subalternos e/ou marginalizados, bem como o imperativo da patrimonialização e as dinâmicas identitárias da contemporaneidade. Dessa forma, em perspectiva com os desafios teóricos e metodológicos provocados pelo gesto potente do patrimônio em indisciplinar a história, historiadoras e historiadores têm sido convocados a (re)pensar sobre suas novas formas de atuação profissional e inserção social na esfera pública.

Trazendo a discussão para a prática docente, essa abordagem tem estimulado a(o)s professoras(es) a enfrentar as temáticas emergentes que então (re)configuram o campo em correspondência com o novo lugar que o patrimônio e a memória passaram a ocupar na cena pública, nos diferentes espaços disciplinares e no ensino de história.

O GT História e Patrimônio Cultural da Anpuh/Brasil: entre a prática historiográfica e os lugares dos profissionais de história nos espaços de memória e patrimônio e da educação

Indícios importantes das questões tratadas anteriormente podem ser identificados na última eleição para a diretoria da Anpuh-Brasil (2021-2023), marcada por uma acirrada disputa entre as chapas concorrentes: chapa 1: *Todas a vozes, todos os sotaques* e chapa

19 Cf. ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas... *Op. cit.*; AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)Disciplina...* *Op. cit.*

2: *Unidade na diferença e na luta*. Para o caso em análise, chamam a atenção o espaço e o tratamento que o patrimônio cultural e as políticas públicas a ele relacionadas ganharam nas cartas-programas das duas chapas.

Na chapa 1, os compromissos detalhados encontram-se no Eixo 7: *Memória, Patrimônio e Arquivo*, tendo como base “O Direito à memória e à verdade” a orientar a defesa de políticas públicas e de uma cultura de respeito à preservação dos patrimônios material e imaterial dos diferentes segmentos da sociedade.²⁰

20 Cf. *Carta-programa da CHAPA Todas as Vozes, Todos os Sotaques Anpuh-BR (2021-2023)*.

- Apoiar a participação da Anpuh nas ações relacionadas à preservação das fontes de informação relevantes para a produção de conhecimento histórico e buscando atuar, de modo coordenado, com entidades também interessadas no tema;

- Apoiar e fortalecer os/as representantes da Anpuh no Conselho Nacional de Arquivos-Conarq, em sua atuação acerca de questões vinculadas às políticas de acervo e salvaguarda. A Anpuh compõe este Fórum desde 1996, com representação eleita para atuar na discussão e regulação tanto de questões de interesse dos usuários quanto às atividades intrínsecas às instituições arquivísticas, onde as/os historiadoras/es também integram as equipes técnicas;

- Promover, em parceria com instituições de memória e história pública (museus, arquivos, centros de memória, etc.), uma política de preservação e construção da memória, com vistas a combater negacionismos e estimular a valorização da história de segmentos negligenciados, a exemplo de populações negras, povos indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, comunidades rurais e urbanas periféricas, com vistas a combater a naturalização de discriminações articuladas que comprometem a garantia do direito à memória e à história como instrumento fundamental da cidadania plena.

Para tanto, os esforços serão direcionados para ações como:

- Desenvolver uma campanha de sensibilização entre as/os associadas/os acerca da defesa da Política Nacional de Arquivos e da Lei de Acesso à Informação, orientadas pelas prioridades definidas no âmbito do GT História e Patrimônio Cultural e de outros GTs e coletivos diretamente envolvidos com esta agenda;

- Promover a divulgação e contribuir para o fortalecimento de projetos de valorização dos arquivos existentes e de preservação de acervos arquivísticos de origens diversas, como estratégia de ampliação do reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro;

- Estimular a participação das/os associadas/os da Anpuh, em sua diversidade, em projetos e espaços de representação coletiva voltados à democratização do direito à memória e à defesa de patrimônio histórico-cultural nas cinco regiões do país, com destaque para a presença de representantes das seções estaduais no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento-SNA;

- Estreitar diálogos com representantes de organizações da sociedade civil, da academia e de instituições arquivísticas atuantes na defesa do direito à memória e à história, com vistas à criação de um guia de boas práticas voltadas à não discriminação por origem, raça, cor, sexo, gênero, orientação sexual, idade, religiosidade. O documento será dirigido a orientar a elaboração de projetos de reconhecimento, gestão, divulgação e uso de acervos documentais. Cf. ANPUH-Brasil. Disponível em: https://anpuh.org.br/images/ANPUH/elei%C3%A7%C3%B5es%202021-2023/carta_programa_01.pdf. Acesso em: 04 jun. 2022.

Já a criação de uma coordenadoria de *Patrimônio, Arquivos e Museus* está entre as propostas da chapa 2 (vencedora do pleito) de dotar a associação de uma “gestão de estruturas” mais condizente com a atual realidade da Anpuh-Brasil e suas múltiplas atribuições. A coordenadoria foi concebida com o objetivo de apoiar a diretoria na condução das demandas do campo do patrimônio cultural.²¹

Cabe destacar que muitas das diretrizes propostas pelas duas chapas vinham ao encontro das demandas e posicionamentos das várias gestões do GT História e Patrimônio Cultural da Anpuh-Brasil, sobretudo em relação à regulamentação da profissão e da representação da(o) historiador(a) nas instâncias de preservação e ao combate à perda de autonomia e esvaziamento desses órgãos colegiados. Independentemente das diferenças entre as duas proposições, sobressai o reconhecimento do GT como espaço legitimado a responder às questões do patrimônio e como representação da Anpuh a atuar na consolidação do Observatório Nacional do Patrimônio.

21 Cf. *Carta-Programa: Unidade na Diversidade e na Luta Anpuh-Brasil (2021-2023)*. Disponível em: https://anpuh.org.br/images/ANPUH/elei%C3%A7%C3%B5es%202021-2023/carta_programa_02.pdf. Acesso 04 jun. 2022.

A) Criar uma coordenadoria permanente para apoiar a diretoria nos temas e ações voltadas para patrimônio, arquivos e museus.

B) Promover o diálogo da diretoria nacional e das regionais com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para estimular a inclusão de vagas para historiador/a em concursos em geral e em editais culturais, em consonância com a recente regulamentação da profissão.

C) Reivindicar, na recomposição dos conselhos estaduais de patrimônio, assim como junto ao Iphan, um assento para historiador/a indicado/a pela Anpuh, a exemplo do assento reservado para o Instituto dos Arquitetos do Brasil-IAB em todas as instâncias de órgãos de identificação e proteção do patrimônio

D) Fortalecer a atuação da Anpuh junto ao Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, que reúne fóruns estaduais de defesa do patrimônio cultural em estreita relação com prefeituras, governos estaduais e órgãos de preservação locais. Atuar na consolidação do Observatório Nacional do Patrimônio. A Anpuh pode, ainda, indicar especialistas para pareceres em processos de tombamento, de registro (patrimônio imaterial), de chancela e de inventários de bens culturais.

E) Reforçar o diálogo com os representantes da Anpuh junto ao Conselho Nacional dos Arquivos-CONARQ. Dar prosseguimento às políticas de preservação dos documentos (em diferentes suportes e mídias), impedindo a destruição sistemática facultada pela Medida Provisória nº 881/2019, que dispõe sobre elaboração e arquivamento de documentos e possibilita a destruição dos originais após digitalização, sob a justificativa de uma alegada desburocratização, o que pode levar a fraudes e apagamentos.

F) Organizar e disponibilizar o acervo documental de interesse histórico hoje depositado na sede da Anpuh-Brasil na USP.

Criado no âmbito do XXVI Simpósio Nacional da Anpuh, na Universidade de São Paulo-USP, em 21 de julho de 2011, o GT representa um marco importante na consolidação de uma rede de historiadoras e historiadores que há muito se dedicavam aos estudos do campo do patrimônio cultural como objeto da produção historiográfica. Também representa o anseio em legitimar o lugar da história e o papel da comunidade historiadora no campo do patrimônio cultural. Sintomática é a própria edição daquele evento que contou com três Simpósios Temáticos-STs e uma mesa centrada nas questões do patrimônio cultural, reafirmando a tendência de crescimento de encontros anteriores.²²

Na análise em tela, a criação do GT guarda lugar com a constituição de uma rede de profissionais da história, atuantes em diversos estados e regiões do país, com diferentes interfaces no ensino de história, grupos de estudos e pesquisas, movimentos sociais e, sobretudo, em instituições como museus, arquivos, centros de memória, bibliotecas, etc., e conselhos de órgãos de preservação do patrimônio nos estados e municípios. Tal rede se insere no contexto político e cultural da primeira década do século XXI, quando os impactos da aprovação do registro do patrimônio de natureza imaterial, pela lei 3.551/2000, que já se faziam sentir na (re)configuração do campo do patrimônio cultural, foram potencializados pela aprovação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ao tornarem obrigatórios, respectivamente, o ensino de história e cultura africana/afro-brasileira e indígena na educação básica.

Inscrita nesse processo, está a introdução da educação patrimonial no ensino fundamental (amparada nos Planos Curriculares Nacionais-PCNs, 1997) e de disciplinas concernentes ao patrimônio (História e Patrimônio Cultural-UFC) e afins (Lugares de Memória e ensino de história-UFC) nos currículos dos cursos de graduação em História. Em sentido ampliado, localizam-

22 Cf. *Ata de Criação do Grupo de Trabalho Nacional de Patrimônio Cultural - Anpuh*. Disponível em: https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/_files/ugd/322209_7e91752da7854d1fa5d4a4a18135c041.pdf?index=true. Acesso em: 04 jun. 2022.

se a criação de cursos de especialização e/ou mestrado profissional em patrimônio ou gestão de bens culturais, bem como a incidência do patrimônio e da memória nas várias linhas de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação-PPGs. Aqui também é preciso registrar a importância e a proliferação de laboratórios ou grupos de pesquisas, dentre os quais se encontra o GEPPM/UFC-CNPq, em plena atividade desde 2007.²³

Diante de tais demandas presentes, teria então o GT a missão de articular nacionalmente pesquisadores, instituições e sociedade, além de promover debates, eventos regionais e nacionais e publicações periódicas.

Apesar do entusiasmo inicial, foi somente em 2016 que o GT realizou o *I Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural*, fato que marcou a gestão (2015-2017) coordenada por Zita Rosane Possamai (Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS), José Roberto Severiano (Universidade Federal da Bahia-UFBA) e Giane Souza (Sistema Municipal de Museus da Prefeitura de Joinville-SMM-Jlle). Intitulado *A História e o Campo do patrimônio cultural: desafios e perspectivas*, o evento, realizado entre os dias 03 e 07 de 2016, na UFRGS, foi decisivo na reabilitação da missão do GT.

Sem aprofundar a análise, é importante destacar que a programação do evento, estruturada em conferência de abertura, mesas denominadas “diálogos patrimoniais”, STs e visitas técnicas,²⁴ buscava responder à emergência de temas e questões que indicavam a (re)configuração do campo do patrimônio cultural e pautavam a produção historiográfica no período. Dessa forma, estabelecia-se uma reflexão de base historiográfica em perspectiva com os lugares das(os) profissionais de história

23 Cf. Redes GEPPM. FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/geppmufc/>; INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/geppmufc/>; ACADEMIA. edu. Disponível em: <https://ufc.academia.edu/GEPPM> Acesso em: 04 jun. 2022.

24 Cf. *Programação do I Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural 2016*. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/i-seminario-nacional> Acesso em: 04 jun. 2022.

nos espaços de memória e patrimônio e a complexa relação entre patrimônio e educação. Parte das reflexões encontra-se nos *Anais dos Simpósios Temáticos – A história e o campo do patrimônio: desafios e perspectivas*, no site do GT²⁵, bem como no “Dossiê Temático História e Patrimônio: questões teórico-metodológicas”, publicado na *Revista Anos 90*, do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da UFRGS, em 2018, organizado por Zita Possamai e Alessandro Keber.²⁶

Seguindo a estrutura do primeiro seminário, mas atentando-se para os desdobramentos do processo de ruptura na democracia brasileira, desde o contexto político após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016, foi realizado o *II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural*, intitulado *Patrimônio, democracia e políticas públicas*, ocorrido entre os dias 01 e 05 de outubro de 2018, na Unirio. O tema escolhido levou em consideração os trinta anos da Constituição de 1988 – marco legal na implementação da concepção atual de patrimônio cultural – e a necessidade de reafirmar sua importância no processo de implementação de políticas públicas amplas e plurais para a história das práticas preservacionistas no Brasil. Sob a coordenação de Márcia Chuva (Unirio), Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC) e Janice Gonçalves (Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC), gestão (2017-2019), o evento acabou por ganhar status de fórum de resistência frente aos ataques ao estado de direito, às políticas públicas de patrimônio, ao crescente movimento negacionista e às guerras de narrativas que, sob diferentes modalidades de usos do passado, ganharam a cena pública. Claro está o debate ampliado com a História pública e a abordagem decolonial que têm redimensionado a interface história e patrimônio cultural.²⁷ Também aqui, parte dos trabalhos

25 Cf. HISTÓRIA e patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/i-seminario-nacional>. Acesso em: 04 jun. 2022.

26 POSSAMAI, Zita; KEBER, Alessandro. *Dossie*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/3607>. Acesso em: 04 jun. 2022.

27 Cf. Programação II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, democracia e políticas públicas. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/ii-seminario-nacional>. Acesso em: 04 jun. 2022.

apresentados foram publicados nos *Anais do II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Democracia e Políticas Públicas*,²⁸ disponibilizados no repositório virtual da Anpuh-Brasil e no site do GT.

Todo esse cenário de embates, complexificado pelos constantes cortes de recursos do estado instaurados nos setores da cultura, educação e ciência, exigiu posicionamentos e intervenções públicas das(os) profissionais de história, eles mesmos alvos de ataques em suas áreas de atuação no ensino de história e/ou no campo do patrimônio cultural. Foi nesse sentido que o GT veio a público, por meio da nota “O Museu Nacional é patrimônio de todos” (8/9/2018),²⁹ externar sua indignação frente ao incêndio que destruiu a longeva instituição transformando em cinzas um incomensurável patrimônio histórico e científico do país.

Também a nota “Recusar a celebração da barbárie, confrontar o negacionismo: por uma história ética e compromissada com a democracia” (30/3/2019)³⁰ veio somar-se às manifestações da Anpuh-Brasil e de outras entidades contra as iniciativas de promoção de comemorações ao 31 de março que simultaneamente negam o golpe militar de 1964 e o caráter ditatorial do regime que se instalou a partir dele. Assim como no documento anterior, a intervenção pública do GT situa-o no “*front* da resistência” para, junto com as(os) colegas de profissão, construir uma sociedade justa, plural, de bases igualitárias, mas sensível à diversidade.

Quanto à realização do *III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, resistência e direitos*, nunca um título foi tão potente em traduzir os desafios que marcaram o contexto de nossa gestão “Patrimônios em rede” (2019-2021), coordenada

28 Cf. HISTÓRIA e patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/ii-seminario-nacional>. Acesso em: 04 jun. 2022.

29 Cf. HISTÓRIA e patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/post/o-museu-nacional-%C3%A9-patrim%C3%B4nio-de-todos>. Acesso em: 04 jun. 2022.

30 Cf. HISTÓRIA e patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/post/manage-your-blog-from-your-live-site>. Acesso em: 04 jun. 2022.

por Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC), Aterlane Martins (Instituto Federal do Ceará-IFCE), Carolina Ruoso (Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG,) e Patrícia Alcântara (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan-PI). Da idealização à realização do Seminário – uma perspectiva que se alinhava com o desejo da gestão em poder fazê-lo no Ceará e com uma edição que marcou a primeira vinda para a região Nordeste –, muitos sonhos, desejos, expectativas e frustrações mobilizaram as camadas de sentidos que tornaram o evento possível em sua versão virtual.

A escolha do tema *Patrimônio, Resistência e Direitos* para a terceira edição do Seminário foi motivada pela condição de vulnerabilidade em que se encontra o patrimônio cultural brasileiro, resultado da política oficial de destruição do atual governo. Desde que o presidente Jair Messias Bolsonaro assumiu o governo (2019), instaurou-se uma verdadeira guerra cultural, operacionalizada pelo fim do Ministério da Cultura-MINC e pelos drásticos cortes orçamentários da atual Secretaria Especial da Cultura, simultaneamente às intervenções de alinhamento ideológico na estrutura orgânica dos quadros profissionais da pasta. Nomeações para cargos-chave passaram a se orientar única e exclusivamente por critérios pautados pelas relações pessoais, em substituição às exigências de experiência e qualificação acadêmica e técnica na área. Uma evidência flagrante de deslegitimação do saber científico e técnico que limita a autoavaliação constante necessária para as políticas públicas diante de realidades plurais do patrimônio na sociedade. Todo esse processo foi sendo instrumentalizado em correspondência com o afastamento da sociedade civil das instâncias de representação em órgãos colegiados com prerrogativas deliberativas e/ou consultivas.

Os impactos logo se fizeram sentir no desmonte do Iphan, com ressonâncias explícitas em vários órgãos de preservação nos contextos estaduais e municipais. Sintoma desses tempos de destruição encontra-se nas recorrentes tentativas de venda e esvaziamento do Palácio Capanema, sede do Iphan no Rio de Janeiro, símbolo do patrimônio cultural modernista. Novamente o

GT se posicionou publicamente com a nota “Em defesa do Iphan e dos profissionais do patrimônio” (30/09/2019)³¹, manifestando solidariedade às(aos) técnicas(os) e repúdio à sanha destruidora que, desde então, tem avançado sobre o patrimônio cultural brasileiro. De mesma feitura, se deu a nota “Em defesa do Iphan: contra a desqualificação profissional, científica e técnica nas políticas de patrimônio” (20/04/2020)³² e a nota “Em defesa do Iphan, contra o golpe mais ameaçador” (17/05/2020).³³

Frente aos constantes ataques e desmontes das políticas públicas de preservação do patrimônio, o GT, por meio do gesto político que representou o *III Seminário Nacional*, consolida-se como um importante fórum permanente de resistência, debates e divulgação de conhecimento histórico, articulado às redes de pesquisadoras(es) da área nele reunidos. Toda a programação do evento foi pensada como um convite para se refletir sobre as múltiplas camadas de sentido que revestem o conceito de patrimônio na contemporaneidade.³⁴ Parte substancial das reflexões pode ser consultada no *Caderno de Resumos*,³⁵ *Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos*³⁶ e no livro em questão *Patrimônio, Resistência e Direitos: entre trajetórias e perspectiva em rede*.

31 Cf. HISTÓRIA e patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/post/em-defesa-do-iphan-e-dos-profissionais-do-patrim%C3%B4nio>. Acesso em: 04 jun. 2022.

32 Cf. HISTÓRIA e patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/post/nota-do-gt-hist%C3%B3ria-e-patrim%C3%B4nio-cultural-anpuh-em-defesa-do-iphan>. Acesso em: 04 jun. 2022.

33 *Idem*. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/post/em-defesa-do-iphan-contr-o-golpe-mais-amea%C3%A7ador>. Acesso em: 04 jun. 2022.

34 *Idem*. III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural - Patrimônio, Resistência e Direitos. Universidade Federal do Ceará, 04 a 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/iii-semin%C3%A1rio-nacional> (Acesso em 04 jun. 2022).

35 *Idem*. III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural - Patrimônio, Resistência e Direitos. Universidade Federal do Ceará, 04 a 08 de outubro de 2021. Disponível em: <http://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/iii-seminario-nacional>. Acesso em: 04 jun. 2022.

36 Cf. III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural - Patrimônio, Resistência e Direitos. Universidade Federal do Ceará, 04 a 08 de outubro de 2021. *Anais...* Disponível em: https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/_files/ugd/fe96b6_ba5a80a3cd5049089ccfa45c5b811f8d.pdf

Diante das dificuldades do contexto mencionado e da necessidade do adiamento do evento em razão da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (covid-19), a gestão foi desafiada a vivenciar uma série de novas experimentações que puderam retroalimentar a integração entre nossas redes de atuação, sobretudo pela representatividade dos dezessete STs submetidos ao evento, com cerca de trinta professores e professoras de diversos lugares do país que se somaram à gestão na realização desse grande trabalho coletivo.

“Patrimônios em rede” passou então a singularizar a nossa gestão, na medida em que colocou como questão teórica a ser enfrentada a entrada definitiva das historiadoras e historiadores na cena pública por meio de outras formas de atuação e outras habilidades testadas, como as mídias digitais/eletrônicas. A proposta do *Ciclo de lives Patrimônios em rede: direitos e resistências*, de periodicidade mensal e acolhida como projeto de extensão do GEPPM/UFC logo após a decisão do adiamento do Seminário, acabou por se constituir como o espaço privilegiado para pensar a atuação dos profissionais de história ante às demandas do tempo presente. Seguindo essa perspectiva, além da implementação do site e das interações em sua *fan page* no Facebook, ambos herdados das gestões anteriores, o GT ampliou seus espaços de interação com a criação de seu perfil no Instagram e do seu canal no YouTube.³⁷

Um outro marco importante identificado com as novas formas de atuação e intervenção social dos historiadores e historiadas na seara pública pode ser verificado com a entrada do GT no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro criado em outubro de 2019.³⁸

37 Cf. FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/historiaepatrimoniocultural>; <https://www.instagram.com/gtpatrimonioanpuh/>. CICLO de lives - Patrimônios em rede: Direitos e Resistências. GT História e Patrimônio Cultural ANPUH, *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FopnZF6WmYA>. Acesso em: 04 jun. 2022.

38 Criado em Porto Alegre em 10 de outubro de 2019, o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro reúne entidades da sociedade civil para fomentar a mobilização contra ataques promovidos contra o Iphan e o Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir de agosto de 2020, o Fórum passou também a se articular em Núcleos Estaduais, capilarizando sua mobilização. FORUM PATRIMONIO. Disponível

Como representante da Anpuh-Brasil no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, o GT foi um dos mediadores da entrada das(os) profissionais dos mais diversos lugares do país neste espaço com a criação de Fóruns Estaduais, nos quais as(os) indicadas(os) passaram a atuar como suas(eus) representantes. Um marco importante no reconhecimento das(os) historiadoras(es) nos mundos do patrimônio, sobretudo por acontecer praticamente ao mesmo tempo da regulamentação da profissão de historiador(a) no Brasil. No âmbito do Fórum, a proposta do GT para criação de um “Observatório do Patrimônio” foi bem acolhida e incorporada como uma das suas principais atividades na construção de uma agenda propositiva.³⁹

A história e a diversidade de trajetórias: reflexões sobre narrativas de caminhos individuais e coletivos

O *Ciclo de lives Patrimônios em rede: direitos e resistências* surgiu em decorrência do adiamento do seminário e da necessidade do GT responder às demandas de história e memória frente às (im) pertinências do patrimônio cultural na contemporaneidade. No que toca a ação da prática historiadora, notadamente nos pontos de intersecção entre a História do Tempo Presente e a História Pública, o contexto da pandemia, ao mesmo tempo que nos lançou no mundo digital (rompendo uma pluralidade de barreiras antes interpostas), apresentou-se como momento oportuno para enfrentarmos os desafios colocados à(ao) historiador(a), como a tarefa de saber apresentar suas produções historiográficas para um público cada vez mais amplo. Não só isso, essa tarefa pressupunha que, uma vez inserida(o) em outros espaços de atuação, com outras novas habilidades, a(o) historiador(a) mobilizasse ferramentas e modelos

em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

39 Concebido com a missão de mapear numa mesma plataforma ações que demarcam o campo do Patrimônio Cultural em todo o território nacional, o Observatório procura reunir tanto atividades de difusões, discussões e proposições a respeito dos lugares do patrimônio na sociedade, quanto esforços para monitorar, verificar e denunciar ataques de distintas ordens às suas fruições. Um canal consistente de retroalimentação dinâmica pelas entidades das forças que atuam na defesa do patrimônio em várias escalas do país.

de comunicação historiográficas que, associados às linguagens digitais atuais, pudessem promover de forma diversificada e democrática o acesso ao conhecimento histórico.

No cenário dos desafios atuais postos à historiografia, o *Ciclo de lives*, em alguma medida, procurou responder à emergência da “produção de uma historiografia socialmente distribuída”,⁴⁰ principalmente quando nos deparamos com as instigantes e animadoras narrativas das(os) convidadas(os) para revisitarmos a pluralidade de experiências que constituem as histórias do campo do patrimônio cultural. Na qualidade de uma nova modalidade de atuação digital associada às formas mais colaborativas e compartilhadas de conhecimento, o legado das *lives* contribui para (re)pensarmos a função social da(o) historiador(a) e, de forma estendida, as concepções e práticas de “curadoria de histórias” entendida “como um espaço de promoção, seleção, edição e rerepresentação de histórias socialmente distribuídas e compartilhadas que deve, igualmente, responder ao desafio de decidir que histórias curar”.⁴¹

De forma pontual, o GT já vinha atuando nas suas redes sociais, divulgando eventos, lançamentos de editais, livros, etc., desde a criação de sua página no Facebook e, mais precisamente, no Instagram, a partir de nossa gestão. Entretanto, a possibilidade de uma atuação digital mais ampla, com vistas a divulgar o Seminário e contribuir com os debates públicos sobre a cultura histórica e o campo do patrimônio cultural, guarda relação com os tempos dos patrimônios em rede (capilarizados desde a entrada do GT no Fórum), bem como da parceria com os professores e professoras das dezessete propostas de STs aprovadas para o evento. Um time significativo de trinta profissionais especialistas, muitos com uma

40 ARAUJO, Valdei Lopes. O Direito à História... *Op. cit.*, p. 206.

41 A discussão sobre os lugares do ofício da(o) historiador(a), em particular sobre as práticas de curadoria, é tema de debate das(os) historiadoras(es) com os lugares das(os) profissionais de história nos espaços de memória e patrimônio e a complexa relação entre patrimônio e educação. Cf. *Ibidem*, p. 209; SCHMITD, Benito. Historiador-curador: experiência de realizar uma exposição voltada a público diversos. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Janiele R. de; SANTIAGO, Ricardo (org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo Letra & Voz, 2016.

longa trajetória de pesquisa, divulgação científica e atuação na área.

Foi, a partir do potencial que os simpósios apresentavam em termos de abordagens conceituais, temáticas e questões epistemológicas próprias da relação história e patrimônio cultural, que surgiu a proposta de transformar o *Ciclo* num projeto capaz de articular, pesquisa, ensino e extensão para alunas(os) da graduação, pós-graduação e público em geral. Com a entrada da *live* na oficina da história, as conversas ao vivo com as(os) historiadoras(es) do patrimônio, dos mais diversos lugares institucionais e regiões do país, passaram a ser transmitidas no canal do GT no YouTube com veiculação simultânea pelo Facebook. Em vista da dimensão curatorial do trabalho empreendido, também foi acolhida a proposta de criação de um Banco de Dados mediada pelo GT em seu site⁴² possibilitando alinhar ainda mais essa nossa rede de modo contínuo em sentidos de comunicação, registro e intervenção.

Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão-PREX da UFC, por meio da parceria entre o GEPPM/UFC e o GT/Anpuh-Brasil, o projeto de extensão teve início em novembro de 2020, estendendo-se até setembro de 2021, totalizando dezesseis encontros. A especificidade da ação estava em promover um amplo diálogo em torno das (im)pertinências do patrimônio cultural na sociedade envolvendo diferentes públicos e instituições (profissionais, estudantes e interessadas(os) de várias áreas do conhecimento com atuação no campo do patrimônio), favorecendo assim, o engajamento de novas pesquisas sobre o tema e ações alternativas para o atual cenário de desmonte da cultura no país.

As *lives* foram organizadas a partir dos dezessete simpósios selecionados, estando os mesmos vinculados às ementas das sete Áreas Temáticas estabelecidas pela coordenação do GT.⁴³

42 Cf. HISTÓRIA e patrimônio cultural. Disponível em: <https://www.gtpatrimonioanpuh.com.br/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

43 1. Museus, Museologia e Patrimônio Cultural: ST 01, “História dos Museus de Arte e experiência de museus de artistas”, Profa. Dra. Carolina Ruoso (UFMG) e Profa. Dra. Joana D’Arc Sousa Lima (UNILAB); ST 02, “Museus e Patrimônio em cenário de conquistas e resistências”, Profa. Dra. Letícia Julião (UFMG) e Profa. Dra. Zita Possamai

Notas sobre as relevâncias da prosopografia para um debate sobre a história da história produzida e vivenciada pelo campo

Do Lattes para as *lives*, pequenos ensaios de ego história corporificaram o encontro de trajetórias e gerações mobilizadas nas e pelas propostas dos STs debatidos. Instigado pela potencialidade do gesto biográfico/autobiográfico/autoperfomático presente nessas narrativas, foi impossível ficar indiferente ao uso da prosopografia como recurso heurístico e metodológico para análises futuras. Em texto seminal, Laurence Stone (1971) definiu a prosopografia como a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. Já a assertiva do historiador Duval Muniz Albuquerque Júnior sobre a pertinência e atualidade do método

(UFRGS);

2. Protagonismo e participação popular no campo do patrimônio cultural: ST 03, “Patrimônio Cultural, os “outros patrimônios” e a participação cidadã”, Profa. Dra. Letícia Bauer (Museu de Porto Alegre) e Profa. Dra. Viviane Borges (UDESC); ST 04, “Os trabalhadores e seu patrimônio cultural: “lugares de memória”, identidades e ensino de História”, Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (UESPI) e Profa. Dra. Juçara da Silva (PUC-Rio);

3. Patrimônio e Culturas Populares: ST 05, “Festas brasileiras nos séculos XX e XXI: possibilidades e condições de existências nas esferas pública e privada”, Profa. Dra. Zélia Lopes da Silva (UNESP/Assis) e Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra (Uespi/Parnaíba); ST 06, “Patrimônio, culturas, identidades e relações de poder”, Prof. Dr. Alessander Kerber (UFRGS) e Profa. Dra. Cíntia Rodrigues (FURB);

4. Patrimônio Cultural e Espaços Educativos: ST 07, “Patrimônio e educação: experiências, possibilidades e diálogos no Ensino Superior”, Profa. Dra. Michele Cardoso (UNESC) e Profa. Dra. Célia Santana Silva (UNEB); ST 08, “O uso do Patrimônio Cultural no Ensino de História: a sala de aula e os lugares não formais de aprendizagem” Prof. Dr. Almir Félix (UFERN); ST 09, “Patrimônio, Ensino e Direito à Memória: diálogo entre práticas”, Profa. Dra. Andrea Lemos (CAP/UERJ) e Prof. Dr. Gabriel Cid (CEDERJ/Unirio);

5. Questões étnico-raciais e patrimônio: ST 10, “Patrimônios étnico-raciais em disputa: objetos, coleções e memória”, Profa. Dra. Rita de Cássia (UFPB) e Profa. Dra. Patrícia dos Santos (UFPB); ST 11, “Questões étnico-raciais e Patrimônio Cultural”, Profa. Dra. Manuela Areias Costa (UEMS);

6. Direitos e Patrimônio: ST 12, “Patrimônio e Relações Internacionais”, Prof. Dr. Rodrigo Christofletti (UFJE); ST 13, “Os conceitos de “lugar” e “território” na composição do Patrimônio Cultural”, Prof. Dr. Yusef Campos (UFG); ST 14, “Patrimônios dissonantes, direitos e resistência”, Profa. Dra. Cristina Meneguello (UNICAMP) e Profa. Dra. Daniela Pistorello (UNIVILLE/SC);

7. Políticas Públicas e Patrimônio Cultural: ST 15, “Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural”, Prof. Dra. Janice Gonçalves (UDESC); ST 16, “Monumentos e obras de artes no espaço público: intervenção, conflito e reparação”, Profa. Dr. Lindener Pareto Jr. (PUC Campinas/Unicamp) Prof. Dr. Tiago Machado (IFSP); ST 17, “Patrimônio Cultural no tempo presente: cartografias e resistências”, Profa. Dra. Hilda Jaqueline (UNIPAMPA) e Profa. Vera Lúcia Maciel Barroso (CHC/Santa Casa de Porto Alegre).

pondera: “Afinal o que constitui a prosopografia se não o pôr em relação diversos indivíduos e procurar encontrar em suas trajetórias de vida elementos de regularidade e de singularidade”.⁴⁴

Numa primeira aproximação com o método prosopográfico, de uso corrente no retorno da escrita biográfica, procurei inventariar alguns traços de intersecção entre as regularidades e singularidades das trajetórias de seis convidadas que, em conjunto, configuram as (im)pertinências entre a história e o campo do patrimônio cultural em um dado contexto histórico. A partir das narrativas postas em comparação, a operação historiográfica se valeu do mapeamento de convergências comuns, cujos elementos de regularidades Albuquerque Júnior nomeou de “biografemas”. Definidos como “as menores unidades do discurso biográfico e que o sustentam”, estão condicionados às variáveis dos contextos históricos.⁴⁵

Motivado pelas potencialidades de leitura que o recurso da prosopografia nos possibilita para um primeiro inventário sobre o *Ciclo de lives*, apresento a seguir algumas notas para contribuir com o debate. Antes de se constituir em um estudo comparativo sistemático das narrativas, esse guarda ressonância com o tempo quente que caracteriza as audiências públicas e suas provocações. São notas ainda em construção dado o fato de que as *lives* continuaram acontecendo enquanto praticava esse exercício.

Nesse primeiro esboço, as problemáticas foram estruturadas tendo como ponto de partida as áreas temáticas nas quais as propostas de STs foram inscritas e os lugares de fala distintos das narrativas em análise. No esforço de interpreta-las outras questões foram interpostas: quais são os biografemas que sustentam as narrativas e delineiam um possível perfil coletivo das(os) profissionais da história no campo do patrimônio cultural? Que

44 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O significado das pequenas coisas: história, prosopografia e biografemas e biografemas. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 121.

45 *Ibidem*, p. 122. Para a(o) historiador(a), a defesa do recurso da prosopografia tem a vantagem de não incorrer na armadilha da “ilusão biográfica”, uma clara passagem reportada ao referenciado texto homônimo trabalhado por Pierre Bourdieu (2001).

traços comuns, quando postas em relação tais narrativas, permitem configurar os engajamentos de uma dada geração no mundo do patrimônio? Quais são os impactos do campo do patrimônio cultural na reconfiguração do estatuto disciplinar da história? Como a historiografia contribuiu para a renovação do campo do patrimônio cultural? Como as demandas sociais e públicas têm (re) configurado o papel das(os) historiadoras(es)?

No universo das dezesseis *lives* apresentadas, alguns traços de semelhança e diferença de caminhos em relação aos lugares de produção, geração das(os) narradoras(es), experiências de (im) pertinência do campo para a história são reveladores. Nas duas primeiras *lives* inscritas na Área Temática 1. *Museus, Museologia e Patrimônio Cultural* – ST 01, “História dos Museus de Arte e experiência de museus de artistas”, Profa. Dra. Carolina Ruoso (UFMG) e Profa. Dra. Joana D’Arc Sousa Lima (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB);⁴⁶ ST 02, “Museus e Patrimônio em cenário de conquistas e resistências”, Profa. Dra. Letícia Julião (UFMG) e Profa. Dra. Zita Possamai (UFRGS)–, ⁴⁷ logo de saída chama a atenção o fato de termos duas gerações de historiadoras, com entradas distintas no campo, caracterizadas por dois momentos que são marcos da história do patrimônio cultural no Brasil: o final dos anos de 1980 (identificado com o processo de redemocratização) e os anos 2000 (consolidação de uma política mais plural e inclusiva de patrimônio) até o golpe de 2016 (quando se constitui a efetivação da política de ataque e desmonte da área).

Para além dos aspectos sociais, culturais, políticos e ideológicos dos dois períodos, presentes nas narrativas, é possível vislumbrar elementos regulares e singulares que passam, por exemplo, pela questão do lugar ou da ausência do patrimônio na história. Enquanto

46 Cf. CICLO de lives - Patrimônios em rede: Direitos e Resistências. GT História e Patrimônio Cultural ANPUH. *YouTube*, [s. d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FopnZF6WmYA>. Acesso em: 04 jun. 2022.

47 CICLO de lives - Patrimônios em rede: Direitos e Resistências. GT História e Patrimônio Cultural ANPUH. *YouTube*, [s. d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zeZ5h1v1Wwg>. Acesso em: 04 jun. 2022.

nas trajetórias de Zita Possamai e Letícia Julião a formação se fez na ação, na formação de Carolina Ruoso e Joana D'Arc Sousa Lima, a questão do patrimônio e dos museus já estava incorporada nos PPGs e em alguma medida nos currículos da graduação em história. Uma vez vivenciando o contexto da redemocratização, singularizado pelas primeiras experiências dos governos democráticos nas gestões municipais (Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte), Zita Possamai e Letícia Julião entram em contato com o debate público e institucional do patrimônio cultural pela história da cidade. Indissociados desse debate, o direito à memória e o direito ao patrimônio se apresentam como elementos fundamentais do exercício da cidadania. Seguramente esse é o contexto de entrada das(os) historiadoras(es) no campo do patrimônio (e Museus). É o meu caso, de Márcia Chuva, de Janice Gonçalves, só a título de exemplo. Não havia disciplinas de patrimônio cultural nos cursos de história. No máximo, algum curso na área de arquivo e museus.

É, a partir dessa entrada, que as(os) historiadoras(es) passam a tensionar o campo (principalmente no enfrentamento ao saber hegemônico da arquitetura), assim como as questões do patrimônio e da memória passam a pautar os debates historiográficos. Aqui também vale observar a condição marginal das(os) historiadoras(es) que trabalhavam com o patrimônio até mesmo no campo da história.⁴⁸ Para Zita Possamai, trata-se de uma formação autodidata a partir da atuação na área do patrimônio e dos museus. Zita Possamai e Letícia Julião se deslocam da condição de pesquisadoras ligadas ao patrimônio urbano para historiadoras dos museus históricos. Zita Possamai vai para o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e Letícia Julião para o Museu Abílio Barreto (Belo Horizonte). Vale destacar que foi para essa prática que ambas voltaram para seus estudos no mestrado e doutorado.⁴⁹

48 Aqui referimo-nos aos estranhamentos entre os próprios pares no espaço da Anpuh. Tal observação merecia uma investigação aprofundada quando tomamos o número bastante restrito de dissertações e teses em vários PPGs no período.

49 POSSAMAI, Zita Rozane. *Guardar e celebrar o passado: o Museu de Porto Alegre e as memórias na cidade*. Mestrado (Dissertação em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998; *Idem*. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos de Porto Alegre, décadas de*

Depois, suas trajetórias seguem para a docência universitária com atuação nos novos cursos de Museologia (UFRGS e UFMG). Inseridas nesse novo contexto, procuram pensar os patrimônios e os museus em perspectiva com as demandas de novas narrativas, sempre a partir do lugar da história. Coisa semelhante ocorre com Carolina Ruoso e Joana D'Arc Sousa Lima. Nessa trajetória de formação na prática, a contribuição da historiografia veio da renovação da História Social, da História Cultural, da Antropologia e das leituras referenciais de Pierre Nora e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Waldisia Russo, Paulo Freire, entre outros. Aqui também vale mencionar a entrada das historiadoras nos conselhos do patrimônio cultural, no Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, etc. Portanto, é a partir desses elementos comuns que é possível identificar a formulação de suas propostas para o ST.

Nas trajetórias de Carolina Ruoso e Joana D'Arc Lima, a entrada no mundo dos museus se faz no diálogo entre história e patrimônio cultural a partir da ponte com a história da arte. Embora algumas disciplinas já começassem a figurar no âmbito da graduação, como é o caso de Lugares de Memória e o Ensino de História (UFC), a formação em torno da história dos museus, com ênfase nos museus de arte, tem lugar privilegiado em suas formações acadêmicas e também em trabalhos de pesquisa e mediação em espaços museais e culturais. Carolina Ruoso estagiou no Museu do Ceará e Joana D'Arc Lima no Instituto Cultural Itaú (SP). Na ampliação dessas atuações de historiadoras, Carolina Ruoso assumiu a função de curadora (Galeria Antonio Bandeira e Casa José Lourenço) e de gestora na coordenadoria do Patrimônio Cultural e Memória-COPAM da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará-SECULT-CE. Joana D'Arc Lima assumiu a direção da galeria de arte Janete Costa (equipamento da Secretaria de Cultura da cidade

1920 e 1930. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005; JULIAO, Leticia. *Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920)*. Mestrado (Dissertação em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1992; *Idem. Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

de Recife) e prestou diversas consultorias em instituições como o Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães-MAMAM e o Instituto Ricardo Brennand-IRB. Depois, Carolina Ruoso assumiu a prática acadêmica na UFMG e Joana D'Arc Lima na UNILAB.

Ambas realizaram mestrado (e Joana D'Arc Lima também o doutorado) no Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.⁵⁰ Esse é um aspecto relevante quando se propõe pensar o protagonismo de outros lugares epistêmicos em que a prática historiográfica acolhe o patrimônio, as artes e os museus. Lugares que produzem narrativas fora dos eixos hegemônicos. No caso de Carolina Ruoso, ao realizar seu doutorado sobre o Museu de Arte da UFC-MAUC na Paris I Pantheon Sorbone, sob a orientação de Dominique Poulot, coloca a história dos museus e do patrimônio em perspectiva com a relação centro e periferia. Nessa chave de entrada e formação, ainda é preciso mencionar o papel dos grupos, laboratórios e núcleos de pesquisas na constituição de suas redes (GEPPM, Laboratório de Museologia do Museu do Ceará-LAMU, Núcleo de Pesquisa do MAMAM).

Já a *live* com Manuela Areias,⁵¹ professora da Universidade Estadual do Mato Grosso-UEMT, inscrita na Área Temática 5. *Questões étnico-raciais e patrimônio*, coloca em relação os elementos regulares e singulares das (im)pertinências contemporâneas da historiografia, tendo como eixo estruturante as relações étnico-raciais e o patrimônio cultural. A *live* ganhou um caráter especial

50 Cf. LIMA, Joana D'Arc Sousa. *Trajatória Artística e Política de uma neovanguarda das artes plásticas no Brasil: 1968-1972*. Mestrado (Dissertação de Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2000; *Idem*. *Cartografias das artes plásticas no Recife dos anos 1980: Deslocamentos poéticos entre a tradições e o novo*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2011; RUOSO, Carolina. *Museu Histórico e Antropológico do Ceará (1971 a 1990) - Uma história do trabalho com a linguagem poética das coisas: objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008; RUOSO, Carolina. *Casa de Marimbondos. Nove tempos para nove atlas. História de um museu de arte brasileiro (1961-2011)*. Tese (Doutorado em História). Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2016.

51 CICLO de lives - Patrimônios em rede: Direitos e Resistências. GT História e Patrimônio Cultural ANPUH. *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qrNG2hFfzs0&t=4415s>. Acesso em: 04 jun. 2022.

com o tributo do GT ao prof. Gilmar de Carvalho (UFC) (vítima da Covid 19, falecido em 18/04/2021) e ao legado de seus estudos e de sua relação com a cultura popular tradicional e com as políticas de preservação do patrimônio imaterial no Ceará.

Situada no contexto dos anos 2000, a trajetória de Manuela Areias evidencia um ponto de confluência entre a renovação da historiografia e os impactos e alcance das políticas de preservação desde o decreto 3.551/2000 que instituiu o registro do patrimônio imaterial. Beneficiados pela virada antropológica, ambos processos foram responsáveis pela entrada em cena dos sujeitos produtores desse patrimônio imaterial, a exemplo dos povos indígenas e comunidades quilombolas e tradicionais. Também a historiografia e o ensino de história foram tensionados a responder as essas demandas, principalmente depois da aprovação das leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008 que tornaram obrigatórios, respectivamente, o ensino de história e cultura africana/afro-brasileira e indígena na educação básica.

Então, a partir desse contexto, em que a questão do patrimônio e das relações étnico-raciais já estão postas na academia, é possível identificar a chave de entrada e formação de Manuela Areias desde sua graduação na Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP. Do contato inicial com o tema das bandas e sociedades musicais associadas à memória e à cultura negra, aprofundou suas pesquisas acadêmicas na Universidade Federal Fluminense-UFF e Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (mestrado e doutorado) entrelaçadas com o patrimônio cultural.⁵² Exercendo a docência na UEMT (graduação em história e ProfHistória), Manuela Areias representa uma geração que tem formação e atuação no campo do patrimônio a partir da academia. Considerando a especificidade do perfil do alunado indígena que compõe o curso

52 Cf. COSTA, Manuela Areias. *Vivas à República: representações da banda União XV de Novembro em Mariana-MG (1901-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012; *Idem. O Maestro da Abolição no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira - BA, 1884-1920)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

de história na UEMT, também ali a prática docente estaria sendo provocada a decolonizar seus currículos e as práticas pedagógicas. E o que podemos conjecturar sobre o papel do ProffHistória e a centralidade que o patrimônio cultural ocupa na maior parte de suas pesquisas?

É a partir de grupos de estudo e pesquisa (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia-GEPEGRE, GT Emancipações e Pós-Abolição, GT História e Patrimônio Cultural/Anpuh) e de projetos de extensão que a historiadora estabelece um contato mais direto entre a universidade e os movimentos sociais. Em uma perspectiva ampliada, são projetos que têm nos inventários e na educação patrimonial suas diretrizes.⁵³ Manuela Areias integra ainda diversos conselhos e representações, entre elas a coordenação do Fórum de Entidades de Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro de Mato de Grosso do Sul onde também atua na comissão de comunidades tradicionais do Fórum Nacional de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

A *live* de Janice Gonçalves,⁵⁴ “Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural” (referente ao ST 15), inscrita na Área Temática 7. *Políticas Públicas e Patrimônio Cultural*, evidencia traços de regularidades e singularidades cruzadas, muito próxima do perfil geracional e contexto que passaram a reabilitar os debates sobre a cidadania no processo de redemocratização do país através do direito à memória e ao patrimônio. Em diálogo com esses elementos de recorrência, também a entrada e formação da historiadora no campo do patrimônio cultural foi sendo constituída no fazer-se da prática entre os anos de 1985 e 1999 na cidade de São Paulo. Inicialmente como estagiária e pesquisadora no Arquivo do Estado de São Paulo-APESP. Temática essa que levará para o

53 Cf. A (in)visibilização dos pescadores artesanais tradicionais no pantanal mato-grossense, *Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de Amambai-MS: entre saberes e práticas, Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial Quilombola de Mato Grosso do Sul.*

54 Cf. CICLO de lives - Patrimônios em rede: Direitos e Resistências. GT História e Patrimônio Cultural ANPUH. *YouTube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4fPL4_1SclM. Acesso em: 04 jun. 2022.

desenvolvimento de seu doutorado no período de 2000 a 2006.⁵⁵ Essa experiência é atravessada pela implementação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo-SAESP, tendo como referências na área as historiadoras Ana Maria Camargo e Heloisa Beloto.

Posteriormente, no âmbito das atividades da Divisão de Preservação no Departamento do Patrimônio Histórico na cidade de São Paulo-DPH-SP, se dará o seu encontro com o patrimônio edificado e a política de preservação a ele relacionada, passando a se dedicar aos estudos das instruções de tombamento. Aqui, como na narrativa de Zita Possamai e Letícia Julião, os estudos do tombamento estavam indissociados dos debates da História da cidade e do planejamento urbano.

É um contexto que marca a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores-PT na cidade de São Paulo com Luiza Erundina na prefeitura, Marilena Chauí na Secretária Municipal de Cultura-SMC SP e a historiadora Dea Felon ocupando a direção do Departamento do Patrimônio Histórico-DPH. Trata-se de um contexto-chave para pensar as histórias do patrimônio cultural em termos de abordagens e políticas de preservação na esfera municipal, mas também de promoção e divulgação desses elementos que configurariam os debates entre a história e o patrimônio cultural a exemplo do *I Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania*, promovido pelo DPH entre os dias 11 e 16 de agosto de 1991, posteriormente editado no livro *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* (1992). O impacto do evento e a publicação do livro imediatamente se fizeram sentir, tornando-se, o volume, uma das referências seminais, vindo atualizar a historiografia do patrimônio cultural na década de 1980, constituída pela edição do livro *Produzindo o passado*, organizado por Antonio Augusto Arantes, (1984) e *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória* (1980), lançado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Sphan/Pró-Memória.

55 Cf. GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Já no contexto que compreende os anos 2000, Janice Gonçalves busca articular ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da docência na Universidade Estadual de Santa Catarina- UDESC, tendo como marcador a criação das primeiras disciplinas de patrimônio no curso de história e uma intensa atuação no Laboratório de Estudos do Patrimônio Cultural-LabPac.⁵⁶ Nesse momento, volta-se para os estudos do arquivo e historiografia (até 2007), bem como para uma escrita da história do campo do patrimônio cultural a partir da constituição da rede de intelectuais de Santa Catarina com o SPHAN.⁵⁷ Essa é outra chave interpretativa importante para pensar em comparação as configurações do campo do patrimônio cultural em escala local, nacional e na América Latina (Chile e Argentina). Nesses jogos de escalas, ganham relevo os estudos que problematizam a relação das(os) fotógrafas(os) e das fotografias no patrimônio cultural, constituídos pelas trajetórias de Marcel Gautherot e Roberto Montandón.⁵⁸ Por fim, um outro traço recorrente das novas demandas da prática historiográfica, nesse contexto dos anos 2000, é o dossiê que elaborou sobre *Procissão Senhor Jesus dos Passos*, em Florianópolis, SC, registrada como patrimônio cultural imaterial brasileiro em outubro de 2018.

De forma geral, o gesto biográfico/autobiográfico/performativo das *lives* buscavam refletir sobre as múltiplas camadas de sentidos e usos que revestem o patrimônio cultural no debate público, tendo como ponto de inflexão as temáticas dos Simpósios aprovados. Nesse primeiro exercício de um inventário das *lives*, diferentes gerações foram (re)apresentando as questões

56 Cf. LABORATÓRIO de Patrimônio Cultural - LAB-PAC. Disponível em: <http://www.labpac.faed.udesc.br/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

57 Cf. GONÇALVES, Janice. *Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

58 *Patrimônio imaginado: fotógrafos, fotografia e produção social do patrimônio cultural no Brasil (1930-1990)*, projeto em andamento desde 2014 na Universidade Estadual de Santa Catarina; *Miradas estrangeiras: fotografias e patrimônio cultural nas trajetórias de Marcel Gautherot e Roberto Montandón*, projeto de pós-doc desenvolvido em 2016 junto à Red de Investigación de la Imagen Fotográfica (RIIF), vinculada ao Instituto de Estética da Pontificia Universidade Católica do Chile; Ver também: GONÇALVES, Janice (org.). *Patrimônio imaginado: fotografia e patrimônio cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

contemporâneas do campo do patrimônio cultural por meio de narrativas de si que se cruzavam entre caminhos individuais e coletivos. Na difícil tarefa de propor um perfil coletivo da “geração historiadora” envolvida nas lides com o patrimônio cultural, a reflexão *Geração e/ou gerações?*, de Temístocles Cesar,⁵⁹ ela mesma de natureza autobiográfica, foi inspiradora. Apoiado na leitura de Alan Potin e Sirninell, sugere pensá-la a partir de duas perspectivas que vale o esforço de tentar desenvolver a partir do que foi apresentado nesta reflexão.

Uma das perspectivas observa tal geração de maneira vertical, considerando a relação simplesmente daquelas(es) que a antecedem e daquelas(es) que a sucedem,⁶⁰ enquanto outra perspectiva define a geração de maneira horizontal, ou seja, pelo o que a mantém unida, mas também por aquilo que, em seu interior, a divide, sendo sua coesão sustentada pelos debates e controvérsias específicas num dado momento. Em comentário que entrelaça as duas perspectivas, é possível dizer minimamente que, por um lado, fica nítido como os anos 1990 e 2000 foram tempos em que se situar fora da universidade em meios às demandas da cultura histórica podia ser visto como impertinente, embora tenha sido preponderante na mudança de postura que ocorreu nesse ambiente para que pudesse ser encarado como algo pertinente. Por outro lado, mas em sintonia, parece mais evidente que os anos de 2000 e 2010 são tempos em que a pertinência do campo na universidade parece mais legitimada enquanto prática historiográfica, o que faz com que a impertinência vire muito mais uma falta de diálogo com ambientes fora da academia.

Sem adentrar a porosidade de sentidos que opera a noção de geração historiadora, busquei com esse exercício de uso livre do recurso heurístico da prosopografia identificar, para além dos traços singulares que constituem as trajetórias individuais, alguns aspectos sinalizadores da mediação entre as regularidades discursivas e práticas que conformam as (im)pertinências do

59 CEZAR, T. *Geração e/ou gerações?*. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 34, p. 11–15, 2020.

60 SIRINELLI, Jean-François/POTIN, Yann. (sous la direction de) *Généralisations historiennes. XIXe-XXIe siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2019, p. 14.

patrimônio cultural. Na perspectiva de uma necessária história da historiografia do patrimônio cultural, a categoria de análise da (im)pertinência do patrimônio talvez possa funcionar como recurso heurístico para investigar dimensões da história (in)disciplinar em pesquisa, ensino e difusão. Independentemente do que se aponta, que advém de um gesto de abertura para um debate que certamente demanda reflexões muito mais ampliadas, o certo é que a gestão “patrimônios em rede” e o GEPPM, lugares centrais na fala que produzo, são apenas algumas das testemunhas daquelas(es) que abriram o campo e que o descolonizam.

Referências:

ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279-315, abr./jun. 2018.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O significado das pequenas coisas: história, posoprografia e biografemas e biografemas. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.

ARAÚJO, Valdeí Lopes. O Direito à História: O (A) Historiador (a) como Curador (a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)Disciplina: teoria, ensino e difuso de conhecimento*. Vitória: Milfontes, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: UNICAMP, 2020.

CEZAR, T. Geração e/ou gerações?. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 34, p. 11-15, 2020.

COSTA, Manuela Areias. *Vivas à República: representações da banda União XV de Novembro em Mariana-MG (1901-1930)*. Dissertação (Mestrado

em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Manuela Areias. *O Maestro da Abolição no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira - BA, 1884-1920)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion. Canoas*, n. 18, p. 83-97, 2014.

GONÇALVES, Janice. *Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

GONÇALVES, Janice. (org.). *Patrimônio imaginado: fotografia e patrimônio cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, v. 1, n. 1, 1995.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadXFaperj, 2012.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice. (org.). *Seminários DEP/FLUP*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HARTOG, Francois. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920)*. Mestrado (Dissertação em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1992.

JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

LEBLON, Anaís; ISNART, Cyril; BONDAZ. Além do consenso patrimonial: resistências e usos contestadores do patrimônio. In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; RUOSO, Carolina (org.). *Museus e patrimônios: experiências e devires*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2015.

LIMA, Joana D'Arc Sousa. *Trajetória Artística e Política de uma neovanguarda das artes plásticas no Brasil: 1968-1972*. Mestrado (Dissertação de Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2000.

LIMA, Joana D'Arc Sousa. *Cartografias das artes plásticas no Recife dos anos 1980: Deslocamentos poéticos entre a tradições e o novo*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2011.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Revista Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez, 2014.

POULOT, Dominique. *Uma História do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POSSAMAI, Zita Rozane. O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio. *Anos 90*, n. 25, v. 48, p. 23-49, 2018.

POSSAMAI, Zita Rozane. *Guardar e celebrar o passado: o Museu de Porto Alegre e as memórias na cidade*. Mestrado (Dissertação em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

POSSAMAI, Zita Rozane. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos de Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (org.). *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

RUOSO, Carolina. *Museu Histórico e Antropológico do Ceará (1971 a 1990) - Uma história do trabalho com a linguagem poética das coisas: objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

RUOSO, Carolina. *Casa de Marimbondos. Nove tempos para nove atlas. História de um museu de arte brasileiro (1961-2011)*. Tese (Doutorado em

História). Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2016.

RUOSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SIRINELLI, Jean-François/POTIN, Yann. (sous la direction de) *Généralisations historiennes. XIXe-XXIe siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2019.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Londres: Routledge, 2006.

STONE, Laurence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Lisboa: UNIPOP, 2012.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. *Tempo*, v. 24, n. 2, p. 186-205, 2018.

VIANA JUNIOR, Mário Martins; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Enfrentando a berlinda: usos públicos da História e patrimônio cultural no sertão cearense. *Estudos Ibero-Americanos*, n. 2, v. 47, 2021.

Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural

Janice Gonçalves

Com o tema geral “Patrimônio, resistência e direitos”, o III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural foi promovido entre 4 e 8 de outubro de 2021 pelo Grupo de Trabalho (GT) História e Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História (Anpuh), em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), com destaque para a atuação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM). Abrigou, em seus quinze simpósios temáticos, um conjunto bastante expressivo de trabalhos, parte deles publicados nos anais do evento.

O simpósio temático “Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural” buscou estimular reflexões sobre os estudos acerca dos percursos históricos do campo do patrimônio cultural, marcadamente sobre a trajetória histórica de instituições e profissionais de preservação, tanto no Brasil como em outros países. No caso brasileiro, sugeriu-se revisitar trabalhos referenciais, não apenas para analisar suas contribuições e seu poder de influência como para levar em conta produções que, dialogando com tais trabalhos, explorassem distintos problemas, fontes, recortes temáticos e perspectivas teórico-metodológicas. No horizonte da proposta do simpósio temático, havia também a expectativa de atrair pesquisadores que se debruçassem sobre os caminhos do patrimônio cultural tanto no Brasil (nos âmbitos federal, estadual e municipal) como em outros países, de modo a permitir exercícios comparativos de análise.

Além das iniciativas oficiais de patrimonialização, o simpósio temático objetivava contemplar a(s) história(s) do patrimônio cultural nas dimensões da “patrimonialidade”, tal como compreendida por Poulot: “a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo”.¹ Afinal, o que faz com que uma dada “experiência do passado” se afigure a determinados “objetos, lugares ou monumentos”?² Pode-se entender que a patrimonialidade antecipa, condiciona ou mesmo transforma as ações de patrimonialização? Caberia, então, pensar de forma integrada a patrimonialização, *stricto sensu*, e a patrimonialidade: investigar “o lugar sensível e íntimo” que os bens patrimoniais “ocupam no âmago das consciências individuais ou dos grupos sociais, em decorrência do esforço despendido para viver em harmonia com a cultura material do passado”.³

Interrogar os elos entre patrimonialidade e patrimonialização envolve, portanto, refletir sobre as relações que as sociedades estabelecem com sua própria historicidade, com suas formas de ser no tempo – ou seus “regimes de historicidade”, como apontou François Hartog, sobre os processos sociais de produção de memória e os investimentos de preservação dos vestígios materiais de suas práticas.⁴

Uma maneira perspicaz de abordar essas questões é investigar a própria noção de patrimônio, como o fizeram, entre outros, Chastel e Choay e, no tocante ao Brasil, Márcia Chuva.⁵

1 POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 28.

2 *Ibidem*.

3 *Ibidem*.

4 HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

5 O texto de André Chastel a que me refiro compõe o tomo “La Nation”, de *Les lieux de mémoire* (obra primeiramente editada em sete volumes, entre 1984 e 1992); mas Chastel já havia publicado, em 1980, com Jean-Pierre Babelon, na *Revue de l'Art*, artigo com o mesmo título (repblicado na década de 1990, em livro). Philippe Poirrier (2003), por sua vez, dedicou-se a estudar as transformações da noção de patrimônio, na França, a partir de 1958; destacou, no período estudado, o “alargamento” da noção (p. 56), quanto àquilo que poderia abarcar, à relação com um conjunto amplo de demandas

Os autores franceses trataram de examinar as convergências e rupturas entre diferentes experiências históricas – eleição, reunião e manutenção de relíquias, maravilhas e tesouros; colecionismo de obras tidas como raras e excepcionais (no domínio do antiquariato e na constituição de museus); afirmação, instituição e proteção de “monumentos históricos”; emergência e consolidação de um domínio de ideias, práticas, normas, instituições e profissionais ligados ao “patrimônio”. Não obstante o longo fio temporal construído no exame dos desdobramentos históricos que levaram à noção e que a vêm transformando, é nítida a valorização do século XIX como momento de formalização de um campo: Chastel apontou o quanto a expressão “monumento histórico” está associada a ações decisivas que vão “conceber um aparelho administrativo e uma instituição de Estado”;⁶ Choay viu na década de 1820, na França, “a afirmação de uma mentalidade que rompe com a dos antiquários e com a política da Revolução Francesa”, entendendo que, na década de 1850, “a maioria dos países europeus consagrou o monumento histórico”.⁷ Na mesma linha, Hartog considerou que “o século XIX é certamente um período essencial, já que ali se forjam e se dispõem os instrumentos e as orientações de uma política do patrimônio”.⁸

Acompanhar os processos históricos de construção, significação e ressignificação da noção de patrimônio cultural possibilita vislumbrá-los em sua complexidade, percebendo-os atravessados por disputas em torno de distintos projetos, por sua

identitárias (não apenas a identidade nacional) e à relação com o tempo (pautando não só a gestão de um legado associado ao passado como a criação do patrimônio do futuro – POIRRIER, 2002, p. 59). Cf. CHASTEL, André. La notion de patrimoine. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p. 1433-1469; CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. da UNESP, 2001; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009; POIRRIER, Philippe. L'évolution de la notion de patrimoine dans les politiques culturelles menées en France sous la Ve République. In: *Le regard de l'Histoire: actes des Entretiens du Patrimoine, cirque d'hiver, Paris, 26-28 novembre 2001*. Paris: Fayard, Monum, Éditions du Patrimoine, 2003. p. 47-61.

6 CHASTEL, André. La notion de patrimoine... *Op. cit.*, p. 1448.

7 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*... *Op. cit.*, p. 127.

8 HARTOG, François. *Regimes de historicidade*... *Op. cit.*, p. 231.

vez articulados por diferentes agentes e agências. Como indicado por Márcia Chuva,⁹ historiar essa noção, no caso brasileiro, permite rever “aspectos que se consagraram em versões oficiais da história da preservação do patrimônio cultural no Brasil” (por exemplo, o vínculo usualmente estabelecido entre as práticas adotadas pelo órgão federal de preservação, desde seu início, e um suposto legado das ideias de Mário de Andrade), além de questionar certos vieses das políticas públicas de preservação, como a separação artificial do patrimônio em duas grandes dimensões, material e imaterial.

Talvez a opção pela perpetuação da *memória histórica* que estabelece uma linha de continuidade dos anos 30 até hoje, por meio da atualização do mito fundador de Mário de Andrade, venha obscurecendo os antagonismos e dificultando a percepção das diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural presentes na atualidade, assim como a proposição de projetos que articulem efetivamente uma noção integradora do patrimônio cultural.¹⁰

Dado o grande volume da produção intelectual acerca do patrimônio cultural no Brasil, cabe afastar deste texto a pretensão de exaustividade; convém abordar a seguir, apenas a partir de algumas linhas de força, a construção de narrativas acerca de sua trajetória histórica, de maneira a estabelecer diálogos com as discussões realizadas no âmbito do simpósio temático “Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural”.

Políticas públicas e instituições: a centralidade do Iphan

A publicação *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória*¹¹ tem sido compreendida como marco da(s) história(s) do patrimônio no Brasil: uma “versão oficial

9 CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória...* Op. cit., p. 147.

10 *Ibidem*, p. 162.

11 SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 10 dez. 2021.

sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil”,¹² “primeiro ensaio historiográfico oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)”,¹³ “obra canônica que foi transformada em um incontornável *lugar de memória* da historiografia sobre o patrimônio cultural no país”.¹⁴ Na “Apresentação” daquela publicação, era anunciado “o objetivo de fornecer uma visão panorâmica – atual e retrospectiva – da questão do patrimônio cultural no país”.¹⁵ Na sua maior parte, a publicação era composta por anexos em que predominavam projetos de lei, leis, decretos, decretos-leis e portarias. O texto panorâmico, estritamente, era bastante breve e dividido em cinco grandes tópicos, relativos aos “antecedentes”, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (identificado com o “início da proteção”),¹⁶ ao Programa de Cidades Históricas (PCH), ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e à fusão “Sphan/Pró-Memória”.

Os “antecedentes” abarcavam um arco temporal extenso, que ia de 1742 (por conta de uma carta do vice-rei Conde das Galveias sobre o destino que se pretendia dar ao Palácio das Duas Torres, na Capitania de Pernambuco) a 1935 (ano de reapresentação do projeto de José Wanderley de Araújo Pinho acerca da organização da defesa do patrimônio nacional). A parte dedicada à fase inicial do órgão apresentava seus personagens principais e ações-chave: Gustavo Capanema (no papel de Ministro da Educação que convidou Mário de Andrade a preparar um plano de organização da proteção dos monumentos e obras de arte brasileiros, e que

12 *Ibidem*, p. 147.

13 AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In.: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Élyane Lins (org.). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EdUFBA, IAB-BA, 2013, p. 19.

14 BRITO, Diogo de Souza. Escrever a história do Iphan: disputas pela memória, problemas para a história. *Projeto História*, São Paulo, v. 61, p. 187, 2018.

15 SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil... Op. cit.*, p. 6.

16 O Serviço passou a Diretoria em 1946, com conseqüente alteração da sigla para Dphan (o que perdurou até 1970, quando se tornou Instituto, com a sigla Iphan). Outras mudanças na denominação ocorreriam nos anos subsequentes.

fez os encaminhamentos necessários para que fosse autorizado o funcionamento provisório do Serviço); Mário de Andrade (o autor do referido plano, conhecido como “anteprojeto”); Rodrigo Melo Franco de Andrade (o primeiro diretor do Serviço). O Decreto-Lei n. 25/37 era destacado como peça legal fundamental para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que em 1980 continuava “válido e avançado”, além de pioneiro, uma vez que também se afirmava ser o Sphan “a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais na América Latina”.¹⁷ Na publicação de 1980 ainda se desenhava uma periodização que, não obstante já ter sido problematizada e criticada, continua a ecoar em diversos trabalhos acadêmicos:

1. uma primeira fase, definida pelos 30 primeiros anos do órgão (que coincidiam com o período de Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor), “usualmente conhecida como ‘a fase heroica’”, “reconhecidamente heroica”;¹⁸
2. uma segunda fase, correspondente à gestão de Renato Soeiro (de 1967 a 1979), em relação à qual se destacou a reorganização do órgão (entre outras mudanças, a passagem dos quatro distritos a nove diretorias regionais), o direcionamento dos tombamentos privilegiadamente para conjuntos, o diálogo com instâncias estaduais (formalizado nos compromissos de Brasília e de Salvador) e a articulação com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste/Programa de Cidades Históricas, este último conferindo ao Iphan “recursos financeiros mais compatíveis com suas finalidades”;¹⁹
3. um novo momento, quase um prenúncio (não propriamente apresentado como uma “fase”, inclusive

17 SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil... Op. cit.*, p. 14.

18 *Ibidem*, p. 17-18.

19 *Ibidem*, p. 26.

por se referir a eventos então extremamente recentes), com a substituição de Renato Soeiro por Aloísio Magalhães, em 1979, o que supostamente permitiria integrar ao Iphan a experiência do Centro Nacional de Referência Cultural. Uma reestruturação do Iphan ocorreu no mesmo ano, transformando-o em Secretaria e integrando-o à Fundação Nacional Pró-Memória, que havia sido recém-criada.

Acerca desse quadro geral, algumas ponderações merecem ser feitas.

A primeira ponderação: parte do que se encontra na publicação de 1980 (inclusive como anexos) integra o livro *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*, preparado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e publicado no México pelo Instituto Panamericano de Geografia e História, em 1952, como terceiro volume da coleção “Monumentos Históricos e Arqueológicos da América”.²⁰ Está ali a base da construção narrativa, em especial no que se refere, obviamente, aos “antecedentes” e ao que é comentado sobre a fase inicial do órgão. Muito embora não seja uma publicação do órgão federal de preservação, foi redigida e preparada por seu diretor, certamente escolhido para a tarefa devido a essa condição. O livro publicado no México confere a Rodrigo Melo Franco de Andrade uma contribuição decisiva para a produção de uma narrativa de caráter histórico acerca do patrimônio cultural no Brasil – Diogo de Souza Brito o considera “a gênese da narrativa da história oficial publicada pela instituição em 1980”.²¹

A segunda ponderação refere-se à periodização adotada. A publicação de 1980 dá amplitude e legitimidade a uma perspectiva

20 O fac-símile da publicação original está contido em ANDRADE (2012). Acrescente-se que o texto “Patrimônio histórico e artístico”, verbete publicado no v. 16 do Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, em 1947, apresenta elementos que antecipam o texto inicial do livro de 1952; o texto do verbete, por sua vez, pode ser lido em: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan*: coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 66-69.

21 BRITO, Diogo de Souza. Escrever a história do Iphan... *Op. cit.*, p. 188.

apresentada como “usualmente conhecida” – a compreensão da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade como “fase heroica” –, subentendendo-se que assim o fosse pelos profissionais que atuavam ou já haviam atuado no órgão federal de preservação. Tal compreensão, que talvez circulasse oralmente nesse circuito “interno” de comunicação, já havia sido veiculada por escrito em 1977, quando publicado, postumamente, artigo de Luís Saia intitulado “Até os 35 anos, a Fase Heroica”; esse artigo foi divulgado no número 17 da revista *CJ Arquitetura*, em edição comemorativa dos “40 anos do Patrimônio Histórico”.²² Como compreender a afirmação de uma “fase heroica”, sobretudo em momento em que figuras como Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa não estavam mais presentes no órgão federal de preservação?

Letícia Bauer salientou um duplo movimento: de valorização (e criação) do passado e de fundação do presente (embora não isento de continuidades).²³ Para Diogo de Souza Brito, as continuidades precisavam ser indicadas para se garantir a permanência de uma dada identidade institucional, ao mesmo tempo em que era preciso demonstrar que “o passado não era mais capaz de orientar

22 Cf. BAUER, Letícia Brandt. *O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 163; BRITO, Diogo de Souza. *Escrever a história do Iphan...* *Op. cit.*, p. 200-201. Formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Luís Saia (1911-1975) atuou na segunda metade da década de 1930, no Departamento de Cultura (Prefeitura Municipal de São Paulo), em especial na Missão Folclórica, assim como na representação do Sphan em São Paulo; o vínculo com o órgão federal de preservação perdeu por décadas (até a sua morte), tendo se tornado, a partir de 1946, chefe do 4º distrito (com sede em São Paulo). Victor Hugo Mori (2011) sugeriu adaptações “regionais” para a caracterização da fase “heroica”: “No âmbito do Estado de São Paulo, este período pode ser caracterizado de 1937 até a data de sua morte [Luís Saia], ocorrida em 1975, quando o Iphan encontrava-se sob o comando de Renato Azevedo Soeiro (1967-1979)”. Cf. MORI, Victor Hugo. *O Iphan em São Paulo. Arqutextos*, v.12, n. 136, 2011.

23 “Uma etapa foi encerrada: a fase heroica acabou. Assim foi decretado por Saia e registrado, institucionalmente, em ‘Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória’. Este livro instituiu ao passado da instituição um começo, um meio e um fim. Em segundo lugar, buscou-se estabelecer uma continuidade que justificasse as mudanças conceituais propostas por Aloísio Magalhães e sua equipe, apesar dos conflitos internos. Para tanto, antes de Rodrigo, foi necessário evocar a figura de Mário de Andrade como emblema da visão plural de cultura em uma área que privilegiou, historicamente, bens imóveis do período colonial”. BAUER, Letícia Brandt. *O homem e o monumento...* *Op. cit.*, p. 178.

a projeção de um novo futuro”.²⁴ Em *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória*, em contraste com a primeira fase, a segunda, com Renato Soeiro, mais curta, aparecia com menos relevo. Para Brito,

a imagem final que recairia sobre o trabalho de Soeiro não levava a uma avaliação positiva. De um lado, as ações tomadas não eram da altura dos desafios impostos; de outro, o Programa Cidades Históricas, que solucionaria parte dos problemas, seria apresentado como uma iniciativa isolada do complexo quadro de mudanças administrativas e técnicas que se processavam durante sua gestão. Nesse sentido, parece evidente que a chamada segunda fase tenha sido criada para estar de fora da fase heroica e ao mesmo tempo não fazer parte de uma nova etapa que estaria prestes a surgir.²⁵

Paulo Ormino de Azevedo procurou demonstrar, porém, que

não só as grandes transformações ocorridas na Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) deram-se naquele período como Renato Soeiro foi mais além da questão patrimonial, sendo um dos principais responsáveis pela institucionalização do setor cultural no Brasil.²⁶

Se, para alguns profissionais, a gestão de Renato Soeiro foi interpretada como um momento de enfraquecimento do órgão, para outros sua substituição por Aloísio Magalhães (alheio aos quadros do órgão de preservação) significou uma intervenção política.²⁷ Não apenas a serviço de um “panorama” das questões do

24 BRITO, Diogo de Souza. Escrever a história do Iphan... *Op. cit.*, p. 184.

25 *Ibidem*, p. 207.

26 Cf. AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil... *Op. cit.*, p. 20. Entre os aspectos da atuação de Soeiro destacados por Azevedo estão: reestruturação do órgão, que se tornou Instituto; organização, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, e em paralelo às funções de Soeiro na direção do órgão de patrimônio, do Departamento de Assuntos Culturais (com desdobramentos na elaboração do Programa de Ação Cultural, na criação da Funarte e da Embrafilme); participação na concepção do Programa das Cidades Históricas (PCH); promoção de encontros com governadores, prefeitos e outras autoridades de instâncias estaduais e municipais, em Brasília e Salvador, com vistas à preservação do patrimônio; ampliação da cooperação internacional, por meio de instâncias como a Unesco e a OEA.

27 Em entrevista concedida a Letícia Bauer em 2012, o designer João de Souza Leite

patrimônio no Brasil, a periodização adotada na publicação de 1980 atrelava-se a um esforço de projeção de ações e, simultaneamente, de acomodação de tensões internas e externas ao órgão federal de preservação.

Apesar do esforço crítico de produções acadêmicas que se debruçaram posteriormente sobre essas questões, tal periodização tendeu a estimular, de início, uma comparação fundamental entre as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães, como é perceptível nas teses de doutorado de José Reginaldo Santos Gonçalves e Maria Cecília Londres Fonseca, defendidas, respectivamente, em 1989, na Universidade de Virgínia (EUA), e em 1994, na Universidade de Brasília, ambas posteriormente transformadas em livros.²⁸ No caso específico do trabalho de Fonseca, avançou-se para uma contraposição entre a fase “heroica” (com Rodrigo Melo Franco de Andrade) e a fase “moderna” (pós-Rodrigo, abarcando, a rigor, a gestão de Renato Soeiro); contudo, a avaliação pouco positiva da gestão de Soeiro persistiu, compreendendo-se que coincidiu com o declínio do “prestígio” e do “relativo poder” do órgão, sendo a “modernidade” efetivada com Aloísio Magalhães.

O esforço de reformulação feito pelo IPHAN no final dos anos sessenta e início dos setenta, através do recurso à consultoria internacional e ao envolvimento dos governos estaduais, não foi suficiente para recuperar o prestígio e o relativo poder de que a instituição gozara durante a gestão de Rodrigo M.F. de Andrade. O surgimento de alternativas à margem do MEC veio, inclusive, confirmar o desgaste da proposta do IPHAN e a necessidade de uma reorganização institucional.

afirmou que o órgão federal de preservação “sob Rodrigo, tinha ganhado uma expressão muito forte, depois sob Soeiro tinha se enfraquecido enormemente” . Na mesma entrevista, indicou a expectativa de que Soeiro seria sucedido por outro quadro técnico do órgão (com Augusto da Silva Telles como forte candidato), mas “a entrada de Aloísio foi um corte”. Souza Leite iniciou a carreira como assistente de Aloísio Magalhães e foi responsável pelo projeto gráfico da publicação de 1980. Cf. BAUER, Letícia Brandt. *O homem e o monumento...* *Op. cit.*, p. 178-179. Ver também: AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil... *Op. cit.*, p. 47; BRITO, Diogo de Souza. Escrever a história do Iphan... *Op. cit.*, p. 208.

28 Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Iphan, 1996; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Iphan, 1997.

[...]

O tom novo e moderno que é atribuído ao discurso de Aloísio Magalhães decorre não exatamente dos temas propostos, mas do modo como os elabora e do significado que lhes confere tendo em vista um projeto para a nação.²⁹

Cabe ainda uma vez retornar à publicação *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil - uma trajetória*, para salientar a naturalização da compreensão das ações indicadas no título como próprias de uma única instituição: o órgão federal de preservação criado em janeiro de 1937. Um patrimônio, conseqüentemente, fechado no circuito das políticas públicas, notadamente aquelas forjadas na esfera federal; um patrimônio restrito à compreensão sustentada pelo próprio órgão quanto àquilo que merecia ser assim reconhecido (não obstante concepções e ações em paralelo de outras instâncias, públicas ou não); um patrimônio centrado nas decisões que emanavam da direção do órgão, de seus colaboradores mais diretos e de seu Conselho Consultivo. Essa narrativa narcísica, cuja força de atração alimentou e continua a alimentar numerosas pesquisas, acarretou não apenas o apagamento (ou a minimização) de outras experiências patrimoniais no Brasil como daquelas fora de suas fronteiras, a ponto de assinalar o pioneirismo do Sphan como instância oficial de preservação na América Latina.³⁰

A respeito desse último aspecto, Maria Tarcila Guedes frisou, a partir da análise de conferências pan-americanas (sobretudo, as realizadas entre 1923 e 1933), a relevância de compreender o debate em termos mais amplos: naquelas conferências, as proposições em torno de medidas comuns de proteção a monumentos históricos, artísticos e arqueológicos,

29 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo... Op. cit.*, p. 182-184.

30 Afirmação contida na publicação de 1980 e reiterada no sítio eletrônico do Iphan, que, na página relativa ao “Patrimônio Cultural do Mercosul”, o apresenta como “pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina”. Cf. IPHAN. *Patrimônio Cultural do Mercosul*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/411>. Acesso em: 12 mar. 2022.

nos vários países do continente americano, tiveram aceitação entre os diversos representantes nacionais, estimulando inclusive ações mais imediatas (como foi o caso da proposta de tornar Ouro Preto monumento nacional brasileiro).³¹ E a criação de instâncias públicas exclusivamente voltadas para a proteção de monumentos nacionais teve na década de 1930 um momento importante, nas Américas: juntamente com o Sphan (1937), podem ser citadas ao menos as iniciativas de criação da Comisión Nacional de Museos y Lugares Históricos, na Argentina (em 1938), e do Instituto Nacional de Antropología e Historia – INAH, no México (em 1939). Antes disso, na década de 1920, foi criado, no Chile, o *Consejo de Monumentos Nacionales* (1925).³²

Repensando a narrativa: variações e renovações

As produções acadêmicas geradas a partir de programas de pós-graduação, em diversas áreas de conhecimento, têm sido imprescindíveis para resistir ao poder de atração da perspectiva marcadamente autocentrada das primeiras narrativas históricas produzidas pelo Iphan sobre o campo do patrimônio cultural no país. Alguns programas destacam-se por apresentar o patrimônio cultural como sua área de concentração; outros abordam-no em linhas de pesquisa específicas, havendo ainda os casos de investigações, nesse viés, diretamente relacionadas aos interesses de pesquisa de docentes dos respectivos programas. Nesse contexto, um dos programas de pós-graduação mais destacados é aquele mantido pelo próprio Iphan: o mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, que teve como antecedente o Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), criado em

31 Cf. GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultural no contexto pan-americano. In.: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: Iphan, 2012, p. 13-47.

32 A esse respeito, cabe a consulta aos sítios eletrônicos institucionais: <https://www.argentina.gob.ar/cultura/monumentos/comision>; <https://www.inah.gob.mx/boletines/1487-inah-70-anos-de-su-fundación>; <https://www.monumentos.gob.cl/acerca/historia>. Em relação ao México, convém salientar que, antes da criação do INAH, já atuava um Departamento de Monumentos junto à Secretaria de Educação Pública.

2004.³³ De caráter interdisciplinar – sua área de concentração é, aliás, “Preservação do Patrimônio Cultural e Interdisciplinaridade” –, o programa valoriza a reflexão acerca dos processos históricos que envolvem o patrimônio cultural, como denota uma de suas linhas (“Patrimônio Cultural: história, política e sociedade”). Na página eletrônica do mestrado profissional do Iphan, até março de 2022 eram identificadas e disponibilizadas 172 dissertações, defendidas entre 2012 e 2021.³⁴ Como seria de se esperar, entre as dissertações produzidas no mestrado profissional do Iphan muitas estão voltadas para a trajetória do órgão, mas a diversidade temática é marcante.

Outro programa interdisciplinar, mas acadêmico, é vinculado à Universidade Regional de Joinville (Univille). Focado nas relações entre “Patrimônio Cultural e Sociedade”, gerou, entre 2010 e 2021, 179 dissertações; nele tendem a predominar trabalhos sobre Santa Catarina. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), até março de 2022 foram defendidas 197 dissertações no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural; predominam estudos sobre o Rio Grande do Sul, marcadamente sobre Santa Maria e região.³⁵

Dissertações e teses sobre a história do campo do patrimônio e, principalmente, sobre o órgão federal de preservação começaram a se destacar, no Brasil, na década de 1990, em especial nas áreas

33 O PEP foi reconfigurado para mestrado a partir de recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2010.

34 Para mais informações sobre esse mestrado profissional (inclusive, para acesso direto às dissertações já defendidas), consultar: <http://portal.iphan.gov.br/pep>

35 Para os dados sobre as dissertações da Univille, ver: <https://universo.univille.br/ppgpc>. Para o programa da UFSM: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgpc/>. Essas observações sobre a produção dos programas de pós-graduação, mesmo bastante pontuais, já indicam sua diversidade e riqueza no que tange às questões do patrimônio cultural. Isso faz pensar na relevância de um trabalho sistemático de levantamento, atualização e análise periódica dos dados a esse respeito, que talvez pudesse ser coordenado pelo GT História e Patrimônio Cultural da Anpuh-Brasil, ao menos no tocante aos programas na área de História e com atuação de profissionais de História.

de Antropologia,³⁶ Sociologia,³⁷ Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia)³⁸ e História.³⁹ Alguns desses trabalhos receberam o apoio do Iphan para sua publicação, quer de forma parcial, em sua revista,⁴⁰ quer de forma integral, em livro, no caso de um deles em parceria com a Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.⁴¹ Em momento em que o acesso direto à produção científica, por parte da maioria dos pesquisadores e demais usuários, exigia a presença física em bibliotecas ou a intermediação dessas instituições custodiadoras de acervos por meio de serviços de comutação bibliográfica, a publicação de tais trabalhos foi fundamental para que se tornassem mais conhecidos e influenciassem os debates do campo.

Rompendo o círculo de encantamento referente à trajetória histórica do órgão federal de preservação, os programas de pós-graduação têm abrigado pesquisas sobre os percursos de políticas públicas de patrimônio em nível estadual ou municipal. Alguns exemplos para os estudos com escopo estadual: a tese de

36 RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991; SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil, 1920/1970*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1992. .

37 FONSECA, Maria Cecília Londres. *Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil, anos 1970)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

38 GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio histórico e artístico nacional - SPHAN*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993..

39 CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998..

40 RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996; SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

41 Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo... Op. cit.* O apoio também ocorreu na edição da tese de José Reginaldo Santos Gonçalves (1996). A edição em livro da tese de Márcia Chuva (2009) se deu igualmente pela Editora da UFRJ, mas nela não consta apoio do Iphan. A publicação em livros da dissertação de Tarcila Guedes (2000) foi feita pela editora Annablume e a da tese de de Mariza Veloso Motta Santos (2018) pela Editora da UnB.

doutorado em História de Marly Rodrigues, sobre o caso paulista, defendida na Unicamp em 1994 e publicada em livro, com apoio do Condephaat, poucos anos depois;⁴² a tese de doutorado em História de Márcia Kersten, sobre os mecanismos de proteção de bens culturais no Paraná, por meio de tombamento, defendida na Universidade Federal do Paraná em 1998 (e editada pouco depois, com o apoio da mesma universidade);⁴³ a dissertação de mestrado em História de Almir de Oliveira sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), defendida em 2002 na Universidade Federal de Pernambuco e publicada em livro anos mais tarde;⁴⁴ a dissertação de mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, de Fátima Regina Althoff, defendida em 2008 na Universidade Federal de Santa Catarina e referente à política estadual de proteção no território catarinense (em linhas gerais) e a ações dela derivadas realizadas no município de Joinville.⁴⁵

Em algumas pesquisas cujo foco permaneceu sobre o órgão federal de preservação, é possível observar uma deriva para as ações das repartições regionais (distritos, diretorias ou superintendências)⁴⁶, para políticas de comunicação, registro e

42 RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Ed. UNESP, Imprensa Oficial do Estado, Condephaat, Fapesp, 2000.

43 KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora UFPR, Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

44 OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

45 Certamente as pesquisas sobre as experiências no campo do patrimônio cultural nos estados não se limitam às desenvolvidas em mestrados e doutorados. Entre outros exemplos possíveis, ver: GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

46 Novamente, apenas alguns exemplos em meio a um conjunto muito amplo de trabalhos: sobre as experiências de restauração do Sphan em São Paulo ver: GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007; sobre a atuação do órgão na Bahia ver: MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2014; sobre a Superintendência no Rio Grande do Norte ver:

difusão cultural (a Revista do Patrimônio, as ações de educação patrimonial, a documentação fotográfica)⁴⁷ ou mesmo para a atuação relativa a bens patrimoniais não identificados aos de “pedra e cal”, tais como o patrimônio arqueológico ou referências culturais de populações indígenas e quilombolas. Multiplicam-se, enfim, as entradas possíveis para a investigação, com a renovação do questionário de pesquisa e a conseqüente complexificação da narrativa histórica a ser elaborada. Em que medida os trabalhos apresentados no simpósio temático “Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural” estabeleceram diálogos com esse cenário?

A comunicação intitulada *SPHAN, uma criação política de Gustavo Barroso: conflito, construção e transformação no processo de elaboração do conceito de patrimônio (1934-1967)*, de Pedro Henrique da Silva Paes, destacou a atuação de Gustavo Barroso na valorização da Inspeção de Monumentos Históricos, por ele apresentada, em texto de 1953 publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, como efetivamente a “primeira repartição pública do país que realizou um trabalho sistemático e eficiente de restauração de monumentos”, até sua substituição pelo Sphan, em 1937.⁴⁸ Desde os anos 1940, o esforço de Barroso para

BRITO, Livia Magalhães de. *O papel da comunicação organizacional na atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan: estudo de caso da Superintendência no Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2019.

47 Exemplos: a trajetória do design, no órgão, a partir da Revista do Patrimônio ver: CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. *Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a trajetória do design e das políticas do patrimônio no Brasil*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2013; a política de difusão ver: ANDRADE, André Luís dos Santos. *Da esquina para o canto: promover a “causa” e valorizar a “missão – política de difusão cultural no Iphan (1991-2005)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2014; o arquivo fotográfico do Iphan, principalmente a contribuição para a sua formação dada por Herman Graeser, em São Paulo ver: COSTA, Eduardo Augusto. *Arquivo, Poder, Memória: Hermann Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do IPHAN*. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas, 2015.

48 PAES, Pedro Henrique da Silva. *SPHAN, uma criação política de Gustavo Barroso: conflito, construção e transformação no processo de elaboração do conceito de patrimônio (1934-1967)*. In.: NOGUEIRA, Antônio Gilberto [et. al.]. *Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos*, de 04 a 08 de outubro de 2021. Fortaleza, CE: ANPUH, UFC, 2022, p. 853. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/112YnDm4cGgWC9qaPrY-SHPNhhqTqDzGS/view>.

a construção de uma narrativa de pioneirismo da Inspetoria, e não do Sphan, teve nos *Anais do Museu Histórico Nacional* (sob sua responsabilidade direta) um importante veículo. Como frisado por Pedro Henrique da Silva Paes, esses investimentos memoriais de Barroso se davam paralelamente à sua participação no Conselho Consultivo do Sphan, embora com pouca assiduidade.⁴⁹ A comunicação de Paes e seu respectivo texto nos anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural se afinam, portanto, com os estudos que vêm examinando mais detidamente o período que, na publicação *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória*, de 1980, era apresentado brevemente como o de “antecedentes” das ações do Sphan, mas convergentes com os interesses de preservação. Estudos como os de Aline Montenegro Magalhães, sobre a própria Inspetoria de Monumentos Nacionais, ou o de Maria Lucia Bressan Pinheiro, sobre o lugar do patrimônio no “debate cultural dos anos 1920 no Brasil”.⁵⁰

Debruçando-se sobre os primeiros 18 anos do órgão federal de preservação, Carolina Pedro Soares deteve-se sobre os cancelamentos de tombamentos ou “destombamentos”. Na comunicação *Destombamento: contradição e consequência da construção do patrimônio cultural nacional (1937-1955)*, abordou casos ocorridos na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendo em vista suas peculiaridades e, muito especialmente, a sua articulação com o que compreendeu como “redes regionalizadas”. Uma pesquisa que vem se somar a outros

Aces-so em: 13 mar. 2022.

49 PAES, Pedro Henrique da Silva. SPHAN, uma criação política de Gustavo Barroso... *Op. cit.*, p. 851.

50 Cf. MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-290, 2017; *Idem*. Colecionando relíquias...: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais - 1934 a 1937. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; *Idem*. Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

estudos sobre “destombamento”, tanto na esfera federal como estadual, como as dissertações de Sagás, Radun e Assis.⁵¹

Outras comunicações trataram, no simpósio temático, de períodos mais recentes da trajetória do Iphan, extrapolando as preocupações estritas com o patrimônio edificado, caso das comunicações de Ana Cristina Alves da Silva (*Casas do Patrimônio e Educação Patrimonial no Iphan em Goiás: análise de uma trajetória*), Poliana Alves da Silva (*Um breve olhar para o Programa PAC – Cidades Históricas: requalificação do Cine Teatro São Joaquim em Goiás, GO*) e Kátia Brasilino Michelin (*A experiência de escrita do dossiê de registro da arte santeira em madeira do Piauí e o trabalho de historiadora*). Na primeira, foram apresentados os resultados parciais de pesquisa sobre as ações de educação patrimonial em Goiás, entre 2009 e 2021, consideradas as três Casas do Patrimônio implantadas naquele estado, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e Goiás. Na comunicação de Poliana Alves da Silva, foi examinada uma linha de ação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), focada nas “Cidades Históricas”. Delineada pelo Iphan, responsável também pelo acompanhamento da execução das obras (que recaem sobre edificações e sítios protegidos por tombamento em nível federal), essa vertente do PAC foi analisada a partir de estudo de caso (as obras de requalificação do Cine Teatro São Joaquim, no município de Goiás, entre 2015 e 2017), pontuando-se problemas observados na concepção da requalificação e na condução dos trabalhos. Já na comunicação de Kátia Michelin, o processo de registro da arte santeira em madeira, no Piauí, serviu como mote para refletir sobre “o papel do historiador na escrita da história relacionada com processos de patrimonialização de bens de

51 SAGÁS, Karla Franciele da Fonseca. *Patrimônio em contraste: as ações de litígio na preservação do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014; RADUN, Denis Fernando. *O (des)tombamento em questão: (des)patrimonialização de bens culturais tombados pelo órgão federal de preservação no Brasil (1937-2015)*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016; ASSIS, Bruna Aparecida Silva de. *Destombamentos no Estado de São Paulo: ambiguidades e transformações na atribuição de valores aos bens culturais*. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

natureza imaterial”.⁵² Particularmente, para problematizar certas concepções de história e de temporalidade histórica presentes nas práticas do órgão federal de preservação, que fazem com que se busque, nos bens ditos “imateriais”, uma “continuidade histórica de longa duração” marcada no mínimo por três gerações (cerca de 75 anos) – uma norma não escrita que acaba por obstaculizar o registro. Embora com enfoques e preocupações distintos, os três trabalhos colocaram em xeque as relações do Iphan com as populações locais, mais diretamente envolvidas com os bens, e o grau de diálogo construído com elas.

No simpósio temático, duas comunicações, como visto, abordaram ações de proteção do patrimônio cultural no estado de Goiás, enquanto quatro outras enfocaram o Ceará. As abordagens das experiências cearenses recaíram sobre a elaboração e aplicação de políticas públicas em âmbito estadual, mas também sobre a imbricação de políticas, nos três níveis, em um único município (Sobral), ou mesmo sobre a ausência de políticas públicas de salvaguarda (neste último caso, referida a áreas urbanas que, mesmo marcadas por um forte elo da população com o meio ambiente e as práticas culturais a ele associadas, são alvo de grande interesse do mercado imobiliário).

Na comunicação *O projeto Literatura de Cordel: o Centro de Referência Cultural do Ceará (1975-1990) entre o folclore e a cultura popular*, Ulysses Santiago de Carvalho apresentou alguns passos de pesquisa em andamento sobre as concepções que embasaram a atuação daquele Centro, ligado à Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social do Estado do Ceará⁵³. Hildebrando

52 Cf. NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos [et. al.]. *Caderno de resumos do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos*, de 04 a 08 de outubro de 2021. Fortaleza, CE: ANPUH, UFC, 2022, p. 95. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZfRzGLp9YHHome4dtc-pSSqMDbZiWuh1/view>. Acesso em: 13 mar. 2022.

53 Pesquisa que certamente poderá desdobrar as reflexões contidas em outros trabalhos já existentes sobre o Centro de Referência Cultural do Estado do Ceará (Ceres), como o artigo de: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O lugar do Ceará nas políticas de preservação do patrimônio cultural nos anos 1980: entre os domínios da cultura e a emergência do turismo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 28, p. 1-30, 2020.

Maciel Alves (na comunicação *Pessoas podem ser patrimônios? As experiências dos “tesouros humanos vivos”*) examinou aspectos dos percursos de patrimonialização que envolvem os “Tesouros Vivos do Ceará”, tanto em suas conexões com iniciativas similares (a começar da Unesco) como quanto aos significados, desafios e impasses perceptíveis na “titulação das Mestras e Mestres da cultura tradicional popular”.⁵⁴ Imbricadas a ações de tombamento federais, estaduais e municipais, os “Tesouros Vivos do Ceará” estiveram presentes também na comunicação *O sertão cearense e seu patrimônio cultural: processos de patrimonialização em Sobral-CE*, apresentada por Edilberto Florêncio dos Santos. Conforme indicado pelo autor, as bases legais dessas ações, ou mesmo a aplicação da legislação patrimonial em Sobral, nem sempre apresentaram consistência:

conceitualmente podemos perceber algumas incongruências, como no caso da instituição de uma política de preservação voltada ao Encontro de Bois e Reisados, programa desenvolvido anualmente pela Secretaria Municipal de Sobral dentro do ciclo de apresentação dos grupos de bois, e não a manifestação cultural em si, seus grupos e brincantes. O mesmo ocorrendo com a preservação do “Doce Fartes e sua receita”, que traz um equívoco ao deixar de fora o processo de produção artesanal do alimento, explicitando somente a receita.⁵⁵

Por sua vez, Matheus Cardoso de Andrade (“*Riacho Maceió: divisor de águas de Fortaleza e modos de viver e morar do Mucuripe, 1988-1996*”) reuniu reflexões a respeito das pressões da urbanização e do mercado imobiliário, entre as décadas de 1980 e 1990, sobre modos de vida e práticas populares em um bairro da capital cearense.

No caso do Mucuripe, o riacho fez parte da constituição identitária do bairro, seja como ponto de referência, plantio, habitação, lazer, trabalho e enquanto um dos elementos da paisagem natural local. A compreensão enquanto um patrimônio

54 NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos [et. al.]. *Caderno de resumos do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural...* Op. cit., p. 94.

55 SANTOS, Edilberto Florêncio dos. *O sertão cearense e seu patrimônio cultural: processos de patrimonialização em Sobral-CE*. In.: NOGUEIRA, Antônio Gilberto [et. al.]. *Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural...* Op. cit., p. 829.

ambiental urbano para a comunidade leva em conta tais elementos e principalmente, a sua localização geográfica, já que a cidade cresce e se expande em meio às suas águas.⁵⁶

Embora, nas Ciências Humanas, a discussão sobre o patrimônio ambiental e o patrimônio natural tenda a estar mais presente na área de Geografia, vem ganhando espaço na área de História;⁵⁷ a comunicação sobre o Mucuripe reforça esse indicativo.

A comunicação de Carlos Renato Araújo Freire (*Patrimonializar a música – colecionadores, escritores e historiadores em correspondência*) propôs pensar a patrimonialização implicada na constituição de acervos, no Brasil, na segunda metade do século XX, em decorrência da ação e mobilização de estudiosos das manifestações musicais populares. Com a intenção de “tentar discutir os limites de uma memória disciplinar da história das políticas de patrimonialização”, para além da “figura institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”,⁵⁸ Freire deu destaque para a rede de colaboração estabelecida entre esses estudiosos, ativada por uma teia epistolar particularmente visível no arquivo privado do jornalista e pesquisador cearense Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez). Essa comunicação possibilitou ainda pensar a respeito de toda uma vertente de ações de caráter patrimonial nem sempre devidamente consideradas nas narrativas sobre a história do campo patrimonial

56 ANDRADE, Matheus Cardoso. “Riacho Maceió”: divisor de águas de Fortaleza e modos de viver e morar no Mucuripe (1988-1996). In.: NOGUEIRA, Antônio Gilberto [et. al.]. *Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural... Op. cit.*, p. 837.

57 Alguns exemplos de trabalhos de pós-graduação: MENARIN, Carlos Alberto. *Entorno da sustentabilidade: a Reserva da Biosfera do Cin-turão Verde da Cidade de São Paulo (1971-2008)*. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013; VENCATTO, Rudy Nick. *A invenção da floresta intocada: olhares e representações sobre o Parque Nacional do Iguazu (1939-2016)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016; BRANCO, Tulasi Krishnadasi dos Santos. *Patrimônio ambiental em Mato Grosso: a criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018; PINTO, Julia Amabile Aparecida de Souza. *História e patrimônio ambiental: um estudo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro - SP (1974-2002)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

58 NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos [et. al.]. *Caderno de resumos do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural... Op. cit.*, p. 91.

no Brasil – ações associadas à constituição de instituições custodiadoras de acervos como bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação.⁵⁹

A última comunicação apresentada no simpósio temático (Janice Gonçalves, *Patrimônio cultural e fotografia: três países, três fotógrafos e alguns desafios*) procurou pensar as condições de possibilidade de uma reflexão sobre trajetórias nacionais de proteção do patrimônio cultural que tome como fio condutor a documentação fotográfica de bens culturais (patrimonializáveis e/ou patrimonializados). Os casos nacionais enfocados foram os do México, do Chile e da Argentina, a partir da atuação, respectivamente, dos fotógrafos europeus Guillermo (Wilhelm) Kahlo, Roberto Montandón e Hans Mann. Como indicado anteriormente, a partir do exemplo da tese de Eduardo Costa,⁶⁰ a articulação entre fotografia e patrimônio cultural abriu-se como uma frente de estudos instigante sobre a história do campo e vem sendo gradativamente alimentada com novos trabalhos.⁶¹ Além disso, a comunicação alertou para o interesse na continuidade de pesquisas que interroguem os paralelos possíveis entre as experiências patrimoniais no Brasil e em outros países, muito especialmente nas Américas.⁶²

59 A inclusão dos museus é mais frequente. Em relação a isso, há uma profusão de trabalhos, entre os quais poderiam ser mencionados, novamente a título de exemplos: POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Est Edições, 2001; BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Ed. UNESP, Museu Paulista, 2005; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, Iphan, 2006; PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro, 1895-1937*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

60 COSTA, Eduardo. *Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do Iphan*. São Paulo: Alameda, 2018.

61 Cabe mencionar uma importante iniciativa do Iphan, relativa ao seu acervo fotográfico. Para mais ver: LIMA, Francisca Helena Barbosa [et. al.]. (coord.). *A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Rio de Janeiro: Copedoc, Iphan, 2008; GONÇALVES, Janice (org.). *Patrimônio imaginado: fotografia e patrimônio cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2017; FONSECA, Brenda Coelho. *Operários do patrimônio: práticas e lutas nos canteiros da memória (Diamantina, MG – anos 1940-1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020; COSTA, Eduardo. *Arquivo, poder, memória... Op. cit.*

62 Questão que foi estudada por Maria Sabina Urribarren na clave do intercâmbio.

As comunicações apresentadas no simpósio temático, na sua maioria por pós-graduandos ou recém pós-graduados vinculados aos PPGHs da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Estadual de Goiás e da Universidade Estadual de Campinas, reforçam a relevância dos programas de pós-graduação para a renovação de narrativas sobre a história do patrimônio cultural no Brasil, em diálogo (crítico) com a produção acadêmica consolidada, bem como a importância de espaços de troca intelectual e debate qualificado como aqueles que vêm sendo proporcionados pelo GT História e Patrimônio Cultural da Anpuh-Brasil.

Referências

AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 68-94, 2014.

AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 68-94, 2014.

ANDRADE, André Luís dos Santos. *Da esquina para o canto: promover a “causa” e valorizar a “missão – política de difusão cultural no Iphan (1991-2005)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 66-69.

Em perspectiva comparativa (Brasil e Argentina), não pode deixar de ser mencionado o artigo de Leila Bianchi Aguiar e Márcia Chuva. Cf. URIBARREN, María Sabina. *Contatos e intercâmbios americanos no Iphan: o Setor de Recuperação de Obras de Artes (1947-1976)*. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2016; AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 68-94, 2014.

ASSIS, Bruna Aparecida Silva de. *Destombamentos no Estado de São Paulo: ambiguidades e transformações na atribuição de valores aos bens culturais*. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In.: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (org.). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: EdUFBA, IAB-BA, 2013, p. 19-53.

BAUER, Leticia Brandt. *O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRANCO, Tulasi Krishnadasi dos Santos. *Patrimônio ambiental em Mato Grosso: a criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Ed. UNESP, Museu Paulista, 2005.

BRITO, Diogo de Souza. *Escrever a história do Iphan: disputas pela memória, problemas para a história*. *Projeto História*, São Paulo, v. 61, p. 182-216, 2018.

BRITO, Livia Magalhães de. *O papel da comunicação organizacional na atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan: estudo de caso da Superintendência no Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. *Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a trajetória do design e das políticas do patrimônio no Brasil*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2013.

CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. In.: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. p. 1433-1469.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. da UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 1998..

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

COSTA, Eduardo Augusto. *Arquivo, Poder, Memória*: Hermann Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do IPHAN. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas, 2015.

COSTA, Eduardo. *Arquivo, poder, memória*: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do Iphan. São Paulo: Alameda, 2018.

FONSECA, Brenda Coelho. *Operários do patrimônio*: práticas e lutas nos canteiros da memória (Diamantina, MG – anos 1940-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Construções do passado*: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil, anos 1970). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Iphan, 1997.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica*: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

GONÇALVES, Janice (org.). *Patrimônio imaginado*: fotografia e patrimônio cultural. São Leopoldo: Oikos, 2017.

GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor*: patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Iphan, 1996.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultural no contexto pan-americano. In.: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil*: monumentos históricos e arqueológicos. Rio de Janeiro: Iphan, 2012, p. 13-47.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *O lado doutor e o gavião de penacho*: movimento modernista e patrimônio histórico e artístico nacional - SPHAN. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993..

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IPHAN. *Patrimônio Cultural do Mercosul*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/411>. Acesso em: 12 mar. 2022.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História*: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora UFPR, Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

LIMA, Francisca Helena Barbosa [et. al.]. (coord.). *A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. Rio de Janeiro: Copedoc, Iphan, 2008.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-290, 2017.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...: um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais - 1934 a 1937*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

MENARIN, Carlos Alberto. *Entorno da sustentabilidade: a Reserva da Biosfera do Cin-turão Verde da Cidade de São Paulo (1971-2008)*. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013.

MORI, Victor Hugo. O Iphan em São Paulo. *Arquitextos*, v.12, n. 136, 2011.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos [et. al.]. *Caderno de resumos do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos*, de 04 a 08 de outubro de 2021. Fortaleza, CE: ANPUH, UFC, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZfRzGLp9YHome4dtc-pSSqMDbZIWuHl1/view>. Acesso em: 13 mar. 2022.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O lugar do Ceará nas políticas de preservação do patrimônio cultural nos anos 1980: entre os domínios da cultura e a emergência do turismo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 28, p. 1-30, 2020.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

PAES, Pedro Henrique da Silva. SPHAN, uma criação política de Gustavo Barroso: conflito, construção e transformação no processo de elaboração do conceito de patrimônio (1934-1967). In.: NOGUEIRA, Antônio Gilberto [et. al.]. *Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural*:

Patrimônio, Resistência e Direitos, de 04 a 08 de outubro de 2021. Fortaleza, CE: ANPUH, UFC, 2022. p. 849-865. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/112YnDm4cGgWC9qaPrY-SHPNhhqTqDsGS/view>. Aces-so em: 13 mar. 2022.

PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional*: Arquivo Público Mineiro, 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

PINTO, Julia Amabile Aparecida de Souza. *História e patrimônio ambiental: um estudo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro - SP (1974-2002)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

POIRRIER, Philippe. L'évolution de la notion de patrimoine dans les politiques culturelles menées en France sous la Ve République. In.: *Le regard de l'Histoire: actes des Entretiens du Patrimoine, cirque d'hiver, Paris, 26-28 novembre 2001*. Paris: Fayard, Monum, Éditions du Patrimoine, 2003

POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RADUN, Denis Fernando. *O (des)tombamento em questão: (des)patrimonialização de bens culturais tombados pelo órgão federal de preservação no Brasil (1937-2015)*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Ed. UNESP, Imprensa Oficial do Estado, Condephaat, Fapesp, 2000.

RUBINO, Silvana Barbosa. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SAGÁS, Karla Franciele da Fonseca. *Patrimônio em contraste: as ações de litígio na preservação do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Edilberto Florêncio dos. O sertão cearense e seu patrimônio cultural: processos de patrimonialização em Sobral-CE. In.: NOGUEIRA, Antônio Gilberto [et. al.]. *Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos*, de 04 a 08 de outubro de 2021. Fortaleza, CE: ANPUH, UFC, 2022, p. 853. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/112YnDm4cGgWC9qaPrY-SHPNhhqTqDsGS/view>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil, 1920/1970*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1992. .

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, Iphan, 2006.

SPHAN. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 10 dez. 2021.

URIBARREN, María Sabina. *Contatos e intercâmbios americanos no Iphan: o Setor de Recuperação de Obras de Artes (1947-1976)*. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2016.

URIBARREN, María Sabina. *Contatos e intercâmbios americanos no Iphan: o Setor de Recuperação de Obras de Artes (1947-1976)*. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2016.

VENCATTO, Rudy Nick. *A invenção da floresta intocada: olhares e representações sobre o Parque Nacional do Iguaçu (1939-2016)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

O (re) fazer-se historiadora do/no patrimônio contemporâneo: ensaios sobre meus ofícios junto ao Iphan-PI.

Cícera Patrícia Alcântara Bezerra

Questões iniciais

Este ensaio objetiva apresentar aspectos/implicações teórico-práticas da minha experiência enquanto historiadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na superintendência do estado do Piauí, entre os anos de 2019 e 2021. O objetivo é produzir uma (auto)reflexão sobre os principais desafios do trabalho e as tradicionais questões concernentes às políticas patrimoniais atribuídas historicamente a esse instituto e as novas questões que emergem da redefinição teórico-metodológica e política do campo patrimonial.

Outro objetivo é também problematizar os desafios que surgem do contexto local - onde minha atuação técnica se insere - particularmente as demandas dos diferentes grupos da sociedade civil organizada compreendidos como representantes de importantes reminiscências desse contexto. Um último ponto focal que irá incidir na minha análise aqui, diz respeito às redefinições vivenciadas no terreno historiográfico dos últimos anos e que influenciaram diretamente à escrita e prática patrimonial em instituições como o Iphan: há dois anos lugar do meu fazer como historiadora, meu também prioritário lugar de fala nesse mini memorial profissional.

Costurando as ações que aqui irei apresentar, estão as influências de minha formação/atuação acadêmica e profissional em História compreendida enquanto um fazer-se em constante processo de definição e em que, tendo em vista o diálogo com as necessidades patrimoniais, exige um posicionamento em favor de uma história-problema, ao tempo em que requer uma tomada de posição em torno das questões político-culturais contemporâneas.

De antemão assevero que a minha narrativa, ainda que tenha uma dimensão memorial e autoanalítica, não percorrerá aqui um caminho rigorosamente linear, já que seu objetivo é transitar por aspectos específicos em torno do meu vínculo com o campo da política patrimonial brasileira, em particular no que concerne à atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O que pretendo aqui é buscar percorrer perspectivas medulares que possam traçar possíveis relações entre o campo historiográfico e do patrimônio cultural. Na medida em que conto minha trajetória profissional, também irão aparecer as principais mudanças que observei em termos da relação entre este e o terreno da historiografia. Em trocadilho respeitoso à memória do historiador inglês Edward Thompson, o texto que aqui apresento é sobre meu “fazer-me” historiadora do patrimônio cultural brasileiro. É sobre um lugar de trânsito e inquietude por natureza e por ofício.

Inquietações de ofício

A história da organização política e das ações institucionais em torno do patrimônio cultural brasileiro se deu na esteira do Decreto-lei 25, de 1937, nesse sentido, perceberemos que o conceito de monumento histórico, tão importante para a concretização dessa política em contexto nacional, atravessa uma compreensão positivista de História e se relaciona aos interesses de fortalecimento da memória coletiva dos estados nacionais europeus. O engessamento que tal ato administrativo/jurídico demonstra, em termos práticos, sua função dentro de uma retórica da ausência, da possibilidade de dissolução, traz implicações

também em aspectos concernentes ao tipo de escrita histórico/prática historiográfica que é acionada, conseqüentemente.

De modo geral, é possível afirmar que até a década de 1980 não foi o argumento histórico o principal sinalizador dos processos de patrimonialização executados pelo Iphan ao longo de grande parte de sua trajetória institucional.¹ Só a partir de então, e tendo em vista a influência direta da Escola de Annales, o diálogo sistêmico com as ciências sociais é que acompanhamos uma mudança de perspectiva em termos de deslocamento dos lugares ocupados pela prática historiográfica no terreno patrimonial.

Nessa esteira, os processos de tombamento vinculados a tal compreensão escapavam assim à lógica de concentração em aspectos da Memória e Identidade Nacional colonial, do discurso direto de ancianidade e excepcionalidade, tão característicos das primeiras décadas de atuação de tal instituto em contexto nacional. No cerne da questão está a relação entre o entendimento sobre o valor histórico do bem cultural patrimonializado e seu valor enquanto fonte documental,² isto é, enquanto fragmento de experiências históricas importantes para as narrativas de enquadramento coletivo. Essa diferença traz no seu bojo os lugares (desconfortáveis) que a História pode ter na produção das teses patrimoniais que devem ser defendidas/construídas.

Neste momento estão as concepções de nacionalidade e Memória Coletiva, também caras ao campo da história e da historiográfica e que advogam a esta ciência certo lugar de “linha auxiliar” de discursos organizadores de territorialidades imaginadas/imaginárias. Com a própria redefinição da função do patrimônio nesse processo, também serão questionadas as funções argumentativas da escrita da História. O protagonismo ou a submissão dessa escrita aos discursos e narrativas globalizantes depende assim, do papel que a política de identidade coletiva possui

1 NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*, v. 24. n.3 . p. 127-128, 2016.

2 *Ibidem*, p. .132.

em termos de que memória(s) e identidades(s) ela está ajudando a defender e quais estão sendo silenciadas, em consequência.

Buscamos afirmar aqui que a dimensão operacional ou argumentativa do campo historiográfico nas ações concernentes ao Patrimônio Cultural atravessa a própria historicidade da relação entre esses dois lugares de fala/atuação. O documento histórico se desloca da sua função de prova da nacionalidade para se configurar enquanto um (dos) testemunhos possíveis (e questionáveis) da historicidade dos bens culturais em processo de eleição. Ressalvo aqui o exercício difícil de ser historiadora em uma instituição que se tornou na última década tão complexa e capilarizada como é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), especialmente tendo em vista seu diálogo mais sistemático com demandas como a do Licenciamento Ambiental, elemento ainda pouco explorado pela historiografia, mas que possui grande importância na dinâmica da política patrimonial contemporânea.

Nesse sentido, entre a necessidade de produzir notas e pareceres técnicos para a instalação de empreendimentos privados e públicos instalados em todo o território do estado do Piauí, pedidos e análises dos programas de gestão quando na possibilidade real de impacto aos bens culturais registrados ou em processo de registro existente naquele território, bem como na execução de fiscalização de tais empreendimentos para as demandas convocadas pelo Ministério Público e Defensoria Pública Estadual e Federal, o cotidiano de um historiador dentro de uma superintendência estadual do Iphan é feito de muitos desafios cotidianos e que estão para além do que sua formação o instruiu minimamente.

Com uma frequência bastante evidente, também nos é requerida a necessidade de dialogar sistematicamente com outras instituições ligadas às políticas sociais e ambientais, como, por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Palmares, o Icmbio e o Ibama. O objetivo é produzir interpretações razoáveis, constitucionais e dialógicas sobre a proteção e sustentabilidade de bens importantes para

diferentes grupos socioculturais, principalmente em contexto local onde se indique um conjunto complexo de direitos que não apenas os efetivamente considerados culturais. A exemplo disso, temos a busca por construir espaços de uma conversação possível com comunidades e territorialidades quilombolas, fabricantes artesanais de cajuína piauiense, dançadores de tambor de crioula, capoeiristas, cordelistas e detentores de outros bens culturais patrimonializados, nacionalmente, existentes dentro do estado do Piauí. Nesse sentido, nossa função também é a de fiscalizar empreendimentos que envolvam *riscos reais* à integridade de bens culturais de natureza imaterial. Complexo e desafiador, no entanto, é mensurar e deliberar sobre o que pode ser considerado um “risco real” a um bem de natureza tão sinuosa e pouco “enquadrável”.

Assim como já explicitado, dentro de uma perspectiva contemporânea *decolonizante*, em que a escrita histórica está constantemente sendo colocada à prova, posta em perspectiva, rever também as posturas com que o terreno historiográfico foi inserido na política patrimonial brasileira, se faz urgente, necessário. Enquanto é possível afirmar que a construção do conceito de monumento histórico fundamentado no papel da SPHAN durante suas primeiras década de atuação é intrincadamente ocidentalizado e de manutenção de narrativas colonizadoras, a formação acadêmica contemporânea dos historiadores (em que me incluo) se configurou de modo a repensar essas narrativas globalizantes e construir espaços alternativos de debate sobre a necessidade de operacionalizar o fazer-se historiográfico em prol da concretude de ações defensivas da diversidade de saberes e fazeres culturais. É desafiador, e ao mesmo tempo fundamental, falar (e fazer) política cultural decolonial diante de uma formação acadêmica e uma atuação profissional realizadas em instituições que se constituíram a partir dos signos da *colonialidade/colonização*. Soma-se a esse desafio o de utilizar instrumentos intelectuais e práticos no fazer-se historiadora.

Tendo em vista às questões postas acima, nos indagamos sobre como operar historiograficamente esses processos tendo a

partir das regras a que são submetidos o trabalho do historiador, mas também às normas legítimas de constituição da Política Patrimonial brasileira. É possível que falemos efetivamente em uma operação historiográfico-patrimonial? Que tipos de signos são acionados na produção desse tipo de discurso? Quais são colocados de lado, conseqüentemente? Estas são perguntas que muitos historiadores do Patrimônio fazem com bastante frequência em seu cotidiano de trabalho. Tenho realizado tais questionamentos com regularidade, principalmente durante a fabricação de alguns produtos patrimoniais. Esta parece ser uma angústia inesgotável, insuperável, no entanto.

É importante observar que a institucionalização da profissão de historiador se estabeleceu oficialmente há pouco, logo, podemos afirmar com segurança que o patrimônio cultural é um espaço em que os profissionais da área vêm atuando já há algumas décadas de modo efetivo, ainda que desorganizado, e tendo em vista constantes disputas por legitimidade com outros ofícios, como a arquitetura e a arqueologia, por exemplo. Minha trajetória no terreno patrimonial se confunde, em grande medida, com tais disputas por legitimidade narrativa. Com arquitetos disputamos com bastante frequência o protagonismo da argumentação de processos de tombamento, neste sentido, durante muitas décadas, ainda que o eixo argumentativo central fosse o histórico, ele era conduzido, em grande medida, pela propriedade estilística, monumental e excepcional do contexto a que estava representando, não como documento histórico de uma época, registro das experiências ali vivenciadas. Com arqueólogos, e já em um contexto mais contemporâneo, nós disputamos os lugares que os artefatos têm dentro da narratividade da experiência humana: fragmentos históricos são pedaços das experiências coletivas com o tempo ou são inteiros argumentativos e autônomos? Esses são apenas dois exemplos dos conflitos com que profissionais de História se deparam em instituições como o Iphan. Há ainda e não teria tempo de adentrar essa questão neste ensaio, as disputas travadas desde alguns anos com antropólogos e cientistas sociais sobre a

autoridade em torno das narrativas de legitimação e construção de políticas para os bens culturais decorrentes das experiências de/com comunidades tradicionais. Esse campo de disputa, no entanto, precisaria de um ensaio todo para ser minimamente satisfeito.

Voltando à minha trajetória acadêmica, ainda na graduação me tornei bolsista de um dos primeiros projetos de documentação e inventário de bens culturais imateriais conduzidos pelo Iphan anos depois do estabelecimento do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), que se constituirá como fundamental na mudança de paradigmas dentro da política para bens culturais desta natureza. O Projeto Cariri me abriu as portas para as primeiras leituras sobre Patrimônio Cultural, já que a grade curricular do meu curso de licenciatura em História (Universidade Regional do Cariri (URCA)/início dos anos 2000) não me preparava para os estudos nesse território. Foi a partir de um projeto de extensão que tais inclinações me chegaram e que pude colocar em prática determinada metodologia que tinha sido a pouco elaborada pelo Iphan: o Inventário de Referências Culturais (INRC).

Foi no trabalho efetivo de campo, na produção de imagens e narrativas orais de diferentes manifestações culturais, no mapeamento de novas manifestações, na tentativa de costura entre o sentido cultural da interpelação entre essas diferentes manifestações, na leitura da historiografia local sobre as trajetórias dos discursos e ações em prol da organização de espaços de legitimação identitária, que fui percebendo que era o campo patrimonial o meu lugar de desconforto mais afetivo/efetivo.

Durante o prosseguimento da minha trajetória acadêmica (entre o mestrado e o doutorado) me tornei bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) da Fundação de Patrimônio Histórico de Pernambuco (Fundarpe). A partir de então voltei ao *front* da política pública cultural, agora atrelada diretamente a uma instituição que tinha como uma de suas principais missões a proteção de bens representativos da identidade daquele estado.

Nessa ocasião, quando da condição de bolsista PEP, prestei serviços à Diretoria de Patrimônio Cultural (DPC) em duas frentes prioritárias: nos processos relacionados à política para o patrimônio imaterial pernambucano e na execução de diferentes ações no âmbito da educação patrimonial tendo em vista às 12 microrregiões daquele estado, a partir da interação com diversos espaços culturais e educativos.

Nesse percurso, fui me deparando com a necessidade de estabelecer um contato sistêmico e processual com as demandas não apenas de reconhecimento histórico e de memória de grupos de destaque no campo da cultura popular brasileira, mas com reivindicações contemporâneas, particularmente relacionadas à questão de cidadania cultural. Desde o acompanhamento inicial de construção do termo de referência para o processo de inventário de quatro bens culturais de natureza imaterial (Maracatu Rural e Nação, Caboclinho e Cavalo Marinho), atravessando a mediação de oficinas de diálogo e de produção de conhecimento em torno de detentores das 12 regiões de desenvolvimento do estado, até a organização anual do edital Patrimônio Vivo de Pernambuco, eu me deparava, dia após dia, com a operacionalização de políticas que buscavam (re)enquadrar sentimentos de memória e história coletiva. Havia um peso bastante evidente no sentido de construir “produtos” a partir de signos de um estado que se construiu historicamente como um dos mais importantes da legítima cultura nacional brasileira.

De modo geral, nessa experiência de dois anos (2010 – 2012), consegui costurar de modo muito claro minha função de historiadora do patrimônio cultural com a necessidade de construção e acompanhamento de políticas culturais. A produção extensa de materiais didáticos, cujo objetivo era divulgar os bens culturais pertencentes às 12 regiões de desenvolvimento de Pernambuco, possibilitaram a mim também entrar em contato com um conjunto de dados e de narrativas que deram e ainda dão sentido à “bastante cara” construção identitária daquele estado. Já nesse tempo, foi colocada à prova minha capacidade de exercitar

um diálogo com uma multiplicidade de demandas sociais, culturais e de reparação histórica e com a dimensão insurgente do discurso patrimonial que dali se extraía. Essa insurgência entrava em atrito com uma memória colonial tão cara à própria institucionalização do SPHAN no início dos anos 1930. Construir a possibilidade de ser um agente público (que enquadra, organiza, produz, e devolve à sociedade) sem me deslocar da posição de pesquisadora que analisa, questiona e se inquieta, tornou-se imprescindível dentro do espaço que eu objetivava ocupar efetivamente naquele momento.

Entre os anos de 2012 e 2017 me vinculei ao mesmo tempo à carreira acadêmica e à docência. Neste segundo lugar pude trabalhar aspectos da Educação Patrimonial sob uma perspectiva do ensino formal. Já no âmbito acadêmico, ainda durante o doutorado-sanduiche tive acesso a um conjunto documental existente no Museu do Folclore, no Rio de Janeiro, que contava um pouco da História institucional do IPHAN e sua relação com a UNESCO. Este foi um período de ampliação da minha relação com a História das Políticas Públicas para o Patrimônio Imaterial brasileiro. O vínculo com esta documentação institucional, inédita em certa medida e de dimensão tão complexa, levou minha tese de doutorado a ganhar o Prêmio Sílvia Romero/IPHAN do ano de 2018.³ Prêmio este que há muitas décadas prestigia trabalhos no campo do folclore da cultura popular brasileira. Novamente, atrelei meu interesse pelas questões acadêmicas com a História das políticas públicas culturais no Brasil. Novamente, desconstruí em mim muitos dos signos tradicionais sobre a relação histórica do IPHAN com a cultura imaterial brasileira.

Dando continuidade, entre os anos de 2016-2017 tornei-me professora do Bacharelado em História (ênfase em Patrimônio Cultural) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) onde ministrei e orientei trabalhos ligados à disciplina de História das Políticas Públicas para o Patrimônio Cultural. Nesses dois anos, o

3 Ver: BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. *Um celeiro de (re)encenações: cartografias e arquiteturas de um Cariri folclórico no sul cearense (1950-1970)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2017.

campo da política patrimonial foi me apresentado a partir de uma rigorosa revisão bibliográfica e tendo em vista minha contribuição na orientação de trabalhos de finalização de curso defendidos pelos discentes daquele curso.

Ao terminar meu doutorado, continuei atuando no campo do patrimônio cultural, agora me vinculando esporadicamente à função de avaliadora de editais em vários estados da federação. Foi um tempo de aprendizagem sobre toda a cadeia produtiva que arquiteta a distribuição pública de recursos financeiros para a cultura de modo geral e para o Patrimônio Cultural de modo particular. Foi um momento de compreender mais de perto como é frágil e instável a sobrevivência de grupos e práticas culturais tradicionais e como a dependência destes ao estado em muitos aspectos acabava condicionando as condições de tal sobrevivência e as regras subjacentes na relação de forças a partir daí estabelecidas.

A partir de 2019, como já explicitado, me tornei historiadora do Iphan e voltei ao meu primeiro lugar de ofício patrimonial, não mais como a iniciante aluna de graduação, mas como alguém que conhecia de perto muitos dos desafios que o diálogo (ou a ausência dele) entre a História e o patrimônio cultural podem possibilitar, efetivamente. No entanto, e como explicitado acima, eu só conhecia alguns desafios, não todos. Voltar para a política patrimonial depois de anos de produção acadêmica e de docência, foi, sem dúvida, um grande desafio. O “time” da política pública, seus trâmites, suas linguagens específicas, as diferenças instâncias de decisão, que ultrapassam apenas o valor discursivo e narrativo atribuído os bens culturais em estudos de longo tempo, me fizeram repensar o próprio lugar de profissionais como os historiadores, neste processo.

A partir do meu lugar de fala, posso afirmar que, de modo geral, o trabalho de um historiador dentro de uma superintendência estadual do Iphan se dá a partir de algumas capilaridades: não diz respeito unicamente ao trabalho de análise técnica em processos de instrução de tombamento, documentação e implementação

de políticas para o patrimônio imaterial (estamos nos referindo aqui à aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, construção de dossiês de candidatura e planos de salvaguarda). Ele se espalha a outras funções, como, por exemplo, a aplicação de oficinas de educação patrimonial em espaços educacionais formais, não formais e informais, diálogo sistêmico com comunidades quilombolas e indígenas, assentamentos sem-terra, federações e associações ligadas a bens culturais registrados ou em processo de registro, aplicação da metodologia do inventário participativo, estabelecimento de acordos de cooperação técnica com universidades e outros órgãos objetivando contribuir efetivamente com a produção de mapeamentos e conhecimentos teórico-metodológicos em torno dos bens culturais reconhecidos em contexto estadual ou em processo de (re)conhecimento.

Os aspectos acima indicados e outros que nos chegam a partir da própria configuração da superintendência a que estamos vinculados, como, por exemplo, a participação do Iphan - PI na construção do plano de manejo para a Serra da Ibiapaba (fronteira Ceará- Piauí), exigem que os profissionais envolvidos consigam manusear de uma forma sagaz, elementos discursivos da complexidade multidimensional a que essas ações interinstitucionais estão vinculadas. A capilaridade potencial do patrimônio cultural, ao tempo em que é instigante, também provoca muitos temores aos profissionais que nela atuam. Nesse contexto, um dos momentos que me senti mais “entrincheirada” tendo em vista minha função de historiadora do patrimônio, se deu quando me foi solicitado pelo exército brasileiro contribuir para o mapeamento de bens culturais localizados em torno da zona de litígio envolvendo os estados do Ceará e do Piauí. Celeuma que atravessa um século de não resolução efetiva. Por motivos diversos, tal ação não foi colocada à frente, no entanto, essa convocação a uma decisão técnica, me levou a pensar o papel político que uma historiadora do Patrimônio possui dentro de uma instituição como o Iphan, já que há muitos lugares de poder e saber envolvidos no processo em questão, além da “fluidez” que

uma interpretação sobre o que pertence ou não há determinadas territorialidades sucinta, conseqüentemente.

Nessa travessia, conceitos como os de referências culturais e de continuidade histórica, dividindo lugar com o de autenticidade, originalidade e tradicionalidade, tem uma influência bastante expressiva no modo como as políticas culturais, e, conseqüentemente, o papel do historiador em tal processo, se concretizam efetivamente. A relação entre passado, presente e futuro se modifica neste deslocamento e novas questões são colocadas à prova. As pressuposições discursivas entre o que é compreendido como espaço de experiência e horizonte de expectativa se redefinem e, sendo assim, os signos do passado, do presente e do futuro então acionados são outros, militam para outros fins, dialogam com outras possibilidades argumentativas.

A já maturada percepção de que o discurso da preservação cultural não pode ser percebido como um discurso universal/universalizador tornou-se ainda mais evidente quando do trabalho protagonista de historiadores em processos de pesquisa, documentação e elaboração de dossiês de candidatura de bens culturais para ao título nacional. No entanto, o trabalho com as narrativas orais, seus movimentos próprios, suas desistências, contradições e criações específicas, atrela-se à necessidade de constituir uma narrativa amparada em regras ainda bastante frágeis em torno das argumentações que se quer construir/sustentar. Em um complexo de tantas versões sobre o passado histórico, quais versões têm um peso maior em termos de argumentação patrimonial? Podemos concluir que o que precisa ser repensado é a própria noção de “argumentação histórica”?

Em subsequência, a entrada em cena na política patrimonial de bens geralmente transmitidos pela oralidade, remanescentes das culturas negras e indígenas, em contraponto a uma política sustentada prioritariamente em dimensões ocidentais/ocidentalizados, convidou para o campo institucional a já estabelecida relação entre História e antropologia. Como equacionar estes novos fatores tendo em vista uma formação que

também se fez a partir da construção de determinadas estruturas discursivas erguidas a partir de temáticas de espacialidade, temporalidade e identidades dissonantes desse novo contexto? Nossa formação acadêmica, ainda bastante fundamentada numa compreensão tradicional e linear de tempo histórico entra em confronto com a questão das múltiplas temporalidades presentes nas narrativas e memórias “dos diferentes grupos formadores da identidade nacional”, como explicita a constituição brasileira de 1988.⁴ Esta nos parece uma pergunta sem solução única e definitiva. Os conceitos de formação e identidade se constituem como elementos caros ao trabalho cotidiano com bens tão complexos e tão sinuosos como são os que me deparo quotidianamente. O processo de redemocratização do Brasil e a necessária e urgente participação da sociedade civil organizada em processos de construção de políticas públicas contribuíram também para que, dentro do campo patrimonial, fossem inseridas essas memórias silenciadas durante mais de 400 anos de História nacional.

Neste dinamismo ter me deparado com questões concernentes ao território do Licenciamento Ambiental em um tempo em que as metodologias vinculadas a este campo dentro da estrutura administrativa e técnica do IPHAN ainda não estão bem estabelecidas e precisam brigar o tempo todo com os desmontes que as políticas sociais vêm sofrendo nos últimos anos, tem se constituído como um cansativo e necessário (refazer-me historiadora do tempo presente. É, de fato, um trabalho bastante exaustivo e por muitas vezes frustrante do ponto de vista do que se consegue conquistar em termos práticos.

No IPHAN a relação dos historiadores com os bens registrados/tombados ou em processo de registro/tombamento se inicia quando das primeiras investidas públicas e sociais em torno do processo de patrimonialização. Com o decorrer do tempo essa relação vai avançando e adquirindo novos contornos à medida que as ações vão se complexando.

4 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Atualmente, o cotidiano desses profissionais se estabelece a partir de algumas ações: diálogo sistêmico com as necessidades da sociedade civil, a participação em audiências públicas para tratar de temas que incidem direta o indiretamente na integridade e sustentabilidade desses bens culturais, à constituição de oficinas de educação patrimonial com diferentes grupos comunitários, acompanhamento de pesquisas de campo e de execução do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), a participação em documentos de análise técnica que envolvam diálogo com outras instituições, produção de dossiês de candidatura de bens à Patrimônio Nacional, acompanhamento dos processos de produção de análise pelas câmaras setoriais ligadas às tipologias dos bens em questão, aplicação de metodologias de Educação Patrimonial em processos de documentação e conhecimento de bens imateriais, bem como o acompanhamento da análise do conselho consultivo do IPHAN em torno da viabilidade ou não da eleição de determinados bens culturais: todas essas são funções que exigem apenas domínio de aspectos teórico-metodológicos do campo da História, mas também um domínio sobre a gerência da Política patrimonial brasileira contemporânea.

Tendo em vista os trâmites burocráticos adotados pelo IPHAN, após a eleição de um determinado bem como Patrimônio Nacional, se inicia o processo em que este precisa ser acompanhado pela superintendência a qual faz parte. É a partir de então que são produzidos documentos como, por exemplo, os Planos de Salvaguarda, objetivando a sustentabilidade desses e a possibilidade de sua transmissão para futuras gerações. Particularmente em torno da situação de construção de Plano de Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Capoeira no estado do Piauí, desde 2019 quando iniciei minhas primeiras ações em torno do mapeamento deste no território piauiense, venho me deparando com desafios que exigem um exercício de construir um diálogo sistemático com as necessidades contemporâneas e pretéritas de coletivos diversos e muitas vezes dissidentes entre si.

Como o Plano de Salvaguarda é produzido a partir de diferentes dados documentais e tendo em vista uma construção coletiva e dialogal com seus detentores e outros representantes da sociedade civil organizada, seu exercício de fabricação exige que o historiador envolvido em sua fabricação se desloque do lugar unicamente tutelar do estado e se atravesse pela dinâmica interna e complexa do bem. Mais do que contar a história do bem naquele determinado estado, o Plano de Salvaguarda precisa, como o próprio nome solicita, que este seja um traçado propositivo objetivando o futuro. Neste processo, em muitas ocasiões tive que redefinir minhas estratégias por ocasião dos desafios bem recentes e não previsíveis do bem, como, por exemplo, a questão da *capoeira gospel* dentro de um movimento eminentemente afro-brasileiro e de luta pela valorização dessa memória ancestral. Outro aspecto que me chamou bastante atenção foram as disputas geracionais pela legitimidade na fala, pela produção de discursos de mitos fundadores da prática da capoeira no estado do Piauí. Estes embates pelas memórias e por lugares de fala legítimos, nosso Plano de Salvaguarda vem sendo costurado aos poucos e a partir de várias e diferentes mãos.

Dentro da dinâmica interna/cotidiana vivenciada nas superintendências estaduais do IPHAN, particularmente na ação de se produzir notas técnicas ou pareceres técnicos sobre a possibilidade de ocorrência de bens culturais registrados ou em processo de registro em locais que serão ocupados a partir da execução de empreendimentos de médio e grande porte, há necessidade de se basear, a título de material de análise, em estudos pré-existentes em torno dos locais onde os empreendimentos serão executados. Assim sendo, a existência de um expressivo número de comunidades quilombolas em todo território piauiense, exige dos historiadores que os mesmos aliem rigor na análise dos possíveis impactos aos bens culturais imateriais, também se posicionem frequentemente em torno de demandas sociais envolvendo a defensoria pública, o ministério público, isto é: as relações conflituosas entre interesses do estado e interesses comunitários. Essas questões adquiriram um peso significativo

e cotidiano a partir da IN 001/2015, que tornava sistemática e efetiva a participação do IPHAN nos já apresentados processos de Licenciamento Ambiental.

Quando cheguei ao IPHAN- PI eu tinha uma visão muito limitada sobre o tipo de bem cultural que iria encontrar neste estado. Estava ainda muito vinculada a uma concepção estereotipada de “cultura do sertão”. Foi então que me deparei com um conjunto complexo de bens culturais representativos da memória histórica da escravização negra no semiárido brasileiro: uma diversidade de batuques existentes em comunidades quilombolas, lugares de peregrinação religiosa e memória da escravização de negros no Brasil, como, por exemplo, a chamada Cova da Tia, terreiros de candomblé e umbanda, grupos de capoeira e por último, uma prática cultural bastante peculiar no contexto da região dos cocais piauiense: o Tambor de Crioula. Dentro de um órgão que tem como principal missão institucional a identificação, documentação, proteção e valorização de bens culturais representativos da identidade brasileira, lidar com narrativas muitas vezes dissonantes e insurgentes, solicita dos historiadores que transportem para o campo patrimonial suas habilidades em termos de crítica narrativa e documental.

Um ambiente institucional como é o do IPHAN, se alimenta de uma rotina na qual se atrela a necessidade de se pensar em ações de longo prazo, que dêem continuidade às missões a que este órgão se vinculou historicamente, mas também às dinâmicas cotidianas de um trabalho quase “cartorial”, entremeado de engessamentos administrativos e assoberbado de novas demandas há poucos anos alheias à missão oficial/inicial deste órgão. À vista disso, deparo-me diariamente com conceitos e concepções teórico-metodológicas bastante acertados como lugares-comuns ao campo patrimonial: tombamento, registro, originalidade, excepcionalidade, tradicionalidade, monumentalidade ao tempo em que faço isso a partir de uma trajetória que me ensinou a desconstruir lugares estabelecidos, enquadramentos coletivos. Atualmente, há outros termos que circulam cotidianamente pelos

corredores das superintendências: notas, pareceres técnicos, FCA's, fiscalização e Programa de Gestão, são alguns exemplos desta lista de nomes “estranhos” tendo em vista o dicionário historiográfico clássico. Entre uma nova palavra e outra, faço-me historiadora da mais importante instituição patrimonial do Brasil. Nacionalismo este tão démodé e ao mesmo tempo tão presente no lugar de onde eu falo, escrevo e fabrico meu ofício cotidiano.

Na tentativa de ser conclusiva...

Os apontamentos que aqui apresentei muito ligeiramente tomaram como base cronológica central meus dois anos de atuação à frente do campo da história na Superintendência do IPHAN no estado do Piauí e as experiências principalmente vinculados ao chamado Patrimônio Imaterial Brasileiro, particularmente bens em processo documentação, registro e bens em processo de construção de Planos de Salvaguarda. Meu ensaio teve uma dimensão de autorreflexão e de mapeamento dessas diferentes experiências. Temas clássicos ao Patrimônio Cultural como tombamento, registro, salvaguarda, dividiram atenção com demandas mais contemporâneas como o do Licenciamento Ambiental, por exemplo. Demandas inclusive, que as próprias superintendências têm ainda muita dificuldade de gerir, administrar coletivamente e que me aparecem de “supetão”, mas que exigem cotidianamente de mim destreza e profundidade analítica. Exigem, mas nem sempre conseguem.

Como era de se esperar, a dimensão de colonialidade e/ou decolonialidade do Patrimônio cultural atravessam meus lugares de memória, de narrativa e de construção intelectual, bem como atravessam também aspectos muito caros às minhas questões ideológicas, profissionais e de afeto. O Patrimônio Cultural é pensado aqui na acepção trazida por François Hartog enquanto vetor de momentos de crise, de ruptura e de incerteza.⁵ Como já indicado, meu ponto de partida e marco temporal se

5 HARTOG, François. Temporality and Patrimony. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

constituiu a partir dos meus dois anos enquanto historiadora da Superintendência do IPHAN no estado do Piauí, trabalhando com os processos de documentação, acompanhamento de pesquisa de campo, construção de dossiês de candidatura, construção de Planos de Salvaguarda, produção de notas e pareceres técnicos, principalmente sobre bens culturais de natureza imaterial.

Em uma época de crise, em que a noção de tempo, temporalidade e a relação tradicional entre passado, presente e futuro, me coloco e coloco também meu espaço profissional, como um lugar de crise que insere à instituição a qual faço parte, também em um território em que as adversidades se fazem presentes. Num momento em que as minorias históricas se veem violentadas e têm seus direitos culturais desconfigurados, falar de um contexto institucional historicamente relacionado a uma compreensão homogênea/homonealizadora da memória nacional é, no mínimo, desafiador.

Como já explicitado várias vezes aqui, na medida em que este texto foi sendo escrito, ganhando forma, fui percebendo como ele também (sem tantas pretensões) se configurava como uma análise da relação contemporânea entre o campo do Patrimônio Cultural e o campo da História e historiografia. Neste sentido, o fazer-se historiador ao longo de um século de mudanças também em termos de política patrimonial brasileira, se construiu pelo amadurecimento mútuo das questões patrimoniais e das questões historiográficas.

A opção por escrever aqui um ensaio se deu pela necessidade de exercitar de uma maneira leve e genérica os desafios para mim impostos ao longo desse tempo de tantos desafios, conquistas e inquietações profissionais. Ter contato com bens culturais imateriais com os quais eu não tinha qualquer tipo de familiaridade, como a Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí, A Roda e o Ofício de Capoeira, Os Batuques das Comunidades Quilombolas do Piauí, o Tambor de crioula piauiense, o Repente e o cordel, por exemplo, foi um desafio epistêmico e pessoal. Na mesma medida e como exposto aqui, eu

também não havia tido ainda contato algum com as diretrizes que norteiam as normativas ligadas a processos de Licenciamento Ambiental no Brasil. Todos esses destoantes e prolixos processos foram fundamentais para que tornasse ainda mais “não óbvio” meu entendimento sobre os conceitos concernentes ao campo do Patrimônio Cultural nacional contemporâneo.

A título de conclusão e tendo como parâmetro a minha própria trajetória pessoal/profissional, posso afirmar que a escrita histórica patrimonial brasileira se deslocou nos últimos anos de discurso auxiliar das memórias coloniais, para se tornar um instrumento legal, jurídico e político de reparação histórica de grupos de identidade minoritária, de memória insurgente. No contexto contemporâneo as questões relacionadas à História Pública, a uma historiografia socialmente mobilizadora, tem exigido assim de historiadores um esforço de deslocamento epistêmico que vai muito além de uma ampliação de questões teórico-metodológicas. Tem a ver com a tomada de uma posição política diante da(s) realidade(s) histórica(s) pretéritas (bem como periféricas), mas também é uma tomada de posição em relação ao presente, ao futuro, ao devir.

Voltando ao sempre atual Edward Thompson e tendo como base o que explicitado neste ensaio,⁶ afirmo que meu fazer-me historiadora do patrimônio cultural não possui uma dimensão apriorística ou finalística, ele se realiza e se realizou no próprio tempo em que fui exercendo meus ofícios, no plural mesmo. Este ensaio é sobre o trabalho feito até agora, mas principalmente sobre o que ainda falta fazer.

6 THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. Denise Bottmann, Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. São Paulo, Paz e Terra, 1987, 3 vol..

Referências

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. *Um celeiro de (re)encenações: cartografias e arquiteturas de um Cariri folclórico no sul cearense (1950-1970)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

HARTOG, François. Temporality and Patrimony. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*, v. 24. n.3 . p. 127-128, 2016.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. Denise Bottmann, Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 3 vol.

Escrever o patrimônio na educação

Carmem Zeli de Vargas Gil

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonos injustos
Evaristo, 2007, p. 21.

Começo o texto agradecendo o convite para participar deste encontro que reúne pessoas para pensar sobre “Patrimônio, Resistência e Direitos”. Lideranças indígenas, mestres, saberes tradicionais e experiências de museologia social ganharam o palco nesse evento nos convidando a decolonizar nossos currículos e nossos modos de ser e estar no mundo. Parabéns aos organizadores!

Na apresentação para a mesa Diálogos Patrimoniais III – *Autonomia e liberdade – experiências transformadoras entre patrimônio e educação*, abordo a sala de aula a partir de dois questionamentos: O que acontece na sala de aula quando o patrimônio cultural ganha centralidade na aula? Que relações/ações/reflexões são produzidas? Neste espaço do ensinar e aprender, Conceição Evaristo é a inspiração. Ela reflete sobre a vida a partir de sua experiência como mulher e nos apresenta uma escrita que parte das experiências cotidianas, daí o conceito de “escrevivência” para compor romances, contos e poemas que revelam a condição de pessoas afrodescendentes no Brasil.

É a própria Conceição que fala de sua vida rodeada de palavras:

gosto, entretanto, de enfatizar, não nasci rodeada de livros, do tempo/espaço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de bens materiais era habitada por palavras. Mamãe

contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos e amigos contavam. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia, afirmo sempre. Entretanto, ainda asseguro que o mundo da leitura, o da palavra escrita, também me foi apresentado no interior de minha família que, embora constituída por pessoas em sua maioria apenas semi-alfabetizadas, todas eram seduzidas pela leitura e pela escrita¹

Entre a escassez de livros e a abundância de palavras, Conceição Evaristo nos instiga a perguntar sobre como abordar o patrimônio a partir das vivências de grupos subalternizados. Como trazer as histórias e as memórias de pessoas comuns para as salas de aula? Perguntas para refletir nas escolas e universidades e não necessariamente para serem respondidas.

Nos programas dos cursos de licenciatura, os bens representativos da história de negros e negras no Brasil foram por muito tempo silenciados nos currículos ou, no campo do patrimônio, ficaram alijados dos processos de reconhecimento e atribuição de valor por parte das políticas de preservação. Nas dissertações, teses ou artigos que tenho lido, é comum encontrarmos alguns poucos parágrafos sobre o tombamento da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador e sobre o Quilombo de Palmares na Serra da Barriga, em Pernambuco. Lembrados muito rapidamente como um momento de ruptura nas políticas hegemônicas de preservação, os dois acontecimentos acabam sendo a exceção que confirma a regra do patrimônio como os bens de excepcional valor histórico e artístico escolhidos por homens brancos, a partir de seus critérios de beleza, arte e memória. Daí a necessidade de questionarmos as bases coloniais e patrimonialistas do patrimônio brasileiro, o que implica rever a ideia de patrimônio como herança. Portanto, a primeira desobediência a fazer é afirmar que ‘não existe um patrimônio nosso’, visto que “a modernidade não é o desdobramento ontológico da história, mas a narrativa hegemônica da civilização ocidental”.²

1 Cf. DEPOIMENTO no I Colóquio de Escritoras Mineiras. Belo Horizonte, mai. 2009.

2 MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do

No ensino de História, é necessário um pensamento fronteiriço que compreende os princípios da modernidade como construção de uma época e não como o desenvolvimento natural da humanidade. Atuar de forma desobediente, em relação aos consensos construídos sobre o patrimônio no Brasil, é uma postura pedagógica e, portanto, política e decolonial, visto que o pensamento decolonial não é só uma opção acadêmica ou de estudo, mas modos de pensar, fazer e ser no e com o mundo. Desprender-se das concepções de patrimônio como herança e fazer emergir as memórias de grupos subalternizados, LGBTQIAP+, ciganos, mendigos, favelados, negros e negras, povos guarani, kanindé, krenak, munduruku dentre muitos outros - de modo que possamos ampliar as relações, as abordagens, as pessoas, as pertencas e, na sala de aula, ouvir “o som de vozes diferentes” para evidenciar o privilégio concreto e simbólico de pessoas brancas que estão representadas em grande parte dos bens reconhecidos como patrimônio brasileiro.³

Com Evaristo, aprendi que escrever o patrimônio pode ser contar histórias das pessoas que vivem no entorno da escola, do bairro, da cidade, do beco, da favela, da vila, da rua, das mulheres que preparam os doces de calda, das crianças que brincam com as bonecas de milho, de mulheres que fazem o artesanato de barro que Conceição Evaristo fala no romance *Ponciá Vicêncio*. Ou, ainda, daquelas histórias que vivi em Santo Antônio da Patrulha (RS) e lembradas no ferro a brasa, lamparina, talha de água, forno de barro, broa de polvilho, merengue, minúsculas roscas de gemas que minha mãe fazia, entre tantas outras coisas. Histórias absolutamente particulares, mas que podem ser também coletivas, quer seja por características sociais compartilhadas, quer seja pela experiência vivenciada em cidades do interior do Brasil.

“Escrever” o patrimônio pode ser transformá-lo em matéria de estudo por meio da perspectiva e história das pessoas que não são

Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 25, 2017.

³ hooks, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017, p. 58.

os “grandes personagens” da narrativa nacional. Se para Conceição Evaristo a *escrevivência* é uma estratégia de resistência que redefine suas identidades frente à subalternidade da mulher negra, na educação escolar ou na formação de professores e professoras; a *escrevivência* é o encontro com as memórias e histórias subalternizadas, que evidenciam o compromisso com a educação antirracista. Escrever sobre as suas referências culturais ou inscrever-se nos patrimônios oficiais é, por vezes, subverter e fissurar a narrativa eurocêntrica compreendendo a “cultura como rede de significações instáveis e cambiantes [...]”, fundada na narrativa de si”.⁴

O romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, me ajudou a compreender o conceito de *escrevivência*, pois a protagonista é uma mulher negra que se auto representa a partir de suas recordações da infância, com cheiros, sabores, paisagens. O romance narra a trajetória de vida dessa personagem descendente de escravos, desde menina até a vida adulta, com enfoque em seus sonhos e medos. Ela lembra das comidas, do cheiro do café fresco, das broas de fubá e da criação de objetos de argila, fazendo emergir uma narrativa carregada de tradições e vivências, da qual a memória é só o motor da narrativa. Em uma voz autoral, que também é coletiva, porque ancorada nas lutas de seus antepassados, o romance vai nos mostrando que a memória colonial escravocrata persiste entre nós e se infiltra na realidade social do presente. E, aí, pensamos que boa parte do patrimônio cultural brasileiro é a materialidade da gênese colonialista e, por isso, algumas partes do romance nos convidam a refletir sobre nossos bens culturais consagrados. Eis um exemplo:

Olhou em frente, uma imponente catedral, com suas luzes acesas, esperava pelos crentes, no final da avenida. O relógio da matriz era enorme, de longe conseguiu ler as horas. Eram seis. Ponciá tinha então dezenove anos, sendo capaz ainda de inventar sentimentos de segurança. Caminhou firme, sempre em frente, e só parou quando chegou à escadaria do templo.

4 OLIVEIRA, I. V. *Escrevivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras*. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, set./dez, p. 652, 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/oliveira.pdf>. Acesso em set. 2021:

A primeira impressão sentida por Ponciá Vicêncio, no interior da igreja, foi de que os santos fossem de verdade. Eram grandes como as pessoas. Estavam limpos e penteados. Pareciam até que tinham sido banhados. Eles deveriam ser mais poderosos do que os da capelinha do lugarejo em que ela havia nascido. Os de lá eram minguadinhos e mal vestidos como todo mundo. Quando as luzes das velas iluminavam os rostos deles, podia-se ver que eles tinham olhar aflito, desesperado como os pecadores ali postados em ladainha. Os santos daquela catedral, não. Eram calmos. Ponciá olhou as pessoas ao redor. Combinavam com os santos, limpas e com terços brilhantes nas mãos. Lembrou-se do seu.

Ponciá Vicêncio tentava rezar a Ave Maria. A claridade da igreja, a música bonita que cantavam lá em cima, a roupa limpinha do padre, a beleza dos santos e das mulheres tão bem vestidas que estavam ao lado dela, tudo isso a distraía. Começou a oração várias vezes, se perdendo sempre no meio das palavras. Ficou muito tempo dentro da igreja. Era tudo tão belo. Deus bem que deveria gostar de todo aquele luxo.⁵

As observações de Ponciá na igreja nos lembra Fanon, quando escreve sobre as instituições utilizadas pelo colonialismo para impor seus valores opressivos:

A Igreja nas colônias é uma Igreja de Brancos, uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado para a via de Deus, mas para a via do homem Branco, a via do patrão, a via do opressor. E como sabemos, nestes negócios são muitos os chamados e poucos os escolhidos.⁶

Abordar o patrimônio na educação implica reconhecer a pluralidade sociocultural que positiva as etnias de ancestralidades não europeias e suas memórias. Envolve, por um lado, estranhar a forma como ainda hoje construímos nossos conhecimentos e ações pautados por um pensamento colonizador e, por outro lado, reconhecer “que nossos saberes e currículos são igualmente colonizados e, que, portanto, uma decolonização é necessária no âmbito de quem atua numa perspectiva que busca o protagonismo latino-americano.”⁷

5 EVARISTO, C. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003, p. 34.

6 Cf. FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 31.

7 GIL, C. Z. de V.; MEINERZ, C. B. Educação, patrimônio cultural e relações

O notório poder da história e da memória do branco no currículo escolar indica o quanto a colonização foi devastadora no apagamento e silenciamento das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Às pessoas inseridas nessas culturas, era negado o próprio nome ou, como ocorria com Ponciá Vicêncio, que tinha um nome que a lembrava o tempo todo da condição de sua família constituída por sujeitos escravizados.

O pai, a mãe, todos continuavam Vicêncio. Na assinatura dela a reminiscência do poderio do senhor, um tal coronel Vicêncio. O tempo passou deixando a marca daqueles que se fizeram donos das terras e dos homens. E Ponciá? De onde teria surgido Ponciá? Por quê? Em que memória do tempo estaria escrito o significado do nome dela. Ponciá Vicêncio era para ela um nome que não tinha dono.⁸

O romance indica situações evidentes de que a condição de negros e negras no pós-abolição se perpetuou até os dias de hoje, no sentido de que a vida continuava marcada pela desigualdade e pelo trabalho desumanizado: “Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida”.⁹

Reside aí um dos compromissos da educação escolar e, principalmente, dos cursos de formação de professores e professoras: historicizar as condições de produção da desigualdade, debater os silenciamentos, visibilizar narrativas mais plural da História do Brasil, promover as referências culturais dos grupos subalternizados e, com isso, contribuir para a construção de políticas de reparação. O recente debate em torno do que fazer com as estátuas e monumentos controversos erguidos no espaço público denota a necessidade de ampliar o debate sobre as memórias monumentalizadas (e, nem sempre falamos de valorização), assim como inventariar as formas de organização e combate à segregação

étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. *Horizontes*, v. 35, p. 20, 2017.

8 EVARISTO, C. *Ponciá Vicêncio...* *Op. cit.*, p. 26 et seq.

9 *Ibidem*, p. 72.

racial e espacial das populações negra, indígena, cigana, ribeirinha entre outras.

Na sequência, apresento uma proposta desenvolvida no âmbito do curso de Licenciatura em História da UFRGS, com o objetivo de ensinar História a partir do patrimônio cultural, debatendo memórias e promovendo uma educação nas relações étnico raciais. O cenário foi o pátio do Museu Caldas Júnior em Porto Alegre no RS.

“Corpos no museu”: escrevivendo a docência

Em agosto de 2021, foi publicado um texto de minha autoria com mais dois colegas, elaborado na forma de diário do estágio remoto no curso de História da UFRGS.¹⁰ No artigo, relatamos desafios postos pela pandemia da covid-19 em 2020 e apresentamos alternativas implementadas para permitir a continuidade do vínculo educacional em um tempo marcado pela indignação e pela esperança. Nos parecia que não tinha saída para realizar estágios de forma remota: Como aproximar escola e museu de forma virtual? Como ensinar história com o patrimônio de forma remota? É sobre uma destas propostas que tratarei nesta parte da apresentação.

A inspiração foi Conceição Evaristo e, portanto, era importante que os e as estudantes fizessem relações entre suas trajetórias de estudo e o patrimônio. Trago aqui as palavras da estudante autora da proposta “Corpos no museu”.

Trabalhar com o corpo em movimento e com a dança em meu trabalho para a disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial – foi uma escolha, para mim, natural. Sou professora de dança, pesquiso sobre dança e entendo a dança como parte essencial da vida e da história humana. Passei dois anos da minha vida vivendo e aprendendo com pessoas do mundo inteiro em um programa que não foi apenas um mestrado, mas uma experiência que transformou completamente a minha visão de mundo. E essa visão passa pelo corpo, pela beleza da

10 Cf. PACIEVITCH, C.; GIL, C. Z de V.; SEFFNER, F. Entre Monólogos Assíncronos e Diálogos Síncronos: Algumas Cenas de Estágio Docente Remoto no Ensino de História em 2020. *Revista Práxis*, v. 3, 2021.

interculturalidade e da diversidade, da potência que a dança tem de colocar em contato e despertar afetos entre pessoas tão diferentes, mas no fim, tão semelhantes. O que trouxe em meu trabalho é resultado dessas percepções. Não consigo mais ver o ensino de história não sendo perpassado pelos corpos carregados disso que tentamos ensinar, na maior parte das vezes, a partir de uma disciplina violenta do ‘não se mexer’ do ‘permanecer sentado’. A história se move, assim como nós.¹¹

Interrogar os objetos a partir da dança foi algo natural para a estagiária, pois a dança é parte de sua vida. Isso resultou em uma proposta absolutamente criativa e original. Um dos objetivos indicados por ela foi “problematizar a ideia de que o aprendizado se dá apenas através de uma escuta que dependa de um corpo estático”. A estagiária questionou a perspectiva dos museus como espaços que normalmente requerem uma certa disciplina dos corpos: “não se deve correr ou caminhar rápido, não se deve falar alto, não se deve tocar nos objetos, não se deve cruzar a linha que separa nós observadores do que observamos”. Inspirada na ideia de “corpo como arquivo”,¹² ela propõe pensarmos o corpo como lugar de memória e resistência ou tensão e embates num jogo sensorio-corporal. Como arquivo, o corpo é visto como um lugar privilegiado para a análise do poder, uma vez que um corpo ao dançar posiciona-se politicamente. O corpo como arquivo também está presente na obra de Conceição Evaristo quando diz que sua escrita é profundamente marcada pela condição feminina e pela negritude. As dificuldades da vida de Ponciá Vicêncio nas terras dos brancos ou na cidade, enfrentando o racismo a cada dia, evidencia a escrivência da autora em uma sociedade que não espera que a mulher negra seja escritora.

A instituição escolhida para a realização do estágio foi o Museu Julio de Castilhos, primeira instituição museológica do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido fundada em 30 de janeiro de 1903 pelo então presidente do Estado, Antônio Augusto Borges

11 COMENTÁRIO da estagiária na avaliação da sua proposta, 2021

12 LEPECKI, André. The Body as Archive: Will to Re-Enact and the Afterlives of Dances. *Dance Research Journal*, v. 42, n. 2, 2010.

de Medeiros. Na época, foi denominado “Museu do Estado”, e sua nomenclatura mudou para “Museu Julio de Castilhos” apenas em 1907, em homenagem ao ex-presidente do Rio Grande do Sul, falecido em 1901. O acervo do museu, atualmente, “é composto de mais de 11 mil peças que são divididas em 29 coleções”.¹³

A pergunta que orienta a proposta de trabalho da estagiária é: Quais conhecimentos, narrativas e processos históricos relacionados à história de comunidades negras no Rio Grande do Sul podemos mobilizar e explorar através do corpo em movimento em relação com os objetos no espaço do museu? A pergunta traz implícita a defesa do museu como espaço para a expressividade do corpo.

No desenvolvimento da atividade, ela escolhe quatro objetos do acervo (o canhão, o berimbau, a gargalheira e o sabre mandinga africano) e os desloca virtualmente para o pátio dos canhões e, lá, cria um cenário para ressignificar o pátio e os objetos que lembram lutas e sofrimentos. Convida os participantes a expressar ideias com o corpo em movimento, construir o olhar crítico e reflexivo para os objetos e, ao mesmo tempo, ampliar o repertório estético, contrariando a ideia do museu como lugar passivo, onde somente vamos para observar, não tocar e não se movimentar.

O pátio se transforma no cenário de uma mediação entre museu-objetos-estudantes para discutir algumas das culturas existentes no continente africano e, também, fragmentos da história escravocrata brasileira, pois os objetos escolhidos estão vinculados a esses processos históricos. Em suas palavras:

pensando o ‘pátio dos canhões’ também como parte importante do espaço museológico que busca integrar-se na narrativa histórica tradicionalmente pensada pelo museu, que privilegiava as elites militares através da exposição destes símbolos da guerra, busco transgredir essa narrativa. Ao colocar, nesta visita virtual, objetos do acervo do museu no pátio (o que não seria possível no espaço físico real por conta do risco que a exposição ao ar livre pode oferecer à preservação dos objetos), busco explorar as potencialidades deste espaço como um espaço de sociabilidade, mas também de memória.¹⁴

13 Site do Museu Julio de Castilhos: <http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>

14 Cf. ASSUNÇÃO, Naiara Müssnich Rotta Gomes de. *Material Didático desenvolvido*

Ao deslocar as peças para o pátio do museu, ela subverte a lógica dos objetos fechados em vitrines e, ao mesmo tempo, cria novos sentidos para o pátio, utilizado como lugar da pausa e do lanche durante as atividades presenciais. Indica, também, novos contextos para esses objetos, inserindo “vídeos com pequenas propostas de oficinas de danças africanas e afro-brasileiras associadas a cada objeto, pensando o espaço virtual do pátio como esse espaço privilegiado de sociabilidade, que permite uma maior liberdade de movimentos”.¹⁵

A partir disso, pretendo trazer diferentes corporalidades relacionadas ao patrimônio histórico apresentado pelo museu, propondo que alunos e alunas também experimentem esse patrimônio através de seus corpos. O objetivo é que o corpo e a dança funcionem como ferramenta integrativa entre alunos e alunas de diferentes idades e o acervo relacionado à memória e presença negra e africana no Rio Grande do Sul.¹⁶

A visita virtual envolve explorar a imagem do pátio do museu e encontrar as partes que são clicáveis. O cenário foi construído utilizando a ferramenta do google apresentações, com uma foto do pátio como plano de fundo. As imagens clicáveis dos objetos conduzem a a pequenas oficinas em formato de vídeos com uma breve contextualização de cada objeto, questionamentos sobre eles e proposta de conectá-los com certos movimentos do corpo. No tronco, um momento de reflexão onde, ao clicar, abre-se um *Google Forms* que constituirá na avaliação da visita virtual. No espaço do/a professor/a abre para o caderno com o planejamento da proposta. Na imagem acima estão os objetos escolhidos para a atividade: o canhão, o berimbau, a gargalheira e o sabre mandinga africano.

para o estágio na Licenciatura em História. UFRGS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/?s=corpos+no+museu>

15 *Ibidem*.

16 Cf. ASSUNÇÃO, Naiara Müssnich Rotta Gomes de. *Material Didático desenvolvido para o estágio na Licenciatura em História...* Op. cit. Obs: conferir.

Imagem do Pátio dos Canhões, no Museu Julio de Castilhos, a ser utilizada na proposta.



Imagem do pátio do museu Júlio de Castilhos. *Foro:* Naiara Assunção



Imagem do pátio do museu organizado para a visita virtual.
Montagem: Naira Assunção.

Considerações provisórias sobre patrimônio e educação

Inspirada em Conceição Evaristo, propus aqui “escrever” o patrimônio na educação como forma de criar e recriar propostas a partir das experiências de vida dos estudantes e das professoras. Naiara elaborou sua proposta com suas vivências na dança, tanto na universidade quanto nos coletivos de que faz parte. A dança é parte de sua vida e, na disciplina, a estagiária significa os objetos do museu a partir dessa sua experiência com a dança. Qual, então, a potência da abordagem do patrimônio na educação se não a de sensibilizar os e as estudantes a recriar modos de ser e estar no mundo, expressar ideias, cultivar a sensibilidade e serem autores e autoras no processo de aprendizado? Escrever o patrimônio na educação é transformá-lo em matéria de estudo, o que implica debater escolhas, seleções e relações de poder, mas, também, narrar-se, tirar da invisibilidade memórias e histórias que ajudem as pessoas entender e refletir de onde vieram, quem são, o que as tornou o que são e para onde querem voltar.

“Escrever” o patrimônio na educação potencializa o processo criativo e a autoria na sala de aula, possibilitando ao professor e à professora se reconhecerem no que fazem, visto que a autoria pode ser uma forma de reconhecimento. Nesse sentido, a escrevivência é um conceito que atravessa e é atravessado por quem escreve, pesquisa e ensina.

No Brasil, o patrimônio teve uma trajetória conceitual muito marcada pelo material ou tangível. Mais tarde, a Unesco passou a discutir manifestações intangíveis como patrimônio, e esse processo foi muito importante, considerando as diferentes manifestações culturais visibilizadas a partir desse reconhecimento. A escrevivência nos permite trazer as pessoas e suas relações com o patrimônio para o centro da proposta educativa. E isso impacta na forma como percebemos o outro, pois, talvez, conhecer experiências diversas contribua para que os e as estudantes possam olhar o mundo de forma mais generosa e menos intolerante. Cabe lembrar os pressupostos do Museu da Pessoa quando propõem

pensarmos que a história de toda e qualquer pessoa é fonte de conhecimento e, por isso, podem fomentar narrativas diferentes sobre o Brasil.

Escrever o patrimônio na educação pode deslocar a aula para a rua e nos convidar a interrogar a História, visto que o espaço público transpira a versão dos vencedores, tornando necessário que nossas aulas sejam o “grito político dos vencidos contra uma cidade segregadora, que persegue dissidências, e se recusa a celebrar as memórias populares”.¹⁷ Portanto, o tema do patrimônio amplia os espaços para ensinar-aprender História. Do museu-arquivo-praça-rua, volta-se à sala de aula e, queremos crer, com mais perguntas.

“Escrever” o patrimônio na educação contribui para a superação do valor de culto conservacionista, fazendo emergir um inventário de modos de ser, estar e fazer que nunca para de crescer. Nesse sentido, uma receita de bolo, uma feira, uma rua, um quadro, uma música, uma celebração, uma paisagem, um livro, um corpo em movimento, uma dança e, finalmente, uma história de vida podem contribuir para considerarmos as pessoas como patrimônio. Em um país tão desigual, reafirmar as culturas dos grupos subalternizados, pode ser muito transformador na desconstrução de preconceitos e na visibilização dos saberes silenciados. Portanto, retorno ao tripé conhecer-valorizar-preservar para propor que ao escrever o patrimônio na educação, possamos reconhecer-interrogar-reparar ...

Referências:

ASSUNÇÃO, Naiara Müssnich Rotta Gomes de. *Planejamento da disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial*. UFRGS, Porto Alegre, 2020.

ASSUNÇÃO, Naiara Müssnich Rotta Gomes de. *Material Didático desenvolvido para o estágio na Licenciatura em História*. UFRGS, Porto Alegre,

17 CUNHA, Tales Siqueira. *Direito à cidade: o Gato, o Galo e a História*. Outras palavras. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/direito-a-cidade-o-gato-o-galo-e-a-historia/>. Acesso em: 14 set. 2021.

2020. Disponível em: https://docs.google.com/presentation/d/1MsVO-vUr13t-9e8N80Su_7oaLiPSEElAYMmG0hcx6s/present

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos A. (org.) *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, C. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GIL, C. Z. de V.; MEINERZ, C. B. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. *Horizontes*, v. 35, p. 19-34, 2017.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017,

LEPECKI, André. The Body as Archive: Will to Re-Enact and the Afterlives of Dances. *Dance Research Journal*, v. 42, n. 2, p. 28-48, 2010.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

OLIVEIRA, I. V. Escrivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, set./dez, p. 633-658, 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/oliveira.pdf>. Acesso em set. 2021:

PACIEVITCH, C.; GIL, C. Z de V.; SEFFNER, F. Entre Monólogos Assíncronos e Diálogos Síncronos: Algumas Cenas de Estágio Docente Remoto no Ensino de História em 2020. *Revista Práxis*, v. 3, p. 293-310, 2021.

Os usos do patrimônio cultural no ensino de História: a sala de aula e os lugares não formais de aprendizagem

Almir Félix Batista de Oliveira

Gostaria de iniciar esse texto observando, ao menos nas últimas duas ou três décadas, a conformação de um campo de pesquisa que toma o patrimônio cultural como objeto de estudo. Tomo, como um primeiro exemplo, os meus últimos 25 anos de vida profissional em que quase todas as minhas atividades acadêmicas têm alguma ligação, ou estão inteiramente relacionadas, com essa temática. Iniciada com a realização do curso de Mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a discussão sobre a produção/preservação do patrimônio na Paraíba; continuada na realização do curso de Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP) com a discussão sobre a necessidade da existência/discussão sobre a presença do conceito no livro didático de História e a aprendizagem através do uso do patrimônio; permanecendo assim também, na realização do Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) onde realizamos pesquisas e tecemos considerações sobre o patrimônio cultural potiguar e sua apropriação pelo turismo. Nos livros publicados (um derivado da dissertação, outro da tese) e em vários capítulos de livros escritos e publicados, individualmente ou em autoria compartilhada, assim como em participação em atividades como conferências, mesas-redondas, ministrando minicursos em eventos científicos ou de extensão, e orientando trabalhos de final de curso, dissertações e teses.

Durante todo esse percurso foi possível constatar uma ampliação e consolidação de um campo de pesquisa que tem a temática do patrimônio cultural como objeto de análise e estudo. Um campo que contém pesquisas em diversas áreas científicas, indo desde as mais tradicionais como arquitetura e urbanismo, educação e história, passando por umas, talvez passíveis de serem classificadas como mais práticas, a exemplo da química e biologia, chegando até aos estudos das práticas turísticas relacionadas ao tema, ou mesmo a informática na preocupação com a preservação de acervos digitais ou digitalizados e em uso para constituição e visitas em ambientes virtuais que tiveram sua utilização muito exacerbada nos últimos dois anos com a pandemia da Covid-19.

Ocorreu também a ampliação dos números de eventos científicos abordando a temática, incluindo aqui esse próprio evento, que agora produz essa publicação e se encaminha para a sua quarta versão nacional, assim como a participação com trabalhos abordando a temática em eventos já consolidados como o Simpósio Nacional de História, o Encontro Nacional dos Pesquisadores em Ensino de História e o Perspectiva do Ensino de História, além de eventos como os de História Social e História Cultural, para ficarmos somente no campo da História. Ampliação também verificada nos grupos de pesquisas cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assim como o aumento das pesquisas realizadas em diversos programas de pós-graduação já consolidados e quem têm linhas de pesquisa abordando diretamente a temática ou contam como a discussão da mesma inseridas em suas descrições ou de propostas mais recentes, como as do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

Essa ampliação como podemos ver, demonstra a força e a vitalidade com que os diversos atores (professores dos diversos níveis de ensino, profissionais em processo de formação e até mesmo estudantes do ensino básico¹ de diversas áreas) se apropriam

1 Gostaria aqui de fazer um comentário sobre os inúmeros trabalhos de pesquisa e extensão que vêm sendo desenvolvidos nas últimas duas décadas abordando a temática do patrimônio cultural e do seu uso no ensino de História. Esses trabalhos têm sido realizados em atividades do Pibid (uma experiência de complementação da formação instituída nos

dessa temática e a tomam como objeto de seus estudos, mesmo que em momentos anteriormente vividos tenham sido proibidas as atividades em sala de aula (um dos principais lugares usados para a discussão do tema), a realização de eventos científicos, as atividades de pesquisa (seja ela teórica em bibliotecas ou centros de pesquisa, seja ela prática nos processos de restaurações, escavações ou dos arquivos na leitura/análises de massas documentais) e até mesmo as visitas aos lugares de memória para evitar aglomerações, proliferando a propagação do vírus e a contaminação das pessoas.

Consequentemente, essa ampliação significa não somente o aumento quantitativo, exemplificado pelo aumento dos números de pesquisas realizadas, da maior quantidade dos eventos científicos sobre a temática ou do aumento da discussão da mesma em eventos já consolidados ou mesmo do aumento do número ou recorrência das publicações abordando assuntos referentes ao patrimônio cultural, mas significa também o aumento qualitativo demonstrado pelos debates promovidos através de trabalhos de especialização, mestrado e doutorado, possibilitando a revisão ou ressignificação de conceitos teóricos, de formas de observar e analisar, do uso de novas metodologias para a confecção da pesquisa que, por sua vez, propicia novas formas de atuação prática no trabalho com o tema.

Para além desses atores e práticas mencionados, temos também a sociedade em geral ou significativa parcela desta, que passou a incluir nas suas discussões cotidianas a mesma temática. O patrimônio cultural com a sua função de identidade, ou de concebê-la, foi posto em xeque quando se reclamou e se reivindicou por novas práticas preservacionistas ou derrocada de antigos símbolos

Governos Lula e Dilma para os cursos de licenciatura que além de garantir bolsas de estudo possibilitando a permanência dos alunos nas universidades, garantia também a possibilidade de experimentação de novas abordagens em sala de aula e fora dela, como a da Educação Patrimonial e da confecção de Inventários sobre o Patrimônio Cultural), em que colaboravam professores universitários, alunos/bolsistas dos cursos de licenciatura, professores do Ensino Básico e os alunos destes. Nessa perspectiva, observamos também os trabalhos produzidos pelos alunos do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) principalmente na linha denominada Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória, que discute a temática como objeto de pesquisa, mas que por conta do próprio modelo do trabalho final e a exigência de um produto aplicável em sala de aula ou fora dela, consegue unir reflexões teóricas com aplicabilidade prática, incluindo aí os alunos/educandos desses futuros mestres.

patrimonializados, a exemplo das manifestações realizadas por grupos antirracistas como o movimento *Black Lives Matter* (ocorrido em vários lugares do mundo, incluindo o Brasil) que tinha, como uma das finalidades, o protesto ao culto e/ou manutenção de estátuas de antigos colonizadores ou comerciantes vendedores de escravos, como as várias de Cristóvão Colombo, do Rei Leopoldo II da Bélgica, de Edward Colston e, no Brasil, a de Manuel de Borba Gato.²

É interessante observar, a partir do exemplo anterior, uma das funções que o patrimônio cultural assumiu, que é a do patrimônio como valor de identidade. O patrimônio como criação das diversas sociedades, e quando me refiro a essa situação estou levando em consideração os processos de escolha, de apagamento, de enquadramento, as disputas, os processos de tentativa de homogeneização ou as hierarquizações que ocorrem contrapondo as múltiplas identidades e os objetos e manifestações que as

2 Apesar de não ser uma prática recente, afinal os movimentos iconoclastas se iniciaram no século VIII em contestação ao culto de ícones religiosos, o atual momento contestatório (e justificado) se exacerbou principalmente após o assassinato em 25/05/2020, do homem negro George Floyd, morto por asfixia por um policial branco na cidade de Mineápolis (Minnesota, EUA). Nem a pandemia de Covid-19 e determinações de não-aglomeração e de recomendações de isolamento social foram capazes de impedir as manifestações realizadas pelos movimentos antirracistas tanto nos Estados Unidos quanto ao redor do mundo (em solidariedade). As manifestações inicialmente pacíficas levaram a derrubada de várias estátuas de personagens ligados à história da colonização (personagens históricos vinculados à escravidão e ao colonialismo) ou relacionadas a processos de discriminação em várias partes do mundo. Estátuas de Cristóvão Colombo, na cidade de Baltimore, também nos Estados Unidos, foi derrubada em protestos no dia 04/07/2020 e na cidade de Barranquilla, na Colômbia, em protestos que marcaram manifestações após um ano da morte na data de 07/07/2021. A estátua do Rei Leopoldo II da Bélgica (rei dos belgas de 1865 a 1909, responsável pela colonização do Congo Belga, o qual considerava sua propriedade particular), na cidade Antuérpia foi vandalizada em protestos do dia 09/06/2020 e posteriormente retirada pela prefeitura do local no qual se encontrava, assim como foi exigido por grupos antirracistas a retirada de estátuas do referido governante de todos os espaços públicos da capital Bruxelas. Na cidade de Bristol, na Inglaterra, foi a vez da estátua de Edward Colston nas manifestações e atos antirracista de 07/06/2020. Os manifestantes que participaram colocaram a estátua do traficante no chão, atirando-a posteriormente no rio que corta a cidade. Colston, que fez fortuna no final do século XVII, com o referido, tem contra si a acusação de ter transportado mais 84 mil homens, mulheres e crianças, comercializadas em sua maioria com as colônias americanas (Caribe e para as Américas), onde se estima a morte de mais de 19 mil pessoas nas diversas viagens realizadas. No Brasil, as manifestações antirracistas atearam fogo na estátua em homenagem ao bandeirante Manuel de Borba Gato, na cidade de São Paulo, na data de 24/07/2021, considerado um dos monumentos mais tradicionais e controversos da cidade.

caracterizam, constitui-se como um dos alicerces nos quais se baseiam as definições de identidade, seja para tempo pretérito, como a da construção do ideário de nação ou de supostos “grupos mais representativos” da sociedade, seja em momentos mais atuais, inclusive como simbolizador de possibilidades novas e diversas reclamadas pelos inúmeros atores (indivíduos ou grupos) nos finais do século passado e início desse novo século.

A construção da identidade individual (mesmo múltipla) ou mesmo de grupo (pertencer a uma determinada ou até mesmo a várias comunidades) é um processo que se inicia desde a infância e conforme o que experimentamos, as vivências que compartilhamos e as possibilidades de mudanças que vivenciamos e nos perseguem por toda a vida. Todos esses processos também se caracterizam pelo papel educativo que empreendem e, nesse sentido, podemos pensar em outra função que o patrimônio assumiu ao longo do tempo, que é a do patrimônio como possibilidade de aprendizagem. O patrimônio cultural configura-se como experiências passadas, que se mantêm no presente e podem ser transmitidas nos processos de ensino-aprendizagem, não apenas como exemplos de permanências ou mudanças, mas a partir da sua problematização promover um ensino mais significativo.

Nesse sentido e tomando o patrimônio cultural como referência para a conformação de uma relação de ensino-aprendizagem mais significativa, é que defendemos o seu uso para mediação dessa relação em todos os níveis de ensino, assim como defendemos o seu uso tanto em lugares formais de aprendizado como a sala de aula, como também nos lugares não formais, como por exemplo, os museus, os monumentos históricos, diversos locais espalhados pela cidade (casario, sítios/centros históricos, ruas, praças etc.), os momentos de apresentação das diversas manifestações culturais, as práticas culinárias, as manifestações de religiosidade, entre tantas possibilidades.

Para a concretização desse uso é preciso levar em consideração algumas questões importantes. A primeira questão a ser observada pelo professor é o uso do patrimônio cultural em sua forma material

ou em sua forma imaterial, deve ser algo componente do programa apresentado pelo professor aos alunos, deve estar explicitado como conteúdo a ser trabalhado e problematizado seja em lugares formais, seja em lugares não formais, dessa maneira não deve e não pode ser encarada (podendo esta ser uma visita a um monumento histórico, uma visita ao museu, ver a encenação de uma manifestação cultural etc.), como um mero substituto do papel a ser desenvolvido pelo responsável pela atividade em sala de aula ou fora dela.

Uma segunda questão importante - derivada da primeira - e em consonância com o que se está querendo ensinar, é a obrigatoriedade da definição dos objetivos que se está pretendendo atingir com uso do patrimônio e que o mesmo não deverá servir somente para ilustrar os conteúdos apresentados pelo professor nas aulas das diversas disciplinas ou mesmo fora delas, ou seja, a utilização do patrimônio cultural em sala de aula ou nos lugares de memória, deve ter objetivo(s) claro(s), inteligíveis, de fácil compreensão, passíveis de rápidas reorientações e novas adequações quando necessário, sem nunca esquecer da sua importância para o bom desenvolvimento da relação de ensino-aprendizagem.

Explicitado o uso do patrimônio como parte importante do programa e definido os objetivos de sua utilização, podemos levar em consideração uma terceira questão muito importante para uma aplicabilidade eficiente dessa temática: a de que esse uso necessita de um planejamento que considere todas as variáveis (ou o máximo possível) que fazem parte do processo. Esse planejamento deve sempre considerar ao menos três etapas para um efetivo uso: em primeiro lugar deve-se considerar o *antes*, tomado aqui como o processo de preparação e que compreende uma série de tarefas como: pesquisa, exploração, reconhecimento, apropriação a serem realizadas pelos alunos e acompanhadas pelo professor; em segundo lugar deve-se considerar o *durante*, aqui compreendido como o processo de realização da atividade/uso e que compreende uma série de tarefas como: exploração, reconhecimento e apropriação; e por fim deve-se considerar o *depois*, aqui compreendido como o processo

avaliativo e de sistematização do aprendizado e que compreende uma série de tarefas como: apropriação, releituras e reflexão.

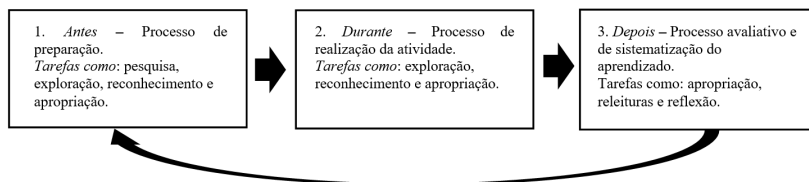


Diagrama 1: Etapas da atividade. Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência às questões relacionadas ao planejamento, temos uma quarta questão que se impõe, não só pela importância em ser observada, mas se traduz em uma necessidade para se atingir os objetivos de forma mais fácil e de maneira muito mais prática, que consiste na recomendação de que o uso do patrimônio se inicie elegendo e trabalhando com aquele existente na escola e no entorno da mesma (considerando, em um primeiro momento, o próprio nome da escola e a quem homenageia, os nomes das ruas, das praças, estatuária pertencente às praças ou à própria escola, as casas mais antigas do bairro, a existência de manifestações culturais no bairro, lugares de religiosidades etc.). Adotar essa perspectiva poderá tornar o ensino mais significativo para o aluno, principalmente por trabalhar com coisas que fazem parte da vida cotidiana dos mesmos, utilizando-se do reconhecimento do lugar onde se vive para procurar entender os lugares em que outras sociedades viveram ou vivem.

Observadas essas quatro questões para um bom uso do patrimônio nas relações de ensino-aprendizagem, tanto em lugares formais como em lugares não formais, as possibilidades de ganhos que se pode ter com essa prática constituem-se a partir da facilidade de adequação da utilização deste em relação às diversas faixas etárias, assim como em relação aos níveis de complexidade da aprendizagem dos educandos, evidentemente que essa adequação não é algo necessariamente estático e deva ser tomado como obrigatório pelo professor no momento da definição dos objetivos e do planejamento das atividades que tenham o uso e conseqüentemente a problematização/análise do patrimônio como referência, ela serve

principalmente para a possibilidade de uma melhor didatização da discussão e são sistematizadas na tabela exposta a seguir:

Tabela 1: Um modelo de uso do patrimônio cultural pelo Ensino de História

Nível de ensino	Idade dos alunxs	Tipologia/Abordagem do Patrimônio Cultural
Fundamental I	Dos 07 aos 11 anos	Explorar a materialidade do patrimônio, pois para essa faixa etária o concreto, os objetos em si, ainda são muito importantes e bastantes eficazes para se conseguir os objetivos esperados. Explore também as potencialidades desse patrimônio e não o use somente como meras ilustrações, constituam os questionamentos corretos que propiciem reflexões.
Fundamental II	Dos 12 aos 15 anos	Recorrer à imaterialidade do patrimônio, pois a esses é ensinado e cobrado o pensar abstratamente, que a função do patrimônio não se encerra em sua materialidade, mas encontra-se também para além dela.
Ensino Médio	Dos 16 aos 18 anos	Pensar a contraposição entre o material e o imaterial e o que cada modalidade dessas encerra. Podem-se pensar a partir dessa contraposição as diversas perguntas que podem ser feitas sobre os valores defendidos pelos grupos componentes da sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor (OLIVEIRA, 2022, p. 285).

Outra possibilidade de uso do patrimônio consiste na ludicidade, que pode ser introduzida pelo professor para abordar determinados assuntos em sala de aula, principalmente quando se trata dos alunos do Ensino Fundamental I, que se encontram em um estágio do seu aprendizado em que as brincadeiras ainda fazem parte do cotidiano. Em se tratando dos alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, o ganho produzido pelo uso do patrimônio consiste na praticidade e na aplicabilidade do conteúdo a ser abordado através dos questionamentos que podem ser feitos a partir das problematizações sobre o assunto, além de possibilitar a demonstração da importância do patrimônio cultural para uma determinada comunidade, assim como para a sociedade em geral.

Nesse sentido, o uso do patrimônio pode despertar nos primeiros anos do Ensino Fundamental,³ desenvolvendo-se ao

³ Esperamos que as atividades, os trabalhos em sala de aula e fora dela, com o patrimônio cultural despertem a possibilidade de preservação não somente nos alunos do Ensino Fundamental, como também nos alunos do Ensino Médio, bem como no momento da formação superior de profissionais que se apropriarão do uso da temática.

longo das vidas dos educandos, o senso de responsabilidade, uma vontade de proteção e de preservação desse patrimônio. É vital esse (re)conhecimento pelos alunos, e consequentemente pela população em geral, pois só se preserva aquilo que se conhece e que se tem empatia. Torna-se necessário sempre lembrar a célebre frase proferida por Mário de Andrade: “Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.

Por fim, em termos de ganhos que o uso do patrimônio pode possibilitar, temos a desmistificação da História e a discussão sobre o papel do passado garantindo a valorização de todos e não somente a determinados personagens, demonstrando que o patrimônio cultural, como marcas do passado existentes no presente se configuram como importantes documentos históricos e devem ser explorados nesse sentido.

Usando o patrimônio cultural: algumas considerações a partir do simpósio temático

O Simpósio Temático número 8⁴ foi denominado *Os usos do Patrimônio Cultural no Ensino de História: a sala de aula e os lugares não formais de aprendizagem* (denominação dada por nós no momento de apresentação da proposta) teve o objetivo de:

discutir o Patrimônio Cultural na contemporaneidade, tanto na sua concepção material (tangível) quanto imaterial (intangível), procurando agregar ‘trabalhos que reflitam sobre a constituição de discursos em contextos educativos formais, informais e não formais, bem como, a preocupação com os conhecimentos que são acionados a partir desse debate’, assim como um campo de pesquisa existente já há algum tempo no Brasil, principalmente a partir das últimas duas décadas do século passado e das duas primeiras décadas deste século [...].

Assim como observar e analisar:

sua utilização no Ensino de/da História a partir, seja da Educação Patrimonial (Teoria + Metodologia) como um importante aliado,

4 Numeração designada pela Comissão Organizadora do evento e que, a partir de agora, denomina-se apenas ST8.

seja dos não tão novos Estudos de Meio, seja através de práticas mais recentes como a do Turismo Pedagógico/Educacional, levando-se em consideração ‘as questões epistemológicas que a relação entre Patrimônio cultural e os processos educativos suscitam conjuntamente’, procurando a conformação de um significativo Ensino de História.

O ST8 fez parte da programação do III Simpósio Nacional História e Patrimônio Cultural⁵ pelo Grupo de Trabalho (GT) História e Patrimônio Cultural Associação Nacional de História (Anpuh/BR), ocorrido virtualmente, com a organização promovida pelo Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, nas datas de 05 a 08 de outubro do ano de 2021. O simpósio temático recebeu um total de 20 trabalhos inscritos, sendo apresentados 14 trabalhos. As apresentações ocorreram nas tardes dos dias 04, 05 e 06/10 e foram divididas em três blocos: um primeiro bloco com trabalhos mais conceituais e discutindo a relação patrimônio cultural e/na cidade e o ensino de História; um segundo bloco discutindo a relação patrimônio cultural e ensino de História, tendo como referência os trabalhos produzidos no ProfHistória; e um terceiro bloco discutindo a relação entre patrimônio cultural, o ensino de História e outras áreas do conhecimento.

O primeiro bloco foi composto pelos seguintes trabalhos⁶ (autor/título): Almir Félix Batista de Oliveira – *O aprendizado da História através do uso do Patrimônio Cultural*; Ana Gabriela Saba – *Rolé na Penha: ensino de História através das referências culturais do bairro*; André Aguiar Nogueira – *Patrimônio cultural e ensino de História: algumas reflexões sobre os municípios do vale do Jaguaribe no Ceará*; Ângelo Emilio Pessoa – *Procurando novos patrimônios em velhos*

5 O III Simpósio Nacional História e Patrimônio Cultural teve o tema Patrimônio, Resistência e Direitos, ocorreu virtualmente por conta da Pandemia da Covid-19, quando iniciou-se um período de isolamento social no Brasil no ano de 2020 (ano de realização do evento). Contou com diversas atividades acadêmicas como: 1 conferência de abertura; 3 mesas-redondas denominadas Diálogos Patrimoniais; 15 simpósios temáticos, além do lançamentos de livros, atividades culturais e, na data de 08/10, atividades práticas/visitas técnicas denominadas Vivências com o Patrimônio Cultural.

6 Para fins de escrita desse texto dividimos os comentários sobre os trabalhos inscritos por blocos de trabalhos devidamente apresentados no ST8 e um quarto bloco relacionado aos trabalhos faltantes.

papéis: uma articulação entre novos olhares e algumas práticas do ofício, sendo os mesmos apresentados na tarde do dia 05/10.

Como citado anteriormente, o critério usado para a organização desse primeiro bloco foi uma perspectiva de trabalhos mais conceituais e que estavam discutindo a relação patrimônio cultural e/na cidade e o ensino de História. Tomando as questões conceituais como ponto inicial, o que podemos observar sobre os trabalhos apresentados foi a busca por um uso do patrimônio que significasse positivamente a relação ensino-aprendizagem para os alunos, o uso da história local como um dos principais pontos de partida, conceituações de patrimônio que procurassem ser mais democráticas e amplas, valorizando tanto o material, quanto o imaterial nessa relação, procurando também estimular o papel de protagonista dos alunos na construção do seu aprendizado.

As experiências apresentadas procuram valorizar os patrimônios existentes em três cidades brasileiras: na cidade do Rio de Janeiro (especificamente no Bairro da Penha – Favela da Vila Cruzeiro), na cidade de Tabuleiro do Norte (Ceará) e na cidade de João Pessoa (Paraíba) buscando para tal valorização a realização de pesquisas pelos discentes e orientadas pelos professores, organização de exposições, visitas guiadas a patrimônios com monitorias feitas pelos alunos (do Ensino Médio e Superior), produção de textos e materiais a serem usados em sala de aula, conseqüentemente produção de inventários sobre os patrimônios elencados para a realização das atividades planejadas.

O segundo bloco foi composto pelos seguintes trabalhos: Liesly Oliveira Barbosa – *Da memória para a história: monumentos estatuariários e bustos como fontes para problematização dos conteúdos nas aulas de História*; Luciano Fábio Dantas Capistrano – *Uso das redes sociais como espaço de educação patrimonial*; Marcos Daniel Rosa de Freitas & Leonardo Cândido Rolim – *O ensino de História e lugares de memória: a Educação Patrimonial na formação cidadã em Mossoró/RN*; Vinicius Ferreira Gomes – *Cantigas de roda e memória coletiva nas aulas de história no Ensino fundamental II*.

Para esse segundo bloco, o critério usado para a organização das apresentações foi a existência de trabalhos discutindo a relação patrimônio cultural e ensino de História, tendo como referência as pesquisas em andamento para a confecção das dissertações de mestrado produzidas no ProffHistória. As apresentações aconteceram na tarde do dia 06/10.

Os trabalhos apresentados neste bloco discutiam uma aplicabilidade, um uso concreto do patrimônio em sala de aula para a problematização dos conteúdos abordados e como instrumentos de mediação nas aulas de História, a exemplo da utilização de um patrimônio (monumentos) estatuário na perspectiva de (re) conhecimento sobre o patrimônio cultural pertencente a uma dada localidade e conseqüentemente à memória pública (também histórica) por esse produzida ou a partir desse evocada. Ou ainda do uso das cantigas de roda (uso em uma sala de aula do Ensino Fundamental II) presentes nas memórias individuais e coletivas (tomadas como representantes de um patrimônio por vezes não sacralizado e oficializado) dos habitantes de uma cidade.

Para além do uso do patrimônio na sala aula, mas considerando o mesmo como importante para a mediação e problematização dos conteúdos históricos abordados na relação ensino-aprendizagem, foram apresentados trabalhos que se utilizavam de páginas da internet (redes sociais com conteúdo histórico e sobre patrimônio cultural) como espaço para se estabelecer diálogos entre o professor de História e os usuários e possibilidade desse espaço virtual para o desenvolvimento da prática da educação patrimonial ou um trabalho em que se verificava a possibilidade de espaços (lugares de memória relacionados à abolição da escravidão, ao cangaço e à conquista do voto feminino) serem utilizados nas atividades que articulem o ensino de História com a educação patrimonial, assim como a produção de material didático (cartilha explicativa) para ser usado por alunos e pelo público em geral.

O terceiro bloco foi composto pelos seguintes trabalhos: Eliana da Silva Ribeiro – *Histórias e culturas em nossos quintais: possibilidades de usos no ensino de História do Sítio Arqueológico Pacoval*

em Macapá, Amapá/Brasil; Natali Braga Spohr – Patrimônio cultural gaúcho em disputa: o Festival da Barranca (São Borja/RS) e as relações de poder; Natália Vieira Carneiro – Um enredo entre o patrimônio cultural e o ensino de História: guia de uma oficina didática virtual sobre a Rua da Areia em João Pessoa/PB; Reginaldo Ferreira da Silva Neto – Memórias, conexões, ensino de História e patrimônio Industrial: o (re)inventar da cidade das chaminés, a partir do (re)uso dos espaços do núcleo fabril; José da Paz Dantas – Educação patrimonial através do Turismo em Caicó/RN; Tiago de Oliveira Ferreira – o Parque Ecológico Mata da Bica: as possibilidades de abordagens educacionais na integração socioambiental do patrimônio natural de Formosa/GO.

Para a constituição do terceiro bloco, o critério usado para a organização das apresentações foi a existência de trabalhos discutindo a relação entre patrimônio cultural, o ensino de História e outras áreas do conhecimento. As apresentações aconteceram na tarde do dia 07/10. Nesse terceiro momento de apresentações, foi possível contar com trabalhos que articulavam as discussões entre o ensino de História (conseqüentemente da História enquanto área de conhecimento e produtora de um saber científico) e áreas como a Arqueologia, a Arquitetura, o Turismo, tendo o uso do patrimônio cultural como referência para a relação ensino-aprendizagem, além de abordar possibilidades de discussões trabalhando com questões de gênero e a transgressão das relações de poder e da possibilidade de preservação e do uso do patrimônio ambiental.

Na perspectiva da relação ensino de História, patrimônio cultural e outras áreas do conhecimento, foi possível observar trabalhos apresentados oriundos de aulas dialogadas, oficina de escavação simulada, palestras, visitas a museus e entrevistas com especialistas, com o intuito de promover a problematização e desconstrução de discursos canônicos e eurocêtricos e possibilitar a construção de olhares e ações críticas e emancipatórias que respeitem e valorizem a História e a Cultura dos povos indígenas, habitantes do Amapá, no passado e no presente (relação do Ensino de História e Arqueologia). Como também observamos trabalhos que exploraram a relação ensino de História e Arquitetura, a

partir do uso de conjuntos arquitetônicos, por meio da elaboração de uma oficina didática virtual para debater a preservação de um determinado patrimônio e a sua relação com os elementos culturais e humanos inseridos no entorno ou ainda utilizando-se dessa mesma relação pensar os usos de um patrimônio industrial (centrando suas análises nas conformações da fábrica) para discutir questões relacionadas às memórias e representações de um determinado espaço.

A possibilidade de transgredir através e com o patrimônio cultural, inclusive numa perspectiva contestadora, possibilitou a discussão sobre o patrimônio imaterial enquanto manifestação cultural servir também para a manutenção de determinado status quo, contribuindo pela continuação de determinadas relações de gênero opressoras e a busca pela construção de novas referências. Somam-se às propostas apresentadas anteriormente, a do uso do patrimônio cultural e natural, através da criação de um roteiro histórico-cultural tendo como público-alvo os alunos do ensino fundamental, em consonância com a prática turística educacional, promovendo e possibilitando assim a manutenção da memória de diversos lugares, assim como a proposta de agregar valor histórico, ambiental e social, promovendo a preservação e conservação de áreas naturais que também podem ser transformar através de processos de ressignificação em lugar de aprendizagem atraindo a presença dos moradores e estudantes locais, bem como pesquisadores e turistas em decorrência dos patrimônios culturais aí contidos e observados nas atividades turísticas.

Infelizmente, não foi possível contarmos com a apresentação dos seguintes trabalhos (estando os mesmos divididos pelos três blocos de apresentação): Jaqueline Ap. Martins Zarbato – *Museus e ensino de História: uma comparação entre ações didáticas em museus no Brasil e na Argentina*; Esdras Carlos – *O Google Street View como ferramenta para abordar o patrimônio na sala de aula de História*; José Carvalho Lima Júnior – *Educar pela cidade: a Educação Patrimonial como metodologia para o ensino de História*; Sabrina Barros Nepomuceno – *A Feira de São Bento: inventários participativos e saberes reversos*

por uma educação patrimonial decolonial; Lucas William de Araújo Borges – Será o Benedito! A educação patrimonial decolonial no ensino de História; Pedro Carlos de Oliveira Alves – Descobrimos sambaquis: uma formação continuada em Educação Patrimonial para a valorização do passado pré-colonial.

Algumas constatações finais

Gostaríamos, para encerrar a escrita desse texto, de retomar algumas constatações sugeridas no início e que estão em consonância com os trabalhos propostos e apresentados ao longo da realização do ST 08. Uma primeira constatação é o caráter educativo que o patrimônio cultural (material e imaterial) pode ter ou pode vir a assumir. Enquanto marcas do passado preservadas no presente, o patrimônio cultural, quando problematizado, pode servir de exemplo para o questionamento referente ao privilégio dado, nos processos de escolha,⁷ a determinados objetos, lugares e manifestações culturais que terminam se transformando em representantes de “todos” ou de determinadas versões da História, quando na verdade representam alguns grupos que se fazem predominantes e hegemônicos. Nessa perspectiva, o uso do patrimônio, mesmo aquele que é alçado a essa condição, pode proporcionar novas perguntas, novos questionamentos e, portanto, visões/versões mais democráticas, mais inclusivas e mais significativas do passado, no presente e em possíveis construções de futuros.

Uma segunda constatação sobre a qual podemos refletir é o papel do patrimônio cultural como documento histórico a ser utilizado na relação ensino-aprendizagem. Documentos passíveis de serem analisados e criticados, em alguns casos terminam até sendo destruídos ou vandalizados como podemos observar nos casos das estátuas de colonizadores e traficantes de povos escravizados, pois não se constituem como verdade absoluta, porém para além

7 A definição do que pode ser a preservação do patrimônio cultural de uma determinada sociedade constitui-se a partir de processos de escolha determinados pelas disputas entre grupos. Essas escolhas são permeadas pelas concepções de história, de memória, do papel da cultura, do próprio conceito ou da ideia de patrimônio cultural, da formação dos processos identitários, entre outras coisas.

de possibilitar um ensino mais significativo para os educandos (pelo fato de poder dar mais ludicidade a essa relação, assim como possibilitar através dos diversos exemplos usados e problematizados a desmistificação da ideia de que o patrimônio importante e, nesse sentido aquele que deve ser preservado, é sempre o dos outros), proporcionam refletir sobre as mudanças e permanências tanto no plano material quanto no plano imaterial, as rupturas e continuidades nos/dos processos históricos, as semelhanças e diferenças entre grupos e sociedades.

Outra constatação que pode ser feita é a possibilidade da construção de um trabalho interdisciplinar abarcando um grande número de áreas do conhecimento que tem o patrimônio cultural como tema, como temática ou objeto de estudo. Na condição de estudo de fronteira, podemos observar que esse campo se inicia como objeto de estudo de praticamente uma única disciplina, a Arquitetura⁸, nas décadas de 1930 e 1940, no decorrer das décadas posteriores, enquanto se amplia o conceito/ideia do que deveria se constituir enquanto patrimônio vai ganhando novos estudos produzidos em novas áreas do conhecimento, a exemplo das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, chegando ao momento atual em que podemos encontrar trabalhos realizados em quase todas as ciências, a exemplo de trabalhos na Química analisando o efeito de determinados produtos usados para combater pragas, como cupins na madeira – seja nos retábulos de igrejas ou em estatuária – a estudos relacionados a uma Gastronomia que propicie, através do consumo e do preparo de determinados alimentos, uma identidade individual e coletiva.

Por fim, uma última constatação que pode ser feita em relação ao uso do patrimônio cultural no ensino e na relação ensino-

8 Os estudos sobre patrimônio cultural, ou mais especificamente do chamado patrimônio arquitetônico, se iniciaram, principalmente a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) na década de 1930. No caso brasileiro é interessante observar que esse movimento se instala, apesar da presença de figuras com Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, entre outros, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no ano de 1937 e com a necessidade da produção de pareceres técnicos para justificar os processos de tombamentos iniciados pelo referido órgão a partir de sua criação, cabendo em sua grande maioria aos arquitetos (modernos) a produção dos mesmos.

aprendizagem da História, na sala de aula e nos lugares não formais de aprendizagem é a da própria apresentação desse patrimônio às crianças e jovens estudantes para o seu reconhecimento e valorização enquanto algo que os identifica e singulariza em relação a outros grupos ou indivíduos, enquanto algo que os identifica, os singulariza em relação a outros grupo ou indivíduos. Reconhecer o patrimônio e as suas representações como algo importante para determinado grupo e, por conseguinte, para uma determinada sociedade é – com toda certeza –, o primeiro passo para promover a preservação e a conservação desse patrimônio, tanto em relação ao material quanto ao imaterial. Essa apresentação/reconhecimento pode ser feita, como observamos, a partir das discussões promovidas no ST 08 em qualquer idade e se puder ser iniciada logo nos primeiros anos do ensino fundamental ainda melhor.

Referências:

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora da UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. MINC/Iphan/ DEPRON. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. A preservação do patrimônio imaterial como afirmação de outras etnicidades. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH... *Anais*, São Paulo, jul. 2011. São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, história e patrimônio histórico*. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *O patrimônio cultural e os livros didáticos de História*. Curitiba: APPRIS Editora, 2022.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Patrimônio, memória e ensino de

história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (org.). *Ensino de História: múltiplos ensinios em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008.

OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida (org.). *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação*. Mossoró: EdUFERSA, 2020.

PAULA, Z. C.; MENDONÇA, L. G.; ROMANELLO, J. L. (org.). *Polifonia do patrimônio*. Londrina: EDUEL, 2012.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *A cultura é de todos*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Departamento de Letras/USP, 1958.

“Combates pela História Ensinada”: o arquivo escolar como patrimônio documental, fonte e objeto para a aprendizagem histórica¹

Ana Carla Sabino Fernandes

É tudo? Não. Não é mesmo nada, se vocês continuarem a separar a ação do pensamento, a vida do historiador da vida do homem. Entre a ação e o pensamento, não há separação. Não há barreira. É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês penetrem, animados da luta, todos cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido – e que, abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a vossa própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida gelada da Princesa adormecida...

Febvre, 1977

1 Este texto é fruto da minha participação - e corresponde ao registro oral da minha fala na mesa “Diálogos patrimoniais III- Autonomia e Liberdade: Experiências transformadoras entre Patrimônio e Educação” que ocorreu virtualmente dia 7/10/2021, e que contou também com as palestrantes Profa.Dra. Carmem Gil (UFRGS), Profa. Dra. Cristina Meneguello (UNICAMP) e com a Profa.Dra. Isabel Guillen (UFPE) e mediação do Prof. Mestre Aterlane Martins (IFCE). A mesa fez parte da programação do III Seminário Nacional Patrimônio, Resistência e Direitos. História e Patrimônio Cultural, realizado pelo Grupo de Trabalho Nacional História e Patrimônio Cultural (ANPUH Brasil) coordenado pelo Prof.Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC).

Este texto é pautado em três aspectos inspiradores. O primeiro foi a releitura que fiz, em 2020, da obra *Combates pela História* do historiador francês Lucien Febvre (1878-1956), publicada inicialmente em 1953.² Li pela primeira vez esse livro quando recém ingressei no curso de História da UFC (1997), na disciplina Teoria da História I, ministrada pelo querido Prof. Assis Oliveira, e hoje percebo melhor o quanto um livro-manifesto, um professor comprometido não só com a teoria da história, mas, com a formação histórica dos estudantes e das estudantes transformaram minha vida e a vida dos meus colegas e das minhas colegas, jovens licenciandos e licenciandas em história, turma adorada que em 2020 completou 20 anos de histórias. Em uma das nossas placas de formatura (nem todos se graduaram em 2020), uma homenagem a nós, a vida e a obra de Febvre e a esperança do caminho do ser professor-pesquisador da história, que foi denominada a partir da frase emblemática: “Viver a História”!

O segundo ponto, a leitura coletiva deste livro com as turmas de Estágios Supervisionados em História da UFC³, cujo propósito foi encorajar os meus alunos e minhas alunas a “viver a história”, afirmando que somos capazes de existir e resistir pela história contra o mundo pandêmico (refiro-me a COVID-19 e ao governo brasileiro antidemocrático e genocida) a que estávamos/ estamos vivendo, que nossa formação docente é a favor da condição digna da vida humana, e que o formato do ensino remoto na disciplina de estágio (condição para a realização das aulas devido ao novo coronavírus) não nos distanciou da possibilidade de

2 FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Portugal: Editorial Presença, 1977.

3 A comunidade escolar, incluindo os/as docentes e os/as discentes, da educação básica pública e privada do Estado do Ceará realizou suas atividades de modo não presencial (remota) por conta da pandemia da COVID19, desde abril/2020. Em meados de 2021 as escolas estaduais, nosso principal campo de atuação, deram início às aulas presenciais de forma gradual e, em alguns casos, de forma híbrida. O que também ocorreu nas escolas de Fortaleza/CE, por exemplo, dos anos finais do ensino fundamental II. Diante deste cenário instável, e dos riscos de contaminação (ainda eminente, mesmo com o avanço da vacinação) dos alunos estagiários e das alunas estagiárias da UFC, desde o início de 2020 e até 2021.2, optei por ministrar aulas síncronas e assíncronas nos estágios e não permitir o estágio nas escolas, para também preservar a saúde da comunidade escolar.

sermos testemunhas da história, de registrarmos a construção de conhecimentos históricos escolar acerca dos nossos sentimentos, pensamentos, ações, como por exemplo, sobre a história da saúde, da doença e da vacina no Brasil.

Assim, no primeiro semestre de 2020, eu e a Profa. Dra. Raquel Alves,⁴ propomos junto com estagiários e estagiárias, com a colaboração ativa do Grupo de Pesquisa em Ensino de História (GEPEH), do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ensino de História (LEAH) e do ProfHistória UFC, o Seminário “Combates pela História Ensinada”, que em outubro de 2021 encerrou sua quarta edição com participação virtual de um amplo e diverso público.⁵ Nosso intuito foi, e ainda é, reafirmar o trabalho vivo, real, presente do professor e da professora de história e que, a sala de aula não é a tela do computador, do celular ou do tablet, que o aluno e a aluna não são máquinas para simplesmente estar ou não on-line, desconsiderando condições emocionais, políticas, econômicas, as perdas familiares e a precariedade do acesso à internet e aos equipamentos, as ferramentas e os recursos digitais.

A programação do Seminário é associada, essencialmente, às expectativas do ensino e da aprendizagem do/no estágio e tem como projeto a “pergunta geradora”⁶ de reflexões e ações para a realização do aprendizado histórico significativo: como e o que ensinar quando se ensina história? O que os alunos e as alunas aprendem quando aprendem história?⁷

4 A Profa. Dra. Raquel Alves é docente da rede pública municipal de ensino de Fortaleza e em 2020 estava concluindo seu contrato de professora substituta no Departamento de História da UFC ministrando, dentre outras disciplinas, o estágio supervisionado.

5 Em abril de 2022 faremos a 5ª edição do Seminário.

6 O termo “pergunta geradora” advém das concepções teóricas e metodológicas de Paulo Freire ao tratar das “palavras geradoras”, em suas práticas educativas como cita nas obras: FAUNDEZ, Antonio; FREIRE, Paulo. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. 8.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. E em: FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

7 Trechos do Projeto de Pesquisa e Estudo em Ensino e Aprendizagem Histórica nos Estágios Supervisionados/ETAPA I e II (2021.2): “O Estágio em História: o que aprendemos e o que ensinamos no/sobre os anos finais do Ensino Fundamental”. Material disponível em: <https://laboratorioensinohistoria.ufc.br/pt/estagios/>

Enfatizando a história de vida e a formação docente do professor ou da professora na escola, esperamos que os graduandos e as graduandas reflitam analiticamente sobre a ação docente sugerindo, posteriormente, possibilidades de mudança ou aperfeiçoamento a partir dos caminhos metodológicos da história ensinada. Percebam também como os alunos e/ou as alunas aprendem história, como o professor e/ou a professora avaliam a aprendizagem e os problemas detectados e apontam possibilidades de intervenção.

Como disse o educador Paulo Freire, por fim: “Ensinar exige pesquisa”, “Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”:

Por isso, é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador.⁸

Enquanto licenciandos nas etapas finais da formação docente em história e leitores reflexivos das obras de Paulo Freire, no caso da obra específica *Pedagogia da Autonomia*,⁹ leitura sugerida para o Seminário e para a produção do projeto de ensino nos estágios, eles e elas deveriam experimentar a ideia de que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, ou seja:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela –saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.¹⁰

8 FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos...Op. cit.*, p. 39.

9 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

10 *Ibidem*, p. 31.

Almejamos, para concluir parcialmente o segundo ponto, e adentrar no terceiro, que me instigou a escrever este artigo, que a 4ª edição (agosto a outubro/2021) do Seminário “Combates pela História Ensinada” tenha focado (e tocado a todos e todas) na promoção de aulas oficinas e no uso de fontes históricas. Para que, sujeitos como os meus alunos, minhas alunas estagiários e estagiárias pudessem ter mais subsídios para elaborar (individualmente ou em dupla) um conteúdo/componente curricular da disciplina de história do ano/série que deseja pesquisar e estudar para produzir um plano de aula e um plano de ensino referente ao 6º, 7º, 8º ou 9º ano, anos finais do ensino fundamental. Usando como referência o programa de um ou mais livro(s) didático(s) de história, de preferência do PNLD 2018-2021 e a BNCC dos anos finais do EFII. A proposta foi que ressignificassem a narrativa historiográfica escolar contida na matéria/contéudo de referência escolhido, sugerindo outras fontes, textos, atividades etc., baseando-se, dentre tantos materiais didáticos, nos textos de Helenice Rocha.¹¹

Como exemplo, apresento um card/cartaz (figura 1) da 4ª edição do Seminário que anuncia o item 3 (terceiro elemento inspirador), digamos assim, que enaltece e se relaciona com os escritos acima. Foi então a aula oficina que ocorreu dia 29/09/21 com a temática “História e Patrimônio Documental: documentos digitais e documentos não digitais no ensino e na pesquisa da História”, com minha participação e do Prof. Mestre. Vagner Silva Ramos Filho (Doutorando em História pela UNICAMP e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória - GEPPM-UFC/CNPq), transmitido on-line pelo canal: youtube.com/leahufc.

Em síntese, a minha proposta no evento retratado acima foi fomentar uma discussão que existe no meio acadêmico e escolar há décadas. Ou seja, o debate de que as relações de pesquisa e de ensino de história com o patrimônio documental estão ampliadas.

11 ROCHA, Helenice. Aula de História: evento, ideia e escrita. *História e Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, 2015; BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projeto a avaliação. OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim de (org.). In: BARCA, Isabel. *Pensamento Histórico e Consciência Histórica*. Curitiba: W.A. Editores, 2018, p.77-86.

Melhor, que para além dos processos de tombamentos e registros que pairam sobre o patrimônio material e imaterial do Iphan, que envolvem documentação de arquivo e a produção documental. Minha concepção complementar é a de que o patrimônio documental não são apenas os documentos de arquivos públicos, principalmente. Esta ampliação, ainda, contraditoriamente muito restrita, do reconhecimento e dos usos de diversos gêneros documentais por professores(as), pesquisadores(as) e estudantes de história deve-se à precariedade (que deve ser superada urgentemente) de estudos interdisciplinares com as áreas de arquivologia, letras, literatura, as tecnologias de informação e comunicação, e bem com os sistemas de mídias digitais.

4ª edição

COMBATES PELA HISTÓRIA ENSINADA:

História e Patrimônio Documental: documentos digitais e documentos não digitais no ensino e na pesquisa da História.

Prof. Ms. Vagner Silva Ramos Filho
Doutorando em História pela UNICAMP e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória - GEPPM-UFC/CNPq

PALESTRANTE

MEDIADORA e PALESTRANTE

Profa. Dra. Ana Carla Sabino
Dept. História UFC,
Coord. Proff. história UFC,
GEPEH e LEAH.

Sessão 04
29/09/21
quarta
19h às 20:30h

Acesso:
youtube.com/leahufc

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Dept. de História

HICE HISTÓRIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
E CULTURA DA UFCA
UFC

GEPEH
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

LEAH
LABORATÓRIO DE ARQUIVO E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Figura 1: Card/Cartaz de divulgação da 4ª sessão do Seminário “Combates pela História Ensinada: aulas oficina e o uso de fontes históricas em 29/9/2021. Fonte: youtube.com/leahufc

Desse modo, encarando essas circunstâncias, fica ou deveria ficar evidente que a participação ativa dos sujeitos, dos sujeitos escolarizados, para ser mais enfática, é fundamental para a compreensão do que são documentos digitais, documentos nato-digitais, documentos não digitais (físicos) e por quê, como considerá-los enquanto patrimônio documental em uma perspectiva do multiverso arquivístico, social, humana, coletiva e compartilhada.¹²

Contudo, é preciso e gostaria que refletíssemos e tratássemos destes conteúdos com os alunos, alunas, professores e professoras da/nas escolas e na universidade, não só acerca da produção e da operacionalização digital e não digital, mas, com relação a preservação do conteúdo, da pessoa que produz o documento digital e não digital, aquilo que se refere a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei nº 13.709 de 14/8/2018):

dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural, ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade natural.¹³

O ensino e a aprendizagem histórica a partir dos documentos textuais de diversos formatos deve ser, portanto, um conteúdo a ser ensinado. E os assuntos provenientes daí são muitos e aparecem como questões problemas para suscitar o debate, a pesquisa, como: Os documentos são fontes probatórias e, por isso, nos dão a conhecer algo? O que é e como podemos ter acesso a acervos, arquivos documentais?¹⁴ Quais relações existem, e como, entre a memória comunitária, social e sua caracterização como patrimônio documental? Quais são as diferenças entre

12 MCKEMMISH, SUE. Provas de mim... novas considerações. In.: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMAMANN, Luciana (org.). *Arquivos Pessoais. Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013, p. 17-43.

13 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm Acesso em 02 de dez. de 2021.

14 Em termos legais é fundamental que conheçam a Lei Nº12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em 03 de dez. de 2021.

direito patrimonial e direito autoral? Documento digital ou nato digital significam, necessariamente, inovação, desburocratização e eficiência administrativa? Tanto os documentos não digitais como os demais, digitais e nato digitais, são passíveis de perda (independente do suporte usado), da invisibilidade (inacessíveis), do desconhecimento público?

Encerrando a aula oficina, propus como tarefa mais perguntas, mais direcionadas aos professores e à gestão escolar. São elas: A comunidade escolar quer preservar, usar para estudos e pesquisas para o ensino e o aprendizado histórico (seguindo todos os protocolos legais e arquivísticos), incorporando ao currículo e ao projeto político pedagógico da escola, por exemplo, projetos escolares, fotografias de término de etapa escolar, provas, registros os mais variados de estudantes etc.? Pretendem possibilitar o acesso ao público, como para os estagiários de história? Os docentes, as docentes e os gestores da escola estariam dispostos a aprender junto com o Laboratório de Ensino e Aprendizagem de História (LEAH) da UFC,¹⁵ sobre tratamento documental, arquivos permanentes, estabelecendo processos como identificação e descrição dos documentos escolares? Por que, como fazer da escola um lugar de arquivo?

A última indagação foi o argumento primordial que tratei no Seminário História e Patrimônio, dia sete de outubro de 2021 (figura 2):

O que disse afinal: que um arquivo escolar pode ser composto por documentos da administração escolar, permanecendo ou não na escola, recolhidos ou não pela Secretaria de Educação do Estado ou do Município, a partir de uma tabela de temporalidade e de uma equipe para realizar a avaliação/classificação/descrição, o tratamento dos documentos (em síntese), e encaminhar para o arquivo estadual ou municipal.

15 O LEAH, coordenado por mim, promoverá a partir de 2022 cursos/oficinas gratuitos e presenciais sobre a formação de Arquivos Escolares. Divulgaremos amplamente para toda a rede estadual e redes municipais de educação do Ceará.

III SEMINÁRIO NACIONAL - PATRIMÔNIO, RESISTÊNCIA E DIREITOS

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

UFPA

FOTOGRAFIA: AUGUSTO PESSOA / ARQUIVO DO IFPA

DIÁLOGOS PATRIMONIAIS III

**“COMBATES PELA HISTÓRIA ENSINADA”:
O ARQUIVO ESCOLAR COMO PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL, FONTE E OBJETO PARA A
APRENDIZAGEM HISTÓRICA.**

**PROFA. DRA. ANA CARLA
SABINO FERNANDES
(UFC)**

7/10 - 9H

GT PATRIMÔNIO ANPUH

ANPUH INSTITUTO DE HISTÓRIA DA UFPA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GEPPM PROFHISTÓRIA UFPA

Figura 2: Card/Cartaz de divulgação da minha participação na 3ª sessão dos Diálogos Patrimoniais no III Seminário Patrimônio, Resistência e Direitos em 7/10/2021.
Fonte: https://www.youtube.com/results?search_query=gt+patrim%C3%B4nio+anpuh

Um outro ponto observado foi relativo aos arquivos escolares serem também aqueles formados por documentos/monumentos da escola, de escolas reconhecidas como tradicionais, centenárias, antigas (a maioria colégios públicos) e que guardaram, armazenam e/ou acondicionam, em espaços inapropriados, do ponto de vista da conservação, da preservação e do acesso. São documentos que datam desde a criação da escola, sobre registros tipológicos diversos de ex-alunos(as) e ex-professores(as) apadrinhados como figuras ilustres por terem estudado na escola, são homens e mulheres que se tornaram médicos, políticos, escritores etc. Além de papéis, é possível encontrar objetos (medalhas, troféus etc.) equivocadamente musealizados, sem os devidos cuidados que a história, a museologia e o patrimônio documental arquivístico requerem. Cito dois exemplos: o primeiro é o Colégio Liceu do Ceará (fundado em 1845, em Fortaleza- CE), melhor, o Memorial do Liceu do Ceará denominado “Professor José Wilson Firmino”,

idealizado pela Profa. Ana Rebouças, datado em oito de março de 2019, com acervo de troféus esportivos, livros escolares, fotografias, registros de ex-alunos(as) e professores(as)¹⁶.

O segundo caso, é o da Escola de Ensino Médio Coronel Virgílio Távora (Quixadá- CE), relatado na dissertação de mestrado da Profa. Maria Josileuda Pinheiro Queiroz. A professora pesquisadora cita diversas vezes que encontrou, durante suas pesquisas em 2017, parte das suas fontes escritas em uma pequena sala com documentos amontoados em prateleiras e no chão no chamado “arquivo morto”.¹⁷ Tal definição/conceito está em desuso, é ultrapassada segundo os estudos científicos da arquivística da gestão documental. Dessa forma, podemos apenas arriscar dizer que, em alguns casos, esta nomenclatura equivale atualmente ao acervo de documentos de um arquivo permanente e/ou até do acervo do arquivo denominado histórico.¹⁸

No tal “arquivo morto”, a Profa. Maria Josileuda Pinheiro, acessa dezenas diários de classe, como o: “Diário de Sala. Colégio Estadual Coronel Virgílio Távora. Noturno. 1º série única (ginasial), 1970. (50 alunos). Disciplina: Téc. Comercial”; “Diário de Sala. Arquivo morto da Escola Estadual Coronel Virgílio Távora. Professora Vera Carneiro, Curso de Contabilidade, disciplina de Processamento de Dados, 3ºB Matutino, 1985”, dentre outros.¹⁹ O resumo da dissertação da Profa. Josileuda, por exemplo, chama nossa atenção não só pela grandeza do tema, mas, sobre como sem esse (os diários de classe) patrimônio educativo, documental, o cerne da sua problematização poderia ser comprometido:

16 Dados obtidos em entrevista concedida pela Profa. Regina Bernardo (docente do Colégio Liceu do Ceará), por mensagem WhatsApp, dia 6/10/2021.

17 QUEIROZ, Maria Josileuda Pinheiro de Queiroz. *Memórias e Vivências do Ensino Técnico do Colégio Coronel Virgílio Távora de 1971-1985*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, Ceará, 2021, p. 10.

18 No primeiro capítulo da minha tese de doutorado eu faço uma boa discussão sobre a questão do “arquivo morto”, no caso do Arquivo do Estado do Ceará em 1932. Disponível em: <https://laboratorioensinohistoria.ufc.br/pt/livro-archive-se-historia-documentos-e-memoria-arquivisticas-no-ceara-1835-1934/> Acesso em 20 de dez. de 2021.

19 QUEIROZ, Maria Josileuda Pinheiro de Queiroz. *Memórias e Vivências do Ensino Técnico do Colégio Coronel Virgílio Távora de 1971-1985... Op. cit.*, p. 155-156.

Este trabalho foi desenvolvido através das memórias dos sujeitos de uma experiência de ensino técnico ocorrida no Colégio Estadual Coronel Virgílio Távora, em Quixadá-CE [...]. Além disso, através dos documentos do arquivo morto do Colégio Estadual Coronel Virgílio Távora, foi possível visualizar o ofício do Conselho Estadual de Educação reclamando de professores que não tinham licença para ensinar disciplinas voltadas ao ensino técnico [...]. De acordo com os documentos escritos e orais, entendemos que o período de regência desse ensino técnico tenha sido dos anos de 1971 a 1985.²⁰

Por fim, compartilho com os leitores e as leitoras meu projeto de pesquisa (ambientado no LEAH, desde 2015) chamado “O Arquivo Escolar: a formação docente, ensino e aprendizagem histórica” e como exemplo de experiência deste projeto, cito sua execução no Programa Residência Pedagógica, entre 2018 e 2019, quando fui docente orientadora, contando com a participação de 27 (2018) 26 (2019) bolsistas da graduação em história da UFC, os residentes, e três professores (identificados como preceptores) do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Ceará, foram eles: Prof. Jorge Henrique Maia Sampaio (EEM Liceu de Messejana/Fortaleza-CE); Prof. Paulo Giovanni Gomes Valente (EEEP Paulo VI/ Fortaleza-CE); e o Prof. Lucas da Silva Vieira (EEEP Professor Antônio Valmir da Silva/Caucaia-CE).

O projeto apresenta, a princípio, algumas reflexões teóricas e metodológicas acerca dos resultados preliminares de uma pesquisa-ação realizada com alunos e as alunas do curso de história da UFC, bolsistas residentes do Programa Residência Pedagógica (RP), com os Professores Preceptores das escolas envolvidas em nosso RP e com os(as) estudantes do ensino médio das/nas escolas públicas participantes. O projeto, portanto, trata das possibilidades de interseção entre os saberes e as práticas arquivísticas e as ideias históricas de estudantes do ensino médio, considerando as narrativas estudantis como fundamentais para a compreensão dos processos de aprendizagem histórica dos alunos e das alunas na escola e para o fomento da docência significativa dos futuros professores.

20 QUEIROZ, Maria Josileuda Pinheiro de Queiroz. *Memórias e Vivências do Ensino Técnico do Colégio Coronel Virgílio Távora de 1971-1985...* Op. cit., resumo.

O “que fazer” arquivístico e os conceitos de registro, narrativa e aprendizagem histórica nos orientam na criação do Arquivo do Estudante de História na Escola, na acumulação das atividades escolares em formato de dossiês individuais (propostas a partir de fontes históricas), realizadas pelos estudantes do 1º ao 3º ano do ensino médio, em sala de aula e em casa.²¹ Visando a percepção de processos de aprendizagens históricas distintos e o “quefazer” docente mais propositivo. O projeto pretendeu, por fim, demonstrar a diferença entre o Arquivo da Escola (onde o estudante já é ou deve Ser) e o Arquivo do Estudante na escola com a comunidade escolar (onde todos os seres/sujeitos em construção), na expectativa de que o conhecimento histórico escolar seja referência e referenciado entre os docentes e discentes e que a Escola possa oferecer para a comunidade universitária e escolar, um bom acervo de pesquisa sobre ensino e aprendizado em História.



Figura 3: Foto 1 (Espaço produzido pelo nosso PRP História UFC na EEM Liceu de Messejana, para que os alunos e as alunas da escola e da UFC pudessem elaborar conteúdos para os dossiês individuais). Fonte: Arquivo do LEAH

21 Ver Figura 3, no final do texto.

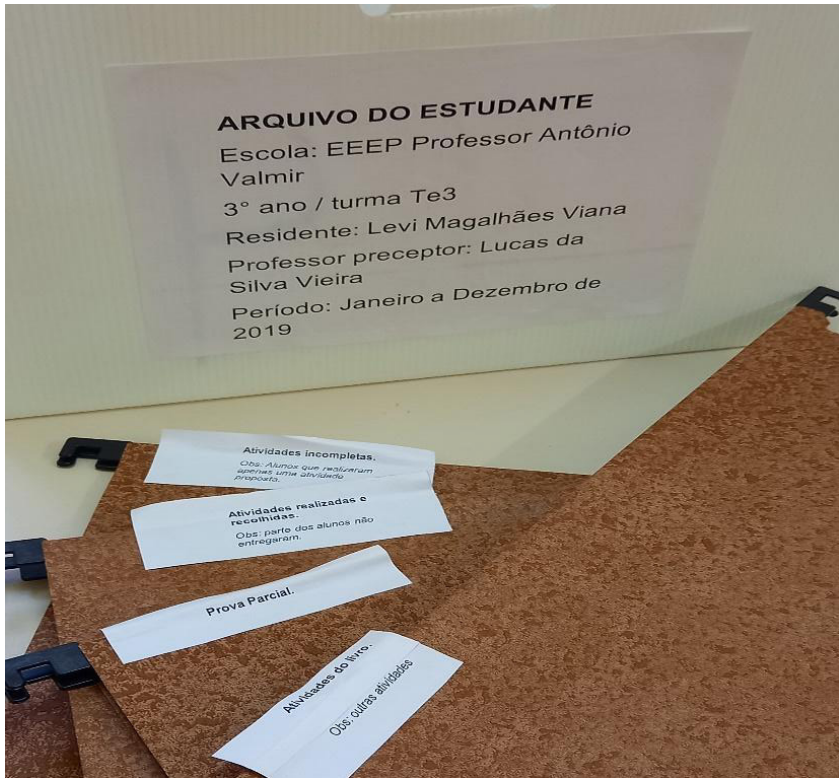


Foto 2 (Arquivo dos Estudantes de História da turma do 3º ano da EEEP Prof. Antônio Valmir da Silva, orientados pelo residente Levi Viana). Fonte: Arquivo do LEAH

Referências

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projeto a avaliação. OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim de (org.). In: BARCA, Isabel. *Pensamento Histórico e Consciência Histórica*. Curitiba: W.A. Editores, 2018

FAUNDEZ, Antonio; FREIRE, Paulo. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. 8.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Portugal: Editorial Presença, 1977.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

MCKEMMISH, SUE. Provas de mim...novas considerações. In.: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMAMANN, Luciana (org.). *Arquivos Pessoais. Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013, p. 17-43.

QUEIROZ, Maria Josileuda Pinheiro de Queiroz. *Memórias e Vivências do Ensino Técnico do Colégio Coronel Virgílio Távora de 1971-1985*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, Ceará, 2021.

ROCHA, Helenice. Aula de História: evento, ideia e escrita. *História e Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, 2015.

Patrimônio, ensino e direito à memória: diálogo entre práticas

Andréa Lemos

Gabriel Da Silva Vidal Cid

O reconhecimento de espaços formais e não formais para a formação política e cultural têm promovido metodologias diversas em torno da produção de um conhecimento crítico dos patrimônios culturais, tensionando narrativas tradicionais e revelando memórias por vezes silenciadas. Estudos apontam que nas últimas décadas, no Brasil, houve considerável aumento no escopo dos bens privilegiados pelas políticas de memória, com seu reconhecimento como instância para a redução de desigualdades históricas e hierarquias estruturais da sociedade. Embora de tímida envergadura, a mudança no cenário das políticas culturais após o período de redemocratização, na década de 1980, parecia fazer parte de um sentido de redução da invisibilização de setores historicamente preteridos. A história da Nova República indicava um cenário de crescente valorização da memória e da identidade de grupos e movimentos sociais que denunciavam passados de injustiças para a reflexão e defesa de ações de reparação. Nessa quadra de tempo, movimentos sociais fortaleceram pautas tendo a *cultura*¹ e a *memória*² como ativos políticos ou uma esfera de atuação.

1 Cf. CUNHA, M. C. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify, 2009; WAGNER, R.. *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu Editora, 2020; YÚDICE, G.. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.

2 Ver, Sarlo, para quem as disputas e negociações pelo passado se constituem em combates pela identidade, amplificados pelo uso da subjetividade na esfera pública. SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

Não pode nos escapar que há muitas formas de lembrar e de esquecer. Processos de constituição de memórias de grupos sociais envolvem processos complexos, onde ocorrem negociações e violências, hierarquias que se reproduzem, por vezes, contestadas. Compreender como esses processos ocorrem nas práticas políticas de distintos grupos sociais e identificar o diálogo com as estruturas burocráticas de organização das políticas de memória e com as ações educativas são objetivos presentes em nossos estudos. Tais questões permearam a constituição do debate no Simpósio Temático *Patrimônio, ensino e direito à memória: diálogo entre práticas*, durante o III Seminário do Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural, da Associação Nacional de História (Anpuh), em 2021, dando origem a este artigo. A proposta para o Simpósio dialoga com as discussões realizadas no Grupo de Pesquisa (CNPq) *Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural*, vinculado ao Núcleo de Documentação, História e Memória (Numem), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Em especial, essa aproximação permitiu o desdobramento em projeto de extensão desenvolvido há cinco anos na UERJ, sob a coordenação da autora deste texto, junto a outros pesquisadores, além do coautor. Privilegiamos em nossos estudos as lutas sociais que envolvem processos de preservação, integrando a temática do patrimônio aos processos educacionais dirigidos ao ensino de História, que tenham como eixo de abordagem curricular os movimentos sociais no Brasil.³ Sob o título *Práticas Político-Culturais e o Ensino Crítico da História* (Patrimônio Cultural Brasileiro), uma das formas de alcançar essa perspectiva de análise é criar referenciais teórico-metodológicos para o debate atrelado às vivências de comunidades locais com seus bens. Visando o mesmo fim, realizamos reflexões junto a discentes - da educação básica e da licenciatura - e professores sobre a temática das políticas de preservação/de memória com a construção de currículos outros para uma História do Brasil

3 LEMOS, A.; AGUIAR, L. B.; ALVES, M.B. O que a História pode ensinar em tempos de pandemia? Olhares sobre as destruições e intervenções em estátuas. In.: GOMES, Ivan Lima; SADDI, Rafael; CAMPOS, Yussef (org.). *Tempos Remotos: Ensino de História e a Pandemia De Covid-19*. São Paulo: Paco Editorial, 2021, v. 1, p. 27-48.

protagonizada pelos movimentos sociais dos setores mais oprimidos em nossa sociedade.⁴

À luz das pesquisas reunidas, durante o Simpósio, pudemos mapear temas movidos no embate das políticas de memória. Os debates circularam desde apropriações da análise cultural, política e pedagógica do chamado “direito à cidade”, passando pela discussão conceitual da construção das memórias consagradas e invisibilizadas, até às formas mais recentes de institucionalização/preservação de patrimônios materiais, e, também, daqueles entendidos como sensíveis e/ou traumáticos.

Dentro da complexidade dos desafios atuais das políticas de memória - e a despeito dos avanços ocorridos -, atualmente observamos um contexto de naturalização de concepções equivocadas a respeito da História, com silenciamentos de acontecimentos autoritários, violentos e antidemocráticos. Ademais, tais posturas vêm celebrando uma visão ufanista e universalista do passado,⁵ não obstante a literatura histórica tenha consolidado esforços de críticas públicas há décadas sobre esta perspectiva. Atrelada a esse trato da História, a atual política pública de gestão da cultura parece se constituir na elaboração de um projeto que não a reconhece como um instrumento de constituição e revisão de hierarquias e desigualdades.⁶ Por outro lado, reconhecemos a atuação de grupos na resistência ao processo atual de retração das políticas de memória.⁷ Nessa verdadeira

4 Nosso propósito com esse texto não foi o de elencar resultados do Projeto, mas apontar questões que consideramos relevantes. Ver, algumas reflexões em: LEMOS, A. Ensino de História e Políticas de Preservação... *Op. cit.*; LEMOS, A.; AGUIAR, L. B.; ALVES, M.B. O que a História pode ensinar em tempos de pandemia?... *Op. cit.*

5 Ver, como exemplo, as produções da empresa conhecida como Brasil Paralelo. Disponível em <https://site.brasilparalelo.com.br>. acesso em 22 de março de 2022.

6 CID, G. S. V., DOMINGUES, J. L. P., PAULA, L. Gestor-auditor: a retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 48, 2022; *Idem*. Um governo dedicado ao homem comum e seus valores: a cultura como objeto da política na gestão Bolsonaro. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, v. 54, n. 1, 2022a.

7 Ver, como exemplo, os movimentos: Professores contra o escola sem partido. disponível em <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/>, acesso em 13 de abril de 2022; e o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Brasileiro. Disponível em <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/forum/>. acesso em 9 de

batalha pela memória, “agentes” do patrimônio, em diversos espaços de atuação - técnicos, profissionais da educação, servidores, pesquisadores, militantes ou agentes culturais -, desafiados, têm promovido a revisão de ações políticas e de conteúdos formativos nos diferentes níveis de ensino e espaços educativos.

As políticas tradicionais para o patrimônio cultural e seu tensionamento

Dominique Poulot conceitua como “razão patrimonial” determinada forma que se tornou hegemônica, nos dois últimos séculos, no trato dos bens consagrados no Ocidente.⁸ Esta razão patrimonial se vincula à hegemonia do estado-nação como estrutura jurídica e política de longa duração a partir da constituição de identidades vinculadas às nações⁹. Pensar e consagrar um conjunto de bens é definir a nação enquanto uma narrativa, construída a partir da legitimidade de um saber técnico e uma forma de se fazer política,¹⁰ definindo, criando valores, consagrando bens e práticas, dentro da dinâmica mais ampla de constituição do que se entende como modernidade. Para nosso debate é importante considerar também que a relação entre os Estados e os indivíduos se coloca a partir de noções de pertencimento, tendo o conceito de cidadania uma função organizadora.¹¹

março de 2022.

8 POULOT, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

9 Sobre nacionalismo(s) ver: HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1990; ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

10 Chuva afirma que “se os historiadores produzem o passado e é o passado que faz uma nação, os historiadores do patrimônio fazem política, inventando o patrimônio nacional, atribuindo valor e significados a bens e práticas culturais que circunscrevem os limites da nação”. CHUVA, M. R. R. Por uma história da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 11, 2011.

11 Propomos a leitura da cidadania como um conceito-tendência por nos ajudar a compreender a organização de projetos coletivos em práticas e percursos. Ver: DOMINGUES, J. M.. *Global Modernity: Levels of analysis and conceptual strategies*. *Social Science Information*, 2014; CID, G. S. V.. *A memória como projeto... Op. cit.*

Os vínculos entre Estado e nação nas práticas de memória se refletem tanto nas instâncias das instituições, quanto na produção de quadros mentais de organização de estruturas simbólicas. Dentro do que se convencionou chamar de estado-nação, identidades são reificadas e construídas em processos da “socialização política, ou da socialização histórica” que imprimem a naturalização deste processo.¹² É nesse sentido que o patrimônio cultural é analisado como um conjunto de elementos móveis e imóveis, de modo que, similar à identidade de uma pessoa, uma nação pode ser identificada pela posse de seus “bens culturais”.¹³

A organização dessas narrativas tradicionais não se dá sem tensões. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, percebemos uma reestruturação do fazer e do domínio do político que possui a memória como espaço de ação e organiza identidades individual e coletivas. Eisenstadt observa neste momento mudanças na organização das identidades coletivas, caminhando para defini-las enquanto civis, diferentemente das anteriores calcadas num fundo sagrado, universalista, reposicionando a tensão entre ação coletiva e individual¹⁴. Estas contradições destacam debates entre programas, em certos padrões de conflitos, na medida em que diferentes grupos se adequam a formas de participação na arena política, marcando identidades coletivas.¹⁵ A memória coletiva não poderia ficar imune a estes conflitos e tensões. A cidadania, em suas relações com a memória coletiva, pode ser entendida como um destes espaços de tensionamento, considerando as diversas esferas nas quais os direitos são delimitados. O direito

12 POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

13 GONÇALVES, J. R. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Minc, IPHAN, Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007.

14 Eisenstadt (2001) dialoga com Peter Wagner (1994) discutindo a tensão permanente entre controle e liberdade, no conflito da autonomia do homem frente aos interesses do grupo, fundante da própria constituição da modernidade com suas antinomias e contradições. Cf. EISENSTADT, S. N.. *Modernidades Múltiplas. Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 35, p. 139-163, 2001; WAGNER, P.. *A Sociology of Modernity, Liberty and Discipline*. Londres: Routledge, 1994.

15 Ver, Butler, sobre limites e capacidades de subversão e discursividade. Cf. BUTLER, J. *Problemas de gênero : Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

à memória¹⁶ é um elemento a ser demandado ao conjunto de direitos que definem cidadania¹⁷ e assim é operacionalizado tanto em esferas de participação em comunidades nacionais e, mais recentemente, como agenda de grupos com identidades restritas.

Podemos entender como tradicionais, as políticas de memória, ainda hegemônicas, que (re)produzem narrativas ufanistas, que celebram a colonização como um processo heróico de construção nação. No âmbito do patrimônio, estas políticas surgem nas primeiras décadas de atuação do então chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no século XX. Em certa medida, essas políticas se assemelham aos primeiros esforços, ainda no século XIX, de constituição da narrativa para a ideia de nação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando transparece três especificidades para pensarmos as práticas no âmbito restrito de preservação do patrimônio cultural: a necessidade de se produzir uma escrita sobre a nação em função de uma história universal; a valorização da colonização portuguesa, em detrimento da experiência indígena e africana; e os vínculos entre o Estado e a escrita da nação.¹⁸ Os vínculos percebidos por Guimarães entre o Estado e a escrita historiográfica no século XIX podem ser lidos ainda no momento de institucionalização das ações de preservação nos anos 1930. Tal projeto vitorioso ressoa e aponta para um processo inacabado de constituição da nação. A década de 1930 é entendida como de fortalecimento do projeto republicano de modernização da sociedade, com características centralizadoras e um Estado indutor de um imaginário homogeneizador.

16 Aproximamos do debate mais amplo sobre as políticas culturais que nas últimas décadas têm procurado dar conta de uma noção de cidadania ampliada. Esta inflexão tem a ver com a constituição de um projeto de cidadania que reconhece o direito à memória na efetivação de uma cidadania cultural. Tal perspectiva assenta na noção da produção e manutenção da cultura como um direito universal que precisa ser compreendido em situações muito específicas de acesso aos mecanismos e equipamentos culturais. In.: CHAUI, M. Cultura e democracia. *Crítica y emancipación : Revista Latinoamericana-na de Ciencias Sociales*, Año 1, no. 1, 2008.

17 Ver: LAVALLE, A. G.. Cidadania, Igualdade e diferença. *Lua Nova*, n. 59, 2003.

18 GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

Em 1936, a tarefa de criar uma instituição com a missão do SPHAN corrobora o desafio de definição do passado, quando, a partir de um quadro burocrático, se pensou em certa isenção para o trato com o patrimônio. No entanto, as escolhas deixam claro determinado rosto e concepção específica de Brasil. Pensado como um mapa, o Brasil foi definido como centrado no século XVII, valorizando a ideia dos ciclos econômicos, com a marca de uma história linear. Fechado à alteridade, este mapa busca mais similitudes do que diferenças ou contraditórios e valoriza a continuidade silenciando rupturas ou conflitos.¹⁹

Ou seja, não é de se estranhar que neste projeto de memória para a nação, a população afro-brasileira e indígena estivesse radicalmente sub-representada nas políticas de preservação e museológicas ao longo do século XX. Atualmente, podemos afirmar com segurança que foi somente a partir dos anos 2000, que ações de novo tipo ocorreram de forma contínua²⁰. Alguns trabalhos nos vêm indicando que a condução das políticas culturais, após a entrada do Partido dos Trabalhadores levaram ao incremento do setor, acionando diversos entes, o Estado, autarquias, redes financiadoras, instituições de pesquisa e comunidades envolvidas em processos culturais. É um momento também de entrada de intelectuais de novo tipo com a confluência de perspectivas internacionais de cultura e a apropriação de temas da cultura popular para a formação de subsídios à identidade nacional e ao desenvolvimento do país.²¹ A diversidade cultural assumiu

19 RUBINO, S. O mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 105, 1996.

20 É importante reconhecer que a Constituição Brasileira de 1988, nos artigos 215 e 216, já descrevia de forma ampliada a noção de patrimônio cultural como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. No entanto, nos anos subsequentes não se estabeleceu um rito burocrático que contemplasse essa nova perspectiva. Sobre a ampliação das políticas de memória na gestão do Governo Federal do Partido dos Trabalhadores, em especial afro-brasileira, ver: CID, G. S. V.; SANTOS, M. S. Memória Afro-brasileira. In.. SANTOS, M. S. (org.). *Memória coletiva e justiça social*. São Paulo: Garamond, 2021.

21 DOMINGUES, J. L. P. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Rio de Janeiro: ed. Luminária Academia/Multifico, 2010.

um status de valor, relacionada à constituição de demandas e de movimentos de reconhecimento e reparação, empreendidos por diversos setores da sociedade.

Perspectivas para a constituição de uma agenda de pesquisa que articule patrimônio cultural, educação e movimentos sociais.

Em alguns desses novos movimentos reivindicatórios, muito brevemente apresentados acima, os patrimônios são entendidos para além do “bem”²². Sua construção ou eleição (consagração) são processos que possibilitam o empoderamento de grupos sociais. O que percebemos é que entre as décadas de 1980 e 2010, suas demandas se caracterizavam pela exigência de participação nas narrativas nacionais, sem desconsiderar a denúncia de desigualdades históricas. Percebe-se, continuamente, maiores demandas por ressignificações dos bens, em lutas por reparação e reconhecimento de situações, por vezes traumáticas e de difícil narrativa. Algumas dessas ações de novo tipo são lidas na organização de uma “memória não heróica”,²³ de “antimonumento”²⁴ ou de construção de sentimentos de maior “empatia”²⁵. Nas diferentes camadas sociais, entre lembranças e esquecimentos, o empoderamento de grupos subalternos ou violentados expressa a complexa trama da organização política da sociedade.

Essa perspectiva de abordagem elege os movimentos sociais como centrais nas questões da preservação de bens e encontra no currículo que desenvolvemos na educação básica o mesmo eixo

22 Entendemos o termo “bem” de forma distinta da noção de “patrimônio”, este entendido como um “bem” que passou por um processo de consagração. Ver, verbete ‘bem’, no Dicionário Iphan. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf(3).pdf). Acesso em: 15 ago. 2021.

23 ASSMAN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

24 SELIGMANN-SILVA, M. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP*, v. 27, p. 49-60, 2016.

25 SODARO, A. *Exhibiting Atrocity: memorial museums and the politics of past violence*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2018.

de análise para o ensino da História do Brasil republicano junto à temática do patrimônio cultural. O compromisso político-pedagógico à luz do protagonismo das lutas sociais nos currículos da educação básica tem se revelado em nossa experiência como uma metodologia eficaz para a reelaboração do conhecimento histórico em sala de aula.

A temática do patrimônio cultural no currículo (de História) da educação básica tornou-se exigência em lei a partir da década de 2010, no contexto de adoção das novas regulamentações para o ensino da África e da cultura afrodescendente e indígenas, conforme as respectivas leis de 10639/2008 e 11645/2011. Momento de inflexão nos processos educacionais nos diferentes graus de ensino que passam a incorporar as demandas dos movimentos sociais de muitas décadas antes.

Muito atrelada à questão da cidadania, a História se constitui como disciplina privilegiada para a promoção de uma “formação cidadã” nos moldes da concepção ampliada do patrimônio cultural, conforme o artigo 216, já referida aqui no texto, prevista desde a Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, abrem amplo leque de abordagens temáticas permitindo que objetos das políticas culturais integrassem, por sua vez, a pauta do currículo de História na educação básica. Um de seus desdobramentos se encontra em uma série de estratégias curriculares em História, que podem ser tomadas como expressões das formas pelas quais reivindicações por memória ganharam espaço e representatividade. Essas reivindicações são observadas em ações recentes no bojo das querelas de poder que envolvem o patrimônio cultural, como no caso dos debates recentes sobre as estátuas no Brasil e no mundo.

Ao contrário de sugerir neste texto um mapeamento exaustivo de tal apropriação nos currículos de História da educação básica desde então, partimos da proposta de enunciar que a temática do patrimônio no Ensino de História, em larga medida, reiterou o “elogio” aos bens culturais e, muito timidamente,

incorporou as contradições dos processos de atribuição de valores. Em outras palavras, o tratamento usual do patrimônio cultural na sala de aula reconhecia a necessidade de destacar outras culturas consideradas minoritárias, mas ainda com predominância da ideia de enaltecimento, secundarizando os embates constitutivos das políticas de memória. O assunto passou a ser apresentado em muitos livros e/ou ementas, porém, de forma informativa, sem se constituir como objeto de estudo nos próprios “conteúdos programáticos” da educação básica.

Em vistas de combater esse viés naturalizado e predominante em materiais didáticos quando a temática é abordada como um assunto especial e por vezes separado em anexos, temos defendido a ideia de que o patrimônio cultural, conectado aos movimentos sociais, requer conquistar um lugar político na formação básica e de professores. Certamente, já podemos reconhecer mudanças nas disciplinas ofertadas nos cursos de graduação, nas licenciaturas e mesmo em cursos específicos de pós-graduação, onde o patrimônio cultural se tornou reconhecido por diferentes áreas do conhecimento. No entanto, ainda se faz necessário um tratamento a esse campo da política para além da recuperação das abordagens da chamada educação patrimonial²⁶, na promoção de manuais e textos orientados ao reconhecimento oficial de um bem, principalmente material, ainda constituída ainda nas bases da noção do patrimônio-nação.

Diante desse amplo quadro, entendemos a necessidade de outra indagação. Como a política cultural tem sido pautada nos currículos da educação básica? O que aprendem as crianças e os adolescentes sobre as políticas de patrimônio?

É recorrente tratarmos os currículos como resultados de uma série de embates teóricos, políticos, pedagógicos,²⁷ mas pouco temos atentado aos currículos como expressão das formas

26 Área originada de iniciativa educativa em museus e que ganhou espaço institucional no Iphan, ainda nos anos 1980.

27 BITTENCOURT, C. F.. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, v. 32, p. 127-149, São Paulo, 2018; TADEU, T. da S.. *Documentos de Identidades: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

de *politicidade da educação* em um determinado momento histórico. A ideia de politicidade é resgatada aqui com intuito de apontar possibilidades para outras abordagens do patrimônio cultural nos processos formativos da educação básica.

Paulo Freire nos adianta que a presença do professor revela-se sempre como uma “presença em si política”; que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”; que o “operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta”.²⁸ A centralidade da politicidade da educação em sua filosofia para uma educação emancipadora, nos alerta:

É na diretiva da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de ‘endereçar-se’ até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando de politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação.

Da mesma forma, certas ações políticas e pedagógicas emancipadoras em torno das políticas de memória têm reiterado a necessidade de “cidadania” na conjuntura recente do país, no entanto, deixando de lado o debate dos limites democráticos do próprio termo - questão já apontada quando da instituição dos PCNs. Termo naturalizado como necessário e de maior alcance para uma retomada democrático-institucional, mas também responsável por secundarizar outras exigências das lutas sociais atreladas a outras formas de participação política e conquistas democráticas. Não obstante naquele momento observarmos “*mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso de formação de uma cidadania democrática*”,²⁹ a inclusão de *novos conteúdos* não assegurou o pleno exercício da “cidadania democrática” se compreendemos

28 FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 114-124.

29 BITTENCOURT, C. F.. Reflexões sobre o ensino de História... *Op. cit.*

que ela passa pela autonomia dos professores na construção de currículos a longo prazo. Sob outro ponto de partida, mas ainda sobre aquele contexto, Falleiros analisa o conceito de cidadania presente nos PCNs concluindo que aquela concepção reiterou o projeto de instauração do modelo neoliberal na educação brasileira:

a sociabilidade capitalista que despontou no Brasil nos anos 1990 vem demandando uma educação capaz de conformar o ‘novo homem’ de acordo com pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e ético-políticos da ‘flexibilização’ do trabalho e com um modelo de cidadania que não interfira nas relações burguesas fundamentais no contexto de ampliação da participação política. (...). Essa educação vem sendo propagada por diferentes meios, mas a escola continua sendo um espaço privilegiado para a conformação técnica e ético-política do ‘novo homem’, de acordo com os princípios hegemônicos. (...) À escola, portanto, é transmitida a tarefa de ensinar a futuras gerações a exercer uma cidadania ‘de qualidade nova’, a partir da qual o espírito de competitividade seja desenvolvido em paralelo ao espírito de solidariedade, por intermédio do abandono da perspectiva de classe e da execução de tarefas de caráter tópico na amenização da miséria em nível local.³⁰

A “Educação para a cidadania” projetada na reforma educacional desde os anos 1990 dotou o professor da responsabilidade com a cidadania, mas o exclui da esfera de decisão do processo, pois incorporou de forma ressignificada suas demandas. A título de exemplo, Falleiros identifica que no

Planejamento político-estratégico (BRASIL, 1995d, p.12), ao MEC caberia, a partir de então, o papel político-estratégico da definição, encaminhamento e aplicação das políticas educacionais, enquanto as secretarias estaduais e municipais de educação deveriam assumir papel estratégico-gerencial e as escolas o papel gerencial-operacional, caracterizando desse modo, uma estrutura administrativa bastante hierarquizada.³¹

30 FALLEIROS, Ialé. Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In.: Neves, Lucia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 211.

31 *Ibidem*, p. 219.

Os currículos de História entraram no novo milênio como catalisadores de uma noção de cidadania que fosse constituidora de novas identidades, quando valorizadas traduziriam a conquista das demandas de diferentes movimentos sociais³². No entanto, nesses 21 anos de século XXI, ainda nos surpreendemos com os racismos e autoritarismos presentes em nossa sociedade em grande escala dirigidas a negros e indígenas.

A respeito das identidades, entendidos de formas distintas nos próprios PCNs, podemos afirmar que os protagonismos negro e indígena estiveram ainda subordinados à estrutura racista e colonizadora, mesmo diante da leitura da *diversidade* como singularidade brasileira. Ao identificar naquele documento que a então “criticada visão do Brasil como produto da união de três raças (índios, brancos e negros), contradiatoriamente não está ausente, sendo disfarçada na forma de “povos indígenas”, “sociedades europeias” e “continente africano”, Gontijo nos alerta sobre um novo tipo de civismo, dessa vez moldado pelo elogio da heterogeneidade, essencial naquele momento de expansão do chamado multiculturalismo. Ou ainda, no próprio texto dos Parâmetros que reivindicavam a valorização de cada grupo social para o reconhecimento das diferenças, sobretudo pelo direito de cada grupo ao exercício da cidadania plena. Afirma Gontijo: “os indígenas são apresentados como povos, os brancos como sociedades e os negros como algo sem identidade, definido a partir dos limites territoriais de um continente ou de uma civilização”³³.

32 Os movimentos sociais aqui em evidência seriam aqueles ligados aos processos dos setores “subalternos”, no entanto, não desconsideramos que o conceito merece um aprofundamento tendo em vistas o debate que atenta para o fato de que “os setores dominantes também se organizam e atuam coletivamente para conservar ordem mais geral, assim como para alterá-la parcialmente a seu favor. Por isso, distinguem os ‘movimentos sociais desde baixo’ dos movimentos sociais desde cima”. Cf. MATTOS, M.B. Movimentos Sociais: aproximações teóricas e um exemplo histórico forte. In.: PESTANA, M.M.; COSTA, R.M.C; OLIVEIRA, T. B. *Subalternos em movimento: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

33 GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como 'patrimônio socio-cultural'. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. (org.). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, p. 65.

Com base em tais constatações, o fortalecimento de processos identitários que passou a constituir a pauta formal da educação básica apresentou contradições em sua apresentação. Como atendimento das demandas de movimentos negros e indígenas apresentávamos lacunas mesmo num momento de ampliação dos princípios norteadores do currículo de História nos chamados temas transversais. Esse déficit pode ser um bom exemplo do quanto a entrada no novo milênio ainda carregava indícios de uma visão colonialista enraizada.

Nesse sentido, chamamos atenção ao fato da conceituação de cidadania para o ensino de História ter se originado de uma adequação. Como termo fundamental dos PCNs, a cidadania foi referendada como advinda da Constituição Federal, que teria consagrado o momento democrático brasileiro e, posteriormente, adotado pelas políticas afirmativas das décadas subsequentes. Cidadania, multiculturalismo, interculturalidade, diversidade e diferença foram termos constantes nas pautas dos debates da cultura e da educação, em particular, do patrimônio cultural quando reivindicadas as diferenças culturais em defesa dos direitos sociais, políticos e de memória dos chamados grupos subalternizados. Como nos lembra Nogueira quando identifica o peso das reivindicações dos movimentos sociais nas políticas culturais em fins da década de 1980:

dos movimentos indigenistas, estão a pressão pela demarcação de terras e o reconhecimento de sua cultura; do movimento de consciência negra está a radicalização da luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação racial, exigindo com base no direito à diferença, o estudo e a valorização dos aspectos da cultura afro-brasileira.³⁴

As demandas da população de descendentes de africanos e indígenas no Brasil encontraram posteriormente no Decreto 3551/2000 uma tentativa de reconhecimento de suas referências culturais pelas políticas públicas de memória por instituir

34 NOGUEIRA, A. G. R. Patrimônio cultural e novas políticas de memória. In.: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (org.). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 324.

o patrimônio imaterial por meio de inventário e registros possibilitando um outro lugar social, ainda que incompleto. Nesse momento evidenciam-se, ainda, as novas exigências de abordagem no ensino de História, relacionadas a uma virada nos estudos acadêmicos na segunda metade do século XX, com a eleição de novos objetos e metodologias.

Breves considerações finais

Como nos lembra Andrea Daher,³⁵ lendo Michel de Certeau, a atribuição de sentido não é dada apenas pelo produtor, mas também pelo receptor que imprime leituras aos objetos recebidos. Ulpiano Meneses nos alerta que a experiência com os bens se dão de forma diferenciada.³⁶ Se considerarmos as colocações de Halbwachs, a lembrança se dá segundo quadros mentais de leitura da realidade.³⁷ É nesse sentido que propomos uma reflexão que anuncie diferentes modos dos atores sociais navegarem com a razão patrimonial³⁸, privilegiando a politicidade na educação. Propomos um debate acerca das ressignificações empreendidas em processos educativos. Longe de esgotarmos o assunto, nossa tentativa foi a de mapear elementos de dado processo histórico para uma problemática de pesquisa. Com vistas à uma agenda de pesquisa, buscamos organizar uma problemática, com mais perguntas que respostas: como setores da sociedade civil, entidades de classe e representação vêm se posicionando nesse cenário de disputas pela memória?; como a prática política e educativa, formal ou não, vem atuando nesse cenário de disputa pelo que deve ser a política de memória?; como os educadores têm se

35 DAHER, A.. Objeto cultural e bem patrimonial : representações e práticas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 119, 2011.

36 MENESES, U. B.. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna no 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009.

37 HALBWACKS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

38 Os diferentes modos podem ser compreendidos na chave da dupla hermenêutica, como proposta por Giddens em seu processo dialético entre as técnicas de patrimonialização e os cidadãos. Cf. GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: ed. UNESP, 1991.

apropriado dessas pautas em seus currículos nas diversas áreas do conhecimento e nos variados graus formativos?

Nossa reflexão prioriza analisar como bens e trajetórias são valorizados, considerando as condições de organização de espaços próprios de luta, traduzido como políticas de memória. Reiteramos que o patrimônio cultural pode ser destacado como um espaço privilegiado nesse processo de revisão e ampliação da relação entre os variados processos de ensino e a construção do conhecimento sobre o passado.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMAN, A.. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

BUTLER, J. *Problemas de gênero : Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHUVA, M. R. R. Por uma história da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 11, 2011.

CID, G. S. V, DOMINGUES, J. L. P., PAULA, L. Gestor-auditor: a retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 48, 2022.

CID, G. S. V, DOMINGUES, J. L. P., PAULA, L. Um governo dedicado ao homem comum e seus valores: a cultura como objeto da política na gestão Bolsonaro. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, v. 54, n. 1, 2022a.

CID, G. S. V; SANTOS, M. S. Memória Afro-brasileira. In.. SANTOS, M. S. (org.). *Memória coletiva e justiça social*. São Paulo: Garamond, 2021.

CUNHA, M. C. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify, 2009.

DAHER, A.. Objeto cultural e bem patrimonial : representações e práticas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2011.

DOMINGUES, J. L. P. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Rio de Janeiro: ed. Luminária Academia/Multifico, 2010.

DOMINGUES, J. M.. Global Modernity: Levels of analysis and conceptual strategies. *Social Science Information*, 2014.

EISENSTADT, S. N.. Modernidades Múltiplas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 35, p. 139-163, 2001.

FALLEIROS, Ialê. Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In.: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: ed. UNESP, 1991.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como 'patrimônio socio-cultural'. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (org.). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

GONÇALVES, J. R.. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Minc, IPHAN, Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HALBWACKS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

LAVALLE, A. G.. Cidadania, Igualdade e diferença. *Lua Nova*, n. 59, 2003.

LEMOS, A. Ensino de História e Políticas de Preservação: desafios das práticas de educação em patrimônio. In.: CHAGASTELLES, G. (org.). *Ensaio de Imagens: memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019.

LEMOS, A.; AGUIAR, L. B.; ALVES, M.B. O que a História pode ensinar em tempos de pandemia? Olhares sobre as destruições e intervenções em estátuas. In.: GOMES, Ivan Lima; SADDI, Rafael; CAMPOS, Yussef (org.). *Tempos Remotos: Ensino de História e a Pandemia De Covid-19*. São Paulo: Paco Editorial, 2021, v. 1, p. 27-48.

MATTOS, M.B. Movimentos Sociais: aproximações teóricas e um exemplo histórico forte. In.: PESTANA, M.M.; COSTA, R.M.C; OLIVEIRA, T. B. *Subalternos em movimento: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MENESES, U. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna no 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009.

NOGUEIRA, A. G. R. Patrimônio cultural e novas políticas de memória. In.: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (org.). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 319-330.

POLLACK, M.. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RUBINO, S. O mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SELIGMANN-SILVA, M. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP*, v. 27, p. 49-60, 2016.

SODARO, A. *Exhibiting Atrocity: memorial museums and the politics of past violence*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2018.

WAGNER, P.. *A Sociology of Modernity, Liberty and Discipline*. Londres: Routledge, 1994.

WAGNER, R.. *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

YÚDICE, G.. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.

Para que serve a educação patrimonial? Ou sobre a apropriação das políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil

Isabel Cristina Martins Guillen

Em seu já clássico trabalho, *O patrimônio em processo*, Maria Cecília Londres Fonseca,¹ bem antes de termos políticas públicas de patrimônio cultural voltadas ao que se considera “intangível” ou “imaterial”, alertava em sua conclusão que se estava diante de um grande desafio, qual seja, “politizar a política” de patrimônio, no sentido de ter como objetivo “que esses bens sejam apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira”.² A apropriação das políticas públicas de patrimônio cultural se colocava como um grande desafio. Desde o final da década de 1990, quando Fonseca publicou sua tese de doutorado, até os dias atuais, muitas coisas mudaram em relação ao patrimônio cultural, com a inclusão de políticas públicas de reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial e as políticas de salvaguarda. Esse tema também foi abordado pela mesma autora em trabalho publicado em 2003 na coletânea *Memória e Patrimônio*, no qual assinala que:

Falar em políticas públicas significa ir além dos conceitos, embora sempre os tendo como referência. Significa formular diretrizes, definir critérios e prioridades, elaborar projetos, realizar

1 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

2 *Ibidem*, p. 221.

intervenções, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre necessidades, demandas e recursos disponíveis. E, ainda que os conceitos continuem imprecisos, é imperioso passar da teoria à prática, na esperança de que as experiências venham como de costume, enriquecer a reflexão, numa dialética do processo de produção do conhecimento e de transformação da realidade.³

Do momento em que tal reflexão foi publicada, aos dias atuais, naturalmente, muita coisa mudou a respeito das políticas públicas voltadas ao patrimônio, bem como sobre a educação patrimonial, que se firmou como um campo de preocupação e de atuação dos agentes sociais responsáveis pelas políticas de patrimônio. Este, contudo, não é o lugar para se produzir uma avaliação desses percursos, ainda que tal consideração me soe extremamente interessante e desafiadora. Não há espaço nem tempo agora para tanto, mas acredito que já hajam trabalhos que tenham trilhado esse percurso, bem como materiais produzidos pelo Iphan e pelas casas de patrimônio. Mas são essas considerações que nortearão minhas observações, tendo, portanto, como questão norteadora as relações e possibilidades que a educação patrimonial permite para pensarmos a apropriação das políticas públicas de patrimônio cultural. Mas fica aqui lançado o desafio para que essa avaliação seja produzida, porque acredito que nos mostrará muitas experiências interessantes e desafiadoras do consenso sobre as políticas de patrimônio, de preservação e salvaguarda.

Em primeiro lugar, preciso partir de uma consideração contextual, de suma importância. Parece-me necessário pontuar que as políticas públicas de patrimônio cultural sofreram sensível impacto nas gestões do Iphan nos governos Temer e agora Bolsonaro, com sensível caráter de negação dessas políticas através do cerceamento dos recursos (humanos e financeiros). O impacto negativo do refreamento e da negação dessas políticas nas gestões acima referidas não podem ser atribuídas às políticas em si (ou aos aparatos legais) mas à gestão das mesmas. Nos últimos anos a falta de recursos, de editais públicos, etc., impactaram negativamente

3 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo...* Op. cit., p. 75.

na apropriação dessas políticas públicas de patrimônio imaterial. A título de exemplo, em Pernambuco, quatro bens de natureza imaterial foram inventariados em 2013, reconhecidos em 2014, mas até o momento houve dificuldades diversas até para se estabelecer um plano de salvaguarda para os bens, que foram o cavalo marinho, caboclinho, maracatu-nação e maracatu de baque solto. Não há educação patrimonial que consiga mascarar essas questões, o puro e concreto descaso que temos assistido nas últimas gestões.

O descaso do governo brasileiro com a cultura é mensurável, ainda que o estrago que tenha provocado talvez não seja. Entre 2011 e 2021, o orçamento do governo federal para o setor caiu 46,8%, de R\$ 3,33 bilhões para R\$ 1,77 bilhão — com os valores corrigidos pela inflação. A fatia da Cultura cresceu até 2013; de 2014 em diante, vimos apenas queda. Proporcionalmente, o maior corte foi na Funarte (56,7%), seguida do Iphan (56,6%), que sofreu a maior garfada em valores absolutos. Além da previsão orçamentária, a execução (o que foi efetivamente gasto) teve queda semelhante, segundo noticiou o Globo em 06/09/2021. Não há educação patrimonial que consiga acobertar tal situação.

Visto desse ponto de vista macro (governamental), poderíamos concluir que as políticas de preservação e salvaguarda, bem como as propostas de educação patrimonial, não tenham propiciado uma efetiva apropriação dessas políticas públicas (efetiva no sentido de que garantam sua sustentabilidade e/ou promoção da equidade, por exemplo) pelos detentores dos bens? Nessa questão, sem deixar de reconhecer um efetivo impacto negativo dessas gestões, temos que olhar para as experiências, para a prática, ainda que muitas vezes em caráter pontual e não sistemático. Algumas experiências podem apontar para as formas de apropriação e para o papel da educação patrimonial nesse processo, ainda que por educação patrimonial aqui entende-se uma série de ações e práticas da sociedade civil em torno de seu patrimônio cultural, não necessariamente práticas escolares.

Assim, não estou entendendo educação patrimonial exclusivamente como práticas educacionais escolares, mas gostaria de refletir sobre a educação patrimonial fora dos espaços escolares, em especial pelos detentores dos bens culturais patrimonializados. E mesmo quando penso a educação patrimonial inserida no processo escolar, é importante discutir sobre as suas reverberações para fora do muro escolar, notadamente nos espaços praticados pelos estudantes, nos territórios em que se inserem. Conforme afirma Átila Tolentino,

a educação patrimonial efetiva é dialógica, reflexiva e crítica, que contribui para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade. Isso implica conceber o patrimônio cultural como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos e que, nas práticas educativas, deve ser levada em conta a sua dimensão social, política e simbólica.⁴

É fundamental, ao elaborarmos um projeto de educação patrimonial, pensarmos que o patrimônio não é dado, não se situa fora da ação dos sujeitos, mas é o resultado de lutas, tensões e negociações e, como toda construção social, necessita ser politicamente apropriado. Nesse sentido, como afirma novamente Tolentino, “refletir sobre os conflitos, jogos de poder e acepções que envolvem a educação patrimonial”, é basilar. Ao se desenvolver um projeto de educação patrimonial, é necessário

levar em conta que o patrimônio cultural está inserido no espaço de vida das pessoas, a sua construção e conformação devem considerar as referências culturais e os diferentes saberes existentes nas comunidades onde esse patrimônio está inserido, bem como as distintas visões dos sujeitos detentores e produtores dessas referências. Isso requer, necessariamente, que as práticas educativas sejam dialógicas e democráticas, partindo do pressuposto de que o patrimônio cultural é dinâmico e histórico-socialmente determinado pelos sujeitos que lhes atribuem sentidos e significados.⁵

4 TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática *In.*: Educação Patrimonial. Reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p. 47.

5 *Ibidem.*

Não me considero uma especialista em educação patrimonial, e minha relação com o tema tem sido acima de tudo objeto de reflexão a partir das minhas experiências, notadamente a partir do momento em que me vi responsável pelo inventário nacional dos maracatus-nação em 2012. Sobre essas experiências, escrevi e publiquei artigo em conjunto com Anna Beatriz Zanine Koslinski, à época também membro da equipe do inventário. As ações de educação patrimonial naquele momento desenvolvidas visavam a preocupação com a apropriação, principalmente através da definição de um plano de salvaguarda para o bem cultural e seus agentes culturais envolvidos. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos maracatus-nação foi desenvolvido na região metropolitana do Recife entre novembro de 2011 e agosto de 2013, quando toda a documentação produzida foi entregue ao Iphan. Foi uma excelente oportunidade de refletir sobre educação patrimonial para além dos espaços escolares, através de ações quase cotidianas com os grupos de maracatus-nação. Faziam parte da equipe de pesquisa batuqueiros e brincantes de grupos diversos, criando oportunidade para que se apropriassem do processo de patrimonialização do bem. Do ponto de vista mais formal foram realizados seminários com a participação de maracatuzeiros e maracatuzeiras, bem como de detentores de outros bens como o jongo e o samba de roda do Recôncavo Baiano, assim como oficinas, para a definição do plano de salvaguarda a ser apresentado ao Iphan. Nosso maior desafio, ao trabalharmos com a educação patrimonial no processo de definição da salvaguarda, foi com a apropriação das políticas públicas de patrimônio como garantia de seus direitos à memória, à história e à salvaguarda de suas práticas culturais. Nesse sentido,

os jovens participantes do projeto não apenas aprenderam como fazer um inventário, mas tiveram a oportunidade de vivenciar experiências distintas das que comumente estavam acostumados em seus grupos, conhecer a diversidade cultural que constitui o saber-fazer do maracatu-nação, poder compreender suas práticas imersas um conjunto muito mais amplo e complexo. O que, na nossa avaliação, contribuiu para que valorizassem ainda mais suas práticas diante das adversidades cotidianas. Por último, mas

não menos importante, tiveram que trabalhar como uma equipe, enfrentando velhas adversidades passadas de geração a geração, aprendendo com o outro e respeitando opiniões e saberes que vinham de seus colegas, e que nem sempre condiziam com suas práticas. Este aprendizado é intangível, e acreditamos que possa ter servido de base para a construção de um plano de salvaguarda que contemple os interesses da maioria dos maracatuzeiros e maracatuzeiras, superando velhas rivalidades em prol de interesses comuns.⁶

Também fui responsável pela disciplina de educação patrimonial voltada para a licenciatura em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2015, momento em que testei o inventário participativo para inventariar, junto com os discentes, o bairro da Várzea, situado no entorno da universidade. Uma experiência extremamente promissora, que me fez perceber a importância de discutir espaço e território onde os alunos vivem. No caso dos alunos da UFPE, muitos transitavam pelo bairro de forma funcional, para chegar na universidade, e a experiência na disciplina nos fez ver a Várzea com outros olhos e potencialidades. Nessa experiência pude contar com a colaboração da equipe da superintendência do Iphan de Pernambuco com oficinas sobre o inventário participativo. Muitos dos alunos acharam o inventário participativo “burocrático”, e há mesmo uma série de dados requeridos que em princípio não fazem sentido à primeira vista, pois me pareceu, muitas vezes, uma versão simplificada do INRC. Uma avaliação mais aprofundada do inventário participativo pode ser muito importante, pela própria equipe que o está aplicando, e não meramente como um requisito formal a ser cumprido no processo de reconhecimento do bem cultural que se considera patrimônio. Penso que, ao ser embasado no próprio INRC, como uma metodologia que contribui para a sistematização de dados, o inventário participativo pode gerar dificuldades na produção de conhecimento mais amplo por parte de quem o aplica, por ficar apegado a detalhes que muitas vezes não fazem sentido

6 KOSLINSKI, Anna Beatriz Zanine; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio Cultural e Ações Educativas: o Inventário do Maracatu-Nação. *Revista Antropológicas*, v. 28, n. 2, p. 170, 2017.

para quem não tem domínio da metodologia. Contudo, minha experiência foi circunscrita a um caso, o que não me permite afirmar taxativamente que a metodologia não permite uma ampla apropriação da produção de conhecimento por quem o aplica, principalmente em se tratando dos detentores de bens culturais. Mas foi essa minha grande impressão, ao final da disciplina.

No caso específico da Várzea, fizemos em primeiro lugar um passeio exploratório pelo bairro, com a presença do arquiteto e especialista em patrimônio, Rodrigo Cantarelli, que explicou aos alunos a diversidade de construções e estilos arquitetônicos presentes no bairro. Em seguida, os estudantes fizeram entrevistas com moradores sobre alguns bens, e o resultado dessa pesquisa foi publicado em um blog.⁷ Ainda sobre o bairro da Várzea, o mesmo foi objeto de outros inventários, também usando o inventário participativo, experiências que permitirão ao leitor observar a aplicação do inventário participativo de modo comparativo.⁸

Também me vi envolvida em projetos que abordaram a educação patrimonial enquanto coordenadora do Pibid de História da UFPE, juntamente com Adriana Maria Paulo da Silva, nos anos de 2014-2015, e grande parte das reflexões que farei a seguir se deve a essa rica experiência ao trabalhar a história dos bairros nos quais as escolas estavam situadas. Vou centrar foco em duas experiências desenvolvidas nas escolas Porto Digital, no Bairro do Recife, e na Escola Municipal Oswaldo Lima Filho, situada no bairro do Pina, Recife.

Mas não podemos seguir adiante sem antes interrogarmos o que significa apropriar-se das políticas públicas de cultura e mais especificamente de patrimônio? Significa ter consciência da necessidade de preservação dos bens culturais materiais sem se perguntar o que preservar e para que serve a preservação de determinados bens patrimoniais? Ou poderia ser entendido

7 O blog “Inventário cultural da Várzea” está disponível em: <http://inventariovarzea.blogspot.com/>

8 FARIAS FILHO, Alexandre Vasconcelos de Moura [et. al.]. Memória viva: a construção do inventário participativo de bens patrimoniais da Várzea, Recife, PE. *Revista Noctua – Ar-queologia e Patrimônio*, v. 2, p. 79-89, 2019.

como propiciar condições de sustentabilidade dos bens culturais inserindo-os nas cadeias produtivas do mercado cultural, como ocorre com um sem número de bens patrimonializados? Não é este o sentido de apropriação das políticas públicas de patrimônio que temos no horizonte e certamente não era este também o horizonte antevisto por Fonseca, uma vez que pensa numa dialética entre a produção de conhecimento (ou de patrimônios) e a transformação da realidade. Nesse sentido, em que as políticas públicas de patrimônio têm contribuído para a transformação da realidade dos produtores dos bens, para além de sua inserção no mercado cultural e de turismo no capitalismo globalizado? Em que sentido a educação patrimonial pode ser transformadora, para além de uma consciência da necessidade (quase obrigatoriedade) naturalizada da preservação? Nas experiências que relatarei a seguir, a discussão sobre o patrimônio serviu para tensionar as próprias políticas de patrimonialização que deixam à margem, sem reconhecimento simbólico, um sem número de bens culturais que se constituem em referências culturais para seus detentores. Assim como a cidade é palco de disputa em sua configuração, em seus diversos modos de contribuir para a definição de territórios de memória e história através dos bens patrimonializados e reconhecidos enquanto tal. A cidade do Recife foi palco de uma rica experiência em que, através do Ocupe Estelita, as políticas urbanas e as de patrimônio foram colocadas em questão, bem como apropriadas para se pensar outra configuração urbana para uma região da cidade, a do Cais Estelita. Foi no bojo dessa rica discussão promovida pelo Ocupe Estelita que desenvolvemos os projetos do Pibid nos bairros do Recife e Pina, região circunvizinha ao Cais José Estelita.

Meu ponto de partida aqui foi pensar junto com Mário Chagas quando afirma que o “patrimônio, tangível ou intangível pode ser compreendido como ponte entre espaço, tempos, indivíduos e culturas diferentes. A compreensão do patrimônio como ponte pressupõe a dilatação da noção de patrimônio”.⁹ E essa afirmação não significa apenas a

9 CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio... *Op. cit.*

incorporação do intangível ou de novos bens no rol do que foi patrimonializado, mas incorporação de outras compreensões do que seja o patrimônio, bem como do processo que torna um bem cultural patrimônio cultural. E assim como Mário Chagas, um pressuposto e um desejo: educação, patrimônio e memória/história são campos de tensão e é desejável abolir toda e qualquer ingenuidade em relação à educação e ao patrimônio. Educação e patrimônio são “arenas políticas, territórios em litígio, lugares onde se disputa o passado, o presente e o futuro.” E é sempre imprescindível se investigar a serviço de quem esses dispositivos, ou narrativas criadas, estão sendo acionadas. Nesse sentido, ao trabalharmos com educação patrimonial, uma primeira diretriz pode ser estabelecida ao pensarmos as relações entre patrimônio – memória e história. Essa tríade pode contribuir para pensar o direito à memória, ao patrimônio e à história dentre os direitos culturais que as políticas públicas devem garantir a toda sociedade. Só que esse direito não pode ser naturalizado, mas visto como campo em disputa. O mesmo se aplica ao direito à cidade, e é sobre esse exemplo da história do Recife que gostaria de me deter.

Há uma naturalização do processo de patrimonialização e a educação patrimonial muitas vezes aparece como apaziguadora dessas tensões inerentes nas escolhas do que constitui o patrimônio e do que é deixado de lado. Ou seja, “é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais”.¹⁰ As atividades de educação patrimonial podem potencializar a compreensão histórica da cidade e da própria memória como resultados de disputas, de projetos políticos muitas vezes conflitantes em seus interesses. O importante é evidenciar quando a categoria patrimônio é acionada para apaziguar conflitos, ou quando é apropriada para contestar práticas e reafirmar direitos à cidade e à memória coletiva.

10 CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjectivação. In: TOLENTINO, Átila (org.). Educação patrimonial: educação, memórias e identidades. *Caderno Temático de Educação Patrimonial*, n. 3. p. 27-31, 2013.

Vou partir então da história da cidade do Recife que nos últimos anos tem visto as reivindicações em torno do patrimônio estarem no centro das discussões e serem disputadas. Imagine que, como professora ou professor de história, você queira discutir com alunos do ensino fundamental ou médio o patrimônio da sua cidade, fazer com que eles e elas conheçam os monumentos e bens tombados que estão integrados na paisagem citadina. Pensando para a cidade do Recife, uma boa estratégia seria levar seus alunos para o Museu da Cidade do Recife no Forte das Cinco Pontas. Lá os alunos vão poder vivenciar e conhecer um forte português, construído para defender a foz do Rio Pina em seu encontro com o Capibaribe e o mar. Nesse belíssimo forte está o museu da cidade do Recife, com uma excelente exposição didática sobre a cidade e suas transformações históricas.

Eu acho que a primeira coisa a se problematizar com os alunos é se naquela região haveria outros bens que poderiam ter sido escolhidos como patrimônio, porque não podemos partir do pressuposto que a escolha dos monumentos históricos e portugueses como uma escolha natural do que é patrimônio. Talvez os estudantes já tenham internalizado essa naturalização, e olhando das muretas do forte, à esquerda ou à direita do Rio Pina, não consigam ver nada digno de ser patrimonializado... exceto, talvez, o chamado Recife Antigo, como é chamado o bairro do Recife, que já foi reconhecido como patrimônio em meados da década de 1990 em pleno processo de gentrificação do mesmo. É muito interessante trabalhar essa história porque temos aqui presente um processo de patrimonialização que visava, além de preservar os diversos estilos arquitetônicos presentes no bairro, garantir um diferencial ao bairro e que lhe conferiria distinção no processo de valorização econômica do mesmo. Aqui, claramente, o patrimônio tem servido à valorização imobiliária e requalificação da região. Essa questão foi analisada quando me dediquei a pensar a relação entre patrimônio e cultura popular no bairro, especialmente no Carnaval.¹¹

11 GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio, Carnaval e espetáculo: os maracatus-nação no Bairro do Recife. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-*

O interessante a respeito do Bairro do Recife, percebi ao coordenar uma equipe do Pibid em uma escola situada no Bairro, é que quase ninguém sabia que no bairro havia uma favela (ou comunidade do Pilar). Os professores da escola aparentemente não conheciam ou não tinham se atentado a isso, os alunos do Pibid também não. Mas a comunidade era conhecida pelos alunos, ainda que poucos, que lá moravam, é claro! O trabalho do Pibid nessa escola naquele ano foi discutir essas tensões em torno do bairro patrimonializado e da convivência dos moradores da comunidade do Pilar com o patrimônio/bairro. Foram feitas visitas pelo Pilar, entrevistas com antigos moradores que permitiram aos alunos perceber o bairro para além do seu aspecto monumentalizado, como um campo de tensões sociais e disputas. Ao mesmo tempo, eu penso que para os estudantes que vivenciaram o projeto, o espaço praticado pelo Bairro do Recife, não seria mais o mesmo.¹² Em seu relatório, ao analisarem os diversos planos de qualificação do Bairro do Recife, propostos ao longo das décadas de 1990 e 2000, os estudantes concluíram que:

Com efeito, o Polo (Pilar) foi o único que não recebeu qualquer tipo de intervenção, não tendo, portanto, até agora se tornado um Polo como os casos acima citados. Pode-se observar, ainda, que seu estado de “degradação” agravou-se, diferentemente do que ocorreu, como lembramos acima, com áreas dos outros polos: Bom Jesus e Alfândega, por exemplo. Até mesmo a Igreja Nossa Senhora do Pilar, tombada pelo patrimônio histórico e artístico em âmbito federal, permanece abandonada, em estado muito precário de manutenção.¹³

As atividades do Pibid propiciaram amplo debate na escola sobre a história do bairro, sobre as intervenções urbanas propostas em diversos planos de atuação desenvolvidos pela prefeitura do Recife, desnaturalizando as políticas patrimoniais e apontando-

Graduados de História, n. 62, 2018.

12 As experiências do Pibid foram registradas em blog. Para a experiência dos estudantes na comunidade do Pilar, ver: <http://Pibidhistoriaufpe.blogspot.com/2015/06/erempd-nas-trilas-do-pilar-atividades.html>

13 Comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife - Possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. <http://Pibidhistoriaufpe.blogspot.com/2015/03/analise-do-artigo-comunidade-do-pilar-e.html>

as, muitas vezes, como legitimadoras das desigualdades sociais existentes no bairro. Os estudantes puderam discutir as políticas públicas de patrimonialização em suas relações com os projetos de gentrificação do bairro, ao mesmo tempo em que, para os moradores do Pilar, as questões patrimoniais impactavam de outras formas. Apesar de moradores do bairro, a patrimonialização do mesmo não tinha trazido melhorias sensíveis para suas vidas, seja nos locais de trabalho ou onde habitavam.

Voltemos aos nossos alunos que estão lá na mureta do Forte das Cinco Pontas, e peçamos para olharem na direção oposta ao bairro do Recife. Lá no horizonte é possível ver o Shopping Rio Mar, construído há menos de uma década, e que vem provocando uma grande transformação urbana naquela região do Pina, principalmente nas comunidades do Encanta Moça, Entra a Pulso e Bode, que ficam no entorno do shopping. Naquele mesmo ano, no Pibid, nós trabalhamos com uma escola naquela região, de ensino fundamental, a escola Osvaldo Lima Júnior. Os alunos tinham grande dificuldade de dizer onde moravam, uma vergonha imensa, ao mesmo tempo em que nos seus relatos sobre o entorno da escola a presença do shopping Rio Mar era mais valorizada, além de ser apontada como perspectiva de lazer e consumo, etc.. Contudo, essa região do estuário do Rio Pina em sua confluência com o Capibaribe, há décadas é ocupada por uma série quase contínua de favelas, a começar pelos Coelhos, passando pelo Coque, Joana Bezerra e outras. É esta região que vem sendo alvo de disputa pelas grandes empreiteiras e construtoras, pois se trata de uma região com possibilidades de grande valorização imobiliária, uma vez que está voltada para um enorme espelho de água. Exemplos mundiais de transformações em regiões portuárias, como os de Barcelona e Buenos Aires, demonstram quão disputados podem vir a se tornar esses espaços no território urbano.

Na nossa escola, os estudantes não conseguiam valorizar a existência de uma série de manifestações culturais existentes no bairro, como Maracatu Porto Rico, o Maracatu Encanto do Pina, os afoxés ligados aos terreiros, a própria existência de terreiros de

Candomblé, Umbanda, Jurema Sagrada, o clube de frevo Banhistas do Pina, uma biblioteca criada por um morador – que começou essa biblioteca recolhendo livros que achava no lixo – por exemplo. Aqui, a proposta do Pibid foi pensar o patrimônio imaterial, que fazia parte do cotidiano dos estudantes e, talvez por isso mesmo, era pouco valorizado. Assim como no Pilar, os estudantes fizeram um passeio pelo bairro, visitando as sedes das agremiações carnavalescas. Também fizeram entrevistas com os dirigentes das agremiações, conheceram a biblioteca, participaram de oficina de capoeira no maracatu. Espero que tenhamos contribuído para que eles e elas redimensionassem a noção de patrimônio, tenham conseguido compreender que patrimônio é também o saber envolvido no que se faz, no que está presente no cotidiano.¹⁴

Mas esses dois exemplos não resumem a compreensão que os alunos lá na mureta do Forte das Cinco Pontas podem ter de patrimônio: o patrimônio material, o patrimônio imaterial, porque está faltando aí o “não-patrimônio”, ou o que se pretendeu que fosse considerado como tal, mas que não se teve a força política necessária para disputar o território da cidade e ganhar essa luta. Nossos alunos lá na mureta do Forte das Cinco Pontas, têm uma ampla visão do Cais Estelita, o patrimônio insurgente, de uma lado, e de outro podem contemplar os enormes edifícios situados no Bairro de São José, conhecidos como as Torres Gêmeas.

Tendo como “grito de guerra”, “a cidade é nossa, ocupe-a!”, o movimento Ocupe Estelita pode ser inserido nos novos movimentos sociais que, a partir da Primavera Árabe, passando pelo *Occupy Wall Street*, buscam pensar novas formas de ativismo social e político, tendo como denominador comum algumas formas de ocupação bem como as redes sociais como mecanismo de discussão e mobilização.¹⁵ O movimento teve como pauta principal a luta para a preservação da região do Cais José Estelita, que margeia a foz do Rio Pina, constituída de antigos armazéns

14 Na trilha do Bode. <http://Pibidhistoriaufpe.blogspot.com/2015/06/na-trilha-do-bode.html>

15 CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

de açúcar, rede ferroviária, e algumas residências que faziam parte da ferrovia que levava ao porto do Recife, e que se encontrava em estado de abandono pelo poder público. Esse grande terreno foi comprado em 2008 por um consórcio imobiliário, o Novo Recife, para nesse espaço desenvolver um projeto de urbanização, com a construção de grandes edifícios (12 torres residenciais e comerciais de até 40 andares). Esse projeto foi contestado pelo Ocupe Estelita, que lutou para preservar o espaço com um projeto mais coletivo, mais cultural, preservando a paisagem (um dos cartões postais do Recife) e pensando a cidade com outra lógica. Formado por estudantes e diversos profissionais, o movimento teve início em 2012 quando o consórcio quis demolir os armazéns e iniciar o projeto, tendo sido impedidos pela ocupação. Nesse momento, depois de muitas idas e vindas, o projeto Novo Recife foi modificado, mas não se pode dizer o movimento Ocupe Estelita tenha sido vitorioso, apesar de ter colocado em debate e enfrentado não só as políticas públicas de patrimônio cultural mas também o direito à cidade e à possibilidade de que os cidadãos tenham representação e possam discutir os projetos voltados para a cidade, e não apenas as grandes construtoras.¹⁶

Educação patrimonial, na minha concepção, não pode ser direcionada para unicamente criar a consciência da preservação do patrimônio já constituído, mas discutir e, se quiserem, conscientizar sobre o processo de patrimonialização. O pressuposto para a educação patrimonial é não naturalizar essas escolhas, e acredito que esta condição cria possibilidade de apropriação não reverente, mas crítica, das políticas públicas de patrimônio. Tal como ocorreu no Ocupe Estelita.

Vale salientar que o projeto Novo Recife está em consonância com um movimento de requalificação urbana da região central do Recife, e teve início com o processo de gentrificação do Bairro do Recife na década de 1990. Esse movimento, que tem um

16 Cais José Estelita: confira linha do tempo das polêmicas envolvendo o Projeto Novo Recife. G1 PE. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/26/cais-jose-estelita-confira-linha-do-tempo-das-polemicas-envolvendo-o-projeto-novo-recife.ghtml>. Acessado em 31/10/2012.

forte caráter de empreendimento imobiliário, provocou intensas discussões na cidade no momento de construção de dois grandes edifícios, popularmente conhecidos como as Torres Gêmeas do Recife, no início dos anos 2000, pelo impacto que provocariam na paisagem urbana do Bairro de São José. Apesar de sua construção ter sido contestada judicialmente, ao fim e ao cabo as empreiteiras conseguiram concluir os dois edifícios, corroborada pela omissão do Iphan nesse processo, anunciando que a disputa por um projeto de cidade se delineava no Recife naquele início de século. Soares salienta:

Evidenciou-se que a política de preservação do patrimônio encerra-se em si mesma, não prevendo em seus instrumentos a realização de debates públicos para análise de projetos, sobretudo aqueles de grande porte e impacto e tão pouco insere a participação social nas questões fundantes da constituição do patrimônio na cidade. Evidenciou-se a prevalência do domínio técnico pelos intelectuais do patrimônio que discutem sua visão e entendimento de cidade próprios, quando um dos maiores impactos apontados é o prejuízo que tais edifícios causariam na ambição de pleitear um registro de patrimônio da humanidade pela Unesco. Voltamos assim às questões aqui apresentadas: o que se deseja da cidade? Para quem é a cidade? Qual a condição do patrimônio a ser preservado?¹⁷

Nesse sentido a história do Ocupe Estelita é paradigmática para pensarmos as lutas sociais em torno da apropriação das políticas de patrimônio como garantia de direito à cidade, à memória, e à história, e de participação nos projetos que, ao redefinir seus espaços, retira dos cidadãos o direito ao patrimônio.

O Movimento Ocupe Estelita reivindicou o direito de participação dos cidadãos recifenses nos processos de renovação urbana e também na preservação do patrimônio, acabando por expor o jogo marcado entre o poder público e a iniciativa privada, que se sobrepuja ao interesse coletivo da cidade.

17 SOARES, Eliana Miranda AS. A cidade-empreendimento e os impactos no patrimônio cultural: o caso das torres do Cais de Santa Rita em Recife/PE. *Anais do IV Seminário Internacional - A Língua que Habitamos*. Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/38644243/A_cidade_empreendimento_e_os_impactos_no_patrim%C3%B4nio_cultural_o_caso_das_torres_do_Cais_de_Santa_Rita_em_Recife_PE, acessado em 31/10/2020.

Apesar da ampla mobilização social em torno do caso, que reuniu diversos agentes, entre eles o Ministério Público Federal cuja atuação foi persistente, no sentido de não só buscar garantir o cumprimento da lei, mas também de se inserir na luta travada para a preservação do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas (...) A morosidade da justiça, a insistência do poder público municipal para a realização do projeto que se beneficia com a passagem do tempo, e o indeferimento do tombamento pelo Iphan não fragilizaram a continuidade das lutas. No entanto, demonstra-se o desequilíbrio das forças que atuam na cidade. Nesse contexto, evidencia-se que a política de preservação do patrimônio encerra-se em si mesma, não prevendo em seus instrumentos a realização de debates públicos para análise de projetos, sobretudo aqueles de grande porte e impacto e tampouco insere a participação social nas questões fundantes da constituição do patrimônio na cidade.¹⁸

E não há educação patrimonial que mascare essas escolhas políticas. Ao contrário, apropriar-se das políticas públicas de patrimônio através da educação patrimonial é entender que, nesse campo em disputa, a política se sobressai. A educação patrimonial foi fundamental na discussão proposta pelos ativistas do Ocupe Estelita, através de um sem número de ações culturais desenvolvidas durante o período da ocupação. Contudo, nunca se tratou de uma proposta reverente do patrimônio, mas foi pensada como ação política conjunta na construção da cidade.

Referências

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In.: TOLENTINO, Átila (org.). *Educação patrimonial: educação, memórias e identidades. Caderno Temático de Educação Patrimonial*, n. 3. p. 27-31, 2013.

FARIAS FILHO, Alexandre Vasconcelos de Moura [et. al.]. *Memória*

18 MAGALHÃES, Alex Ferreira; SOARES, Eliana Miranda AS. O patrimônio cultural como 'lugar' de luta social: ações coletivas em sua preservação. *International Meeting Arqui Memoria on Conservation of Built Heritage*. Salvador, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/38653607/O_patrim%C3%B4nio_cultural_como_lugar_de_luta_social_a%C3%A7%C3%B5es_coletivas_em_sua_preserva%C3%A7%C3%A3o acessado em 31/10/2020

viva: a construção do inventário participativo de bens patrimoniais da Várzea, Recife, PE. *Revista Noctua – Ar-queologia e Patrimônio*, v. 2, p. 79-89, 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio, Carnaval e espetáculo: os maracatus-nação no Bairro do Recife. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n. 62, 2018.

KOSLINSKI, Anna Beatriz Zanine; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio Cultural e Ações Educativas: o Inventário do Maracatu-Nação. *Revista Antropológicas*, v. 28, n. 2, p. 141-174, 2017.

MAGALHÃES, Alex Ferreira; SOARES, Eliana Miranda AS. O patrimônio cultural como ‘lugar’ de luta social: ações coletivas em sua preservação. *International Meeting Arqui Memoria on Conservation of Built Heritage*. Salvador, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/38653607/O_patrim%C3%B4nio_cultural_como_lugar_de_luta_social_a%C3%A7%C3%B5es_coletivas_em_sua_preserva%C3%A7%C3%A3o acessado em 31/10/2020

SOARES, Eliana Miranda AS. A cidade-empreendimento e os impactos no patrimônio cultural: o caso das torres do Cais de Santa Rita em Recife/PE. *Anais do IV Seminário Internacional - A Língua que Habitamos*. Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/38644243/A_cidade_empreendimento_e_os_impactos_no_patrim%C3%B4nio_cultural_o_caso_das_torres_do_Cais_de_Santa_Rita_em_Recife_PE, acessado em 31/10/2020.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática *In.*: Educação Patrimonial. Reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

Parte III

Patrimônio e Museus,
perspectivas do campo e
outras (re)definições

Restituição e reparação: refletindo sobre patrimônios em diáspora

Márcia Chuva

“Cada presente decide de qual passado procede, seu nascimento, seu apogeu e sua morte.”

Octave Debary1

Introdução

Neste artigo pretendo conectar o campo das políticas públicas de patrimônio ao debate sobre reparação histórica, a partir do tema da restituição de bens culturais. Embora seja um tema presente na agenda internacional desde os anos 1950, ficou sob holofotes desde a divulgação do relatório do trabalho encomendado pelo presidente da França, sobre a devolução de peças a ex-colônias francesas, no final de 2018, fato amplamente noticiado na mídia francesa e internacional.²

Por reparação histórica entendo, de modo bastante simplificado, um conjunto de ações pensadas para compensar, mitigar ou amenizar injustiças cometidas no passado contra determinadas comunidades ou grupos sociais, visando a reescrita de

1 DEBARY, Octave. *Antropologia dos restos*. Da lixeira ao museu. Pelotas: Um2, 2017.

2 Ver: SARR, Felwine, SAVOY, Bénédicte. *Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle*. Novembre 2018. Sobre o histórico e amplo debate sobre restituição de bens culturais, ver também: GREENFIELD, Jeanette. *The return of the cultural treasures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987; ICOFOM. *L'aliénation et la restitution du patrimoine culturel : une nouvelle déontologie mondiale*. Comité international pour la muséologie de l'ICOM. *33ème Symposium annuel de l'ICOFOM*. Shanghai, China. 7-12 November 2010. ICOFOM Study Series - ISS 39.

um passado traumático, e a sua superação.³ Quanto à diáspora, por sua vez, refiro-me à dispersão de povos em virtude de perseguição de grupos dominadores intolerantes. Envolve ainda a separação e a desterritorialização provocadas por motivações religiosas e, sobretudo, políticas. A palavra diáspora refere-se, em geral, a dispersão de povos, mas no debate que trago aqui o seu sentido se amplia para tratar da dispersão de coisas materiais: pensar *patrimônios em diáspora* significa refletir sobre coisas/objetos retirados de forma violenta física ou simbolicamente do seio no qual seus significados e usos são produzidos e vivenciados. Diáspora, portanto, é a experiência da desterritorialização, fruto de relações de força e dominação, é também deslocamento, movimento, circulação.

De fato, a demanda por restituição é um fenômeno presente na agenda global, especialmente relacionado ao debate pós-colonial, tendo em vista que os milhões de objetos que se encontram espalhados em museus de todo o mundo foram recolhidos (de formas variadas) no âmbito da modernidade-colonialidade.⁴

Minha hipótese é que tal demanda situa-se dentre os diversos processos de patrimonialização que constituem a trajetória dos objetos cujo retorno é reivindicado. Ela faz parte das lutas por reparação, que visam dar visibilidade a histórias silenciadas por meio da construção de narrativas contra-hegemônicas e têm como pergunta de fundo: afinal, quem vai escrever essa história?

Com isso em mente, proponho uma reflexão sobre colonialidade e reparação, tendo em vista que as condições de

3 As medidas de reparação histórica, aqui pensadas na chave da justiça de memória, têm início com a assunção pelo poder público, de um crime perpetrado pelo Estado e o subsequente pedido de desculpas formal, bem como outras medidas no sentido de mitigar o mal causado. Tais medidas podem se desdobrar em ações judiciais pela restituição de direitos perdidos, o fim de privilégios e também em ressarcimento financeiro. Para o assunto ver: BAUER, Caroline Silveira. *Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. Dimensões*, n. 32, p. 148-169, 2014; HEYMANN, Luciana. *O dever de memória na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. GOMES, Ângela de Castro (org.). *Direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007; ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; VIANNA DANTAS, Carolina. *Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. Antíteses*, v. 3, n. 5, 21-37, 2010.

4 Cf. MIGNOLO, Walter. *The darker side Western modernity*. Duham; London: Duke University press, 2011.

produção, deslocamento e circulação dos bens culturais aqui em foco estão ligadas à violência do sistema mundo moderno-colonial, sempre atualizada em novas relações de força e, no caso brasileiro, ao racismo estrutural da sociedade.⁵ No escopo do debate, está também uma reflexão sobre o lugar dos museus nacionais, que guardam boa parte dos objetos reivindicados para restituição.

Patrimônios em diáspora

A origem dos objetos dos quais o retorno é reivindicado pode ser muito variada. Beurden detalhou as cinco categorias que identificou como modos de aquisição desses objetos⁶, contudo, o grande desafio é encontrar e reunir documentação histórica e material empírico sobre sua trajetória até seu ingresso na instituição que lhes dá guarda. Muitas vezes, essa dispersão de informação se perpetua ao fazer parte do acervo desta, quer por conta da desconexão entre os objetos e a documentação guardada em seções distintas. Esse fenômeno recorrente se aprofunda com o esquecimento de boa parte das coleções em reservas ou prateleiras, cujos motivos podem ser muito variados, não cabendo no escopo deste artigo avançar nessa reflexão.⁷

De um modo geral, os objetos cujo retorno é reivindicado foram musealizados, isto é, estão desterritorializados e encontram-se sob a guarda de uma instituição museológica. Tais objetos reclamados não necessariamente adquiriram um traço diaspórico no momento em que foram adquiridos. A diáspora de tais objetos é aqui entendida como uma construção das lutas decoloniais, e não como algo dado desde o momento em que foram retirados dos seus

5 ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

6 Foram detalhadas as seguintes categorias: doação; expedições (militares, científicas, privadas ou religiosas etc); compra; roubo; coação. Cf. BEURDEN, Jos Van. *Treasures. Trusted Hand Negotiating the future of colonial cultural objects*. Full Manuscript set-2016.

7 São muitos os exemplos de situações desse tipo, não apenas sobre objetos cuja restituição é demandada. Aponto apenas ilustrativamente o caso da boneca Maria Cambinda, estudado recentemente no MHN pela historiadora Aline Magalhães e pode ser conhecido na exposição virtual <https://artsandculture.google.com/story/KgVRV6elZHH-dw>. Acesso em 02.05.2022.

locais de origem. Em suas biografias, eles passaram (e passam) por diferentes situações de patrimonialização, em diferentes momentos e contextos. Logo, tais objetos musealizados constituíram-se *patrimônio* ao serem reconhecidos como referências culturais e históricas ancoradas em crenças e sentimentos de pertencimento que amalgamam grupos integrando processos identitários.

Um segundo momento da patrimonialização de tais objetos pode ser identificado quando, a partir do gesto violento inicial⁸, são integrados a coleções museológicas, como parte do processo civilizador moderno-colonial. Novos sentidos de patrimônio lhes são atribuídos. Nesse momento, elas passam a compor um acervo e ficam submetidas às normas de proteção e conservação do mesmo, determinadas não somente pela unidade museológica específica que os acolheu, mas por legislação superior, em geral de âmbito nacional.

Uma nova situação de patrimonialização ocorre no momento em que seu retorno é reivindicado (por nações ou grupos subnacionais), visando (re)compor valores que são, em geral, fruto de novas comunidades de sentido presentes no interior das nações. Tornam-se *patrimônios em diáspora* na medida em que são percebidos: um, por estarem distanciados de seus territórios, dois, por ser questionada a legitimidade da expropriação histórica sofrida, e três, por ser requerido o seu retorno ou o direito de comunidades que lhes dão sentido estarem novamente com eles. É, portanto, no entrelaçamento de diversos processos de patrimonialização que se pode pensar a restituição na *chave da reparação*.

Restituição e reparação

Após a Segunda Guerra Mundial, houve intensa campanha na Europa pela devolução das obras de arte roubadas e saqueadas durante o conflito, levando à aprovação da Convenção para a Proteção dos Bens culturais em caso de Conflito Armado, também

⁸ A ideia de violência aqui está remetida à condição colonial, portanto, historicamente, ela por vezes é também física, mas é sempre assentada em relações assimétricas e simbolicamente violentas. A recolha de objetos que integram acervos museológicos e cuja restituição é demandada está aqui compreendida como esse gesto violento inicial.

conhecida como Convenção de Haia, aprovada na Assembleia Geral da Unesco em 1954. Nela ficaram estabelecidas regras internacionais sobre a preservação do patrimônio cultural, que tem servido de ponto de partida para embasar os pedidos de restituição desde então. Esses podem se apresentar em configurações diversas, e redundar em diferentes acordos entre as partes. Os Estados nacionais cumprem o papel de representação de grupos que integram o nacional junto a outros países. E, vale dizer, sempre foram relações de força assimétricas que regeram (e regem) os debates.

Um interessante panorama normativo sobre a circulação de objetos e seus principais agentes, com especial atenção ao debate sobre restituição de bens culturais se encontra no dossiê Patrimônio e Relações Internacionais, publicado na revista *Locus*.⁹ Em comum, os pedidos envolvem comunidades de sentido, que reivindicam seu lugar na história e tem no Estado um agente (quase) incontornável nas negociações, para ambos os lados, visto ser quem regula uma série de temas correlatos, como, por exemplo, o controle da saída de obras de arte do país, seja de propriedade pública ou privada; a legislação de proteção dos acervos constituídos em instituições públicas de guarda e memória, como arquivos, museus, bibliotecas. Esse fato é resultado de uma ordem mundial dominante regida pelos estados nacionais e, na sua esteira, uma série de agências supranacionais organizadas por meio da participação dos Estados-parte em torno da ONU e, particularmente no assunto do nosso interesse, da Unesco.¹⁰ Trata-se, na maior parte das vezes, de

9 Um panorama normativo sobre a circulação de objetos e seus principais agentes, com especial atenção ao debate sobre restituição de bens culturais, pode ser encontrado no dossiê da Revista *Locus*, Patrimônio e Relações Internacionais, organizado por: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (org.). *Locus: Revista de História*. v. 26, n. 2, 2020. Ver especialmente os artigos: OCÓN, Jorge. Las estatuas también mueren. Patrimonio, museos y memorias en el punto de mira de DAESH. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 2020; COSTA, Karina Lima. A demanda pela restituição do patrimônio cultural através das relações entre a África e a Europa. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 193-209, 2020; DIAZ, Manuel Buron. Cabezas y pájaros: la construcción y restitución del patrimonio en Nueva Zelanda. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 210-234, 2020; MORAIS, Sara. As timbila de Moçambique no concerto das nações. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 261-290, 2020.

10 Ver: LOSSON, Pierre. *The Return of Cultural Heritage to Latin America Nationalism, Policy and Politics in Colombia, Mexico, and Peru*. New York: Routledge, 2022. Para uma interessante discussão sobre o assunto na América Latina, especialmente Colômbia,

negociações bilaterais com a presença de setores diplomáticos dos Estados envolvidos, tendo em vista que as instituições que detêm a guarda dos bens não têm autonomia para uma decisão isolada.

No Brasil, um inventário dos pedidos de restituição está por ser feito. Tampouco é possível aprofundar neste artigo a complexidade dos casos que serão relatados a seguir, restando a intenção de buscar evidências sobre as ambiguidades e contradições desses processos, que favoreçam o desenvolvimento de estudos futuros.¹¹

Há situações em que o Estado brasileiro encontra-se na posição de quem requer a devolução de objetos que se encontram fora do país, e também há situações em que é colocado na posição oposta, obrigado a responder a pedidos de restituição. Em geral é representado pela diplomacia e mediado por diversas instituições, envolvendo grupos e movimentos sociais.

Na posição de quem requer a devolução de objetos, há diversos casos relacionados ao patrimônio indígena em diáspora, como o pedido de restituição feito ao Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, de devolução de peças dos índios Tikuna para compor o acervo do Museu Maguta, em 1997. O Brasil não obteve sucesso, tendo seu pedido recusado, e os trâmites encerrados.¹² Na posição oposta, um caso importante refere-se ao pedido paraguaio pela devolução do canhão El Cristiano – tomado como troféu de guerra contra o Paraguai pelo Exército Brasileiro no século XIX, integrando o acervo do Museu Histórico Nacional.¹³

México e Peru. Tema ainda pouco explorado na região, analisa as últimas 3 décadas, a fim de demonstrar o caráter político de tais reivindicações que, segundo o autor, acabam por fortalecer os discursos dominantes sobre a nação.

11 Sobre as diferenças entre políticas públicas de reparação e medidas de reparação, ver: BAUER, Caroline Silveira. *Quanta verdade o Brasil suportará... Op. cit.*

12 Trata-se de objetos recolhidos na famosa Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, no final do século XVIII. Maiores informações ver <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/alexandre-rodrigues-ferreira/> Acesso em 02.05.22 TRINDADE, J. *Restituição de Bens Culturais em Portugal: da década de 1980 à actualidade*. Dissertação (Mestrado em História e Patrimônio). Universidade do Porto, 2018.

13 CHRISTOFOLETTI, R.; CERBI, V. O Brasil no circuito das relações internacionais: devolução e retorno de bens culturais etnográficos. In.: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; OLENDER, Marcos. (Org.). *Anais do I Congresso Internacional Gestão dos Patrimônios da Humanidade Urbanos*. Juiz de Fora: UFJF, 456-478, 2020.

Sem poder me estender no assunto, é sabido apenas que a demanda do Paraguai não pode ser atendida até o momento.

Neste artigo, contudo, gostaria de me deter numa terceira situação que também ocorre no Brasil, que são demandas por restituição dentro das próprias fronteiras nacionais.

O primeiro exemplo desse tipo é o pedido de restituição feito pelos índios Tarianos ao Museu do Índio de Manaus. Os objetos reclamados foram recolhidos preteritamente, no período em que uma ordem religiosa católica estabeleceu missões junto a esse grupo, no início do século XX na Amazônia. Ao passo que eles eram catequizados, eram também induzidos a abrir mão de seus costumes, seus objetos e valores culturais e morais. Nesse momento, os objetos que tinham valor patrimonial para os Tarianos foram retirados de forma simbolicamente violenta e colocados sob a guarda dos padres missionários. Levados para o Museu, tais objetos foram novamente patrimonializados, agora sob a égide dos valores ocidentais civilizadores, moderno-coloniais. Tornados objetos museológicos, ocuparam estantes e perderam os laços com os indígenas.

A implantação de uma política de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial, ocorrida no Brasil em 2000, levou os Tarianos a acionarem o Iphan em 2005, em busca de apoio para a salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado para eles, que sofria forte pressão de setores do Exército brasileiro que pretendiam dinamitá-la, para facilitar suas manobras naquela região de fronteira. Teve início então um trabalho de inventário de referências culturais junto ao grupo, para fundamentar a defesa da preservação da referida cachoeira. O Conselho Consultivo do Iphan aprovou a indicação de registro, e conseguiram, assim, afastar o risco de sua destruição.

Foi durante a realização do inventário de referências culturais com os índios Tarianos que alguns de seus representantes foram levados ao Museu do Índio de Manaus para conhecer e identificar algumas peças. Ao se surpreenderem com objetos de seus antepassados na vitrine, e também na reserva técnica, eles quiseram

sair dali com os objetos nas mãos. Naquele momento, aqueles objetos tornaram-se *patrimônios em diáspora*. Diante da impossibilidade de levá-los, vencido o choque inicial, foi dado início a uma negociação jurídica que ratificou oficialmente a restituição dos ornamentos sagrados e sua entrega definitiva. Os objetos retornaram à aldeia em 2008.

Outro caso emblemático refere-se ao pedido de devolução de objetos rituais do Candomblé - religião afro-brasileira, apreendidos em batidas policiais em terreiros nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro. Em 1938, os objetos recolhidos foram tombados pelo Iphan, com a denominação “Objetos de Magia Negra”.¹⁴ Essa proteção garantiu a sua não destruição e sua guarda como coleção museológica no Museu da Polícia. Mas garantiu também seu silenciamento, esquecidos em prateleiras não visitadas, apartados dos seus usos religiosos. Esses objetos eram considerados patrimônios sagrados para determinados grupos afro-descendentes, e foram novamente patrimonializados ao serem tombados e inseridos na coleção de um museu, onde lhes foram atribuídos novos significados e valores.¹⁵ A partir de então, na medida em que grupos religiosos reivindicavam o retorno desses objetos, eles tornavam-se *patrimônios em diáspora*. Em 2018, grupos ligados ao candomblé que atuavam na campanha “Liberte o nosso sagrado!” , visaram a restituição daqueles objetos a um lugar legítimo. Alguns problemas se colocavam nessa reivindicação, como a identificação dos terreiros aos quais pertenciam, tendo em vista que justamente em função da severa e contínua perseguição ao povo de santo eles acabaram se dispersando, rompendo histórias, dilacerando vínculos, e se afastando do centro da cidade. Outro aspecto que não pode ser minimizado é a dúvida sobre o tratamento a ser dado a tais objetos na medida em que eles fossem ou não considerados com axé (sacralidade), e para isso era preciso ser orientado pelos orixás,

14 Ver Processo de tombamento T-35. Denominação no processo: Museu de Magia Negra: acervo. Tombado em maio-1938. Arquivo Central do Iphan – Rio de Janeiro.

15 ALVES, Luiz Gustavo Guimarães Aguiar. *Liberte Nosso Sagrado: as disputas de uma reparação histórica*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

trazendo elementos mágicos ou não humanos, como tratou Rodney Harrison,¹⁶ para a tomada de decisão. O caso teve um desfecho de sucesso recente. Após muitas negociações sobre onde seriam guardadas as peças, o movimento *Liberte nosso sagrado!* concordou com sua entrega ao Museu da República, que mediou as negociações e recebeu a coleção sob custódia, e em co-curadoria com o grupo.¹⁷

Nesses dois casos, a compreensão da devolução como um modo de reparação histórica é evidente, formatando inclusive as medidas políticas adotadas. Contudo, foram medidas isoladas e não se configuram, ainda, no Brasil, em políticas públicas de reparação por meio da restituição. Ainda assim, é perceptível a olhos vistos que a agenda das políticas patrimoniais tem se transformado, voltando-se para o debate do *patrimônio como direito*, em contextos democráticos (de fato e de direito). Nesse sentido, o debate do patrimônio tem ocupado novas arenas - simbólicas e materiais - por direitos de sujeitos silenciados nas políticas públicas de memória e a restituição de bens culturais tem se apresentado como uma via nessa direção.

No entanto, papel variável e instável do Estado (e suas agências) acaba por gerar ambiguidades que induzem a reflexões circunscritas às singularidades de cada caso na ilusão de melhor apreender o fenômeno. Essa saída pode se tornar ser uma armadilha, se obscurecer a questão central que tais indícios apontam: o fato de que em todas essas situações os sujeitos que demandam as restituições integram grupos subalternos, periféricos, silenciados, excluídos, que sofreram e sofrem racismo, preconceito e intolerância e almejam um lugar legítimo e de reconhecimento com parte da nação.¹⁸

Essa condição muda de escala, mas não se altera significativamente nas situações em que grupos subnacionais são

16 HARRISON, Rodney. *Heritage. Critical Approaches*. London: Routledge, 2013.

17 Para conhecer melhor esse processo, veja o documentário: *Quiprocó Filmes*. “Respeita Nosso Sagrado”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u_HJ199cRIg&ab_channel=Quiproc%C3%B3Filmes. Acesso em 26.07.2021.

18 Para uma reflexão sobre esse desejo de pertencimento, ver: LACERDA, Rodrigo. Participação e patrimônio cultural imaterial: o estudo de caso de “Tava, lugar de referência para o povo Guarani”. *Comunicação e Sociedade*, v. 36, 2019.

representados por Estados nacionais soberanos junto a Estados europeus, pois estas também estão atravessadas pelo sistema mundo moderno-colonial.¹⁹

A seguir será feita uma breve reflexão sobre o lugar do museu, ou melhor, o novo lugar que os museus podem ocupar como agência promotora de medidas de reparação, ao se colocarem no centro desse debate. Tendo sido responsável por uma das etapas de patrimonialização desses objetos, como foi visto acima, passam a responder por demandas de ressignificação, que atribuem outros sentidos e valores, e tornam esses objetos *patrimônios em diáspora*. No contraponto, será trazido ao debate reflexões sobre as intervenções em estátuas no espaço público, tendo em vista que o destino muitas vezes cogitado para elas tem sido o museu.

Entre esconder e exhibir: um lugar decolonial para os museus

Há centenas de milhares de peças africanas espalhadas por museus em todo o mundo e, especialmente, nos grandes museus da Europa. Como enxergar tais peças sem colocar em evidência as controvérsias, os limites, e as ambiguidades que podem envolver a constituição dessas coleções e a sua exibição? Quais os sujeitos da atribuição de valor e que valores foram, são e/ou serão atribuídos a essas peças em diáspora? Muitos museus enfrentam atualmente o debate a respeito das formas de tratamento, guarda e exibição de acervos que, em muitos casos, quer por falta de recursos ou interesse, quer pela sensibilidade do tema, encontram-se esquecidos em depósitos e reservas técnicas.

Seriam os museus – ao contrário do que prega sua missão maior de comunicação - lugar de guarda daquilo que não deve vir a público, como muitos dos objetos reivindicados para restituição escondidos a sete chaves em salas secretas e inacessíveis? Tais instituições também têm sido apontadas como possíveis receptores

19 Não tenho conhecimento de reivindicações de restituição feitas por países centrais a países do Sul Global.

de estátuas indesejáveis no espaço público. Seria esse o triste destino dos museus?

Monumentos expostos em praça pública são considerados *patrimônios urbanos*, que têm a marca do seu tempo e costumam celebrar personagens históricos consagrados política e socialmente por grupos hegemônicos, como tratou Paulo Knauss em sua tese de doutorado sobre imagens urbanas no Rio de Janeiro e Ana Rita Uhle, especialmente em São Paulo.²⁰ Ao lado disso, soma-se o fato da autorização para ocuparem o espaço público ser prerrogativa do poder público instituído. Portanto, intervir nesses monumentos envolve um enfrentamento com decisões e recursos públicos. Ao serem estabelecidos, esses lugares tornam-se potenciais meios de transmissão de ideias entre temporalidades distintas, continuidades e descontinuidades, ainda que, segundo Elizabeth Jelin, seus significados não estejam assegurados de antemão:

Construir monumentos, marcar espacios, respetar y conservar ruinas o sitios donde ocurrieron los acontecimientos que se quieren conmemorar, o proponer y construir museos, son procesos que llevan tiempo e implican luchas sociales. Su instalación produce (o fracasa en producir) la semantización de los espacios materiales.²¹

Os pedidos de restituição têm início em demandas e ações de movimentos sociais que questionam a legitimidade da posse de determinados objetos. Em seguida, tais demandas passam a ser enquadradas nas regras jurídicas e em negociações diplomáticas de toda ordem. Intervenções em estátuas no espaço público podem ser pensadas nessa mesma chave da resistência e desobediência e também estão regradas por múltiplas patrimonializações, sobrepostas e impressas nos monumentos. Os dois fenômenos dizem respeito a tensões que tocam num ponto crucial das políticas de patrimônio: a demanda por representatividade de grupos sociais

20 Cf. KNAUSS, P. *Cidade Vaidosa – Imagens Urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999; UHLE, A. R. *Monumentos celebrativos: aproximações entre arte e história (1925-1963)*. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

21 JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017, p. 140-141.

excluídos, subalternizados e silenciados, ao mesmo tempo em que são indícios de lutas de representação, em busca de um lugar legítimo de reconhecimento.

Françoise Vergès afirma de modo convicto que “destruir estátuas de criminosos colonialistas é uma exigência de justiça da memória, de dignidade, de respeito e igualdade, um elemento importante numa luta mais ampla contra o racismo estrutural e sistêmico”.²² Para Julia Baker, perpetuar monumentos da colonialidade seria o mesmo que perpetuar uma relação colonial, em função da força imagética que eles exercem.²³

Prova disso, podemos supor, seriam as flores depositadas várias vezes ao ano aos pés da estátua da princesa Isabel, em Copacabana, bem como o policiamento do local evitando sua depredação, ou mesmo a bandeira do Império hasteada a poucos metros do monumento. São representações bastante significativas de um ícone da nostalgia imperial, perpetuando marcas da história brasileira que configuram a colonialidade presente na sociedade.

Contudo, situações distintas demonstram as ambiguidades e a complexidade desse tema.

Por um lado, movimentos racistas têm feito recorrentes pichações no Memorial Zumbi dos Palmares, situado na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, visam deslegitimar a consagração de um herói escolhido pelos movimentos negros como símbolo da resistência contra o racismo no Brasil desde os anos 1970.²⁴ Por outro lado, as recorrentes pichações feitas

22 Cf. VERGÈS, Françoise. Derrubar uma estátua, haverá algo mais legítimo? 2020. <https://www.revistapunkto.com/2020/09/derrubar-uma-estatua-havera-algo-mais.html>. O texto original da ativista feminista decolonial Françoise Vergès foi publicado no RP Dimanche - suplemento de teoria, política e cultura da rede Révolution Permanente- no dia 28 de Junho de 2020, no auge dos protestos que ocorreram após a morte de George Floyd. A tradução que tive acesso foi realizada para o Jornal Punkto por Maria Rebelo e João Paupério e publicada em 2020. <https://www.revistapunkto.com/2020/09/derrubar-uma-estatua-havera-algo-mais.html> Último acesso em 8 de maio de 2022.

23 BAKER, Julia. Ocupar e desconstruir. A derrubada simbólica das estátuas colonizadoras através da série Devolta, de Diambe da Silva. *Cuadernos de Musica, Artes Visuales y Artes Escenicas*. v. 17, n. 1, p. 58-73. 2018.

24 CHUVA, Márcia. Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro. *Anais do Museu Paulista*, v. 28, p. 1-30, 2020.

no Monumento às Bandeiras, assim como o fogo ateadado na estátua de Borba Gato em São Paulo em 2021 são intervenções muito significativas de resistência e luta contra a história única que uma dada historiografia reproduz há cerca de um século sobre um herói bandeirante idealizado na fundação de São Paulo, e sua presença determinante na história do Brasil.²⁵ Uma guerra de memórias está conflagrada. Com suas armas, o debate historiográfico é travado nas ruas, por meio de múltiplas linguagens e suportes materiais, no tempo presente (o tempo da resistência), que colocam em xeque a narrativa consagrada e conferem ao monumento outros significados. A imagem monumental faz referência a outro tempo histórico (o tempo da experiência) e também ao tempo da celebração que instituiu o monumento, isto é, que consagra uma narrativa acerca do acontecimento passado e o objeto construído é posto em praça pública (o tempo da celebração).²⁶

Logo, de modo similar aos múltiplos processos de patrimonialização que foram vistos na construção dos *patrimônios em diáspora*, Rahul Rao aponta que as estátuas vivem em múltiplos tempos, sendo, ao menos esses três tempos, incontornáveis.²⁷ Segundo o autor, o tempo de resistência é o tempo de ver: os monumentos precisam ser observados. É nessa trama de temporalidades entrelaçadas que debates historiográficos acontecem e desestabilizam versões hegemônicas. É assim que muitos personagens históricos representados em estátuas urbanas

25 Sobre o Monumento às Bandeiras na cidade de São Paulo ver também:

UHLE, A. R. Monumentos celebrativos... *Op. cit.*; COELHO, George Leonardo Seabra. Monumento às Bandeiras: processo de construção e ressignificação simbólica. *Revista Tempo*, Niterói, v. 28, n. 1, p. 65-83, 2022; SENHORA, Bruna. *Esculturas Urbanas e seus Sentidos: Uma Análise do Monumento às Bandeiras*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). UNIRIO, 2022.

26 Por vezes, ocorre também o tempo da banalização, do esquecimento. E outros tempos podem surgir nas análises, visando a compreensão das relações de força estabelecidas em torno do monumento, que somente a investigação com base em material empírico de cada contexto poderá destrinchar.

27 “Há o tempo do evento e as figuras históricas que eles representam; o tempo em que é o propósito para o qual são construídos; e o momento em que são vistos. Frequentemente, o gap entre o primeiro e o segundo momento desses momentos torna duvidosa a visão das estátuas como testemunhas mudas e fiéis do evento que retratam”. RAO, Rahoul. *What do we mean when we talk about statues? 10th Africa Day Memorial Lecture*. University of the Free State Bloemfontein, May, 2018, p. 7, tradução livre.

que aparentemente são de aceitação unânime despencam de seus pedestais nas guerras de memória locais.²⁸

Nessa arena de lutas, o acolhimento pelos museus das estátuas que perderam a legitimidade de ocupar o espaço público pode revelar comprometimento com aquilo que se quer apagar da memória pública, mas pode também, noutra perspectiva, produzir viradas decoloniais, propondo-se não a esconder, mas a expor tais monumentos de forma crítica, criando situações de desconforto ao exhibir o confronto de narrativas, que pode ser destacado por meio de linguagens expositivas. Como apontou Jelin, a crítica à visão dominante que tais monumentos representam pode levar a uma transformação do conteúdo da memória social, “en la medida en que puede significar una redefinición de la esfera pública misma, antes que la incorporación (siempre subordinada) de voces no escuchadas en una esfera pública definida de antemano”.²⁹

Considerações finais

O debate sobre diferença cultural e diversidade como crucial é posto por Ulpiano Bezerra de Meneses como crucial para o campo do patrimônio, afirmando ser a primeira algo a ser perseguido nas sociedades democráticas, em detrimento da segunda. Para ele, o encorajamento da diversidade cultural é acompanhado de mecanismos de contenção da diferença cultural. (Meneses, 2009).³⁰

Nas situações aqui apontadas, as materialidades apontam para diferenças culturais e patrimônios em disputa. Vimos, nesses casos, que os vestígios materiais têm o poder de mobilizar profundamente as pessoas, suas memórias, identidades e pertencimentos. Talvez

28 A redução do debate à polarização entre aqueles que são contra ou a favor da derrubada de estátuas não tem gerado questões produtivas para a compreensão desse fenômeno. Vide o exemplo do caso em torno da estátua de Mahatma Gandhi, não necessariamente consensual em todos os contextos. RAO, Rahoul. *What do we mean when we talk about statues?...* Op. cit.

29 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria. 2..* ed. Lima: IEP, 2012.

30 MENESES, Ulpiano Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. *1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural*. Ouro Preto, vol.1, 2009.

isso ocorra pela possibilidade de sua visibilidade permanente no espaço público. Mas, também ocorre porque as materialidades são percebidas em diferentes ambientes sociais como modos de comprovar – isto é, como prova material da história – visão que é por vezes acionada estrategicamente, para se enfrentar a história única, a história dominante.

Françoise Vergès afirma que “as estátuas derrubadas não são apenas um acto simbólico, são também um acto de libertação, de abertura a narrativas, memórias e representações das quais precisamos hoje”.³¹

Afinal, volto com a pergunta: quem vai escrever essa história?

As guerras de narrativas referidas ao longo deste artigo explicitam também uma crise das narrativas consagradas (por pressão de movimentos e grupos sociais silenciados), exigindo sua reescrita. Objetos esquecidos em reservas técnicas ganham a cena protagonizando negociações para a sua restituição. Ainda que não seja sua atribuição primeira, ao acolherem as estátuas os museus podem promover o confronto de narrativas. Podem também, por meio dessas materialidades, questionar o seu próprio lugar.

Em ambas as situações, os museus estão na berlinda e têm em mãos a grande oportunidade de se tornarem agências de reparação, forjando um novo papel para essas instituições. Não como um “museu imaginário”, no qual uma atitude “civilizada” costuma apreciar culturas diversas e ao sair pela porta as tornam rejeitadas e geradoras de tensões na interação social.³²

Em termos globais, as políticas de invenção e gestão de patrimônios estão sendo reposicionadas em novas arenas, cujas lutas - simbólicas e materiais – são por direitos de sujeitos silenciados nas políticas públicas. Nas chaves do direito à memória e da reparação, pensar e forjar patrimônios a partir de uma atitude decolonial exige a disposição para vivenciar certo desconforto, se deslocar, e criar caminhos capazes de construir pontes que (re)ligam

31 VERGÈS, Françoise. Derrubar uma estátua, haverá algo mais legítimo?... *Op. cit.*

32 MENESES, Ulpiano Bezerra. O campo do patrimônio cultural... *Op. cit.*, p. 39.

histórias partidas, memórias silenciadas ou renegadas. Sempre será necessária alguma materialidade – ainda que temporária ou inscrita no movimento dos corpos – que sirva de suporte a esses significados. Afinal, patrimônio é materialidade, é movimento, é sentido e significado.

O museu é a instituição que na maior parte das vezes está numa das pontas das discussões sobre restituição por ter a guarda da maioria dos objetos reivindicados. Há quem diga, contudo, que ele não é lugar para desestabilizar narrativas; isto estaria reservado ao campo acadêmico científico e aos movimentos sociais.

Na perspectiva da antropologia dos restos de Octave Debary, o Museu é entendido como “lugar de esquecimento de objetos usados, em uso ou fora de uso, que colocam a questão de seus futuros. Numerosos, eles provêm de uma impossível destruição, o que implica sua conversão” numa espécie de “presente patrimonial”.³³ Tal conversão pode ser relacionada aos processos de patrimonialização que esses objetos sofrem ao longo de sua biografia, como visto anteriormente, sempre atualizando sua existência no presente. A impossibilidade da destruição de tais objetos (como aqueles que nos romances policiais são escondidos da cena do crime, mas jamais destruídos) – indica a contradição criativa que me permite acreditar que, apesar da aparente imobilidade das narrativas canonizadas em museus nacionais, o lugar de construção de narrativas é também lugar de sua revisão pois elas resultam de tensões e consensos sempre provisórios, dentro de uma guerra de narrativas.³⁴

São essas contradições e ambiguidades que tornam esse lugar, a um só tempo, produtor de esquecimento, como instituição de poder, sempre a reproduzir falas hegemônicas da sociedade na qual se insere, como tratou Bruno Brulon Soares (2012), e a possibilidade

33 DEBARY, Octave. Antropologia dos restos... *Op. cit.*, p. 22.

34 CHUVA, Márcia. Histórias para descolonizar: o Museu Nacional de Etnologia de Lisboa e suas coleções africanas. In: Bruno Brulon Soares (org.). *Descolonizando a Museologia. Museus, Ação Comunitária e Descolonização*. Paris: ICOM / ICOFOM, 2020a, p. 72-90; CHUVA, Márcia. Forjar patrimônio em campo: deslocamentos e missões no Brasil e na África. *Revista Estudos Históricos*, v. 29, p. 29-48, 2016.

de produção de evidências desse poder colonial, que aflora de suas contradições, nos seus modos de narrar, exhibir, colecionar, comunicar.³⁵

Os dois casos aqui descritos brevemente não deixam dúvidas acerca das ambiguidades constituintes dos museus. Também evidenciam que as agências do Estado não são homogêneas e livres de tensões e disputas em seu interior. Desse modo, seus agentes interagem com os movimentos sociais e nessas relações que são, por princípio, assimétricas, são construídas alternativas aos modos de operação do processo civilizador.

Nessa nova chave, podemos imaginar um novo lugar para os museus, um lugar decolonial entre a guarda e a exibição, no qual podem escolher contar suas próprias histórias, que os levaram a esconder e/ou expor diferentes objetos, em momentos e de modos diversos. Revisitar suas próprias trajetórias significa deslegitimar situações estabelecidas e histórias consagradas. Desse modo, também o museu torna-se peça em exposição, isto é, reflexões que interroguem sua história podem trazer questões provocadoras e incômodas vindas dos herdeiros dessa espoliação e de outros lados não previamente imaginados. Tal pensamento leva à perspectiva também do museu como lugar de combate, lugar de historicização radical.³⁶ Esse pode ser o caminho para a superação de traumas relacionados à histórica dominação estruturada na base do racismo, que chamamos de legado colonial.

Os museus podem assim ser os novos territórios das estátuas que perderam a legitimidade de ocupar o espaço público, usando essas materialidades para questionar o seu lugar. Também nessa nova chave, a restituição de bens culturais pode ser ponto não de chegada, mas de partida das lutas por reparação, se pensadas como modos de decolonização do patrimônio.

35 SOARES, Bruno Brulon. *Máscaras guardadas: musealização e descolonização*. Niterói. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, 2012.

36 Para refletir sobre a historicização radical ver: OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v. 23, 2007.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; VIANNA DANTAS, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, v. 3, n. 5, 21-37, 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BAKER, Julia. Ocupar e desconstruir. A derrubada simbólica das estátuas colonizadoras através da série Devolta, de Diambe da Silva. *Cuadernos de Musica, Artes Visuales y Artes Escenicas*. v. 17, n. 1, p. 58-73. 2018.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, n. 32, p. 148-169, 2014.

BEURDEN, Jos Van. Treasures. *Trusted Hand Negotiating the future of colonial cultural objects*. Full Manuscript set-2016.

CHRISTOFOLETTI, R.; CERBI, V. O Brasil no circuito das relações internacionais: devolução e retorno de bens culturais etnográficos. In.: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; OLENDER, Marcos. (Org.). *Anais do I Congresso Internacional Gestão dos Patrimônios da Humanidade Urbanos*. Juiz de Fora: UFJF, 456-478, 2020.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (org.). *Locus: Revista de História*. v. 26, n. 2, 2020.

CHUVA, Márcia. Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro. *Anais do Museu Paulista*, v. 28, p. 1-30, 2020.

CHUVA, Márcia. Forjar patrimônio em campo: deslocamentos e missões no Brasil e na África. *Revista Estudos Históricos*, v. 29, p. 29-48, 2016.

CHUVA, Márcia. Histórias para descolonizar: o Museu Nacional de Etnologia de Lisboa e suas coleções africanas. In: Bruno Brulon Soares (org.). *Descolonizando a Museologia. Museus, Ação Comunitária e Descolonização*. Paris: ICOM / ICOFOM, 2020a, p. 72-90.

COELHO, George Leonardo Seabra. Monumento às Bandeiras: processo de construção e resignificação simbólica. *Revista Tempo*, Niterói, v. 28, n. 1, p. 65-83, 2022.

COSTA, Karina Lima. A demanda pela restituição do patrimônio cultural através das relações entre a África e a Europa. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 193-209, 2020.

DEBARY, Octave. *Antropologia dos restos*. Da lixeira ao museu. Pelotas: Um2, 2017.

DIAZ, Manuel Buron. Cabezas y pájaros: la construcción y restitución del patrimonio en Nueva Zelanda. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 210-234, 2020.

GREENFIELD, Jeanette. *The return of the cultural treasures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

HARRISON, Rodney. *Heritage. Critical Approaches*. London: Routledge, 2013.

HEYMANN, Luciana. O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. GOMES, Ângela de Castro (org.). *Direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

ICOFOM. L'aliénation et la restitution du patrimoine culturel : une nouvelle déontologie mondiale. Comité international pour la muséologie de l'ICOM. *33ème Symposium annuel de l'ICOFOM*. Shanghai, China. 7-12 November 2010. ICOFOM Study Series - ISS 39.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2.. ed. Lima: IEP, 2012.

KNAUSS, P. *Cidade Vaidosa – Imagens Urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras. 1999.

LOSSON, Pierre. *The Return of Cultural Heritage to Latin America Nationalism, Policy and Politics in Colombia, Mexico, and Peru*. New York: Routledge, 2022.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. *1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural*. Ouro Preto, vol.1, 2009.

MIGNOLO, Walter. *The darker side Western modernity*. Duham; London: Duke University press, 2011.

MORAIS, Sara. As timbila de Moçambique no concerto das nações. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 261-290, 2020.

OCÓN, Jorge. Las estatuas también mueren. Patrimonio, museos y memorias en el punto de mira de DAESH. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, 2020.

RAO, Rahoul. *What do we mean when we talk about statues? 10th Africa Day Memorial Lecture*. University of the Free State Bloemfontein, May, 2018, p. 7, tradução livre.

SARR, Felwine, SAVOY, Bénédicte. *Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle*. Novembre 2018.

SENHORA, Bruna. *Esculturas Urbanas e seus Sentidos: Uma Análise do Monumento às Bandeiras*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). UNIRIO, 2022.

TRINDADE, J. *Restituição de Bens Culturais em Portugal: da década de 1980 à actualidade*. Dissertação (Mestrado em História e Patrimônio). Universidade do Porto, 2018.

UHLE, A. R. *Monumentos celebrativos: aproximações entre arte e história (1925-1963)*. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

Quando patrimônio é caso de polícia: perseguições, aceitações e reconhecimentos na trajetória do patrimônio cultural brasileiro

*Claudia Feierabend Baeta Leal
George Patrick Bessoni e Silva
Yusuf Daibert S. de Campos*

Introdução

Importantes desafios vêm sendo feitos ao patrimônio cultural. Françoise Choay menciona a tripla extensão marcada pela Carta de Veneza, com impactos tipológicos, cronológicos e geográficos sobre os bens reconhecidos como patrimônio.¹ Do final dos anos 1980 ao início dos anos 2000, as referências canônicas do patrimônio foram problematizadas, com a valorização oficial da cultura popular e tradicional e da diversidade cultural, o que atingiu inclusive noções como autenticidade, monumentalidade e materialidade.² Especificamente sobre o contexto brasileiro, Ulpiano Bezerra de Menezes apresenta importantes mudanças colocadas ao campo do patrimônio por meio da Constituição de 1988:³ por um lado, a inserção dos bens de natureza imaterial entre aqueles

1 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2011.

2 UNESCO. *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, 1989; UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, 2003.

3 MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. In.: *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

passíveis de patrimonialização; por outro, é apresentada como a grande alteração oficializada pela Carta Magna brasileira, o deslocamento da matriz de valor de patrimônio, que passou a ser atribuição da “comunidade” – ou dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, ambos termos presentes no art. 216 do texto constitucional – e não mais do poder público, ainda que paire sobre a diversidade a escamoteação acerca das diferenças.⁴

Definir patrimônio a partir das referências “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”,⁵ e como aquilo que “as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”,⁶ é certamente um desafio à categoria, ao campo e aos seus agentes. Obriga a pensar patrimônio para além do acervo a que o termo remete, a vinculá-lo aos sentidos que tais grupos, comunidades e indivíduos lhe atribuem e entendê-lo, nos termos propostos por Laurajane Smith,⁷ como um processo de engajamento, um ato de comunicação e um ato de significação no e para o presente. Na perspectiva dos autores deste artigo, dado seu engajamento não apenas com a produção de conhecimento sobre o tema, mas com a gestão do patrimônio cultural, obriga a pensar patrimônio como política pública, com limites e possibilidades de ressonância e representatividade.

Isso implica questionar, nos termos colocados por José Reginaldo Gonçalves,⁸ se tais políticas contam com “respaldo ou reconhecimento junto a setores da população”. Para Gonçalves, “os objetos que compõem um patrimônio [e acrescentemos aqui as políticas voltadas à sua preservação] precisam encontrar

4 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

5 *Ibidem*.

6 UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, 2003.

7 SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, New Edition, 2006, p. 1..

8 GONCALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

‘ressonância’ junto ao seu público”.⁹ O que remete à questão da representatividade de tais objetos e de tais políticas: desafiando a noção de um acervo representativo da uma identidade nacional coesa, branca, católica, oitocentista;¹⁰ de um Brasil barroco, moderno e civilizado,¹¹ nota-se principalmente a partir de 1988 um esforço, no âmbito das políticas de patrimônio, de “representar a complexidade cultural do país” em sua vasta diversidade cultural.¹² Assim, centrando a relevância das políticas de patrimônio em termos dos grupos que mobilizam, da diversidade que incluem, chega-se à questão das entregas possíveis de tais políticas, isto é, o que tais políticas podem efetivamente fazer para reconhecer e assegurar direitos. Ou, nos termos discutidos por Giorge Bessoni e condensados em questão posta por um detentor: O que eu ganho com isso?¹³

Nesse sentido, pensando no papel das agências de patrimônio e na elaboração de agendas e instrumentos para as políticas públicas; na atuação de acadêmicas e acadêmicos, nas pesquisas que desenvolvem, como são apreendidas e desenvolvidas no âmbito da burocracia estatal e o papel que têm na reflexão e aperfeiçoamento das políticas públicas; e destacando principalmente o papel dos detentores, devotos, brincantes, mestres – enfim, dos grupos, comunidades e indivíduos para os quais bens e manifestações representam referência ou patrimônio cultural – na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, este artigo propõe analisar alguns casos de bens e manifestações que foram, ao longo da história da República (e também do Império), sujeitos à ações e leituras de perseguição,

9 *Ibidem*.

10 RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 97-105, 1996.

11 CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, p. 313-333, 2003.

12 MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 26, 2016.

13 SILVA, Giorge Patrick Bessoni e. *O que eu ganho com isso? Desafios da sustentabilidade econômica do patrimônio imaterial a partir do Maracatu de Baque Solto*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN, Rio de Janeiro, 2020.

repressão, proibição pelo Estado, por meio de suas forças policiais, e que hoje constam do rol de bens reconhecidos por esse mesmo Estado como patrimônio cultural brasileiro.

Esta análise vai se basear em três perspectivas, que reforçam a formação e lugar de fala dos autores. A primeira é principalmente de cunho histórico e historiográfico. Diz respeito à trajetória das políticas de patrimônio e à historiografia sobre as manifestações culturais populares e os movimentos de trabalhadores acionada nos processos de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural, em que se nota o esforço de associar as perspectivas da história social, notadamente da *história vista de baixo* (*history from below*), para a história do patrimônio cultural e das políticas de preservação no Brasil. Destaca-se principalmente o uso de fontes policiais, referidas em um número significativo de Dossiês de Registro e que, por um lado, permitem acesso às experiências e agência dos grupos reprimidos, na leitura a contrapelo de tais fontes, e, por outro, permitem acompanhar as mudanças entre repressão e reconhecimento de tais manifestações e atores.

Já a segunda, de viés antropológico, relaciona-se às discussões sobre o papel do especialista e do nativo na produção do conhecimento etnográfico. Logo, pode-se afirmar que algumas ciências humanas vêm, com o passar do tempo, reforçando a presença dos nativos/comunidades na elaboração e construção do saber científico. No campo do patrimônio isso também se deu e, no caso brasileiro, experiências como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) abriram as portas para esse tipo de reflexão, com a consolidação da metodologia do Inventário Nacional de Referência Cultural (a qual preconiza participação de pessoas da comunidade na realização da pesquisa) e com a gradativa inclusão, em alguns inventários, de pesquisadores detentores dos saberes inventariados no âmbito de processos de reconhecimento patrimonial.

Em terceiro lugar, trata-se de pensar em que medida tais perspectivas teóricas são marcadas ou derivam de processos políticos mais amplos, de lutas e conflitos por protagonismo de

novos agentes nas esferas públicas, de questionamento sobre a ressonância das políticas públicas e das demandas por inclusão e representatividade da diversidade cultural. Mais ainda: como tais perspectivas teóricas contribuem para a revisão, desafio e construção das agendas das políticas públicas.

O artigo está, assim, estruturado em quatro partes, que visam provocar o debate, mais do que trazer conclusões, uma vez que se trata de uma pesquisa em andamento. A primeira parte vai apresentar alguns bens patrimonializados cujas trajetórias são marcadas pela repressão policial. Em um segundo momento, será discutido o sentido dos discursos repressivos sobre tais manifestações e bens e como eles permitem entender as rotinas, valores, símbolos, referências de grupos marginalizados e subalternizados. Já a terceira parte tratará do papel dos detentores, brincantes, devotos, falantes, trabalhadores, moradores de áreas periféricas, classes pobres e subalternizadas - que foram, e continuam sendo, alvos preferidos das ações policiais - na produção de conhecimento sobre esses modos de vida, inclusive frente às ações de reconhecimento de suas expressões culturais e formas de vida. Por fim, na quarta e última parte do artigo, vai-se problematizar os papéis, articulações e perspectivas dos diferentes agentes envolvidos na preservação do patrimônio cultural, da diversidade cultural e das políticas públicas.

Em suma, este artigo pretende discutir os impactos da perspectiva da história social e da antropologia para identificação de bens culturais, discutindo em seguida a importância de tais perspectivas para a contínua revisão e aperfeiçoamento das políticas de patrimônio, na busca de vieses sempre mais democráticos, diversos, inclusivos e participativos.

A patrimonialização de bens culturais interditos

Dos mais de mil bens tombados e dezenas de bens registrados pelo Iphan, selecionaram-se três para discutir mais detalhadamente os aspectos da patrimonialização de bens

culturais que foram alvo de repressão policial, aqui indicados nos termos utilizados em seus processos de tombamento ou registro. São eles: *Museu de Magia Negra: acervo*, bem inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico entre os primeiros tombamentos do Iphan, em 1938; *Ofício dos Mestres de Capoeira*, no Livro de Registro de Saberes, e *Roda de Capoeira*, no Livro de Registro de Formas de Expressão, ambos inscritos em outubro de 2008; *Maracatu Nação*, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2014.

O *Museu de Magia Negra: acervo* corresponde à primeira inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (LAEP), incluindo “bens pertencentes à Polícia Civil do Distrito Federal [Rio de Janeiro] [denominados] Museu da Magia Negra”.¹⁴ Trata-se de um acervo constituído com a apreensão de objetos de culto de religiões afro-brasileiras durante a Primeira República e a Era Vargas, quando tais cultos eram criminalizados. No processo do tombamento (0035-T-38), não consta justificativa ou parte solicitante da patrimonialização desses bens,¹⁵ cujos estudiosos indicam ter decorrido a partir de um olhar policial e sanitarista que teria proposto a “proteção do exótico”.¹⁶

A relação desse acervo com a história de ações policiais não se limita, porém, à sua formação: além de se constituir exatamente de objetos apreendidos em batidas policiais, sua guarda e preservação ficaram por 100 anos sob responsabilidade da polícia, na reserva técnica do atual Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro.¹⁷

14 Notificação nº 68 do Diretor do SPHAN para o Ministro da Justiça, em 23 de março de 1938, fl. 1, Processo 0035-T-38 (0332986), Processo SEI nº 01500.900458/2017-49.

15 PAIVA, Ana Cristina de Souza Gonçalves. *As Dinâmicas das Duas Metades: Tombamento e Patrimônio Etnográfico no Iphan*. 2013. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2013, p. 65; LIMA, Alessandra Rodrigues. *Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*, 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN, Rio de Janeiro, 2012, p. 45.

16 CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 07. n. 18, p. 405-438, 2005; LIMA, Alessandra Rodrigues. *Patrimônio Cultural Afro-brasileiro... Op. cit.*

17 Atentar para as mudanças do Museu em 1945 e 1991, conforme documentos

Mesmo após o tombamento como patrimônio histórico e artístico nacional, manteve-se, até 2020, seu caráter interdito – na criação original do acervo, no acesso presente às peças.

A Capoeira, por sua vez, foi inscrita como *Ofício dos Mestres de Capoeira*, no Livro de Registro de Saberes, e como *Roda de Capoeira*, no Livro de Registro de Formas de Expressão, ambos em outubro de 2008, considerada simultaneamente uma dança, uma luta e um jogo.¹⁸ A manifestação conta com grande reconhecimento e ressonância nacional e internacional: seja por meio do Registro pelo Iphan, seja pela inscrição da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, junto à Unesco, em 2014; mas principalmente pela atuação constantes de mestres e capoeiristas, inclusive com a difusão de suas práticas muito além das fronteiras brasileiras. No entanto, como se lê no próprio Dossiê de Registro da Capoeira e em toda literatura sobre o tema, durante o período imperial, praticantes de capoeira eram perseguidos e enquadrados pelos chefes de polícia como “vadios” ou “mendigos”.¹⁹ Com o advento da República e a publicação de seu primeiro Código Penal, a prática da capoeira ou a “capoeiragem” foi efetivamente criminalizada:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor ou algum mal. Pena: de prisão celular de dois meses a seis meses.²⁰

Inscrito no Livro de Registro de Formas de Expressão em dezembro de 2014, o *Maracatu Nação* “também conhecido como maracatu de baque virado, é uma manifestação artística da cultura popular e carnavalesca da região metropolitana do Recife em que um cortejo real desfila pelas ruas, acompanhado de um conjunto

disponíveis no Processo 0035-T-38 (0332986), Processo SEI nº 01500.900458/2017-49.

18 IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 12* – Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira. Brasília: IPHAN, 2014, p. 19.

19 *Ibidem*.

20 BRASIL. *Código Penal*. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890.

musical percussivo”.²¹ No entanto, o espaço do Carnaval não foi sempre autorizado a esses brincantes e devotos, e a própria manifestação era interdita. Conforme se lê na publicação elaborada no âmbito do inventário realizado pela FUNDARPE para a patrimonialização do Maracatu Nação:

Desde meados do século XIX, as posturas municipais da cidade do Recife insistiam em proibir os batuques dos negros, enquanto estes teimavam em mantê-los, revelando que, entre proibições, conflitos e batidas policiais, as práticas culturais de negros e negras, fossem elas batuques religiosos ou festivos, como os maracatus, encontravam nos interstícios sociais espaços para negociação e manutenção dessas práticas.²²

No período republicano, tais perseguições teriam se agravado: “centenas de casas ou terreiros foram fechados e seus sacerdotes expostos à humilhação pública nas páginas dos jornais”.²³

Lendo outros Dossiês dos bens Registrados pelo Iphan por meio do Decreto nº 3.551/2000, é frequente a menção ao fato de que as manifestações populares – geralmente tradições de matriz africana, mas não apenas – eram proibidas, perseguidas, dispersadas por forças policiais, com destruição ou apreensão de seus objetos de culto ou performance, no processo de criminalização de manifestações e costumes considerados não modernos ou mesmo antagônicos à modernidade burguesa que buscou instalar com a República.²⁴

Isso é notado a respeito do Samba de Roda do Recôncavo Baiano (Livro de Registro das Formas de Expressão, 2004), dadas as frequentes referências policiais a “batuques e outras

21 FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDARPE). INRC do Maracatu de Baque Solto: *Dossiê de candidatura*. Recife: FUNDARPE, 2013, p. 9.

22 IPHAN. INRC do Maracatu Nação – *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Dossiê. Brasília: IPHAN, 2013, p. 40-41.

23 FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDARPE). INRC do Maracatu de Baque Solto... *Op. cit.*, p. 44.

24 Nessa perspectiva, ver, entre outros, CHALHOUB, 2001.

manifestações musicais-coreográficas de negros”.²⁵ O Dossiê do Registro do Jongo do Sudeste, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em dezembro de 2005, discute, por sua vez, como os tambores eram objeto de repressão direta ou “tolerância supervisionada”.²⁶ O Tambor de Crioula do Maranhão, também inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão, em junho de 2007, foi por décadas submetido à obrigatoriedade de pedidos de autorização pela polícia no Maranhão, para que os festejos fossem realizados, o que também se aplicava à festa do Divino, ao bumba meu boi, o Tambor de Mina, enfim, a outras “comemorações populares de matriz africana”.²⁷

Cabe ainda referir à interdição do uso de línguas indígenas e de imigração, que foram proibidas durante todo o Estado Novo e que hoje são objeto de valorização pelo poder público, como Referência Cultural Brasileira, por meio do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).²⁸

Caso de Polícia?!

Diante dos casos aqui apresentados de perseguição das forças policiais contra grupos sociais e suas referências culturais, seria possível pensar em patrimônio cultural como reparação: bens e indivíduos interditos, regulados, tutelados seriam deslocados das delegacias, das páginas policiais dos jornais, das políticas de segurança pública para os museus, para festas e espaços consagrados, para a literatura acadêmica, para as políticas de cultura. Porém, o processo é bem mais complexo: não basta analisar a patrimonialização de bens culturais anteriormente interditos como resultado unicamente da ação do Estado, e de um Estado

25 IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 4 – Samba de Roda do Recôncavo Baiano*. Brasília: IPHAN, 2006, p. 32.

26 IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 5 – Jongo do Sudeste*. Brasília: IPHAN, 2007, p. 21.

27 IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 15 – Tambor de Crioula do Maranhão*. Brasília: IPHAN, 2016, p. 59.

28 PEREIRA, Giovana Ribeiro. *Quando a língua é patrimônio? Políticas de patrimônio e promoção da diversidade linguística no contexto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)*, 2017. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN, Rio de Janeiro, 2017

reparador e benevolente: há mais conflito, mais protagonistas e mais política do que essa perspectiva sugere.

O deslocamento de *perseguição/suspensão* para *valorização/manutenção* precisa ser entendido como resultado de lutas políticas encampadas pelos diversos grupos sociais na afirmação de seu papel político, de seus modos de vida, de suas referências culturais, e os efeitos dessas lutas na construção de novas políticas, novas teorias, novas epistemologias.

Tais lutas afetam a forma de escrever a história, inclusive a história do patrimônio cultural. Márcia Chuva destaca a inserção de “novos problemas, novas abordagens, novos objetos” a partir da *École des Annales* e da Nova História francesa na formação dos historiadores nos anos 1970 e 1980 e na escrita da história em que novos sujeitos buscavam aparecer.²⁹ A história social inglesa, por meio principalmente de Edward Palmer Thompson, reforçou a compreensão das relações históricas como resultado “de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades”, que se manifestam nas “práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir”, conformando “isso que hoje chamamos de ‘classe operária’”.³⁰

A partir dos *novos problemas* lançados pela exigência de que *novos sujeitos* constem nas narrativas históricas, de que a história possa ser contada a partir de baixo, coloca-se a necessidade de encontrá-los nas fontes históricas. Daí a utilização de fontes policiais – entre outras – para estudos de história social, que já sabemos não conter apenas a perspectiva de quem reprime, mas permitir o acesso às ações reprimidas, aos seus sentidos, às formas de resistências, solidariedade e conflito.

29 CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 80-81, 2017.

30 CECULT. História Social: fontes, abordagens e novos procedimentos de investigação. *Projeto de Pesquisa*. CECULT, p. 22-23. Disponível em https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/8831/projeto_historia_social_casadinho.pdf, acesso em 21ago.2021.

Não surpreende, portanto, que as pesquisas que se debruçam para entender, no passado, as manifestações culturais de grupos subalternizados tenham que recorrer a fontes onde tais manifestações foram registradas – ou seja, nos discursos que reconheciam a existência desses grupos: os da repressão, tutela, controle. No Dossiê do Iphan sobre a Capoeira, por exemplo, lemos que:

A marginalização e a criminalização sofridas por seus praticantes fizeram com que as principais fontes [...] se encontrassem nos arquivos policiais.³¹

Essas fontes também foram privilegiadas no Dossiê do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, entre outros estudos, por darem conta de sua existência, inserindo tais manifestações no espaço e na rotina das cidades, propriedade rurais; por apresentarem os indivíduos envolvidos, seja na realização da manifestação, seja em sua contemplação ou repressão, possibilitando acesso às relações sociais em que ocorriam; guardando os sentidos atribuídos pelos diversos agentes envolvidos, por meio de depoimentos, acusações, defesas, explicações, justificativas, pedidos de licença. Mais ainda, permitem entender como os indivíduos criavam ou encontravam brechas para realizarem suas manifestações, mesmo diante da interdição e tutela; permitem entender suas formas de resistência.

Bom exemplo disso é o que se lê no Dossiê do Maracatu Nação: diante da legislação que criava a necessidade de licença para desfilar o Maracatu, pais e mães de santos aparentemente usavam as

Licenças policiais dos maracatus para poderem esconder as festas religiosas. [...]. Efetivamente pode-se encontrar na documentação diversos pais e mães de santo requerendo licença para ensaiar maracatu, sem nunca terem efetivamente desfilado com esses grupos no carnaval. Ou seja, requerer licença para ensaiar maracatu permitia aos pais e mães de santo estabelecer estratégias para ocultar suas práticas religiosas.³²

31 IPHAN. Dossiê IPHAN nº 12... *Op. cit.*, p. 23.

32 IPHAN. *INRC do Maracatu Nação...* *Op. cit.*, p. 44.

O mesmo movimento que coloca *novos sujeitos* – isto é, grupos sociais invisibilizados e marginalizados – nas narrativas historiográficas, exigindo novas perspectivas e novas fontes, traz mudanças também para o campo do patrimônio. Como discutiu Márcia Chuva no artigo “Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 e 2002”,³³ *novos sujeitos* reforçaram os *novos problemas* historiográficos, exigiram *novas abordagens* metodológicas e trouxeram *novos objetos* – bens e manifestações, “referência à identidade, à ação, à memória”, “modos de criar, fazer e viver” – ao acervo patrimonial.

Modos de criar, fazer e viver

Retomamos então a ideia das lutas políticas encampadas pelos diversos grupos sociais na afirmação de seu papel político, de seus modos de vida, de suas referências culturais, e os efeitos dessas lutas na construção de novas políticas, novas teorias, novas epistemologias, para mais uma vez opor essa fala à ideia de um Estado reparador e benevolente.

Os *novos objetos* que passam a compor do acervo de bens reconhecidos pelo Iphan a partir principalmente dos anos 1980 resultam, é claro, da experiência do Centro Nacional de Referência Cultural, no deslocamento do interesse do bem para o processo de produção e valorização de uma diversidade cultural que vinha sendo objeto principalmente dos estudos folclóricos; mas resultam principalmente da apreensão das políticas de patrimônio, do acesso a tais políticas por novos sujeitos e por estes as mobilizarem como canais de exigibilidade de direitos vários, referentes a seus modos de criar, fazer e viver. Vale menção ao que Ulpiano Bezerra de Meneses descreveu como deslocamento de matriz, oficializado pelo artigo 216 da Constituição de 1988, e que reorganizou as atribuições dos envolvidos na definição, promoção e proteção do patrimônio cultural: a sociedade como “ventre gerador” do valor; o Estado com seu o papel declaratório

33 CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio... *Op. cit.*

das referências dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.³⁴

Essa perspectiva, essas *novas abordagens* decorrentes da participação de *novos sujeitos* ajudam a analisar as diferenças nos processos de patrimonialização de bens de matriz africana, como por exemplo, o tombamento do acervo de bens apreendidos pela Polícia e que, em 1938, recebeu o nome de Museu de Magia Negra e o tombamento do terreiro da Casa Branca, em 1986. O conflito, a tensão em relação à patrimonialização do acervo não constam do processo de tombamento aberto em 1938 – ele é externo, anterior ao reconhecimento daqueles bens como patrimônio, sendo resultado das ações policiais, que apreenderam objetos de culto na seção de “tóxicos, entorpecentes e mistificações”. Os sujeitos envolvidos são os diretores das instituições, os especialistas pela guarda e fiscalização. Já no tombamento do Terreiro da Casa Branca o conflito, a tensão são constitutivos do processo de atribuição de valor, do reconhecimento da parcialidade do conhecimento sobre aquele sítio, sobre seus elementos constitutivos. Se o acervo tombado em 1938 como Museu de Magia Negra era necessariamente visto pela perspectiva do exotismo, tal perspectiva não bastava em 1986 para viabilizar o tombamento da edificação e dos significados a ela associados.

O mesmo ocorre aos bens registrados mencionados nesta comunicação, com um importante acréscimo metodológico: a identificação do Ofício do Mestre de Capoeira, da Roda de Capoeira e do Maracatu Nação (assim como do Samba de Roda do Recôncavo, do Jongo do Sudeste e do Tambor de Crioula) deram-se a partir da aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais – o INRC, descrito em seu Manual de Aplicação como:

Um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção:

34 MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural... *Op. cit.*

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação.³⁵

Ampliando para além dos “moradores de sítios tombados” os indivíduos tomados como “intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação”, percebe-se o papel dos *novos sujeitos*:

- a) Na construção de *novas abordagens*, uma vez que os sentidos e significados atribuídos já foram deslocados dos especialistas para os grupos mais proximamente envolvidos aos bens e manifestações;
- b) Na definição de *novos objetos*, “representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade”;
- c) Na necessária revisão das políticas de patrimônio, dada a necessidade de novas informações e novos instrumentos para mapeá-las e sistematizá-las; novos conhecimentos, novas epistemologias e novas capacidades a serem desenvolvidas pelos agentes públicos para que possam fazer as traduções necessárias entre o que sabem e o que não sabem; novos recursos e novos tipos de recursos exigidos; novos tempos, prazos e durações.³⁶

De Museu de Magia Negra a Acervo Sagrado Afro-Brasileiro

Nessa parte final, gostaríamos de voltar ao acervo de peças de religiões afro-brasileiras apreendidas pela polícia e tombadas em 1938 pelo Iphan como “Museu da Magia Negra: acervo”. Desde pelo menos 2017, uma grande mobilização de lideranças religiosas, ativistas do movimento negro, organizações da sociedade civil, pesquisadores, organizaram a campanha *Liberte Nosso Sagrado*, visando promover o acesso aos objetos.

35 IPHAN. *INRC do Maracatu Nação... Op. cit.*

36 *Ibidem.*

Entre os encaminhamentos foi pleiteada a retificação do tombamento do acervo no IPHAN, para que não seja mais denominado “Coleção de Magia Negra”, - que perpetua o racismo religioso de outrora, - e, como reparação histórica e respeito a todas as religiões passe a ser chamado de “Acervo Sagrado Afro-brasileiro”.³⁷

E mais: foi solicitada também “A imediata transferência do acervo para uma instituição que possa dar os devidos tratamentos *técnicos espirituais* aos assentamentos”.³⁸

A solicitação feita ao Iphan já permite uma discussão muito interessante sobre os sentidos da patrimonialização desses bens:

a demanda previa rever os sentidos estabelecidos pela própria constituição desse acervo: em primeiro lugar, o nome, que remete “ao racismo religioso” (e eu gostaria de concordar que é de “outrora”, mas não posso), abandonando a menção a “Magia Negra”; em segundo lugar, propondo uma reparação história pela apreensão indevida dos assentamentos religiosos tanto na mudança do nome para “Acervo Sagrado Afro-Brasileiro”, como na transferência para uma instituição que viabilizasse o acesso a tais bens;

A preservação dos bens tal como vinha sendo feita pela instituição de guarda – para além dos relatos que estavam há anos na reserva técnica, sem exposição e mal armazenados³⁹ – não era adequada para aqueles tipos de objetos: não bastava um tratamento técnico, era necessário também um tratamento espiritual, que os técnicos do IPHAN ou do Museu da Polícia Civil aparentemente não haviam previsto. Era necessário também acesso a tais assentamentos, por serem parte de práticas religiosas correntes (como o são as alfaias tombadas como acervo das Igrejas);

É ainda interesse notar as partes previstas nos encaminhamentos para a rerratificação do acervo tombado: por um lado, há a orientação de que a rerratificação fosse discutida por um

37 Ofício GDFS Nº284/2017 DE 06/10/2017 (0069251), processo SEI nº 01500.900458/2017-49.

38 E-mail Luciane Barbosa (0680969), Processo SEI 01500.003442/2018-77.

39 Ver, por exemplo, as notícias assinadas por: CARNEIRO, Julia. A longa luta para tirar itens sagrados de umbanda e candomblé do Museu da Polícia, que os confiscou há mais de um século, 20/08/2019. *BBC*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49377670>, acesso, em 21ago.2021; GUIMARÃES, Saulo Pereira. Após 75 anos, polícia libera bens que contam origem do candomblé no Rio, 20/08/2020. *UOL*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/20/apos-100-anos-policia-devolvera-bens-que-contam-origem-do-candomble-no-rio.htm>, acesso em 21ago.2021.

antropólogo do quadro do IPHAN, uma vez que o bem havido sido inscrito pelos seus valores etnográficos, no Livro do Tombado Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico⁴⁰. Nota-se a valorização do saber especialista, representado pelo agente público e sua formação acadêmica, a qual, porém, sugere uma perspectiva diferente daquela adotada quando da constituição e tombamento do acervo, quando pesou apenas o exotismo do acervo. Por outro lado, a indicação que preponderou para a rerratificação do tombamento foi de que esta não poderia prescindir da participação da comunidade religiosa.⁴¹

O requerimento foi acolhido pelo IPHAN, com reabertura do processo de tombamento para sua rerratificação e, em agosto de 2020, foi assinado “Termo de Cessão de uma expressiva coleção do Museu da Polícia Civil para o Museu da República”,⁴² com a transferência tendo ocorrido em setembro de 2020.

Notas finais

Os casos aqui apresentados possibilitam discutir e defender a importância da experiência e da agência dos *detentores* – para uso de termo geral e adotado no âmbito das políticas de patrimônio – na definição do que é patrimônio, dos elementos que definem o bem ou manifestação patrimonializado, do que deve ser preservado e de como deve ser preservado.

Ajudam também a pensar o papel e sentidos das pesquisas sobre patrimônio desenvolvidas no âmbito das universidades e dos órgãos de preservação, assim como dos pesquisadores e pesquisadoras, gestores e gestoras, no esforço de tradução necessária entre as possibilidades, atribuições e limites do poder público e as experiências, expectativas e demandas dos detentores.

Isso para assegurar a contínua revisão e aprimoramento das políticas públicas em geral e das políticas de patrimônio, em particular (dado o lugar de onde estamos pensando essas questões). Para assegurar também a contínua problematização e

40 Despacho 2652 (2149188), Processo SEI 01500.001852/2020-06.

41 Memorando 196 (0548505), SEI 01500.001852/2020-06.

42 Despacho Nº 270/2020 - MR (2136475), Processo SEI 01500.001852/2020-06.

desafio do Estado no reconhecimento das referências culturais como patrimônio, para que o patrimônio não se limite à retórica e que sejam previstos e evitados os efeitos perversos do patrimônio.

Nesse sentido, é importante que o reconhecimento pelo Estado promova políticas públicas efetivas e duradouras de valorização de tais práticas, de legitimação de tais atores, uma vez que está claro que:

- a) as vidas desses trabalhadores e trabalhadoras, brincantes, devotos e devotas, falantes não se restringem ao seu momento de brincadeira, culto e fala;
- b) as perseguições que identificamos na história das classes trabalhadoras, dos grupos populares não cessou nem cessa com o reconhecimento, pelo Estado, de suas manifestações culturais, mas torna ilegítimas e/ou ilegais as ações contra elas, insere as manifestações e os grupos em novas esferas culturais e políticas e promove-os nas agendas das políticas públicas;
- c) as perseguições que sofreram e sofrem extrapolam os momentos de brincadeira, culto e fala, e dizem respeito a uma variedade de direitos que precisam ser considerados também pelas políticas públicas.

Com isso, retomamos a Constituição Federal e expomos o que pode se esconder no termo genéricos “diversos grupos formadores da sociedade brasileira”. Ainda que relevante em seu contexto de redemocratização, a generalização que não enfrenta as diferenças incontáveis presentes nas identidades manifestas em solo brasileiro, pode avalizar riscos à condição democrática do patrimônio cultural que, nos casos concretos, nem sempre é garantida ou por vezes encontra entraves dentro da própria máquina estatal. É preciso que os diferentes sejam tratados diferentemente na medida de sua desigualdade para que, além de iguais, sejamos equânimes.

O gênio de Jorge Amado, em seu brilhante “Capitães da Areia”, nos apresentou Pedro Bala que, dentre tantos atos destemidos, busca recuperar da delegacia um dos sagrados de sua religião, criminalizada pelo Estado⁴³. Ao contestar a autoridade

43 “A imagem de Ogum estava ao lado, junto de uma cesta para papéis inúteis.

pública, Pedro Bala faz o que por décadas vários detentores fazem na esfera pública: exigir reconhecimento de sua identidade! E não é que, em diversas oportunidades, é a própria gestão do patrimônio que fere de morte essa mesma identidade?

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

CARNEIRO, Julia. A longa luta para tirar itens sagrados de umbanda e candomblé do Museu da Polícia, que os confiscou há mais de um século, 20/08/2019. *BBC*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49377670>, acesso, em 21ago.2021.

CECULT. História Social: fontes, abordagens e novos procedimentos de investigação. *Projeto de Pesquisa. CECULT*, p. 22-23. Disponível em https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/8831/projeto_historia_social_casadinho.pdf, acesso em 21ago.2021.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2011.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, p. 313-333, 2003.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 79-103, 2017.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 07. n. 18, p. 405-438, 2005.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDARPE). INRC do Maracatu de Baque Solto: *Dossiê de candidatura*. Recife: FUNDARPE, 2013.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GUIMARÃES, Saulo Pereira. Após 75 anos, polícia libera bens que contam origem do candomblé no Rio, 20/08/2020. *UOL*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/20/apos-100-anos-policia-devolvera-bens-que-contam-origem-do-candomble-no-rio.htm>, acesso em 21ago.2021.

Pedro se adiantou para ali, tirou o paletó, pôs sobre a imagem. E enquanto os outros conversavam, enrolou Ogum (não era grande, havia outras imagens muito maiores) no seu paletó e deitou-se no chão. Pôs a cabeça sobre o embrulho e fez que dormia". (AMADO, Jorge. *Capitães de Areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.96).

IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 12 – Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira*. Brasília: IPHAN, 2014.

IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 15 – Tambor de Crioula do Maranhã*. Brasília: IPHAN, 2016

IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 4 – Samba de Roda do Recôncavo Baiano*. Brasília: IPHAN, 2006.

IPHAN. *Dossiê IPHAN n. 5 – Jongo do Sudeste*. Brasília: IPHAN, 2007.

IPHAN. INRC do Maracatu Nação – *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Dossiê. Brasília: IPHAN, 2013.

LIMA, Alessandra Rodrigues. *Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*, 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. In.: *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

PAIVA, Ana Cristina de Souza Gonçalves. *As Dinâmicas das Duas Metades: Tombamento e Patrimônio Etnográfico no Iphan*. 2013. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Iphan, Rio de Janeiro, 2013.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 97-105, 1996.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, New Edition, 2006.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, 2003.

UNESCO. *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, 1989.

Processos

IPHAN. Processo SEI nº 01500.900458/2017-49.

IPHAN. Processo SEI nº 01500.001852/2020-06.

IPHAN. Processo SEI nº 01500.003442/2018-77.

Patrimônio difícil: um conceito incompleto?

Cristina Meneguello

Há um tempo, não raro, quando líamos um trabalho sobre patrimônio – não importa o estágio de desenvolvimento em que se encontrava – era comum encontrar um desfile ritual de autores e definições que, principalmente no século XX, disputaram as definições patrimoniais. A partir da década de 1990, adicionou-se a esse desfile a afirmação de que as políticas de patrimônio eram escolhas exclusivas a partir do presente ou mesmo um “reluzir no momento do perigo”, apropriando-se desajeitadamente da metáfora benjaminiana para entender o conceito de patrimônio como definido pela perda, pela ameaça, destruição e ruína em tempos acelerados ou presentistas. Esse modelo viu-se repentinamente atropelado pelas urgências de grupos organizados em luta por outras dimensões da memória, e que trouxeram ao estudo do passado a dimensão decolonial, a luta antirracista e a reconquista do direito à cidade e às suas simbologias nos espaços públicos. As derrubadas de monumentos ou interferências a eles aplicadas, as demandas por tombamento e registros de memórias fora do *establishment* e as inaugurações de monumentos críticos às ditaduras militares e a outros regimes de exceção já não permitem uma narrativa cronológica em ritmo de aceleração sobre os processos de patrimonialização. A demanda por outros patrimônios introduziu um desconforto às narrativas que protegiam o presente de todo e qualquer esquecimento e reiterou a necessidade da encenação do apagamento de passados que, se não devem ser esquecidos, tampouco devem ser lembrados na chave da celebração.

Distanciamos-nos daquelas primeiras indagações sobre como uma sociedade se lembra ou quais são os canais e os repositórios da memória; ou mesmo sobre como o sistema de valores vigentes domina a transição entre memória e história e autoriza que certos eventos e aspectos do passado sejam incorporados na tradição. O presente histórico, construído por sujeitos em disputa, fez da negação do ocorrido um motor de rememoração.

Assim, pelo menos desde o final dos anos 1990, pesquisadores e ativistas em patrimônio vêm utilizando a terminologia “patrimônios difíceis” para se referir a rupturas e incômodos da memória. Os patrimônios difíceis referem-se a locais associados ao sofrimento, à exceção, encarceramento, segregação, punição e morte. Como passados insepultos, tais locais mobilizam uma dimensão além-morte, pois podem reunir a função de memorial ou de local de peregrinação com a finalidade de rememoração coletiva e de reconhecimento de direitos e de reparação, em especial se ligados às políticas de memória e às leis memoriais com o objetivo de evitar a ocultação dos fatos e a desacreditação das vítimas, esclarecendo as sociedades sobre seu passado recente.¹ O patrimônio difícil, porém, não é uma terminologia autoevidente e dialoga insatisfatoriamente, enquanto tradução, com os conceitos de *difficult heritage* (patrimônio difícil), *troublesome pasts* (passados problemáticos), *heritage that hurts* (patrimônio que fere, conforme utilizado por Sather-Wagstaff),² ou *displaced heritages* (patrimônios deslocados ou fora de lugar). Ainda, o conceito de *contested heritage* (patrimônio em disputa), começa a tomar vulto com os estudos museais, que veem como objetos, arquiteturas e locais têm suas narrativas e sentidos desafiados por novas interpretações – em especial por grupos antes subalternos num contexto colonialista. Coleções e itens, apropriados por grupos específicos, obrigam ao debate sobre a posse por direito e sobre

1 MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário Temático de Patrimônio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2020.

2 SATHER-WAGSTAFF, J. *Heritage that hurts: Tourists in the memoryscapes of September 11*. Walnut Creek: LeftCoast Press. 2011

os usos do patrimônio, abrindo caminho para a restituição ou repatriação de bens retirados de seus locais de origem ao longo dos séculos XIX e XX. Por fim, há o conceito de *dark heritage*, que busquei traduzir alhures como patrimônio sombrio, por sua dimensão quase literária de medo ou horror associada à visitação turística a locais onde ocorreram guerras, massacres, genocídios ou episódios de violência.³ O *dark heritage*, vinculado ao *dark tourism* (turismo sombrio),⁴ é expressão que nos serve muito mal, em especial por conferir sentidos negativos à palavra “negro”, inadmissível num país de triste memória escravocrata e definido pelo racismo estrutural como o Brasil.

Portanto, os patrimônios difíceis são polissêmicos e multivocais. A polissemia indica, num primeiro momento, que o debate é ainda por demais recente para estar com seu vocabulário estabilizado; mas também indica que os termos escolhidos, por vezes, não descrevem os mesmos fenômenos. Conforme a definição proposta de Sharon Macdonald no livro em que estuda o patrimônio arquitetônico nazista na cidade de Nuremberg, Alemanha, o patrimônio difícil nos obriga a reconhecer, dentro do presente, um passado significativo que é, ao mesmo tempo, inadequado e impeditivo da reconciliação pública e proibitivo para a afirmação de identidade como positiva e tranquilizadora. Substituindo o conceito que usou inicialmente - “patrimônio indesejável”⁵ - a autora observa que “o *patrimônio difícil* é *problemático porque ameaça irromper no presente de forma disruptiva, ampliando as divisões sociais e antevendo futuros assustadores*”.⁶ Tudo o que constituiu a matéria prima das narrativas nacionais

3 MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios sombrios: memórias difíceis. In.: FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patricia. *História e Arte: herança, memória e patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.

4 THOMAS, Suzie; HERVA, Vesa-Pekka [et al.]. Dark Heritage. In.: *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer, Cham, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/336231156_Dark_Heritage [Acesso 1/ junho/2022]

5 MACDONALD, Sharon. Undesirable Heritage: Fascist Material Culture and Historical Consciousness. *Nuremberg International Journal of Heritage Studies*, v. 12, n. 1, 2006

6 MACDONALD, Sharon. *Difficult Heritage Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. London: Routledge, 2008, tradução livre.

de celebração – a conquista de territórios, as guerras vitoriosas sobre povos estrangeiros, o acúmulo de riquezas, transforma-se em dilema pelas lentes do patrimônio difícil. As glórias nacionais dão ensejo ao lamento e ao arrependimento e a empreitada colonial, que acumulou feitos e riquezas nos museus e pontuou as praças públicas com monumentos, vê-se como a geradora de um patrimônio vergonhoso.⁷ “*Os mais explícitos retratos do mundo colonial agora repousam nos porões dos museus*”.⁸

Quando Tunbridge e Ashworth, num texto sobre as relações entre turismo e patrimônio, cunharam a metáfora musical de *dissonant heritage* (patrimônio dissonante), expressaram algo que identificaram como a natureza contestada inerente ao patrimônio: se o patrimônio pertence a alguém, então necessariamente não pertence a outro alguém. Os autores classificaram diferentes tipos de dissonância, incluindo o que ocorre quando as autoridades do turismo criam diferentes imagens para construir a ideia de “patrimônio da atrocidade”. Nesse caso, a dissonância tem o poder de evocar intensas emoções de forma a criar memórias com efeitos a longo prazo sobre a identidade e a consciência das pessoas.⁹ Um dos relatórios mais recentes de um dos muitos grupos de trabalho da Unesco sobre os sítios de consciência ou de memória (2018), vagamente baseado nas definições de Pierre Nora, indica que

há lugares com aspectos memoriais relativos a conflitos e eventos dramáticos, e sua interpretação levanta disputas e dificuldades, especialmente em nível internacional, [como] locais de guerra (campos de batalha, cemitérios de guerra); locais de violação aos Direitos Humanos; discriminação (racial, étnica, religiosa, de gênero, contra minorias); escravidão; crime contra a humanidade (genocídio); crimes de guerra, assassinato em massa, limpeza étnica; migração forçada, repressão colonial, trabalho forçado ou escravo, exploração do trabalho; crimes cometidos em ditaduras, repressão à liberdade de expressão, terror

7 LOGAN, William; REEVES, Keir. Introduction : remembering places of pain and shame. In.: *Places of pain and shame: dealing with "difficult heritage"*. Routledge, Milton Park, England, 2009

8 MACDONALD, Sharon. *Difficult Heritage Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond...* Op. cit., p. 3.

9 ASHWORTH, G. J; TUNBRIDGE, J. E. *Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 1996, p. 21.

patrocinado pelo estado; condições extremas de detenção, internação e encarceramento; locais de fuga ou de refugiados (“quilombos”, a rota de fugas conhecida como US Underground Railroad, a casa de Anne Frank); lugares que comemoram conquistas (como casas de ativistas renomados, lugares de resistência, reconciliação e construção da paz) e locais que registram a destruição deliberada do patrimônio (Maniyan, Palmyra, Timbuktu, Mostar).¹⁰

A lista termina com um singelo “outros” e com uma advertência:

há uma importante distinção prática entre lugares primariamente reconhecidos como Lugares da Memória, nos quais a dimensão memorial é dominante e de significado notável, mesmo quando os vestígios físicos têm valores limitados (Gorée, Auschwitz, Hiroshima).¹¹

Mas as tentativas de se nacionalizar as memórias de grupos específicos ou de se transformar a dor destes grupos em patrimônios da humanidade, apesar de seu fim pedagógico e empático, nem sempre se realizam. De modo geral, o patrimônio difícil não é consensual nem remete ao pertencimento; é na fratura que se faz reconhecer, e a cura que propõe é incerta e incompleta. Por outro lado, passados sufocados ligados à dor e ao trauma não permanecem silenciados por muito tempo. Esses “passados que não passam” acabam por retornar, ou porque os eventos são recentes o suficiente para serem rememorados ou ainda sentidos; ou porque indivíduos (ou, mais comumente, grupos organizados) buscam a recordação pública daquilo que, se esquecido, pode voltar a ocorrer. Desta percepção derivam as demandas por reparação e exposição pública dos culpáveis, questionando narrativas estáveis, positivando locais de vergonha nacional por usos museográficos ou turísticos ou propondo estratégias pedagógicas de interpretação do patrimônio (IP).

10 INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. *Interpretation of Sites of memory*. Study commissioned by the World Heritage Centre of UNESCO and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea. January 31 – 2018

11 *Ibidem*.

No Brasil, alguns tipos de patrimônios difíceis têm ganhado a atenção das pesquisas acadêmicas, de um lado, e dos órgãos de preservação do patrimônio, de outro – fenômeno comum, uma vez que, pela própria composição dos órgãos estaduais e federais, os interesses acadêmicos pautam uma parte importante das iniciativas da preservação ou nelas encontram a fonte para suas pesquisas. Como observado quando do encontro nacional do Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultura, em 2020, as pesquisas em patrimônio difícil pertencem a um amplo leque que inicia nas experiências sobre a escravidão no país, passa pelos lugares de isolamento e exclusão e finaliza nos espaços recentes ligados à ditadura civil-militar no Brasil. Nas apresentações e debates do Simpósio Temático “Patrimônios dissonantes, direitos e resistência”, organizado por mim e por Daniela Pistorello, foi possível pensar o genocídio indígena, o passado escravocrata, as memórias recentes ligadas à ditadura militar e os espaços urbanos da segregação que ainda pontuam as nossas cidades (asilos, sanatórios, prisões). Num momento em que a sociedade brasileira se vê atravessada por revivescências do negacionismo, do revisionismo e do racismo – e que em sala de aula, os professores de história se veem confrontados em seu conhecimento – as tensões mais comuns gravitam em torno das experiências históricas da escravidão e do lugar de sujeito dos escravizados e em torno nas narrativas atualizadas sobre o golpe civil-militar de 1964 e o regime ditatorial então imposto ao país. O estudo dos patrimônios difíceis põe à prova a invisibilidade de grupos sociais excluídos, alijados em espaços de exclusão como prisões e manicômios, bem como a invisibilidade de sua luta. As tensões presentes no estudo de patrimônios difíceis no Brasil, hoje, não seriam tão evidentes não fosse a política reacionária e o discurso conservador que necessitam estar baseados num passado ora escravista, ora patriarcal, ora ditatorial.

É preciso pontuar também que tais patrimônios não são difíceis simplesmente por lidarem com memórias do trauma ou da dor, mas porque as próprias práticas de reconhecimento e institucionalização dos locais a eles associados não são consensuais dentro da sociedade.¹²

12 MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. Patrimônios difíceis e

Por fim, é necessário evitar naturalizar esses espaços como os únicos que possam esconder (ou revelar) dor ou sofrimento. Acreditar nisso pode apagar a própria essência do patrimônio como ponto de contestação da memória. Uma casa grande num engenho do século XVII ou uma igreja barroca do XVIII não tem uma dimensão de segregação e dor? Os patrimônios da dor não detêm o privilégio das memórias traumáticas em relação ao passado, ainda que neles a percepção da dor e da exclusão sejam entendidas como preponderantes e definidas pelos usos ali ocorridos. A dimensão imaterial é indissociável do patrimônio difícil, que compõe-se pela experiência do sofrimento e pela memória do trauma.

As gradações de dissonância preconizadas por Ashworth e Tunbridge voltam a ser necessárias. As memórias em disputa não são todas iguais e equivalentes, ainda que não nos caiba uma “régua da dor” para determinar quais devam ser patrimonializadas. Se os patrimônios são difíceis, a pergunta cabível é: “difíceis para quem?”¹³

Para quem são difíceis os passeios “assombrados” pelas ruas das cidades no Brasil – tendência que tem ganho cada vez mais destaque dentro do turismo alternativo -, quando parte importante dos locais que devem causar medo são os associados às memórias da escravidão ou aos crimes contra as mulheres? Para quem são difíceis as lembranças do encarceramento e da tortura a cada tombamento de um espaço marcante da ditadura civil-militar no Brasil? Para todos os sobreviventes ali detidos, para os familiares dos que não sobreviveram, para os negacionistas defensores da “ditabranda”, para o Estado que não cumpriu seu papel de punição e reparação, para a sociedade brasileira como um todo? Qual a potência, no espaço público, da substituição das comemorações aos militares por monumentos aos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar, como os inaugurados em Recife em 1993; Goiânia em 2004; Rio de Janeiro em 2008; Maceió em 2011; Belo Horizonte em 2013; São Paulo em 2014 e Salvador em 2015, entre outros?

ensino de história: uma complexa interação. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 19, p. 6-7, 2021.

13 ASHWORTH, G. J; TUNBRIDGE, J. E. *Dissonant heritage... Op. cit.*

Sabemos que o valor cultural é sempre uma atribuição e que os bens não têm valores em si para além daqueles que lhes são atribuídos. O patrimônio cultural é o modo possível de afirmarmos que identificamos, no passado, os valores existentes, as concepções de espaço, os princípios estéticos, a técnica, o saber-fazer, as formas de trabalho, as expressões do coletivo, a construção das identidades e as disputas sociais. São a medida dos entrelaçamentos entre memória e história. Tais seleções - que definem o que é importante para o coletivo - estão sujeitas aos mesmos limites que definem a sociedade, em embates e interesses diversos, lutas e silenciamentos.

Referências

ASHWORTH, G. J; TUNBRIDGE, J. E. *Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 1996.

INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. *Interpretation of Sites of memory*. Study commissioned by the World Heritage Centre of UNESCO and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea. January 31 – 2018

LOGAN, William; REEVES, Keir. Introduction : remembering places of pain and shame. In.: *Places of pain and shame: dealing with “difficult heritage”*. Routledge, Milton Park, England, 2009.

MACDONALD, Sharon. *Difficult Heritage Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. London: Routledge, 2008.

MACDONALD, Sharon. Undesirable Heritage: Fascist Material Culture and Historical Consciousness. *Nuremberg International Journal of Heritage Studies*, v. 12, n. 1, 2006

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário Temático de Patrimônio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2020.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios sombrios: memórias difíceis. In.: FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patricia. *História e Arte: herança, memória e patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.

MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. Patrimônios difíceis e ensino de história: uma complexa interação. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 19, 2021.

SATHER-WAGSTAFF, J. *Heritage that hurts: Tourists in the memoryscapes of September 11*. Walnut Creek: LeftCoast Press. 2011

THOMAS, Suzie; HERVA, Vesa-Pekka [et al.]. Dark Heritage. *In.: Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer, Cham. 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/336231156_Dark_Heritage [Acesso 1/ junho/2022]

Das fichas de leitura de Paulo Freire às referências culturais: valores e critérios de patrimonialização por uma justiça epistêmica

Carolina Ruoso

O presente ensaio reflexivo pretende apresentar as ideias iniciais do começo de uma pesquisa, elas nascem de uma proposta de articulação dos usos das fichas de Paulo Freire, das palavras, imagens, objetos geradores como dispositivos das metodologias participativas de patrimonialização.

Em um primeiro momento situamos o debate a partir de experiências da autora nos estudos, pesquisas e trabalho, logo depois, partimos para um relato dos trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de Arte e Musealização I e II para chegarmos às fichas de Paulo Freire como dispositivos que possibilitam a compreensão do repertório de uma comunidade de valores criadas a partir das referências culturais que poderão constituir em um repertório de vocabulários dedicados e que nomeiem critérios e valores de patrimonialização contrahegemônicos e, buscando construir uma abordagem em defesa da justiça epistêmica como prática nas negociações e códigos que norteiam as ações dos membros cooperadores nos mundos das artes, dos museus e do patrimônio cultural.

Perguntas de uma historiadora trabalhadora da cultura

Sexta-feira, quatro de março, depois do carnaval, de longos dois anos de uma grave pandemia e, a dor de saber que começa mais uma guerra. Acabei de fechar as notas dos trabalhos dos estudantes do curso de Museologia, da Escola de Ciência da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), parece que encerramos o período de Ensino Remoto Emergencial, com o tempo talvez possamos ter a dimensão dos impactos dessa experiência que foi pensada para garantir os cuidados mútuos durante os períodos de isolamento social. Fiz a correção dos roteiros de estudos que desenvolvo para as disciplinas de Arte e Musealização I e II, os trabalhos realizados pelos estudantes estão diretamente relacionados às inquietações que venho compartilhando sobre os valores e critérios de musealização, a noção chave da Museologia: Musealização, pode ser entendida como Patrimonialização e Curadoria Museológica.

A disciplina é de responsabilidade da área de Teoria e História da Arte, do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes da UFMG e, considera o estudo da História da Arte na sua relação com a Museologia, ou em como a História da Arte deverá ser operada, por meio dos trabalhos da memória, desenvolvidos pelos Museólogos e, demais membros cooperadores dos mundos da arte, na cadeia operatória, ou nos quase-rito de passagem da musealização. Eu comecei esse ensaio de traz para frente, reescrevendo, reelaborando, depois tê-lo pensado concluído, justamente, porque a disciplina de Arte e Musealização é uma provocação instigante aos historiadores, vou me dirigir especialmente aos historiadores, pois estamos conversando a partir desse lugar social, o Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História (ANPUH) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Memória e Patrimônio Cultural (GEPPM) que foi responsável pela gestão no biênio: 2019 – 2021, espaço importante de diálogo onde as perguntas aqui colocadas foram bastante debatidas, de onde chega a recomendação para produzir esse ensaio como registro

desse debate, ou melhor, ainda de apresentação de algumas perguntas.

A musealização ou patrimonialização (vou nomear das duas maneiras ao longo do ensaio) está organizada, em uma matriz de gestão, trazemos como nossa principal referência as pesquisas desenvolvidas por Manuelina Duarte Cândido e,¹ pode ser compreendida como uma experiência de performance conforme elaborou Bruno Brulon a partir do diálogo com a Antropologia e,² destacamos que estamos orientados nesse ensaio pela perspectiva de curadoria museológica elaborada por Cristina Bruno,³ assim sendo, entendemos que a musealização compreende etapas de salvaguarda (documentação e preservação) e de comunicação (exposição e educação museal), pesquisa e avaliação. Estudos mais contemporâneos compreendem que a pesquisa museal, a avaliação e a educação museal atravessam todas as etapas da cadeia operatória da fábrica patrimonial. Nós organizamos as disciplinas de Arte e Musealização considerando esse repertório: Arte e Musealização I está toda programada em seu conteúdo para pensar as relações da Teoria e História da Arte com as práticas da Documentação Museológica e, Arte e Musealização II, com as práticas da Curadoria de Exposições e da Educação Museal, atravessa todo o programa as problemáticas contemporâneas relacionadas aos valores e critérios de musealização.

O ensaio que aqui apresento é resultado tanto das minhas experiências como trabalhadora da cultura, atuando há mais de vinte anos nos mundos das artes, dos museus e do patrimônio quanto da minha participação como pesquisadora e extensionista nos grupos de pesquisa GEPPM (UFC) e ESTOPIM (UFMG). Entendo como necessário destacar também no ensaio que proponho

1 CÂNDIDO, Maria Manuelina Duarte. *Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico, museologia e planejamento*. 2. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

2 BRULON, Bruno. Passagens da museologia: a musealização como caminho. *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 11, n. 2, 2018.

3 BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *Caderno de diretrizes museológicas 2* [s. l.]: [s. n.], 2008.

a importância do projeto de ensino que tenho desenvolvido nas disciplinas já mencionadas anteriormente. A articulação dessas experiências junto às inquietações, às vivências e às pesquisas relacionadas às metodologias participativas na construção dos processos de patrimonialização, que estão fundamentadas em Paulo Freire, desdobrando na importância da Sociopoética na minha formação como pesquisadora.⁴ O cenário que aqui vos apresento foi entrelaçado por pontos de vida que insistiram em pensar o pensamento sobre os valores e critérios de musealização para além da noção de referências culturais.

O que significa estar mais além da noção de referências culturais? Deste modo, pretendemos contribuir elaborando algumas provocações para construirmos uma reflexão que não pretende se desenvolver na mesma perspectiva das pesquisas que vêm se debruçando a respeito das noções hegemônicas de patrimonialização, no sentido de produzir uma crítica, uma problemática para o contexto de negociação de termos como o de autenticidade, por exemplo. Entendemos que as noções estabelecidas também foram apropriadas, reinventadas, reelaboradas no intuito de explorar o campo expandido de termos como raridade, unicidade, originalidade na elaboração das justificativas expressas nos pareceres técnicos, dossiês e fichas catalográficas. Se não vamos nos ater às noções hegemônicas, onde é que queremos chegar? Queremos compreender quais são as referências culturais e, como elas são nomeadas, quando identificadas nos processos participativos de patrimonialização? Ou seja, queremos saber quais são os valores culturais mobilizados nos processos de registro de bens culturais e/ou nas ações de criação de museus comunitários, entre outras experiências.

Vamos nos ater, prioritariamente, nos meandros da identificação dos bens culturais, da construção da sua valoração

4 PETIT, Sandra Haydée. Sociopoética : potencializando a dimensão poética da pesquisa. In.: ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética*. EDUECE, Fortaleza, 2014.

enquanto patrimônios culturais, trataremos dos valores e critérios de patrimonialização, a partir da crítica às práticas de epistemicídio vinculadas à branquitude e das pautas por justiça epistêmica reivindicada nas pautas contemporâneas dos movimentos sociais, que são: gênero, classe, étnico-racial, ambientais, saúde mental, neurodiversidade e, pessoas com deficiência. Como nós historiadores, enquanto membros da rede de cooperadores dos mundos do patrimônio cultural, poderemos contribuir para a construção de uma justiça epistêmica na atribuição de valores e critérios de patrimonialização?

Os roteiros de estudos da disciplina de Arte e Musealização I: problematizando a identificação dos bens culturais

Compreendo que o método de ensino da História da Arte é o método de pesquisa da historiadora da arte, do historiador, de acordo com Maria Auxiliadora Schmidt:

Na perspectiva da cognição situada na ciência de referência, a forma pela qual o conhecimento deve ser aprendido pelo aluno deve ter como base a própria racionalidade histórica, e os processos cognitivos devem ser os mesmos da própria epistemologia da ciência da História.⁵

Deste modo, entendemos que o ensino da História da Arte aplicado à Museologia seguirá nessa perspectiva, assim, construímos roteiros de estudos que apresentam aos estudantes contextos, situações e problemas museológicos. Os roteiros de estudos foram elaborados tendo por referência os roteiros de estudos da Escola da Serra, em Belo Horizonte apresentado em seu Projeto Pedagógico e Regimento Escolar (2022), são percursos autônomos de trabalho e pesquisa onde os estudantes são protagonistas do seu processo de ensino/aprendizagem. A elaboração dos roteiros também é orientada pela noção de objeto

⁵ SCHMIDT, M. A. Concepções de aprendizagem histórica presentes em propostas curriculares brasileiras. *História Revista*, v.14, n.1, p.210, 2009.

gerador,⁶ que trouxe uma perspectiva crítica para construção de propostas para o ensino de História no museu, fundamentada na noção de palavra geradora, elaborada pelo Paulo Freire e, descrito por meio de uma etnografia do vivido, por Carlos Rodrigues Brandão no livro *O que é o método Paulo Freire*,⁷ ao responder aos estudantes de Mossoró, uma pergunta importante: como se faz uma educação libertadora? Somamos ao conjunto de referências à Pretagogia elaborada pela professora Sandra Petit,⁸ uma educação afro-referenciada que compreende o ensino/aprendizagem a partir de uma abordagem cocriadora e coopesquisadora, onde as referências culturais africanas e afro-brasileiras são trabalhadas na construção do conteúdo participativo abordado durante o processo de formação.

Então, os roteiros de estudos estão em elaboração e reelaboração constante, no momento podemos dizer da sua estrutura que organiza e orienta os trabalhos de leitura e pesquisa dos estudantes: em uma primeira parte é dedicada a leitura de artigos ou atividades de mapeamento que apresentam o contexto que será problematizado; em uma segunda parte disponibilizamos algumas fontes que precisam ser investigadas, descritas ou analisadas, algumas vezes, colocadas em confronto, as fontes são prioritariamente de acervos de museus e; na terceira parte, relacionamos o contexto e/ou cenário apresentado com as fontes analisadas e colocamos um problema museológico que deverá ser resolvido pelo estudante, algumas vezes sozinho, outras em dupla ou grupos. Em *Arte e Musealização I* a maioria dos roteiros exigem que os estudantes operem com os valores e critérios de musealização.

No primeiro roteiro abordamos o conceito chave da museologia: a musealização e na teoria da arte as noções de beleza,

6 RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

7 BRANDAO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire*. 17 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

8 PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia. Pertencimento, Corpo-dança Afroancestral e Tradição Oral Africana de Professoras e Professores, Fortaleza: Edição UECE, 2015.

unicidade, autenticidade, raridade e originalidade e solicito aos estudantes que elaborem um texto de justificativa para aquisição de uma peça artística escolhida por eles por um museu, também de escolha deles. A justificativa deve estar fundamentada nas noções estudadas, começam a aparecer as primeiras dificuldades que são apresentadas no momento de socialização da atividade em sala de aula. Problematizamos as dificuldades coletivamente que partem das pautas contemporâneas mobilizadas pelos movimentos sociais, como nomeá-las em uma justificativa de aquisição de obra de arte para uma coleção?

Em um outro roteiro, por exemplo, não é possível descrevê-los todos, vamos dar tratamento a noção de massacre apresentada por George Didi-Huberman⁹ associada ao problema criado/inventado por mim, a respeito de uma provável solicitação de restituição das peças do Caldeirão apresentada ao Museu do Ceará. Didi-Huberman nos convoca a pensar na presença invisibilizada da noção de massacre nos trabalhos da memória confrontando uma imagem de horror com uma imagem de beleza. Os estudantes precisam, portanto, elaborar um parecer técnico de resposta à solicitação na posição de museólogos, conscientes de que estão operando com a noção de massacre. Para completar os estudos do roteiro, os estudantes precisam elaborar um atlas de imagens na perspectiva de confronto entre os conceitos trabalhados de massacre e beleza. Podemos compreender a noção de massacre como um valor e um critério de musealização? Como trataremos com a noção de massacre nos pareceres de aquisição, identificação, tombamento e registro de bens culturais?

Outro exemplo, é um roteiro de estudos que debate as perspectivas críticas da História canônica da Arte em que num primeiro momento os estudantes precisam elaborar uma linha do tempo dos museus de acordo com as suas missões/coleções e, refletir a respeito dos museus que não cabem na linha do tempo da História Canônica da Arte. Soma-se a essa atividade a análise

⁹ DIDI-HUBERMAN, Georges. Documentaire diffusé sur Histoire le 5 février à 20h40. Réalisation: *Marianne Alphant et Pascale Bouhénic*, disponível no link: <https://www.dailymotion.com/video/x1amf3c> acessado em 15 de março de 2021.

das legendas de um aplicativo de arte, durante dez dias eles são convidados a acompanhar cada uma das peças artistas e, devem responder uma ficha de análise de identificação, fundamentados por uma bibliografia de referência, das legendas em relação aos valores e critérios de musealização que são recorrentes nas descrições das peças artísticas apresentadas no aplicativo.

Como a noção de referências culturais pode pautar um debate a respeito de uma perspectiva crítica da História da Arte na escrita de legendas e/ou textos para documentação de peças artísticas nas coleções dos museus? Como identificar e nomear as diferentes referências culturais presentes nas teorias dos povos, nascida nos movimentos sociais? Como pensar na noção de luta como critério e valor de patrimonialização? Quando o museu é uma luta, segundo Gleice Kelly Heitor.¹⁰

Os roteiros foram elaborados considerando os documentos, tipos de textos como os pareceres e/ou as legendas, por exemplo e, os problemas que fazem parte da rotina dos profissionais dos mundos dos museus e do patrimônio cultural. Desde 2019 desenvolvemos e analisamos as questões que aparecem durante a elaboração das respostas, da apresentação das soluções, uma preocupação é a necessidade de atualizar o repertório dos critérios e valores de patrimonialização e de produzir verbetes que possam apresentar as noções que são identificadas e nomeadas quando realizamos uma ação de inventário participativo a partir do conceito de referências culturais. Compreendemos que a identificação e a nomeação dos valores e critérios de musealização faz-se necessária para que tenhamos um conjunto de vocabulários que possam compor um repositório de orientação para o uso dos termos nas justificativas de aquisição de acervo, pareceres de tombamento, dossiês de registro, entre outros documentos técnicos. Considerando as experiências citadas e as avaliações apresentadas, elaboramos um projeto de pesquisa

10 HEITOR, Gleyce Kelly Maciel. *Quando o museu é uma luta. Análise da criação do Museu da Beira da Linha do Coque (PE) e Museu das Remoções (RJ)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

que foi aprovado no CNPQ intitulado: Valores e critérios de patrimonialização: uma questão de justiça epistêmica, com o objetivo de construir uma coletânea de verbetes¹¹.

Palavras e imagens geradoras e a identificação dos valores culturais

“A leitura de mundo precede a leitura da palavra”,¹² a vivência do pensamento freiriano nos círculos de cultura criou a ficha de leitura do programa de alfabetização de adultos. Como era a ficha? Uma imagem e uma palavra. A palavra geradora nascia nos grupos de ensino/aprendizagem e, os artistas eram convidados para criar um desenho, uma pintura ou ilustração. Francisco Brennand criou imagens para um conjunto de palavras geradoras, montando um conjunto de fichas de leitura. Como a ficha de leitura era trabalhada em sala de aula? De acordo com Brandão quando a ficha de leitura era apresentada, iniciava-se a conversa pela imagem da palavra geradora que era relacionada à vida cotidiana e à experiência cultural dos estudantes.¹³ Assim, iniciava-se uma conversa que ganhava sentido pelo compartilhamento das memórias individuais e coletivas, ao ler as imagens escreviam suas histórias, discutiam os problemas, identificavam as diferenças, as desigualdades, valorizavam as lutas coletivas, ao contar suas memórias, ao escutar as memórias dos mais próximos construía um comum, um significado comum fortalecendo às práticas de autonomia própria de uma educação libertadora.

Estamos operando com a noção de referências culturais quando mobilizamos a criação de palavras/imagens geradoras no momento de identificar os bens culturais em oficinas de inventário participativo? Nos momentos de elaboração dos planos de salvaguarda? Como as nomeações aparecem quando

11 Projeto de pesquisa financiado pelo Edital Universal CNPq/MCTI/FNSCT Nº 18/2021

12 FREIRE, PAULO. *A importância do Ato de Ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

13 BRANDAO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire...* Op. cit.

dialogamos sobre patrimônio cultural e museus com os detentores dos patrimônios culturais? Pedro Clerot historicizou a noção de referências culturais nas políticas públicas de patrimônio no Brasil nos apresentando um percurso dos seus usos, dos debates, das elaborações ao longo do tempo, desde a década de sessenta até os dias atuais.¹⁴ Clerot se debruçou em um corpo documental bastante rico e, das análises que ele apresenta vou me dedicar ao fato dele compreender que a noção de referências culturais amplia as relações Estado e sociedade:

Uma vez que todo reconhecimento de um patrimônio cultural explicita valores e sentidos atribuídos aos bens culturais que se propõe reconhecer e preservar, associando-os a uma comunidade ou grupo social para os quais estes fazem sentido, podemos, enfim, pôr termo às práticas que escamoteiam valores e sentidos autoritariamente definidos por grupos com poder sobre a política, como se esses fossem abstratamente de toda a Nação. Antes, um acervo de 170 bens culturais que se queira preservar, quando associados claramente a sua comunidade de valores, permitem um trabalho cooperativo e engajado de salvaguarda, dividido entre sociedade e Estado. Permitem também uma verdadeira capacidade de avaliação de critérios de participação e representatividade dos diversos grupos sociais neste acervo, percebendo lacunas, sub e super-representações de certos grupos em detrimento de outros, bem como permite a atuação dos agentes do Estado no sentido de corrigir tais problemas. Referência Cultural é, portanto, potência de integração - entre Estado e sociedade, entre gestão e participação; entre materialidade e imaterialidade dos bens; e, por fim, entre o passado e o futuro da própria história da preservação do patrimônio cultural no Brasil.¹⁵

O que começamos a compreender com as diferentes experiências de metodologias participativas com os trabalhos do patrimônio e dos museus, sejam inventários, curadorias, documentação ou elaboração de planos de salvaguarda é que o trabalho que nasce com os objetos geradores, ao realizar uma leitura crítica do mundo, coloca na roda de conversa do círculo de cultura

14 CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. *Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.

15 *Ibidem*, p. 170-171.

os bens culturais repertoriados pelas referências culturais, desde as aulas de alfabetização de Paulo Freire. Quando nos interessamos para ouvir os valores culturais mobilizados pelas fichas de Paulo Freire aplicadas ao patrimônio cultural compomos um conjunto de noções que nem sempre são as utilizadas correntemente como autenticidade, raridade, excepcionalidade, unicidade, entre outras. As palavras e imagens geradoras apresentadas pelos membros das comunidades que participam na elaboração dos dossiês de patrimonialização são os valores e critérios que ainda não aparecem quando falamos em referências culturais, como problematizou Pedro Clerot em sua pesquisa.

Para além de ser ponte de integração as referências culturais promovem uma possibilidade de construção de uma justiça epistêmica nos mundos das artes, dos museus e do patrimônio cultural, entretanto, é preciso que as nomeações apresentadas nas comunidades sejam tratadas como valores e critérios de patrimonialização. As metodologias participativas possibilitam que seja realizado um trabalho que nasce da retórica da Luta, deste modo argumentamos que distribuimos as ferramentas da fábrica patrimonial para que possamos elaborar um trabalho subversivo das memórias. Realizamos um curso para elaboração de um Plano de Salvaguarda da Festa de Iemanjá que é patrimônio imaterial em Fortaleza e Belo Horizonte, e, ao perguntarmos quais eram as referências, ou seja, os valores culturais da Festa de Iemanjá os participantes do curso nos apresentaram: Axé, Ancestralidade, Tradição, Território Público Sagrado, Branco, Pertencimento, entre outros valores. Cada membro participante do curso elaborou a sua própria ficha de leitura dos valores culturais da Festa de Iemanjá, em sua maioria Povos de Terreiro, escreveram um pequeno verbete para compartilhar e, compor o documento que se tornou o Baobá da Salvaguarda da Festa de Iemanjá.¹⁶

16 DOS ANJOS, Jean Souza; OLIVEIRA, Fernanda de; RUOSO, Carolina. A Festa de Iemanjá como patrimônio imaterial: experiências do autorregistro em Fortaleza e Belo Horizonte. In.: MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (coord.). *Museologia e Patrimônio*. v. 5. Instituto Politécnico de Leiria, 2021.

Ao distribuir as ferramentas da fábrica patrimonial podemos repertoriar a comunidade de valores, para utilizar uma expressão de Clerot, ao se referir ao resultado do trabalho com as referências culturais. Entretanto, não conhecemos esse repertório para ministrar aulas de musealização da arte, para realizar projetos de aquisição de acervos, para escrever os pareceres técnicos de registro e tombamento, mas também de justificativa para as políticas de acervos de museus, para defender os argumentos de uma pesquisa curatorial, não sabemos onde encontrar essas comunidades de valores. E, muitas vezes, por mais que trabalhemos com a comunidade de valores, os termos canônicos continuam predominando na geopolítica dos patrimônios culturais.

Os saberes hegemônicos que se consolidaram a partir de uma ação colonizadora de produção de epistemicídio, efetivando as colonialidades do saber que instituem necropolíticas da patrimonialização, conforme Boaventura de Sousa, Walter Mignolo e Achille Mbembe.¹⁷ Assim, epistemicídio é um trabalho de morte dos saberes dos povos colonizados, que foram racializados, dos tiveram seus corpos excluídos, esquecidos e marginalizados. Uma ação de apagamento e silenciamento das imaginações e memórias das comunidades que foram cronopoliticamente marcadas, definidas por um tempo que está tratado por um (ab)uso da sua presença em um passado distante e estagnado, dito sem memória, dito sem história, excluído de uma perspectiva de dinâmica cultural e/ou criatividade, conforme Price.¹⁸

17 Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado; Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo, in B. S. Santos (org.). *Semear outras soluções*. Porto: Afrontamento, 2004; SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009; MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires: 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Apresentacao.rtf> Acesso em: 19 fev. 2019; MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005; MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018; MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

18 PRICE, Sally. A arte dos povos sem história. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, 1996.

Para concluir, entendemos que um trabalho cooperado da História e da História da Arte com a Museologia, a partir de uma abordagem Sociomuseológica, destacamos que a Cátedra da Unesco de Sociomuseologia coordenada pela museóloga e educadora Judite Primo que está construindo por meio dos seus diferentes grupos de trabalho espaços interdisciplinares de discussão que estão bastante interessados em elaborar os repertórios para justiça epistêmica na Museologia e no Patrimônio Cultural, ou seja, uma produção de leitura crítica do mundo que consiste em um ação contrahegemônica.¹⁹ Assim, construo esse ensaio com a intenção de convidar os historiadores a participarem desse trabalho de produção de uma justiça epistêmica, desenvolvendo pesquisas que nos orientem com relação às comunidades de valores, que se desdobraram dos trabalhos com o patrimônio cultural, em especial o patrimônio imaterial, dos usos das referências culturais e, que poderão nos orientar na criação de um repertório de vocabulários e verbetes que cartografados por uma perspectiva de história temática nos apresente um conjunto de referência para o ensino de Arte e Musealização, mas também, possam ser consultado amplamente no trabalho de escrita de pareceres técnicos, entre outros documentos dos mundos das artes, dos museus e do patrimônio. Experiências como a do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio Cultural (GEPPM) com exercícios de formação no campo do patrimônio cultural, de abordagem temática no litoral do Ceará, são um importante caminho de elaboração de repertórios que buscam identificar as comunidades de valores.²⁰

Referências

BRANDAO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire*. 17 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

19 MOUTINHO, Mário; PRIMO, Judite (Ed.). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusofonas, 2021.

20 NOGUEIRA, André Aguiar; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural do litoral de Fortaleza: os desafios da pesquisa histórica. *Revista Tempos Históricos*, v. 20, p. 241-271, 2016.

BRULON, Bruno. Passagens da museologia: a musealização como caminho. *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 11, n. 2, 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *Caderno de diretrizes museológicas 2* [s. l.]: [s. n.], 2008.

CÂNDIDO, Maria Manuelina Duarte. *Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico, museologia e planejamento*. 2. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. *Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Documentaire diffusé sur Histoire le 5 février à 20h40. Réalisation: *Marianne Alphant et Pascale Bouhénic*, disponível no link: <https://www.dailymotion.com/video/x1amf3c> acessado em 15 de março de 2021.

DOS ANJOS, Jean Souza; OLIVEIRA, Fernanda de; RUOSO, Carolina. A Festa de Ie-manjá como patrimônio imaterial: experiências do autorregistro em Fortaleza e Belo Horizonte. In.: MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (coord.). *Museologia e Patrimônio*. v. 5. Instituto Politécnico de Leiria, 2021.

FREIRE, PAULO. *A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

HEITOR, Gleyce Kelly Maciel. *Quando o museu é uma luta. Análise da criação do Museu da Beira da Linha do Coque (PE) e Museu das Remoções (RJ)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In.: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires: 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Apresentacao.rtf> Acesso em: 19 fev. 2019.

MOUTINHO, Mário; PRIMO, Judite (Ed.). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusofonas, 2021.

NOGUEIRA, André Aguiar; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural do litoral de Fortaleza: os desafios da pesquisa histórica. *Revista Tempos Históricos*, v. 20, p. 241-271, 2016.

PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia. Pertencimento, Corpo-dança Afroancestral e Tradição Oral Africana de Professoras e Professores, Fortaleza: Edição UECE, 2015.

PETIT, Sandra Haydée. Sociopoética : potencializando a dimensão poética da pesquisa. In: ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. EDUECE, Fortaleza, 2014.

PRICE, Sally. A arte dos povos sem história. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, 1996.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto*: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; Menezes, Maria Paula; Nunes, João Arriscado; Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo, in B. S. Santos (org.). *Semear outras soluções*. Porto: Afrontamento, 2004.

SCHMIDT, M. A. Concepções de aprendizagem histórica presentes em propostas curriculares brasileiras. *História Revista*, v.14, n.1, p.203-213, 2009.

História, Museus e Museologia: reflexões de um encontro de saberes

Leticia Julião

Zita Possamai

Entre 2015 e 2021 ocorreram, no âmbito dos Simpósios Nacionais de História da Associação Nacional de História (Anph), quatro simpósios temáticos com o propósito de abordar a relação entre História, Museus e Museologia, organizados pelas autoras deste capítulo. A iniciativa partiu da avaliação da necessidade de se estabelecer um fórum dedicado exclusivamente ao tema, o qual vem ganhando atenção crescente na produção historiográfica no Brasil, e cujas problemáticas não se confundem, embora estejam inter-relacionadas, com as de outros simpósios temáticos da Anpuh sobre patrimônio. A acolhida por parte de pesquisadores e pesquisadoras demonstrou que, efetivamente, essa era uma demanda reprimida no âmbito do maior evento brasileiro da área de História. Embora os museus já fossem objeto de investigação na área, a exemplo dos estudos das próprias autoras,¹ o crescimento considerável de pesquisas neste campo pode ser tributado, em médio prazo, à consolidação das contribuições da história cultural no Brasil e ao *boom* de processos de patrimonialização, seguido do fortalecimento do debate sobre o tema no âmbito acadêmico. Em curto prazo, pode-se creditar

1 POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Est Edições, 2001; JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. P. 17-30.

esse crescimento à ampliação significativa de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação em diversas áreas, dedicadas aos estudos em memória, patrimônio, museus e Museologia, além da implantação de mais de uma dezena de cursos de graduação em Museologia em diferentes estados brasileiros, no âmbito da articulação da Política Nacional de Museus e o programa Reuni, que ampliou as vagas nas universidades federais. Importante considerar ainda como fator que impacta a demanda acolhida no simpósio temático, o aumento da presença de historiadores e historiadoras em instituições museológicas, o que certamente vem estimulando a produção de pesquisas a partir de questões que emergem da experiência profissional.

Este texto pretende compartilhar reflexões advindas das apresentações de trabalhos e debates desenvolvidos em quatro eventos. Três desses simpósios temáticos ocorreram no âmbito dos Simpósios Nacionais de História da Associação Nacional de História, Anpuh, precisamente, *História, Museus e Museologia: velhos e novos desafios*, em 2015; *Um balanço dos museus em tempos de crise: novos atores e novas questões ou a celebração do mesmo?*, em 2017, e *Museus, história e educação: retrospectivas e perspectivas*, em 2019. O quarto simpósio, *Museus e Patrimônio no cenário de conquistas e resistências* aconteceu em 2021, no III Seminário Nacional de História e Patrimônio Cultural, organizado pelo GT Nacional da ANPUH de mesma denominação.²

Nesses encontros, foram apresentados aproximadamente 97 trabalhos, número que repercute uma adesão expressiva de pesquisadores ao tema *museu*. Ao segmentar os trabalhos por regiões tem-se: 33 provenientes do Sudeste; 21 do Sul; 9 do Nordeste; 2 do Centro-Oeste e 2 do Norte do Brasil. O predomínio de participantes das regiões Sudeste e Sul, em detrimento das demais regiões, provavelmente reverbera a própria distribuição geográfica dos programas de pós-graduação no país.

2 Embora não seja objeto de análise deste artigo, cumpre mencionar a organização pelas autoras do GT01 - Museologia e História: cruzamentos disciplinares, no Seminário Nacional de Museologia (Sebramus), ocorrido em Recife, em 2015.

Não foi possível identificar, em consulta aos anais e sites da programação dos simpósios, as instituições de origem de alguns pesquisadores. Apesar disso, constatou-se a recorrência de investigações desenvolvidas em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, nas áreas de concentração em Museologia e Patrimônio (Unirio; UFRGS); Educação (UFRGS e UFMG); Ciência da Informação (UFMG); Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (UEG); História (UFRGS; UFRPE; PUC SP; UDESC); História, Política e Bens Culturais (FGV); Artes, Patrimônio e Museologia (UFPI). Esses dados sugerem que os estudos sobre museus estão distribuídos em programas não apenas de História, mas também de outras áreas, com destaque para aqueles de perfil interdisciplinar ou de atuação de docentes historiadores pesquisadores do campo.

Além dos programas de pós-graduação, muitas comunicações se originaram de grupos de estudos, tais como grupo de estudo e pesquisa em Patrimônio e Memória (Universidade Federal do Ceará) e Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil-África (Universidade de São Paulo), além de instituições museológicas: Museu de Arqueologia e Etnologia (Universidade de São Paulo), Museu Paulista (Universidade de São Paulo); Museu da Vida (FIOCRUZ), entre outras.

Esses dados corroboram que o conhecimento histórico sobre os museus ou a análise de problemáticas que interseccionam História e Museologia tem sido construído em diálogo com outras disciplinas, tais como Antropologia,³ Educação,⁴ além da História.⁵ Orientados teórica e metodologicamente pelos

3 ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos: museu, memória e cidadania*. São Paulo: Garamond, 2006; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

4 BASTOS, Maria Helena Camara. *Pro Patria Laboremus*: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSEF, 2002; FARIA, A. C. G. de. *Educar no museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017

5 LOPES, Maria Margaret. *Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec,

pressupostos dessas áreas de conhecimento, esses estudos têm gerado abordagens criativas, em fronteiras interdisciplinares, tendo como centro os processos concernentes aos nossos museus.

As comunicações dos simpósios temáticos provenientes especialmente de pesquisas de pós-graduação reiteram essa tendência de abordagens multifacetadas de temas, problemáticas e referenciais teórico-metodológicos. Muitas contribuições versam sobre a história e historicidade dos museus e das coleções. Neste segmento estão os estudos sobre museus nacionais, estaduais ou locais, sobre a formação e a musealização de coleções biográficas ou vinculadas a um campo de estudos específico - etnográficas, de ciências e tecnologia, de arte, entre outras - e sobre intelectuais e redes de sociabilidade de agentes dos museus e do patrimônio. Outra problemática recorrente de pesquisa refere-se às narrativas sobre o passado e sobre a representação dos grupos sociais nos museus de variadas tipologias. São estudos que contemplam, muitas vezes, análises de exposições e discutem questões sobre memórias e apagamentos. Também são frequentes as investigações sobre as práticas educativas nos museus ou as relações entre o ensino de história e os museus, sendo comum esses estudos convergirem para abordagens críticas das narrativas expositivas. É preciso considerar ainda que algumas dessas contribuições abordam tipologias específicas de museus ou de processos de musealização, tais como ecomuseus, museus universitários, museus comunitários, sítios históricos.

1997; POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu...* Op. cit.; NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, 2005; BREFE, Ana Claudia Fonseca. *Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP/Museu Paulista, 2005; MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006; JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu... Op. cit.; VASCONCELLOS, Camilo Mello. *Imagens da Revolução Mexicana: o Museu Nacional de História do México (1940-1982)*. São Paulo: Alameda, 2007; SANJAD, Nelson. *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010; RODRIGUES, Ricardo Carvalho. *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*. Curitiba: SAMP, 2018, entre outros.

Apesar de em número menor, é possível identificar alguns trabalhos que buscam um diálogo mais estreito com o *corpus* teórico da Museologia. Enquadram-se nessa perspectiva os estudos a respeito do pensamento museológico; das operações conceituais da História para formulações no campo museal; das diversas práticas, dentre as quais a participação comunitária em processos museológicos e patrimoniais identificados com a museologia social/sociomuseologia; de gestão de acervos; de políticas públicas na área de museu e de ações de preservação.

Os museus na mira da História

Esse breve balanço das contribuições dos simpósios temáticos demonstra que efetivamente os museus entraram na mira dos historiadores, ascendendo ao status de objeto fecundo de pesquisas acadêmicas. E isso não é pouco, se lembrarmos que há algumas décadas essas instituições gozavam de prestígio incerto entre historiadores, sendo geralmente vistos como terreno exclusivo de especialistas em arte, quando não figuravam como campo de historiadores diletantes, versados nas ditas ciências auxiliares da história.

Embora o saber histórico compartilhasse o apreço antiquário pelas coisas materiais, escritas e visuais em séculos precedentes e,⁶ no caso brasileiro, mesmo que nas primeiras décadas do século XX diversos historiadores dos institutos históricos e geográficos se preocupassem com a elaboração de narrativas visuais e materiais sobre o passado nos museus,⁷ a disciplina configurada nas universidades forjou-se sob o dogma de que somente pelas fontes escritas seria possível conhecer o passado, voltando a se interessar pelos museus, assim como pelos objetos materiais e pelas imagens, somente no final do século XX. O que não ocorreu, por exemplo, com a Antropologia e as ciências naturais, nas quais a experiência do olhar sempre esteve associada à construção de

6 MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014.

7 BREFFE, Ana Claudia Fonseca. *Museu Paulista... Op. cit.*; entre outros.

conhecimento,⁸ razão pela qual os museus e suas coleções, como modalidades culturais que se oferecem à observação, ocuparam um lugar privilegiado na configuração de tais disciplinas. Reticente à visualidade e à materialidade, a história absteve-se de se ocupar dos museus, deixando à história da arte a incumbência quase exclusiva de instituir-se como disciplina estreitamente associada a essas instituições.

O reencontro mais recente de historiadores com as coisas e as imagens, em parte, é decorrente do progressivo alargamento do conceito de documento histórico e dos domínios historiográficos, questão tratada mais adiante. Soma-se a isso também uma disposição crítica e reflexiva da Museologia, que tem se nutrido de desafios que se interpõem no terreno das experiências museais contemporâneas. Com as mudanças operadas tanto no plano conceitual como na prática museológica, a História passou a ser convocada cada vez mais na produção de conhecimento sobre a história dos próprios museus, sobre seus respectivos acervos e sobre o papel que essas instituições desempenham na sociedade, ora como agentes estratégicos no cenário de políticas simbólicas de Estado, ora como lugares consagrados à produção de conhecimento, responsáveis, inclusive, pela consolidação de determinadas disciplinas científicas.

Como lócus de experimentação, os museus têm muito a ganhar com a prática que conduz ao exercício reflexivo, levado a efeito pelos diferentes profissionais que atuam na área. No caso específico da História, é indiscutível sua contribuição, se pensarmos que os museus se ocupam da gestão de memórias coletivas, assim como concorrem para a formação da consciência histórica. Essas são questões que ganham relevo, sobretudo, diante do prestígio cultural adquirido nas últimas décadas pelos museus em todo o mundo. O conceito de museu se tornou alargado, novas tipologias institucionais foram delineadas tanto quanto emergiram na cena

8 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre o conhecimento etnográfico e visualidade. In.: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: Garamond: MinC/IPHAN, DEMU, 2007, p. 43-62.

museal atores e pautas político-sociais diversificadas. Paralelo a essas mudanças promissoras que ampliam a atuação social dessas instituições, é preciso reconhecer também o surgimento de museus alinhados com demandas culturais que se reduzem à variante do consumo, e que se instituem subtraídos de ancoragens conceituais. O resultado muitas vezes é questionável: o mesmo se conserva sob nova roupagem.

Nesse cenário, no qual políticas de memória e de patrimônio se diversificam socialmente, mas também se arriscam em searas do consumo cultural banalizado, torna-se imprescindível fazer avançar as abordagens metodológicas e conceituais, em busca de se manter viva uma razão crítica do campo museal, explorando suas potencialidades interdisciplinares. A produção historiográfica tem ocupado papel crucial nesse processo, e nem poderia ser diferente. Como expressivos documentos de cultura, os museus encerram em suas narrativas as tensões e as questões de seu tempo, traçando uma trajetória ambígua e crítica em meio às disputas patrimoniais. Lugares de produção e divulgação de conhecimento e, ao mesmo tempo, de celebração de políticas simbólicas ancoradas em memórias sociais, os museus permitem problematizar os usos e apropriações que o presente faz do passado, assim como o potencial da linguagem museal em conferir grande alcance social às narrativas da história.

É certo que a História esteve presente nos museus antes que essas instituições ganhassem notoriedade como objeto de interesse da historiografia. Antes mesmo que a História fosse enquadrada nos domínios acadêmicos, com a sua racionalização científica na passagem do século XVIII para o XIX, seguindo os passos das demais ciências sociais. A história das coleções e dos gabinetes de curiosidades no mundo moderno mostra isso. Segundo Pomian, os colecionadores da península italiana de inscrições antigas, de numismática e mesmo de arte se aplicavam a estudar a história de suas cidades e a proclamar suas glórias. No século XVII assiste-se a uma paixão pelas coleções de antiguidades, que se tornam mais

numerosas, inclusive, que as coleções das coisas naturais.⁹ De outra parte, ainda que a especialização dos museus tenha acompanhado e concorrido para os processos de cisões disciplinares, sobretudo no século XIX, e coleções de história natural, por exemplo, passassem a ser exibidas separadamente das coleções de história, os conteúdos dos museus não deixaram de representar uma ideia de movimento do tempo ou de representar estágios de evolução. Não seriam os museus, independentemente de sua especialidade, lugares expressivos que repõem o passado no presente, conferindo sentido à nossa permanência no mundo? A princípio, diz Meneses,¹⁰ todos os museus são históricos. As narrativas dos museus legitimam uma ordenação do mundo, elas lidam com as dimensões do espaço e do tempo, funcionando como formas de se inscrever o tempo no espaço.

A despeito do interesse tardio da história como disciplina acadêmica pelos museus, como saber ela sempre esteve próxima dessas instituições, no caso brasileiro, especialmente através dos membros dos institutos históricos e geográficos, a exemplo do Museu Nacional, do Museu Paulista, do Museu Paranaense, do Museu Júlio de Castilhos e do Museu Histórico Nacional. Compreende-se, portanto, a relevância de ampliar a reflexão sobre os caminhos percorridos e a serem trilhados na relação da história enquanto disciplina universitária com os museus e a Museologia. Nessa direção, propomos analisar mais detidamente duas perspectivas evidenciadas nas contribuições dos simpósios temáticos: a história e a historicidade dos museus e as relações entre conhecimento histórico e narrativa museológica.

Operação historiográfica e museus

A história dos museus é certamente o escopo de estudos com maior volume de produção e de publicação tanto em âmbito

9 POMIAN, Krzyztof. *Coleção. Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

10 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v. 2, p. 9-42, 1994.

internacional quanto nacional, e os trabalhos apresentados nos STs confirmam isso. A historiografia dos museus tem se dedicado a investigações sob diversos enfoques, tais como: a configuração das coleções museológicas;¹¹ as vinculações entre a institucionalização dos museus e a construção de memórias e identidades nacionais;¹² a relação entre os museus e a conservação do patrimônio;¹³ os museus e a emergência das ciências,¹⁴ entre muitas outras possibilidades. Nos simpósios temáticos, vários estudos investigam a história de museus de âmbito nacional e, principalmente, estadual e municipal. Entre os museus locais, se destacam as pesquisas de museus e coleções biográficas, com foco nos processos de colecionamento privado e posterior musealização em instituições administradas pelo poder público municipal. São pesquisas que abordam uma realidade muito comum em cidades do país, e que apresentam potencial para se discutir as relações entre público e privado, bem como os projetos pessoais de imortalização através dos museus.

Ao se considerar os antecedentes no delineamento de um itinerário da historiografia dos museus em processo sistemático de invenção, como é da peculiaridade dos ofícios de Clio, e ao situar um *lugar*¹⁵ específico de enunciação de um discurso,¹⁶ tentaremos

11 POMIAN, Krzyztof. *Coleção. Enciclopédia Einaudi...* Op. cit.

12 BABELON, Jean-Pierre. Le Louvre: demeure des rois, temple des arts. In.: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tomo II La nation; POMMIER, Edouard. Naissance des musées de province. In.: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tomo II La nation; GAEHTGENS, Thomas W. Le musée historique de Versailles. In.: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tomo II La nation; VASCONCELLOS, Camilo Mello. *Imagens da Revolução Mexicana...* Op. cit.

13 POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

14 LOPES, Maria Margaret. Brasil descobre a pesquisa científica... Op. cit.; SANJAD, Nelson. *A coruja de minerva...* Op. cit.

15 Michel de Certeau enfatiza que toda pesquisa, incluindo a histórica, é elaborada a partir de um lugar socialmente instituído, seja do ponto de vista econômico, político ou simbólico. No caso da história, os historiadores produzem sua escrita especialmente a partir das universidades. Para os limites deste texto, serão também incluídos os museus como lócus da produção de saberes nesse âmbito. Para o historiador francês, esse lugar constitui-se como instância de controle e legitimação. Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

16 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história...* Op. cit.

esboçar algumas questões de ordem teórico-metodológica, a partir de um diálogo com autores do campo da História e da Museologia, no sentido de problematizar a operação historiográfica sobre os museus e nos museus.

Para isso recorre-se a Michel de Certeau, ao caracterizar a história como uma operação. Em suas palavras:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). [...] Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*.¹⁷

Paul Ricoeur,¹⁸ a partir das considerações feitas por Michel de Certeau quanto à *prática* e à *escrita* e preocupado com a epistemologia da história em diferenciação com a memória, distingue a operação historiográfica em três etapas: a documentária, a explicativa ou compreensiva e a representativa. Embora pensadas como momentos particulares do processo de construção do conhecimento histórico, essas fases não obedecem a uma linearidade, nem são necessariamente sucessivas ou estanques. São momentos da investigação concomitantes e que exigem um diálogo constante entre si.

A fase documentária, sem dúvida, é aquela que mais precisamente particulariza a prática da História em relação a outras disciplinas, por tratar da busca dos traços e vestígios pretéritos deixados pelos sujeitos em diversas temporalidades, transformando-os em documentos. Assim, se por um lado, a História, em seu percurso disciplinar, tem ampliado a noção de documento, englobando todas as pistas e marcas do passado, por outro lado, considera que este não é apenas algo que fica casualmente para o presente, mas reúne intencionalidades que

17 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história... Op. cit.*, p. 46-47.

18 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

o forja como monumento.¹⁹ Aqui reside um dos aspectos da relação entre História e memória, pois os traços do passado, sejam escritos, visuais, materiais ou orais implicam em gesto formal de arquivamento, patrimonialização e musealização. Os vestígios pretéritos guardados em arquivos ou museus são alvo de práticas que os concebem como monumentos no sentido de evocar, recordar e perpetuar determinadas memórias. A História, por seu turno, procede a transformação dos mesmos em documentos do passado. Aqui reside, então, um duplo movimento da prática historiadora: reunir, guardar e conservar vestígios tal como fizeram, a partir da modernidade, eruditos, antiquários e os primeiros historiadores; e selecioná-los e inseri-los numa problemática específica a ser investigada.

Certamente, ao se falar em documento não se trata de estabilizar uma noção que se transforma no tempo, no âmbito dos estudos históricos. Antes de abordar a guinada da História para uma diversidade de traços pretéritos, convém mencionar momentos nos quais a noção de documento não estava restrita aos escritos, mas reunia toda sorte de vestígios do passado, e era foco especialmente dos estudos antiquários.²⁰ Essa aproximação da história em relação às práticas antiquárias em séculos precedentes, sinaliza não uma inovação, mas um retorno contemporâneo a traços e pistas até bem pouco tempo negligenciados, ao passo que proporciona referenciais na longa duração desse diálogo da História com documentos materiais e visuais, atinentes aos museus.

Mudanças epistemológicas introduzidas no campo da história, primeiramente pelo materialismo histórico e pela Escola dos Annales, e mais tarde pela Nova História Cultural e pela micro-história,²¹ ampliaram, conseqüentemente, a noção de documento,

19 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

20 MOMIGLIANO, Arnaldo. *História antiga e o antiquário...* *Op. cit.*

21 Para mais sobre Nova História Cultural ver: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992; CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo.

assim como multiplicaram-se as possibilidades de abordagens e de objetos de pesquisa. Dos escritos oficiais (relatórios, correspondências, atas, atos e leis) chega-se aos produzidos fora do âmbito do Estado, (jornais, discursos, panfletos, revistas, cadernos, livros) e aqueles circunscritos à vida ordinária (diários, cartas e bilhetes de foro íntimo). Mas para o que interessa a este texto, além dos registros escritos, a cultura material (artefatos, objetos concretos) incluindo os objetos da cultura visual (obras de arte, fotografia, imagens, cartazes, história em quadrinhos) convertidos em documentos descortinam problemáticas e repertórios infundáveis capazes de permitir a leitura do social. Essas mudanças ensejaram a acolhida dos museus como objetos de investigação, uma vez que os estudos históricos passaram a se interessar por espaços ou instituições, pouco visitados pelos historiadores, como escolas, hospitais, hospícios e prisões, tanto quanto por temáticas para além daquelas tradicionalmente ligadas à história política (as instâncias do Estado) ou à história social (partidos e sindicatos).

É possível dizer que os museus se inscrevem sob duas perspectivas na agenda de pesquisa dos historiadores: como documentos da cultura e como instituições depositárias, por excelência, de documentos da cultura material. Ambas abordagens serão tratadas na próxima seção, sob o égide da noção de representação na historiografia.

Conhecimento e imaginário histórico nos museus

Os museus, suas coleções e suas exposições constituem-se em representações visuais do passado. Representações são ideias, imagens, discursos, enunciados, normas criadas pelos indivíduos para criar sentidos para a existência; são capazes de explicar o mundo e as coisas, sendo mobilizadoras de práticas, comportamentos e condutas sociais. As representações são construídas por sujeitos e coletivos a partir de suas experiências no mundo e permitem

Lisboa: Difel, 1990; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2008. Já para micro-história ver: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

dar coerência ao vivido e configurar as práticas sociais (a esta e permitindo agir nessa mesma realidade). Desse modo, não estão situadas externamente ao social, ao contrário, dão sentido para pensar e viver em sociedade.

Ainda que encerre uma definição fluida e sentidos distintos, de acordo com a perspectiva assumida pelo historiador, compreende-se representação como um conceito teórico-metodológico, que diz respeito ao discurso histórico referenciado no vivido, e como narrativa ou como imagem coletiva.²² Ambas as perspectivas estão presentes nos museus, uma vez que essas instituições podem ser percebidos como lugares para onde convergem igualmente o conhecimento mediado, e as imagens por meio das quais as coletividades apreendem o mundo e dão sentido às suas existências.

Na perspectiva da representação como operação cognitiva, a forma privilegiada de inteligibilidade do passado, assumida pela historiografia, é a escrita, que torna presente um ausente, o passado vivido, e cuja transposição de um tempo, seja recente ou recuado, compromete a capacidade de compreensão e apreensão. Tal como a escrita, são também representações do passado os registros tornados documentos pelos procedimentos dos ofícios de Clio. Pode-se conceber, conforme Stephan Bann,²³ a escrita da história como uma representação a disputar audiência com outros modos de fazê-lo, como o romance histórico, os museus de história, os patrimônios e os monumentos, o cinema histórico, entre outras possibilidades. No entanto, a história não se confunde com ficção, tampouco com a memória, debate já exaustivamente feito pelos historiadores. Compreende-se que a forma assumida para representar o passado, a linguagem escrita, não implica

22 SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como a Representação do passado: a nova abordagem da historiografia francesa. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 81-97; FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 41-79.

23 BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

necessariamente na associação desta com a narrativa literária, esta sim sem compromissos com o vivido, cujas pegadas o historiador persegue incansavelmente. A História diz o mundo que passou, mas o diz em certas condições e limites estabelecidos por uma operação desejosa de pautar-se pelos métodos racionais de construção do conhecimento.

Posto isso, compreende-se que a produção de conhecimento historiográfico no museu estabelece-se mediado pelos objetos tornados documentos. Espécie de arquivo da cultura material, como sugere Stocking,²⁴ o museu se distingue de outras instituições culturais exatamente pelo seu caráter documental da materialidade e da visualidade. Embora muitos museus contemporâneos tenham abdicado dos objetos, em grande parte com o auxílio da tecnologia, e ainda que as coleções de objetos, como sugere Conn,²⁵ tenham perdido em parte o poder visual e epistemológico que pareciam ter nos primórdios dos museus, não se pode desconhecer que as conexões entre objetos e museus resistem, assim como essas instituições persistem como lugares que dão a ver objetos valorizados e/ou criados pelo homem.

Convém destacar que por cultura material compreende-se o mundo físico em sua ampla extensão, admitindo-se o que tem propriedade espaço-temporal, desde pequenos artefatos a estruturas complexas, incluindo espécies da natureza, que foram nomeadas, classificadas, apreendidas pela humanidade.²⁶ Em uma definição clássica “cultura material é aquele segmento do ambiente físico do homem o qual é propositadamente modelado por ele de acordo com um plano culturalmente estabelecido”.²⁷

24 STOCKING JR., George W. *Objects and others*. Essays on museums and material culture. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1985.

25 CONN, Steven. *Do museums still need objects*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010, p. 20- 57.

26 LENCLUD, Gérard. Être un artefact. In.: DEBARY, d' OCTAVE; TURGEON, Laurier (dir.) *Objects & Mémoires*. Paris: Québec: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme: Les Presses de l'Université Laval, 2007; PEARCE, S. *Museum Objects*. In.: PEARCE, S. (Ed.). *Interpreting objects and collections*. London, New York: Routledge, 2005, p. 9-11.

27 DEETZ, J. *apud* PEARCE, S. *Museum Objects*. In.: PEARCE, S. (Ed.). *Interpreting objects and collections*. London, New York: Routledge, 2005, p. 9-11.

Pode-se acrescer essa definição, o postulado por vários autores, de superação de visões redutoras e dicotômicas entre cultura material e cultura imaterial. Segundo Meneses, “cindir radicalmente cultura material e cultura não material é ignorar a ubiquidade das coisas materiais, que penetram todos os poros da ação humana e todas as suas circunstâncias”.²⁸

É notória, portanto, a possibilidade de interpretações das sociedades por meio de segmentos da cultura material. A potência do documento material para as investigações está justamente na onipresença dos objetos na vida dos homens, uma vez que constituem cenários e oferecem condições, quase sempre periféricas à percepção, mas por isso mesmo determinantes, de nossas práticas e de nossas ações e da nossa identidade.²⁹ Os objetos são, portanto, produtos e vetores de relações sociais;³⁰ são modelados pelos homens e, ao mesmo tempo, modelam comportamentos.³¹ Ora, nesse quadro promissor em que os objetos se impõem como registros potentes, portadores de informações sobre o passado, os museus podem assumir uma especificidade na produção de conhecimento, a começar por viabilizar a transformação de fragmentos de nossa vida material em documentos.³²

Como depositários de coleções, os museus oferecem repertórios infindáveis de artefatos e imagens, a sugerir abordagens a respeito da materialidade, que é parte necessária e irredutível de nossa existência no mundo. Para além de valores simbólicos que se sobrepõem ao longo das biografias dos objetos musealizados, eles se prestam como fontes que permitem formular questões concernentes aos seus contextos de uso primário. Se mais comumente os objetos de museus são identificados como

28 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 107, 1983.

29 MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

30 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, Brasil, n. 115, p. 103-117, 1983.

31 MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas...* *Op. cit.*

32 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História... *Op. cit.*

reíquias, ícones ou metáforas - cristalizações de sentidos e valores atribuídos pelo ato do colecionamento - é preciso reconhecê-los também como indícios de práticas sociais, formas de pensar e agir em diferentes temporalidades e dimensões da vida humana. Assim, sendo, se nos museus, objetos e imagens são apropriados especialmente na sua capacidade documental de representar ideias, pessoas, acontecimentos e tempos pretéritos, cumpre também abordá-los como criadores e agenciadores de sujeitos, ideias e fatos através dos quais se delinham processos de identificação, de diferenciação e de subjetivação.³³

Do ponto de vista da história representada como operação cognitiva, os museus conciliam, portanto, a função documental e a de produção e comunicação de conhecimento histórico. E justamente por serem lugares de enunciação, no caso em questão, de narrativas da história, entende-se que a própria prática museológica coloca-se como objeto a ser investigado no que se refere aos processos de musealização e de patrimonialização dos vestígios da humanidade, a anunciar questões substantivas sobre as sociedades.

O outro sentido de representação, como imagem coletiva, conforma-se, por sua vez, aos estudos e pesquisas que elegem os museus como constructos sociais expressivos da cultura. Nota-se que a ideia mesma de coleção implica uma dimensão representacional, uma vez que reúne semióforos que dão visibilidade àquilo que está ausente, fora do alcance do olhar, concernentes a imagens de referentes exteriores, que são legitimadas socialmente.³⁴ Os museus são vocacionados, desse modo, a (re) apresentar o invisível, a cumprir a presentificação e publicização de representações coletivas. Por isso mesmo constituem documentos/espacos privilegiados para se analisar as representações coletivas no sentido proposto por Chartier: construções que grupos fazem de suas práticas, conferindo sentido à experiência da coletividade.³⁵

33 APPADURAI, Arjan. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

34 POMIAN, Krzyztof. *Coleção*. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

35 CHARTIER, Roger. *História cultural... Op. cit.*

As exposições são a linguagem de enunciação, por excelência, dos museus. Elas são manifestações culturais reveladoras de como se dão, no contexto museal, as relações entre o vestígio representante, as práticas representadas e a escrita histórica. São documentos ímpares, nos quais é possível examinar como se inscrevem as tensões experimentadas entre o conhecimento crítico e controlável do discurso histórico e a reconstrução afetiva pela memória; entre a narrativa de identidades e o compromisso com a verdade.

Dentre as possibilidades de análise das representações coletivas no museu, parece produtivo analisar, do ponto de vista dos estudos históricos, a relação que as exposições estabelecem com o tempo; melhor dizendo, como elas expressam ou buscam apreender a maneira como o tempo se projeta no plano subjetivo – no imaginário, em estruturas simbólicas, em representações coletivas. Segundo Preziosi caminhar por um museu se assemelha a caminhar pela história, a sucessão de objetos torna possível perceber a passagem do tempo, assim como as mudanças e o desenvolvimento das formas, estilos, invenções, valores e mentalidades.³⁶

Museus são lugares de inscrição de como as sociedades lidam com o passado, e que relações são tecidas do tempo pretérito com o presente e o futuro. A noção de regime de historicidade apresenta-se potente para compreender as exposições de história como manifestações de modalidades de consciência que a comunidade humana tem de si, das formas nas quais as sociedades organizam suas experiências do tempo e reagem ao grau de sua historicidade.³⁷ Como lugares de institucionalização do patrimônio cultural coletivo, os próprios museus funcionam como documentos de cultura e, seguindo os passos de Walter Benjamin,³⁸ também como

36 PREZIOSI, D. Art History and museology: rendering the visible legible. In: MACDONALD, S. (Ed.). *A companion to Museum Studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 50-63.

37 HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

38 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter.

um documento de barbárie. Se eles permitem investigar as formas pelas quais as sociedades constroem seu sentido de historicidade, sua consciência histórica, não seriam também espaços privilegiados para se compreender as expectativas endereçadas ao futuro pelas sociedades, a partir das interpretações que ela constrói de suas experiências?

História nos museus, história dos museus: alguns desafios

Ao retomar as contribuições da operação historiográfica e as derivações teórico-metodológicas a partir desta suscitada, quais as implicações e desafios são possíveis de serem identificados na interface entre História e Museologia? Dois aspectos merecem ser apontados, ainda sob a égide da representação da narrativa do passado, última etapa proposta por Certeau, e que caracteriza tanto a escrita da história, quanto os museus de história. O primeiro aspecto diz respeito à ainda inconsciência epistemológica da operação historiográfica realizada no âmbito dos museus e já muito debatida no âmbito da História. Os museus de história elaboram representações do passado em espaços legitimados para tal, difundindo narrativas e vieses sobre os tempos pretéritos, sem necessariamente apontar aos seus visitantes os limites epistemológicos, subjetivos e ideológicos de suas escolhas, ao contrário dos textos acadêmicos, característica marcante da produção historiográfica no Brasil, que advertem (ou deveriam fazê-lo!) os leitores quanto aos riscos corridos no mergulho da interpretação ali proposta.

Desse modo, seria conveniente que a prática historiográfica nos museus se inspirasse nos estudos acadêmicos naqueles aspectos que delimitam as problemáticas, o corpus empírico selecionado e os resultados alcançados, todos balizados pelos procedimentos investigativos em jogo.³⁹ Apesar dos expressivos avanços em relação

Magia e Técnica, Arte e Política – ensaios sobre literatura e história da cultura. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, Obras Escolhidas, vol.1.

39 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da

aos modos de narrar o passado pelos historiadores, conforme visto anteriormente, os museus de história nem sempre se apropriam dos ares renovados para elaborar interpretações nos seus espaços. Poder-se-ia perguntar por que persiste ainda essa distância entre a História produzida na academia e aquela produzida pelos museus. A linguagem construída pelas coisas materiais desafiaria a escrita da história dos museus em moldes renovados? A questão parece ser de maior complexidade e, ainda, requer muita discussão na Museologia e na História.

Corroborando essa constatação os diversos estudos discutidos nos nossos STs, que versam justamente sobre museus que ainda apresentam narrativas sem qualquer tentativa de problematização sob viés da história. Prevaecem em muitos museus, especialmente os locais, as expografias que exaltam os feitos de personagens políticos ou aquelas em que o museu assume posicionamentos em disputas de memórias, sem comunicar isso aos visitantes incautos. É como se houvesse uma clivagem considerável ainda a superar entre o apresentado e o exposto pelos museus e o esforço de crítica efetivada pelos estudos acadêmicos.

O segundo aspecto a considerar, e que talvez esteja correlacionado ao anterior, refere-se à particularidade de a narrativa do passado nos museus ser elaborada por meio de artefatos e imagens dispostos numa linguagem específica, a exposição, num determinado cenário.⁴⁰ Desse modo, o museu caracteriza-se como performance, onde os protagonistas são objetos, obras de arte, imagens, cenografias, iluminação, sonorização, mecanismos interativos, efeitos especiais, onde o texto escrito é coadjuvante (ou deveria ser!) no processo comunicativo. Aqui, no entanto, reside um dos maiores desafios dos museus para a compreensão histórica, pois muitas vezes o objeto é concebido *per se* como evidência material do passado, cuja presença no museu seria suficiente para atestar o *que aconteceu* ou *como se viveu*. Sentidos dos objetos,

História... *Op. cit.*

40 RUSSIO, Waldisa. Museologia e museu. In.: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. V. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, ICOM Brasil, 2010.

fixados por antigas práticas colecionistas e expográficas orientadas por propósitos tornados controversos na contemporaneidade, parecem prevalecer intocáveis em muitos museus. Desse modo, os pressupostos teóricos que subjazem aos museus ainda são identificáveis àqueles que concebiam os vestígios como prova do passado, sem qualquer problematização sobre os processos de seleção e atribuição de sentido que proporcionaram a conservação de tais registros em detrimento de outros. A esse respeito, Ulpiano Bezerra de Meneses ao propor uma reflexão sobre a potencialidade do museu, especialmente os museus de história, em construir conhecimento, tendo a exposição museológica como especificidade nesse processo, insiste na dimensão crítica como o fio a conduzir as práticas museológicas concernentes à História. “Crítica no sentido etimológico, que implica competência de distinguir, filtrar, separar, portanto, possibilidade de opção, escolha”.⁴¹ Desse modo, as formas de narrar o passado que incorporam uma dimensão visual, concernente particularmente aos museus, têm sido propostas em diversas modalidades, sendo as teatralizações da memória e as recriações de ambientes vividos aquelas de maior apelo comunicativo aos visitantes. Ainda temos um longo percurso pela frente, no campo estrito dos museus de história, no sentido de investigar como são apreendidos cognitivamente conceitos, representações e visões sobre o passado através das exposições de modo a termos indicadores de como incorporar aspectos da operação historiográfica nos museus, respeitando as peculiaridades destes em relação ao *modus operandi* acadêmico.⁴²

Certamente, a zona aparentemente de maior conforto reside no procedimento de colocar os museus e as narrativas do passado propostas por suas coleções e exposições na lupa da História. Mas

41 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História... *Op. cit.* p. 40.

42 Estudos de público com forte sustentação na psicologia tem focado especificamente nos modos de percepção e cognição dos visitantes nas exposições, como em: DUFRESNE-TASSÉ, Colette. Expérience intense et expérience d’immersion : rapport d’observations directes. *Mouseion, Canoas*, n. 19, p. 19-42, 2014; ASENSIO, MIKEL; POL, Elena. A aprendizagem em museus. *In.*: GUTIERREZ, Ângela (coord.). *Cultura e Educação: parceria que faz história*. Belo Horizonte: Mazza 3 Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/ MAO, 2007, p. 63-101.

mesmo este viés necessita do diálogo com as etapas da operação historiográfica propostas por Michel de Certeau. Para além dessas premissas basilares, importa ainda enveredar por alternativas teóricas e metodológicas que permitam dar atenção não apenas às instituições e aos personagens consagrados da história dos museus, mas também às singularidades e aos pormenores situados nas margens e que apontam para uma mudança de escala na investigação. Assim, cada museu pode estar circunscrito à abordagem de uma micro-história,⁴³ que postula a análise de um fragmento com a finalidade de chegar a aspectos mais profundos e que propõem questões e problemas mais amplos do todo social.

A micro-história, como o próprio nome indica, realiza uma redução da escala de análise, seguida da exploração intensiva de um objeto de talhe limitado. Esse processo é acompanhado de uma valorização do empírico, exaustivamente trabalhado ao longo de extensa pesquisa de arquivo.⁴⁴

Dessa maneira, o particular, o detalhe reverbera processos em escala macro, invisíveis ao olhar. Tal perspectiva metodológica implica em partir de pequenos problemas, achados residuais que intensamente explorados permitem o alcance de questões mais amplas. A análise particular permite enfatizar as características específicas dos museus nacionais ou locais com vistas a adentrar nos aspectos que os diferenciam e a evitar generalizações forçadas e homogeneizadoras não atentas às minúcias e aos detalhes capazes de fazer brotar riquezas suscitadas pela variedade de museus existentes.

Ambos os aspectos analisados nesta seção apontam perspectivas, dentre outras, que poderão ser produtivas à já consolidada historiografia dos museus no Brasil. A despeito dessas considerações, vimos que há um movimento efetivo nessa direção. As mais de 90 comunicações realizadas nos simpósios

43 GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

44 PESAVENTO, Sandra Jatay. *História e História Cultural... Op. cit.*, p. 72

temáticos e as reflexões e debates que suscitaram ao longo de seis anos dos encontros mostram que os museus deixaram de ser um tema marginal e foram efetivamente incorporados à agenda das pesquisas de História. Da história do ponto de vista institucional aos estudos de coleções e exposições; da escrita da história em museus à sua função educativa, os historiadores cruzaram a fronteira disciplinar e dialogaram com a Museologia. Se na Antiguidade Clássica era representada como uma das musas a conviver no Mouseion, hoje ela convida a Museologia para ambas mirarem juntas esse lugar que as abrigam, quem sabe, revendo práticas e ideias arraigadas no tempo com os objetivos compartilhados em prol da invenção do conhecimento e da relevância social.

Referências

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

APPADURAI, Arjan. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ASENSIO, MIKEL; POL, Elena. A aprendizagem em museus. In.: GUTIERREZ, Ângela (coord.). *Cultura e Educação: parceria que faz história*. Belo Horizonte: Mazza 3 Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/ MAO, 2007, p. 63-101.

BABELON, Jean-Pierre. Le Louvre: demeure des rois, temple des arts. In.: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tomo II La nation.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Pro Patria Laboremus*: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, Obras Escolhidas, vol.1.

BREFFÉ, Ana Claudia Fonseca. *Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP/Museu Paulista, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CONN, Steven. *Do museums still need objects*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010, p. 20- 57.

DUFRESNE-TASSÉ, Colette. *Expérience intense et expérience d'immersion : rapport d'observations directes*. Mouseion, *Canoas*, n. 19, p. 19-42, 2014.

FARIA, A. C. G. de. *Educar no museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GAEHTGENS, Thomas W. *Le musée historique de Versailles*. In.: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tomo II La nation.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULIÃO, Leticia. *Apontamentos sobre a história do museu. Caderno de diretrizes museológicas 1*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006, p. 17-30.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LENCLUD, Gérard. *Être un artefact*. In.: DEBARY, d' OCTAVE; TURGEON, Laurier (dir.) *Objects & Mémoires*. Paris: Québec: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme: Les Presses de l'Université Laval, 2007.

LOPES, Maria Margaret. *Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 107, 1983.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v. 2, p. 9-42, 1994.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, 2005.

PEARCE, S. Museum Objects. In.: PEARCE, S. (Ed.). *Interpreting objects and collections*. London, New York: Routledge, 2005, p. 9-11.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2008.

POMIAN, Krzyztof. *Coleção. Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

POMMIER, Edouard. Naissance des musées de province. In.: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tomo II La nation.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

PREZIOSI, D. Art History and museology: rendering the visible legible. In.: MACDONALD, S. (Ed.). *A companion to Museum Studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 50-63.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Ricardo Carvalho. *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*. Curitiba: SAMP, 2018.

RUSSIO, Waldisa. Museologia e museu. In.: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. V. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, ICOM Brasil, 2010.

SANJAD, Nelson. *A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866)-1907*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos: museu, memória e cidadania*. São Paulo: Garamond, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STOCKING JR., George W. *Objects and others. Essays on museums and material culture*. Wiscosin: University of Wiscosin Press, 1985.

VASCONCELLOS, Camilo Mello. *Imagens da Revolução Mexicana: o Museu Nacional de História do México (1940-1982)*. São Paulo: Alameda, 2007.

Museologia Social e inventários participativos: contranarrativas e participação social nos processos de patrimonialização

João Paulo Vieira Neto

Há pelo menos duas décadas, diversas comunidades, grupos étnicos e movimentos sociais de diferentes Estados do país, fazem uso das pesquisas em história local e dos inventários participativos como instrumentos dinamizadores de seus processos de patrimonialização/musealização. Por meio deles, mobilizam seus grupos para as demandas do patrimônio, estimulando o protagonismo de suas populações na identificação, salvaguarda e comunicação de suas referências culturais.

Como resultados desses processos, produzem exposições museológicas, vídeos documentários, materiais didáticos e, alguns casos, criam seus próprios museus, discutem e decidem sobre os processos de construção social da memória através de conselhos participativos, adaptados e/ou organizados para esta finalidade, no seio de suas populações.

Todo esse processo que resultou na conquista de importantes avanços na formulação e institucionalização das políticas públicas de direito à memória e para salvaguardar o patrimônio cultural de etnias, comunidades e grupos historicamente excluídos foi acompanhando por uma notável mobilização social que resultou na apropriação e ressignificação por parte destes sujeitos, de

todo um arcabouço teórico, técnico e metodológico capaz de impulsionar o desenvolvimento de um conjunto de experiências e processos participativos no campo da educação, do patrimônio e da museologia social.

Nos últimos anos, além de um crescente interesse pela temática por parte de instituições de preservação e iniciativas de memória e museologia social, constatamos também uma ampliação significativa no número de experiências que tomam para si o desafio de realização desta tipologia participativa de inventários nos mais diversos territórios e regiões brasileiras.

O presente artigo busca colaborar no debate teórico e metodológico acerca da apropriação e uso dos inventários participativos no universo das iniciativas de memória e museologia social no Brasil, bem como compartilhar um breve panorama das experiências de inventariação participativa mapeadas no âmbito do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC).

Museologia social: a construção de uma práxis museológica insurgente

Desde a década de 1960, inicia-se em escala internacional uma ressignificação e complexos conceitos utilizados pelas ciências humanas e sociais, tais como: o de cultura, patrimônio, bem cultural, participação e etc. Por outro lado, diversos movimentos sociais se organizam e passam a demandar um lugar no seio dessas discussões.

Esse contexto de efervescência teórica, social e cultural trouxe para o contexto museológico um novo paradigma que apontava de um lado para a necessidade de entendimento destes processos sociais e de outro para uma reflexão profunda e transformadora das práticas, das teorias e do lugar social até então ocupado pelas Ciências do Patrimônio e da Museologia. Repensar as estruturas e o fazer dos museus tradicionais bem como desenvolver novas

metodologias e processos de musealização¹ e patrimonialização² tornava-se, deste modo, imprescindível.

Alguns documentos internacionais³ pautam essa discussão. A Declaração de *Santiago do Chile* de 1972, que muitos consideram como um dos marcos fundadores da chamada Nova Museologia, passa a reivindicar que os museus estejam mais integrados ao contexto social dos territórios em que estão inseridos e assumam a responsabilidade e função social frente às questões de seu tempo. A *Declaração de Quebec* (1984), em cuja ocasião foi criado também o Movimento Internacional para uma Nova Museologia / MINOM; a *Declaração de Caracas* (1992), que o ex-presidente do ICOM, Hugues de Varine, considerou como a mais profunda reflexão coletiva sobre museus e museologia dos últimos vinte anos, são exemplos importantes e que referenciam essa significativa mudança de paradigma dos museus e da Museologia contemporânea.⁴

Esta nova realidade anuncia a emergência de um novo tipo de museu, que pouco ou nenhuma semelhança possui com o papel social desempenhado pelos museus ditos tradicionais, cujas funções muitas vezes limitavam-se, quase que exclusivamente, para a coleta, classificação e preservação de determinadas tipologias de patrimônio por meio da montagem de exposições com fins educativos e de recreação.

1 Segundo Inês Gouveia, em proposta para sistematização do conceito no âmbito do Programa Pontos de Memória, “denominamos processos de musealização a aplicação conjunta de procedimentos técnicos relacionados com a salvaguarda, pesquisa e comunicação museológicas a um determinado acervo cultural (objetos, território, memórias etc.)”.

2 Ante este desafío, y considerando que, a partir de las ideas de Morales (2010: 168) y de los conceptos definidos por Desvallées y Mairesse (2010: 68), la patrimonialización podría ser definida como una selección valorizada que implica un proceso de activación simbólica del valor patrimonial de una determinada manifestación cultural, en función de su carácter representativo con relación a la identidad de un colectivo. (SANCHO QUEROL, 2011:320)

3 Desde a sua fundação, o MINOM realiza conferências internacionais com participação da sociedade civil, profissionais, estudantes e pesquisadores. É possível encontrar alguns dos documentos finais dos referidos encontros em: <https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/>.

4 DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. As Ondas do Pensamento Museológico: balanço sobre a produção brasileira. In.: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini. (org.). *Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento*. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008, v. 1, p. 53-72.

Este novo tipo de museu, ou melhor, de museologia, traz em si e para o âmbito de suas atividades, preocupações de caráter social e de participação comunitária, reinventa novos conceitos, práticas e processos de musealização. Tal constatação é evidente quando lemos a declaração final da primeira reunião internacional da Nova Museologia que aconteceu em *Québec*, no ano de 1984. Em seu documento final, conhecido como *Declaratoria de Oaxtepec*, lemos: “O museu tradicional produz-se num *edifício*, com uma *coleção* e para um *público* determinado. Trata-se agora de ultrapassar estes princípios substituindo-os por um *território*, um *patrimônio integrado* e uma *comunidade participativa*”.⁵

Para a nova museologia a preservação do patrimônio cultural ocorre de maneira integrada e a comunidade vive num território que pode ser musealizado, conforme tipologia proposta por Hugues de Varine e Georges Henri Rivieri, há mais de 40 anos. Trata-se de museus comunitários, eco-museus, museus de territórios e/ou iniciativas similares.⁶

Entretanto, segundo Mário Chagas e Inês Gouveia, “nos anos de 1990 a denominada Nova Museologia passou por uma inflexão conceitual e prática”, perdendo muito da potência que outrora tivera. Esse momento de suposto refluxo, aliado as notáveis transformações do *saber fazer* museal, operadas nas décadas anteriores pelo próprio movimento da Nova Museologia, contribuiu para o nascimento e consolidação nas últimas décadas de uma inovadora *práxis museológica* denominada no Brasil de Museologia Social, e em Portugal, de Sociomuseologia.⁷

Referir-se a Museologia Social como uma *práxis museológica* significa demarcar e afirmar a indissociabilidade existente entre a teoria e prática para os adeptos dessa corrente museológica. Pois como nos lembra Paulo Freire “A teoria sem a prática vira

5 CORDOVIL, Maria Madalena. Novos museus, novos perfis profissionais. *Cadernos de museologia*, Lisboa, n. 1, p. 13, 1993.

6 Cf. VIEIRA NETO, João Paulo; GOMES, A. O. *Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção*. 1 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

7 CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. *Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)*. *Cadernos do CEOM*, Santa Catarina, a. 27, n. 41, dez. 2014.

‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a *práxis*, a ação criadora e modificadora da realidade”.⁸

Entre as declarações resultantes dos Encontros Internacionais do MINOM que demarcam essa práxis museológica insurgente enquanto processos políticos, poéticos e pedagógicos em permanente construção, apropriados por sujeitos e movimentos sociais historicamente silenciados, que assumem maneiras próprias e singulares de musealizar e descolonizar memórias, histórias e territórios destacamos: a Declaração do Rio, “Museologia do Afeto” (2013); a Declaração de Havana (2014); a Missiva de Nazaré, “Memória Acesa” (2016); a Declaração de Córdoba, “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada” (2017).⁹

Buscando diferenciar a Museologia Social das demais tendências da museologia contemporânea, Chagas e Gouveia são enfáticos:

Quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras. A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros.¹⁰

8 Cf. FREIRE, PAULO. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

9 As referidas Declarações finais dos Encontros Internacionais do MINOM podem ser encontradas em: MUSEOLOGIA Social e Ecomuseus em Portugal. Disponível em: <https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/>.

10 CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. *Museologia social... Op. cit.*, p. 17.

No Brasil, a partir da segunda metade dos anos 2000, há uma implosão de diversos processos museais de base comunitária protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos étnicos e sociais, em seus diversos formatos e tipologias, que passaram a reinvidicar a museologia social como referência política e poética para as suas ações. Uma demanda crescente para que suas Histórias e experiências sociais fossem reconhecidas e valorizadas como parte integrante e indispensável da memória social brasileira.

E é justamente neste contexto que surge uma importante iniciativa de democratização da memória e do patrimônio cultural no âmbito do Ministério da Cultura. Trata-se da criação, em 2009, do Programa Pontos de Memória (PPM) pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC). O referido Programa nasceu articulado com a Política Nacional de Museus e com o Plano Nacional Setorial de Museus e atuou junto a lideranças comunitárias e demais representações da sociedade civil, na execução de uma política pública de direito à memória.

Iniciando sua primeira etapa com a sensibilização e articulação de Pontos de Memória situados em comunidades periféricas de 12 capitais brasileiras,¹¹ o Programa Pontos de Memória rapidamente se expandiu nos anos posteriores a partir dos editais de premiação lançados nos anos 2011, 2012 e 2014. Por meio deles, por exemplo, foi possível identificar mais de 300 iniciativas de memória e museologia social em todo o Brasil.¹² Estas premiações, além de fomentar processos comunitários no campo da memória e do patrimônio de populações e grupos que historicamente encontram-se à margem das políticas públicas de cultura, representaram o reconhecimento simbólico por parte do Estado brasileiro de

11 Os 12 pontos de memória iniciais foram: Museu de Favela, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Rio de Janeiro (RJ), Brasilândia; São Paulo (SP), Taquaril, Belo Horizonte (MG); São Pedro, Vitória (ES); Museu de Periferia do Sítio Cercado, Curitiba (PR); Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS); Estrutural, Brasília (DF); Beirú, Salvador (BA); Coque, Recife (PE); Grande Bom Jardim, Fortaleza (CE); Jacintinho, Maceió (AL) e Terra Firme, em Belém (PA).

12 Cf. ORGANIZAÇÃO dos Estados Ibero-americanos - OEI. *Pontos de memória...* Op. cit.

diversas experiências que reivindicavam o direito à memória e ao patrimônio não consagrado.

Diante desta conjuntura promissora, diversas iniciativas de memória e museologia social não perderam a oportunidade política para ampliar a visibilidade de suas ações e apostaram na articulação e na formação de Redes Regionais e Temáticas de Memória e Museologia Social como estratégia para a garantir a mobilização e fortalecimento mútuo de suas experiências. Por meio delas promoveram o intercâmbio de metodologias sociais, de saberes e conhecimentos, estabeleceram uma comunicação ativa, e, sobretudo, passaram a constituir-se enquanto instâncias representativas autônomas de articulação e pressão do poder público.

Faziam parte dessa grande articulação os Pontos de Memória, os Museus Comunitários, Museus Indígenas, Ecomuseus, Museus de Território e demais processos museológicos protagonizados por comunidades, grupos, povos e movimentos sociais das cinco regiões do País. Seus interlocutores eram representantes da memória social que historicamente foi esquecida pelos museus oficiais: indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira, artistas e grupos artísticos independentes, como também segmentos populacionais etários específicos, LGBTQI+, de gênero, e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.¹³

Este caldeirão multicultural resultou na criação, a partir de 2011, da Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC), da Rede de Pontos de Memória e Iniciativas de Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul (REPIM-RS), da Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte (RN), da Rede de Pontos de Memória de Belém (PA), da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS-RJ), a Rede LGBT de Museologia Social, da Rede São Paulo de Memória e Museologia Social; da Rede

13 Cf. SCHUABB, Sara. *Produto 4* - Documento técnico com conteúdo para a elaboração de um catálogo impresso referente à exposição itinerante Memórias Plurais do Programa Pontos de Memória. Organização dos Estados Ibero-america Ibram/OEI, [s. l.], 2015.

Indígena de Memória e Museologia Social, da Rede de Museus e Memoriais de Terreiros de Candomblé do Estado Bahia e da Rede de Pontos de Memória do Sul da Bahia.¹⁴

Essa articulação em Rede das iniciativas de memória e museologia social de todo o país conseguiu com muito esforço e persistência pautar o IBRAM para a consolidação de uma política pública de direito à memória. Foram inúmeros encontros entre os representantes das Redes e a equipe técnica do IBRAM em Brasília, diversos Encontros Regionais de Pontos de Memória e Museologia Social em diferentes Estados da federação, 4 Teias da Memória¹⁵ e etc. Dentre as principais demandas do campo da museologia social brasileira discutidas nestes encontros destacamos a institucionalização do Programa Pontos de Memória enquanto política de Estado no âmbito do IBRAM/MinC, a criação de um Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa do Programa Pontos de Memória, a constituição de um “Plano de Educação Colaborativa em Museologia social” voltado para os agentes de memória e suas redes de atuação, a regulamentação da Lei Cultura Viva, dentre outros.

Museologia social e inventários participativos

O uso dos inventários no universo museológico segue uma longa tradição e sua origem está vinculada às ações internas, orientadas para o controle dos acervos e coleções. Em muitos casos o inventário representa, juntamente com os livros de tombo e as fichas catalográficas, o primeiro estágio da documentação sistemática de um acervo. Uma ferramenta de gestão, uma fonte de produção de conhecimento que permite uma visão global e integrada sobre os objetos musealizados.

14 Cf. SCHUABB, Sara. *Produto 4... Op. cit.*

15 A Teia da Memória é um encontro que reúne representantes das Redes Territoriais e Temáticas de Memória e Museologia Social, Pontos de Memória, Museus Comunitários, Ecomuseus, pesquisadores, professores, profissionais interessados nas ações de museologia social e equipe técnica do Ibram para dialogar e formular políticas públicas para o campo da museologia social brasileira. As últimas Teias da Memória ocorreram nas cidades de Salvador, 2009; Fortaleza, 2010; Rio de Janeiro, 2010; Belém, 2014.

Na publicação denominada *Subsídios para a criação de Museus Municipais* o inventário em museus é definido como uma “metodologia de pesquisa que constitui o primeiro passo na atividade de conhecimento, salvaguarda e valorização dos bens culturais de um acervo, consistindo na sua descrição individual, padronizada e completa, para fins de identificação, classificação, análise e conservação”.¹⁶

No entanto, o conceito de inventário se transformou ao longo do tempo produzindo um alargamento na sua definição, fazendo-o corresponder a uma das funções essenciais à própria condição e papel social exercido pelos museus no mundo contemporâneo.

Para as iniciativas inspiradas pela *práxis* da museologia social, a forma de gestão mais apropriada a esse novo paradigma da ação patrimonial, é a participação ativa da população local em todas as etapas do processo de patrimonialização. Em consonância com esta perspectiva, Sancho Querol afirma que o *princípio da participação* é considerado pela museologia social como:

a ferramenta capaz de decifrar e dar um novo significado ao valor estruturante da memória, mediante um processo de investigação e documentação que parte de um exercício fundamental: o de aprender a escutar (Victor, 2010: 34-36). Desta forma, refere a necessidade de equiparar, a um mesmo nível, especialistas e comunidade no processo de construção de significados e de reconhecimento da identidade patrimonial dos nossos bens culturais.¹⁷

Buscando efetivar este princípio da participação nos processos de patrimonialização consideramos ser o inventário participativo uma ferramenta estratégica capaz de provocar rupturas decoloniais na perspectiva hierárquica do patrimônio cujo enfoque eurocêntrico, monumental, tecnicista e elitista é substituído por

16 CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). *Subsídios para a Criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009, p. 31.

17 SANCHO QUEROL, Lorena. Para uma gramática museológica do (re) conhecimento: ideias e conceitos em torno. *Sociologia*, v. XXV, p. 14, 2013.

relações horizontais e dialógicas nos processos de atribuição de valor e construção colaborativa de conhecimentos.

Na realização do inventário participativo, por exemplo, a coleção/acervo a ser inventariado é o próprio *patrimônio cultural integrado* de determinado território, sítio ou *configuração socioespacial* historicamente compartilhado por uma determinada coletividade ou grupo social que protagoniza o próprio processo de inventariação.

Nesta modalidade de inventário, parte-se da premissa de que não se pode decidir de fora o que é importante ou não para uma dada comunidade. A construção colaborativa da noção de patrimônio é o método mais eficiente de preservação do mesmo, pois as pessoas cuidam melhor daquilo que reconhecem como delas e que possui algum significado para si ou para o grupo social ao qual pertencem.

Nesse sentido, a ideia de participação transcende a questão do “acesso à cultura”, já não se trata de criar artifícios para preservar o que especialistas decidiram que era relevante, possibilitando o acesso a tais “obras relevantes”, mas de um processo de apropriação cultural, de decisão coletiva, compartilhada, da abertura de instâncias de diálogo que permitam contar uma história sensível aos sentidos cotidianos. Buscando contribuir nas discussões referentes à elaboração dos inventário participativo, Hugues de Varine nos diz que:

No essencial, trata-se de escutar os habitantes e de lhes pedir para designar aquilo que consideram como sendo o patrimônio de sua comunidade e de fornecer o maior número de informações sobre o assunto. Isto para que se constitua a base de um corpus patrimonial que poderá, em seguida, mas somente em seguida, ser enriquecido por pesquisas científicas, históricas ou administrativas mais aprofundadas.¹⁸

Portanto, mais que um mecanismo de escuta, é um mecanismo de elaboração conjunta, que permite uma relação mais horizontal e mais dialógica entre saberes técnicos e saberes locais. Isso torna necessária uma certa abertura metodológica – o

18 VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012, p. 54.

conhecimento de métodos e técnicas previamente desenvolvidos é essencial, mas não para que sejam simplesmente aplicados, de fora para dentro. Uma abertura efetiva aos saberes locais trará sempre novas questões, permitindo que os métodos de pesquisa e as formas de comunicação sejam aperfeiçoadas e reinventadas no decorrer do processo.

Deste modo, as categorias que organizam um inventário participativo podem fazer uso das classificações já utilizadas pelas instituições de preservação do patrimônio, no entanto, uma abertura metodológica para inclusão das denominadas “categorias nativas” (formas próprias pelas quais os grupos organizam e classificam sua realidade), torna-se fundamental para que sejam incorporados os sentidos e valores dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de inventariação.

Inventários participativos são instrumentos de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir os processos de identificação, seleção, registro e promoção das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais. Surgem enquanto expressão e exercício de igualdade entre poderes estabelecidos no seio de um território e metodologia de produção colaborativa de conhecimentos elaborados por diferentes agentes ao longo do processo de patrimonialização e/ou musealização.¹⁹

Trata-se, portanto, de acordo com Varine, do nascimento de “uma pedagogia que visa a fazer nascer no território a imagem complexa e viva de um patrimônio comum, de múltiplos componentes e facetas, que se tornará o húmus do desenvolvimento futuro”.²⁰

Tais fundamentos encontram consonância na própria Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 216,

19 VIEIRA NETO, João Paulo. Inventários Participativos do Patrimônio Cultural: participação social e mobilização comunitária nos processos de musealização dos pontos de memória e iniciativas de museologia social no Brasil. Relatório Final do Curso de Doutorado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / FCSEA / Departamento de Museologia. Lisboa, 2015, p. 25, Mímeo.

20 VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro...* Op. cit., p. 59.

que enfatiza que o patrimônio cultural do país deve compreender e contemplar a pluralidade étnica e social formadora da sociedade brasileira. Sua elaboração colaborativa, enquanto instrumento de salvaguarda patrimonial, é referendado no parágrafo primeiro do mesmo artigo quando afirma que o poder público deverá, com a colaboração da comunidade, proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários e demais formas de acautelamento e preservação.²¹

Norteadas por uma concepção ampla do conceito de patrimônio cultural, que busca reconhecer novas categorias de bens, mais próximas do cotidiano dos diversos grupos sociais, o inventário participativo busca atribuir sentido ao vivido, ao construído e ao aprendido, estabelecendo vínculos duradouros entre identidades, memórias e cidadanias.

Por fim, poderíamos afirmar que o inventário participativo constitui-se em uma importante ação museal contemporânea, na medida em que fomenta e dá visibilidade às *referências culturais* de importantes setores da sociedade que não encontravam, na história oficial, o reconhecimento amplo das suas histórias, memórias e identidades.

Breve levantamento de inventários participativos protagonizados por iniciativas de memória e museologia social no Brasil

Entre os anos de 2013 e 2016 atuamos como Consultor em inventários participativos junto ao Programa Pontos de Memória.²² Dentre as atribuições da mencionada consultoria

21 Cf. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Poder Legislativo, 05 out. 1988. [art. 216].

22 Entre as etapas da metodologia proposta para o desenvolvimento dos Pontos de Memória constava a realização de inventários participativos como ferramenta metodológica para que os grupos e comunidades pudessem assumir os processos de identificação, registro e promoção das referências culturais locais. Cf. ORGANIZAÇÃO dos Estados Ibero-americanos - OEI. *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*. Instituto Brasileiro de Museus/Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Phábrica, 2016.

estavam o levantamento e a sistematização de referenciais teóricos e metodológicos para o desenvolvimento e consolidação da metodologia de inventário participativo no âmbito do Programa Pontos de Memória; o desenvolvimento de Programas de Formação de multiplicadores em inventário participativo voltado aos agentes das iniciativas de memória social que atuam no âmbito do Programa Cultura Viva, nas 5 regiões do país, especialmente aqueles organizados nas redes de memória e museologia social mapeadas pelo Ibram; assessoria técnica e monitoramento dos inventários participativos iniciados a partir das Oficinas em Inventário Participativo ofertadas pelo Programa Pontos de Memória; Produção de material de apoio instrucional aos participantes das oficinas de capacitação em Inventário Participativo e etc.

Além das atividades elencadas realizamos ainda um levantamento dos pontos de memória e iniciativas de museologia social que tivessem desenvolvido ou estivessem em processo de realização de inventários participativos no país, especialmente aqueles organizados nas redes de memória e museologia social mapeadas pelo Ibram.²³ Apresentaremos a seguir um panorama preliminar do que foi possível identificar a partir dos resultados desse levantamento de inventários participativos realizado nos meses de agosto e setembro de 2015.

Ressaltamos, todavia, que o universo de abrangência do referido levantamento esteve delimitado às iniciativas que, de certo modo, dialogavam ou foram identificadas por meio do Edital Pontos de Memória pela Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do IBRAM. A metodologia utilizada para realização do levantamento se deu por meio da elaboração de um instrumental / questionário de natureza qualitativa que foi enviado por e-mail juntamente com uma carta explicativa para todas as Redes de pontos de memória e museologia social do país.

23 VIEIRA NETO, João Paulo. *Produto X* – Documento técnico contendo levantamento dos pontos de memória e iniciativas de museologia social que tenham desenvolvidos ou estejam em processos de realização de seus inventários participativos nas 5 regiões do país, especialmente aqueles organizados nas redes de memória e museologia social mapeadas pelo Ibram. Fortaleza / Brasília, Ibram/OEI, 2015a. Mimeo

Surgida inicialmente no seio da Antropologia e da Sociologia, as pesquisas qualitativas ganharam nas últimas décadas espaço em áreas como a Psicologia, Educação e áreas correlatas. Buscando diferenciar esse tipo de pesquisa das de caráter quantitativo, José Luis Neves nos diz que:

enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido, a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados.²⁴

Optamos trabalhar metodologicamente por meio de uma pesquisa qualitativa, pois não nos interessava apenas o número de iniciativas que realizaram inventários participativos nos seus territórios, mas analisar as particularidades e a diversidade de métodos e estratégias de envolvimento comunitário, as dificuldades e soluções encontradas e os possíveis instrumentais e ou tecnologias sociais já desenvolvidos por estas experiências em seus processos de musealização.

O instrumental utilizado contou com sete campos distintos e complementares que permitiram as iniciativas compartilharem informações sobre:

1. a identificação da experiência;
2. o histórico;
3. a formação da equipe;
4. a metodologia empregada;
5. a sistematização das informações;

24 NEVES, José Luiz. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, v. 1, n. 3, p.1, 1996.

6. resultados e produtos oriundos das pesquisas;
7. às perspectivas de continuidade do inventário;
8. a avaliação do processo.

O caráter deliberadamente exploratório do instrumental de pesquisa buscou estimular nos entrevistados reflexões críticas sobre suas experiências a partir de questões problemas que versaram sobre as motivações que as levaram a realizar seus inventários participativos, a refletir sobre a metodologia adotada e dificuldades encontradas no percurso; sobre a estratégia de composição e qualificação da equipe de trabalho, sobre a sistematização dos resultados e elaboração de possíveis produtos advindos da pesquisa, bem como o que representou a experiência para seus processos comunitários de memória e museologia social.

Apesar de já possuímos, na ocasião, de uma listagem de iniciativas que realizaram inventários participativos no Brasil, nos era imprescindível a construção colaborativa de informações e indicadores referentes à realização desses inventários, uma reflexão crítica das próprias iniciativas dos acertos e dificuldades, das potencialidades e limites, das categorias e instrumentais utilizados durante a realização das pesquisas e etc. Enfim, pelas próprias especificidades decorrentes do trabalho de inventariação participativa, a presente consultoria pretendia fugir das análises frias e técnicas e produzir, por meio das informações fornecidas colaborativamente pelas próprias iniciativas, uma sistematização dos dados obtidos.

A sistematização dos dados iria resultar em uma publicação que incluiria as experiências de destaque, além de servir como referência para a proposição de metas para as diretrizes prioritárias do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e como ferramenta de gestão de políticas culturais. O levantamento subsidiou, ainda, o diálogo e a participação dos diversos atores nos processos de monitoramento e avaliação do Programa Pontos de Memória.

Entretanto, após o golpe de 2016, que culminou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff e na ascensão de Michel Temer à presidência, o Ministério da Cultura foi um dos primeiros a ser guilhotinado logo no primeiro dia do Governo interino. Era o prenúncio de um contínuo desmantelamento do campo das políticas culturais e da redução de sua importância no plano nacional. Diversos programas e políticas públicas de cultura construídas e pactuadas com a sociedade civil organizada ao longo das últimas décadas foram desarticuladas, inclusive, o Programa Pontos de Memória. Um período de grandes incertezas, troca de presidências e contingenciamento orçamentário tomou conta do Ibram e impediu que até o presente momento os resultados do referido levantamento fossem publicados.

Apresentaremos a seguir um quadro preliminar das iniciativas identificadas a partir do levantamento de inventários participativos realizados ou em processos de elaboração por pontos de memória e iniciativas de museologia social no Brasil. Um panorama já alterado e que necessita ser atualizado para contemplar os inventários participativos produzidos nos últimos, principalmente, após a publicação pelo Iphan do instrumental denominado *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*.²⁵

Das informações sistematizadas ao longo da pesquisa, podemos verificar certo alinhamento dos dados obtidos com os já disponibilizados pelo Programa Pontos de Memória no que diz respeito à forte presença de iniciativas de memória e museologia social nas regiões do Nordeste e Sudeste, em comparação ao número de iniciativas encontradas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

25 Em 2010, a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Iphan realizou uma parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Programa Mais Educação, para o desenvolvimento do “Inventário Pedagógico”, uma adaptação didática do INRC para ser aplicado nas escolas públicas do Brasil. A aplicação da ferramenta em unidades de ensino de diversas regiões do país fez com que organizações da sociedade civil se apropriassem deste instrumento para além do espaço escolar. Percebendo o crescimento da demanda e o uso espontâneo da metodologia por movimentos sociais, organizações populares, comunidades indígenas, quilombolas e etc., a CEDUC fez nova adaptação e lançou em 2016 uma versão atualizada da ferramenta sob a denominação de *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*. Cf. INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais - INRC. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.

Quadro 1: Resultado final do levantamento de inventários participativos realizados ou em processos de elaboração por pontos de memória e iniciativas de museologia social no Brasil		
	Iniciativa	Nome do Inventário
REGIÃO NORDESTE		
CEARÁ		
01	Fundação Brasil Cidadão	Inventário participativo do patrimônio da cultura material e imaterial das 32 comunidades de Icapuí (Icapuí)
02	Museu Indígena Jenipapo Kanindé	Historiando Jenipapo Kanindé (Aquiraz)
03	Museu Indígena Kanindé	Inventário das referências culturais do povo Kanindé (Aratuba)
04	Museu Quilombola da Serra do Evaristo	Inventário das referências culturais da Serra do Evaristo (Baturité)
05	Museu Comunitário da Identidade Territorial Grande Bom Jardim	Inventário Participativo e Territorial dos Bens/Referências Culturais (Fortaleza)
06	COMTER	Inventário das referências culturais de Potiretama (Potiretama)
07	Comunidade Caetanos de Cima	Historiando Caetanos de Cima (Amontada)
08	Reserva Extrativista do Batoque	Historiando o Batoque (Aquiraz)
09	Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde	Historiando o Canto Verde (Beberibe)
10	Comunidade do Curral Velho	Historiando o Curral Velho (Acarauá)
BAHIA		
11	Museu Didático Comunitário de Itapuã	Inventário participativo de Itapuã
12	Instituto Tribos Jovens/Ponto de Cultura Aldeia Velha Pataxó/ Museu Virtual Muka Mukaú/ Ponto de Memória	Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia (Porto Seguro)
13	Ponto de Memória do Beirú	Inventário das referências culturais do bairro Beirú (Salvador)
MACEIÓ		
14	Pontos de Memória do Jacintinho	Inventário das referências culturais do bairro Jacintinho (Maceió)
PERNAMBUCO		
15	Ponto de Memória do Coque	Inventário das referências culturais do bairro Coque (Recife)
16	Associação Remanescente Do Quilombo Tiririca.	"Do Buraco ao Mundo": segredos, rituais e patrimônio de um quilombo indígena (Carnaubeira da Penha)

17	PROJETO ARCA DAS LETRAS	MEMÓRIA AFETIVA
PARAÍBA		
18	Museu do Patrimônio Vivo	Inventário Participativo de Referências Culturais do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa (João Pessoa).
19	Espaço de Memória Dona Inês	Inventário da memória do município de Dona Inês (Dona Inês)
REGIÃO NORTE		
PARA		
20	Ponto de Memória da Terra Firme	Inventário Participativo do Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme (Belém)
REGIÃO CENTRO OESTE		
BRASÍLIA – DF		
21	Ponto de Memória da Estrutural	(Distrito Federal)
22	Agência Brasil Central (ABC)	“Memórias Fragmentadas”: A Comunicação do Estado de Goiás passa por aqui (Goiânia)
REGIÃO SUDESTE:		
SÃO PAULO:		
23	Ibaó	Inventário participativo das culturas de matriz africana (Campinas)
24	Coletivo salvaguarda da capoeira	Inventário dos mestres de capoeira de Campinas (Campinas)
25	Rede Paulista de Educação Patrimonial	Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão (São Paulo)
RIO DE JANEIRO		
26	Ecomuseu de Santa Cruz / Quarteirão Cultural do Matadouro	Inventário Participativo de Santa Cruz (Santa Cruz)
27	Museu de Arqueologia de Itaipu	Inventário Participativo de Pessoas e Memórias (Niterói)
28	Museu de Favela – MUF	Inventário Participativo das comunidades do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho. (Rio de Janeiro)
29	Rede Fitovida	Inventários dos Grupos comunitários de saúde articulado a Rede Fitovida no Rio de Janeiro (Belford Roxo)
30	AMOVIC- Ass. Mor. Vila Cortes - Tanguá RJ/ Ecomuseu da Usina	Oficina História e Memória: Cenário das abordagens audiovisuais (Tanguá)
MINAS GERAIS		

31	Ponto de Memória Museu do Taquaril	Inventário Participativo do bairro Taquaril (Belo Horizonte).
32	Arte Vida Associação (Ponto de Memória)	Inventário Participativo de Açucena (Açucena)
ESPÍRITO SANTO		
33	Ponto de Memória da Grande São Pedro	Inventário Participativo da Grande São Pedro (Vitória)
REGIÃO SUL		
RIO GRANDE DO SUL:		
34	Quarta Colônia – Rio Grande do Sul;	
35	Lomba do Pinheiro;	Inventário Participativo do patrimônio material e imaterial do bairro Lomba do, Pinheiro (Porto Alegre)
PARANÁ:		
36	Ponto de Memória do Sítio Cercado, MUPE	Inventário Participativo do Sítio Cercado (Curitiba)

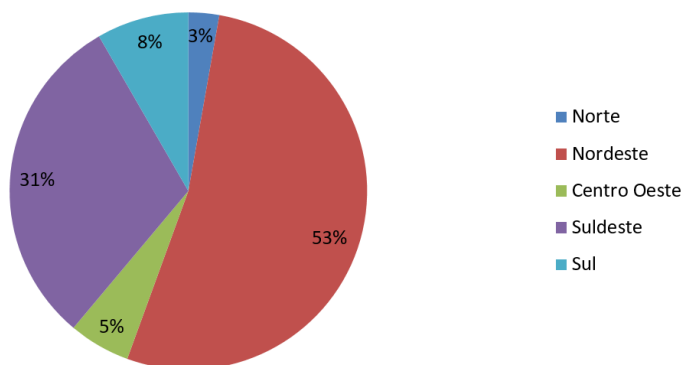
Notoriamente, a região Nordeste se destacou das demais regiões do país no que diz respeito à porcentagem de iniciativas com inventários participativos identificados. Dos 36 (trinta e seis) inventários participativos mapeados, 19 (dezenove) deles encontram-se localizados na região Nordeste, ou seja, 53% do universo total de inventários participativos identificados. Outra região que se destacou no levantamento foi a do Sudeste brasileiro, com 11(onze) inventários identificados (31%). Na região Sul encontramos 3 (três) inventários, na região Centro Oeste 2 (dois) e no Norte do país apenas 1 (um) inventário participativo identificado. Abaixo, o gráfico com o percentual com percentual de inventários participativos identificados por região até o presente momento de nossa pesquisa:

Dos Estados brasileiros com o maior percentual de inventários participativos mapeados, destaca-se o Ceará, com 10 (dez) inventários identificados, ou seja, da região Nordeste, com o maior número de inventários identificados (53%), apenas no Ceará encontramos 28% do número total de inventários realizados. O Estado do Rio de Janeiro também nos chama a atenção com 5 (cinco) inventários identificados (18%), seguidos dos estados de

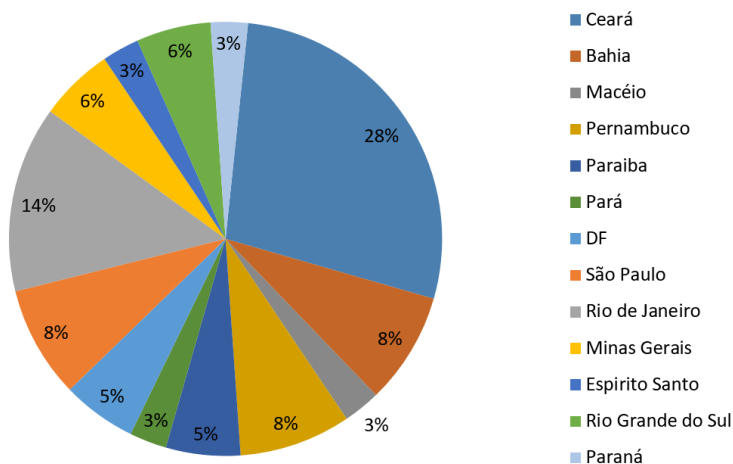
Pernambuco, Bahia e São Paulo com (8%), ou seja, com 3 (três) inventários identificados respectivamente em cada um deles.

Nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba identificamos a realização de 2 (dois) inventários em cada um deles. E no Paraná, Distrito Federal e no Pará apenas uma experiência de inventário participativo foi identificada.

Porcentagem de inventários participativos identificados por região:



Porcentagem de inventários participativos por Estados:



Durante a análise dos instrumentais do levantamento algumas experiências em inventário participativo se destacaram pela metodologia adotada, pela mobilização social e articulação comunitária empregada, bem como pelos resultados e produtos obtidos a partir da pesquisa. Algumas delas foram fomentadas pelo poder público, outras desenvolvidas de maneira autônoma por iniciativa da sociedade civil organizada.

Apesar das diferenças e particularidades de cada processo, um fato nos chamou bastante a atenção: a invisibilidade e desconhecimento, até mesmo no universo das iniciativas de memória e museologia social, de grande parte das experiências de inventário participativo realizadas no país. Portanto, ainda consideramos imprescindível a publicação dos processos e metodologias sistematizadas pela referida pesquisa.

Considerações finais

Se levarmos em consideração o reduzido número de estudos sobre a temática dos inventários participativos, a enorme ausência de informações sobre as metodologias e resultados obtidos nos processos, bem como a tímida repercussão dos múltiplos trabalhos realizados em diferentes Estados do país, poderíamos considerar que os dados aqui apresentados os permitem dimensionar a importância que os inventários participativos assumem enquanto instrumentos dinamizadores de processos de patrimonialização / musealização realizados por diferentes sujeitos e coletividades no seio de seus territórios.

Buscamos apresentar neste artigo um panorama de iniciativas que realizaram experiências de inventários participativos nas diferentes regiões do país. Tais resultados podem estimular o aparecimento de estudos sobre as metodologias adotadas, o impacto social dos trabalhos desenvolvidos e a importância de tais processos na construção e ressignificação das memórias e de patrimônios culturais locais.

Embora em caráter preliminar, o conjunto de indicadores aqui apresentados poderão contribuir como instrumento de cálculo para o monitoramento das metas do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), que consideram o percentual de iniciativas comunitárias de memória e museologia social com inventários participativos realizados como um indicador de duas de suas diretrizes prioritárias.

Trata-se do embrião de um possível banco de dados que poderá ser constantemente alimentado e atualizado para futuras consultas, pesquisas e acompanhamento dos processos. No universo dos pontos de memória e das iniciativas de museologia social é um quadro bastante expressivo das experiências desenvolvidas no país.

Fruto do processo de democratização do patrimônio e de sua apropriação por diferentes sujeitos e organizações sociais, os inventários participativos, possibilitam que a produção do conhecimento se dê de maneira dialógica e colaborativa. Os próprios sujeitos, povos, grupos e comunidades locais são protagonistas do processo e realizam um “autoinventário” das referências culturais que lhes são mais significativas. É em si uma ferramenta pedagógica decolonial que fomenta a articulação comunitária, que valoriza e incorpora os saberes tradicionais no processo de inventariação, potencializa a autoestima dos detentores e o fortalecimento dos vínculos comunitários em relação ao patrimônio, a memória e ao território em que os bens culturais então inseridos.

A despeito de toda mobilização e atuação dos pontos de memória e das redes territoriais e temáticas de museologia social no tocante à construção de uma política de Estado que atendesse as demandas do campo da museologia social, poderíamos afirmar que, em grande medida, e apesar da suposta abertura do Ibram para o diálogo, as pautas apresentadas pelo movimento dos pontos de memória quase sempre enfrentam diversos obstáculos políticos e institucionais para sua efetiva concretização. Uma avaliação desse processo mereceria uma reflexão mais aprofundada, que não cabe no presente artigo, sobre a importância da participação da sociedade civil nos museus, na gestão de programas e na construção de políticas de cultura.

A institucionalização do programa Pontos de Memória como política pública de Estado, por exemplo, reivindicação de grande expectativa do campo da museologia social brasileira, bem como a criação de um Comitê de Gestão Participativa do Programa, encontraram grandes resistências institucionais por parte do Ibram. Só foram promulgadas tardiamente e em uma conjuntura política completamente avessa ao campo da cultura e dos museus²⁶. Assim, o que poderiam se constituir em um marco simbólico importante da participação social na construção e gestão de políticas afirmativas e inclusivas no campo dos museus, tornou-se conquista natimorta diante do contexto político desfavorável, da perda de direitos culturais, do contingenciamento orçamentário²⁷ e da ausência de fomento para ações como as desenvolvidas pelo Programa Pontos de Memória, que praticamente sucumbiram ou deixaram de ser prioridade na instituição.²⁸

Por outro lado, a diversidade das redes territoriais e temáticas de memória e museologia social que surgiram nas últimas décadas de modo orgânico, horizontal e participativo podem ser apontados como a grande conquista de todo esse processo. Originadas em diferentes contextos políticos e entre diversos grupos sociais e

26 Os desmontes das políticas culturais promovidos desde o golpe de 2016 foram agravados pelo atual governo de Jair Bolsonaro que, entre outras medidas, rebaixou o Ministério da Cultura à condição de Secretaria Especial vinculada ao Ministério do Turismo. A perda de status ministerial acarretou a perda da autonomia orçamentária da pasta, a extinção de diversos programas sociais e o paulatino desmantelamento e a instrumentalização de importantes instituições culturais, de preservação da memória e do patrimônio no país tais como a Fundação Palmares, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Nacional de Artes (Funarte), dentre outras. O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), por exemplo, teve um corte considerável em seu orçamento.

27 Segundo dados da Controladoria-Geral da União (CGU), o orçamento dos museus federais passou de R\$ 80.335.108,29 em 2019, para R\$ 67.317.372,08 no ano de 2020. ROCHA, Rafael. Governo federal corta R\$13 milhões de museus e afeta quase 30 instituições. *Jornal o Tempo*, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/coronavirus/governo-federal-corta-r-13-milhoes-de-museus-e-afeta-quase-30-instituicoes-1.2424043>. Acessado em: 09 jun. 22.

28 Somente no dia 11 de setembro de 2017 o Ibram publicou no Diário Oficial da União, a Portaria Nº 315 que institucionalizou o Programa Pontos de Memória e criou o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória. Posteriormente essa portaria foi revogada e substituída pela Portaria Nº 579, de 29 de julho de 2021, que definiu novos conceitos para o Programa Pontos de Memória, criou um cadastro nacional de certificação, dentre outras providências.

étnicos, as redes constituíram-se em potentes espaços de articulação política e mobilização social de sujeitos e coletividades para o desenvolvimento de processos museológicos participativos e de base comunitária ao se apropriarem da memória e do patrimônio cultural como ferramentas de afirmação, preservação e defesa de territórios, ecossistemas e referências culturais.

Referências

CABRAL, Clara Bertrand. A convenção da Unesco: inventários e salvaguarda. In: COSTA, Paulo Ferreira da (Coor.). *Museus e Patrimônio Imaterial: agentes, fronteiras, identidades* / . Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009. p. 137-138.

CORDOVIL, Maria Madalena. Novos museus, novos perfis profissionais. *Cadernos de museologia*, Lisboa, n. 1, 1993.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, Santa Catarina, a. 27, n. 41, dez. 2014. [Museologia Social].

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Novas Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. *Cadernos De Sociomuseologia*, v. 20, n. 20, 2003.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IBRAM. Subsídios para a Criação de Museus Municipais. CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação*. Brasília: MINC/ IPHAN/ DID, 2000.

INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais - INRC. *Educação Patrimonial: inventários participativos. Manual de aplicação* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.

JANEIRINHO, R. Patrimônio, Museologia e Participação: Estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche. *Cadernos de Sociomuseologia*, 2013.

OLENDER, Marcos. Uma medicina doce do patrimônio: o inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. *Vitruvius*, a. 11, set. 2010.

ORGANIZAÇÃO dos Estados Ibero-americanos - OEI. *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*. Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Phábrica, 2016.

SANCHO QUEROL, Lorena. Inventariando Patrimonios culturales. Ocho entrevistas en museos de Lisboa. *Revista Electrónica de Patrimonio Histórico*, Universidad de Granada, 2009.

SANCHO QUEROL, Lorena. Do coração do museu: inventário e patrimônio imaterial em 11 museus portugueses. *Newsletter ICOM.PT*, Lisboa, n. 9, 2010. Disponível em: [http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-9_jun-ago10\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-9_jun-ago10(1).pdf)

SANCHO QUEROL, Lorena. Inventarios de Patrimonio Inmaterial: Buscando un sistema de gestión de la Memoria. *Revista Patrimonio Cultural de España*, Madrid, n. 6, [s. d.]. [En prensa].

SANCHO QUEROL, Lorena. *El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventarios*. Tesis doctoral en Museología, presentada en el Departamento de Museología de la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de la Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, y dirigida por el Dr. Canova Magalhães Moutinho. Lisboa, 2011.

SANCHO QUEROL, Lorena. Para uma gramática museológica do (re) conhecimento: ideias e conceitos em torno. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. XXV, p. 165-188, 2013.

SCHUABB, Sara. Produto 4 - Documento técnico com conteúdo para a elaboração de um catálogo impresso referente à exposição itinerante Memórias Plurais do Programa Pontos de Memória. Organização dos Estados Ibero-americanos/OEI, 2015. Mimeo.

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VIEIRA NETO, João Paulo; GOMES, A. O. *Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção*. 1 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

VIEIRA NETO, João Paulo. Inventários Participativos do Patrimônio Cultural: participação social e mobilização comunitária nos processos de musealização dos pontos de memória e iniciativas de museologia social no Brasil.

Relatório Final do Curso de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias /FCSEA / Departamento de Museologia, Lisboa, 2015. [Mímeo].

VIEIRA NETO, João Paulo. *Produto X* – Documento técnico contendo levantamento dos pontos de memória e iniciativas de museologia social que tenham desenvolvidos ou estejam em processos de realização de seus inventários participativos nas 5 regiões do país, especialmente aqueles organizados nas redes de memória e museologia social mapeadas pelo Ibram. Fortaleza/ Brasília: Ibram/OEI, 2015a. [Mímeo].

Museu Kanindé: narrativas da memória e consciência étnica

Suzenilson da Silva Santos (Suzenilson Kanindé)

A história que eu vou contar é tudo aquilo que eu já sei e aprendi dentro da história da nossa comunidade. O que meu avô contava para minha mãe que era mais inteligente na história indígena, é que a minha mãe pegava a história que o meu avô contava pra ela, e foi desse jeito que nós sabemos da nossa história que a nossa mãe contava tanto para gente, para mim, como um índio, como cacique, eu acho muito importante aquilo ali. Para quem? Principalmente, para o mais novo, os alunos, que aquilo ali é uma aula que, quando eles vão com os professores consultar, eu sei explicar ou também alguma liderança mais velha sabe explicar o que é e quem utilizou aqueles couros ali. A gente comia a carne e fazia do couro, costura, come, deixa o tamandú, o tejo, que mesmo que está olhando para ele vivo, para mostrar que tinha e tem ainda pouquinho, mas ainda tem aquela caça ali. Porque se a gente não mostrar aquilo ali, pode, hoje, o mais novo dizer “ou papai, ou vovô ou tataravô, dizia que comia isso, pegava aquilo e a gente nunca viu um couro ou uma figura, da onde ele disse que tinha no museu”¹.

Cacique Sotero

Este texto emerge de nosso desejo de problematizar as narrativas indígenas que perfazem as formas de aprender e ensinar inspirado pela oralidade como

¹ Fala do Mestre da Cultura Indígena no Ceará José Maria Pereira dos Santos – Mestre Cacique Sotero Kanindé durante palestra realizada para alunos monitores do núcleo educativo do museu Kanindé.

a arte de contar partindo das reflexões e narrativas de um povo indígena localizado em uma quebrada entre serras e sertão no estado do Ceará, mais precisamente na aldeia Sítio Fernandes entre os municípios de Aratuba no Maciço de Baturité e Canindé no sertão Cearense. As mesmas reflexões que aqui trazemos são cuidadosamente modos de narrar e contar a visão histórica na visão do próprio indígena e que traçamos também essas reflexões durante a nossa participação no III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos.

O Museu Indígena Kanindé foi o primeiro museu indígena a ser criado, no Ceará, em 1995, e, concomitantemente, o segundo museu indígena do Brasil criado pelo seu fundador: cacique Sotero, que tinha como objetivo mostrar o índio à sociedade. Desde então, meados de 2011, o cenário do museu dos Kanindé vem chamando atenção principalmente por suas atividades realizadas em torno da educação escolar indígena e sua museologia indígena numa perspectiva coletiva.

O Museu dos Kanindé foi formado a partir da grande paixão do cacique Sotero em guardar e colecionar objetos que fizessem referência aos seus antepassados, seus costumes e modos de vida. O processo de formação do acervo iniciou-se ainda na década de 1990; portanto, concomitantemente ao processo de afirmação étnica dos Kanindé (1995). É anterior a criação da Associação Indígena Kanindé de Aratuba (Aika) (1998) e da luta por uma educação diferenciada (1999). Poderíamos afirmar que entre os Kanindé, foi uma das primeiras experiências de afirmação da indianidade, pois foi criado “*para contar a história do índio na sociedade*”. (cacique Sotero).

Sobre a formação do seu acervo Alexandre Gomes nos diz que,

O acervo começou a ser coletado antes, mas foi principalmente após 1995, os primeiros anos de mobilização étnica, que se foi avolumando com mais rapidez, como vestígio desse processo. Compreendemos a constituição deste acervo como parte do processo de mobilização por reconhecimento. Foram se acumulando objetos representativos das vivências em um presente

indígena (participação em atos, reuniões, viagens, materiais de eventos e mobilizações, objetos rituais, adornos corporais, jornais, fotografias etc.) e das investigações documentais que começaram a fazer, das seleções e descartes, das apropriações e invenções, das ações voltadas para a construção de um passado no qual falam dos ancestrais, de suas migrações e territorialização, resistência e sofrimento, perseguições e lutas para manter a posse das terras.²

O Museu Kanindé só foi aberto ao público em 1996, após o acirramento da luta pela terra da Gia. Trata-se de um espaço de memória que retrata a história do povo indígena Kanindé, através dos seus objetos e da memória indígena local. Foi criado com o objetivo de contar as memórias dos troncos velhos para as novas gerações. Em seu acervo há objetos representativos do modo de vida do povo Kanindé, que classificam aquilo que de fato é importante para a sua vivência em comunidade e coletividade. Os objetos estão individualmente ligados a significados e interpretações que remetem a um passado comum e, sobretudo, de organização étnica.

Cada vez que o tempo passava eu fui amadurecendo e fui achando e ganhando mais coisas, fui pensando que era uma cultura nossa, por exemplo, a caça que nós gostava muito de caça e ainda hoje nós gosta, só que elas tão mais difícil por causa das matas que foram muito acabada... Mais era eu pensar que aquilo ali era uma cultura nossa, como o milho e as outras coisas, tudo era coisa que ia ser bem difícil pra gente, por isso que eu guardava pra mostrar como era, porque quando eu fui vendo as coisas mudando eu pensei em guardar aquelas coisas pra gente ver a diferença de hoje pra o tempo passado. E comparava aquelas coisas como um museu, eu disse: eu vou guardar que são coisas velhas que nossos filhos talvez num alcance, pros meus netos e meu povo que não conhece, eu vou mostrar as coisas velhas antigas que diziam que tinha índios. – (fala do cacique Sotero)

José Maria Pereira dos Santos, nome de batismo do cacique Sotero, de 78 anos, nasceu no dia 15 de novembro de 1943, no Sítio Fernandes, zona rural do município de Aratuba, localizado

2 GOMES, Alexandre Oliveira. Aquilo é uma coisa de Índio: Objetos, Memória e Etnicidade entre os Kanindé do Ceará. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, p. 103.

no maciço de Baturité, uma “quebrada” de serras a cerca de 130 quilômetros de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. Cresceu em meio às matas, acompanhando os pais, desde pequeno, nas caçadas e nos trabalhos agrícolas nas terras que herdaram de seus antepassados. Sotero é criador de uma linguagem museológica própria, que coloca a serviço da luta dos povos indígenas seus objetos, memórias e patrimônios culturais enquanto ferramentas de luta e afirmação étnica.

Em 1995, liderou um movimento de afirmação étnica e luta por reconhecimento como povo indígena, assumindo a função de cacique do povo “Kanindé de Aratuba”, etnônimo com o qual passaram a se autoidentificar coletivamente. No mesmo ano, foi aberto à população do Sítio Fernandes o Museu dos Kanindé, com o objetivo de “contar a história do índio no meio da sociedade” (cacique Sotero). Inspirado em suas vivências como caçador e agricultor em meio aos resquícios de Mata Atlântica, que há na serra de Baturité. Reinterpretando os saberes, conhecimentos e técnicas herdadas de seus ancestrais, o cacique Sotero criou um “sistema da mata”, fundamento de sua Museologia Indígena: concepção de objetos e patrimônios vinculada às ideias e categorias de seu povo - “coisas dos Índios”, “coisas dos velhos”⁴ e “coisas das Matas”⁵ - noções com que classificam as coleções de objetos - tradução de modos de vida e cosmologias - que foram reunidas por ele ao longo da vida e que deram origem ao Museu dos Kanindé.

Essa experiência se tornou referência no Brasil diante das diversidades de experiências museológicas não somente dos povos indígenas, mas de outras experiências também como fundamental na discussão de construção de uma museologia indígena. Desde 1995, quando cacique Sotero criou o museu Kanindé, o mesmo

3 Cacique Sotero classifica como “Coisas dos Índios” tudo aquilo que os Kanindé atribuem como pertencente aos índios, seja do passado ou do presente.

4 Cacique Sotero classifica como “coisas dos Velhos” tudo aquilo que os Kanindé atribuem ser aquilo dos seus antepassados mais próximos como: parentes, tios, avós e bisavós, os que fizeram as gerações se declararem índios de novo.

5 Cacique Sotero classifica como “Coisas das Matas” tudo aquilo que é usado para classificar o que é proveniente e simbolicamente das matas, da natureza, da floresta.

passou a ser um elemento essencial da identidade indígena do povo, numa perspectiva de construção coletiva, ao mostrar o próprio olhar do Índio Kanindé sobre sua versão da história.

Inicialmente, o museu indígena Kanindé funcionou em um pequeno quartinho ao lado da casa de seu fundador. Cacique Sotero sempre apresentava com muita emoção os objetos guardados dentro daquele pequeno espaço físico, mas de muita importância para os Kanindé. Foi através dele que as principais ações, relacionadas à memória e ao patrimônio, foram sendo desenvolvidas. Foi no antigo espaço do Museu Kanindé que tudo começou: as formações, a limpeza dos objetos, a marcação e as outras atividades relacionadas ao museu e à escola diferenciada.

Nesse processo de reorganização do Museu dos Kanindé nasce o desejo de que as ações pudessem ser mais eficazes para contribuir, inclusive, com a formação dos jovens estudantes da escola diferenciada. Pensando nessa perspectiva, foi discutida a criação de um Núcleo Gestor e Educativo para o Museu Kanindé com o objetivo de delinear ações para o crescimento do papel educativo do museu.

O Museu Indígena Kanindé tem sido fundamental nos aprofundamentos sobre a existência de museus indígenas no Ceará, no Nordeste e no Brasil chamando a atenção principalmente para a sua formação de acervo, sua representação acerca do falar sobre si mesmo: “ dos índios para os índios”, e, acima de tudo, seu processo de classificação dos objetos, que mostra uma etnografia própria de fazer e de realizar um museu com a contextualização dos seus processos de apropriação de ações pelos Kanindé através do Museu Indígena.

Desde sua criação, em 1995, o Museu Kanindé, como é mais conhecido, tem desenvolvido muitas atividades em torno da preservação da memória indígena. Foi também a primeira estrutura educacional do povo Kanindé, onde a maior parte da população indígena aprendeu e aprende por meio do contato com os objetos uma forma de classificar suas categorias nativas, que são

conhecidas por: “coisas dos índios”, “coisas dos velhos”, “coisas das matas”, “coisas do mar”⁶ e as novidades⁷ que iremos desenvolver mais profundamente em nossa pesquisa.

Cacique Sotero, ao narrar os trabalhos da museologia Kanindé, assim diz,

A gente bota na parede desse museu tudo da cultura da gente. A gente guarda tudo que representa nossa nação, seja caça, armas, plantas nativas e documentos. Aqui a gente vive de agricultura. Planta o milho, feijão, a fava, a mamona, a mandioca. E principalmente a gente se alimenta da caça. Isso aqui é a peba! Nós temos muito peba aqui na nossa quebrada. O pé do gavião estragador de galinha. Ele é muito danado! Tem o pé do jacu. Esse é um pé de um veado. Nós temos muito ainda na nossa quebrada. Essa é a cabeça de um cassaco e esse outro é o tejo. Nós temos muito ainda e é muito gostoso! Esse é um gato maracajá. Essa é uma coruja. Isso aqui é um serra pau. Ele derruba tudo que é galho. Ali é a cabeça de um bode. Isso aqui é uma casa de abelha. Isso ali é uma casa de formiga. Esse é um couro de mocó. Isso é uma asa de gavião. E isso é o nosso artesanato de madeira imburana.

Eu nasci e mim criei aqui, tenho 78 anos. O meu bisavô se chamava Manoel Damiano, a minha avó se chamava Calorina e o vovô era Zeca Isabel, a minha avó chamava ela de Rola do Zeca porque ela tinha esse apelido e os meus avós são da Balança no pé da serra, se lembro muito do meu bisavô que mim contava a história dele de como ele chegou aqui na aldeia dos Fernandes. Quando eu era novo, eu andava sempre no mato, como índio, que meu avô sempre mim contava e a minha mãe sempre mim chamava de índio e eu gostava sempre de andar nos matos atirando de baladeira pra matar passarinho e comer o coração do beija flor pra ficar bem acertador nos passarinhos. Isso é uma história que eu vejo dos nossos antepassados e eu ouvi muita história do índio que o meu avô contou pra mim. A minha trajetória antes não foi nada boa, tive uma parte de saúde muito ruim, nos meus 14 anos eu já me queixava de uma dor que eu sentia no meu estômago, depois vim descobrir que era

6 As “Coisas do Mar” começam a aparecer na classificação dos objetos do museu Kanindé, elaborada pelo cacique Sotero a partir da participação e envolvimento do Cacique junto aos Tremembé de Almofala, que contribuíram na resistência junto com o povo na luta da terra da Gia, nas pessoas do Cacique João Venâncio e do Pajé Luís Caboclo dentre outros Tremembé. Foram nessa itinerância de intercâmbios entre os dois povos que nasce às coisas do mar, uma variedade de objetos provindo do mar que Sotero colecionou e expôs no MK.

7 Sotero classifica de novidades aquilo que não é coisa de índio, seriam “coisas de Branco” mais que servem na revigoração dos componentes identitários dos Kanindé.

uma úlcera e mim opereí, até que passou mais voltou de novo e tornei a mim operar, fiz seis operação mais com todas essas doenças que eu tive sempre eu trabalhei no roçado ajudando os meus pais e dá dicomer para os meus filhos. Eu comecei a trabalhar com 8 anos de idade acompanhando o meu pai e a minha mãe para ir trabalhar no roçado. A gente saia de casa muito cedo e só chegava à noite. Me lembro que o meu pai sempre mim colocava pra trabalhar na agricultura, carregando as coisas pesadas pra poder conseguir os alimentos. Era desse jeito que a gente vivia aqui. Quando eu tinha 25 anos de idade, eu resolvi me casar com a Tereza em 1966, ela é da família dos Soares, mas nós somos misturados e casemos entre as famílias aqui na aldeia dos Fernandes, nossa vivência até hoje está sendo boa com a nossa família. Quando a gente foi se casar ela era mais nova do que eu, na época ela tinha 14 anos, aí foi preciso tirar 4 anos da minha idade e colocar na dela pra gente poder se casar, isso pode porque no cartório existia esse tipo de coisa de tirar a idade do marido para completar a idade da esposa, aí quando nós se casemos começamos a trabalhar junto no roçado e na agricultura. (Cacique Sotero).

Cacique Sotero empreendeu etnicamente, através de seus saberes, uma arquitetura dos sentidos e dos saberes sobre o passado dos seus antepassados. Estabeleceu uma relação entre a memória e seus objetos; constituindo numa junção de um conjunto de coisas/objetos, que se tornou a formação de um acervo e a construção de um espaço museológico próprio, salvaguardando todo um processo de identidade dos Kanindé, que permanece estabelecido em torno dos significados desses objetos.

Esforçando-se para manter, por conta própria, o espaço físico e as atividades do Museu dos Kanindé durante 25 anos, o cacique Sotero reverteu saberes apreendidos e acumulados em sua experiência como caçador e agricultor, na criação de uma “expografia caleidoscópica”, que reflete as múltiplas temporalidades e formas de vida e cultura. Dono de uma oratória singular, arquivista e memorialista de seu povo, seleciona o que deve ser lembrado, arquitetando memórias para a construção de uma história Kanindé, demonstrativa da íntima relação entre o passado e o presente, conectada ao processo de reelaboração cultural que vivenciam desde 1995.

Construtor de sentidos, narrador da história do povo, a Museologia Indígena do cacique Sotero fundamenta-se em saberes e conhecimentos sobre as matas, os seus encantos, os seus mistérios e segredos, incorporados nos sentidos dos objetos. As técnicas associadas à atividade da caça bem como o material cinegético utilizado (armadilhas) possuem um lugar especial dentre os saberes museológicos indígenas que compartilha. Sua forma de fazer o museu indígena se relaciona aos conhecimentos herdados de seus ancestrais sobre as coisas, a natureza e os seres que nela habitam: bichos, plantas e Encantados, por um lado; e, por outro, as técnicas de produção material associadas à fabricação de objetos da cultura material de seu povo, tal como o trançado em palha, a cerâmica, os artefatos em madeira e a fiação manual de algodão.

Ao ser um dos mestres criadores da Museologia Indígena no Brasil, o cacique Sotero atualizou as tradições e histórias de seus antepassados para as novas gerações, em contextos de mobilização étnica, nos quais o museu se configura como um lugar de construção social dos sentidos, do pertencimento, da escrita, da história e da formação de novas lideranças.

Para mim, como um índio, como cacique, eu acho muito importante aquilo ali. Para quem? Principalmente, para o mais novo, os alunos, que aquilo ali é uma aula que, quando eles vão com os professores consultar a gente o que é aquele, eu sei explicar ou também alguma liderança mais velha sabe explicar o que é e quem utilizou aqueles couros ali. A gente comia a carne e fazia do couro, costura, come, deixa o tamanduá, o tejo, que mesmo que é está olhando para ele vivo, para mostrar que tinha e tem ainda pouquinho, mas ainda tem aquela caça ali. Porque se a gente não mostrar aquilo ali, pode, hoje, o mais novo dizer “ou papai, ou vovô ou tataravô, dizia que comia isso, pegava aquilo e a gente nunca viu um couro ou uma figura, da onde ele disse que tinha no museu”. Mas lá tem essa história e tem as coisas para quem quiser ver ou viver. Eles não estão vivos, eles estão mortos, mas é um morto-vivo. Para a sociedade, a gente mostrar à sociedade, que existia aquilo ali. E é um livro, nós não vê um aluno hoje, não estuda num livro? Nós também ensina o mais novo naquela coisa, que tem todo naquele quartozinho no nosso museu Kanindé, lá em Aratuba, no Ceará. Era isso. (Cacique Sotero)

O cacique Sotero Kanindé é um mestre da museologia indígena. O cacique se tornou uma das maiores referências em relação aos processos de apropriação, na qual lideranças indígenas têm construído, através de uma criação ocidental, os museus; e atribuído traduções e recriações de sentidos a partir de suas próprias realidades. Criador do primeiro museu indígena no estado do Ceará e o segundo do Brasil, o cacique Sotero conjuntamente a Nino Fernandes⁸ (povo Tikuna do Amazonas), criador do museu Maguta (fundado em 1991), o primeiro museu indígena do Brasil, são dois pioneiros do movimento dos museus indígenas no Brasil e na América do Sul.

Sobre o início de movimento de museologia kanindé, Cacique Sotero nos comenta que,

O que aconteceu é que eu achei uma pedra, eu Sotero, aí a gente chama ela de pedra de rutil, eu cheguei em casa eu amostrei pra minha mãe aí ela foi e disse: Home Sotero guarde esta pedra, que ela é dos índios, ela é coisa véia dos índio, uma história, uma verdade da nossa etnia, que nós somos índios, aqui na nossa localidade há muitos tempos desde os meus conhecimentos, conhecido pelo meu pai e os meus avô né, eu num entendia bem o que era o índio, mais deixa que eu fui crescendo, fui ficando mais idoso, e aí fomos vendo a história, eu fui vendo a história indígena do índio, o que era no passado e vendo a história do meu avô, da minha avó, do meu pai, da minha mãe, eles dizendo que nós era de um povo indígena, até que aconteceu, que desta pedra que eu achei e guardei, que ela mandou eu guardar, porque um dia ia servir porque essas coisas véias são de índio, disse que quando a gente achava, guardava, pra depois a gente botar num museu, e eu não entendia bem o que era um museu, o que ela dizia era que era coisa antiga que a gente achava, até que enfim, quando foi em 1995, recebi uma carta da missão Tremembé que é da Maria Amélia que trabalhava com os índio Tremembé, pra eu ir uma reunião em Maracanaú em Fortaleza. essa pedra vai ser uma história. Eu fui botei ela em cima de uma mesa na minha casa, na sala, num quarto com aquela mente todinha,

8 Nino Fernandes foi o fundador do museu Maguta do povo Tikuna do Amazonas, e teve grande relevância na sua trajetória, pois fundou o I Museu Indígena do Brasil, constituído por lutas e ideologias coletivas em torno da vida de seu povo e dos povos indígenas do Brasil. Nino participou de vários encontros nacionais de museus representando seu espaço museológico como ponto de memória nos fóruns nacionais de museus do Instituto Brasileiro de Museus IBRAM. Nino nos deixou para o mundo dos encantados em fevereiro de 2018, logo após sua participação no III Fórum Nacional de Museus, realizado no povo Tabajara no Piauí, em outubro de 2017.

eu vou botar ela aqui mim mostrar os meninos e conta uma história né, e aí até que deu certo e ele hoje tá bem formado, ele foi crescendo, crescendo, eu tirei ele da minha casa, foi botado ele lá perto da escola indígena. E a importância deu falar da nossa Escola Indígena, pra mim o museu como cacique e com a minha experiência tem um grande valor porque eu já vi e tou vendo os alunos eles estudando com a história do museu. A força deste museu, aconteceu porque através destas peças que a gente foi achando na nossa localidade, achando pecinha, achando cachimbo, telha grande que a gente achava nos matos, achava corisco, todas essas coisas, essas novidades, e os mais velhos dizendo que tudo isso era coisa velha que a gente achava, era dos índios, que eles passavam por aí e deixavam. (Cacique Sotero).

No ano de 1995, o cacique Sotero abriu, à população da aldeia e da região o museu dos Kanindé que segundo o mesmo seria para “contar a história do índio na sociedade” (Cacique Sotero). Foi na inspiração das suas vivências enquanto caçador e agricultor, no meio das quebradas dos Fernandes, na serra de Baturité; reinterpretando todos os seus saberes, conhecimentos e técnicas que herdou da sua ancestralidade, que pensou na criação desse espaço. Dessa forma, tendo na sua máxima inteligência a criação de um sistema próprio provindo das matas, o que fundamenta todo o seu conhecimento na sua museologia indígena. Dentre suas concepções sobre os objetos, que estão vinculados à sua materialidade e imaterialidade, percebemos um modelo de classificação própria, em torno dos objetos, para observarmos as categorias Kanindé e São esses objetos que reúnem a cosmologia em torno dos saberes do mestre cacique Sotero, assim fazendo parte da vida do povo e do museu Kanindé.

Os conhecimentos do cacique Sotero estão entrelaçados entre seus saberes e suas técnicas, que estão envolvidas em torno de atividades sobre a caça e os seus modos de armadilhas, que criam um sentido especial na difusão da sua museologia indígena, pois é através dela que o mesmo reelabora os saberes dos seus ancestrais, envolvidos com a natureza e com os seres que nela estão presentes, como os bichos, os animais, as plantas e os encantados. O que deixa viva a interpretação do cacique sobre as coisas das matas.

A museologia indígena do cacique Sotero traz na sua presença uma essência própria através de saberes e modos de contribuição com a continuidade da luta, que não é somente dos Kanindé, mas dos povos indígenas. Ela pode chegar a estabelecer relações concretas na reescrita da história numa perspectiva indígena que, através das narrativas dos guardiões da memória, se torna importantíssimas para as gerações vindouras.

Cacique Sotero tem empreendido, ao longo de vários anos, e principalmente aperfeiçoando suas práticas e técnicas em torno da sua museologia indígena; ele vem compartilhando e ensinando seus saberes e técnicas com as mais novas gerações do seu povo e de outros povos indígenas também, que desde a sua ideia de criação do museu Kanindé tem sido realizadas formações em torno das gerações contemporâneas. Com isso, um grupo de alunos da escola indígena Manoel Francisco dos Santos que já está na sua formação de 3ª geração de monitores do museu kanindé desenvolveu várias atividades.

O tejo, o gato maracajá, o casco do peba, a gente fazia um modelo, eu fiz um modelo, e botei no museu pra quem vinhece visitar eu dizer que aquela história que eu conto é uma história verdadeira, que a gente gostava de caça e tinha caça mesmo, o museu ta formado e a história tá feita, é aquilo que eu contei lá em 1995 eu tou contando agora nesta idade, daquilo que nós gostava, eu na minha inteligência quando nós comia a caça, a carne nós tirava o couro, enchia e botava no museu. No meu conhecimento é o meio ambiente, é as matas, o conhecimento da nossa história, é o que nós vamos deixar pra população mais nova, porque nós mais velhos, eu não tive uma escola como eu hoje tou vendo dos alunos, só que dentro dessa escola não era como a nossa, porque a nossa foi um dom, essa minha foi um dom que deus mim deu pra mim se desenvolver na minha história. Agradeço demais a vocês que estão se reconhecendo, eu fico satisfeito de ensinar, jogar as minhas palavras, aquilo que eu aprendi, aquilo que eu conheci, e o que vou deixar pra vocês. Peço que nunca se esqueçam de zelar o nosso museu indígena, pra mim ele é uma história que vai ficar pro colégio, vai ficar pros índios, que mora aqui no nosso território, isso é muito importante. (Cacique Sotero).

Cacique Sotero recebeu em 2018 o título de notório saber em cultura popular, por ser reconhecido como um dos mestres da

cultura do estado do Ceará, concedido pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Uma iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará em parceria com a universidade, dando o título ao Mestre Cacique Sotero como o mestre da museologia indígena, motivo de muito orgulho para o povo Kanindé e para os povos indígenas no Ceará.

Em 2020, o Museu dos Kanindé completou 25 anos e, em 2021, o Núcleo Educativo da instituição está completando 10 anos de existência. Premiado nacional e estadualmente, é uma referência dentre os museus indígenas do Ceará e uma das principais instituições museológicas comunitárias brasileiras. O museu Kanindé é o primeiro museu indígena do Estado do Ceará e o segundo do Brasil. Tal fato é um motivo de orgulho para a população do Sítio Fernandes.

A primeira organização educacional e cultural aberta ao povo da aldeia Fernandes foi, entre os anos de 1995 e 1996, o museu dos Kanindé. Com o acirramento da luta, principalmente pela terra, surgiu a Aika e se iniciou o movimento por uma educação escolar diferenciada, em 1999. Ao longo da última década, nos tornamos uma referência nacional em relação aos museus indígenas brasileiros, fazendo também parte da Rede Indígena de Memória e Museologia Social, organizada em 2014, da qual somos uma das instituições formadoras.

Em conjunto com a escola indígena Manoel Francisco dos Santos, o museu dos Kanindé funciona como espaço de transformação e afirmação étnica. São espaços voltados à reunião, incentivo, resgate e difusão da memória. São fontes de estudos e inspirações para as novas gerações, locais onde compartilhamos as conquistas concebidas através de projetos e parcerias. Além do caráter de espaços educativos, neles preservamos e divulgamos importantes informações da cultura do povo.

O museu é como uma grande árvore de conhecimentos na qual há raízes, troncos e folhas com muitas flores e frutos já dão novas sementes. Constitui um espaço onde jovens e crianças fazem

pesquisas e se aprofundam no conhecimento sobre a nossa história e as origens do nosso povo, em estreito e permanente diálogo com troncos velhos e lideranças tradicionais. A parceria entre o museu e a escola é fundamental na realização das diversas atividades com o patrimônio e com a memória. Estas duas instituições educacionais são espaços onde se expressam de maneira mais dinâmica nossa relação com as tradições e os modos de ser e estar no mundo do povo Kanindé.

O museu indígena é compreendido como um espaço vivo, que agrega rezadores, pajés, benzedores, parteiras, lideranças e ancestrais, tornando-se o lugar onde os troncos velhos narram suas memórias para as novas gerações possuindo íntima relação com o território, pois suas atividades não estão restritas somente aos espaços físicos, mas aos lugares sagrados, aos ecossistemas, ao patrimônio cultural e aos sítios arqueológicos existentes nos territórios.

A museologia indígena tem se constituído como espaços de discussão, para além da apropriação de objetos, sendo um espaço de resistência, de contato direto com os ancestrais, com suas formas de ensinar e aprender com os mais velhos, na qual as gerações indígenas contemporâneas tem a oportunidade de se conectar com as vozes identitárias e assumir uma condição social de profícua relação no futuro, pois o museu produz todo esse reavivamento entre as memórias, com suas formas de pensar, tornando-se essenciais para demarcar esse território ancestral.

Para os povos indígenas, o museu representa mais uma forma do pensar indígena, pois renova e guarda a memória através das narrativas dos povos e está relacionado com seus diversos saberes sobre território, coisas e pessoas; sendo formas de concretizar o ser “indígena”, transgredido na terra como ponte de fortalecimento para a relação com os mais velhos, conhecido por troncos velhos ou guardiões da memória.

A construção da identidade passa por lugares que se constituem da materialidade dos povos desde os museus, às

escolas, às matas, aos roçados, às dinâmicas sociais de reuniões, dos seres das matas, das encantarias e das memórias que estejam no presente e que sejam capazes de difundir uma reflexão sobre o tempo passado e o tempo futuro.

Uma fonte rica desse conhecimento sobre a apropriação e a musealização de objetos no espaço é o museu indígena Kanindé, em Aratuba. Dessa forma, o espaço vem criando uma museologia indígena dos Kanindé e tem chamado atenção nos últimos anos, pois tem se tornado uma ferramenta em torno da (re)construção da etnicidade, fundamental nas suas mobilizações políticas que culminou principalmente na busca pelo reconhecimento da sua presença indígena como povo kanindé, na região do maciço de Baturité, como na sociedade Cearense.

Considerações Finais

A museologia indígena Kanindé tem se revelado entre os povos indígenas como uma grande qualificadora de diversos processos, que a envolvem em torno de projetos que englobam a prática da memória, do patrimônio e diretamente da preservação da identidade dos povos indígenas, fazendo com que essas mesmas experiências possam assumir sua prática de musealização. Para tanto, é importante enfatizar também o conhecimento das populações indígenas sobre a prática da museologia e suas diversas áreas do saber, entendendo e rememorando ressignificações em torno de saberes diversos dos povos.

A descoberta dos museus pelos índios tem mostrado várias experiências na contemporaneidade, remetendo-nos a reflexões sobre a criação destes espaços diante dos povos indígenas principalmente, no campo da memória e da organização social dos povos, tornando-se fundamental para a nossa compreensão do papel dos museus indígenas, já que são criados e geridos pelas próprias etnias envolvidas.

Do silêncio ao silenciamento, do esquecido ao esquecimento, o olhar indígena estabelece interpretações de como os mais

antigos, que são os guardiões da memória, de uma memória que um dia foi silenciada “calada”, se constituíram e mantiveram entre segredos as narrativas desses protagonistas; assim, diante de uma nova descoberta, que esperavam por um momento para tudo voltar à tona para que assim essas memórias se permaneçam vivas.

As memórias presentes na museologia indígena são interpretadas de forma a conduzir no presente as ações dos povos, em assumir e fazer parte de uma ancestralidade e tradição, que não conseguiu se romper no tempo. Essa utilização de percepções são sinais diacríticos que se reconstituem através da reapropriação de objetos que se fundamentam nas metáforas de identidade dos povos indígenas.

Se a nossa história indígena permaneceu durante muito tempo no anonimato, diante de uma apologia colonizadora; nos dias atuais, podemos confrontá-la e dar sentido à nossa história, estabelecendo forças em uma versão indígena sobre vida durante milhares de séculos e reescrevendo ao nosso modo próprio de aprender e ensinar na construção de nossos saberes e na garantia dos nossos direitos.

Referências

GOMES, Alexandre Oliveira. *Aquilo é uma coisa de Índio: Objetos, Memória e Etnicidade entre os Kanindé do Ceará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MARTINS, Suerdo Gomes; SANTOS, Suzenilson da Silva. *Pelas Veredas da Memória: História, Afirmção Étnica e Organização Comunitária entre os índios Kanindé*. Monografia (Licenciatura Intercultural Indígena PITAKAJÁ). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2016.

SANTOS, Suzenilson da Silva. *Um Museu Indígena como Estratégia Interdisciplinar de Formação entre os Kanindé no Ceará*. Dissertação (Mestrado em Humanidades). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB, Redenção, 2021.

Depoimentos

Depoimento de José Maria Pereira dos Santos (Mestre Cacique Sotero Kanindé), em outubro de 2018 durante palestra no III Fórum Estadual de Museus Indígenas do Ceará. Transcrito por Suzenilson da Silva Santos.

Depoimento de José Maria Pereira dos Santos (Mestre Cacique Sotero) em 10 de março de 2021 na abertura do programa de formação da 3ª geração de monitores do museu dos Kanindé. Transcrito por Suzenilson da Silva Santos.

Depoimento de José Maria Pereira dos Santos (Mestre Cacique Sotero) no dia 21 de abril de 2021 durante entrevista no curso de comunicação digital do museu dos Kanindé.

Sobre as autoras e os autores

Ana Carla Sabino Fernandes

Graduação e mestrado em história pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutorado em História pela Universidade Vale do Rio Sinos (Unisinos). Docente do Departamento de História da UFC. Coordenadora do ProfHistória UFC e do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH/UFC).

Andrea Lemos

Professora adjunta de História do CAP/UERJ com atuação na educação básica, na licenciatura e no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProfHistória UERJ). É também coordenadora da linha de pesquisa *Ensino de História, Poder e Resistências* do Laboratório de Ensino de História/LEHCAp e integrante da linha temática *Ensino de História e Patrimônio* do Grupo de Pesquisa Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio/CNPq).

Alessander Kerber

Doutor em História e professor associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (professor permanente do PPG desde 2009), editor-chefe da Revista Anos 90, pesquisador e líder do grupo de pesquisa “História das culturas e identidades brasileiras e latino-americanas”. Realizou estágios de pós-doutorado na Universidad Nacional de Cuyo, Argentina, com bolsa de pós-doutorado no exterior da Capes, e pós-doutorado no Departamento de História da Universidade de São Paulo (DH/FFLCH/USP). Desenvolve pesquisas sobre patrimônios culturais e identidades nacionais, regionais e étnicas na América Latina dos séculos XX e XXI.

Almir Félix Batista de Oliveira

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realizou estágio pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN) (2016-2021). Tem trabalhado com a temática do patrimônio cultural e a sua relação principalmente com a História e o Turismo.

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis), mestre e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado no Centro de Investigação em Antropologia-CRIA, Universidade Nova de Lisboa (UNL) e no Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e docente do ProffHistória UFC. Prêmio Silvio Romero 2004. Foi vice-coordenador (2017-2019) e coordenador do GT História e Patrimônio Cultural da Anpuh-Brasil (2019-2021). Atuou como representante da Anpuh no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (2020-2021). Área de pesquisas: historiografia, políticas culturais, patrimônio cultural, memória e cultura. É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq).

Carlos Sandroni

Etnomusicólogo e professor do Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É autor de *Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade* (1988) e *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro* (2001). Co-organizou os livros *Samba de roda do Recôncavo baiano* (2007), *Patrimônio cultural em discussão: novos desafios teórico-metodológicos*

(2013), *Música e ciências sociais: para além do descompasso entre arte e ciência* (2016) e *Música e sociedade: trânsitos, patrimônios e inovações* (2020). Presidiu a Associação Brasileira de Etnomusicologia (2002-2004). Em 2014, lançou um CD como compositor e intérprete, *Sem regresso*.

Cláudia Baeta Leal

Servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com lotação na unidade especial Centro Lucio Costa. Professora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Iphan. Doutora em História Social (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (da Unicamp), mestre em Teoria Literária e graduada em Letras pelo Instituto de Estudos da Linguagem (da Unicamp). Pesquisa as políticas públicas de patrimônio cultural, com ênfase nos instrumentos e procedimentos de patrimonialização de bens culturais. Participa do grupo de pesquisa CNPq LUPA - Lugares e Patrimônios.

Carmen Zeli de Vargas Gil

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2009. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Mestrado Profissional em Ensino de História, núcleo UFRGS e participa da equipe do Laboratório de Ensino de História e Educação, Portal do Bicentenário da Independência e do grupo de Pesquisa do LHIESTE-UFRGS.

Carolina Ruoso

Professora e pesquisadora da Escola de Belas-Artes (EBA-UFMG), investiga os trabalhadores da cultura, especialmente os curadores de exposição, seu principal tema de investigação, nascido durante o doutorado em História da Arte, realizado com bolsa Capes, na Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Coordena o Laboratório de Curadoria de Exposições Bisi Silva e a Rede de Pesquisa e Formação em Curadoria de Exposição. É professora

visitante do Doutorado em Sociomuseologia da Universidade Lusófona. É membro dos Grupos de Estudos: ESTOPIM (UFMG), GEPPM (UFC).

Cintia Regina Rodrigues

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Coordena o Laboratório de Didática da História (LADIH/FURB). Integra o Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos em Educação, Diferenças e Inclusão (LAEDI). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, nos seguintes temas: povos indígenas e política indigenista, história indígena, educação, culturas e diversidades étnico-raciais

Cristina Meneguello

Mestre e doutora em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde é docente no Departamento de História desde 1999. Realizou estágio doutoral na Universidade de Manchester (Reino Unido), estágios pós-doutorais nas universidades de Veneza (IUAV, 2005) e Coimbra (2008) e foi pesquisadora visitante na Universidade de Padova (Itália) no ano de 2013. É membro fundadora e atual vice-presidente do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil) e possui artigos e livros dedicados ao tema do patrimônio industrial e dos patrimônios “difíceis” ou lugares de memória traumática. É, ainda, coordenadora da Olimpíada Nacional em História do Brasil, desde 2009, e da Olimpíada Aberta para Todos (ONHB-A), ambos projetos de divulgação e ensino de história de alcance nacional. Recebeu, entre outros prêmios, a medalha “Ippolito Nievo” da Associazione degli Amici Dell’Università di Padova concedida pelos trabalhos de difusão dos estudos sobre Patrimônio Industrial em nível internacional (2011); o Prêmio Zeferino Vaz de Mérito Acadêmico, da Universidade Estadual

de Campinas (2012); o prêmio ProeC de Extensão Universitária, da Unicamp (2019) e o Prêmio da Fundação Péter Murányi em Educação (2022).

Danilo Alves Bezerra

Doutor e mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História - História e Sociedade - da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis), com doutorado-sanduiche na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelynes (França). Atualmente é professor adjunto no curso de licenciatura em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Piauí (Uespi/Parnaíba). Tem investigado temas referentes à cultura popular do Brasil Republicano, tais como: festas e sociabilidades; memória e patrimônio; identidades e ensino de História. Na Uespi também lidera o Laboratório de Pesquisa em Política, História, Identidades, Cultura e Contemporaneidade (Laphic).

Gabriel Cid

Doutor em Sociologia, atualmente realiza estágio de pós-doutorado com a pesquisa Imaginários urbanos e políticas para a memória na cidade do Rio de Janeiro (FAPERJ - Pós-doutorado Nota 10), no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência como docente, pesquisador e consultor, privilegiando os estudos em Sociologia e História da Cultura e atuando nos seguintes temas: memória coletiva, políticas culturais, patrimônio cultural, memória afro-brasileira, cultura popular e territorialidades.

George Bessone

Servidor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com lotação na Superintendência do Iphan em Pernambuco. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em preservação do patrimônio cultural pelo Mestrado Profissional em Preservação

do Patrimônio Cultural do Iphan. Ocupou o cargo de Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Olinda. Atua em processos de pesquisa, identificação, reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Isabel Guillen

Graduação em História na Universidade de São Paulo (USP), mestrado e doutorado também em História na Unicamp. Professora do Departamento de História da UFPE, atuando no PPGH e no ProffHistória da UFPE. Pesquisa cultura popular, notadamente a história dos maracatus-nação de Pernambuco e os movimentos negros no estado. Foi coordenadora do inventário nacional de referências culturais do maracatu-nação. Coordena o Laboratório de História Oral e da Imagem da UFPE. Foi coordenadora de Pibid, coordenadora do ProffHistória da UFPE e participou da comissão acadêmica nacional do mesmo programa.

Janice Gonçalves

Bacharel e licenciada em História, mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Na Udesc, integra o Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac). Suas pesquisas têm se voltado principalmente para o patrimônio cultural, a historiografia e as dimensões sociais da memória.

João Paulo Vieira Neto

Historiador, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Assessor da Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Coordenador do Projeto Historiando, coordenador Pedagógico do Projeto Patrimônio Para Todos na Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho e consultor de Educação Patrimonial, Gestão de Acervos e Museologia Social do Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio. De 2013 a 2016 atuou

como consultor em Inventários Participativos junto ao Programa Pontos de Memória / Instituto Brasileiro de Museus / Ministério da Cultura. Em 2012 foi assessor do Ministério da Cultura (MINC), atuando como Coordenador Técnico na elaboração do Plano Municipal de Cultura da cidade de Fortaleza. De 2007 a 2009 foi coordenador técnico do Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM-CE) e em 2006 assessor do Cadastro Nacional de Museus, realizado pelo Ministério da Cultura.

Letícia Julião

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora associada da UFMG no curso de graduação de Museologia/Escola de Ciência da Informação e nos Programas de Pós Graduação em Ciência da Informação/UFMG, Promestre/UFMG e Museologia e Patrimônio/UFRGS. Foi coordenadora da Coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG (abr.2017 a jun.2021). Desenvolve pesquisas sobre História, museus e temporalidades; avaliação museológica de museus e coleções universitárias.

Lia Calabre

Doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora do PPGMA/FRCB, do PPGCult/UFF e professora colaboradora da Maestria en Políticas Culturales da Universidad de la República -CURE (Uruguai). Integrante da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, do LABAC-UFF e do CULT – UFBA. Autora de livros e artigos sobre políticas culturais.

Márcia Chuva

Historiadora e professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). É também professora no Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Fez Estágio Sênior no Exterior na Universidade de Coimbra em

2019 e em 2014. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho de História e Patrimônio (Anpuh-Brasil) (2017-2019). Pesquisadora do CNPq e Cientista do Nosso Estado – Faperj.

Patrícia Alcântara

Doutora e mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2010. Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), em 2005. Primeiro lugar do Prêmio Silvio Romero 2018 (CNFCP/IPHAN) pela tese de Doutorado “Um Celeiro de (Re)encenações: cartografias e arquiteturas de um Cariri folclórico no sul cearense (1950 - 1970). É historiadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na superintendência estadual do Piauí. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória - GEPPM (Universidade Federal do Ceará -UFC/Cnpq). Em 2019 tornou-se uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho Nacional (GT) de História e Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História (ANPUH 2019 - 2021). Em 2020 tornou-se representante desta entidade (no estado do Piauí) no Fórum Nacional de Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, onde exerce até hoje a função de coordenadora estadual.

Paulo César Garcez Marins

Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP), instituição na qual também obteve a Licenciatura em História, Doutorado em História Social e Livre-docência. Docente do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e dos Programas de Pós-graduação em Museologia da USP e em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Conselheiro do Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) entre 2013 e 2015. Membro do ICOM-BR e do ICOMOS-BR.

Rodrigo Christofolletti

Atualmente é professor de Patrimônio Cultural no curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e leciona no Programa de Pós Graduação da mesma universidade. Atua na interface entre a História e as Relações Internacionais com foco no patrimônio cultural. É líder do grupo de pesquisa Cnpq - Patrimônio e Relações Internacionais. Pesquisador do LAPA - Laboratório de Patrimônio da UFJF e colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar (CITCEM) “Cultura, Espaço e Memória” da Universidade de Letras do Porto (ULP). Possui experiência na área de história política e bens culturais, principalmente nos seguintes temas: patrimônio e *soft power*; tráfico ilícito de bens culturais; colecionáveis criminogênicos e patrimônios mundiais e da humanidade.

Suzenilson da Silva Santos - Suzenilson Kanindé

Indígena do Povo Kanindé do Estado do Ceará, nordeste do Brasil. Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Ponto de Cultura e Memória: Museu Indígena Kanindé. Membro articulador da Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Brasil. Representante da Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Comitê Gestor de Políticas Culturais Indígenas no Ceará – SECULT – Ceará.

Zita Rosane Possamai


Licenciada, mestre e doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente associada do Curso de Museologia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, na UFRGS. Pós-doutoramento na Universidade Paris 3 (Sorbonne Nouvelle). Líder do Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio. Membro do Conselho Internacional de Museus e da Associação Nacional de História.

Zélia Lopes da Silva

Professora titular e pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). É doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e livre docente (professora adjunta) de História do Brasil na Unesp. Publicou livros e artigos individuais (e coletivos) relacionados às questões sociais, relações de gênero e temas culturais, a exemplo das festas carnavalescas ocorridas na cidade de São Paulo no século XX. Pesquisou, ainda, aspectos da “memória coletiva” inscrita nas ruas, com foco em alguns homens de cor preta que se projetaram pelas suas contribuições para o constructo do país e que resultou na última publicação (obra coletiva) *Memória e identidades negras patrimonializadas. (Brasil século XX/XXI)*. Aposentada.

Yussef Campos

Professor adjunto da Faculdade de História e permanente dos Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em História (ProfHistória), da Universidade Federal de Goiás (UFG); e colaborador do Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP-UEG). Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas UFPEL. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisa o patrimônio cultural a partir da relação entre história, memória e identidade, e de suas nuances jurídicas. Colaborou, como co-organizador e autor, nas edições 35 e 36 da Revista do Patrimônio, em comemoração aos 80 anos do Iphan. É membro do ICOMOS e do IBDCult e líder do grupo de pesquisa CNPq LUPA - Lugares e Patrimônios.

 (27) 3376-0363

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @espacomilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



M I L F O N T E S

Estamos diante de uma obra que aponta para reflexões necessárias e urgentes. Elaborada em meio ao contexto da pandemia da covid-19, representa o esforço coletivo e solidário da comunidade historiadora e de agentes sociais em ousar perceber, escrever e dizer o patrimônio cultural brasileiro sob outras perspectivas. As questões que imperam na contemporaneidade - dentre elas, as relações étnico-raciais, as demandas públicas pelo passado, a profissionalização dos profissionais de História, a luta pela democracia e pelos direitos sociais, as lutas encampadas pelos movimentos sociais - atravessam diretamente o campo do patrimônio e necessitam ser compreendidas por quem estuda a temática e a executa como política pública.

Fruto do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, realizado pelo GT História e Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História (Anpuh), os textos por aqui apresentados sistematizam a historicidade de um campo que vem sendo forjado em meio às disputas, reivindicações, conquistas, sensibilidades e afetos. Oriundos de diversos territórios do país, remontam para uma premissa que marcou a coordenação do GT entre os anos de 2019 e 2021: a partir da região Nordeste, estabelecer conexões em redes - virtuais, afetivas e de compromisso - na busca por uma compreensão ampla, plural, democrática e inclusiva das referências culturais que são, cotidianamente, estabelecidas pelos mais diversos grupos sociais.

Boa leitura!

Hildebrando Maciel Alves
Doutorando em História Social (UFC) / pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq)

Este livro nasce da conjuntura em que resistência virou um imperativo contra os ataques de toda ordem ao patrimônio. A acertada escolha em abordar sua multiplicidade como prática social, política de preservação, área de saber e intervenção pública faz da obra um caleidoscópio dos rastros de combates travados no Brasil recente em várias frentes. Diante das relações entre história e patrimônio cultural, a estrutura parte de trajetórias do campo em (re)construções, conecta-se com (re)leituras entre a historiografia, a educação e o museu, findando com suas perspectivas e outras (re)definições. No meio dessas redes, a resistência é a força evidente no cultivo de múltiplos saberes para o campo. A atual regulamentação do ofício da História também impulsiona um debate renovado sobre a disciplina e suas interdisciplinaridades. Daí os escritos do conjunto renomado de especialistas sinalizarem verdadeiros laboratórios de pesquisa, ensino e atuações em curso. Ancorados no princípio democrático do patrimônio como direito de todos/as, promovem discussões sobre distintas instituições, grupos e agentes. O resultado é uma publicação indispensável para quem se interessa pelo tema. Em seu itinerário, o patrimônio figura como dispositivo que instiga reflexão sobre o passado, bem como sobre o que fazer com suas marcas no presente e legados para o futuro. Não por acaso, o fazer do livro carrega uma projeção marcante de como a resistência social e a epistêmica podem caminhar juntas no mundo contemporâneo.

Vagner Silva Ramos Filho

Doutorando em História - Unicamp / Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM) - UFC

www.editoramilfontes.com.br

ISBN: 978-65-5389-044-2



9

786553

890442



GEPPM
grupo de estudos
e pesquisas em
*patrimônio
e mem'ria*



ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA